



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2111

Quinta-feira - 27 de Outubro de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

| | | | | | |
|-----------------------------|-----|----------------------|-----|-----------------------------------|-----|
| Água Doce..... | 2 | Guaramirim..... | 154 | Papanduva..... | 298 |
| Alto Bela Vista..... | 3 | Guarujá do Sul..... | 156 | Passo de Torres..... | 303 |
| Antônio Carlos..... | 4 | Herval d'Oeste..... | 173 | Paulo Lopes..... | 321 |
| Arabutã..... | 11 | Ibiam..... | 176 | Penha..... | 323 |
| Atalanta..... | 12 | Ilhota..... | 178 | Peritiba..... | 326 |
| Aurora..... | 13 | Imarui..... | 183 | Petrolândia..... | 327 |
| Balneário Rincão..... | 14 | Imbituba..... | 185 | Pinheiro Preto..... | 328 |
| Barra Bonita..... | 15 | Indaial..... | 188 | Pomerode..... | 342 |
| Barra Velha..... | 17 | Iomerê..... | 191 | Ponte Serrada..... | 357 |
| Bela Vista do Toldo..... | 21 | Irineópolis..... | 193 | Porto Belo..... | 362 |
| Benedito Novo..... | 23 | Itá..... | 194 | Porto União..... | 364 |
| Biguaçu..... | 37 | Itapema..... | 200 | Pouso Redondo..... | 370 |
| Blumenau..... | 38 | Itapiranga..... | 213 | Presidente Nereu..... | 371 |
| Bom Jesus do Oeste..... | 54 | Itapoá..... | 216 | Princesa..... | 372 |
| Botuvera..... | 58 | Ituporanga..... | 218 | Rio do Sul..... | 379 |
| Braço do Trombudo..... | 59 | Jacinto Machado..... | 219 | Salto Veloso..... | 382 |
| Brusque..... | 62 | Jaraguá do Sul..... | 220 | Santa Rosa do Sul..... | 384 |
| Caçador..... | 65 | Joaçaba..... | 232 | Santa Terezinha do Progresso..... | 391 |
| Camboriú..... | 68 | Lages..... | 238 | São Bento do Sul..... | 393 |
| Campo Alegre..... | 69 | Laguna..... | 240 | São Domingos..... | 396 |
| Campos Novos..... | 78 | Lauro Muller..... | 241 | São José..... | 410 |
| Canoinhas..... | 94 | Lebon Regis..... | 242 | São Lourenço do Oeste..... | 414 |
| Capinzal..... | 95 | Leoberto Leal..... | 243 | São Pedro de Alcântara..... | 416 |
| Catanduvas..... | 103 | Mafra..... | 245 | Schroeder..... | 417 |
| Chapadão do Lageado..... | 110 | Massaranduba..... | 246 | Seara..... | 424 |
| Cocal do Sul..... | 111 | Meleiro..... | 255 | Serra Alta..... | 437 |
| Concórdia..... | 112 | Modelo..... | 256 | Siderópolis..... | 440 |
| Correia Pinto..... | 114 | Mondaí..... | 257 | Sul Brasil..... | 441 |
| Curitibanos..... | 115 | Monte Carlo..... | 258 | Timbó..... | 444 |
| Dionísio Cerqueira..... | 116 | Morro da Fumaça..... | 260 | Treze Tílias..... | 447 |
| Ermo..... | 118 | Navegantes..... | 261 | Trombudo Central..... | 448 |
| Forquilha..... | 121 | Nova Trento..... | 276 | Tunápolis..... | 449 |
| Fraiburgo..... | 123 | Novo Horizonte..... | 277 | União do Oeste..... | 450 |
| Garopaba..... | 126 | Ouro..... | 278 | Urussanga..... | 451 |
| Garuva..... | 137 | Ouro Verde..... | 281 | Vargem Bonita..... | 453 |
| Gaspar..... | 139 | Paial..... | 283 | Videira..... | 462 |
| Governador Celso Ramos..... | 146 | Palhoça..... | 285 | Vitor Meireles..... | 470 |
| Grão Pará..... | 150 | Palma Sola..... | 289 | Xanxerê..... | 471 |
| Guaraciaba..... | 153 | Palmitos..... | 296 | Xaxim..... | 473 |

Consórcios

| | |
|------------------|-----|
| CIGA..... | 474 |
| CIMCATARINA..... | 475 |
| CPIMMOC..... | 476 |

Água Doce

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 64/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 45/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 64/2016

PREGÃO PRESENCIAL 45/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 64/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 45/2016", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de brinquedos para distribuição no Natal 2016 e material de decoração, o qual será processado e julgado no dia 10 de novembro de 2016 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 26 de outubro de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 65/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 65/2016

PREGÃO PRESENCIAL 46/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 65/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 46/2016", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", destinado a aquisição de materiais e contratação de serviços para instalação de iluminação de Natal, o qual será processado e julgado no dia 10 de novembro de 2016 às 16h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 26 de outubro de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2265 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, SC, usando das atribuições conferidas pelo Artigo 99, item VIII da Lei Orgânica;

Considerando o Dia do Servidor Público Municipal, instituído através da Lei Complementar nº 011/2005 que dispõe sobre o Estatuto Dos Servidores Públicos Municipais;

DECRETA:

Art. 1º Será considerado Ponto Facultativo do dia 28 de outubro de 2016; em Comemoração ao "Dia do Servidor Público" em todas as repartições Públicas Municipais.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 26 de outubro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2016

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2016

Objeto: Contratação de seguradora para firmar contrato de seguro de veículos da Frota do Município e Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 08h50 do dia 11/11/2016.

Abertura: às 09h do dia 11/11/2016.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.altobelavista.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua do Comércio, 1015, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 25 de outubro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 103/2016

DECRETO Nº 000103/16 de 26 de Outubro de 2016

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.200,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.06.181.0006.2.017-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.200,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 2.200,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Outubro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 104/2016

DECRETO Nº 000104/16 de 26 de Outubro de 2016

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.248,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.06.244.0006.2.020-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 6.248,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.06.244.0006.2.020-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 6.248,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Outubro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 088/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço nº. 088/2016; Origem: Pregão Presencial nº 030/2016. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA.; Objeto: O presente termo aditivo por objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço nº 088/2016, que consiste no Registro de Preços para aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Aditamento: Diante da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica alterado o valor do medicamento "Paracetamol 500 mg" para R\$ 0,051. As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 26 de outubro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 088/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo a Ata de Registro de Preço nº. 088/2016; Origem: Pregão Presencial nº 030/2016. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA.; Objeto: O presente termo aditivo por objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço nº 088/2016, que consiste no Registro de Preços para aquisição parcelada de medicamentos para distribuição gratuita a pacientes da unidade de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Aditamento: Diante da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica alterado o valor do medicamento "Propranolol 40 mg" para R\$ 0,028. As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 27 de outubro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

LEI Nº 1512/2016

LEI Nº 1.512/2016

"Altera Anexo de Metas do Plano Plurianual – PPA 2014/2017."

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

ART. 1º O Anexo de Metas do PPA – 2014/2017, aprovado pela Lei Municipal nº 1440/2013, fica acrescido da seguinte Ação, conforme Anexo V desta Lei:

· Programa 0008 – Assistir, Cuidar e Conviver
Ação nº 2.035 – Manutenção do CMCA

ART. 2º A nova Ação incluída no PPA 2014/2017, correrá por conta de recursos próprios conforme previsão na LDO para 2017.

ART. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

ART. 6º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ART. 7º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, em 20 de Setembro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

LEI Nº 1513/2016

LEI Nº 1.513/2016

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2017 e dá outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Antônio Carlos, para o exercício de 2017, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas fiscais de receita, despesa, resultado primário e nominal e montante da dívida;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III – a estrutura dos orçamentos das diversas unidades gestoras;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – Controle das disponibilidades de caixa por destinação de recursos;
- VIII – as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e
- IX – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

I – Anexo I.1 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Receitas;

II – Anexo I.2 – Demonstrativo das Prioridades em Metas Físicas e Financeiras para 2017, 2018 e 2019;

III – Anexo I.2.1 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Programa de Governo;

IV – Anexo I.2.2 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Grupo de Natureza de Despesa;

V – Anexo I.2.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas

Fiscais de Resultado Primário;

VI – Anexo I.2.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII – Anexo I.2.5 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

VIII – Anexo I.3 – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2015;

IX – Anexo I.4 – Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas para os três Exercícios Anteriores;

X – Anexo I.5 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

XI – Anexo I.6 – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

XII – Anexo I.7 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

XIII – Anexo I.8 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do RPPS;

XIV – Anexo I.9 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XV – Anexo I.10 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XVI – Anexo II – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

XVII – Anexo III – Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2016;

XVIII – Anexo IV – Demonstrativo das Obras que passarão para 2017 em Andamento e que deverão estar Incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes;

XIX – Anexo V – Demonstrativo da Compatibilização da Metas de Despesa priorizadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentária com aquelas estabelecidas no Plano Plurianual;

XX – Anexo VI – Demonstrativo da Compatibilização da Origem com a Destinação dos Recursos;

XXI – Anexo VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados à Saúde; e

XXII – Anexo VIII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Vinculados ao Ensino.

II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2017

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, I.1, I.2, I.2.1 a I.2.5 e V de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos I.2 e V a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa na execução orçamentária.

III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa - o instrumento de organização da ação governamental

visando à concretização dos objetivos pretendidos;
II – ação - um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
III – atividade - um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
IV – projeto - um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
V – operação especial - as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
VI – unidade orçamentária - o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;
VII – receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional na participação nos tributos de competência de outras esferas de governo;
VIII – execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;
IX – execução orçamentária - o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
X – execução financeira - arrecadação das receitas e o pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.
XI – categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal – as ações de governo representadas pelos projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações de governo necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Grupo de Natureza de Despesa, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014 e Portaria STN nº 700/2014 e alterações posteriores.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquia e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração da Estrutura Organizacional do Município aprovada pela Lei Complementar n. 11/2009 e alterações posteriores.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras do Município: Prefeitura, Câmara, Fundo Municipal de Saúde, e Instituto de Previdência e identificará os códigos das fontes e das destinações dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS) e classificará as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001, Portaria Conjunta nº 1/2014 e Portaria STN nº 700/2014 (Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público), na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);
II – Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);
III – Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN

Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2017. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2017. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2017. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007);

§ 1º O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Autarquia e Fundo que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura, e por Unidade Gestora as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria: Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Instituto de Previdência.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD de que trata o item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva ação de governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro de cada ação, o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro ou de uma ação de governo para outra quando a ação integrar programas relacionados à saúde ou educação, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§4º Quando necessário para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação governamental, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterà, pelo menos:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2015, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2014 e 2015 e despesa fixada para 2016 e 2017;

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2014 a 2017;

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos a Ações Públicas de Saúde;

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2015;

IX – Quadro Demonstrativo do Saldo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação dos credores, em 2015, 2016 e 2017;

Art. 9º A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Ipreancarlos será constituída dos recursos que corresponderão ao seu superávit orçamentário.

IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 11 A execução da Lei Orçamentária Anual para 2017 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 12 A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual de 2017 poderão tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias dos Órgãos de vinculação.

§ 1º Os Fundos Municipais tratados como Unidades Orçamentárias terão suas receitas especificadas no orçamento das Unidades Gestoras correspondentes, e estas receitas, por sua vez, deverão estar vinculadas as despesas relacionadas aos objetivos para o qual o fundo foi instituído.

§ 2º Em cada caso, o titular do Órgão em que o fundo estiver vinculado, será o gestor do fundo.

§ 3º Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 13 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal

colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14 Se a receita estimada para 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa e o cumprimento das metas, observado a fonte de recurso, nas e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§1º Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir as fontes 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários, 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e 0.1.02.000000 – Recursos de Impostos para Ações e Serviços Públicos de Saúde, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre dotações financiadas por estas fontes e relacionadas a:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal; e

IV – Ações financiadas com recursos cuja meta de receita não foi alcançada.

Parágrafo Único - A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Chefe de Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre por indicação da Diretoria Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças.

Art. 16 A geração de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2017, demonstrada no Anexo I.10 desta lei será compensada, nos termos do artigo 17, §2º, da LC n. 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado até o exercício de 2016.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2017 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou

ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduo a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2017 com insuficiência de caixa.

§4º O Anexo de riscos fiscais poderá contemplar também recursos destinados exclusivamente à abertura de créditos adicionais suplementares ao longo do exercício por ato do Chefe do Poder Executivo para atender despesas orçadas a menor.

Art. 18 O orçamento para o exercício de 2017 das Unidades Gestoras reservará recursos de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei, não considerado aqui os recursos destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor de que trata o §4º do artigo 17 desta lei.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista para 2017 em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2017, com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura do respectivo convênio, contrato de repasse, carta de intenção contrato de financiamento ou qualquer outro documento de compromisso de liberação.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria STN nº 700/2014, tomando por base, no caso do excesso de arrecadação, a receita prevista e a receita arrecadada, e no caso do superávit financeiro, a receita arrecadada, a despesa realizada e o resultado financeiro do exercício anterior.

§2º Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes do Manual de Procedimentos da Receita Pública e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ambos aprovados pela STN, de forma que o resultado financeiro possa ser evidenciado em cada fonte de recursos.

§3º O controle contábil da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos de que trata o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, será realizado no grupo "Controles" do novo Plano de Contas e será indicada pelo saldo da conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar" mediante o registro do ingresso da receita no caixa e registro da despesa empenhada.

Art. 22 A renúncia e os descontos de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, constantes do ANEXO I.9, integrará

também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientações constantes do Manual de Procedimentos da Receita Pública e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ambos aprovados pela STN, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos nos termos do artigo 26 da LRF beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pela Controladoria Geral do Município.

Art. 24 O procedimento administrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 deverá ser anexado no processo que abriga os autos da licitação, quando for o caso, antes da publicação do edital, ou ao processo do ato que implicar na geração de despesa.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada exercício financeiro, não exceda em duas vezes o valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 25 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo Único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 26 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 27 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços projetados para 2017.

Art. 28 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001 no momento do empenho da despesa.

Art. 29 Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2017 e constantes desta lei.

Art. 30 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder

Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias e Fundos.

Art. 31 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas – ANEXO V e contemplados na Lei Orçamentária para 2017 serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 32 Na execução da Lei Orçamentária de 2017, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;

II – o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos; e

III – o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 33 Na execução da Lei Orçamentária de 2017 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 20% de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 34 No exercício de 2017 os gastos mínimos de 25% das receitas de impostos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, 60% dos recursos do Fundeb com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, 15% dos recursos de impostos com ações e serviços públicos de saúde e 95% dos recursos do Fundeb serão apurados ao final de cada bimestre para avaliação do seu cumprimento, na forma dos demonstrativos indicados nos incisos VI e VII, do artigo 8º desta lei.

§1º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico - MDEB será considerado a soma das contribuições ao FUNDEB mais a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para MDEB, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§2º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.18.000000 – Remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo Exercício – Fundeb, comparadas com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

§3º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde - ASPS será considerada a soma das despesas empenhadas na fonte de recursos 0.1.02.000000 – Recursos de Impostos para ASPS, comparadas com a soma das receitas resultantes de impostos arrecadadas até o período de referência.

§4º Para efeito de apuração do gasto mínimo dos recursos do Fundeb no exercício será considerada a soma das despesas empenhadas nas fontes de recursos 0.1.18.000000 – Transferência de Recursos do Fundeb – Parte 60%; 0.1.19.000000 - Transferência de Recursos do Fundeb – Parte 40%, comparada com a soma das receitas arrecadadas a título de Transferências do Fundeb e seus rendimentos de aplicação até o período de referência.

V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 35 A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado nºs 40/2001 e 43/2002.

Art. 36 Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 35 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei.

VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 37 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 38 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 39 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I – eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras.

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 40 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores

de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Antônio Carlos, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 41 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 42 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2016.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não e confessar e parcelar eventuais dívidas constituídas junto a Receita Federal do Brasil.

Art. 47 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 48 Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 18 de outubro de 2016.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2016 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2016

PROCESSO LICITATÓRIO 75/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2016

ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES, presidente da Comissão de Licitações, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de Dispensa de Licitação através da fundamentação legal e pelos fatos e considerações que seguem:

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Antônio Carlos, SC solicitou abertura de Processo Licitatório cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de instalação de vinte aparelhos de ar condicionado nas várias salas da nova Unidade Básica de Saúde do Município de Antônio Carlos SC;

CONSIDERANDO que após juntados orçamentos, verificou-se que a prestação de tais serviços custariam um total de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

RESOLVE: Autorizar a contratação do objeto abaixo descrito.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8666/1993, Artigo 24, inciso II.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de instalação de vinte aparelhos de ar condicionado nas várias salas da nova Unidade Básica de Saúde do Município de Antônio Carlos SC

CONTRATADO: LIDAIR GASPARETO JUNIOR 95014411991, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 14.380.816/0001-00, com endereço na Rua São Francisco, 279, Centro, Antônio Carlos, SC.

VALOR : R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTO DA DESPESA: Dotação: (07) 11.01.2.026.3.3.90.

Antônio Carlos, 26 de outubro de 2016.

ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES

Presidente da Comissão de Licitações

Arabutã

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 235/2016

PORTARIA Nº 235/2016

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO e ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em especial, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA, inscrita no CPF-MF sob nº 039.438.689-23, designada no cargo em comissão de Consultora Jurídica e designada para atuar concomitante, como Secretária Municipal de Saúde, pelo período de 05 de outubro de 2016 a 29 de dezembro de 2016, para acompanhar e fiscalizar a execução dos seguintes contratos e atas de registro de preços e seus respectivos aditivos;

- a) Ata de Registro de Preços nº. 90/2016;
- b) Atas de Registro de Preço nº. 73, 74, 75, 76 e 77/2016;
- c) Ata de Registro de Preço nº. 71/2016;
- d) Contrato Administrativo nº 13/2016,
- e) Atas de Registro de Preços nº 10 e 11/2016.

Art. 2º. Determinar que a fiscal designada deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela(s) contratada/detentora da ata, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III- atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 26 de outubro de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação

Atalanta

PREFEITURA

LEI Nº 1482/2016

LEI Nº 1482/2016

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências"

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 3.1.90.00.00.00.00.00.0122; no Programa 0040 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – ENSINO FUNDAMENTAL, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual – PPA, no montante de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais).

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 0122 – Transferências do Salário Educação no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

Art. 4º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º da presente Lei, fica incluída a Conta Despesa 3.1.90.00.00.00.00.00.0122; no Programa 0040 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – ENSINO FUNDAMENTAL, na Lei Municipal nº. 1.444/2015 de 19.10.2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no montante de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais).

Art. 5º - Por conta do disposto no Artigo 4º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2016 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais).

Órgão: 05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Unidade: 05.01 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 0040 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – ENSINO FUNDAMENTAL
Projeto Atividade 2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.00.0122 – Aplicações Diretas 60.000,00

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento de 2016.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 26 de outubro de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1483/2016

LEI Nº 1483/2016

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 3.3.93.00.00.00.00.00.0101; no Programa 0088 – SAÚDE PARA TODOS, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual – PPA, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 4º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º da presente Lei, fica incluída a Conta Despesa 3.3.93.00.00.00.00.00.0101; no Programa 0088 – SAÚDE PARA TODOS, na Lei Municipal nº. 1.444/2015 de 19.10.2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Art. 5º - Por conta do disposto no Artigo 4º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2016 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Órgão: 09.00 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 09.01 Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 - Saúde
Sub-Função: 301 – Atenção Básica
Programa: 0088 – SAÚDE PARA TODOS
Projeto Atividade 2.037 – Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMAVI
Elemento de Despesa: 3.3.93.00.00.00.00.00.0101 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos 50.000,00

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento de 2016.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 26 de outubro de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Aurora

CÂMARA MUNICIPAL

Reapreciação das Contas de 2014

DECRETO LEGISLATIVO Nº 09 DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A REAPRECIAÇÃO DAS CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL VILMAR ZANDONAI, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A MESA DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA; no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Regimento Interno da Casa, Artigo 282, apresenta e coloca em apreciação e votação do plenário o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica através deste Decreto Legislativo, aprovado o pedido de solicitação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, para a REAPRECIAÇÃO das Contas PCP-15/00246309, do Prefeito referente ao Exercício de 2014, conforme previsto no art. 55 da Lei Complementar 202/2000, Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Art. 2º Aprovado em Sessão Ordinária do dia 18 de outubro de 2016, de acordo com o Artigo 241, Inciso VI, do Regimento Interno da Casa, por votação nominal, ficou aprovado por sete votos favoráveis contra dois votos contrários a Reapreciação.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Aurora, em 19 outubro de 2016.

ALEXANDRE JENSEN

Presidente

Balneário Rincão

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO - STATION - RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Onde se lê...

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 065/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato Nº. 065/PMBR/2014. ASSINATURA: 30/05/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fernando Germano Selinger.

Leia se...

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 065/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato Nº. 065/PMBR/2014. ASSINATURA: 30/05/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fernando Germano Selinger.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE PREGÃO 022SAMAE2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/SAMAE/2016

Tipo: MENOR PREÇO

Data e horário da sessão de abertura: 11 de novembro de 2016 às 14:30hrs

Protocolo até o dia 11 de novembro de 2016 as 14:20 hrs

Local: Samae de Balneário Rincão/SC, situado na Rua Paraná, 389, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Aquisição de um caminhão zero quilômetro adaptado para coleta de lixo, um coletor compactador de lixo, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão

Fone/Fax: (48) 3468- 7800 email:licitacao.samaebr@gmail.com

Balneário Rincão 26 de outubro de 2016.

RENATA DAROS TORRES

PREGOEIRA

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 893/2016. PROCEDE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL, NA IMPORTÂNCIA DE R\$. 1.256.000,00 (UM MILHÃO, DUZENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL REAIS) E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 893/2016.

Procede a abertura de Crédito Adicional Suplementar e Especial, na importância de R\$. 1.256.000,00 (Um Milhão, Duzentos e Cinquenta e Seis Mil Reais) e contém outras providências.

DARCI JOÃO FRIZON, Prefeita Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 776/2016, de 26 de outubro de 2016:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Especial para suplementação na importância de R\$. 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais), nas dotações abaixo especificadas, e constantes do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

ÓRGÃO: 10.000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNID/ORÇ: 10.001 – ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ/ATIV: 008.244.0006.2102– Manut. das Ativ. e Programas de Assistência Social.

CAT/ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 05200 – Outras Transf. Rec.Fundo de Assist. Social R\$. 35.000,00

Total R\$. 35.000,00

Art. 2º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos provenientes de anulações de dotações abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 10.000 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNID/ORÇ: 10.001 – ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ/ATIV: 008.244.0006.2102– Manut. das Ativ. e Programas de Assistência Social.

CAT/ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas

FONTE/REC: 05200 – Outras Transf. Rec.Fundo de Assist. Social R\$. 35.000,00

Total R\$. 35.000,00

Art. 3º - Fica também autorizada a abertura de Crédito Adicional suplementar na importância de R\$. 596.000,00 (Quinhentos e Noventa e Seis Mil Reais), nas dotações abaixo especificadas, e constantes do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

ÓRGÃO: 12.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNID/ORÇ: 12.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV: 010.301.0009.2301– Manut. e Coord. Das Ativid. Do FMS.

CAT/ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 010200 – Recursos Ordinário R\$. 16.000,00

PROJ/ATIV: 010.301.0009.2302 – Manut.das Ativid. de Assist. Médica e Sanitária

CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 010200 – Recursos Ordinário R\$. 300.000,00

FONTE/REC: 012300 - Transferência de Convênios - Saúde R\$. 36.000,00

FONTE/REC: 006400 - Piso de Atenção Básica em Saúde - PAB R\$. 14.000,00

CAT/ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas

FONTE/REC: 010200 – Recursos Ordinário R\$. 100.000,00

CAT.ECON: 449000000000 – Aplicações Diretas - Investimentos

FONTE/REC: 010200 – Recursos Ordinário R\$. 130.000,00

Total R\$. 596.000,00

Art. 4º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos provenientes de anulações de dotações, bem como por transposição conforme abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 12.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNID/ORÇ: 12.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV: 010.301.0009.2302 – Manut.das Ativid. de Assist. Médica e Sanitária

CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

FONTE/REC: 012300 - Transferência de Convênios - Saúde R\$. 36.000,00

FONTE/REC: 006400 - Piso de Atenção Básica em Saúde - PAB R\$. 14.000,00

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO CULT.ESP. TURISMO

UNID/ORÇ: 05.001 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

PROJETO: 012.361.0010.2009 – Manut. Desenv. do Ensino Fundamental e Val. Magist.

CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

FONTE/REC: 010100 – Rec. de Import. e Transf. de Importos R\$. 546.000,00

Total R\$. 596.000,00

Art. 5º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$. 625.000,00 (Seiscentos e Vinte e Cinco Mil Reais), nas dotações abaixo especificadas, e constantes do Orçamento da Prefeitura Municipal:

ÓRGÃO : 03.000 – SECRET.MUNIC.ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
UNID/ORÇ : 03.001 - ADMINISTRAÇÃO

PROJ/ATIV: 004.122.0002.2003 – Manut.das Ativid. da Secret. De Adm. e Fazenda

CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários R\$. 240.000,00

CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário R\$. 35.000,00
 CAT.ECON: 4490000000000 – Aplicações Diretas - Investimentos
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário R\$. 4.000,00
 PROJ/ATIV: 004.124.0004.2026 – Manut. dos Serviços de Controle Interno
 CAT.ECON: 3190000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário R\$. 13.000,00

UNID/ORÇ : 03.002 - FAZENDA

PROJ/ATIV/ : 04.123.0003.2004 – ADMINISTRACAO GERAL FAZENDARIA
 CAT/ECON: 3190000000000 – Aplicações Diretas
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários R\$. 10.000,00
 CAT.ECON: 3390000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário R\$. 20.000,00

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO CULT.ESP. TURISMO
 UNID/ORÇ: 05.001 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV: 012.306.0017.2025 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar
 CAT.ECON: 3390000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário R\$. 4.000,00
 PROJ/ATIV/ : 12.361.0010.2008 – ADM.GERAL BENS SERV.SEC. MUN.EDUC.
 CAT/ECON: 3190000000000 – Aplicações Diretas
 FONTE/REC: 010100 – Rec.Imp.Transf.Imp.-Educação R\$. 82.000,00
 PROJ/ATIV: 12.365.0014.2011 – MAN.COORD.ATIV.ENSINO INFANTIL
 CAT/ECON: 3190000000000 – Aplicações Diretas
 FONTE/REC: 010100 – Rec.Imp.Transf.Imp.-Educação R\$. 82.000,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRET. MUNIC. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV. URBANOS
 UNID/ORÇ: 07.001 - UNIDADE DE VIAÇÃO E OBRAS

PROJ/ATIV: 26.782.0031.2017 – Manutenção das Atividades da Unid.de Viação e Obras
 CAT/ECON: 3190000000000 – Aplicações Diretas
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário ... R\$. 35.000,00

ÓRGÃO: 09.000 – SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL
 UNID/ORÇ: 09.001 - UNIDADE DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ/ATIV: 008.241.0006.2103 – Manut.Ativ.de Assistência ao Idoso
 CAT.ECON: 3390000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário ... R\$. 15.000,00
 PROJ/ATIV: 008.244.0006.2006 – Adm. Geral Bens e Serv. Secret. Mun. Assit. Social
 CAT.ECON: 3190000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário R\$. 85.000,00
 Total R\$. 625.000,00

Art. 6º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos provenientes de anulações de dotações conforme abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO CULT.ESP. TURISMO
 UNID/ORÇ: 05.001 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

PROJETO: 012.361.0010.1009 – Reforma e Ampliação de Prédios Vinc. A Educação
 CAT.ECON: 3390000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
 FONTE/REC: 010100 – Rec. de Import. e Transf. de Importos R\$. 50.000,00
 PROJ/ATIV: 012.361.0010.2010 – Manutenção dos serviços de Transporte Escolar
 CAT.ECON: 3390000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

FONTE/REC: 010100 – Rec. de Import. e Transf. de Importos R\$. 300.000,00

UNID/ORÇ : 05.002 - CULTURA ESPORTE E TURISMO

PROJ/ATIV/ : 27.813.0033.1002 – CONSTR. AMPL. REFORMA CENTROS LAZER
 CAT/ECON: 3390000000000 – Aplicações Diretas
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários R\$. 15.000,00
 CAT.ECON: 4490000000000 – Aplicações Diretas - Investimentos
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários R\$. 40.000,00
 PROJ/ATIV: 027.813.0033.2014 – Manut.das Ativ. de Lazer Coletivo
 CAT.ECON: 3350000000000 – Transf.a instituições privadas sem fins lucrativos
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário R\$. 10.000,00
 CAT/ECON: 3390000000000 – Aplicações Diretas
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários R\$. 20.000,00

ÓRGÃO: 08.000 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
 UNID/ORÇ: 08.001 - UNIDADE DE ENCARGOS GERAIS

PROJ/ATIV: 028.843.0034.2024 – Manutenção dos Serviços da Divida Interna
 CAT.ECON.: 3290000000000 – Aplicações Diretas – Juros e Encargos da Divida
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários R\$. 30.000,00
 FONTE/REC: 010100 – Rec. de Import. e Transf. de Importos R\$. 10.000,00
 CAT.ECON.: 4690000000000 – Aplicações Diretas - Investimentos
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários R\$. 100.000,00
 FONTE/REC: 010100 – Rec. de Import. e Transf. de Importos R\$. 50.000,00
 Total R\$. 625.000,00

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, SC em 26 de outubro de 2016.
 DARCI JOÃO FRIZON
 Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

14º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público Edital 003/2015 – Secretaria Municipal da Saúde, e pela Secretaria de Administração e Finanças, conforme 5ª Convocação através do Edital nº 13/2016, e itens 15.6, 15.7, do Edital nº. 003/2015, o seguinte:

1. DA MANIFESTAÇÃO EM INTERESSE NA VAGA, CONFORME ÍTEM 15.6 DO EDITAL 003/2015, PARA APRESENTAÇÃO DA COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS E EXAMES MÉDICOS

1.1 COMPARECERAM para manifestar interesse na vaga e solicitar até 30 (trinta) dias para a comprovação de requisitos e exames médicos, conforme 5ª Convocação do Concurso Público Edital 003/2015, os seguintes candidatos:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

Nível Superior

Cirurgião Dentista da Família

7º Bianca Carla Bianco (conforme Protocolo nº 10134/2016)

8º Carolina Peruzzo Pereira Barrera (conforme Protocolo nº 10076/2016)

9º Ana Elisabeth De Rezende Martins (conforme Protocolo nº 10028/2016)

Enfermeiro da Família

13º Adiane Regina Machado (conforme Protocolo nº 10092/2016)

Nível Médio Técnico

Técnico em Enfermagem

21º Eliz Cristina Machado (conforme Protocolo nº 10090/2016)

22º Mario Cesar Da Silva (conforme Protocolo nº 10094/2016)

23º Maricelia Da Silva Cabral (conforme Protocolo nº 10128/2016)

24º Selda Burdella Bonfim (conforme Protocolo nº 10170/2016)

26º Janete Aparecida De Oliveira Zella (conforme Protocolo nº 10067/2016)

27º Maria Ines Villas Boas (conforme Protocolo nº 10167/2016)

28º Juliana Santos Weber (conforme Protocolo nº 10026/2016)

30º Robson Venero (conforme Protocolo nº 10119/2016)

31º Sabrina Sgrott (conforme Protocolo nº 10046/2016)

Técnico em Higiene Dental

8º Aline Mendes Da Silva (conforme Protocolo nº 10043/2016)

Nível Médio

Atendente de Consultório Dentário II

3º Rafaela Sayuri Ribeiro (conforme Protocolo nº 10048/2016)

4º Surya Namaskar De Oliveira (conforme Protocolo nº 10091/2016)

Nível Fundamental Completo

Agente Comunitário da Saúde Centro – Equipe II

9º Solimar Aparecida De Abreu (conforme Protocolo nº 10019/2016)

Agente Comunitário da Saúde São Cristóvão - Equipe I

7º Leonardo Gomes Batista (conforme Protocolo nº 10041/2016)

8º Cristiane Machado Dos Santos (conforme Protocolo nº 10075/2016)

Agente Comunitário da Saúde Itajuba - Equipe II

6º Kate Dave Gomes De Oliveira (conforme Protocolo nº 10069/2016)

Agente Comunitário da Saúde Pedras Brancas

6º Juliana Rengel Vieira (conforme Protocolo nº 10088/2016)

Nível Alfabetizado

Agente da Dengue

9º Marcos Vinicius Lopes Amorim (conforme Protocolo nº 10029/2016)

2. DA SOLICITAÇÃO PARA RECLASSIFICAÇÃO, CONFORME ITEM Nº 15.7 DO EDITAL Nº 003/2015.

2.1 COMPARECERAM para solicitar a reclassificação para o último lugar dos classificados, conforme 5ª Convocação, os seguintes candidatos:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

Nível Superior

Médico da Família

6º Lielli Carine Fischer Pollheim (conforme Protocolo nº 10166/2016)

7º Mateus Oliveira De Souza (conforme Protocolo nº 10182/2016)

Nível Médio Técnico

Técnico em Enfermagem

25º Emanuelle Amanda Zella (conforme Protocolo nº 10117/2016)

Técnico em Higiene Dental

6º Joedina Moraes (conforme Protocolo nº 10161/2016)

Nível Fundamental Completo

Agente Comunitário da Saúde Centro – Equipe II

8º Realina De Freitas (conforme Protocolo nº 10023/2016)

4. DO NÃO COMPARECIMENTO para manifestar interesse na vaga, conforme 5ª Convocação do Concurso Público Edital 003/2015, os seguintes candidatos:

4.1 NÃO COMPARECERAM para manifestar interesse na vaga, conforme 5ª Convocação, os seguintes candidatos:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO

Nível Superior

Médico da Família

8º Morgana Pereira Balbinot

Médico Psiquiatra

4º Alexandre F Laffitte

Professor de Educação Física

3º Helio Cidade Filho

4º Adriano Flugel

Técnico em Higiene Dental

7º Gabriela Trierweiler Odeli

Nível Médio Técnico
Técnico em Enfermagem
29º Jennifer Amabel Severino

Nível Médio
Atendente de Consultório Dentário II
2º Daniel Schiavoni

Agente Comunitário da Saúde Itajuba - Equipe I
6º Maristela Franceschini Baldissera

4.2 Os candidatos inseridos no item 4.1 do presente Edital perderam automaticamente o direito a investidura, conforme item 15.6 e 15.8, do Edital de Concurso nº 003/2015.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 A Administração Municipal, se reserva ao direito de exigir documentos complementares aos já apresentados, a reentrega destes ou a renovação quando vencidos, mesmo que apresentados, conforme Edital de convocação, e item 15.6 do Edital do Concurso Público 003/2015.

5.2 Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 003/2015, que normatiza o Concurso Público/Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Barra Velha/SC.

5.3 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

5.4 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 25 de outubro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR
Prefeito Secretário Municipal de Administração
e Finanças

19º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

19º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, conforme 6ª convocação através do Edital nº 18º/2016, e itens 17.6, 17.7 e 17.8, do Edital nº. 002/2015, o seguinte:

1. DA MANIFESTAÇÃO EM INTERESSE NA VAGA, CONFORME ÍTEM 17.6 DO EDITAL 002/2015, PARA APRESENTAÇÃO DA COMPROVAÇÃO DE REQUISITOS E EXAMES MÉDICOS

1.1 COMPARECERAM para manifestar interesse na vaga e solicitar até 30 (trinta) dias para a comprovação de requisitos e exames médicos, conforme 18º Edital de Convocação do Concurso Público 002/2015, os seguintes candidatos:

PREFEITURA
Nível Superior na Área da Saúde
Médico Cirurgião Geral
2º Elcio Rogerio Kuhn (conforme protocolo nº 10050)

Fisioterapeuta
4º Viviane Castiel Silva (conforme protocolo nº 10093)

Nível Fundamental Completo
Eletricista

1º Zair Carmelino Vicentin (conforme protocolo nº 10096)

Nível Fundamental Incompleto
Auxiliar de Serviços Gerais
25º Maria Margareti Borges (conforme protocolo nº 10015)

EDUCAÇÃO
Nível Superior na Área Pedagógica
Supervisor Escolar
1º Selma Fatima Ferreira Soares (conforme protocolo nº 10014)

Psicopedagogo
2º Katia Maria Alves (conforme protocolo nº 10064)

Nível Fundamental Completo
Equipe Setorial Técnica Administrativa
Eletricista
1º Max Willian Lopes Amorim (conforme protocolo nº 10024)

2. DA SOLICITAÇÃO PARA RECLASSIFICAÇÃO, CONFORME ITEM Nº 17.7 DO EDITAL Nº 002/2015.

2.1 COMPARECERAM para solicitar a reclassificação para o último lugar dos classificados, conforme 18º Edital de Convocação, os seguintes candidatos:

EDUCAÇÃO
Nível Superior na Área Pedagógica
Psicopedagogo
1º Mariana Arend De Paula Xavier (conforme protocolo nº 10124/2016)

3. DA DESCLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO, CONFORME ITEM 17.6 E 17.8 DO EDITAL Nº 002/2015

3.1 NÃO COMPARECERAM para manifestar interesse na vaga, conforme 6ª Convocação, os seguintes candidatos:

PREFEITURA
Nível Superior na Área da Saúde
Fisioterapeuta
3º Cassio Noboro Fuginami

Nível Médio Técnico
Técnico em Enfermagem
31º Beatriz Krause Dutsol
32º Tatiane Rocha De Lima

4.DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 A Administração Municipal, se reserva ao direito de exigir documentos complementares aos já apresentados, a reentrega destes ou a renovação quando vencidos, mesmo que apresentados, conforme Edital de convocação, e item 17.6 do Edital do Concurso Público 002/2015.

4.2 Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 002/2015, que normatiza o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

4.3 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim.

4.4 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 25 de outubro de 2016.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO RUI JOSÉ MACHADO JÚNIOR
Prefeito Secretário Municipal de Administração
e Finanças

ATA 001/2016 PP 001/2016 PP 059/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

Contratada: JOÃO PEDRO DA ROCHA ME Objeto: prestação de serviço de terraplanagem, drenagem com fornecimento de material.

Valor do Contrato: R\$ 78.200,00

Data de Assinatura: 24/10/2016

Data de Vencimento: 24/10//2017

Barra Velha, 24de outubro de 2016.

RAFAEL RODRIGO DA ROCHA

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANSCISCO Prefeito

Valor do Contrato: R\$ 20.500,00

Data de Assinatura: 25/10/2016

Data de Vencimento: 25/10//2017

Barra Velha, 25de outubro de 2016.

PEDRO ABILIO DE SOUZA

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANSCISCO Prefeito

ATA 001/2016 PP 062/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 078/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

Contratada: MB EMPREENDIMENTOS EIRELI ME

Objeto: prestação de serviço para instalação de gás de cozinha (canalização e outros) para escolas e CEIS da rede municipal de ensino.

Valor do Contrato: R\$ 60.000,00

Data de Assinatura: 25/10/2016

Data de Vencimento: 25/10//2017

Barra Velha, 25 de outubro de 2016.

HENDRION RAFAEL ROOS

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANSCISCO Prefeito

ATA 001/2016 PP 060/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

Contratada: JOÃO PEDRO DA ROCHA ME Objeto: prestação de serviço de terraplanagem, drenagem com fornecimento de material.

Valor do Contrato: R\$ 78.200,00

Data de Assinatura: 24/10/2016

Data de Vencimento: 24/10//2017

Barra Velha, 24de outubro de 2016.

RAFAEL RODRIGO DA ROCHA

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANSCISCO Prefeito

ATA 002/2016 PP 061/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 077/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2016

Contratada: TENDAS PARANÁ LTDA

Objeto: confecção e instalação de portões de ferro para casinhas de gás, e aquisição e instalação de tendas, toldos e cercas em gradil para escolas e CEIS da rede municipal de ensino

Valor do Contrato: R\$ 89.980,00

Data de Assinatura: 25/10/2016

Data de Vencimento: 25/10//2017

Barra Velha, 25de outubro de 2016.

MARCO ANTÔNIO SOARES DE MELLO

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANSCISCO Prefeito

ATA 001/2016 PP 061/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 077/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016

Contratada: ABC & MÃO DE OBRA E COMERCIO DE VIDROS LTDA ME

Objeto: confecção e instalação de portões de ferro para casinhas de gás, e aquisição e instalação de tendas, toldos e cercas em gradil para escolas e CEIS da rede municipal de ensino

PROCON - BARRA VELHA

DECISÃO

DECISÃO

Autos nº 42.004.001.13-0000848

FA n.º antigo: 0113.000.848-0

Reclamante: EDSON CORREITORRA DE SEGUROS LTDA.

Reclamado(a): TIM CELULAR S.A

Vistos.

Trata-se Processo Administrativo instaurado na data de 18.06.2013 em desfavor da Reclamada em epígrafe, a fim de apurar eventual infração ao artigo 12, inciso IX, alínea "d", do Decreto Federal n. 2.181/97.

Foram designadas as datas de 10.07.2013 e 31.07.2013 para composição das partes, restando ambos os atos inexitosos.

A Reclamada ofereceu defesa às fls. 27-31 e apresentou proposta de acordo às fls. 32-33, permanecendo o feito pendente de despacho ou decisão até a presente data.

Verifica-se ainda, que a Reclamante se socorreu da via judicial naquele mesmo ano para ajuizar Ação Cominatória c/c Indenização por Perdas e Danos em face da Reclamada, alcançando a tutela jurisdicional pretendida em 27.05.2015.

Nada obstante, os autos administrativos permaneceram inertes apenas com a expedição de Notificação para apresentação de faturamento da empresa Reclamada (fls. 36 e 44).

É o relato do necessário.

Sem delongas ou necessidade de se adentrar ao mérito da questão, não há como negar a ocorrência da prescrição intercorrente da pretensão punitiva da administração pública no caso em tela.

Consoante dispõe o artigo 1º, §1º, da Lei n. 9.873/99, a prescrição intercorrente incide no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada [...], senão vejamos:

Art. 1º Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

§ 1º Incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

Assim, na presente hipótese, de julho de 2013 até outubro de 2016 o referido processo administrativo (apesar de não ficar paralisado dada a inserção de notificações à Reclamada) ficou pendente de julgamento ou despacho por mais de três anos, sem qualquer pronunciamento.

Desse modo, resta configurada a prescrição intercorrente apontada, dado que transcorrido o lapso temporal de três anos previsto no parágrafo do art. 1º, da Lei n. 9.873/99, cabendo, portanto, extinção do processo com resolução do mérito.

Nesse sentido é o precedente:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. [...]. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ART. 1º, § 1º, DA LEI 9.873/99. OCORRÊNCIA DE ATOS DE INSTRUÇÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. EXISTÊNCIA DE EFEITOS DA INFRAÇÃO QUE SE PROLONGAM NO TEMPO. FUNDAMENTO SUFICIENTE INATACADO. [...]. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (AgRg no REsp 1172640/DF, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/11/2010, DJe 02/12/2010)

Não obstante, vale lembrar que na seara administrativa existe um princípio que determina a necessidade de movimentação da administração, veja-se:

“O princípio da oficialidade atribui sempre à movimentação do processo administrativo à Administração, ainda que instaurado por provocação do particular: uma vez iniciado passa a pertencer ao Poder Público, a quem compete o seu impulsionamento, até a decisão final. Se a Administração o retarda, ou dele se desinteressa, infringe o princípio da oficialidade, e seus agentes podem ser responsabilizados pela omissão.” (MEIRELLES, 1994, p.17).

Ante o exposto, considerando que o presente feito permaneceu inerte, sem despacho ou julgamento, por mais de 3 (três) anos, e não sendo a ocorrência tratada pela Lei. 8.078/90 ou pelo Decreto Federal n. 2.181/97, declaro a extinção do feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso II, do NCPC.

Notifiquem-se as partes desta decisão.

Publique-se.

Barra Velha, 26 de Outubro de 2016.

Mariana Pirog Lugarini
Coordenadora Executiva

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Auto de Infração nº 2016.0001.

Autuado: Banco Bradesco S/A.

Objeto: tempo de limite em fila de espera desrespeitado.

DECISÃO

Dos fatos

A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), em 08 de agosto de 2016 autuou o Banco Bradesco S/A, agência de Barra Velha, SC, através do Auto de Infração n.º 2016.0001 tendo em vista que no dia 05 de agosto de 2016 o consumidor Thiago Alex da Rosa, devidamente qualificado nos autos do procedimento preliminar FA n. 42-004.001.16-0001885, se dirigiu ao PROCON para noticiar o fato de que ficou na fila de espera para atendimento na agência do Banco Bradesco, neste Município de Barra Velha por 1h02min (uma hora e dois minutos), conforme cópia da senha de atendimento Caixa 0116, anexada aos autos.

Quando notificado, o autuado apresentou a defesa, por meio da qual requereu a anulação do Auto de Infração (fls. 08-09), sendo o feito encaminhado para a Procuradoria Geral do Município - PGM, nos termos dos art. 4º, §2º, da Lei Municipal n. 409/2011, para indicação da sanção aplicável a espécie.

Dos fundamentos

O teor do Parecer Jurídico exarado pela PGM às fls. 14-16, considerou o recebimento da impugnação do autuado, dada sua tempestividade, e no mérito, considerou a ocorrência da violação ao previsto no art. 1º, §1º, da Lei Municipal n. 409/2011, indicando a aplicação da penalidade previstas no art. 2º, inciso II da referida legislação municipal, eis que a agência autuada já é reincidente na prática em comento - 42.004.001.13-0001383.

Dispositivo

Destarte, ACOLHO o parecer jurídico retro e tendo em vista a reincidência do Banco Reclamado, de acordo com o inciso II do art. 2º da Lei Municipal n. 409/2011, aplico a penalidade de multa no valor de 300 (trezentas) UFIR (Unidades Fiscais de Referência) que, atualizada pelo IPCA-e (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial), conforme despacho n. 571, contido do Processo n. 08012.000250/2011-83, do Ministro da Justiça em 8 de julho de 2011 que adotou - para os fins e efeitos do art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 - o Parecer n.º 56/2011/CEP/CGLEG/CONJUR/MJ, corresponde ao valor de R\$953,91 (novecentos e cinquenta e três reais e noventa e um centavos).

Notifique-se o Autuado para recolher o valor da multa arbitrada no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da guia, bem como cientifique que da presente decisão administrativa caberá Recurso dirigido ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de 10 (dez) dias, conforme dispõe o art. 3º, parágrafo único, da Lei Municipal nº. 1.109/2011 e art. 49, parágrafo único, do Decreto 2.181/97.

Publique-se. Intimem-se os interessados. Cumpra-se.

Barra Velha, 11 de outubro de 2016.

Mariana Pirog Lugarini
Coordenadora Executiva

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO Nº 388

DECRETO N.º 388/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1133/2015, de 28 de outubro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

| | | | |
|----------------------|-------------------------------|---|-----------|
| ÓRGÃO | 07.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA | |
| Unidade Orçamentária | 07.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA | |
| 12-04.122.0003-2.003 | 2.003 | Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda | |
| Dotação | 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0743 | Aplicações Diretas | 5.000,00 |
| ÓRGÃO | 07.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA | |
| Unidade Orçamentária | 07.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA | |
| 15-04.122.0003-2.003 | 2.003 | Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda | |
| Dotação | 4.4.90.00.00.00.00.00.00.0739 | Aplicações Diretas | 20.000,00 |
| TOTAL GERAL | | | 25.000,00 |

Art. 2º. Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), conforme abaixo especificado.

| | | | |
|----------------------|-------------------------------|---|-----------|
| ÓRGÃO | 07.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA | |
| Unidade Orçamentária | 07.01 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA | |
| 09-04.122.0003-2.003 | 2.003 | Manutenção da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda | |
| Dotação | 3.1.90.00.00.00.00.00.00.0700 | Aplicações Diretas | 25.000,00 |
| TOTAL GERAL | | | 25.000,00 |

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 17 de outubro de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

DECRETO Nº 389

DECRETO N.º 389/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

“PONTO FACULTATIVO EM ALUSÃO AO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, que 28 de outubro é o “Dia do Servidor Público”;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado “PONTO FACULTATIVO”, em todas as repartições públicas municipais, no dia 28 de outubro de 2016, em comemoração alusiva ao “Dia do Servidor Público” no âmbito do Município de Bela Vista do Toldo.

Art. 2º. Ficam ressalvados das disposições do art. 1º os serviços emergenciais e essenciais, devendo os servidores lotados nas respectivas áreas, obedecerem ao escalonamento determinado pelos titulares das respectivas Secretarias.

Art. 3º. As atividades deste Paço Municipal e demais repartições públicas voltarão ao normal no dia 31 de outubro de 2016, às 07h30min.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo – SC, 24 de outubro de 2016.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, em 24/10/2016

Benedito Novo

PREFEITURA

DECRETO 111/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 111/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E
SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.810, de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 10.297,00 (dez mil e duzentos e noventa e sete reais), para reforço da seguinte projeto/atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

| | |
|----------------------------|---|
| 04 | Secretaria Da Saude E Bem Estar Social |
| 04.001 | Fundo Municipal Da Saude |
| 04.001.0010 | Saude |
| 04.001.0010.0301 | Atenção Básica |
| 04.001.0010.0301.0041 | Saude Aos Municípios |
| 04.001.0010.0301.0041.2017 | Manutenção Das Atividades Da Saude |
| 3339000000000000 | Aplicações Diretas |
| 01020000 | Receitas De Impostos - Saúde |
| | R\$ 5.000,00 |
| 04 | Secretaria Da Saude E Bem Estar Social |
| 04.001 | Fundo Municipal Da Saude |
| 04.001.0010 | Saude |
| 04.001.0010.0305 | Vigilância Epidemiológica |
| 04.001.0010.0305.0041 | Saude Aos Municípios |
| 04.001.0010.0305.0041.2019 | Atividades Da Vigilância Epidemiológica |
| 3319000000000000 | Aplicações Diretas |
| 01380201 | Sus/União - Ecd. |
| | R\$ 5.297,00 |

Art. 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, fica autorizado à anulação da seguinte dotação:

| | |
|----------------------------|---|
| 04 | Secretaria Da Saude E Bem Estar Social |
| 04.001 | Fundo Municipal Da Saude |
| 04.001.0010 | Saude |
| 04.001.0010.0301 | Atenção Básica |
| 04.001.0010.0301.0041 | Saude Aos Municípios |
| 04.001.0010.0301.0041.2017 | Manutenção Das Atividades Da Saude |
| 3339300000000000 | Aplicações Diretas |
| 01020000 | Receitas De Impostos - Saúde |
| | R\$ 5.000,00 |
| 04 | Secretaria Da Saude E Bem Estar Social |
| 04.001 | Fundo Municipal Da Saude |
| 04.001.0010 | Saude |
| 04.001.0010.0305 | Vigilância Epidemiológica |
| 04.001.0010.0305.0041 | Saude Aos Municípios |
| 04.001.0010.0305.0041.2019 | Atividades Da Vigilância Epidemiológica |
| 3449000000000000 | Aplicações Diretas |
| 01380201 | Sus/União - Ecd. |
| | R\$ 5.297,00 |

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 24 de outubro de 2016

DARIO TONOLLI

Prefeito

O Decreto nº 111/2016 foi publicado na forma da Lei
Benedito Novo, aos dias de 24 de outubro de 2016

MARILIA PANOCH
Agente Administrativo "B"

DECRETO 112/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 112/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E
SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.838 de 20 de outubro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 85.000,00(oitenta e cinco mil reais), para reforço da seguinte projeto/atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

| | |
|----------------------------|---|
| 04 | Secretaria Da Saude E Bem Estar Social |
| 04.001 | Fundo Municipal Da Saude |
| 04.001.0010 | Saude |
| 04.001.0010.0301 | Atenção Básica |
| 04.001.0010.0301.0041 | Saude Aos Municípios |
| 04.001.0010.0301.0041.2053 | Manutenção Do Programa Saude Na Familia |
| 3319000000000000 | Aplicações Diretas |
| 01020000 | Receitas De Impostos - Saúde |
| | R\$ 85.000,00 |

Art. 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, fica autorizado à anulação da seguinte dotação:

| | |
|----------------------------|--|
| 04 | Secretaria Da Saude E Bem Estar Social |
| 04.001 | Fundo Municipal Da Saude |
| 04.001.0010 | Saude |
| 04.001.0010.0301 | Atenção Básica |
| 04.001.0010.0301.0041 | Saude Aos Municípios |
| 04.001.0010.0301.0041.2017 | Manutenção Das Atividades Da Saude |
| 3319000000000000 | Aplicações Diretas |
| 01020000 | Receitas De Impostos - Saúde |
| | R\$ 85.000,00 |

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 24 de outubro de 2016

DARIO TONOLLI

Prefeito

O Decreto nº 112/2016 foi publicado na forma da Lei
Benedito Novo, aos dias de 24 de outubro de 2016

MARILIA PANOCH
Agente Administrativo "B"

DECRETO 113/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 113/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E
SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.810, de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.251,00 (seis mil e duzentos e cinquenta e um reais), para reforço da seguinte projeto/atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

| | |
|----------------------------|--|
| 04 | Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social |
| 04.002 | Fundo Municipal Da Assistência Social |
| 04.002.0008 | Assistência Social |
| 04.002.0008.0243 | Assistência A Criança E Ao Adolescente |
| 04.002.0008.0243.0042 | Serviços Assistenciais E Sociais |
| 04.002.0008.0243.0042.2023 | Manutenção Do Conselho Tutelar |
| 3339000000000000 | Aplicações Diretas |
| 01000000 | Recursos Ordinários |

| | |
|----------------------------|---|
| | R\$ 600,00 |
| 04 | Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social |
| 04.002 | Fundo Municipal Da Assistência Social |
| 04.002.0008 | Assistência Social |
| 04.002.0008.0244 | Assistência Comunitária |
| 04.002.0008.0244.0042 | Serviços Assistenciais E Sociais |
| 04.002.0008.0244.0042.2020 | Manutenção Dos Serviços Assistenciais E Sociais |
| 3339000000000000 | Aplicações Diretas |
| 01000000 | Recursos Ordinários |
| | R\$ 3.000,00 |
| 05 | Secretaria Da Educação E Cultura |
| 05.001 | Secretaria Da Educação E Cultura |
| 05.001.0013 | Cultura |
| 05.001.0013.0392 | Difusão Cultural |
| 05.001.0013.0392.0052 | Apoio A Educação E A Cultura |
| 05.001.0013.0392.0052.2035 | Adequar E Manter O Setor De Cultura |
| 3339000000000000 | Aplicações Diretas |
| 01000000 | Recursos Ordinários |
| | R\$ 2.651,00 |

Art. 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, fica autorizado à anulação da seguinte dotação:

| | |
|----------------------------|---|
| 04 | Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social |
| 04.002 | Fundo Municipal Da Assistência Social |
| 04.002.0008 | Assistência Social |
| 04.002.0008.0243 | Assistência A Criança E Ao Adolescente |
| 04.002.0008.0243.0042 | Serviços Assistenciais E Sociais |
| 04.002.0008.0243.0042.2023 | Manutenção Do Conselho Tutelar |
| 3319000000000000 | Aplicações Diretas |
| 01000000 | Recursos Ordinários |
| | R\$ 600,00 |
| 04 | Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social |
| 04.002 | Fundo Municipal Da Assistência Social |
| 04.002.0008 | Assistência Social |
| 04.002.0008.0244 | Assistência Comunitária |
| 04.002.0008.0244.0042 | Serviços Assistenciais E Sociais |
| 04.002.0008.0244.0042.2020 | Manutenção Dos Serviços Assistenciais E Sociais |
| 3339300000000000 | Aplicações Diretas |
| 01000000 | Recursos Ordinários |
| | R\$ 3.000,00 |
| 05 | Secretaria Da Educação E Cultura |
| 05.001 | Secretaria Da Educação E Cultura |
| 05.001.0013 | Cultura |
| 05.001.0013.0392 | Difusão Cultural |
| 05.001.0013.0392.0052 | Apoio A Educação E A Cultura |
| 05.001.0013.0392.0052.2035 | Adequar E Manter O Setor De Cultura |
| 3449000000000000 | Aplicações Diretas |
| 01000000 | Recursos Ordinários |
| | R\$ 2.651,00 |

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 24 de outubro de 2016

DARIO TONOLLI

Prefeito

O Decreto nº 113/2016 foi publicado na forma da Lei

Benedito Novo, aos dias de 24 de outubro de 2016

MARILIA PANOCH

Agente Administrativo "B"

DECRETO 114/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº. 114/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito Municipal de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70º, Inciso I, Aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art.5º e 6º da Lei nº 1.810 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), para reforço da seguinte atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

| | |
|----------------------------|---|
| 04 | Secretaria Da Saude E Bem Estar Social |
| 04.002 | Fundo Municipal Da Assistência Social |
| 04.002.0008 | Assistência Social |
| 04.002.0008.0244 | Assistência Comunitária |
| 04.002.0008.0244.0042 | Serviços Assistenciais E Sociais |
| 04.002.0008.0244.0042.2020 | Manutenção Dos Serviços Assistenciais E Sociais |
| 331900000000000 | Aplicações Diretas |
| 03350002 | Suas/União - Cras |
| | R\$ 6.000,00 |

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, o crédito suplementar corre por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 24 de outubro de 2016

DARIO TONOLLI

Prefeito

O Decreto nº. 114/2016 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, 24 de outubro de 2016

MARILIA PANOCH

Agente Administrativo " B "

DECRETO 115/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 115/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, Aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.837 de 20 de outubro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$21.000,00(VINTE E HUM MIL Reais), para reforço da seguinte projeto/atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

| | |
|----------------------------|--|
| 04 | Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social |
| 04.002 | Fundo Municipal Da Assistência Social |
| 04.002.0008 | Assistência Social |
| 04.002.0008.0243 | Assistência A Criança E Ao Adolescente |
| 04.002.0008.0243.0042 | Serviços Assistenciais E Sociais |
| 04.002.0008.0243.0042.2023 | Manutenção Do Conselho Tutelar |
| 331900000000000 | Aplicações Diretas |
| 01000000 | Recursos Ordinários |
| | R\$ 21.000,00 |

Art. 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, fica autorizado à anulação da seguinte dotação:

| | |
|----------------------------|--|
| 04 | Secretaria Da Saude E Bem-Estar Social |
| 04.002 | Fundo Municipal Da Assistência Social |
| 04.002.0008 | Assistência Social |
| 04.002.0008.0241 | Assistência Ao Idoso |
| 04.002.0008.0241.0042 | Serviços Assistenciais E Sociais |
| 04.002.0008.0241.0042.2021 | Programa De Atenção A Pessoa Idosa |
| 331900000000000 | Aplicações Diretas |

| | |
|----------|---------------------|
| 01000000 | Recursos Ordinários |
| | R\$ 21.000,00 |

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 24 de outubro de 2016

DARIO TONOLLI

Prefeito

O Decreto nº 115/2016 foi publicado na forma da Lei

Benedito Novo, aos dias de 24 de outubro de 2016

MARILIA PANOCH

Agente Administrativo "B"

DECRETO 116/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº. 116/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE

ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito Municipal de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70º, Inciso I, Aliena "a" da Lei Orgânica do município e pela Lei nº 1.810 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 9.373,62 (nove mil e trezentos e setenta e tres reais e sessenta e dois centavos), para reforço da seguinte atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

| | |
|----------------------------|---|
| 02 | Gabinete Do Prefeito |
| 02.001 | Gabinete Do Prefeito |
| 02.001.0004 | Administração |
| 02.001.0004.0124 | Controle Externo |
| 02.001.0004.0124.0020 | Gestão Administrativa Do Gabinete Do Prefeito |
| 02.001.0004.0124.0020.2004 | Manutenção Do Controle Interno |
| 3319000000000000 | Aplicações Diretas |
| 01890000 | Alienação Bens Dest .Outros Programas |
| | R\$ 881,22 |
| 03 | Secretaria De Administração E Finanças |
| 03.001 | Secretaria De Administração E Finanças |
| 03.001.0004 | Administração |
| 03.001.0004.0122 | Administração Geral |
| 03.001.0004.0122.0031 | Gestão Administrativa E Financeira |
| 03.001.0004.0122.0031.2006 | Manutenção Das Atividades Administrativas |
| 3319000000000000 | Aplicacoes Diretas |
| 01890000 | Alienação Bens Dest. Outros Programas |
| | R\$ 8.492,40 |

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, o crédito suplementar corre por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 24 de outubro de 2016

DARIO TONOLLI Prefeito

O Decreto nº. 116/2016 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, 24 de outubro de 2016

MARILIA PANOCH

Agente Administrativo "B"

DECRETO 117/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº. 117/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito Municipal de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70º, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art.5º e 6º da Lei nº 1.810 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 7.316,05 (sete mil e trezentos e dezesseis reais e cinco centavos), para reforço da seguinte atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

| | |
|----------------------------|---|
| 05 | Secretaria Da Educação E Cultura |
| 05.001 | Secretaria Da Educação E Cultura |
| 05.001.0013 | Cultura |
| 05.001.0013.0392 | Difusão Cultural |
| 05.001.0013.0392.0052 | Apoio A Educação E A Cultura |
| 05.001.0013.0392.0052.2035 | Adequar E Manter O Setor De Cultura |
| 331900000000000 | Aplicações Diretas |
| 03890000 | Alienação De Bens - Outros |
| | R\$ 452,59 |
| 07 | Secretaria Da Agricultura E Meio Ambiente |
| 07.001 | Secretaria Da Agricultura E Meio Ambiente |
| 07.001.0020 | Agricultura |
| 07.001.0020.0606 | Extensão Rural |
| 07.001.0020.0606.0071 | Desenvolvimento Rural |
| 07.001.0020.0606.0071.2041 | Assistência Ao Produtor Rural |
| 331900000000000 | Aplicações Diretas |
| 03890000 | Alienação De Bens - Outros |
| | R\$ 6.863,46 |

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, o crédito suplementar corre por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 24 de outubro de 2016.

DARIO TONOLLI Prefeito

O Decreto nº. 117/2016 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, 24 de outubro de 2016

MARILIA PANOCH

Agente Administrativo " B "

DECRETO 118/2016 - ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DECRETO Nº 118/2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

DARIO TONOLLI, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, Aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.810, de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), para reforço da seguinte projeto/atividade e dotação do orçamento programa de 2016:

| | |
|----------------------------|---|
| 03 | Secretaria De Administração E Finanças |
| 03.001 | Secretaria De Administração E Finanças |
| 03.001.0004 | Administração |
| 03.001.0004.0122 | Administração Geral |
| 03.001.0004.0122.0031 | Gestão Administrativa E Financeira |
| 03.001.0004.0122.0031.2006 | Manutenção Das Atividades Administrativas |
| 333900000000000 | Aplicações Diretas |

| | |
|----------------------------|--|
| 01000000 | Recursos Ordinários |
| | R\$ 20.000,00 |
| 08 | Secretaria De Obras E Serviços Urbanos |
| 08.001 | Secretaria De Obras E Serviços Urbanos |
| 08.001.0015 | Urbanismo |
| 08.001.0015.0451 | Infraestrutura Urbana |
| 08.001.0015.0451.0080 | Sistema Viário |
| 08.001.0015.0451.0080.2050 | Manutenção De Maquinas E Do Sistema Viário |
| 3339000000000000 | Aplicações Diretas |
| 01000000 | Recursos Ordinários |
| | R\$ 12.000,00 |

Art. 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, fica autorizado à anulação da seguinte dotação:

| | |
|----------------------------|--|
| 03 | Secretaria De Administração E Finanças |
| 03.001 | Secretaria De Administração E Finanças |
| 03.001.0004 | Administração |
| 03.001.0004.0122 | Administração Geral |
| 03.001.0004.0122.0031 | Gestão Administrativa E Financeira |
| 03.001.0004.0122.0031.2006 | Manutenção Das Atividades Administrativas |
| 3449000000000000 | Aplicações Diretas |
| 01000000 | Recursos Ordinários |
| | R\$ 20.000,00 |
| 08 | Secretaria De Obras E Serviços Urbanos |
| 08.001 | Secretaria De Obras E Serviços Urbanos |
| 08.001.0015 | Urbanismo |
| 08.001.0015.0451 | Infraestrutura Urbana |
| 08.001.0015.0451.0080 | Sistema Viário |
| 08.001.0015.0451.0080.2050 | Manutenção De Maquinas E Do Sistema Viário |
| 3319000000000000 | Aplicações Diretas |
| 01000000 | Recursos Ordinários |
| | R\$ 12.000,00 |

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Benedito Novo, 24 de outubro de 2016
DARIO TONOLLI
Prefeito

O Decreto nº 118/2016 foi publicado na forma da Lei
Benedito Novo, aos dias de 24 de outubro de 2016

MARILIA PANOCH
Agente Administrativo "B"

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2016 PREGÃO PRESENCIAL nº. 28/2016

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS E PRODUTOS DE COPA E COZINHA PARA CONSUMO NAS DIVERSAS SECRETARIAS.

EMPRESA FORNECEDORA: FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP

JUSTIFICATIVA DO ADITIVO: Queda de preço do mercado.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 21/10/2016 a 04/04/2017.

Benedito Novo (SC), 21/10/2016.

Dario Tonolli - Prefeito em Exercício

LEI 1.836/2016 - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Lei nº 1.836, de 05 de outubro de 2016.

Dispõe Sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária para 2017 e dá Outras Providências.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O orçamento do Município de Benedito Novo, para o exercício de 2017, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
- II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III - a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VIII - as disposições gerais.

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2017, 2018, 2019, de que trata o Art. 4º da Lei complementar nº 101/2000, são as identificadas no Demonstrativo I desta Lei, e que conterà ainda:

- I - Metas Anuais (Demonstrativo I);
- II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (Demonstrativo II);
- III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (Demonstrativo III);
- IV - Evolução do Patrimônio Líquido (Demonstrativo IV);
- V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (Demonstrativo V);
- VI - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (Demonstrativo VII);
- VII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (Demonstrativo VIII);
- VIII - Metas Físicas de Ações Priorizadas na LDO por Programa;
- IX - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- X - Demonstrativo da Priorização de Recursos para Obras em Andamento e conservação do Patrimônio Público.
- XI - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;
- XIII - Memória de Cálculo das metas Fiscais de Resultado Primário;
- XIV - Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- XV - Memória de Cálculo das Metas fiscais do Montante da Dívida;

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2016

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 serão aquelas definidas e apresentadas nos demonstrativos de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Demonstrativo IX, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, diagnóstico situacional do Programa, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta 03/2008.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Conjunta 03/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

VII - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

VIII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

IX - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

Art. 8º - A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da

LRF)

II - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF)

Art. 9º - A reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" – Ordinários do orçamento fiscal e poderá corresponder até 1 % da Receita Corrente Líquida prevista.

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 - Os Orçamentos para o exercício de 2017 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11 - Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta lei (QDD).

Art. 12 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF).

Art. 13 - Se a receita estimativa para 2017, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quando aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 - Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observando a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF).

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo I, observando o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 16 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo X desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17 - Os Orçamentos para o exercício de 2017 destinarão recursos para a Reserva de Contingência e corresponderá até 1% das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (Art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas à menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e Demonstrativo X – Riscos Fiscais. (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2017, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão na Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20 - Os projetos e atividades priorizadas na Lei Orçamentária para 2017 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificado com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Art. 21 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, constantes do Demonstrativo VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas conforme Lei Municipal 1.695 de 05/12/2012.

Art. 23 - Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art.16, § 3º da LRF).

Art. 24 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Parágrafo Único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão apresentadas no Demonstrativo IX desta lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 25 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62 da LRF)

Art. 26 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 27 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria conjunta STN/SOF nº. 02/2009.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF)

Art. 28 - Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017 e constantes desta Lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 29 - Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2017, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF)

Art. 30 - Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considerando crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 - A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF)

Art. 32 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 33 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF)

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 169, parágrafo 1º, II da CF)

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2017 ou em créditos adicionais.

Art. 35 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF)

Art. 36 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso eles ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

I – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

II - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

III – eliminação das despesas com horas extras;

IV – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

Art. 37 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Benedito Novo, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade de contratado ou de terceiros.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF)

Art. 39 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 40 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 42 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 43 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício

subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 44 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, durante o exercício de 2017.

Art. 45 - O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 46 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Município de Benedito Novo, 05 de outubro de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.

Benedito Novo, aos 28 de outubro de 2016.

Marília Panoch

Agente Administrativo

LEI 1.837/2016 - AUTORIZA A ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

LEI Nº 1.837, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO.

DARIO TONOLLI, Prefeito em Exercício de Benedito Novo/SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ R\$21.000,00(vinte e hum mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

| | |
|----------------------------|--|
| 04 | Secretaria Da Saude E Bem Estar Social |
| 04.002 | Fundo Municipal Da Assistência Social |
| 04.002.0008 | Assistência Social |
| 04.002.0008.0243 | Assistência A Criança E Ao Adolescente |
| 04.002.0008.0243.0042 | Serviços Assistenciais E Sociais |
| 04.002.0008.0243.0042.2023 | Manutenção Do Conselho Tutelar |
| 3319000000000000 | Aplicações Diretas |
| 01000000 | Recursos Ordinários R\$ 21.000,00 |
| | |
| | |

Art. 2º - Para atender ao disposto no Artigo 1º, fica autorizado à anulação da seguinte dotação:

| | |
|----------------------------|--|
| 04 | Secretaria Da Saude E Bem Estar Social |
| 04.002 | Fundo Municipal Da Assistência Social |
| 04.002.0008 | Assistência Social |
| 04.002.0008.0241 | Assistência Ao Idoso |
| 04.002.0008.0241.0042 | Serviços Assistenciais E Sociais |
| 04.002.0008.0241.0042.2021 | Programa De Atenção A Pessoa Idosa |
| 3319000000000000 | Aplicações Diretas |
| 01000000 | Recursos Ordinários R\$ 21.000,00 |
| | |
| | |

Município de Benedito Novo, aos 20 de outubro de 2016.

DARIO TONOLLI

Prefeito em Exercício de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.

Benedito Novo, aos 20 de outubro de 2016.

Marília Panoch

Agente Administrativo

M E N S A G E M

Biguaçu

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 013/2016

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 13/2016

Dispõe sobre a aprovação da inscrição das entidades, bem como dos serviços, programas e projetos no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Biguaçu.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Biguaçu/SC no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.069/90 de 13 de junho de 1990 e pela Lei Ordinária Municipal nº. 2906 de 26 de abril de 2010, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Sessão Plenária Ordinária de 27 de setembro de 2016.

- A ATA nº 06/2016.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA da Instituição: Associação Cultural Capoeira na Escola. CNPJ: 06.124.426/0001-33. Localizada na Rua 07 de setembro, nº 192, Centro, Biguaçu.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 25 de outubro de 2016.
Ana Paula Medeiros e Silva Vicente
Presidente do CMDCA/Biguaçu

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 57/2016 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2016 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Gabriel Arthur Loeff, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1170/2016), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A UPA 24 HORAS cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 31/10/2016, às 08h59min do dia 11/11/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 09h00min do dia 11/11/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (11/11/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (11/11/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma

reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu bigua.atende.net a partir do dia 31/10/2016.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.7911.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com.

Biguaçu, SC, 26 de outubro de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Gabriel Arthur Loeff
Secretário de Saúde

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.047/2016

DECRETO Nº 11.047, DE 09 DE SETEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0009.2184 – CEREST – Centro Ref. Saúde do Trabalhador

Modalidade 4.4.90 (81) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0009.2184 – CEREST – Centro Ref. Saúde do Trabalhador

Modalidade 3.3.90 (79) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0238.00065

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de setembro de 2016.

MARCO ANTONIO WANROWSKY

Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 11.048/2016

DECRETO Nº 11.048, DE 09 DE SETEMBRO DE 2016.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, no valor de R\$ 1.017.516,16 (um milhão, dezessete mil, quinhentos e dezesseis reais e dezesseis centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0402 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa
Atividade 04.02.03.091.0002.2007 – Pag. Honorários de Sucumbência dos Adv.

Modalidade 3.1.90 (32) Aplicações diretas R\$ 212.538,15

Fonte de Recursos 0100.00000

0404 – Diretoria de Licitações e Contratos e Convênios

Atividade 04.04.04.122.0002.2013 – Manut. Ativ. Licitações e Contratos

Modalidade 3.1.90 (46) Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0405 – Fundo de Reap. da Procuradoria Geral do Município

Atividade 04.05.03.091.0002.2015 – Manut. Ativ. Fundo de Reap. da Progem

Modalidade 3.3.90 (680) Aplicações Diversas R\$ 635,01

Fonte de Recursos 0606.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2020 – Manut. Ativ. Pessoal

Modalidade 4.4.90 (65) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Manut. Ativ. Guarda e Conservação do Pat.

Modalidade 3.1.90 (71) Aplicações Diretas R\$ 193.761,00

Fonte de Recursos 0100.00000

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0701 – Administrativo do Gabinete

Atividade 07.01.04.121.0002.2271 – Manut. Ativ. Adm. Segg

Modalidade 3.1.90 (106) aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.1.90 (180) Aplicações Diretas R\$ 312.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.361.0004.2042 – Manut. Ativ. Ens. Fund. – Salário Educação

Modalidade 4.4.90 (189) Aplicações Diretas R\$ 2.280,00

Fonte de Recursos 0136.00000

10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1004 – Diretoria de Projetos

Atividade 10.04.15.127.0012.2259 – Manut. Ativ. Projetos

Modalidade 4.4.90 (265) Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1205 – Diretoria da Criança e do Adolescente

Atividade 12.05.08.243.0004.2299 – Manut. Ativ. Conselhos Tutelares

Modalidade 3.1.90 (460) Aplicações Diretas R\$ 302,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1404 – Diretoria de Iluminação Pública e sinalização Viária

Atividade 14.04.15.452.0005.22278 – Manut. Ativ. Ilum. Pub. e Sin. Viária

Modalidade 4.4.90 (566) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2080 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Econômico

Modalidade 3.1.90 (579) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares aberto no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0402 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa

Atividade 04.02.03.091.0002.2007 – Pag. Honorários de Sucumbência dos Adv.

Modalidade 3.3.90 (34) Aplicações diretas R\$ 212.538,15

Fonte de Recursos 0100.00000

0404 – Diretoria de Licitações e Contratos e Convênios

Atividade 04.04.04.122.0002.2013 – Manut. Ativ. Licitações e Contratos

Modalidade 3.3.90 (47) Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0405 – Fundo de Reap. da Procuradoria Geral do Município

Atividade 04.05.03.091.0002.2015 – Manut. Ativ. Fundo de Reap. da Progem

Modalidade 4.4.90 (690) Aplicações Diversas R\$ 635,01

Fonte de Recursos 0606.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2020 – Manut. Ativ. Pessoal

Modalidade 3.3.90 (64) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Manut. Ativ. Guarda e Cons. do Patrimônio

Modalidade 3.3.90 (72) Aplicações Diretas R\$ 193.761,00

Fonte de Recursos 0100.00000

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0701 – Administrativo do Gabinete

Atividade 07.01.04.121.0002.2271 – Manut. Ativ. Adm. Segg

Modalidade 3.1.91 (107) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.1.91 (181) Aplicações Diretas R\$ 312.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.361.0004.2042 – Manut. Ativ. Ens. Fund. – Salário Educação

Modalidade 3.3.90 (188) Aplicações Diretas R\$ 2.280,00

Fonte de Recursos 0136.00000

10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1004 – Diretoria de Projetos

Atividade 10.04.15.127.0012.2259 – Manut. Ativ. Projetos

Modalidade 3.3.90 (264) Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1205 – Diretoria da Criança e do Adolescente

Atividade 12.05.08.243.0004.2299 – Manut. Ativ. Conselhos Tutelares

Modalidade 3.3.90 (461) Aplicações Diretas R\$ 302,00

Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1404 – Diretoria de Iluminação Pública e sinalização Viária

Atividade 14.04.15.452.0005.22278 – Manut. Ativ. Ilum. Pub. e Sin. Viária

Modalidade 3.3.90 (562) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2080 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Econômico

Modalidade 3.1.91 (580) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de setembro de 2016.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY

Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 11.050/2016

DECRETO Nº 11.050, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "a", da Lei Municipal nº 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, na fonte de recursos 0267.00065, no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0009.2234 – MAC – Outros Procedimento Vinculados

Modalidade 3.3.90 (97) Aplicações Diretas R\$ 700.000,00

Fonte de Recursos 0267.00065

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de setembro de 2016.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY

Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 11.054/2016

DECRETO Nº 11.054, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.323, de 13 de setembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta no valor de R\$ 2.328.000,00 (dois milhões, trezentos e vinte e oito mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Man. Ativ. Guarda e Cons. do Patrimônio

Modalidade 3.3.90 (72) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1004 – Diretoria de Projetos

Atividade 10.04.15.127.00012.2259 – Manut. Ativ. Projetos

Modalidade 3.3.90 (264) Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1018 – Construção/Reforma de Pontes

Modalidade 4.4.90 (319) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1402 – Diretoria de Serviços Urbanos

Atividade 14.02.15.452.0005.2075 – Manut. Ativ. Serviços Urbanos

Modalidade 3.3.90 (544) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Atividade 14.03.15.451.0005.2077 – Manut. Ativ. Manutenção de Bairros

Modalidade 3.3.90 (549) Aplicações Diretas R\$ 1.408.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2020 – Manut. Ativ. Pessoal

Modalidade 3.3.90 (64) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1005 – Diretoria do Sistema de Alerta – Alerta Blu

Atividade 10.05.15.127.0012.2260 – Manut. Ativ. Sistema de Alerta – Alertablau

Modalidade 3.3.90 (270) Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1091 – Const. Pontes Bacia Rib. Garcia

– Pac Dren.

Modalidade 4.4.90 (342) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1401 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 14.01.04.122.0002.2279 – Man. Ativ. Adm. e Financeira da Sesur

Modalidade 3.3.90 (539) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1402 – Diretoria de Serviços Urbanos

Projeto 14.02.15.452.0005.1027 – Imp/Ref/Urb/Praças/Jardins/Cem.

Modalidade 4.4.90 (542) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Projeto 14.03.15.451.0013.1100 – Exec. Ações Rec. Inf Est. Dec. Emerg. Cal. Pub.

Modalidade 3.3.90 (553) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Modalidade 4.4.90 (556) Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 14.03.15.452.0005.1069 – Exec/Terrap/Dren/Pav. de Ruas

Modalidade 4.4.90 (560) Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1404 – Diretoria de Iluminação Pública e Sinalização Viária

Atividade 14.04.15.452.0005.2278 – Man. Ativ. Ilum. Pub. e Sinalização Viária

Modalidade 3.3.90 (562) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município, no valor de R\$ 11.654.000,00 (onze milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301 – Fundação Cultural de Blumenau

Atividade 23.01.13.392.0007.2130 – Manut. Ativ. Fundação

Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 44.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE

2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense

Atividade 27.01.08.244.0002.2142 – Manut. Ativ. Da Fundação Pró-Família

Modalidade 3.1.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

32 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

3202 – Diretoria Administrativa

Atividade 32.02.04.122.0005.2205 – Manut. Ativ. Administrativas do SAMAE

Modalidade 3.3.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3205 – Diretoria de Operações

Atividade 32.05.17.452.0005.2208 – Man. Ativ. Col/Trat. e Destinação Final

Modalidade 3.3.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 6.900.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Atividade 32.05.17.605.0005.2210 – Manut. Sistema de Abastecimento de Água

Modalidade 3.3.90 (40) Aplicações Diretas R\$ 2.610.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 4º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º

deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

23- FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301- Fundação Cultural de Blumenau

Atividade 23.01.13.392.0007.2235 – Promoção de Evento Culturais

Modalidade 3.3.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

2303 – Fundo Municipal de Apoio a Cultura

Atividade 23.03.13.392.0007.2129 – Fundo Municipal de Apoio à Cultura

Modalidade 3.3.90 (49) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Modalidade 4.4.90 (52) Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE

2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense

Atividade 27.01.08.243.0004.2145 – Man. Ações de Prev. e Prom. Crianç/Adol.

Modalidade 3.3.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

32 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

3201 – Presidência

Atividade 32.01.04.122.0005.2202 – Manut. Ativ. Presidência

Modalidade 3.3.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Modalidade 3.3.91 (4) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Modalidade 4.4.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 650.000,00

Modalidade 4.4.91 (6) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3202 – Diretoria Administrativa

Projeto 32.02.04.122.0005.1145 – Const/Ref. Instalações Prediais do SAMAE

Modalidade 4.4.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3203 – Diretoria Financeira

Atividade 32.03.04.123.0005.2206 – Man. Ativ. Financeiras e Contábil do SAMAE

Modalidade 3.3.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Modalidade 4.4.90 (17) Aplicações Diretas R\$ 2.400.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3204 – Diretoria Técnica

Atividade 32.04.17.605.0005.2211 – Manut. Ativ. Projetos

Modalidade 3.3.90 (25) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Modalidade 4.4.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3205 – Diretoria de Operações

Projeto 32.05.17.452.0005.1055 – Ampliação do Sistema de Resíduo Sólido

Modalidade 4.4.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 2.500.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

3206 – Fundo Municipal de Saneamento

Projeto 32.06.17.541.0005.1061 – Execução de Obras de Saneamento Básico

Modalidade 4.4.90 (42) Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 32.06.17.541.0005.2230 – Exec. Ações Man. Saneamento Básico

Modalidade 3.3.90 (45) Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de setembro de 2016.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY

Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 11.057/2016

DECRETO Nº 11.057, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.220 de 11 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto os créditos adicionais suplementares por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 285.000,00(duzentos e oitenta e cinco mil reais), nas dotações abaixo discriminadas:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2177 – Qualificação/Educação na Saúde

Modalidade 3.3.90 (106) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Modalidade 4.4.90 (107) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0638.00070

Atividade 31.01.10.305.0009.2192 – Vig. Epidemiológica e Ambiental em Saúde

Modalidade 4.4.90 (112) Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Fonte de Recursos 0638.00066

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de setembro de 2016.

MARCO ANTÔNIO WANROWSKY

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 20.102/2016

PORTARIA Nº 20.102, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GILSON ROGALSKI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 23, inciso III, combinado com o art. 32 da Lei Complementar n. 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando nº 1274/2016, de 17/10/2016, resolve:

CONCEDER, gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, ao servidor público municipal GILSON ROGALSKI, matrícula nº 21715-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 29 de agosto de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.165/2016

PORTARIA Nº 20.165, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

RECONDUZ MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com os artigos 195 e 196 da Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, e atendendo ao Memorando SEFAZ nº 165/2016, de 19 de outubro de 2016, resolve:

RECONDUZIR, para o Conselho Municipal de Contribuintes, disciplinado pela Lei Complementar nº 632, de 30 de março de 2007, com as atribuições nela previstas, os cidadãos abaixo indicados, pelo período de 02 (dois) anos, a contar de 31 de outubro de 2016:

AMARILDO NAZÁRIO e ROSANE MAÇANEIRO, representantes titular e suplente, respectivamente, indicados pela Associação das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais – AMPE, nomeados pela Portaria nº 18.189, de 31/10/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.166/2016

PORTARIA Nº 20.166, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

JAQUELINE MULLER GRAEFF, do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, a contar de 17 de outubro de 2016, conforme Processo Administrativo nº 9289/10/2016;

BIANCA JACQUELINE RAMOS, do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 07 de outubro de 2016, conforme Processo Administrativo nº 9287/10/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.167/2016

PORTARIA Nº 20.167, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPENSA A GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DILMARA APARECIDA DE OLIVEIRA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do

Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com a Lei Complementar n. 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 1281/2016, de 20/10/2016, resolve:

DISPENSAR, a contar de 06 de julho de 2016, a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF da servidora pública municipal DILMARA APARECIDA DE OLIVEIRA, matrícula nº 229137, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.168/2016

PORTARIA Nº 20.168, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LOURDES CONSUELO HOLL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 23, inciso III, combinado com o art. 32 da Lei Complementar n. 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando nº 1255/2016, de 14/11/2016, resolve:

CONCEDER, gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, à servidora pública municipal LOURDES CONSUELO HOLL, matrícula nº 18011-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Higiene Dental, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 07 de novembro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.169/2016

PORTARIA Nº 20.169, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOREM O GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 615, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE "DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o Memorando SEPLAN nº 045/2016, de 14 de outubro de 2016, resolve:

DESIGNAR os servidores abaixo, para comporem o Grupo Especial de Trabalho responsável pela revisão e atualização da Lei Complementar 615, de 15 de dezembro de 2016, que "dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Blumenau", sob a coordenação do primeiro:

JULIANO GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Planejamento Urbano;

ANDRÉIA LINA MAUL RAUCH, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Políticas Urbanas, lotada na Secretaria

Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN;

STEPHANIE LOUISE HAEFFNER NASCIMENTO SOARES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN;

ANA MARIA SURDI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Patrimônio Cultural Edificado, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN;

CAMILA RODRIGUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN;

ESMERALDA APARECIDA GADOTTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN;

LUIS HENRIQUE BEDUSCHI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN;

MARELIZE ARMANDIO PRADE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN;

IACY APARECIDA DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procuradora do Município, lotada na Procuradoria Geral do Município - PROGEM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 20.170/2016

PORTARIA Nº 20.170, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.
NOMEIA MAURÍCIO GOLL PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - COPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 5º, da Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, e em atendimento ao Memorando SEPLAN/COPLAN nº 073/2016, de 18/10/2016, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, para compor o Conselho Municipal de Planejamento Urbano - COPLAN, juntamente com os demais membros:

MAURÍCIO GOLL, representante titular, da Intendência Distrital do Grande Garcia - IDIGG, em substituição a JAIME CUNHA, nomeado pela Portaria nº 19.647, de 22 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de outubro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 241/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 241/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB.

OBJETO: Prestação de serviços de curso/treinamento para 01 (uma) turma de servidores efetivos da administração municipal, na área de gerenciamento de projetos (Projeto PMAT – Proposta nº 64060439013), com o objetivo de desenvolver competências e habilidades dos servidores públicos para atuarem como gerente de projetos em suas respectivas áreas. O curso terá a nomenclatura de Gestão de Projetos.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-115/2016.

PRAZO: 18 (dezoito) meses, a contar da assinatura do contrato.

PREÇO: R\$ 145.699,95 (cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos) e será pago mediante documento fiscal em 15 (quinze) parcelas iguais de R\$ 9.713,33 (nove mil, setecentos e treze reais e trinta e três centavos) cada.

DATA: 22 de setembro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 275/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº. 275/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: Execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, na Rua Rio Bonito (Bairro Itoupava Central) localizada no Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital e anexos. Contrato de Financiamento 0413052-65/2015 - Programa Pró-Transporte - CEF/SEMOB (LOTE 01).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-013/2016.

PRAZO: 08 (oito) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 490.992,07 (quatrocentos e noventa mil novecentos e noventa e dois reais e sete centavos).

DATA: 17 de outubro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 276/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº. 276/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: Execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, na Rua Martin Jensen (Bairro Itoupava Central) localizada no Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital e anexos. Contrato de Financiamento 0413052-65/2015 - Programa Pró-Transporte - CEF/SEMOB (LOTE 02).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-013/2016.

PRAZO: 08 (oito) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

PREÇO: R\$ 458.074,23 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, setenta e quatro reais e vinte e três centavos).

DATA: 17 de outubro de 2016.

EXTRATO CONTRATO Nº 277/2016

EXTRATO – CONTRATO Nº 277/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ESTRADA ENGENHARIA VIÁRIA LTDA.

OBJETO: Execução de serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização viária, na Rua Zenaide Santos de Souza (Bairro Velha), localizada no Município de Blumenau/SC, conforme especificações constantes no edital e anexos. Contrato de Financiamento 0413052-65/2015 - Programa Pró-Transporte - CEF/SEMOB (LOTE 03).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 03-013/2016.

PRazos: PRAZO DE EXECUÇÃO: 06 (seis) meses, a partir do recebimento da ordem de serviço pela contratada; PRAZO DE VIGÊNCIA: 08 (oito) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

VALOR: R\$ 507.500,67 (quinhentos e sete mil quinhentos reais e sessenta e sete centavos).

DATA DE ASSINATURA: 17 de outubro de 2016.

PORTARIA SEDEAD Nº 30.843/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.843/2016

RENOVA CEDÊNCIA DAS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS QUE INDICADA À FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE – PRÓ-FAMÍLIA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no

exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

RENOVAR

à cedência, com ônus para o Município, das servidoras públicas municipais ocupantes de cargo de provimento efetivo, a contar de 10 de agosto de 2016, indicadas:

FABIANE FURLANETO DE SA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES.

FABIOLA BUTZKE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES.

IONARA REGINA CANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES.

PERLA TORRENS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de outubro de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.839/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.839/2016

RENOVA CEDÊNCIA DO(A) SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL JOAO DA ROCHA BORGES AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – 089ª ZONA ELEITORAL – BLUMENAU/SC.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 10.175, de 13 de novembro de 2013, resolve:

RENOVAR

com ônus para o Município, a cedência do(a) servidor(a) público(a) municipal JOAO DA ROCHA BORGES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Manutenção, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – 089ª Zona Eleitoral – Blumenau/SC, a contar de 14 de dezembro de 2016, de acordo com o Processo Administrativo nº 2016/10/009397.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de outubro de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 30.845/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.845/2016

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

| Cadastro | Nome | Lotação | Processo | Período | |
|----------|-----------------------------------|---------|-----------|------------|------------|
| | | | | Início | Fim |
| 93190 | EDITE APARECIDA ADRIANO | SEMUS | 2016/618 | 20.05.2016 | 03.06.2016 |
| 160806 | MARIA JOANETA MAZZUCO CANCELLI | SEMUS | 2016/651 | 02.06.2016 | 17.06.2016 |
| 228474 | ANDREIA GONCALVES NUNES | SEMED | 2016/705 | 17.06.2016 | 24.06.2016 |
| 150436 | VANIA EVARISTO ROCHA NOGUEIRA | SEMED | 2016/1002 | 01.09.2016 | 30.09.2016 |
| 206806 | JANETTE GIRALDELLO | SEMUDES | 2016/1003 | 05.09.2016 | 16.09.2016 |
| 203742 | DORLI IDA DA SILVA | SEMED | 2016/1005 | 05.09.2016 | 03.11.2016 |
| 211338 | ISILDA APARECIDA KRAUS GONCALVES | SEMED | 2016/1007 | 05.09.2016 | 21.09.2016 |
| 229411 | MARLENE SALM | SEMED | 2016/1008 | 08.09.2016 | 22.09.2016 |
| 230952 | JEANYNE KAUFMANN | SEMUS | 2016/1010 | 08.09.2016 | 17.09.2016 |
| 228563 | JANAINA DOS SANTOS | SEMED | 2016/1017 | 06.09.2016 | 05.10.2016 |
| 229810 | DAIANE LEILA JACINTO TOMIO | SEMED | 2016/1018 | 08.09.2016 | 17.09.2016 |
| 228794 | PRISCILA CRISTIANE REITER TRIBESS | SEMUDES | 2016/1029 | 13.09.2016 | 11.11.2016 |
| 223336 | IVONETE DA SILVA | SEMUS | 2016/1030 | 21.09.2016 | 19.11.2016 |
| 214825 | ALESSANDRA VANESSA HEIDEN GIRARDI | SEMUS | 2016/1031 | 18.09.2016 | 16.11.2016 |
| 177873 | VALMIR KLOEPFEL | SEMUS | 2016/1035 | 21.09.2016 | 26.09.2016 |
| 228929 | RITA DE CASSIA APARECIDA RIBEIRO | SEMUS | 2016/1042 | 19.09.2016 | 08.10.2016 |
| 191167 | DEBORA GUIMARAES PEREIRA MOLIN | SEMED | 2016/1044 | 25.09.2016 | 23.11.2016 |
| 229521 | GABRIELA GARCIA NELLI | SEMED | 2016/1047 | 20.09.2016 | 26.09.2016 |
| 209759 | CLAUDIA EUGENIA DE OLIVEIRA | SEMUS | 2016/1056 | 21.09.2016 | 05.10.2016 |
| 210404 | SHIRLEY JORGE DA SILVA | SEMED | 2016/1055 | 28.09.2016 | 26.11.2016 |
| 199400 | JOSIANE LEAL DE SOUZA | SEMUS | 2016/1057 | 23.09.2016 | 30.09.2016 |
| 230643 | LISANGELA BITENCOURT | SEMUS | 2016/1060 | 28.09.2016 | 12.10.2016 |
| 219959 | JOSEANE CARLA LUKRAKA PEREIRA | SEMUS | 2016/1066 | 22.09.2016 | 07.10.2016 |
| 196002 | IVONI MARIA LUCAS CONTI | SEMED | 2016/1069 | 29.09.2016 | 15.10.2016 |
| 229289 | LUCILENE FRANCA LEITE | SEMED | 2016/1076 | 03.10.2016 | 12.10.2016 |
| 230261 | JULIANA DELLANDREA PEREIRA | SEMUS | 2016/1073 | 10.10.2016 | 24.10.2016 |
| 200867 | DALVA MARIA ARAUJO | SEMED | 2016/1075 | 10.10.2016 | 08.12.2016 |
| 228362 | ANAI R MULLER | SEMUS | 2016/1082 | 06.10.2016 | 31.10.2016 |
| 182877 | ROSELI SANTOS DE LIMA | SEMED | 2016/8644 | 21.09.2016 | 10.10.2016 |
| 224103 | DEBORA BRAESINA RODRIGUES SOBRAL | SEMED | 2016/9036 | 30.09.2016 | 14.10.2016 |
| 228563 | JANAINA DOS SANTOS | SEMED | 2016/9078 | 06.10.2016 | 04.11.2016 |
| 185485 | JEAN PIERRE DACIUK | SEDEAD | 2016/9371 | 21.10.2016 | 03.11.2016 |
| 230092 | CRISTIANE APARECIDA DA SILVA RIOS | SEMED | 2016/9391 | 19.10.2016 | 28.10.2016 |
| 207268 | KELI ROBERTA ANDRE GOÇALVES | SEMED | 2016/1094 | 19.10.2016 | 26.10.2016 |
| 229999 | DANIELA CRISTINA NOFRE GRAFF | SEMUS | 2016/1093 | 18.10.2016 | 24.10.2016 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de outubro de 2016.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 682/2016 - FAEMA

PORTARIA Nº 682

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E.A.L.M.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, incisos VI e VIII da Lei Complementar nº 507, de 17/03/2005, de conformidade com o art. 209 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07 e à vista do que consta do Memorando/PRESIDENTE nº 013/2016, de 10/05/2016, bem como dos documentos acostados ao citado Memorando, resolve:

DETERMINAR



a instauração de processo administrativo disciplinar, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias nºs 583, de 20/04/2015 e 671, de 30/08/2016, para apurar a responsabilidade disciplinar do servidor público municipal E.A.L.M, matrícula nº 809, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Florestal, com lotação na Fundação Municipal do Meio Ambiente, junto à Diretoria de Recursos Naturais, por infringir, em tese, os artigos 176, I, VII; e 177, inc. IV, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007.

Blumenau(SC), 20 de outubro de 2016.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA

EXTRATO Nº 370/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 370/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Business Editora e Publicação de Informativos Ltda. EPP

OBJETO: Registro de Preços para contratações futuras de serviços de impressão de cartões de visita, flyers, cartazes e outros impressos em gráfica rápida (digital), para diversos setores da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 199/2016 e Ata nº. 165/2016 firmado em 14 de Outubro de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
|-------------------------------------|-------------|-------|-------|--|----------------------------|---------------------------------|
| 1 | 27835 | 300 | Folha | Folha de papel couchê, tamanho A3, gramatura de 115 g/m², com impressão digital em 4 (quatro) cores (4x0) e refiladas quando necessário. | 1,79 | 537,00 |
| 2 | 29520 | 2.500 | Folha | Folha de papel couchê, tamanho A3, gramatura de 150 g/m², com impressão digital em 4 (quatro) cores (4x0) e refiladas quando necessário. | 1,79 | 4.475,00 |
| 3 | 29521 | 150 | Folha | Folha de papel couchê, tamanho A3, gramatura de 150 g/m², com impressão digital em 4 (quatro) cores (4x4) e refiladas quando necessário. | 3,33 | 499,50 |
| 4 | 29522 | 2.000 | Folha | Folha de papel couchê, tamanho A3, gramatura de 210 g/m², com impressão digital em 4 (quatro) cores (4x0) e refiladas quando necessário. | 1,79 | 3.580,00 |
| 5 | 29523 | 500 | Folha | Folha de papel couchê, tamanho A3, gramatura de 210 g/m², com impressão digital em 4 (quatro) cores (4x4) e refiladas quando necessário. | 3,33 | 1.665,00 |
| 6 | 28254 | 500 | Folha | Cartão de visita FURB / tamanho 90x50 mm / impressão frente (4x0) / papel couchê / folha A3 de gramatura 210 g/m² / folha com 20 cartões, com recorte dos cartões. | 3,33 | 1.665,00 |
| 7 | 29900 | 200 | Folha | Cartão de visita FURB / tamanho 90x50 mm / impressão frente e verso (4x4) / papel couchê / folha A3 de gramatura 210 g/m² / folha com 20 cartões, com recorte dos cartões. | 4,78 | 956,00 |
| Valor Total | | | | 13.377,50 | | |
| Valor Total (em reais, por extenso) | | | | Treze mil trezentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos. | | |

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado quinzenalmente, ao 1º. (primeiro) e ao 15º. (décimo quinto) dia de cada mês, após o somatório dos valores/quantias de impressos fornecidos na quinzena anterior à de fechamento, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 16/10/2016.

EXTRATO Nº 374/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 374/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

ACN Locadora Náutica Ltda. EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de adesivos em vinil, banners, empenas e faixas em lona e placas de identificação em PS e PVC para diversos setores da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 209/2016 e Ata nº. 169/2016 firmado em 17 de Outubro de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
|---|-------------|-------|------|---|-------------------------|------------------------------|
| 6 | 36632 | 20 | M² | Placa em PS com impressão digital, com as seguintes características: § Placa em PS (poliestireno de alto impacto) branco; § Espessura 2 mm (dois milímetros); § Corte personalizado em fresadora CNC ou laser; § Com impressão digital UV em 6 (seis) cores (C, M, Y, K, LC e LM) em 1 (uma) face; § Durabilidade mínima da tinta de 2 (dois) anos em uso externo; § Aplicação de fita adesiva dupla face transparente de 1 mm (um milímetro) de espessura, em quantidade suficiente para sustentar a placa em superfícies como paredes, divisórias, vidros, etc. Informações adicionais: § Artes diferentes por pedido. § Pedido mínimo de 0,5 m² (zero vírgula cinco metros quadrados), podendo estar dividido em mais de uma Ordem de Compra. | 88,00 | 1.760,00 |
| Preço Total do Item 6 (em reais, por extenso) | | | | Um mil, setecentos e sessenta reais. | | |

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
|---|-------------|-------|------|--|-------------------------|------------------------------|
| 7 | 37772 | 20 | M2 | Placa em PVC expandido com impressão digital, com as seguintes características: · Placa em PVC expandido (policloreto de polivinila) branco; · Espessura 3mm; · Corte personalizado em fresadora CNC ou laser; · Com impressão digital UV em uma ou em ambas as faces (direto na chapa); · Aplicação de fita adesiva dupla face transparente de 1mm de espessura, em quantidade suficiente para sustentar a placa em superfícies como paredes, divisórias, vidros, etc. Informações adicionais: · Artes diferentes por pedido · Pedido mínimo de 0,5m2 (zero vírgula cinco metros quadrados), podendo estar dividido em mais de uma ordem de compra. | 127,00 | 2.540,00 |
| Preço Total do Item 7 (em reais, por extenso) | | | | Dois mil, quinhentos e quarenta reais. | | |

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
|------|-------------|-------|------|-------------------|-------------------------|------------------------------|
|------|-------------|-------|------|-------------------|-------------------------|------------------------------|

| | | | | | | |
|---|-------|----|----|--|--------|----------|
| 8 | 36633 | 10 | M² | Placa em PVC rígido com impressão digital, com as seguintes características: § Placa em PVC rígido (policloreto de polivinila) branco; § Espessura 2 mm (dois milímetros); § Corte personalizado em fresadora CNC ou laser; § Com impressão digital UV em 6 (seis) cores (C, M, Y, K, LC e LM) em uma face; § Durabilidade mínima da tinta de 2 (dois) anos em uso externo; § Aplicação de fita adesiva dupla face transparente de 1 mm (um milímetro) de espessura, em quantidade suficiente para sustentar a placa em superfícies como paredes, divisórias, vidros, etc. Informações adicionais: § Artes diferentes por pedido. § Pedido mínimo de 0,5 m² (zero vírgula cinco metros quadrados), podendo estar dividido em mais de uma Ordem de Compra. | 124,00 | 1.240,00 |
| Preço Total do Item 8 (em reais, por extenso) | | | | Um mil, duzentos e quarenta reais. | | |

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga e, se for o caso, instalação) dos materiais, desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 26/10/2016.

EXTRATO Nº 375/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 375/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Agrex Comércio de Agregados Ltda

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de areia, brita, pó de brita, barro e macadame para uso em manutenções e obras da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 226/2016 e Ata nº. 172/2016 firmado em 24 de Outubro de 2016.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
|------|-------------|-------|------|--|-------------------------|------------------------------|
| 2 | 7364 | 50 | m³ | Pedra britada n.º 0 (Brita 0). Material proveniente do britamento de pedra, de dimensão nominal máxima inferior a 4,8 mm e de dimensão nominal mínima igual ou superior a 0,075mm. O pedrisco deve estar isento de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225 e NBR 9935/11. | 57,25 | 2.862,50 |
| 3 | 7262 | 80 | m³ | Pedra britada n.º 1 (Brita 1). Material proveniente do britamento de pedra, de dimensão nominal máxima inferior a 12,5 mm e de dimensão nominal mínima igual ou superior a 4,8mm. A pedra britada deve estar isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225 e NBR 9935/11. | 56,50 | 4.520,00 |
| 4 | 7263 | 80 | m³ | Pedra britada n.º 2 (Brita 2). Material proveniente do britamento de pedra, de dimensão nominal máxima inferior a 25 mm e de dimensão nominal mínima igual ou superior a 12,5mm. A pedra britada deve estar isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225 e NBR 9935/11. | 58,80 | 4.704,00 |

| | | | | | | |
|-------------------------------------|-------|-----|----|---|--------|----------|
| 5 | 7250 | 100 | m³ | Areia fina. Material natural, de propriedades adequadas, de dimensão máxima inferior a 0,42 mm e de dimensão nominal mínima igual ou superior a 0,075mm. A areia deve estar isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225 e NBR 9935/11. | 68,00 | 6.800,00 |
| 6 | 7248 | 100 | m³ | Areia média. Material natural, de propriedades adequadas, de dimensão máxima inferior a 1,20 mm e de dimensão nominal mínima igual ou superior a 0,42mm. A areia deve estar isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225 e NBR 9935/11. | 53,85 | 5.385,00 |
| 7 | 30343 | 50 | m³ | Pó de pedra (brita) 60% com pedrisco 40%. Material proveniente de britamento de pedra, de dimensão nominal máxima inferior a 0,075mm. O material deve estar isento de impurezas e outros materiais como argila, substância orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225 e NBR 9935/11. | 57,00 | 2.850,00 |
| 8 | 27839 | 30 | m³ | Barro adubado e peneirado para jardim, composto de barro vermelho com adubo orgânico e casca de arroz queimada (cinza) | 124,00 | 3.720,00 |
| Preço Total (em R\$) | | | | 30.841,50 | | |
| Preço Total (em reais, por extenso) | | | | Trinta mil, oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos. | | |

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 26/10/2016.

EXTRATO Nº 379/2016 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 379/2016

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

JM Extintores Caçador EIRELI - ME

OBJETO: Contratação de serviços de inspeção técnica e manutenção de primeiro, segundo e terceiro níveis para os extintores de combate a incêndio (tipo PQS, CO2 e AGP), com treinamento de servidores, para os diversos Campi da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 259/2016 e Contrato nº. 175/2016 firmado em 24 de Outubro de 2016.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

| Item | Código FURB | Qtde. | Und. | Descrição do Item | Preço Unitário (em R\$) | Preço Total do Item (em R\$) |
|------|-------------|-------|---------|---|-------------------------|------------------------------|
| 1 | 32574 | 2 | Serviço | Serviço de manutenção em primeiro nível para extintores de incêndio de gás carbônico (CO2) / extintor de 2 kg / conforme normas ABNT - INMETRO. | 10,54 | 21,08 |
| 2 | 32575 | 713 | Serviço | Serviço de manutenção em primeiro nível para extintores de incêndio de gás carbônico (CO2) / extintor de 4 kg / conforme normas ABNT - INMETRO. | 19,02 | 13.561,26 |
| 3 | 32576 | 121 | Serviço | Serviço de manutenção em primeiro nível para extintores de incêndio de gás carbônico (CO2) / extintor de 6 kg / conforme normas ABNT - INMETRO. | 19,45 | 2.353,45 |

| | | | | | | |
|-------------------------------------|-------|----|---------|--|-------|----------|
| 4 | 32577 | 2 | Serviço | Serviço de manutenção em primeiro nível para extintores de incêndio de gás carbônico (CO2) / extintor de 10 kg / conforme normas ABNT - INMETRO. | 42,18 | 84,36 |
| 5 | 35435 | 4 | Serviço | Serviço de manutenção em segundo nível para extintores de incêndio de gás carbônico (CO2) / extintor de 2 kg / conforme normas ABNT - INMETRO. | 14,69 | 58,76 |
| 6 | 6092 | 40 | Serviço | Serviço de manutenção em segundo nível para extintores de incêndio de gás carbônico (CO2) / extintor de 2 kg / conforme normas ABNT - INMETRO. | 30,25 | 1.210,00 |
| 7 | 35514 | 15 | Serviço | Serviço de manutenção em segundo nível para extintores de incêndio de gás carbônico (CO2) / extintor de 6 kg / conforme normas ABNT - INMETRO. | 45,81 | 687,15 |
| 8 | 37652 | 1 | Serviço | Serviço de manutenção em segundo nível para extintores de incêndio de gás carbônico (CO2) / extintor de 10 kg / conforme normas ABNT - INMETRO. | 73,21 | 73,21 |
| 9 | 32584 | 81 | Serviço | Serviço de manutenção em terceiro nível para extintores de incêndio de gás carbônico (CO2) / extintor de 4 kg / conforme normas ABNT - INMETRO. | 42,36 | 3.431,16 |
| 10 | 32585 | 3 | Serviço | Serviço de manutenção em terceiro nível para extintores de incêndio de gás carbônico (CO2) / extintor de 6 kg / conforme normas ABNT - INMETRO. | 53,59 | 160,77 |
| 11 | 32578 | 35 | Serviço | Serviço de manutenção em segundo nível para extintores de incêndio de pó químico seco (PQSP) / extintor de 4 kg / conforme normas ABNT - INMETRO. | 14,69 | 514,15 |
| 12 | 32579 | 75 | Serviço | Serviço de manutenção em segundo nível para extintores de incêndio de pó químico seco (PQSP) / extintor de 6 kg / conforme normas ABNT - INMETRO. | 19,88 | 1,491,00 |
| 13 | 32580 | 10 | Serviço | Serviço de manutenção em segundo nível para extintores de incêndio de pó químico seco (PQSP) / extintor de 8 kg / conforme normas ABNT - INMETRO. | 25,93 | 259,30 |
| 14 | 32587 | 7 | Serviço | Serviço de manutenção em terceiro nível para extintores de incêndio de pó químico seco (PQPS) / extintor de 4 kg / conforme normas ABNT - INMETRO. | 19,88 | 139,16 |
| 15 | 32588 | 17 | Serviço | Serviço de manutenção em terceiro nível para extintores de incêndio de pó químico seco (PQPS) / extintor de 6 kg / conforme normas ABNT - INMETRO. | 25,07 | 426,19 |
| 16 | 32582 | 30 | Serviço | Serviço de manutenção em segundo nível para extintores de incêndio de água pressurizada (AGP) / extintor de 10 litros / conforme normas ABNT - INMETRO. | 12,10 | 363,00 |
| 17 | 32591 | 8 | Serviço | Serviço de manutenção em terceiro nível para extintores de incêndio de água pressurizada (AGP) / extintor de 10 litros / conforme normas ABNT - INMETRO. | 20,75 | 166,00 |
| Preço Total (em reais, R\$) | | | | 25.000,00 | | |
| Preço Total (em reais, por extenso) | | | | Vinte e cinco mil reais | | |

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado mensalmente, em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva prestação dos serviços, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, com duração limitada a 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, II da Lei nº. 8.666/93.

DATA: 24/10/2016.

RELATORIOS LRF - RGF 2º QUADRIMESTRE 2016 - SEFAZ - REPUBLICAÇÃO

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU
PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO / 2015 A AGOSTO / 2016

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

Reais

| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) | |
|---|--|--|
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESS. (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 551.735.039,33 | 2.140.007,78 |
| Pessoal Ativo | 465.961.137,75 | 2.140.007,78 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 85.773.901,58 | 0,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II) | 78.116.045,02 | 0,00 |
| Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária | 27.234,97 | 0,00 |
| Decorrentes de decisão judicial | 434.751,52 | 0,00 |
| Despesas de exercícios anteriores | 0,00 | 0,00 |
| Inativos e pensionistas com recursos vinculados | 77.654.058,53 | 0,00 |
| DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II) | 473.618.994,31 | 2.140.007,78 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|--|------------------|---------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 1.110.067.507,38 | |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb) | 475.759.002,09 | 42,8586 % |
| LIMITE MÁXIMO (VI)(incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 599.436.453,99 | 54,0000 % |
| LIMITE PRUDENCIAL (VII)=(0,95 x VI)(§ único, art. 22 da LRF) | 569.464.631,29 | 51,3000 % |
| LIMITE DE ALERTA (VIII)=(0,90 x VI)(Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) | 539.492.808,59 | 48,6000 % |

Notas Explicativas: Estão inclusos neste relatório, valores liquidados e não empenhados, que importam em R\$ 14.223.565,76 referente despesas com Obrigações Patronais, junto ao Instituto de Previdência do Servidor.

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 26 de Outubro de 2016 e hora da emissão 01h e 46m

 NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal
 CPF 038.738.439-19

 JOSE ABÉL DO NASCIMENTO
Secretário Municipal da Fazenda
 CPF 310.001.859-15

 ROSANE DOS SANTOS
Técnica Contabil - TC-CRC/SC 17.460
 CPF 383.022.769-87

RELATORIOS LRF - RGF 2º QUADRIMESTRE 2016 - SEFAZ - REPUBLICAÇÃO

CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU

PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ATÉ O 2º QUADRIMESTRE DE 2016 [Agosto]

LRF, Art. 48 - Anexo VI

Reais

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | VALOR ATÉ O BIMESTRE |
|--------------------------|----------------------|
|--------------------------|----------------------|

Receita Corrente Líquida

1.110.067.507,38

| DESPESA COM PESSOAL | VALOR | % SOBRE A RCL |
|---------------------|-------|---------------|
|---------------------|-------|---------------|

Despesa Total Com Pessoal - Dtp (V) = (liia + liib)

475.759.002,09

42,86%

Limite Máximo (Vi)(Incisos I, li E lii, Art. 20 Da Lrf)

599.436.453,99

54,00%

Limite Prudencial (Vii)=(0,95 X Vi)(§ Único, Art. 22 Da Lrf)

569.464.631,29

51,30%

| DÍVIDA CONSOLIDADA | VALOR | % SOBRE A RCL |
|--------------------|-------|---------------|
|--------------------|-------|---------------|

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

133.980.048,40

12,07%

LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL

1.332.081.008,86

120,00%

| GARANTIAS DE VALORES | VALOR | % SOBRE A RCL |
|----------------------|-------|---------------|
|----------------------|-------|---------------|

Total Das Garantias Concedidas

0,00

0,00%

Limite Definido Por Resolução Do Senado Federal 22,00%

244.214.851,62

22,00%

| OPERAÇÕES DE CRÉDITO | VALOR | % SOBRE A RCL |
|----------------------|-------|---------------|
|----------------------|-------|---------------|

Operações De Crédito Internas E Externas

17.963.750,32

1,62%

Operações De Crédito Por Antecipação Da Receita

0,00

0,00%

Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas

177.610.801,18

16,00%

Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita

77.704.725,52

7,00%

| RESTOS A PAGAR | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |
|----------------|--|--|
|----------------|--|--|

Valor Apurado Nos Demonstrativos Respetivos

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 26 de Outubro de 2016 e hora da emissão 01h e 43m

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

CPF 038.738.439-19

JOSE ABÉL DO NASCIMENTO

Secretário Municipal da Fazenda

CPF 310.001.859-15

ROSANE DOS SANTOS

Técnica Contabil - TC-CRC/SC 17.460

CPF 383.022.769-87

CÂMARA MUNICIPAL**MD 2638**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.638

AUTORIZA PARTICIPAÇÃO DO VEREADOR IVAN NAATZ EM REUNIÃO TÉCNICA.

MARCOS DA ROSA, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizada a participação do Vereador Ivan Naatz em reunião com a Deputada Federal Carmem Zanotto, para tratar do fortalecimento da Universidade Federal em Blumenau, no dia 26 de outubro de 2016, em Brasília (DF).

Art. 2º Fica autorizado o pagamento das despesas de transporte aéreo de ida e volta e de uma diária "A" e uma diária "B", conforme tabela própria, ao Vereador participante.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 4º Após o retorno, o Vereador deverá apresentar ao Plenário, um relatório sobre a sua participação na reunião técnica.

Art. 5º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 20 DE OUTUBRO DE 2016.

MARCOS DA ROSA

Presidente em exercício

CÉLIO DIAS

1º Secretário

ERRATA - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2016: PUBLICAÇÃO VEICULADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA - DOM/SC – EDIÇÃO Nº. 2104, DO DIA 18/10/2016.

Onde se lê:

Fundamento legal: Pregão nº 12/2016 e Lei nº 8.666/93 e alterações.

Leia-se:

Fundamento legal: Pregão nº 13/2016 e Lei nº 8.666/93 e alterações.

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4944/2016

DECRETO Nº 4944/16 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipal nº 987/15 de 28.10.2015 (LDO) e 988/15 de 28.10.2015 (LOA).

DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, dentro do Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social e Secretaria Municipal de Obras e Serviços urbanos, no valor de R\$ 173.630,00 (Cento e setenta e três mil, seiscentos e trinta reais).

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito.

Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito.

Proj/Ativ.: 0412200022.002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (35).

Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200462.068 – Manutenção do Departamento de Recursos Humanos.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1506).

Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200462.069 – Manutenção do Departamento de Gestão de Compras.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (1508).

Valor R\$ 1.610,00 (Um mil, seiscentos e dez reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.02 – Departamento de Finanças, Tributação e Contabilidade.

Proj/Ativ.: 0412300122.013 – Manutenção das Atividades de Contabilidade.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (198).

Valor R\$ 2.520,00 (Dois mil, quinhentos e vinte reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Planejamento.

Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Planejamento.

Proj/Ativ.: 0412100182.009 – Manutenção da Secretaria de Planejamento e Orçamento.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (255).

Valor R\$ 1.000,00 (Um mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1230600152.016 – Manutenção da Merenda Escolar.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (320).

Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.

Proj/Ativ.: 2781200202.022 – Manutenção do Departamento de Esportes.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (515).

Valor R\$ 12.000,00 (Doze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.04 – Departamento de Cultura.

Proj/Ativ.: 1339200172.040 – Manutenção da Biblioteca Pública Municipal.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (572).

Valor R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.061 – Manutenção das Atividades do Programa Cras.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (963).

Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (605).

Valor R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Fonte de Recursos: 01.02 – Receitas e Transf. De Impostos - Saúde.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100142.021 – Manutenção do Transp Escolar do Ensino Fundamental.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (347).

Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Fonte de Recursos: 01.19 – Transferências do Fundab 40%.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.017 – Manutenção do ensino Básico do Município.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (1725).

Valor R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.36 – Salário Educação

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 10.301.0023.2.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (630).

Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Fonte de Recursos: 01.38 – Transferência do sistema único de Saúde - SUS.

Desdobramento da Fonte de Recursos: 1014 – Programa PMAQ.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 08.244.0024.2.061 – Manutenção das Atividades do Programa Cras.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (967).

Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Fonte de Recursos: 01.35 – Transferência do sistema único de Assistência Social.

Desdobramento da Fonte de Recursos: 1015 – Programa CRAS.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 545100301.045 – Construção e Melhoria de Praças e Jardins.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1095).

Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro do presente Decreto, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivos elementos dentro do Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social e Secretaria Municipal de Obras e Serviços urbanos, no valor de R\$ 173.630,00 (Cento e setenta e três mil, seiscentos e trinta reais).

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito.

Unidade Orçamentária: 02.01 – Gabinete do Prefeito.

Proj/Ativ.: 041220022.002 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (52).

Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200462.068 – Manutenção do Departamento de Recursos Humanos.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1507).

Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200462.069 – Manutenção do Departamento de Gestão de Compras.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1510).

Valor R\$ 1.610,00 (Um mil, seiscentos dez reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretária Municipal de Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.02 – Departamento de Finanças, Tributação e Contabilidade.

Proj/Ativ.: 0412300122.013 – Manutenção das Atividades de Contabilidade.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (202).

Valor R\$ 1.000,00 (Um mil reais).

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (214).

Valor R\$ 1.520,00 (Um mil, quinhentos e vinte reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Planejamento.

Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Planejamento.

Proj/Ativ.: 0412100182.009 – Manutenção da Secretaria de Planejamento e Orçamento.

Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (252).

Valor R\$ 1.000,00 (Um mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1230600152.016 – Manutenção da Merenda Escolar.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (343).

Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.

Proj/Ativ.: 2781200202.022 – Manutenção do Departamento de Esportes.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (519).

Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (545).

Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.04 – Departamento de Cultura.

Proj/Ativ.: 1339200172.040 – Manutenção da Biblioteca Pública Municipal.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (575).

Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (591).

Valor R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/Ativ.: 0824400242.061 – Manutenção das Atividades do Programa Cras.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (971).

Valor R\$ 1.000,00 (Um mil reais).

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (997).

Valor R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.

Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Proj/Ativ.: 1030100232.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (732).

Valor R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Fonte de Recursos: 01.02 – Receitas e Transf. De Impostos - Saúde.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100142.021 – Manutenção do Transp Escolar do Ensino Fundamental.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (363).

Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Fonte de Recursos: 01.19 – Transferências do Fundab 40%.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.

Proj/Ativ.: 1236100162.017 – Manutenção do ensino Básico do Município.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (432).

Valor r\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (444).
Valor r\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).
Fonte de Recursos: 01.36 – Salário Educação

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde.
Proj/Ativ.: 10.301.0023.2.024 – Manutenção das Atividades de Saúde Pública Municipal.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (742).
Valor r\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Fonte de Recursos: 01.38 – Transferência do sistema único de Saúde - SUS.
Desdobramento da Fonte de Recursos: 1014 – Programa PMAQ.

Órgão: 06 – Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/Ativ.: 08.244.0024.2.061 – Manutenção das Atividades do Programa Cras.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1000).
Valor r\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
Fonte de Recursos: 01.35 – Transferência do sistema único de Assistência Social.
Desdobramento da Fonte de Recursos: 1015 – Programa CRAS.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 – Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 545100301.045 – Construção e Melhoria de Praças e Jardins.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1086).
Valor r\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 07 de outubro de 2016.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4945/2016

DECRETO Nº 4945/16 DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs 987/15 de 28.10.2015 (LDO) e 988/15 de 28.10.2015 (LOA) e a Lei Federal nº 4.320/64:

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no projeto abaixo, elemento respectivo, dentro da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no valor de R\$ 93.409,77 (Noventa e três mil, quatrocentos e nove reais e setenta e sete centavos).

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545100301.045 – Construção e Melhoria de Praças e Jardins.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas. (1719).
Valor R\$ 93.409,77 (Noventa e três mil, quatrocentos e nove reais e setenta e sete centavos).
Fonte de Recursos: 02.89 – Alienação de Bens.

Art. 2º Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte 0289 – Alienação de Bens.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 07 de outubro de 2016.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4949/2016

DECRETO Nº 4949/16 DE 21 DE OUTUBRO 2016.
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 987/15 de 28.10.2015 (LDO), 988/15 de 28.10.2015 (LOA) e 1028/16 de 20.10.2016.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar nos projetos abaixo, elemento respectivo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretária Municipal de Estradas e Rodagem e Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no valor de R\$ 142.900,00 (Cento e quarenta e dois mil e novecentos reais).

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes.
Proj/Ativ.: 2781200191.013 – Apoio a Const. e Ref. e Infra Estrutura de Centros Esportivos.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (477).
Valor R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 05 – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
Unidade Orçamentária: 05.02 – Departamento do Ensino Fundamental.
Proj/Ativ.: 1339200172.040 – Manutenção da Biblioteca Pública Municipal.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (572).
Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 07 – Secretária Municipal de Estradas e Rodagem.
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Estradas e Rodagem.
Proj/Ativ.: 2678200261.021 – Construção de Pontes, Pontilhões e Colocação de Bueiros.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas. (1095).
Valor R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1545100301.045 – Construção e Melhoria de Praças e Jardins.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas. (1095).
Valor R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1545200302.031 – Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Urbanos.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas. (1137).
Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 – Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1545100331.031 – Implantação, Pavimentação e Passeios de vias Urbanas.
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1110).
Valor R\$ 30.900,00 (Trinta mil e novecentos reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro do presente Decreto, serão utilizados recursos dos seguintes projetos abaixo e respectivo elementos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos no valor de R\$ 142.900,00 (Cento e quarenta e dois mil e novecentos reais).

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412200042.008 – Apoio Financeiro a Entidades Municipais.
Elemento: 3350 – Aplicações Diretas (114).
Valor R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0412200082.005 – Manutenção das Atividades com Eventos Municipais.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (129).
Valor R\$ 26.900,00 (Vinte e seis mil e novecentos reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.
Proj/Ativ.: 0618100092.007 – Manutenção dos Serviços de Segurança Pública.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (154).
Valor R\$ 8.000,00 (Oito mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.
Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.
Proj/Ativ.: 2884300052.010 – Encargos da Dívida.
Elemento: 3290 – Aplicações Diretas (173).
Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 04 – Secretaria Municipal de Planejamento.
Unidade Orçamentária: 04.01 – Departamento de Planejamento.

Proj/Ativ.: 0412100182.009 – Manutenção da Secretaria de Planejamento e Orçamento.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (252).
Valor R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.
Unidade Orçamentária: 06.02 – Fundo Municipal de Assistência Social.
Proj/Ativ.: 0824400242.027 – Manutenção das Atividades de Assistência Social.
Elemento: 3190 – Aplicações Diretas (917).
Valor R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
Unidade Orçamentária: 08.01 – Obras e Serviços Urbanos.
Proj/Ativ.: 1545100431.025 – Apoio a Implantação de Indústria e Comércio.
Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1118).
Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1126).
Valor R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).
Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 21 de outubro de 2016.
AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2078/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2078/2016
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/2016
O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu
Prefeito Municipal Sr. Ailton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:00 horas do dia 11 de Novembro de 2016, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição Parque infantil para colocação em Praça Municipal Osvaldo Sehnem.
O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.
A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 27 de Outubro de 2016.
Ailton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº1.957/2016-ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR/SUPERAVIT**

D E C R E T O Nº 1.957/2016

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2016"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 9.000,00 (Nove Mil reais) conforme abaixo especificado:

| | |
|------------------|--|
| 04.00 | Secretaria de Educação |
| 04.01 | Divisão de Educação |
| 12-364-050-2.18 | Apoio Financeiro a Estudantes de Ensino Superior |
| 3.3.9.0.00.00.00 | Aplicações Diretas |
| 0.3.00 (344) | Superávit Recursos Ordinários R\$ 9.000,00 |

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 26 de outubro de 2016.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 26 de outubro de 2016.

NILO BARNI

Prefeito em Exercício

PL Nº 75/2016 PP Nº 50/2016 - S.R.P. - MASSA ASFLATICA

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2016

SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 75/2016 na Modalidade Pregão Presencial Nº 50/2016-SRP, para aquisição de REPARADOR DE PAVIMENTO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE PARA APLICACAO A FRIO. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 09/11/2016. Abertura da sessão: dia 09/11/2016 às 14:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ/SC. Edital e informações no Departamento de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao2@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br. Botuverá-SC, 27 de Outubro de 2016.

NILO BARNI

Prefeito em Exercício

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº11/2016 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2016

| Número do Registro de Preços: 11/2016 | | Data do Registro: 26/04/2016 | | Válido até: 26/04/2017 | | Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S | | | | |
|---------------------------------------|---|------------------------------|--------------------------------------|------------------------|-------------|--|----------|--|--|--|
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. | | | |
| 1 | CLOROMINA (13276) | UND | FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042) | Freitag | 0 | 28,4638 | 1 | | | |
| 2 | Gosto e Odr. (11900) | UND | FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042) | Freitag | 0 | 41,4837 | 1 | | | |
| 3 | Contagem de coliformes totais (11901) | UND | FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042) | Freitag | 0 | 33,9412 | 1 | | | |
| 4 | Contagem de E. coli (11902) | UND | FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042) | Freitag | 0 | 33,9412 | 1 | | | |
| 5 | Contagem de bactéria heterotrófica (11903) | UND | FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042) | Freitag | 0 | 37,3533 | 1 | | | |
| 6 | Cianobactérias. (11904) | UND | FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042) | Freitag | 0 | 131,3650 | 1 | | | |
| 7 | Produtos secundários desinfecção. (11905) | UND | FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042) | Freitag | 0 | 559,4011 | 1 | | | |
| 8 | Rádio 226 e rádio 228. (11906) | UND | FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042) | Freitag | 0 | 540,1857 | 1 | | | |
| 9 | TODOS parâmetros da Por. 2914 listados nos anexos VII e X (11910) | UND | FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042) | Freitag | 0 | 1.839,8279 | 1 | | | |
| 10 | Parâmetros da Resolução CONAMA 396 (11913) | UND | FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042) | Freitag | 0 | 1.489,6411 | 1 | | | |
| 11 | Parâmetros da Resolução CONAMA 357 (11912) | UND | FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042) | Freitag | 0 | 1.692,5699 | 1 | | | |

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2016

Página: 2/3

| Número do Registro de Preços: 11/2016 | | Data do Registro: 26/04/2016 | | Válido até: 26/04/2017 | | | |
|--|------------------------|------------------------------|--------------------------------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| 12 | Vírus entérico (16016) | UND | FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042) | Freitag | 0 | 244,2329 | 1 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2016

| | | | | | | | |
|--|---------------|------------------------------|------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 11/2016 | | Data do Registro: 26/04/2016 | | Válido até: 26/04/2017 | | | |
| Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descdo. (%) | Preço Unitário | Classif. |

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2016
PROCESSO Nº 22/2016

(9042) - FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP

Braço do Trombudo, 26 de Abril de 2016.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº. 7.890/2016

DECRETO Nº. 7.890, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, na Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque, no valor de R\$ 15.165,62 (Quinze Mil Cento e Sessenta e Cinco Reais e Sessenta e Dois Centavos), para atender a programação abaixo especificada:

40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
018.0541.0160.2252 Manutenção da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
3.3.90.00 Aplicações Diretas
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 15.165,62

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
018.0541.0160.2252 Manutenção da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque
3.1.90.00 Aplicações Diretas
0.1.00.00 Recursos Ordinários
VALOR R\$ 15.165,62

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 26/10/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de Outubro de 2016.
JOSÉ LUIZ CUNHA SONIA KNIHS CRESPI
Prefeito Municipal Procuradora Geral do Município

ROGÉRIO ADILSON LANA
Secretário de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N.º 166/2016 SAMAE

PORTARIA N.º 166/2016

A Diretora Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 137 da Lei Complementar n.º 147 de 25 de setembro de 2009 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

1) Prorrogar Licença Sem Vencimentos a pedido do servidor Lizoel Buss, para tratar de interesses particulares por dois (dois) anos, a contar de 01 de outubro de 2016.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/10/2016.

Brusque, 14 de outubro de 2016.

Fabiana Amália Dalcastagné
Diretora Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 167/2016 SAMAE

PORTARIA Nº. 167/2016

A Diretora Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio em gozo, de 01 (hum) mês ao servidor IZAIAS GAMBA, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, relativo ao exercício no quinquênio de 02/10/2010 a 01/10/2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir do dia 31/10/2016.

Brusque, 14 de outubro de 2016.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ
Diretora Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº. 168/2016 SAMAE

PORTARIA Nº. 168/2016

A Diretora Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, de 03 (três) meses, ao servidor VILSON SCHWARTZ, ocupante do cargo de Agente Hidráulico, relativo ao exercício no quinquênio de 19.05.2009 a 18.05.2014;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir do dia 01.10.2016.

Brusque, 19 de outubro de 2016.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ
Diretora Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº. 169/2016 SAMAE

PORTARIA Nº. 169/2016

A Diretora Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, de 03 (três) meses, ao servidor GIOVANI DE ALMEIDA MARQUES, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, relativo ao exercício no quinquênio de 07/08/2010 a 06/08/2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir do dia 01.10.2016.

Brusque, 19 de outubro de 2016.
FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ
Diretora Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº. 170/2016 SAMAE

PORTARIA Nº. 170/2016

A Diretora Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, de 03 (três) meses, ao servidor JOSÉ REIS FILHO, ocupante do cargo de Operador de Sistema Isolado de Tratamento de Água, relativo ao exercício no quinquênio de 01/03/2010 a 28/02/2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir do dia 01.10.2016.

Brusque, 19 de outubro de 2016.
FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ
Diretora Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº. 171/2016 SAMAE

PORTARIA Nº. 171/2016

A Diretora Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, de 03 (três) meses, ao servidor GEFERSON MARQUES DE MORAES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, relativo ao exercício no quinquênio de 15/03/2010 a 14/03/2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir do dia 01.10.2016.

Brusque, 19 de outubro de 2016.

FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ
Diretora Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº. 172/2016 SAMAE

PORTARIA Nº. 172/2016

A Diretora Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio em pecúnia, de 03 (três) meses, ao servidor JOSÉ CARLOS PADOANI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais, relativo ao exercício no quinquênio de 08/03/2010 a 07/03/2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir do dia 01.10.2016.

Brusque, 19 de outubro de 2016.
FABIANA AMÁLIA DALCASTAGNÉ
Diretora Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 165/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 165/2016

A Diretora Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Gilberto Reis, matrícula 18104-01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais;

Pelo período de 18/10/2016 a 16/11/2016.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 18/10/2016.

Brusque, 13 de outubro de 2016.

| |
|---|
| Fabiana Amália Dalcastagné Diretora Presidente |
|---|

PORTARIA Nº 53/2016 LEGISLATIVO

Portaria Nº 53, de 26 de outubro de 2016.

Declara Ponto Facultativo.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

- Declarar ponto facultativo o dia 28 de outubro de 2016 aos servidores do Poder Legislativo.

Brusque, 26 de outubro de 2016.

| |
|-----------------------------------|
| Ver. Roberto Pedro Prudêncio Neto |
|-----------------------------------|

| |
|------------|
| Presidente |
|------------|

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor Geral

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.930

DECRETO Nº 6.930, de 25 de outubro de 2016.

Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2016, em favor da Fundação Municipal da Cultura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 5º, alínea "c", da Lei nº 3.280, de 18 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2016, na Manutenção da Fundação Municipal da Cultura, na importância de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), conforme segue:

13.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA CULTURA

13.392.0019.2.69 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

3.3.90.00.0.1.00(297) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão anuladas parcialmente despesas, conforme descritas abaixo.

13.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA CULTURA

13.392.0019.2.69 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

4.4.90.00.0.1.00(298) - Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de outubro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.932

DECRETO Nº 6.932, de 26 de outubro de 2016.

Dá nova redação ao inciso X do Decreto 6.624/2015, que Edita o Calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art.1º O inciso X do Decreto nº 6.624, de 25 de novembro de 2015, que Edita o calendário dos feriados nacionais e pontos facultativos do período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016, para os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, alterado pelo Decreto nº 6.929, de 25 de outubro de 2016, passa a vigorar conforme segue:

I -

X - 31 de outubro – segunda-feira – transferência do Dia do Servidor Público (ponto facultativo) e 01 de novembro – terça-feira (ponto facultativo), exceto para a Secretaria Municipal de Educação, que tem calendário escolar a cumprir;

XI -

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de outubro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 27.366

PORTARIA Nº 27.366, de 24 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, Licença Prêmio a que fazem jus, especificando código, nome, cargo, secretaria/órgão de lotação, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

| Código | Nome | Cargo | Órgão | Período de Aquisição | Período de gozo |
|--------|----------------------------------|------------------------------------|-------|-------------------------|-------------------------|
| 3276 | Joceli Cristiane Martins | Operador Auditoria Contas Públicas | 002 | 01/02/2011 a 01/02/2016 | 05/10/2016 a 03/01/2017 |
| 65 | Jussara Aparecida Hirsch Pereira | Auxiliar de Serviços Gerais | Saúde | 17/10/2004 a 17/10/2009 | 20/12/2016 a 19/03/2017 |
| 65 | Jussara Aparecida Hirsch Pereira | Auxiliar de Serviços Gerais | Saúde | 17/10/2009 a 17/10/2014 | 20/03/2017 a 17/06/2017 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.369

PORTARIA Nº 27.369, de 25 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias/Órgãos Municipais, férias regulamentares acrescidas do adicional de férias, especificando código, nome do servidor, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

| Código | Nome | Período Aquisitivo | Período Gozo |
|--------|--------------------------|-------------------------|-------------------------|
| 14033 | Bruna Carolini Szykuw | 01/10/2015 a 30/09/2016 | 16/11/2016 a 05/12/2016 |
| 12017 | Josiane Domingos Camargo | 05/07/2014 a 04/07/2015 | 07/11/2016 a 16/11/2016 |
| 12017 | Josiane Domingos Camargo | 05/07/2015 a 04/07/2016 | 17/11/2016 a 06/12/2016 |
| 11974 | Maria Aparecida Alves | 18/06/2014 a 17/06/2015 | 21/11/2016 a 30/11/2016 |
| 11974 | Maria Aparecida Alves | 18/06/2015 a 17/06/2016 | 01/12/2016 a 10/12/2016 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.370

PORTARIA Nº 27.370, de 25 de outubro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias/Órgãos Municipais, férias regulamentares

acrescidas do adicional de férias, especificando código, nome do servidor, período de aquisição e período de fruição, conforme segue:

| Código | Nome | Período Aquisitivo | Período Gozo |
|--------|-----------------------------------|---|-------------------------|
| 9198 | Eliane do Amaral | 02/03/2015 a 01/03/2016 | 13/10/2016 a 22/10/2016 |
| 3278 | Frenezi de Oliveira | 09/08/2014 a 08/08/2015 | 03/11/2016 a 02/12/2016 |
| 9901 | Pedro Roman Ros | 01/02/2015 a 31/01/2016 | 02/12/2016 a 11/12/2016 |
| 7994 | Raquel de Fatima Galina | 14/01/2011 a 31/07/2011; de 01/08/2015 a 13/01/2016 | 01/10/2016 a 30/10/2016 |
| 17 | Thaelys Varaschin Olsen Peruzzolo | 03/02/2014 a 02/02/2015 | 24/10/2016 a 02/11/2016 |
| 17 | Thaelys Varaschin Olsen Peruzzolo | 03/02/2015 a 02/02/2016 | 03/11/2016 a 12/11/2016 |
| 795 | Vilmar José Carneiro | 03/04/2014 a 02/04/2015 | 24/10/2016 a 07/11/2016 |

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de outubro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

DL 06/16 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 006/2016 – FMS
Data: 26/10/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA CUMPRIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL, CONFORME DECISÃO NOS AUTOS Nº 0004331-51-2011.8.0113 - MOACIR ROGÉRIO RIBEIRO RAMOS.
Valor total: R\$ 23.587,50 (Vinte e Três Mil Quinhentos e Oitenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos).
Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.
Contratada: B.E NOLDIN & CIA LTDA ME
Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.
Camboriú SC, 26 de Outubro de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

IL 02/16 - FMA

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 002/2016 – FMA
Data: 16/06/2016
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXTREMA NECESSIDADE PARA A MANUTENÇÃO DA MÁQUINA DA SECRETARIA DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.
Valor total: R\$ 23.997,99 (Vinte e Três Mil Novecentos e Noventa e Sete Reais e Nove Centavos).
Secretaria: Agricultura
Contratado: PARANA EQUIPAMENTOS S/A
Embasamento legal: artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993.
Camboriú, 16 de Junho de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 1384/2016 - LEONARD LUIZ COELHO HOSTIN

PORTARIA N.º 1.384/2016
Instaura Processo Administrativo Disciplinar para fins que menciona, nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.
A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, VII da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:
CONSIDERANDO o encaminhamento do Memorando PMC/CI n.º 090/2016 oriundo da Controladoria Geral do Município, que chegou ao meu conhecimento, dando-me conta do Ofício TCE/DAP n.º 7420/2016 expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o qual solicita a apuração quanto à possíveis acumulações irregulares de cargos, empregos, funções ou proventos por agentes públicos;
CONSIDERANDO que a Controladoria Geral do Município de Camboriú realizou um levantamento dos servidores e constatou que o Sr. LEONARD LUIZ COELHO HOSTINS, servidor público, nomeado pela Portaria n.º 900/2016, com data de 12/03/2016, no cargo de Professor de Educação Física neste Município, supostamente realiza, também, suas atividades na Prefeitura Municipal de Itajaí.
CONSIDERANDO a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos prevista nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal de 1988;
CONSIDERANDO que é proibido ao servidor exercer quaisquer

atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;
CONSIDERANDO que a proibição de acumular se estende a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e de outros Municípios.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, com fulcro no artigo 232 da Lei Complementar n.º 39/2012, a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, que terá por finalidade apurar o ocorrido e a responsabilidade do servidor processado, bem como, confirmada as irregularidades apontadas, deverá ser aplicado o artigo 196, II, 197, X, 198, 201, 215, XII da mesma lei.

Art. 2º Constituir Comissão de Processo Administrativo Disciplinar composta pelos servidores: VIVIANE ZIMMERMANN, Auxiliar de Cadastro, inscrita sob a Matrícula n.º 4981, CARINA GOULART WAGNER, auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do Município de Camboriú/SC, matrícula funcional n.º 6275 e EMERSON HAENDCHEN VIDAL, Advogado, inscrito sob a Matrícula n.º 14657 para, sob a presidência deste último, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sendo esta Comissão secretariada pela Servidora RAFAELA DE SOUZA.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do Termo de Instalação da Comissão, para a apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º Deliberar que os membros da comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à prática dos atos processuais.

Art. 5º O indiciado terá o direito ao contraditório e a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 19 de setembro de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e
Registrado no Livro de Publicações
Na data supra

Igor de Oliveira Pinho

Secretário Municipal de Administração

PRIMEIRO ADITIVO CONTRATO: 001/2015

RESUMO DE CONTRATO

ADITIVOS

FME

Primeiro Termo Aditivo

Contrato: 001/2015

Processo: Pregão Presencial nº 028/2014

Contratada: AUTO POSTO DA PRAÇA LTDA

Data: 18/12/2015

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 78.175,00 (Setenta e oito mil cento e setenta e cinco reais), para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela secretaria.

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Campo Alegre

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 126/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 126/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 126/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PSF – PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA, em data de 26 de setembro de 2016, no valor de R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais).

Campo Alegre/SC., 26 de setembro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 127/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 127/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 127/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL, em data de 26 de setembro de 2016, no valor de R\$ 7.332,98 (sete mil, trezentos e trinta e dois reais, noventa e oito centavos).

Campo Alegre/SC., 26 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 128/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 128/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 128/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS

– PMAQ – PROGRAMA DE MELHORIA ACESSO A QUALIDADE, em data de 04 de outubro de 2016, no valor de R\$ 15.130,00 (quinze mil cento e trinta reais).

Campo Alegre/SC., 26 de outubro de 2016.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 129/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 129/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 129/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAC – PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, em data de 04 de outubro de 2016, no valor de R\$ 19.266,00 (dezenove mil, duzentos e sessenta e seis reais).

Campo Alegre/SC., 26 de outubro de 2016.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 130/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 130/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 130/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PROGRAMA SAÚDE BUCAL, em data de 04 de outubro de 2016, no valor de R\$ 2.230,00 (dois mil, duzentos e trinta reais).

Campo Alegre/SC., 26 de outubro de 2016.
JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 131/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 131/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 131/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE, em data de 04 de outubro de 2016, no valor de R\$ 1.014,00 (um mil, quatorze reais).

Campo Alegre/SC., 26 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 132/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 132/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 132/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – PAB – PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE, em data de 07 de outubro de 2016, no valor de R\$ 25.493,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e três reais).

Campo Alegre/SC., 26 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 133/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 133/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 133/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – FARMÁCIA BÁSICA FEDERAL, em data de 04 de outubro de 2016,

no valor de R\$ 4.996,73 (quatro mil, novecentos e noventa e seis reais, setenta e três centavos).

Campo Alegre/SC., 26 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 134/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 134/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 134/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNS – VIGILÂNCIA SANITÁRIA FEDERAL, em data de 04 de outubro de 2016, no valor de R\$ 3.106,11 (três mil, cento e seis reais, onze centavos).

Campo Alegre/SC., 26 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 135/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 135/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 135/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNATE – Programa Nacional de Transporte Escolar, em data de 06 de outubro de 2016, no valor de R\$ 10.887,34 (dez mil, oitocentos e oitenta e sete reais, trinta e quatro centavos).

Campo Alegre/SC., 26 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 136/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 136/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 136/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE-AEE – ATENÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL em data de 06 de outubro de 2016, no valor de R\$ 50,00 (cincoenta reais).

Campo Alegre/SC., 26 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 137/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 122/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 122/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – PRÉ ESCOLAR, em data de 06 de outubro de 2016, no valor de R\$ 2.620,00 (dois mil seiscentos e vinte reais).

Campo Alegre/SC., 06 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 138/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 138/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 138/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – ENSINO FUNDAMENTAL, em data de 06 de outubro de 2016, no valor de R\$ 9.150,00 (nove mil cento e cinquenta reais).

Campo Alegre/SC., 26 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 139/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 139/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 139/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – PNAE – CRECHE, em data de 06 de outubro de 2016, no valor de R\$ 5.080,00 (cinco mil oitenta reais).

Campo Alegre/SC., 26 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2016.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS Nº 140/2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE RECURSOS Nº 125/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 125/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, notificamos os PARTIDOS POLÍTICOS, os SINDICATOS DE TRABALHADORES e as ENTIDADES EMPRESARIAIS com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO FNDE – ME – SALÁRIO EDUCAÇÃO, em data de 14 de outubro de 2016, no valor de R\$ 64.946,77 (sessenta e quatro mil, novecentos e quarenta e seis reais, setenta e sete centavos).

Campo Alegre/SC., 26 de outubro de 2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Responsável pela Tesouraria

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386, no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 27/10/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO 82/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2016

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de material didático para a rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

| ITEM | QUANT. | UNIDADE | DESCRIÇÃO | VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$) | VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$) |
|------|--------|---------|--|----------------------------|----------------------------|
| 01 | 3 | Unidade | Almofada para carimbo tinta preta | 8,90 | 26,70 |
| 02 | 3 | Unidade | Almofada para carimbo tinta azul | 8,90 | 26,70 |
| 03 | 80 | Unidade | Apagador de madeira c/ depósito de giz c/ feltro | 5,00 | 400,00 |
| 04 | 30 | Unidade | Apagador de madeira com feltro macio | 4,80 | 144,00 |
| 05 | 5 | Unidade | Apagador para quadro branco | 6,90 | 34,50 |
| 06 | 10 | Unidade | Aplicador de cola quente fino | 21,30 | 213,00 |
| 07 | 10 | Unidade | Barbante 4/8 fios – 100% algodão com 80 metros | 4,00 | 40,00 |
| 08 | 1.000 | Unidade | Borracha branca oval. Dimensões mínimas: 55mmx28mm, espessura 10 mm, peso 19g. | 1,15 | 1.150,00 |
| 09 | 500 | Unidade | Caderno caligrafia, 40 folhas branca, capa flexível, estampa infantil, ou capa lisa, diversas cores | 1,65 | 825,00 |
| 10 | 2.000 | Unidade | Caderno com 60 folhas brancas com pauta, capa flexível, estampa infantil, ou capa lisa, diversas cores | 1,00 | 2.000,00 |
| 11 | 500 | Unidade | Caderno desenho tamanho aproximado 145 x 203 mm, com no mínimo 40 folhas brancas, estampa infantil, ou lisa, diversas cores | 5,00 | 2.500,00 |
| 12 | 1.500 | Unidade | Caderno desenho, tamanho aproximado 200 x 275 mm, com 48 folhas brancas, c/ espiral, estampa infantil, (que sirva para ambos os sexos), ou capa lisa, (sem ilustrações), diversas cores. | 5,00 | 7.500,00 |
| 13 | 450 | Unidade | Caderno Universitário formato 200 mm x 275 mm, com 200 folhas brancas pautadas com capa dura estampa de paisagens | 5,80 | 2.610,00 |
| 14 | 300 | Unidade | Caixa arquivo morto ofício papelão 410x310x190mm | 4,00 | 1.200,00 |
| 15 | 70 | Caixa | Caneta esferográfica ponta 1,0mm azul, corpo redondo, tampa com furo e corpo com furo lateral – Caixa com 50 unidades | 42,00 | 2.940,00 |
| 16 | 20 | Caixa | Caneta esferográfica ponta 1,0mm preta, corpo redondo, tampa com furo e corpo com furo lateral – Caixa com 50 unidades | 42,00 | 840,00 |
| 17 | 20 | Caixa | Caneta esferográfica ponta 1,0mm vermelha, corpo redondo, tampa com furo e corpo com furo lateral – Caixa com 50 unidades | 42,00 | 840,00 |
| 18 | 100 | Estojo | Caneta hidrográfica (canetinha), estojo com 06 cores de 1ª qualidade | 3,90 | 390,00 |
| 19 | 10 | Unidade | Caneta marca texto – cor amarelo | 3,60 | 36,00 |
| 20 | 50 | Unidade | Capa para encadernação (frente e verso) | 0,50 | 25,00 |
| 21 | 2 | Caixa | Carbono Preto, caixa com 100 folhas | 19,90 | 39,80 |
| 22 | 900 | Unidade | Cartolina, diversas cores | 0,55 | 495,00 |
| 23 | 1.200 | Unidade | Cartolina branca | 0,55 | 660,00 |
| 24 | 50 | Caixa | Clips metálico tamanho 1/0 caixa com aproximadamente 500 unidades – peso liquido 500 gramas | 9,00 | 450,00 |
| 25 | 50 | Caixa | Clips metálico tamanho 2/0 caixa com aproximadamente 500 unidades – peso liquido 500 gramas | 9,00 | 450,00 |
| 26 | 50 | Caixa | Clips metálico tamanho 3/0 caixa com 500 unidades – peso liquido 500 gramas | 9,00 | 450,00 |
| 27 | 50 | Caixa | Clips metálico tamanho 4/0 caixa com aproximadamente 500 unidades – peso liquido 500 gramas | 9,00 | 450,00 |
| 28 | 10 | Caixa | CLIPS METALICO TAMANHO 6/0 caixa com aproximadamente 180 unidades – peso liquido 500 gramas | 9,45 | 94,50 |
| 29 | 10 | Caixa | CLIPS METALICOS TAMANHO 8/0 caixa com aproximadamente 180 unidades – Peso liquido 500gramas | 9,45 | 94,50 |
| 30 | 250 | Unidade | Cola branca atóxica lavável, contendo 1 litro. Composição: base em PVA, com selo do INMETRO. | 8,20 | 2.050,00 |
| 31 | 6 | Unidade | Corretivo roller 4,2mm X 12mm | 4,80 | 28,80 |
| 32 | 200 | Unidade | Envelope branco 20X28 | 0,26 | 52,00 |
| 33 | 100 | Unidade | Envelope branco 24X34 | 0,36 | 36,00 |

| | | | | | |
|----|-------|---------|---|--------|----------|
| 34 | 50 | Unidade | Envelope kraft 20X28 | 0,15 | 7,50 |
| 35 | 100 | Unidade | Envelope ouro 20X28 | 0,25 | 25,00 |
| 36 | 50 | Unidade | Envelope ouro 31X41 | 0,45 | 22,50 |
| 37 | 40 | Unidade | Espiral para encadernação 14mm - 70 fls | 0,22 | 8,80 |
| 38 | 40 | Unidade | Espiral para encadernação 17mm-100 fls | 0,25 | 10,00 |
| 39 | 50 | Unidade | Espiral para encadernação 7mm- 25 FLS | 0,10 | 5,00 |
| 40 | 40 | Unidade | Espiral para encadernação 9mm- 50 fls. | 0,12 | 4,80 |
| 41 | 3 | Caixa | Etiquetas autoadesivas 101,6 x 33,9 brancas, caixa com 100 folhas | 75,00 | 225,00 |
| 42 | 3 | Caixa | Etiquetas autoadesivas 215,9 x 279,4 brancas, caixa com 100 folhas | 75,00 | 225,00 |
| 43 | 5 | Unidade | Extrator de grampos espátula | 1,30 | 6,50 |
| 44 | 300 | Unidade | Fita adesiva marrom de papel de 25mm x 50mm 1ª linha | 3,50 | 1.050,00 |
| 45 | 300 | Rolo | Fita durex de 12mmx50mm transparente | 1,50 | 450,00 |
| 46 | 400 | Rolo | Fita durex de 45mm x 50mm(durex) transparente | 3,50 | 1.400,00 |
| 47 | 5 | Unidade | Fitolho plástico p/ embalagem – peq. varias cores - com 50 metros | 2,00 | 10,00 |
| 48 | 1.000 | Unidade | Folhas em EVA 600 X 400mm - cores primárias | 1,50 | 1.500,00 |
| 49 | 500 | Caixa | Giz para quadro negro – colorido não tóxico, antialérgico, caixa com 64 palitos | 2,00 | 1.000,00 |
| 50 | 1500 | Caixa | Giz para quadro negro - branco não tóxico, antialérgico, caixa com 64 palitos | 1,95 | 2.925,00 |
| 51 | 10 | Unidade | Grampeador 16cm de metal para grampos de 26/6 | 20,00 | 200,00 |
| 52 | 30 | Pacote | Grampo plástico branco com 50 unidades | 10,30 | 309,00 |
| 53 | 100 | Caixa | Grampos para grampeador 26/6 – tipo cobreados com 5000 unidades | 5,50 | 550,00 |
| 54 | 50 | Caixa | Lâmina apropriada para plastificação de documentos- carteirinha de estudante medidas 80 x 110 x 0,07 modelo RG - caixa com 100 folhas | 26,50 | 1.325,00 |
| 55 | 50 | Unidade | Lápis borracha | 1,50 | 75,00 |
| 56 | 1.000 | Unidade | Lápis de cor longo, com 12 cores | 5,95 | 5.950,00 |
| 57 | 40 | Caixa | Lápis preto nº2 ultra resistente, escrita cor grafite dimensões mínimas 173mm x 6mm caixa com 144 unidades | 110,00 | 4.400,00 |
| 58 | 5 | Unidade | Limpador para quadro branco spray - 60ml | 13,00 | 65,00 |
| 59 | 10 | Unidade | Livro para ata – páginas numeradas | 13,90 | 139,00 |
| 60 | 50 | Unidade | Marcador para quadro branco –composição: resina termoplástica, ponta de feltro, tinta à base de álcool e pigmentos - cor: preto | 6,50 | 325,00 |
| 61 | 50 | Unidade | Marcador para quadro branco –composição: resina termoplástica, ponta de feltro, tinta à base de álcool e pigmentos - cor: vermelho | 6,50 | 325,00 |
| 62 | 100 | Unidade | Marcador para quadro branco –composição: resina termoplástica, ponta de feltro, tinta à base de álcool e pigmentos - cor: azul | 5,50 | 550,00 |
| 63 | 10 | Unidade | Mouse óptico 3 botões - 1200 DPI USB | 15,00 | 150,00 |
| 64 | 50 | Pacote | Palito de churrasco com 100 unidades | 7,60 | 380,00 |
| 65 | 50 | Pacote | Palito de sorvete ponta redonda c/ 100 unidades | 4,80 | 240,00 |
| 66 | 100 | Unidade | Papel de seda várias cores | 0,25 | 25,00 |
| 67 | 5 | Pacote | Papel A4 - amarelo - 210mmx 297mm – 75g - pacote com 500 folhas | 26,80 | 134,00 |
| 68 | 5 | Pacote | Papel A4 - azul claro - 210mmx 297mm – 75g - pacote com 500 folhas | 26,80 | 134,00 |
| 69 | 5 | Pacote | Papel A4 - marfim - 210mmx 297mm – 75g - pacote com 500 folhas | 26,80 | 134,00 |
| 70 | 5 | Pacote | Papel A4 - rosa - 210mmx 297mm – 75g - pacote com 500 folhas | 26,80 | 134,00 |
| 71 | 5 | Pacote | Papel A4 - verde claro - 210mmx 297mm – 75g - pacote com 500 folhas | 26,80 | 134,00 |
| 72 | 40 | Rolo | Papel adesivo contato - largura 45cm -transparente, rolo com 25 metros | 60,00 | 2.400,00 |
| 73 | 150 | Unidade | Papel camurça, diversas cores - maior quantidade nas cores primárias | 1,00 | 150,00 |
| 74 | 1.400 | Unidade | Papel cartão, diversas cores – maior quantidade nas cores primárias | 0,90 | 1.260,00 |
| 75 | 500 | Unidade | Papel crepom, diversas cores - maior quantidade nas cores primárias | 0,75 | 375,00 |

| | | | | | |
|----------------------|-------|---------|--|---------------|----------|
| 76 | 1.000 | Unidade | Papel dupla face, diversas cores – maior quantidade nas cores primárias | 0,75 | 750,00 |
| 77 | 45 | Bobina | Papel kraft pardo – 60cm x 100m | 65,00 | 2.925,00 |
| 78 | 200 | Unidade | Papel lustroso, diversas cores – maior quantidade nas cores primárias | 0,48 | 96,00 |
| 79 | 10 | Pacote | Papel vergê A4 210mm x 297mm, pacote com 50 folhas – cores marfim / verde claro | 21,00 | 210,00 |
| 80 | 50 | Unidade | Pasta AZ – lombo largo | 8,50 | 425,00 |
| 81 | 300 | Unidade | Pasta com elástico em cartão duplex, tamanho ofício, com aba para fixar documentos no interior da pasta. Capa lisa. | 1,99 | 597,00 |
| 82 | 5 | Unidade | Pasta polionda diversas 3,5cm diversas cores | 3,60 | 18,00 |
| 83 | 5 | Unidade | Pasta sanfona ofício 12 divisões | 21,10 | 105,50 |
| 84 | 50 | Unidade | Pasta suspensa para arquivo padrão, com haste plástica, visor e etiqueta para identificação dos documentos. | 2,90 | 145,00 |
| 85 | 10 | Unidade | Pen Drive 16 GB | 27,50 | 275,00 |
| 86 | 20 | Unidade | Perfurador de papel, metal, 2 furos – 10 folhas preto | 10,30 | 206,00 |
| 87 | 150 | Unidade | Pincel marcador permanente – cor azul – ponta grossa | 2,50 | 375,00 |
| 88 | 150 | Unidade | Pincel marcador permanente – cor vermelha – ponta grossa | 2,50 | 375,00 |
| 89 | 200 | Unidade | Pincel marcador permanente – cor preta – ponta grossa | 2,80 | 560,00 |
| 90 | 150 | Unidade | Pincel marcador permanente – cor verde – ponta grossa | 2,50 | 375,00 |
| 91 | 10 | Unidade | Porta clips c/ tampa e imã | 16,90 | 169,00 |
| 92 | 5 | Unidade | Perfurador de papel – metal – 35 folhas | 32,00 | 160,00 |
| 93 | 300 | Unidade | Refil de cola quente fino | 0,55 | 165,00 |
| 94 | 50 | Unidade | Refil de cola quente grosso | 0,95 | 47,50 |
| 95 | 1500 | Unidade | Régua confeccionada em pet, ultra resistente (que possibilite flexionar até encostar as pontas sem quebrar). Dimensões mínimas: 30mmx310mm com espessura 2mm, peso 24gramas. Acabamento corte declive (base espessura diminuída 1mm) com graduação impressa de 0 a 30 cm | 0,91 | 1.365,00 |
| 96 | 5 | Pacote | Saco plástico A4 com 4 furos, 0,12mm pacote com 50 unidades | 15,00 | 75,00 |
| 97 | 10 | Unidade | Tesoura de picotar tamanho com total aproximado 23cm- lâmina em aço inox com formato de corte zigue-zague marca do fabricante impressa no produto | 65,00 | 650,00 |
| 98 | 1.000 | Unidade | Tesoura escolar com pontas arredondadas, lâmina de metal, cabo plástico em formato anatômico. Tamanho aproximado 13,5 cm | 4,80 | 4.800,00 |
| 99 | 30 | Unidade | Tesoura grande tamanho com total aproximado 21cm - lâmina em aço inox com formato de corte liso marca do fabricante impresso no produto | 10,50 | 315,00 |
| 100 | 700 | Pote | Tinta guache escolar, composição: pigmentos atóxicos, água, espessante, carga inerte, conservantes tipo benzotiazol – pote com 250ml - cores preto, branco, azul, amarelo, verde e vermelho | 4,50 | 3.150,00 |
| 101 | 3 | Unidade | Tinta para carimbo – 40ml preto | 4,80 | 14,40 |
| 102 | 3 | Unidade | Tinta para carimbo – 40ml azul | 4,80 | 14,40 |
| 103 | 2.000 | Unidade | Tubo de cola branca atóxica lavável, contendo 90 gramas. Composição: base em PVA, com selo do INMETRO, tubo flexível com abertura da tampa giratória. | 1,90 | 3.800,00 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO | | | | R\$ 79.992,40 | |

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 27/10/2016 às 09h45min do dia 10/11/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 10/11/2016 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação na seguinte classificação:

3.3.90.30.00.00

Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre – SC, 27 de outubro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO 83/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 83/2016

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de cartuchos, toners e tinta para as impressoras da rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

| ITEM | QUANT. | UNIDADE | DESCRIÇÃO | VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$) | VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$) |
|----------------------|--------|---------|--|----------------------------|----------------------------|
| 01 | 10 | Unidade | Cartucho tinta impressora HP 8100 PRETO ORIGINAL NOVO XL 57ml | 160,00 | 1.600,00 |
| 02 | 10 | Unidade | Cartucho tinta impressora HP 8100 AZUL ORIGINAL NOVO XL 17ml | 120,00 | 1.200,00 |
| 03 | 10 | Unidade | Cartucho tinta impressora HP 8100 AMARELA ORIGINAL NOVO XL 17ml | 120,00 | 1.200,00 |
| 04 | 10 | Unidade | Cartucho tinta impressora HP 8100 MAGENTA ORIGINAL NOVO XL 17ml | 120,00 | 1.200,00 |
| 05 | 35 | Unidade | Toner Samsung ML2851 - Compatível novo | 90,00 | 3.150,00 |
| 06 | 2 | Unidade | Tinta 1 litro HP Officejet PRO 8000 - Enterprise PRETO | 45,00 | 90,00 |
| 07 | 2 | Unidade | Tinta 1 litro HP Officejet PRO 8000 - Enterprise AZUL | 45,00 | 90,00 |
| 08 | 2 | Unidade | Tinta 1 litro HP Officejet PRO 8000 - Enterprise AMARELO | 45,00 | 90,00 |
| 09 | 2 | Unidade | Tinta 1 litro HP Officejet PRO 8000 - Enterprise MAGENTA | 45,00 | 90,00 |
| 10 | 30 | Unidade | Cartucho tinta nº 21 - compatível novo | 45,00 | 1.350,00 |
| 11 | 30 | Unidade | Cartucho tinta nº 22 - compatível novo | 60,00 | 1.800,00 |
| 12 | 50 | Unidade | Toner para impressora HP Laser Jet M1120 MFP compatível novo | 40,00 | 2.000,00 |
| 13 | 35 | Unidade | Tinta impressora Epson L555 refil Código T6641 – 70ml – PRETO - ORIGINAL | 60,00 | 2.100,00 |
| 14 | 35 | Unidade | Tinta impressora Epson L555 refil Código T6644– 70ml – AMARELO - ORIGINAL | 60,00 | 2.100,00 |
| 15 | 35 | Unidade | Tinta impressora Epson L555 refil Código T6643 – 70ml – MAGENTA - ORIGINAL | 60,00 | 2.100,00 |
| 16 | 35 | Unidade | Tinta impressora Epson L555 refil Código T6642 – 70ml – AZUL – ORIGINAL | 60,00 | 2.100,00 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO | | | | R\$ 22.260,00 | |

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 27/10/2016 às 09h45min do dia 11/11/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 11/11/2016 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação na seguinte classificação:

3.3.90.30.00.00

Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre – SC, 27 de outubro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO 84/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de papel A4 para rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

| ITEM | QUANTIDADE | UNIDADE | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$) | VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$) |
|----------------------|------------|---------|--|-------------------------------|----------------------------|
| 01 | 150 | Caixa | Papel A4 branco, 210 x 297mm, 75g/m². Caixa com 10 resmas – 500 folhas cada resma. | 190,00 | 28.500,00 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO | | | | R\$ 28.500,00 | |

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 27/10/2016 às 13h45min do dia 11/11/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 11/11/2016 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação na seguinte classificação:

3.3.90.30.00.00

Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre – SC, 27 de outubro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

PREGÃO ELETRÔNICO 85/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2016

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de agendas para o ano de 2017 para os CMEIs da rede municipal de ensino de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

| IT | QT | UN | DESCRIÇÃO | VALOR UNITÁRIO ESTI-MADO (R\$) | VALOR TOTAL ESTI-MADO (R\$) |
|----------------------|-----|----|---|--------------------------------|-----------------------------|
| 01 | 400 | UN | Agenda, com separadores meses e envelope sarja. Capa: 21x30,8cm, 4x4 cores, em couché fosco 115g. Fotelito incluso. Miolo: 192 páginas, 15x21cm, 1 cor, fotolito incluso. Com arte final. Em papel offset 63g. ALGUMAS PÁGINAS QUE DEVERÃO CONSTAR: Identificação, ficha médica, algumas datas comemorativas, calendário 2015, 2016, 2017, histórico da cidade, características, normas gerais das escolas municipais, horário das aulas, autorização, chegadas tardias, saídas antecipadas, mensagem da Secretária de Educação. Páginas finais: Deverá constar curiosidades sobre nosso planeta, Hino Nacional, Hino da Independência, Hino da Bandeira, Hino da Proclamação da República, Hino de Santa Catarina, mapa do Brasil, mapa mundi, aniversariantes, telefones, e-mail e OUTRAS QUE SERÃO DEFINIDAS. No início da agenda deverá ter envelope sarja em PVC camurça 0,20 micras. Acabamento: Espiral metálico com revestimento. A capa e páginas internas deverão ser personalizados conforme orientação e aprovação prévia da Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre – SC. | 20,00 | 8.000,00 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO | | | | R\$ 8.000,00 | |

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 27/10/2016 às 09h45min do dia 16/11/2016;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 16/11/2016 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais contratações correrão por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação na seguinte classificação:

| | |
|-----------------|---------------------|
| 3.3.90.30.00.00 | Material de Consumo |
|-----------------|---------------------|

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre – SC, 27 de outubro de 2016.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1685/16

PORTARIA Nº 1685/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR ORIVAL GOMES DE ALMEIDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor ORIVAL GOMES DE ALMEIDA, do cargo de ASSISTENTE DE GABINETE, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1686/16

PORTARIA Nº 1686/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA RISONI PEREIRA DIAS DE CARVALHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa a servidora RISONI PEREIRA DIAS DE CARVALHO, do cargo de PROFESSOR, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1687/16

PORTARIA Nº 1687/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA NATALIA ALMEIDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa a servidora NATALIA ALMEIDA, do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, esta portaria entra em vigor na

data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1688/16

PORTARIA Nº 1688/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR AURELIANO ANTUNES DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor AURELIANO ANTUNES DA SILVA, do cargo de AUXILIAR DE OBRAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1689/16

PORTARIA Nº 1689/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR SAMUEL ALVES DE LIMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor SAMUEL ALVES DE LIMA, do cargo de AUXILIAR DE OBRAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1690/16

PORTARIA Nº 1690/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR ADÃO CARLOS DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor ADÃO CARLOS DA SILVA, do cargo de AUXILIAR DE OBRAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1691/16

PORTARIA Nº 1691/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR CLAITON FELIX FARRAPO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor CLAITON FELIX FARRAPO, do cargo de AUXILIAR DE OBRAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1692/16

PORTARIA Nº 1692/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR DORVALINO MELO DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor DORVALINO MELO DOS SANTOS, do cargo de AUXILIAR DE OBRAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1693/16

PORTARIA Nº 1693/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR JOAO RIBEIRO COUTO NETO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor JOAO RIBEIRO COUTO NETO, do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1694/16

PORTARIA Nº 1694/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR DALTRO JOSÉ WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor DALTRO JOSE WALTER, do cargo de ENGENHEIRO AGRONOMO, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1695/16

PORTARIA Nº 1695/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR ENORI BET

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor ENORI BET, do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1696/16

PORTARIA Nº 1696/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR DIONI ANTONIO DE ALMEIDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor DIONI ANTONIO DE ALMEIDA, do cargo de GUARDA, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1697/16

PORTARIA Nº 1697/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR ROBERTO CARLOS DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor ROBERTO CARLOS DE OLIVEIRA, do cargo de MOTORISTA, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1698/16

PORTARIA Nº 1698/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR JOSE SEZINO MEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor JOSE SEZINO MEIRA, do cargo de MOTORISTA, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1699/16

PORTARIA Nº 1699/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR NILTON ALVES RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor NILTON ALVES RIBEIRO, do cargo de AUXILIAR DE OBRAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1700/16

PORTARIA Nº 1700/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR IVANOR QUINTILIO DALABRIDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor IVANOR QUINTILIO DALABRIDA, do cargo de MOTORISTA, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1701/16

PORTARIA Nº 1701/16 de 24/10/16
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR ADELIR AMERICANO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor ADELIR AMERICANO, do cargo de MOTORISTA, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1702/16

PORTARIA Nº 1702/16 de 24/10/16
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR FLORISVAL DAL CORTIVO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor FLORISVAL DAL CORTIVO, do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1703/16

PORTARIA Nº 1703/16 de 24/10/16
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR MARCELO CORADIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor MARCELO CORADIN, do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1704/16

PORTARIA Nº 1704/16 de 24/10/16
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR LUIZ ALBERTO DA COSTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor LUIZ ALBERTO DA COSTA, do cargo de AUXILIAR DE OBRAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1705/16

PORTARIA Nº 1705/16 de 24/10/16
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR JOAQUIM EDEZIO VARELA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor JOAQUIM EDEZIO VARELA, do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1706/16

PORTARIA Nº 1706/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR TIAGO VERISSIMO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor TIAGO VERISSIMO, do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1707/16

PORTARIA Nº 1707/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR JOSE DE MATTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor JAIR JOSE DE MATTOS, do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1708/16

PORTARIA Nº 1708/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR ABREU WIATTER ANTUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor ABREU WIATTER ANTUNES, do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1709/16

PORTARIA Nº 1709/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR ANDERSON DOMINGOS DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor ANDERSON DOMINGOS DA SILVA, do cargo de AUXILIAR DE OBARS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1710/16

PORTARIA Nº 1710/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR FABIANO BUFFON COELLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor FABIANO BUFFON COELLI, do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1711/16

PORTARIA Nº 1711/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR JOÃO BATISTA REIS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor JOÃO BATISTA REIS, do cargo de AUXILIAR DE OBRAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1712/16

PORTARIA Nº 1712/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR OJACIR FERNANDO MARCIANO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor OJACIR FERNANDO MARCIANO, do cargo de AUXILIAR DE OBRAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1713/16

PORTARIA Nº 1713/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR PAULINHO DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor PAULINHO DA SILVA, do cargo de GARI, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1714/16

PORTARIA Nº 1714/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR SILSO FAGUNDES PINHEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor SILSO FAGUNDES PINHEIRO, do cargo de AUXILIAR DE OBRAS, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1715/16

PORTARIA Nº 1715/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR LEANDRO ANTONIO FERREIRA RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor LEANDRO ANTONIO FERREIRA RIBEIRO, do cargo de MOTORISTA, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1716/16

PORTARIA Nº 1716/16 de 24/10/16

DISPENSA SEM JUSTA CAUSA O SERVIDOR JAISON FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa o servidor JAISON FAGUNDES, do cargo de MOTORISTA, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

COMUNIQUE – SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1717/16

PORTARIA Nº 1717/16 de 24/10/16
DISPENSA SEM JUSTA CAUSA A SERVIDORA DEVAIR ANTUNES DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Dispensa sem justa causa a servidora DEVAIR ANTUNES DE SOUZA, do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1718/16

PORTARIA Nº 1718/16 de 24/10/16
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) WILSIANE APARECIDA GRASSI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) WILSIANE APARECIDA GRASSI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1719/16

PORTARIA Nº 1719/16 de 24/10/16
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ANA CAROLINA RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ANA CAROLINA RIBEIRO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1720/16

PORTARIA Nº 1720/16 de 24/10/16
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) CLOVIS LUCAS FERREIRA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) CLOVIS LUCAS FERREIRA DA SILVA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1721/16

PORTARIA Nº 1721/16 de 24/10/16
EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) FRANCIELLI DE OLIVEIRA KUNEN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) FRANCIELLI DE OLIVEIRA KUNEN do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1722/16

PORTARIA Nº 1722/16 de 24/10/16

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ELITON MARCIO ZANONI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ELITON MARCIO ZANONI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1724/16

PORTARIA Nº 1724/16 de 24/10/16

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) NEOLI ANTONIO SPIELMANN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) NEOLI ANTONIO SPIELMANN do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1725/16

PORTARIA Nº 1725/16 de 24/10/16

EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O (A) SERVIDOR (A) ROBSON JULIANO DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato o (a) servidor (a) ROBSON JULIANO DA SILVA do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 31 de outubro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
24 de outubro de 2016.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1727/16

PORTARIA Nº 1727/16 DE 25/10/16

COLOCA O SERVIDOR CHRISTIANO QUEIROZ DE CARVALHO A DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Nelson Cruz, Prefeito municipal do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Colocar o servidor CHRISTIANO QUEIROZ DE CARVALHO, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Apoio Administrativo, a disposição do TRE CAMPOS NOVOS-SC, com validade de 01 (um) ano, a partir de 01 de novembro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
25 de outubro de 2016
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS**ATA REGISTRO DE PREÇOS 08/2016 PP 31/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 1/8

Processo Nº.: 45/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 8/2016

No dia 30 do mês de Setembro do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) SAMAE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.158.105/0001-09, com sede administrativa localizada na RUA CAETANO CARLOS, 466, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) DIRETOR, o Sr(a). JOEL FRANCISCO FAGUNDES, inscrito no CPF sob o nº. 543.523.209-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 31/2016, Processo Licitatório nº. 45/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS A SEREM UTILIZADOS NA FROTA E MAQUINÁRIO DO SAMAE. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

| Código | Nome da Empresa | Itens |
|--------|---|--|
| 7743 | FILIPPE COMERCIO DE PECAS LTDA - EPP | 2, 5, 6, 11, 13, 15, 21, 22, 23, 25, 29, 30, 32, 35, 36, 37 |
| 7744 | MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA | 1, 7, 19 |
| 7742 | SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA. | 3, 4, 8, 9, 10, 12, 14, 16, 17, 18, 20, 24, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 38 |

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

| Empresas | CNPJ / CPF | Nome do Representante | CPF |
|---|--------------------|-----------------------|----------------|
| FILIPPE COMERCIO DE PECAS LTDA - EPP | 73.202.475/0001-34 | RENAN FILIPPE | 032.474.960-09 |
| MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA | 80.954.555/0001-01 | MARCELO FELSNER | 844.974.169-68 |
| SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA. | 01.104.642/0001-01 | ARNOLDO DOS SANTOS | 936.757.639-00 |

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E FILTROS A SEREM UTILIZADOS NA FROTA E MAQUINÁRIO DO SAMAE.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

| Fornecedor: 7742 - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA. | | | | | | |
|--|--|------|-----------|------------|----------------|-------------|
| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
| 3 | ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 90 API GL-5 COM 20L | BD | PETROBRÁS | 6,000 | 187,9000 | 1.127,40 |
| 4 | ÓLEO LUBRIFICANTE GRAU ISO VG 68, COM 20L | BD | TG | 20,000 | 146,0000 | 2.920,00 |
| 8 | ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 85W/140 API GL-5, COM 20L | BD | PETROBRÁS | 3,000 | 223,5000 | 670,50 |
| 9 | ÓLEO HIDRÁULICO IP TURBO AW46, COM 20L | BD | PETROBRÁS | 6,000 | 186,0000 | 1.116,00 |
| 10 | ADITIVO PARA DIESEL ARLA 32, COM 20L | BD | ECOTEC | 5,000 | 56,9000 | 284,50 |
| 12 | ÓLEO LUBRIFICANTE 424 API GL-4, PARA CASE 580L, COM 20L | BD | GT OIL | 6,000 | 255,0000 | 1.530,00 |
| 14 | ÓLEO LUBRIFICANTE 10W40 SEMISSINTÉTICO QUATRO TEMPOS COM 4L | GL | GT OIL | 60,000 | 60,0000 | 3.600,00 |
| 16 | ÓLEO LUBRIFICANTE 10W30 SJ SEMISSINTÉTICO QUATRO TEMPOS 1L | LT | GT OIL | 50,000 | 14,7000 | 735,00 |
| 17 | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA CAMINHÃO VW 8.150E DELIVERY 09/10 | PÇ | TECFIL | 6,000 | 97,0000 | 582,00 |

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/8

SAMAE CAMPOS NOVOS

Processo Nº.: 45/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016

Fornecedor: 7742 - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|--|------|--------|------------|----------------|-------------|
| 18 | FILTRO DE ÓLEO PARA CAMINHÃO VW 8.150E DELIVERY 09/10 | PÇ | TECFIL | 6,000 | 57,0000 | 342,00 |
| 20 | FILTRO DE ÓLEO PARA CAMINHÃO VW 17.190 E5, 2013/2014 | PÇ | HENGST | 6,000 | 38,0000 | 228,00 |
| 24 | FILTRO DE ÓLEO PARA FLUENCE 11/12, E KANGOO 15/16 | PÇ | TECFIL | 8,000 | 17,0000 | 136,00 |
| 26 | FILTRO DE ÓLEO PARA FLUENCE 11/12 | PÇ | TECFIL | 6,000 | 17,0000 | 102,00 |
| 27 | FILTRO DE ÓLEO PARA KOMBI 12/13 | PÇ | TECFIL | 20,000 | 15,0000 | 300,00 |
| 28 | FILTRO DE ÓLEO PARA SAVEIRO 12/13 | PÇ | TECFIL | 10,000 | 15,0000 | 150,00 |
| 31 | FILTRO DE ÓLEO PARA KANGOO 15/16 | PÇ | TECFIL | 6,000 | 17,0000 | 102,00 |
| 33 | FILTRO DE AR PARA KOMBI 12/13 | PÇ | TECFIL | 6,000 | 27,0000 | 162,00 |
| 34 | FILTRO DE AR PARA SAVEIRO 12/13 | PÇ | TECFIL | 6,000 | 18,9000 | 113,40 |
| 38 | ÓLEO LUBRIFICANTE 10W30 SJ SEMISSINTÉTICO QUATRO TEMPOS 1L | LT | TECFIL | 50,000 | 14,7000 | 735,00 |

Fornecedor: 7743 - FILIPPE COMERCIO DE PECAS LTDA - EPP

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|------|--------|------------|----------------|-------------|
| 2 | ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 30 API CF-4 COM 20L | BD | INCOL | 10,000 | 178,0000 | 1.780,00 |
| 5 | GRAXA LUBRIFICANTE À BASE DE LÍTIO Nº02 API NLGI, COM 20L | BD | INCOL | 15,000 | 278,0000 | 4.170,00 |
| 6 | ÓLEO HIDRÁULICO TIPO ATF API GL-4 OU GL-5, COM 05L | BD | INCOL | 6,000 | 62,9000 | 377,40 |
| 11 | ÓLEO LUBRIFICANTE DOIS TEMPOS COM 500ML PARA ROÇADEIRA STHIL | FR | INCOL | 20,000 | 6,3600 | 127,20 |
| 13 | ÓLEO LUBRIFICANTE 85W140 GL-4, PARA CASE 580L, COM 20L | BD | INCOL | 8,000 | 199,0000 | 1.592,00 |
| 15 | ÓLEO LUBRIFICANTE 20W50 QUATRO TEMPOS COM 1L | LT | INCOL | 60,000 | 13,5000 | 810,00 |
| 21 | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA CAMINHÃO VW 17.190 E5, 2013/2014 | PÇ | TURBO | 6,000 | 69,9000 | 419,40 |
| 22 | FILTRO RACOR PARA CAMINHÃO VW 17.190 E5, 2013/2014 | PÇ | RACOR | 6,000 | 155,0000 | 930,00 |
| 23 | FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA FLUENCE 11/12, KOMBI 12/13, SAVEIRO 12/13 E KANGOO 15/16 | PÇ | TECFIL | 25,000 | 14,6000 | 365,00 |
| 25 | FILTRO COMBUSTÍVEL PARA MONTANA FURGÃO 13/13, E STRADA 15/16 | PÇ | TECFIL | 20,000 | 11,5000 | 230,00 |
| 29 | FILTRO DE ÓLEO PARA MONTANA FURGÃO 13/13 | PÇ | WEGA | 8,000 | 14,0000 | 112,00 |
| 30 | FILTRO DE ÓLEO PARA STRADA 15/16 | PÇ | WEGA | 10,000 | 14,6000 | 146,00 |
| 32 | FILTRO DE AR PARA FLUENCE 11/12 | PÇ | TURBO | 6,000 | 43,0000 | 258,00 |
| 35 | FILTRO DE AR PARA MONTANA FURGÃO 13/13 | PÇ | TURBO | 6,000 | 11,0000 | 66,00 |
| 36 | FILTRO DE AR PARA STRADA 15/16 | PÇ | TECFIL | 18,000 | 15,5000 | 279,00 |
| 37 | FILTRO DE AR PARA KANGOO 15/16 | PÇ | TECFIL | 6,000 | 27,5000 | 165,00 |

Fornecedor: 7744 - MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

| Item | Especificação | Unid | Marca | Quantidade | Preço Unitário | Preço Total |
|------|---|------|--------|------------|----------------|-------------|
| 1 | ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SAE15W40 API CI 4/SL COM 20L | BD | LUBRAX | 40,000 | 226,5000 | 9.060,00 |
| 7 | ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 140 API GL-5, COM 20L | BD | LUBRAX | 6,000 | 230,0000 | 1.380,00 |
| 19 | FILTRO RACOR PARA CAMINHÃO VW 8.150E DELIVERY 09/10 | PÇ | TECFIL | 6,000 | 73,0000 | 438,00 |

ESTADO DE SANTA CATARINA**SAMAE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/8

Processo Nº.: 45/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA**SAMAE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/8

Processo Nº.: 45/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA**SAMAE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/8

Processo Nº.: 45/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 6/8
Processo Nº.: 45/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOS

Página: 7/8
Processo Nº.: 45/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE CAMPOS NOVOSPágina: 8/8
Processo Nº.: 45/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2016**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 30 de Setembro de 2016.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR

Empresas Participantes:

FILIPPE COMERCIO DE PECAS LTDA - EPP

CNPJ: 73.202.475/0001-34

MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

CNPJ: 80.954.555/0001-01

SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.

CNPJ: 01.104.642/0001-01

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 119/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 178/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 119/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 11/11/2016, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS DE ÁGUA, GÁS E REFRIGERANTE EM LATA, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E CIVIL, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO. Recebimento de propostas até as 14h00mim do dia 11/11/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 488

DECRETO LEGISLATIVO Nº 488, de 26/10/2016

AUTORIZA REPRESENTAR CANOINHAS EM CONFERÊNCIA DA
OMS

O Vereador Célio Galeski, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, Faço saber, que o Plenário aprovou e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a representar o Município de Canoinhas e a Associação dos Municípios Produtores de Tabaco - AMPROTABACO, na 6ª Conferência das Partes – COP 7, da Organização Mundial de Saúde – OMS, a ser realizada no período de 03 a 13 de novembro, em Nova Delhi - Índia.

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto Legislativo correrão por conta de dotações do orçamento do Município - Gabinete do Prefeito, com exceção das despesas de traslado/passagens.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 26 de outubro de 2016.

Vereador Célio Galeski Presidente

Registrado e publicado na Secretaria Legislativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 26/10/2016.

José Luiz Lacowicz

Secretário Legislativo

Capinzal

PREFEITURA

Edital nº 029/2016

EDITAL Nº 029, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos provenientes do Governo Federal sob a gestão do Ministério das Cidades, no âmbito do Programa Pró-Transporte – PAC 2, 3ª Etapa, referente à parcela do Contrato nº 0412.619-82/2013, no valor de R\$ 315.825,86 (trezentos e quinze mil, oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos).

Capinzal - SC, 26 de outubro de 2016.

Andevir Isganzella

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

Francisco Dirceu de Araújo

Secretário Interino da Administração e Finanças

ESCALA MOTORISTAS SAÚDE MÊS 11/2016

ESCALA DE PLANTÃO DOS MOTORISTA DA SECRETARIA DA SAÚDE

NOVEMBRO / 2016

| DATA | DIA DA SEMANA | NOME DO FUNCIONÁRIO | TELEFONE |
|------|-----------------|---------------------|---------------|
| 01 | Terça - Feira | PAULO CESAR IGNÁCIO | (49) 88099738 |
| 02 | Quarta - Feira | ZEFERINO S. SCHMIDT | (49) 88099738 |
| 03 | Quinta - Feira | RONALDO MACHADO | (49) 88099738 |
| 04 | Sexta - Feira | SERGIO GIRIOLI | (49) 88099738 |
| 05 | Sábado | PAULO CESAR IGNÁCIO | (49) 88099738 |
| 06 | Domingo | PAULO CESAR IGNÁCIO | (49) 88099738 |
| 07 | Segunda - Feira | PAULO CESAR IGNÁCIO | (49) 88099738 |
| 08 | Terça - Feira | ZEFERINO S. SCHMIDT | (49) 88099738 |
| 09 | Quarta - Feira | RONALDO MACHADO | (49) 88099738 |
| 10 | Quinta - Feira | SERGIO GIRIOLI | (49) 88099738 |
| 11 | Sexta - Feira | PAULO CESAR IGNÁCIO | (49) 88099738 |
| 12 | Sábado | ZEFERINO S. SCHMIDT | (49) 88099738 |
| 13 | Domingo | ZEFERINO S. SCHMIDT | (49) 88099738 |
| 14 | Segunda - Feira | ZEFERINO S. SCHMIDT | (49) 88099738 |
| 15 | Terça - Feira | RONALDO MACHADO | (49) 88099738 |
| 16 | Quarta - Feira | SERGIO GIRIOLI | (49) 88099738 |
| 17 | Quinta - Feira | PAULO CESAR IGNÁCIO | (49) 88099738 |
| 18 | Sexta - Feira | ZEFERINO S. SCHMIDT | (49) 88099738 |
| 19 | Sábado | RONALDO MACHADO | (49) 88099738 |
| 20 | Domingo | RONALDO MACHADO | (49) 88099738 |
| 21 | Segunda - Feira | RONALDO MACHADO | (49) 88099738 |
| 22 | Terça - Feira | SERGIO GIRIOLI | (49) 88099738 |
| 23 | Quarta - Feira | PAULO CESAR IGNÁCIO | (49) 88099738 |
| 24 | Quinta - Feira | ZEFERINO S. SCHMIDT | (49) 88099738 |
| 25 | Sexta - Feira | RONALDO MACHADO | (49) 88099738 |
| 26 | Sábado | SERGIO GIRIOLI | (49) 88099738 |
| 27 | Domingo | SERGIO GIRIOLI | (49) 88099738 |
| 28 | Segunda - Feira | SERGIO GIRIOLI | (49) 88099738 |
| 29 | Terça - Feira | PAULO CESAR IGNÁCIO | (49) 88099738 |
| 30 | Quarta - Feira | ZEFERINO S. SCHMIDT | (49) 88099738 |

ESCALA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGIA MÊS 11/2016

ESCALA DESOBRÉAVISO MÊS DE NOVEMBRO 2016

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA

| Data | Dia na semana | FUNCIONARIO(a) | TELEFONE | Assinatura |
|------------|---------------|------------------------|--------------|------------|
| 1 | Terça-feira | ELIANE FATIMA RIETTER | 49-8811-2990 | |
| 2 Feriado | Quarta-feira | JUCILENE TENUTTI SURDI | 49-8811-2990 | |
| 3 | Quinta-feira | ELIANE FATIMA RIETTER | 49-8811-2990 | |
| 4 | Sexta-feira | JUCILENE TENUTTI SURDI | 49-8811-2990 | |
| 5 | Sábado | ELIANE FATIMA RIETTER | 49-8811-2990 | |
| 6 | Domingo | JUCILENE TENUTTI SURDI | 49-8811-2990 | |
| 7 | Segunda-feira | ELIANE FATIMA RIETTER | 49-8811-2990 | |
| 8 | Terça-feira | JUCILENE TENUTTI SURDI | 49-8811-2990 | |
| 9 | Quarta-feira | ELIANE FATIMA RIETTER | 49-8811-2990 | |
| 10 | Quinta-feira | JUCILENE TENUTTI SURDI | 49-8811-2990 | |
| 11 | Sexta-feira | ELIANE FATIMA RIETTER | 49-8811-2990 | |
| 12 | Sábado | JUCILENE TENUTTI SURDI | 49-8811-2990 | |
| 13 | Domingo | ELIANE FATIMA RIETTER | 49-8811-2990 | |
| 14 | Segunda-feira | JUCILENE TENUTTI SURDI | 49-8811-2990 | |
| 15 Feriado | Terça-feira | ELIANE FATIMA RIETTER | 49-8811-2990 | |
| 16 | Quarta-feira | JUCILENE TENUTTI SURDI | 49-8811-2990 | |
| 17 | Quinta-feira | ELIANE FATIMA RIETTER | 49-8811-2990 | |
| 18 | Sexta-feira | JUCILENE TENUTTI SURDI | 49-8811-2990 | |
| 19 | Sábado | ELIANE FATIMA RIETTER | 49-8811-2990 | |
| 20 | Domingo | JUCILENE TENUTTI SURDI | 49-8811-2990 | |
| 21 | Segunda-feira | ELIANE FATIMA RIETTER | 49-8811-2990 | |
| 22 | Terça-feira | JUCILENE TENUTTI SURDI | 49-8811-2990 | |
| 23 | Quarta-feira | ELIANE FATIMA RIETTER | 49-8811-2990 | |
| 24 | Quinta-feira | JUCILENE TENUTTI SURDI | 49-8811-2990 | |
| 25 | Sexta-feira | ELIANE FATIMA RIETTER | 49-8811-2990 | |
| 26 | Sábado | JUCILENE TENUTTI SURDI | 49-8811-2990 | |
| 27 | Domingo | ELIANE FATIMA RIETTER | 49-8811-2990 | |
| 28 | Segunda-feira | JUCILENE TENUTTI SURDI | 49-8811-2990 | |
| 29 | Terça-feira | ELIANE FATIMA RIETTER | 49-8811-2990 | |
| 30 | Quarta-feira | JUCILENE TENUTTI SURDI | 49-8811-2990 | |

ESCALA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MÊS 11/2016

ESCALA DE PLANTÃO MÊS DE NOVEMBRO

| Data | Dia na semana | FUNCIONÁRIO | TELEFONE |
|------|---------------|--------------------------------------|---------------|
| 1 | terça-feira | JUNIOR CASSIO GOTARDO | (49)8811-0014 |
| 2 | quarta-feira | GABRIELA CRISTINA MINKS LOPES DUARTE | (49)8811-0014 |
| 3 | quinta-feira | VILMA MASCARELO RODRIGUES | (49)8811-0014 |
| 4 | sexta-feira | JUNIOR CASSIO GOTARDO | (49)8811-0014 |
| 5 | sábado | GABRIELA CRISTINA MINKS LOPES DUARTE | (49)8811-0014 |

| | | | |
|----|---------------|--------------------------------------|---------------|
| 6 | domingo | VILMA MASCARELO RODRIGUES | (49)8811-0014 |
| 7 | segunda-feira | JUNIOR CASSIO GOTARDO | (49)8811-0014 |
| 8 | terça-feira | GABRIELA CRISTINA MINKS LOPES DUARTE | (49)8811-0014 |
| 9 | quarta-feira | VILMA MASCARELO RODRIGUES | (49)8811-0014 |
| 10 | quinta-feira | JUNIOR CASSIO GOTARDO | (49)8811-0014 |
| 11 | sexta-feira | GABRIELA CRISTINA MINKS LOPES DUARTE | (49)8811-0014 |
| 12 | sábado | VILMA MASCARELO RODRIGUES | (49)8811-0014 |
| 13 | domingo | JUNIOR CASSIO GOTARDO | (49)8811-0014 |
| 14 | segunda-feira | GABRIELA CRISTINA MINKS LOPES DUARTE | (49)8811-0014 |
| 15 | terça-feira | VILMA MASCARELO RODRIGUES | (49)8811-0014 |
| 16 | quarta-feira | JUNIOR CASSIO GOTARDO | (49)8811-0014 |
| 17 | quinta-feira | GABRIELA CRISTINA MINKS LOPES DUARTE | (49)8811-0014 |
| 18 | sexta-feira | VILMA MASCARELO RODRIGUES | (49)8811-0014 |
| 19 | sábado | JUNIOR CASSIO GOTARDO | (49)8811-0014 |
| 20 | domingo | GABRIELA CRISTINA MINKS LOPES DUARTE | (49)8811-0014 |
| 21 | segunda-feira | VILMA MASCARELO RODRIGUES | (49)8811-0014 |
| 22 | terça-feira | JUNIOR CASSIO GOTARDO | (49)8811-0014 |
| 23 | quarta-feira | GABRIELA CRISTINA MINKS LOPES DUARTE | (49)8811-0014 |
| 24 | quinta-feira | VILMA MASCARELO RODRIGUES | (49)8811-0014 |
| 25 | sexta-feira | JUNIOR CASSIO GOTARDO | (49)8811-0014 |
| 26 | sábado | GABRIELA CRISTINA MINKS LOPES DUARTE | (49)8811-0014 |
| 27 | domingo | VILMA MASCARELO RODRIGUES | (49)8811-0014 |
| 28 | segunda-feira | JUNIOR CASSIO GOTARDO | (49)8811-0014 |
| 29 | terça-feira | GABRIELA CRISTINA MINKS LOPES DUARTE | (49)8811-0014 |
| 30 | quarta-feira | VILMA MASCARELO RODRIGUES | (49)8811-0014 |

Lei 3.226/2016

LEI No 3.226, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 92.300,00 (noventa e dois mil e trezentos reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 92.300,00 (noventa e dois mil e trezentos reais), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

| | | | | | |
|-----------------------|--|------|-----|-----|-----------|
| 0801.10.301.0150.1143 | CONST UNIDADE SAÚDE CENTRAL LTO JOÃO BATISTA | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 44900000-003 | Aplicações Diretas | 1002 | 00 | R\$ | 52.300,00 |
| 0801.10.301.0150.1145 | CONST UNIDADE BÁSICA SAÚDE LTO VILA LINDEMB | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 44900000-005 | Aplicações Diretas | 1002 | R\$ | R\$ | 40.000,00 |
| | Total | | | R\$ | 92.300,00 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito de que trata o art. 1º da presente Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 92.300,00 (noventa e dois mil e trezentos reais), na forma do quadro a seguir.

| | | | | | |
|-----------------------|--|------|-----|-----|-----------|
| 0801.10.301.0150.1069 | AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 44900000-002 | Aplicações Diretas | 1002 | 00 | R\$ | 42.300,00 |
| 0801.10.301.0150.1144 | CONST UNIDADE BÁSICA SAÚDE LTO BENJAMIN D. | FTE | DR | R\$ | 0,00 |
| 44900000-004 | Aplicações Diretas | 1002 | R\$ | R\$ | 50.000,00 |
| | Total | | | R\$ | 92.300,00 |

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 26 de outubro de 2016.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário Interino da Administração e Finanças

PMC TERMO ADITIVO 001/2016 C169

| | |
|---|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA | |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| Aditivo Nº : TA 001/2016 C169 - Contrato Nº: 0169/2016 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: CONSTRUÇOES HERVAL LTDA - EPP Valor : 11.375,34 (onze mil trezentos e setenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) Vigência : Início: 26/10/2016 Término: 24/11/2016 Licitação : Processo Licitatório 0073/2016 Modalidade...: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia 0006/2016 Recursos : Dotação: Objeto : O objeto do presente termo aditivo é o acréscimo de valor ao contrato original no montante de R\$ 11.375,34 (onze mil trezentos e setenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), conforme solicitação e justificativa da Secretaria responsável, parecer técnico e parecer jurídico nº 295/2016 em anexo. | |
| Capinzal, 26 de Outubro de 2016 | |

PORTARIA 894/2016

PORTARIA Nº 894, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através do processo seletivo nº 029/2014 e nos termos do contrato nº 894/2016, Lucas Guerreiro Camassola, matrícula nº 407457/03, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de outubro de 2016.

WILSON LUIZ FARIAS
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 895/2016

PORTARIA Nº 895, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Concede licença a servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 107797 01 55 2016 4 00037 217 0011152 21, resolve:

Art. 1º Conceder licença por motivo de óbito da mãe, pelo período de 15 a 22 de outubro de 2016, à servidora Marli Terezinha Andrioni, matrícula nº 315818/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível 35, referência G, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 15 de outubro de 2016.

Capinzal - SC, em 15 de outubro de 2016

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 896/2016

PORTARIA Nº 896, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Concede licença a servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 107797 01 55 2016 4 00037 205 0011140 45, resolve:

Art. 1º Conceder licença por motivo de óbito da mãe, pelo período de 14 a 21 de outubro de 2016, à servidora Jucilei Tenutti, matrícula nº 177849/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, Nível 372, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de outubro de 2016.

Capinzal - SC, em 14 de outubro de 2016

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 897/2016

PORTARIA Nº 897, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Concede licença a servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 107797 01 55 2016 4 00037 205 0011140 45, resolve:

Art. 1º Conceder licença por motivo de óbito da mãe, pelo período de 14 a 21 de outubro de 2016, à servidora Jucilene Tenutti Surdi, matrícula nº 312657/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Nível 35, referência J, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de outubro de 2016.

Capinzal - SC, em 14 de outubro de 2016

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 898/2016

PORTARIA Nº 898, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Concede licença a servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 107797 01 55 2016 4 00037 205 0011140 45, resolve:

Art. 1º Conceder licença por motivo de óbito do cônjuge, pelo período de 14 a 21 de outubro de 2016, ao servidor Maximino Vicente Tenutti, matrícula nº 316016/01, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, Nível 200, referência J, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 14 de outubro de 2016.

Capinzal - SC, em 14 de outubro de 2016

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 899/2016

PORTARIA Nº 899, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2879/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação ao servidor Aliomar Gione dos Santos, matrícula nº 326321/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 17 de outubro de 2016

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 900/2016

PORTARIA Nº 900, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2883/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Rejane Lourdes Bevilaqua Durigon, matrícula nº 332747/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência C, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 17 de outubro de 2016

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 901/2016

PORTARIA Nº 901, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

Concede licença para tratar de interesses particulares a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e conforme requerimento protocolado, resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares à servidora Maria Cristina Hinz Moresco, matrícula nº 334766/03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 19 de outubro a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de outubro de 2016.

Capinzal - SC, em 19 de outubro de 2016

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 902/2016

PORTARIA Nº 902, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2895/2016, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Maria Cristiane Wunder, matrícula nº 171115/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência D.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2016.

Capinzal – SC, em 24 de outubro de 2016

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 903/2016

PORTARIA Nº 903, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

Coloca servidor à disposição, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição do CECON, a contar de 24 de outubro de 2016, a servidora Gisele da Silva, matrícula nº 322911/04, ocupante do cargo de Assistente Social, nível 56, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 24 de outubro de 2016.

Capinzal - SC, em 24 de outubro de 2016

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

PORTARIA 905/2016

PORTARIA Nº 905, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 25 de outubro de 2016 a 21 de fevereiro de 2017, conforme atestado médico, à servidora Jussara Biazotto, matrícula nº 312770/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência D, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 25 de outubro de 2016.

Capinzal, SC, em 25 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 906/2016

PORTARIA Nº 906, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 25 de outubro de 2016 a 21 de fevereiro de 2017, conforme atestado médico, à servidora Francieli Daiane Pieri, matrícula nº 398900/04, ocupante do cargo de Professor de Informática, nível 231, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 25 de outubro de 2016.

Capinzal, SC, em 25 de outubro de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0086/2016 - PREGÃO Nº 0056/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0086/2016

PREGÃO Nº 0056/2016

Objeto: Aquisição meio fio, tubos, grades de bueiro, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 27 de outubro de 2016.

Da dotação orçamentária:

1.081.4490.00 - 164 - 94/2016 - CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO GALERIAS PLUVIAIS E OBRAS COM

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 14 de outubro de 2016, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas – SC, 14 de outubro de 2016.

Alberto Broll

Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 2.193 DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.193, de 11 de outubro de 2016.

“CLASSIFICA IMÓVEIS DAS RESPECTIVAS ZONAS DE INFLUÊNCIA, PARA FINS DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, REFERENTE OBRA REALIZADA NA RUA PEDRO ASCOLI, DECORRENTES DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2014, NA MODALIDADE DO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2014, E NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA APURAÇÃO DO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Alberto Brol, Prefeito Municipal de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe o art. 103, VIII da Lei Orgânica do Município e art. 295 da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal),

DECRETA:

Art. 1º Classifica imóveis abaixo relacionados em zona de influência para fins de localização e determinação de cobrança de Contribuição de Melhoria, na Rua Pedro Ascoli, no Bairro Cidade Jardim:

| Quadra´s | Lote´s | Testada´s | Contribuinte´s | Cad.Imob. |
|----------|--------|-----------|---|-----------|
| 117 | 98 | 15,0 | Valdevino Moreira Lemos | 1195 |
| 117 | 97 | 15,0 | Gildo Jose Salvadego | 1194 |
| 117 | 96 | 15,0 | Meryt Bened. Monteiro - Espólio / ou Fernando | 1193 |
| 117 | 95-A | 15,0 | Lourival Rodrigues de Lima | 2811 |
| 118 | 91 | 15,0 | Dirce Miglioretto Semioni | 1187 |
| 118 | 92 | 15,0 | Jose Bonifácio Pain Santos | 1186 |
| 118 | 93 | 15,0 | Laurindo Bressanelli - Espólio / ou Carmen | 1185 |
| 118 | 94 | 15,0 | Pedro Barbosa | 1184 |
| 119 | 260 | 15,0 | Ademar Toigo | 1177 |
| 119 | 260-A | 15,0 | Ademar Toigo | 2805 |
| 119 | 259 | 15,0 | Raimundo Antonio De Bastiani | 1176 |
| 119 | 258-P | 15,0 | Gelci Aparecida Aguilera | 1175 |
| 158 | 2 | 30,0 | Tradicional Mercado Ltda | 41 |
| 158 | 01-P | 13,5 | Nilson Marcon | 39 |

| | | | | |
|-----|----------|-------|--|------|
| 158 | 01-P | 16,5 | Nilson Marcon | 40 |
| 130 | 265-P | 15,0 | Jose Ribeiro da Silva | 1076 |
| 130 | 264 | 15,0 | Adriana Maria dos Santos | 1075 |
| 130 | 263 | 15,0 | Amilcar Deoni Colombo | 1074 |
| 130 | 262-P | 15,0 | Adelurde da Silva Amorim | 1073 |
| 131 | 02-P | 30,0 | Airton Alves Dias | 1066 |
| 131 | 261-P | 15,0 | Arlindo Hugo Hericks | 1063 |
| 131 | 261-P | 15,0 | Arlindo Hugo Hericks ou ROSIMAR Hericks | 3245 |
| 132 | 360-P | 15,0 | Valdir Valter Pissoli | 1060 |
| 132 | 359 | 15,0 | Marlene Rechembach da Silva | 1059 |
| 132 | 358 | 15,0 | Leda Balena | 1058 |
| 132 | 357-P | 15,0 | Leda Balena | 1056 |
| 133 | 356-P | 15,0 | Veronica Aparecida Bittencourt Carvalho | 1048 |
| 133 | 355 | 15,0 | Felipe Martelo Hermes | 1047 |
| 133 | 354 | 15,0 | Reni Borsatti Monteiro | 1046 |
| 133 | 353 | 15,0 | Saete Picinini Santos | 1045 |
| 140 | 373-P | 15,0 | Carmen Aparecida Roman | 564 |
| 140 | 372-P | 12,5 | Raimundo Clóvis Ribeiro | 562 |
| 140 | 372-P | 2,5 | Maria Conceição Fogaça Ferreira | 563 |
| 140 | 371 | 15,0 | Adimir Gonçalves | 561 |
| 140 | 370-A | 15,0 | Sintiamara Pinh. Oliveira ou Eleandro Siqueira | 2962 |
| 141 | 369-P | 15,0 | Valdecir Primão | 552 |
| 141 | 368 | 15,0 | Luiza Lambrecht | 16 |
| 141 | 367 | 15,0 | Geraldo Viera | 553 |
| 141 | 366 | 15,0 | Julcimar Antonio Masson | 542 |
| 142 | 466 | 15,0 | Vanderlei Pizzi | 536 |
| 142 | 465 | 15,0 | Marcos Francisco Siqueira | 540 |
| 142 | 464 | 15,0 | Silvia Talini | 541 |
| 142 | 463-P | 15,0 | Ricardo Julio Groff (ou Dionatan - fº) | 528 |
| 143 | 462 | 15,0 | Modesto Leal Nunes Filho | 521 |
| 143 | 461 | 15,00 | Sebastião Mendes de Lima - Espólio | 520 |
| 143 | 460 | 15,00 | Monico Depubel | 519 |
| 143 | 459-A | 15,00 | Leia Adriana Bandeira | 2853 |
| 149 | 481 | 27,0 | Claudiomar e Everton Luiz Ribeiro | 460 |
| 149 | AUP 02 | 3,0 | Município de Catanduvas | 2176 |
| 149 | 1 + 2 | 30,0 | Vilmar Luis Ansolin e Karine Lopes Sacchet | 2174 |
| 150 | 479 | 28,0 | Imocal - Imóveis Catanduvas Ltda | 448 |
| 150 | 1 | 17,0 | Imocal - Imóveis Catanduvas Ltda | 1948 |
| 150 | 2 | 15,0 | Imocal - Imóveis Catanduvas Ltda | 1947 |
| 159 | 1 | 15,0 | Andarra Transportes Ltda | 1964 |
| 159 | 2, 3, 4. | 45,0 | Condomínio Edifício Cidade Alta, 32 unid - vide abaixo | |
| 160 | 1 | 15,0 | Chaiane De Marquias Dalmagro ou GISLEI DM | 1980 |
| 160 | 2 | 15,0 | Calimero Murialdo Bortolon | 1979 |
| 160 | 3 | 15,0 | Daniel e Flávio Roberto De Marco | 1978 |
| 160 | 4 | 15,0 | Daniel e Flávio Roberto De Marco | 1977 |
| 163 | 1 | 15,0 | Imocal - Imóveis Catanduvas Ltda | 2008 |
| 163 | 2 | 15,0 | Imocal - Imóveis Catanduvas Ltda | 2009 |
| 163 | 3 | 15,0 | Imocal - Imóveis Catanduvas Ltda | 2010 |
| 163 | 4 | 15,0 | Imocal - Imóveis Catanduvas Ltda | 1995 |
| 164 | 1 | 15,0 | Imocal - Imóveis Catanduvas Ltda | 2034 |

| | | | | |
|-------------|------|------|--|------|
| 164 | 2 | 15,0 | Imocal - Imóveis Catanduvas Ltda | 2035 |
| 164 | 15 | 15,0 | Adelino Cardozo da Silva | 2036 |
| 164 | 16 | 15,0 | Adelino Cardozo da Silva | 2021 |
| 159, Apto-> | .101 | 1,57 | Franssoize Alves de Carvalho | 3077 |
| 159, Apto-> | .102 | 1,25 | Gisele Aparecida Cervelim | 3078 |
| 159, Apto-> | .103 | 1,25 | Thiago Vilela da Silva | 2976 |
| 159, Apto-> | .104 | 1,57 | Antonio Meneghini | 1961 |
| 159, Apto-> | .105 | 1,57 | Eliane de Oliveira | 3079 |
| 159, Apto-> | .106 | 1,25 | Irineu Bogoni | 3080 |
| 159, Apto-> | .107 | 1,25 | Juliane Pissoli | 2977 |
| 159, Apto-> | .108 | 1,57 | Idair Lovatto | 3081 |
| 159, Apto-> | .201 | 1,57 | Helio Gomes de Almeida | 3082 |
| 159, Apto-> | .202 | 1,25 | Cícero Luiz Dias | 3083 |
| 159, Apto-> | .203 | 1,25 | Ermes Antonio Colombo | 3084 |
| 159, Apto-> | .204 | 1,57 | Leandro Everton Colla ou 'Pastor' Gilmar | 3085 |
| 159, Apto-> | .205 | 1,57 | Ronei Poggere | 2969 |
| 159, Apto-> | .206 | 1,25 | Cleci Serafin do Amaral | 2978 |
| 159, Apto-> | .207 | 1,25 | Elmo Márcio Reischardt | 2979 |
| 159, Apto-> | .208 | 1,57 | Andre Tiago Dalla Costa | 3086 |
| 159, Apto-> | .301 | 1,57 | Clóvis José Ferronato | 2970 |
| 159, Apto-> | .302 | 1,25 | Pedrinho José Felipe | 2980 |
| 159, Apto-> | .303 | 1,25 | Maridiane Nardi | 2981 |
| 159, Apto-> | .304 | 1,57 | Eronita de Oliveira | 2971 |
| 159, Apto-> | .305 | 1,57 | Adenilson José Magains | 2972 |
| 159, Apto-> | .306 | 1,25 | Carlos Henrique dos Santos Pereira | 2975 |
| 159, Apto-> | .307 | 1,25 | Marta Aparecida Oliveira da Silva | 2982 |
| 159, Apto-> | .308 | 1,57 | Moacir Sidnei Bucco | 3087 |
| 159, Apto-> | .401 | 1,57 | Carla Aparecida Rodrigues Maestri | 2968 |
| 159, Apto-> | .402 | 1,25 | Alexandra Guerra | 2983 |
| 159, Apto-> | .403 | 1,25 | Deoclécio Luiz Ramos | 2984 |
| 159, Apto-> | .404 | 1,57 | Juliane Torcatto Fagundes ou Clodoaldo Secco | 2973 |
| 159, Apto-> | .405 | 1,57 | Fabio Arenhart | 3088 |
| 159, Apto-> | .406 | 1,25 | Francielle Dias dos Santos | 2985 |
| 159, Apto-> | .407 | 1,25 | Adair Junior de Moraes Dalapria | 3089 |
| 159, Apto-> | .408 | 1,57 | Milene Ferreira Andrades | 2974 |

Art. 2º A presente classificação decorre do Processo Licitatório nº 0018/2014, na modalidade do Tomada de Preços nº 0002/2014, conforme projeto de pavimentação integrante daquele instrumento.

Art. 3º Designa Comissão de Avaliação para efetuar a apuração do valor da contribuição de melhoria das obras acima identificadas, de acordo com o disposto no Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Lei Complementar nº 21, de 18 de setembro de 2002 e Lei Complementar nº 59, de 23 de dezembro de 2009, formada pelos seguintes membros:

- I - Carlos Augusto Czech – Responsável do Setor de Tributos da Prefeitura;
- II - Caroline Joana Lenieski Johan – Controle Interno
- III - Ivan Cláudio Sacchet – Mercado Imobiliário
- IV - Francielle Dias dos Santos – Setor de Tributos
- V - Rosa Maria dos Santos Brito – Setor de Tributos
- VI - Leandro Guerra – Setor de Habitação

Art. 4º Competirá à Comissão proceder a vistoria das obras, os documentos do processo licitatório, e emitir no prazo de trinta (30) dias, um Laudo apontando a valorização imobiliária decorrente do acréscimo de valor que a obra resultou para cada imóvel beneficiado com a pavimentação.

Parágrafo único. A Comissão deverá utilizar como parâmetro para avaliação da contribuição de melhoria, a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes, e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 11 de outubro de 2016.

Alberto Broll
Prefeito Municipal

Davi Pecinato
Resp. pela Secretaria de Administração

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

DECRETO Nº 2.198 DE 14 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.198, de 14 de outubro de 2016.

“CLASSIFICA IMÓVEIS DAS RESPECTIVAS ZONAS DE INFLUÊNCIA, PARA FINS DE COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, REFERENTE AS OBRAS REALIZADAS EM PARTE DA 7 DE ABRIL E PARTE DO CONJUNTO HABITACIONAL BELA VISTA (COHAB-I), DECORRENTES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS Nº 17/2014, 19/2014, 20/2014, NA MODALIDADE DE CONVITE Nº 001/2014 E TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2014, 004/2014, E NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA APURAÇÃO DO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALBERTO BROLL, Prefeito Municipal de Catanduvas (SC) em exercício, no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe o art. 103, VIII da Lei Orgânica do Município e art. 295 da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal),

DECRETA:

Art. 1º Classifica imóveis abaixo relacionados em zona de influência para fins de localização e determinação de cobrança de Contribuição de Melhoria referente às obras realizadas em parte da Rua 7 de Abril e parte do Conjunto Habitacional Bela Vista (COHAB-I).

Planilha 01:

| | | | | |
|---|------|---------|--|-------------|
| Dados para instruir processo de Pavimentação / Calçamento com pedras | | | | |
| da Rua 7 de Abril, nos trechos entre as Ruas Senador Feijó, Tiradentes, | | | | |
| e Hercílio Luz. (obra de Contribuição de Melhoria) | | | | |
| . | | | | |
| Quadra | Lote | Testada | Contribuinte´s | Cad.Imobil. |
| 45 | 480P | 20,00 | Geani Maria Pereira | 820-6 |
| 45 | 481 | 20,00 | Gessy Paganini | 819-2 |
| 45 | 482A | 10,00 | Vanessa Cristina Tomasi ou Iraci De Martini T. | 2.813-4 |
| 45 | 482B | 10,00 | Vani Fátima Tomasi | 818-4 |
| 45 | 483P | 10,00 | Clenilso Basso | 2.954-6 |
| 45 | 483A | 10,00 | Oledir Correa de Bairros ou Roseli Fª Almeida | 817-6 |
| 45 | 484A | 20,00 | Gentil José Kichel | 2.254-3 |
| xxx | | | | |
| 44 | 307A | 30,00 | Sebastião Alves de Quadros | 792-7 |
| 44 | 308 | 13,00 | Celso Vieira | 793-5 |
| 44 | 309 | 14,00 | espólio de Podalírio Belo | 794-3 |
| 44 | 310 | 13,00 | Valdir Valter Pissoli | 795-1 |
| 44 | 311A | 15,00 | Nelva Dalpubel | 796-0 |
| 44 | 311D | 15,00 | Vilmar Rodrigues da Silva | 2.818-5 |
| xxx | | | | |
| 43 | 312A | 20,00 | Edson Xavier Di Domenico | 776-5 |
| 43 | 313A | 10,00 | Gilmar Alves, Mãe e Irmãos | 777-3 |
| 43 | 313B | 10,00 | José Felix Cordeiro | 778-1 |
| 43 | 314p | 10,00 | Claudemir Antonio Mauro | 3.073-0 |
| 43 | 314A | 10,00 | Janaina Merli Girardi | 779-0 |
| 43 | 315B | 5,00 | Douglas Daniel e Adair de Moura | 2.257-8 |
| 43 | 315A | 15,00 | Agnaldo e Márcio Chinato ou Darci | 780-3 |
| 43 | 316B | 20,00 | Dalmo Bairro e Mausio Miotto | 781-1 |

| | | | | |
|-----|------|-------|---------------------------------------|---------|
| xxx | | | | |
| 42 | 485 | 20,00 | Carlos Cesar Fábris | 774-9 |
| 42 | 486 | 20,00 | Maria da Silva Mauro | 773-0 |
| 42 | 487 | 20,00 | Olivar Antonio Bucco e Elizete Mendes | 772-2 |
| 42 | 488 | 20,00 | Nilton José Bulla | 771-4 |
| 42 | 489A | 20,00 | Teresinha Grezele Grauer | 2.844-4 |
| xxx | | | | |

Planilha 02:

| | | | | |
|---|---------|------------|--|--------------|
| Dados para instruir processo de Pavimentação / Calçamento com pedras | | | | |
| da Rua Anselmo Chinato nos trechos entre as Ruas Olavo Bilac (próximo), | | | | |
| Nereu Ramos, Ipê e Rod BR 282 (próximo). | | | | |
| . | | | | |
| Quadra 's | Lote 's | testada 's | Contribuinte 's | Cad. Imobil. |
| 92 | 223 | 15,00 | Sicoob - Coop. Créd. Livre Admissão... | 1749 |
| 92 | 221 | 15,00 | Jair José Ribeiro | 1750 |
| 92 | 219 | 15,00 | Daiane Gubiani | 1751 |
| 92 | 217 | 15,00 | Darci João Caldart | 1752 |
| 92 | 215 | 15,00 | Luiz Leonardo Gubiani | 1753 |
| 92 | 211 | 25,00 | Eugenio Antonio Ribeiro | 1754 |
| xxx | | | | |
| 93 | 207 | 25,00 | Wilmar Luiz Cadore | 1764 |
| 93 | 205 | 13,33 | Celso Ribeiro de Freitas | 1765 |
| 93 | 203 | 13,34 | Ervino Pezzi | 1766 |
| 93 | 201 | 13,33 | Ivacir Cardoso Moreira | 1767 |
| 93 | 197 | 25,00 | Daiane Maria Branco | 1768 |
| xxx | | | | |
| 95 | 193 | 28,00 | Claudino dos Reis | 1796 |
| 95 | 191 | 14,00 | Juvenal José Maria Neto | 1797 |
| 95 | 189 | 14,00 | Daiane Gubiani | 1798 |
| 95 | 187 | 14,00 | Francielle Zechini Garbin | 1799 |
| 95 | 185 | 14,00 | Renan Faganello | 1900 |
| 95 | 183 | 14,00 | Ilario da Silva | 1901 |
| 95 | 181 | 14,00 | Vilson Albrecht | 1902 |
| xxx | | | | |
| 97A | 1 | 12,00 | Maria Florinda Alves da Rocha | 2288 |
| 97A | 3 | 10,00 | Jacir Jose Ribeiro | 2290 |
| 97A | 5 | 10,00 | Marino Granosik | 2292 |
| 97A | 7 | 10,00 | Jurandir Neris de Souza | 2294 |
| 97A | 9 | 10,00 | Luciane Miotto | 2296 |
| 97A | 11 | 10,00 | Natalina de Brito Carneiro - Espólio | 2298 |
| 97A | 13 | 10,00 | Maria Tereza Kuroski Aguilera | 2300 |
| 97A | 15 | 10,00 | Valentin Antunes Bandeira | 2302 |
| 97A | 17 | 10,00 | Ari Aires Fernandes | 2304 |
| 97A | 19 | 10,00 | Gilberto de Oliveira | 2306 |
| 97A | 21 | 10,00 | Joaquim Antunrs Pereira | 2308 |
| 97A | 23 | 10,00 | Clemente Orestes Gaio | 2310 |
| 97A | 25 | 12,00 | Noemi Cardoso dos Santos | 2312 |
| xxx | | | | |
| 97B | 27 | 12,00 | Laurindo Vaz, Espólio - Dirce d Costa | 2314 |

| | | | | |
|-----|----|-------|------------------------------------|------|
| 97B | 29 | 10,00 | Gisele e Suzana Bandeira do Amaral | 2316 |
| 97B | 31 | 10,00 | Terezinha Paganini | 2318 |
| 97B | 33 | 10,00 | Osmar Fernandes | 2320 |
| 97B | 35 | 10,00 | Divacir Antonio Dalmagro | 2322 |
| 97B | 37 | 10,00 | Idalina Moraes Dalmagro | 2324 |
| 97B | 39 | 10,00 | Antonio Baldi | 2326 |
| 97B | 41 | 10,00 | Noeli Vaccariano | 2328 |
| 97B | 43 | 10,00 | Josefina Maria Sarturi | 2330 |
| 97B | 45 | 12,00 | Maria dos Santos Gervasio | 2332 |

Planilha 03:

| | | | | |
|--|--------|-----------|---------------------------------------|--------------|
| Dados para instruir processo de Pavimentação / Calçamento com pedras | | | | |
| nas Travessas Sidenir Garbin, Gomercindo Covolan e Anacleto Guerra, | | | | |
| no Conj. Habit. Bela Vista, CoHab 1 (CTM). | | | | |
| . | | | | |
| Quadra´s | Lote´s | testada´s | Contribuinte´s | Cad. Imobil. |
| 97A | 8 | 10,00 | Vilmar Antunes Bandeira | 2295 |
| 97A | 20 | 10,00 | Juraci de Camargo Zucchetti | 2307 |
| 97A | 24 | 10,00 | Teresinha Antunes Loureiro | 2311 |
| 97D | 57 | 10,00 | Ademar Rosa | 2344 |
| 97D | 58 | 10,00 | Iluir Abel da Silva | 2345 |
| 97D | 59 | 10,00 | Vivaldina Fª A. R. ou Carmen Danielli | 2346 |
| 97D | 60 | 13,00 | Joel Carlos Bortolon | 2347 |
| 97A | 2 | 12,00 | Cleciane dos Santos Lima | 2289 |
| 97A | 4 | 10,00 | Athaide Alves dos Santos | 2291 |
| 97A | 6 | 10,00 | Jose Ademar de Oliveira | 2293 |
| 97A | 10 | 10,00 | Marielda Correia | 2297 |
| 97A | 12 | 10,00 | Alcides da Luz | 2299 |
| 97A | 14 | 10,00 | Ervino Weber | 2301 |
| 97A | 16 | 10,00 | João da Luz | 2303 |
| 97A | 18 | 10,00 | João Ricardo | 2305 |
| 97A | 22 | 10,00 | Suzana Terezinha Zucchetti | 2309 |
| 97A | 26 | 12,00 | Meri Aparecida Silveira | 2313 |
| 97B | 28 | 12,00 | Valdomiro Santos Filho | 2315 |
| 97B | 30 | 10,00 | Tereza Parizzotto Darold | 2317 |
| 97B | 32 | 10,00 | Vilson Albrecht | 2319 |
| 97B | 34 | 10,00 | Cleomar Rodrigues | 2321 |
| 97B | 36 | 10,00 | Ivanda Maria Lagerma | 2323 |
| 97B | 38 | 10,00 | Jose Orlando Vieira | 2325 |
| 97B | 40 | 10,00 | Delvira Rosa | 2327 |
| 97B | 42 | 10,00 | Moacir Rodrigues | 2329 |
| 97B | 44 | 10,00 | Marilene Alves de Candido Oliveira | 2331 |
| 97B | 46 | 12,00 | Diana Brito Benites | 2333 |
| 97C | 47 | 12,00 | Irene Ant. da R. Damasceno - Espólio | 2334 |
| 97C | 48 | 10,00 | Maria Madalena Ribeiro | 2335 |
| 97C | 49 | 10,00 | Antoninho Ribeiro da Silva | 2336 |
| 97C | 50 | 10,00 | Nelson do Prado | 2337 |
| 97C | 51 | 10,00 | Arcedilia Chaves | 2338 |
| 97C | 52 | 10,00 | Gilmar Antunes Pereira | 2339 |
| 97C | 53 | 10,00 | Marcos Vinicios Batista Dias | 2340 |

| | | | | |
|-----|----|-------|--------------------------|------|
| 97C | 54 | 10,00 | João Pedro da Rosa | 2341 |
| 97C | 55 | 10,00 | Angelo Cruz | 2342 |
| 97C | 56 | 12,00 | Lourdes Eliza Mascarello | 2343 |
| xxx | | | | |

Art. 2º A presente classificação decorre dos Processos Licitatórios nº 17/2014, 19/2014, 20/2014, na modalidade de convite nº 001/2014 e tomada de preços nº 003/2014, 004/2014, conforme projeto de pavimentação integrante daquele instrumento.

Art. 3º Designa Comissão de Avaliação para efetuar a apuração do valor da contribuição de melhoria das obras acima identificadas, de acordo com o disposto no Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Lei Complementar nº 21, de 18 de setembro de 2002 e Lei Complementar nº 59, de 23 de dezembro de 2009, formada pelos seguintes membros:

I - Carlos Augusto Czech – Responsável do Setor de Tributos, Obras e Posturas da Prefeitura;

II - Caroline Joana Lenieski Johan – Diretora do Controle Interno;

III - Ivan Cláudio Sacchet – Mercado Imobiliário;

IV - Francielle Dias dos Santos – Setor de Tributos / Procon;

V - Rosa Maria dos Santos Brito – Setor de Tributos, Obras e Posturas;

VI - Leandro Guerra – Setor de Habitação;

VII - Davi Pecinato – Secretário de Administração e Finanças;

VIII - Rosimeri Spassini – Planejamento / Secretaria de Obras;

Art. 4º Competirá à Comissão proceder a vistoria das obras, os documentos do processo licitatório, e emitir no prazo de trinta (30) dias, um Laudo apontando a valorização imobiliária decorrente do acréscimo de valor que a obra resultou para cada imóvel beneficiado com a pavimentação.

Parágrafo único. A Comissão deverá utilizar como parâmetro para avaliação da contribuição de melhoria, a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes, e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 14 de outubro de 2016.

Alberto Broll

Prefeito Municipal em exercício

Davi Pecinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

DECRETO Nº 2.200 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.200, de 25 de outubro de 2016.

“ESTABELECE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALBERTO BROLL, Prefeito Municipal de Catanduvas-SC em exercício, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que no dia 28 de outubro, sexta-feira, comemora-se o dia do servidor público;

Considerando a observância aos princípios da economicidade, eficiência, produtividade, dentre outros que norteiam o serviço público;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal o dia 28 de outubro de 2016, sexta-feira, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais, retornando ao expediente normal no dia 31 de outubro, segunda-feira.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social deverá orientar os usuários da manutenção especial das suas atividades neste período.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 25 de outubro de 2016.

ALBERTO BROLL

Prefeito Municipal em exercício

Davi Pecinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 384/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 384/2016

DESIGNA SERVIDOR COMO FISCAL DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o Art. 70, inciso II da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC e, em conformidade com o art. 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público municipal abaixo relacionado para, sem prejuízo das atividades normalmente desenvolvidas, atuar como Fiscal de Contratos Administrativos celebrados no âmbito da Administração Municipal, em obediência ao art. 67 da Lei 8.666/93, sendo eles:

I- CONTRATO Nº 57/2016- PM, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2016

OBJETO: Aquisição de peças para conserto do Ônibus VW/15.190 EOD E.HD ORE – ANO 2013, PLACA: MLG 4860, utilizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

FISCAL: Josmar Monteiro dos Santos

Art. 2º O Fiscal ora designado deverá observar as disposições no Decreto nº 029 de 04.04.2016, para o desempenho da função.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 16.08.2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 26 de outubro de 2016.

José Braulio Inácio
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 385/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 385/2016

DESIGNAR OS MEMBROS PARA COMPOR A EQUIPE DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO que a transmissão de mandato de Chefe do Poder Executivo Municipal deve pautar-se pelos princípios da continuidade administrativa, da boa-fé, da transparência na gestão pública, da probidade administrativa e da supremacia do interesse público; CONSIDERANDO que a transmissão de mandato é o processo que objetiva propiciar condições para que o administrador público sucessor possa receber de seu antecessor todos os dados e informações necessárias a implantação dos programas, projetos e ações novo governo;

CONSIDERANDO o documento protocolado junto a Secretaria de

Administração e Planejamento, datado de 10 de outubro do corrente ano, assinado pela Sra. Marli Goretti Kammers – Prefeita eleita do Município de Chapadão do Lageado para a gestão 2017/2020, em que livremente indica representantes para compor a equipe de transição e;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Municipal nº 095/2016, de 19.10.2016, que dispõe sobre o processo de transição governamental do Município de Chapadão do Lageado, por ocasião da transmissão de mandato.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Inciso II, alínea “C”, Artigo 70, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC e em conformidade com o Decreto 095/2016 de 19.10.2016,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros que irão compor a Equipe de Transição Governamental do Município de Chapadão do Lageado-SC, nos termos do artigo 2º do Decreto nº 095/2016.

§ 1º A Equipe de que trata o caput será composta pelos seguintes membros:

I - 06 (seis) membros indicados pela candidata eleita:

- a) André Sebold;
- b) Márcio Bittencourt;
- c) Danilo Schmidt;
- d) João Aloir França de Oliveira;
- e) Flavio da Silveira;
- f) Aline da Silveira.

II – 07 (sete) membros representando a administração municipal:

- a) Neusa Francisco Luckmann;
- b) Meirelein Grach Machado ;
- c) João Paulo Bettoly;
- d) Josmar Monteiro dos Santos;
- e) Charles Rodrigo Michels;
- f) Josir Jacó Kalbusch;
- g) Marlise Neuhaus.

Art.2º Caberá ao Sr. André Sebold, a coordenação da Equipe de Transição Governamental ora designada.

Art. 3º O desempenho das atribuições dos membros da Equipe é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia até a data de 31.12.2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 26 de outubro de 2016.

José Braulio Inácio
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 03/FMAS/2016

CONTRATO Nº: 70/2013.

ADITIVO Nº: 03/2016.

TIPO DE ADITIVO: QUARTO T.A. - ACRÉSCIMO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: OSVALDO DE SOUZA CANTO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 04/FMAS/2013.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 02/FMAS/2013

Objeto do Contrato: Locação do imóvel de propriedade do locador, localizado na rua Jorge Meneghel, nº 280, térreo, Bairro São João, Cocal do Sul – SC, para nele serem instalados serviços públicos de interesse do Município – Aulas de Costura, pelo SENAI.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo de 11,73% (onze vírgula setenta e três por cento), IGP -M, ao valor do contrato firmado entre as partes em 04/03/2013.

Assinatura: 21/09/2016

Vigência: Início: 01/10/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 267,93 (duzentos e sessenta e sete reais e noventa e três centavos).

Municipal de Saúde de Cocal do Sul, mais 01 (um) link semi-dedicado com velocidade de 2MB e backup do servidor de dados.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato firmado entre as partes em 17/09/2013.

Assinatura: 06/09/2016.

Vigência: Início: 17/09/2016 Término: 30/11/2016.

Valor: R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 06/FMS/2016

CONTRATO Nº: 133/2014.

ADITIVO Nº: 06/2016.

TIPO DE ADITIVO: SEGUNDO T.A. - PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: C-CONNECT ACESSO À INTERNET LTDA - ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 14/FMS/2014.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 01/FMS/2014

Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo pertinente para serviço especializado de segurança da informação e aquisição de solução de VPN (Virtual Private Network), com base em Hardware e software, incluindo instalação, configuração, suporte técnico e transferências de conhecimentos.

Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato firmado entre as partes em 25/09/2014.

Assinatura: 22/09/2016.

Vigência: Início: 01/10/2016 Término: 30/11/2016.

Valor: R\$ 1.330,00 (um mil e trezentos e trinta reais).

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 05/FMS/2016

CONTRATO Nº: 208/2013.

ADITIVO Nº: 05/2016.

TIPO DE ADITIVO: QUARTO T.A. - PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: C-CONNECT ACESSO À INTERNET LTDA - ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 37/FMS/2013.

CARTA CONVITE Nº: 05/FMS/2013

Objeto do Contrato: Contratação de empresa do ramo pertinente para interligação de 07 (sete) unidades de saúde do fundo

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO 46/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 46/2016

DATA: 25/OUTUBRO/2016

CONTRATADA: VISANI TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELLI - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 550 SACAS DE RECOMPOSITOR DE PISTA USINADO A QUENTE, EMBALADOS EM SACAS DE 25 KG, A SER USADO PARA TAPAR AS TRAVESSIAS DE PISTAS AONDE O SAMAE EFETUA MANUTENÇÃO OU AMPLIAÇÃO DAS REDES DE ÁGUA DA SEDE E COMUNIDADES, CONFORME O ANEXO I DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016.

VALOR: R\$ 10.450,00 (DEZ MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES

DATA: 26/OUTUBRO/2016

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2016-PMC MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2016 – PMC

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transportes, descontaminação e reciclagem de lâmpadas fluorescentes (fluorescentes tubulares, compactas, vapores metálicos e mistas) usadas, com recursos do FUNDEB, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital. Tipo: Menor preço por item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 16/11/2016. Abertura: dia 17/11/2016 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 25 de outubro de 2016.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2016 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2016 – PMC

Objeto: contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material, mão de obra e equipamentos), para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial, de diversas ruas localizadas neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do certame as empresas: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA e SANTASUL – PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, os envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e pelo representante legal presente, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital. A empresa SANTASUL – PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, comprovou através da Certidão Simplificada da Junta Comercial, documento este, exigido no subitem 5.1.2 do Edital, que é Empresa de Pequeno Porte (EPP). Após isso, procedeu-se à abertura do Envelope 01 – Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representante legal presente constatando-se que as licitantes apresentaram sua documentação de habilitação de acordo com os

requisitos exigidos no Edital e sendo assim foram julgadas HABILITADAS. Ficou ressalvado, ainda, que será verificada a autenticidade dos documentos de habilitação emitidos através da Internet e que têm sua aceitação condicionada à verificação na web site dos respectivos órgãos emissores. Diante da ausência do representante legal da empresa SANTASUL – PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA e em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, o extrato da sessão de habilitação será publicado, sendo que o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", do citado diploma legal, será contado a partir da data de veiculação da mesma. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos as proponentes habilitadas ficam desde já convocadas, a comparecerem neste mesmo local, às 09h00min (nove horas) do próximo dia 09 (nove) de novembro de 2016, para participar da sessão de abertura e julgamento de sua proposta de preço (Envelope 2).

Concórdia, SC, 25 de outubro de 2016.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da C.P.L

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2016 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 21/2016 – PMC

Objeto: contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material, mão de obra e equipamentos), para execução de obra de recapeamento asfáltico com CBUQ, de diversas ruas localizadas neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do certame as empresas: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA e SANTASUL – PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, os envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e pelo representante legal presente, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital. A empresa SANTASUL – PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, comprovou através da Certidão Simplificada da Junta Comercial, documento este, exigido no subitem 5.1.2 do Edital, que é Empresa de Pequeno Porte (EPP). Após isso, procedeu-se à abertura do Envelope 01 – Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representante legal presente constatando-se que as licitantes apresentaram sua documentação de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e sendo assim foram julgadas HABILITADAS. Ficou ressalvado, ainda, que será verificada a autenticidade dos documentos de habilitação emitidos através da Internet e que têm sua aceitação condicionada à verificação na web site dos respectivos órgãos emissores. Diante da ausência do representante legal da empresa DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

e em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, o extrato da sessão de habilitação será publicado, sendo que o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", do citado diploma legal, será contado a partir da data de veiculação da mesma. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos as proponentes habilitadas ficam desde já convocadas, a comparecerem neste mesmo local, às 08h30min (oito e trinta) do próximo dia 09 (nove) de novembro de 2016, para participar da sessão de abertura e julgamento de sua proposta de prego (Envelope 2).

Concórdia, SC, 26 de outubro de 2016.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da C.P.L

Correia Pinto

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 26/10/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Ficam Notificados os contribuintes nominados na relação disponível no setor de tributação do Município de Correia Pinto/SC, devidamente numerada e rubricada que passa a fazer parte acessória do edital, para exercerem, caso queiram, suas obrigações de PAGAMENTO ou impugnação dos lançamentos efetuados pela Administração Municipal, referente aos débitos tributários inscritos em DÍVIDA ATIVA no exercício de 2015 referentes a IPTU (art. 3º e ss. do CTM), a ISQN (art. 1º e ss. da LCM 1210/2003), a TLL (art. 86 e ss. do CTM) e as demais taxas municipais, no prazo máximo e improrrogável de 20 (vinte) dias, contados da data do presente edital de notificação afixado no local de costume, publicado na imprensa oficial e publicado no site www.correiapinto.sc.gov.br, SOB PENA DE TAIS DÉBITOS SEREM DEVIDAMENTE ENCAMINHADOS PARA EXECUÇÃO JUDICIAL, com a incidência dos acréscimos legais disciplinados pelo art. 125, item, I, II.a e II.b do Código Tributário Municipal, incluindo custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de outras medidas administrativas que se fizerem necessárias, tudo em conformidade com o disposto no art. 112, § 2º e ss. do Código Tributário Municipal.

Correia Pinto/SC, 26 de outubro de 2016.

WOLNEI ALVES DO NASCIMENTO

Secretário Municipal de Finanças

Curitiba

PREFEITURA

DECISÃO DA NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL CONCORRÊNCIA Nº 41/2015

DECISÃO DA NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NOTIFICANTE: Município de Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecida à rua Cel. Vidal Ramos, 860 em Curitiba/SC, neste ato representado por seu Procurador infra-assinado, residente e domiciliado em Curitiba/SC.

NOTIFICADO: TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME, inscrito sob CNPJ nº 07.826.872/0001-52, situado na Rua Rodolfo Guinther, nº 49, Sala 01, Margem Esquerda, Gaspar – SC, CEP 89110-000.

OBJETO: DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento e na melhor forma admitida em direito, sendo que a empresa TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME, sequer apresentou defesa quanto a notificação recebida, o MUNICÍPIO DE CURITIBA/SC, vem formal e respeitosamente NOTIFICAR, APLICAR MULTA E SUSPENDER Vossa Senhoria pela inexecução do contrato nº 195/2015, Concorrência nº 41/2015, cujo objeto é a Construção de Unidade de Educação Infantil (Projeto Proinfância Tipo 1), Rua Cornélio de Haro Varela, em Curitiba, conforme descrição detalhada no memorial descritivo e demais condições previstas neste edital e em seus anexos.

A inércia imotivada na continuidade dos serviços e consequente ausência de conclusão do cronograma descumpra o contrato firmado entre as partes referente, mormente a Cláusula Segunda – Prazo, no qual o prazo inicial era até o dia 30/05/2016, e foi realizado aditivo de prorrogação de prazo para concluir a obra até o dia 30/09/2016, conforme solicitação da contratada e aceite da contratante. Porém a obra não foi concluída, e executado somente aproximadamente 25%.

Assim, verificaram-se caracterizadas as condutas vedadas pela legislação vigente, portanto cabe ao Município notificar a contratada, aplicar multa em 10% sobre o valor não executado conforme orientações do TCU, sendo o valor da multa de R\$ 114.292,70, e suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos da cláusula décima segunda do contrato, e sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PENALIDADES

Em caso de descumprimento das exigências expressamente formuladas pelo município ou inobservância de quaisquer das demais obrigações contratuais ou legais, sem motivo justificado, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global deste CONTRATO, em qualquer hipótese de descumprimento das obrigações estipuladas neste Instrumento;

III - suspensão do direito de licitar e de contratar com a administração municipal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

Parágrafo Primeiro

As penalidades previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com o inciso II.

Parágrafo Segundo

Quando da aplicação da penalidade prevista no item II, fica o município desde logo autorizado a reter e compensar, dos créditos da CONTRATADA, o valor da multa devida.

A presente NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL, estampada em 02 (duas) laudas assinadas e rubricadas.

Era o que cumpre notificar.

Atenciosamente,

Curitiba, 26 de Outubro de 2016.

Cláudio Vieira França

Procurador Jurídico

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 205/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 205/2016

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA E MONITORAMENTO PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 21/11/2016, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 21/11/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados no site do Município www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 24 de Outubro de 2016.

Aldo Dolberth

Prefeito Municipal e.e.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO Nº 5612 2016 DISPÕE SOBRE PONTOS FACULTATIVOS NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NOS DIAS 31 DE OUTUBRO E 1º DE NOVEMBRO DE 2016

DECRETO Nº. 5612/2016.

DISPÕE SOBRE PONTOS FACULTATIVOS NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NOS DIAS 31 DE OUTUBRO E 1º DE NOVEMBRO DE 2016, DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDODO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Art. 12 da Lei Orçamentária nº. 4456/2015, Lei Federal nº. 4.320/64 e a Norma Constitucional vigente;

Considerando os prescritos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Dionísio Cerqueira/SC., que prevê a data de 28 de outubro como consagrada ao Servidor Público Municipal deste Ente Federado; e,

Considerando que os dias 31 de outubro e 1º de novembro recairão numa segunda e terça-feira, respectivamente, ficando, portanto, intercalados entre o final de semana e o feriado do dia 2 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam definidos como pontos facultativos os dias 31 de outubro (segunda-feira) e 1º de novembro (terça-feira) de 2016, em todas as Repartições Públicas Municipais da Administração Diretas e Indiretas do Município de Dionísio Cerqueira/SC.

Art. 2º O Hospital Municipal que presta serviços imprescindíveis na área de saúde pública deverá permanecer em regime de plantão durante os pontos facultativos para atendimento ao público em caso de necessidade ou até mesmo de urgência/emergência, sendo o trabalho desempenhado nessas ocasiões considerado normal.

Art. 3º As Unidades Escolares funcionarão normalmente com seus respectivos períodos de aulas, em conformidade com os prescritos no Calendário Escolar Anual, bem como, os Professores Municipais já terem sido contemplados com o Dia do Professor.

Art. 4º Os prescritos neste Decreto não se aplicam aos Servidores que trabalhem em regime de plantão nos dias declarados como pontos facultativos.

Art. 5º O disposto neste ato não gera aos Servidores, em virtude de alteração ou revogação do ponto facultativo, qualquer direito.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão por conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTAIR CARDODO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário

Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA
Secretário Municipal

DECRETO Nº 5615 2016 REVOGA O INCISO III, DO ART. 5º, DO DECRETO MUNICIPAL Nº. 5588, DE 29 DE JULHO DE 2016, QUE INSTITUI PLANO DE CONTENÇÃO E CONTROLE DE DESPESAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

DECRETO Nº. 5615/2016.

REVOGA O INCISO III, DO ART. 5º, DO DECRETO MUNICIPAL Nº. 5588, DE 29 DE JULHO DE 2016, QUE INSTITUI PLANO DE CONTENÇÃO E CONTROLE DE DESPESAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDODO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Art. 12 da Lei Orçamentária nº. 4456/2015, Lei Federal nº. 4.320/64 e a Norma Constitucional vigente;

CONSIDERANDO os preceitos da Lei Federal nº. 4.320/64, que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

CONSIDERANDO as exigências prescritas na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº. 101/2000;

CONSIDERANDO as determinações constantes da Carta Constitucional;

CONSIDERANDO o comportamento reduzido de nossas fontes re-ceituárias de arrecadações próprias e de transferências constitucionais e legais, por força da situação econômica e financeira em que estamos atravessando;

CONSIDERANDO que estamos no último ano de mandato e as determinações da legislação consoante nos ordena reais imposições a serem cumpridas por excelência;

CONSIDERANDO a necessidade indispensável em manter o equilíbrio das contas públicas nas mais diversas fontes de suas arrecadações e seus compromissos de curto prazo a serem cumpridos até o final de mandato, dentre outras mais;

CONSIDERANDO as orientações da EGRÉGIA CORTE DE CONTAS DE NOSSO ESTADO CATARINENSE;

CONSIDERANDO as exigências prescritas na Norma Constitucional a serem cumpridas com respeito às aplicações mínimas nas áreas de Educação e Saúde;

CONSIDERANDO que nosso Município, por excelência, conta com Administração Direta e Indireta o que vem de fato impor maior austeridade na gestão dos recursos públicos dado ao grau de

responsabilidade nas diversas áreas de atuação;

CONSIDERANDO que tanto a Administração Direta como a Indireta devam reduzir seus gastos em grau de austeridade e eficiência, objetivando o encerramento do exercício com sucesso e apreço não maculando as contas do GOVERNO MUNICIPAL e, tão pouco, trazendo transtornos para a NOVA ADMINISTRAÇÃO quanto ao comprometimento do futuro e promissor MUNICÍPIO;

CONSIDERANDO a constatação feita pela Secretária Municipal de Assistência Social da desnecessidade de manutenção do horário normal expediente o qual vem sendo cumprido, bem como sem prejuízo ao andamento dos Programas Sociais os quais vem sendo cumpridos de acordo com as exigências dos respectivos programas, poderá sem sombra de dúvidas, da mesma forma, optar igualmente aos demais setores da municipalidade, em adotar turno único sem prejuízo dos serviços públicos; e,

CONSIDERANDO o interesse público municipal na questão,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o inciso III, do Art. 5º, do Decreto Municipal nº. 5588, de 29 de julho de 2016, ficando incluídos, igualmente, os Programas desenvolvidos pela Área Social no mesmo sistema do turno único de que trata o ato original, que institui plano de contenção e controle de despesas no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão por conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA
Secretário Municipal

DECRETO Nº 5616 2016 DECRETA LUTO OFICIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 5616/2016.

DECRETA LUTO OFICIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA

Art. 1º Fica decretado em todo o Território Municipal de Dionísio Cerqueira, LUTO OFICIAL por 03 (três) dias, ante ao falecimento do Senhor JOÃO SILVESTRI, Munícipe Cerqueirense, Comerciante e Pioneiro do Município de Dionísio Cerqueira Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA
Secretario Municipal

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 057, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO N.º 057, de 24 de Outubro de 2016.

Suplementa dotação orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art 22 da Lei 389/2015 de 29/09/2015 (LDO) e com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 391/15, de 17/11/2015 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), a saber:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0019.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (1) – Aplicações Diretas R\$ 48.000,00

Art. 2º A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte (0080) - recursos próprios no valor de R\$ 37.000,00 e da anulação de:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0019.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (4) – Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 24 de Outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 058, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO N.º 058, de 24 de outubro de 2016.

Suplementa dotação orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 391/15, de 17/11/2015 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais), a saber:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0020.2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (6) – Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

Art. 2º A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta

do excesso de arrecadação de recursos da fonte (0080) - recursos próprios no valor de R\$ 170.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 24 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 059, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO N.º 059, de 24 de outubro de 2016.

Suplementa dotação orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 22 da Lei 389/2015 de 29/09/2015 (LDO).

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 77.000,00 (Setenta e sete mil reais), a saber:

04.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.605.0022.2.005 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (16) – Aplicações Diretas R\$ 77.000,00

Art. 2º A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta da anulação do item orçamentário abaixo discriminado:

04.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.605.0022.2.005 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (19) – Aplicações Diretas R\$ 77.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 24 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 060, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO N.º 060, de 24 de outubro de 2016.

Suplementa dotação orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 22 da Lei 389/2015 de 29/09/2015 (LDO) e com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 391/15, de 17/11/2015 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 497.000,00 (quatrocentos e noventa e sete mil reais), a saber:

05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.361.0035.2.008 – Manutenção do Ensino Fundamental.

3.1.90.00.00.00.00.00.00001 (27) – Aplicações Diretas R\$ 112.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.00018 (28) – Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.00019 (29) – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

12.365.0025.2.007 – Manutenção do Ensino Infantil.

3.1.90.00.00.00.00.00.00018 (35) – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

27.812.0028.2.011 – Manutenção do Esporte Amador.

3.1.90.00.00.00.00.00.00080 (44) – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Art. 2º A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte (0080) - recursos próprios no valor de R\$ 7.000,00, de recursos da fonte (0018) – Fundeb 60% no valor de R\$ 260.000,00, de recursos da fonte (0019) – Fundeb 40% no valor de R\$ 100.000,00 e da anulação dos recursos abaixo discriminados:

05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

27.812.0028.2.011 – Manutenção do Esporte Amador.

3.3.90.00.00.00.00.00.00080 (45) – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00080 (73) – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

12.361.0035.2.008 – Manutenção do Ensino Fundamental.

3.3.90.00.00.00.00.00.00001 (30) – Aplicações Diretas R\$ 112.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 24 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 061, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO N.º 061, de 24 de outubro de 2016.

Suplementa dotação orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 22 da Lei 389/2015 de 29/09/2015 (LDO).

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 250.000,00

(duzentos e cinquenta mil reais), a saber:

06.01 – SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO, TRANSP. E SERV. URBANOS

26.782.0033.2.021 – Manutenção da Secretaria de Obras, Viação Transp. e Serv. Urbanos

3.1.90.00.00.00.00.00.00080 (52) – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Art. 2º A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta da anulação do item orçamentário abaixo discriminado:

06.01 – SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO, TRANSP. E SERV. URBANOS

26.782.0033.2.021 – Manutenção da Secretaria de Obras, Viação Transp. e Serv. Urbanos

3.3.90.00.00.00.00.00.00080 (54) – Aplicações Diretas R\$ 205.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00080 (57) – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 24 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO N.º 062, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO N.º 062, de 24 de outubro de 2016.

Suplementa dotação orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 22 da Lei 389/2015 de 29/09/2015 (LDO) e com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 391/15, de 17/11/2015 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 392.000,00 (Trezentos e noventa e dois mil reais), a saber:

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

30.301.0037.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

3.1.90.00.00.00.00.00.00080 (2) – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.00093 (3) – Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.00093 (4) – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 2º A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte (0080) - recursos próprios no valor de R\$ 168.000,00, de recursos da fonte (0093) – PSF no valor de R\$ 70.000,00, de recursos da fonte (0093) – PACS no valor de R\$ 22.000,00 e da anulação do item orçamentário abaixo especificado:

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

30.301.0037.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF

4.4.90.00.00.00.00.00.00080 (14) – Aplicações Diretas R\$ 132.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 24 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 063 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 063 de 24 de outubro de 2016.

Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa

Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 28 de outubro de 2016 (sexta-feira), em virtude do Dia do Servidor Público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 24 de outubro de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Analisa VETO do Poder Executivo.

O Senhor RENATO SERAFIM, Presidente da Câmara Municipal de Ermo, pelo ato a ele atribuído através do art. 38, inciso IV da Lei Orgânica do Município combinado com o art. 39 inciso VII do Regimento Interno, faz saber que esta Casa Legislativa aprovou e ele promulga o DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/2016

Art. 1º Fica o VETO do Poder Executivo Municipal, a EMENDA MODIFICATIVA que altera o Anexo II A, da Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais, do Processo Legislativo, parte integrante do Projeto de Lei PE nº 008/2016, com a qual se ACRESCENTA o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na Ação: 2.001 – MANUTENÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES, DERRUBADO pela unanimidade dos vereadores membros desta Comissão.

Parágrafo único - o valor acrescentado foi RETIRADO da Prefeitura Municipal, na Ação 2.002: MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, tendo as sobras dos valores de suas Contas Despesas sido redistribuídos.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Abelardo Canella, (SC), em 25 de outubro de 2016.

RENATO SERAFIM

Presidente

Registre-se e Publique-se

ROQUE FABIANO BRISTOT

Primeiro Secretário

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 45/PMF/2016 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/PMF/2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 113/2016 PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 45/2016 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VINCULANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de móveis sob medida para atender às necessidades da Secretaria de Ação Social do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 27/07/2017
2ª Publicação

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 156/PMF/2016.

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº. 156/PMF/2016.

OBJETIVO: PERMISSÃO PÚBLICA ONEROSA, A PESSOA JURÍDICA, DE USO DE BENS PÚBLICOS PARA FINS COMERCIAIS, DESTINADOS A INSTALAÇÃO DA PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO DA NOITE DE LUZES, QUE SERÁ REALIZADA NA ÁREA COBERTA DA ALAMEDA FELIPE ARNS, NOS DIAS 26 A 27 DE NOVEMBRO DE 2016.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de novembro de 2016 às 11:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>.

Forquilha, 26 de outubro de 2016.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 157/PMF/2016;

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO - MULTIENTIDADES

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 157/PMF/2016;
OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de móveis e eletrodomésticos, para atender às necessidades de diversas secretarias, do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 10 de novembro de 2016 às 09:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos

de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>.
Forquilha, 26 de outubro de 2016.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO Nº. 196 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 196 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso IV da Lei Municipal nº 2.140 de 30 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), distribuídos na seguinte conta:

| | |
|---|--|
| Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência | |
| 2.046 – Manutenção Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV | |
| 203 – 3390.00.01.52 – Aplicações Diretas | |
|R\$ 20.000,00 | |
| 2.048 – Manutenção Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos - PAEFI | |
| 209 – 3190.00.01.52 – Aplicações Diretas | |
|R\$ 20.000,00 | |
| TOTAL | |
|R\$ 40.000,00 | |

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizada como fonte de recurso a anulação das dotações abaixo:

| | |
|---|--|
| Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência | |
| 2.046 – Manutenção Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV | |
| 202 – 3390.00.01.52 – Aplicações Diretas | |
|R\$ 20.000,00 | |
| 2.048 – Manutenção Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos - PAEFI | |
| 211 – 3390.00.01.52 – Aplicações Diretas | |
|R\$ 15.000,00 | |
| 212 – 4490.00.01.52 – Aplicações Diretas | |
|R\$ 5.000,00 | |
| TOTAL | |
|R\$ 40.000,00 | |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de outubro de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 25 de outubro de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

AT16PMF119**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF119
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: RESTAURANTE ZENERE LTDA ME
Valor : 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais).
Vigência : Início: 21/10/2016 Término: 30/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 138/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PREPARADAS E ACONDICIONADAS EM EMBALAGEM TIPO MARMITEX, PARA ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES QUE TRABALHAM NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, DURANTE O PERÍODO DE OUTUBRO DE 2016 A MARÇO DE 2017.

Fraiburgo, 26 de Outubro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF120**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF120
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: COMPANHIA ULTRAGÁZ S.A
Valor : 123.632,00 (cento e vinte e três mil seiscentos e trinta e dois reais).
Vigência : Início: 21/10/2016 Término: 28/02/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 137/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO EM CARGAS DE 13 KG E 45 KG, CILINDRO DE GÁS P45 E BOTTÃO VAZIO DE 13 KG, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI E FMS), DURANTE OS MESES DE OUTUBRO DE 2016 FEVEREIRO DE 2017.

Fraiburgo, 26 de Outubro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF121**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF121
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: CRIATIVA CORTINAS LTDA EPP
Valor : 31.041,60 (trinta e um mil e quarenta e um reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 24/10/2016 Término: 31/01/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 126/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CORTINAS CONFECCIONADAS EM TECIDO PARA UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FRAIBURGO SC.

Fraiburgo, 26 de Outubro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16PMF122**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16PMF122
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: F.VACHILESKI & CIA LTDA
Valor : 66.380,00 (sessenta e seis mil trezentos e oitenta reais).
Vigência : Início: 25/10/2016 Término: 31/03/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 139/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÕES FUTURAS DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÕES DE PNEUS DA FROTA DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), DURANTE OS MESES DE OUTUBRO DE 2016 A MARÇO DE 2017.

Fraiburgo, 26 de Outubro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0025A-2016 DOM

Aviso de Licitação – Tomada de Preços nº 0025A/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 0025A/2016
Processo Administrativo Licitatório nº 0260/2016 – PMF
Objeto: Contratação de empresa do ramo para construção de piso de concreto armado, polido, medindo 142,50 m², para instalação de Equipamentos para Academia de Saúde ao Ar Livre, na Rua Dorvalina dos Santos Andrade, quadra 271, bairro Liberata, nesta cidade de Fraiburgo/SC, com fornecimento do material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Global; Julgamento: Menor Preço UNITÁRIO; RECURSOS: Próprios. Entrega e Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 20.10.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Junto ao Setor de Compras, até as 14:15 horas do mesmo dia. Abertura: As 14:15 horas do mesmo dia. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: www.fraiburgo.sc.gov.br sem ônus. Fraiburgo(SC), 26 de outubro de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito.

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0027_2016-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0280/2016 – PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0027/2016
Objeto: Contratação de serviços de horas homem e horas de trator de pneus com gaiota, para o recolhimento de entulhos por ocasião da troca dos telhados das residências atingidas pelo granizo e vendaval, ocorrido em Fraiburgo, nos dias 18 e 19 de outubro de 2016, conforme Decreto nº 252/2016. Contratada: CÍCERO MACHADO RAMOS ME, inscrita no CNPJ sob nº 12.099.599/0001-41. Valor Total Estimado do Contrato: R\$ 64.197,00 (sessenta e quatro mil,

cento e noventa e sete reais). Vigência: a partir da assinatura até 16.12.2016. Pgto: mensal na quantidade de horas efetivamente trabalhadas. Data da Assinatura: 24.10.2016. Fundamento Legal: Artigo 24, IV, da Lei Federal n. 8666/93 e alterações. Fraiburgo(sc), 25 de outubro de 2016. Ivo Biazolo – Prefeito Municipal

CT16PMF130**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF130
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: BIGGER CAMINHÕES LTDA
Valor : 235.000,00 (duzentos e trinta e cinco mil reais)
Vigência : Início: 17/10/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 134/2016
Objeto : AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO 00(ZERO) KM TIPO CAMINHÃO RÍGIDO, COM 3 EIXOS E TRAÇÃO EM UM EIXO (6 X 2), ANO MÍNIMO 2016 E MODELO MÍNIMO 2016; PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DE FRAIBURGO FUNREBOM.

Fraiburgo, 26 de Outubro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF131**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF131
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVICOS LTDA-EPP
Valor : 86.000,00 (oitenta e seis mil reais)
Vigência : Início: 21/10/2016 Término: 20/11/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 24/2016.
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA SUBSTITUIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PARTE DAS COBERTURAS COM TELHAS DE AMIANTO, EM DIVERSOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, DEVIDO AO GRANIZO OCORRIDO NA DATA DE 18.10.2016 E VENDEVAL DO DIA 19.10.2016, CONFORME DECRETO Nº 252, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016 E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXO AO PROCESSO.

Fraiburgo, 26 de Outubro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF132**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF132
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: ELEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIP. DE MEDIÇÃO LTDA.
Valor : 10.500,00 (dez mil quinhentos reais)
Vigência : Início: 24/10/2016 Término: 31/10/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 136/2016
Objeto : AQUISIÇÃO DE ETILÔMETRO (BAFÔMETRO) COM BOÇAL, QUE SERÁ UTILIZADO PARA ATENDER AS ATIVIDADES DA POLÍCIA MILITAR DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 26 de Outubro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF133**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF133
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: CÍCERO MACHADO RAMOS ME
Valor : 7.614,88 (sete mil seiscentos e quatorze reais e oitenta e oito centavos).
Vigência : Início: 24/10/2016 Término: 31/10/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 25/2016.
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS HOMEM PARA O DESCARREGAMENTO DE TELHAS PARA A POPULAÇÃO ATINGIDA PELO GRANIZO E VENDEVAL, OCORRIDO EM FRAIBURGO, CONFORME DECRETO Nº 252/2016, E RETIRADA DE ENTULHOS EM DIVERSOS BAIRROS DA CIDADE.

Fraiburgo, 26 de Outubro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF134**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF134
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: ATIAIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP
Valor : 98.770,64 (noventa e oito mil setecentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 24/10/2016 Término: 31/10/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 26/2016.
Objeto : AQUISIÇÃO DE TELHAS DE FIBROCIMENTO PARA SUBSTITUIÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PARTE DAS COBERTURAS DE DIVERSOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, DEVIDO AO GRANIZO OCORRIDO NA DATA 18.10.2016, E VENDEVAL EM 19.10.2016, CFE DECRETO 252, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016 E PLANILHA DE ORÇAMENTO ANEXA.

Fraiburgo, 26 de Outubro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF135**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT16PMF135
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada.: CÍCERO MACHADO RAMOS ME
Valor : 64.197,00 (sessenta e quatro mil cento e noventa e sete reais).
Vigência : Início: 24/10/2016 Término: 16/12/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 27/2016.
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS HOMEM E HORAS DE TRATOR DE PNEUS COM GAIOTA, PARA O RECOLHIMENTO DE ENTULHOS POR OCASIÃO DA TROCA DOS TELHADOS DAS RESIDÊNCIAS ATINGIDAS PELO GRANIZO E VENDEVAL, OCORRIDO EM FRAIBURGO, NOS DIAS 18 E 19 DE OUTUBRO DE 2016, CONFORME DECRETO Nº 252/2016.

Fraiburgo, 26 de Outubro de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0024_2016-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 0024/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica com concreto asfáltico usinado a quente (CAUQ), terraplenagem, drenagem, passeios e sinalização viária nas Ruas “Alvize Stieven”, “Alice Delfes Varela” e “José Carlos Macedo Marques”, todas situadas no bairro Liberata, nesta cidade de Fraiburgo, sendo a área a pavimentar das ruas de 59,24m, 59,67m, 184,00m, respectivamente, totalizando uma metragem de 302,91m de extensão conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS. Transcorrido “in albis” o prazo recursal previsto no art. 109 Inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/93, a Presidente da Comissão passou a abertura dos ENVELOPES nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS das proponentes habilitadas. As proponentes apresentaram suas propostas nos seguintes valores totais: ACR CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA ME – R\$ 227.733,05 (duzentos e vinte e sete mil, setecentos e trinta e três reais e cinco centavos); LZK CONSTRUTORA LTDA R\$ 241.897,60 (duzentos e quarenta e um mil, oitocentos e noventa e sete reais e sessenta centavos); LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI ME R\$ 256.497,48 (duzentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta e oito centavos) e VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA R\$ 260.656,21 (duzentos e sessenta mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e um centavos). Sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA ME com o valor global de R\$ 227.733,05 (duzentos e vinte e sete mil, setecentos e trinta e três reais e cinco centavos), ficando este valor abaixo do valor máximo e global, estipulado pelo Município no item 1.3 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 24 de outubro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

TA.AT16PMF87**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16PMF87 - Contrato Nº: AT16PMF33
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: AVAJ PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Valor : 4.075,00 (quatro mil e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 19/10/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2016
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NA QUANTIDADE DO ITEM 2.

Fraiburgo, 26 de Outubro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF187**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF187 - Contrato Nº: CT14PMF145
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME
Vigência : Início: 20/10/2016 Término: 20/12/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 17/2014.
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM

CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA NOMEADO, SR. ADEMIR VICENTE FRANCO DE SOUZA JÚNIOR, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO E ADITIVOS, PARA ATÉ A DATA DE 20.12.2016.

Fraiburgo, 26 de Outubro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF188**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF188 - Contrato Nº: CT16PMF41
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
Vigência : Início: 21/10/2016 Término: 22/11/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 11/2016.

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, INCISO VI DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO CIVIL SR. FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, FISCAL DA OBRA, AJUSTAM E CONTRATAM E PRORROGAM O PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA (3.2) DO CONTRATO E DO TERMO ADITIVO PARA ATÉ A DATA DE 22.11.2016.

Fraiburgo, 26 de Outubro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF189**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16PMF189 - Contrato Nº: CT12PMF154
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Valor : 11.350,00 (onze mil trezentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 25/10/2016 Término: 25/07/2017
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2012

Objeto : O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO O ACRÉSCIMO DE VALOR DA CLÁUSULA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CONTRATO ORIGINÁRIO. OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DESTINADOS À EXECUÇÃO DO PRESENTE ACRÉSCIMO TÊM SEU VALOR EM R\$ 11.350,00 (ONZE MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS), CORRESPONDENTE A 25% DO VALOR CONTRATUAL QUE É DE R\$ 45,400,00 (QUARENTA E CINCO MIL. QUATROCENTOS REAIS).

Fraiburgo, 26 de Outubro de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

Garopaba

PREFEITURA

AVISO RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PE050/2016

AVISO RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 050/2016

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU o edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM, em 14 de outubro de 2016, que tem por objeto o registro de preço para aquisição parcelada de medicamentos para farmácia básica, pronto atendimento, de uso contínuo, Controlados e de demandas judiciais.

A retificação trata especificamente sobre o item 3 do anexo I – Termo de Referência que trata da entrega dos medicamentos.

ONDE SE LÊ:

3.1. Os medicamentos devem ser entregues com prazo de validade equivalente a no mínimo 75% de sua validade contada da data da fabricação, para produtos em que o prazo total for superior a 01 (um) ano e, de 90% de sua validade para produtos em que o prazo total for igual ou inferior a 01 (um) ano.

LEIA-SE

3.1. Os medicamentos devem ser entregues com prazo de validade equivalente a no mínimo 50% de sua validade contada da data da fabricação, para produtos em que o prazo total for superior a 01 (um) ano e, de 75% de sua validade para produtos em que o prazo total for igual ou inferior a 01 (um) ano.

Considerando que as alterações promovidas influenciam diretamente na formulação das propostas foram redefinidas as datas de entrega e abertura das propostas de preço conforme segue:

As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 10/11/2016. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 10/11/2016, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 26 de outubro de 2016.

Rafael de Souza
Pregoeiro

DECRETO Nº 177/2016

DECRETO N.º 177 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação dos saldos dos empenhos a pagar da PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, abaixo relacionado:

| SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA | | | |
|------------------------------|------------|---|-----------|
| EMPENHO | DATA | CREDOR | VALOR R\$ |
| 2234/14 | 16/06/2014 | Construtora Silveira Martins Eirele EPP | 4.141,94 |
| 3508/14 | 30/09/2014 | Dalmir Ribeiro & Cia Ltda – ME | 15.914,63 |
| 3509/14 | 30/09/2014 | Vinicius Goedert - ME | 0,01 |
| 3510/14 | 30/09/2014 | Vinicius Goedert - ME | 16.780,87 |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de outubro de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 178/2016

DECRETO N.º 178, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 80.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 2.010 de 26/10/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), no Orçamento vigente:

| | |
|--|-----------|
| 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 80.000,00 |
| 10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade | 80.000,00 |
| 3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas | 80.000,00 |

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

| | |
|---|-----------|
| 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 80.000,00 |
| 10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica | 80.000,00 |
| 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 80.000,00 |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 179/2016

DECRETO N.º 179, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 212.310,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 212.310,00 (duzentos e doze mil trezentos e dez reais), no Orçamento vigente:

| | |
|--|------------|
| 08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 2.000,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 2.000,00 |
| 08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social | 2.000,00 |
| 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 2.000,00 |
| 09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA | 10.000,00 |
| 26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura | 10.000,00 |
| 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 200.310,00 |
| 10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica | 200.000,00 |
| 3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas | 200.000,00 |
| 10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saude | 310,00 |
| 4.4.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas | 310,00 |

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 212.310,00 (duzentos e doze mil trezentos e dez reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

| | |
|--|----------|
| 08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 2.000,00 |
|--|----------|

| | |
|--|------------|
| FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL | 2.000,00 |
| 08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social | 2.000,00 |
| 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 2.000,00 |
| 09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA | 10.000,00 |
| 26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura | 10.000,00 |
| 4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 200.310,00 |
| 10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica | 200.000,00 |
| 3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 200.000,00 |
| 10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde | 310,00 |
| 3.3.90.0.2.14.000069 - Aplicações Diretas | 310,00 |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 27/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

EDITAL PMG/FAZ Nº001/2016

EDITAL PMG/FAZ Nº. 001/2016

DISCIPLINA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER PROVISÓRIO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, por sua SECRETARIA DE FAZENDA, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, de acordo com a Lei Municipal nº 1.107/2006, e demais legislação vigente, TORNA PÚBLICO a realização, de processo de inscrição, para fins de licenciamento de Atividades Ambulantes, Comerciais e de Prestação de Serviços de caráter temporário (provisório), que constam do Objeto deste edital, para a temporada de Verão 2016/2017.

1. OBJETO

1.1. O presente Edital tem como objeto a realização de processo público de inscrição para o licenciamento de Atividades Ambulantes, Comerciais e de Prestação de Serviços de caráter temporário (provisório), para a temporada de Verão 2016/2017, na forma da Lei Municipal nº 1.107/2006.

1.1.1. Para efeitos deste Edital, entende-se por:

a) Atividade Ambulante: É toda a atividade exercida por pessoa física, sem utilização de veículo automotor ou tração animal, lucrativa, de caráter eventual ou transitório nas áreas comuns do povo, exercida para a venda das mercadorias previstas no artigo 11, da Lei Municipal nº 1.107/2006;

b) Atividade Eventual de Prestação de Serviços: É toda atividade exercida durante determinada época do ano, com estabelecimento fixo, em locais determinados pela Prefeitura, constante na lista de serviços prevista no artigo 15, da Lei Municipal nº 1.107/2006;

c) Atividade Temporária sem Estabelecimento: É toda atividade exercida durante determinada época do ano em barracas, bancas e congêneres em pontos previamente estabelecidos pela Prefeitura;

d) Atividade Temporária em Estabelecimento Provisório: É toda atividade exercida durante determinada época do ano, em estabelecimento provisório, trailers comerciais ou instalações pré-fabricadas, previamente autorizado pela Prefeitura, localizadas em imóvel de propriedade particular, proibido a utilização de carros, caminhonetes, caminhões e demais veículos automotor;

e) Atividade Temporária com Estabelecimento: É toda a atividade exercida durante determinada época do ano, em estabelecimento fixo, instalada em edificação permanente, inclusive stands, em feiras comerciais e seus congêneres.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Para os efeitos deste EDITAL, os terrenos de marinha e seus acrescidos serão considerados como área pública, exceto quando, legalmente, ocupado por particulares.

2.2. O licenciamento de atividades ambulantes se dará apenas nos locais e números de vagas previstos no Anexo V, que é parte integrante deste Edital e, está em conformidade com a Lei Municipal nº. 1.107/2006.

2.2.1. A quantidade de vagas especificada no anexo V, que consiste no número máximo de pontos por local indicado no Município, poderá ser ampliada em até 20% (vinte por cento) do limite estabelecido, por conveniência e oportunidade da administração pública municipal, nos termos do artigo 11, §1º, da Lei nº 1.107/2006.

2.3. Poderão participar do processo de inscrição pessoas físicas e jurídicas, desde que satisfeitos os requisitos de legislação de regência e os preceitos deste Edital, para o exercício da atividade pretendida.

2.4. Para o exercício de atividades relacionadas ao comércio e a manipulação de alimentos e/ou bebidas, será necessária a apresentação de CARTEIRA DE SAÚDE válida, expedida pela autoridade municipal competente, sem a qual não será entregue o alvará de licença temporário

pretendido.

2.5. A inscrição e o alvará de licença temporário são pessoais e intransferíveis.

2.6. Para o licenciamento e o desenvolvimento das atividades de prestação eventual de serviços, previstas no artigo 15, Lei nº 1.107/2006, os materiais e equipamentos utilizados na atividade temporária deverão estar em perfeito estado de conservação e uso, não podendo acarretar riscos à saúde ou a segurança dos usuários consumidores e da população em geral, sob pena de aplicação de multa e cassação da licença (alvará).

3. PRAZO

3.1. O prazo de validade dos alvarás temporários concedidos aos classificados, segundo as disposições do presente EDITAL e da legislação de regência, será de 120 (cento e vinte) dias (Art. 2º, Parágrafo único, da Lei nº 1.107/2006).

3.2. O período oficial de temporada de verão, para efeitos do computo do prazo de validade das licenças temporárias concedidas, iniciando-se em 12/12/2016.

3.3. É facultado a administração pública, a concessão de alvarás temporários, após o período de inscrição, desde que remanescendo vagas, sem prejuízo do disposto no artigo 15, §3º, da Lei nº 1.107/2006.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. As inscrições ao processo público disciplinado por este Edital, que serão recebidas, unicamente, de forma presencial, terão início às 13 horas do dia 31/10/2016 e se encerrarão às 18 horas do dia 18/11/2016.

4.1.1. As inscrições serão recebidas no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro – Garopaba/SC, de segunda a sexta feita(dias úteis), no horário de expediente externo (13:00 às 18:00 horas).

4.1.2. No ato da realização do processo de inscrição, deverá o interessado apresentar os seguintes documentos e informações:

I - Atividade de Comércio Ambulante e Prestação Eventual de Serviço:

I.1 - Obrigatórios, sobre pena de indeferimento da inscrição:

a) Cópia do CPF e RG;

b) Comprovante de Residência, sendo:

b.1) Conta de Luz do parente até 2º grau ou companheiro(a) de união estável;

b.2) Conta de Água do parente até 2º grau ou companheiro(a) de união estável;

b.3) Contrato de locação anual, com no mínimo 180 (cento e oitenta) dias de vigência, com firmas reconhecidas anterior a data de publicação do edital.

c) Certidão Negativa de Débitos Municipais de Garopaba;

d) Certidão de Quitação Eleitoral;

e) 01 (uma) foto 3 x 4 recente;

I.2 - Facultativos, para fins de pontuação e classificação:

a) Cópia(frente e verso) de(s) alvará(s) de ano(s) anterior(es), que conste a atividade licenciada, o local de desenvolvimento e a data de emissão, com no máximo 5 (cinco) anos;

b) Cópia(frente e verso) do Certificado de curso de Relações Humanas realizado há no máximo 2 anos;

c) Cópia (frente e verso) de Certificado de curso de Manipulação de Alimentos realizado há no máximo 2 anos;

d) Certidão de antecedentes criminais do Fórum da Comarca de domicílio do requerente e da Comarca de Garopaba.

I.3 - Para a realização do processo de inscrição, além dos documentos e informações previstos neste item, é obrigatório o preenchimento dos formulários que constam dos anexo I, II e VI deste Edital, que compreende:

a) Ficha Cadastral do Ambulante – Anexo I;

b) Chek-list da Documentação – Anexo II;

c) Declaração do candidato que tem conhecimento de todos os termos do Edital – Anexo VI.

II - Atividade Temporária sem Estabelecimento, em Estabelecimento Provisório, ou em Estabelecimento fixo:

a) Ficha Cadastral – Anexo III;

b) Chek-list da Documentação – Anexo IV;

c) Contrato Social ou Requerimento de Empresário(Pessoa Jurídica);

d) CNPJ (Pessoa Jurídica);

e) Cópia RG e CPF (Pessoa Física);

f) Certidão Negativa de Débito Municipal de Garopaba;

g) Cópia dos alvarás de anos anteriores, quando houver;

h) Comprovante de residência, contrato de locação ou autorização de uso pelo proprietário do imóvel (todas com reconhecimento de firma em cartório);

4.1.3. Para fins de pontuação (item 4.1.2, I.2, "b"), a apresentação de certidão de antecedentes criminais deverá observar o seguinte: os interessados residentes fora dos limites da jurisdição da Comarca de Garopaba, deverão apresentar certidões de antecedentes criminais das Comarcas de Garopaba e da Residência de origem.

5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E SELEÇÃO

5.1. À comissão julgadora compete a análise e julgamento dos processos, eliminando os que não atendem as disposições do presente Edital.

5.2. A comissão julgadora analisará e atribuirá pontuação, por meio das informações nas documentações prestadas no processo.

5.3. Estarão classificados os proponentes inscritos que obtiverem a maior pontuação até o preenchimento das vagas previstas neste Edital.

5.4. No caso de empate, será classificado aquele que comprovar ter trabalhado por mais tempo, persistindo o empate será classificado o de maior idade.

5.5. Para pontuação serão considerados os seguintes critérios:

5.5.1. Cópia alvará (frente e verso) de anos anteriores para a mesma atividade (por alvará) - 1,0 ponto;

- 5.5.2. Cópia de alvará (frente e verso) de anos anteriores para atividades diferentes (por alvará) - 0,5 ponto;
 5.5.3. Cópia do Certificado (frente e verso) de curso de Relações Humanas realizado há no máximo 2 anos - 1,0 ponto;
 5.5.4. Certidão Negativa de Débitos Municipais de Garopaba - 1,0 ponto;
 5.5.5. Cópia de Certificado (frente e verso) de curso de Manipulação de Alimentos realizado há no máximo 2 anos - 1,0 ponto;
 5.5.6. Pais que tenham filhos deficientes físicos sob sua guarda - 1,0 ponto;
 5.5.7. Residente em outro Estado da Federação - 0,5 ponto;
 5.5.8. Residente no Estado de Santa Catarina - 1,0 ponto;
 5.5.9. Residente no Município de Garopaba - 2,0 pontos;
 5.5.10. Residente e natural do município de Garopaba - 3,0 pontos;
 5.5.11. Certidão de antecedentes criminais do Fórum da Comarca de domicílio do requerente e da Comarca de Garopaba - 1,0 ponto;
 5.5.12. Certidão de Quitação Eleitoral - 1,0 ponto;
 5.5.13. Infrações cometidas em temporadas anteriores (mercadorias apreendidas, autos de infração) - 1,0 ponto negativo.

6. DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO:

6.1. Uma vez elaborada a lista com a classificação dos proponentes, o resultado será submetido à análise da Comissão Julgadora, para homologação e publicidade do ato no mural da Prefeitura Municipal, cuja publicação estará disponível a partir das 14 horas do dia 28 de novembro de 2016.

7. OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES CLASSIFICADOS

- 7.1. Manter a área em torno do local de desenvolvimento da atividade comercial ou de prestação de serviços em permanente estado de asseio e limpeza, utilizando cesto de lixo e sacos para a devida armazenagem de detritos.
 7.2. É obrigatório a utilização de jaleco, boné e luvas conforme exigência da Vigilância Sanitária.
 7.3. É obrigatória a exposição permanente do crachá de identificação com foto e da autorização para funcionamento.
 7.4. Os carrinhos e instalações devem respeitar rigorosamente as normas de segurança e os períodos de funcionamento pré-determinados.
 7.5. É proibido alterar o local de funcionamento dos equipamentos, nos casos em que ocorre a definição de local para a atividade comercial.
 7.6. É proibido depositar caixas ou objetos ao redor do ponto autorizado.
 7.7. É obrigatória a remoção dos carrinhos e demais equipamentos utilizados, ao término do trabalho diário, inclusive, e, principalmente, o próprio lixo produzido e coletado.
 7.8. Somente poderá operar a pessoa física e jurídica classificada, sendo vedada à locação, sublocação ou venda.
 7.9. É proibido depositar quaisquer produtos diretamente sobre o solo (utilizar suporte com o mínimo de 30 cm de altura).
 7.10. A ocorrência de infração sanitária grave ou gravíssima acarretará na perda imediata do alvará de licença. A venda de produtos não autorizados será considerada infração sanitária gravíssima.
 7.11. Somente será permitida a utilização de utensílios (copos, pratos) de material descartável.
 7.12. Os alimentos deverão estar protegidos contra poeira, areia e vetores (insetos).
 7.13. Deverá haver disponibilidade de água potável em quantidade suficiente, sendo admitido o uso de bobonas com torneiras e recipiente para coletar a água utilizada.
 7.14. A carteira de saúde deverá estar à disposição da Coordenadoria de Vigilância Sanitária, no local de funcionamento.
 7.15. Não será permitida a utilização de equipamentos de sonorização.
 7.16. A distância mínima entre pontos de mesma atividade comercial será de 100 metros.
 7.17. A atividade de comércio ambulante deve respeitar rigorosamente o período de funcionamento predeterminado, qual seja das 08:00 às 20:00 horas.

8. TAXAS DE VALORES DE INSCRIÇÃO

8.1. Os valores para inscrição nas atividades pretendidas são as seguintes:

TABELA DE PREÇOS PARA COBRANÇA DAS ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, DE CARÁTER PROVISÓRIO.

| I – Atividade Ambulante | II – Valor |
|--|------------|
| Diversos doces | 473,21 |
| Diversos salgadinhos | 473,21 |
| Picolé | 473,21 |
| Cerveja/Refrigerante/Água/Suco/Salada de Frutas | 473,21 |
| Milho Verde/Côco Verde | 555,36 |
| | |
| II – Prestação Eventual de Serviços | II – Valor |
| Caiaque / Stand Up | 1.251,40 |
| Barco à vela | 1.251,40 |
| Cadeiras, bóias, Pedalinho/ Redes e Similares | 938,54 |
| Banana – boat / Disco Inflável | 1.877,06 |
| Escuna | 1.877,06 |
| III – Atividade Temporária sem Estabelecimento | 938,54 |
| IV – Atividade Temporária Estabelecimento Provisório | 1.251,40 |

| | |
|--|----------|
| V – Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno | 1.564,24 |
| VI – Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno/Noturno | 2.591,63 |

TABELA DE PREÇOS PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DAS ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DE CARÁTER PROVISÓRIO

| | |
|--|--------|
| I – Atividade Ambulante | Valor |
| Diversos doces | 94,63 |
| Diversos salgadinhos | 94,63 |
| Picolé | 94,63 |
| Cerveja/Refrigerante/Água/Suco/Salada de Frutas | 94,63 |
| Milho Verde/Côco Verde | 111,06 |
| II – Prestação Eventual de Serviços | Valor |
| Caiaque / Stand Up | 250,27 |
| Barco à vela | 250,27 |
| Cadeiras, bóias, Pedalinho/ Redes e Similares | 187,70 |
| Banana – boat / Disco inflável | 375,41 |
| Escuna | 375,41 |
| III – Atividade Temporária sem Estabelecimento | 187,70 |
| IV – Atividade Temporária Estabelecimento Provisório | 237,71 |
| V – Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno | 296,30 |
| VI – Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno/Noturno | 518,32 |

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. O comércio de característica sazonal, decorrente da adjudicação dos proponentes vendedores, ficará sujeito à Fiscalização Federal, Estadual e Municipal.

9.2. Os manipuladores de alimentos deverão atender às normas da Vigilância Sanitária e dos Órgãos da Saúde Federal, Estadual e Municipal.

9.3. As autorizações e alvarás, decorrentes do presente processo não poderão ser transferidos a terceiros e devem estar sempre visíveis ao público.

9.4. A Prefeitura Municipal de Garopaba reserva-se o direito de anular ou revogar o presente processo, no todo ou em parte, nos casos previstos em Lei ou conveniência administrativa, técnica ou financeira, sem que por isso, caiba aos participantes direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

9.5. Aplica-se ao presente processo toda a legislação vigente à matéria.

9.6. Somente poderá iniciar a atividade, o indivíduo classificado que tiver em seu poder o devido alvará de licença e ter recolhido à Fazenda Municipal as taxas referentes à Atividade Comercial autorizada.

9.7. Caso o classificado não retire as guias para pagamento das respectivas taxas até 16 de dezembro de 2016, o mesmo será desclassificado, passando sua vaga para o próximo candidato.

9.8. Todos os adjudicatários que ferirem o presente EDITAL e ou as Posturas Municipais, além de terem imediatamente cassadas as suas licenças, não poderão participar de novas convocações com a mesma finalidade.

9.9. Após a protocolização da inscrição não será mais permitida entrega de documentos.

9.10. É expressamente proibido a ligação de energia elétrica e água para as atividades constantes no inciso II, do art. 15, Lei 1107/2006.

9.11. O requerente, quando for menor de 18 e maior de 16 anos de idade, deve procurar o Oficialato da Infância e da Juventude, no Fórum de Garopaba, para solicitar autorização para o trabalho. O desrespeito a essa orientação pode acarretar a perda do Alvará.

9.12. Não será concedido o Alvará para menores de 18 anos para o comércio de bebidas alcoólicas, atividades insalubres e perigosas.

9.13. Os interessados a exercerem atividades que incidam ICMS, deverão procurar a Secretaria da Fazenda do Estado - USEFI – Imbituba/SC, na Rua Alcino Fonseca, nº 51 – Térreo, fone (48) 3255-0482, para que se cadastrem no Regime Especial de Funcionamento de Temporada.

9.13. O presente EDITAL; está a disposição no site www.garopaba.sc.gov.br, no Mural da Prefeitura Municipal e na Secretaria Municipal de Finanças.

10. Este Edital possui os seguintes anexo, que ficam fazendo parte integrante: Anexo I, Anexo II, Anexo III, Anexo IV, Anexo V, Anexo VI.

10.1. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 26 de outubro de 2016.

PAULO SERGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

LUIZ CARLOS GASPAR
Secretário de Fazenda

ANEXO I – EDITAL PMG / FAZ / 001/2016

FICHA CADASTRAL DO AMBULANTE CONTRIBUINTE: _____

Nome: _____

Endereço: _____ Nº. _____ Bairro: _____

Próximo: _____

FICHA CADASTRAL

CONTRIBUINTE: _____ CMC: _____

DADOS DO REQUERENTE:

Nome: _____

Endereço: _____

Nº. _____

Bairro: _____

Próximo a: _____

Cidade: _____ UF _____ Fones: _____

RG nº.: _____ CPF nº.: _____

Título eleitor nº.: _____

DADOS DA ATIVIDADE:

Praia Pretendida: _____

Atividade Pretendida: _____

Horário de Trabalho: _____

Descrição completa do Equipamento: _____

Declaro que todas as informações prestadas nesta ficha são verdadeiras, bem como, cumpro todas as normas do EDITAL Nº. 001/ PMG/ FAZ/ 2016

Garopaba/SC _____ / _____ / 2016

Assinatura do Servidor Assinatura Requerente

ANEXO IV – DOCUMENTAÇÃO – EDITAL PMG / FAZ/ 001/2016

Nome Requerente: _____ CMC: _____

| Relação de todos os documentos necessários a entrada do processo. | SIM | NÃO |
|---|-----|-----|
| 1 – CONTRATO SOCIAL: | | |
| 2 – CNPJ: | | |
| 3 – CÓPIA DO CPF: | | |
| 4 – CÓPIA DO RG: | | |
| 5 – COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA: | | |
| 6 – CONTRATO DE LOCAÇÃO: | | |
| 7 – HABITE-SE: | | |
| 8 – CETIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS DE GAROPABA: | | |
| 9 - OUTROS: | | |

GAROPABA, _____ de _____ de 2016

Assinatura do Requerente

ANEXO V - QUADRO DE VAGAS - EDITAL PMG/FAZ Nº 001/2016

ATIVIDADE COMÉRCIO AMBULANTE:

I - Perímetro Urbano que não Praia

10 - Carrinhos de Picolé;

II - Praia de Garopaba

12 - Refrigerante em lata/Cerveja/Água Mineral/Suco Natural;

15 - Diversos tipos de Salgadinhos;

03 - Diversos tipos de Doces;

10 - Carrinhos de Milho Verde;

10 - Carrinhos de Picolé;

04 – Côco Verde;

04 – Salada de Frutas;

08 - Vendedores de (Redes 3) Similares (Cangas 3 e Chapéu 2).

Obs. Do Salva vidas para Norte

III - Praia da Ferrugem

08 - Refrigerante em lata/Cerveja/Água Mineral/Suco Natural;

08 - Diversos tipos de Salgadinhos;

03 - Diversos tipos de Doces;

04 - Carrinhos de Milho Verde;

04 - Caixas de Picolé;

04 – Côco Verde;

03 – Salada de Frutas

10 - Vendedores de Redes e Similares.
 IV - Outras Praias
 08 - Refrigerantes em lata/Cerveja/Água Mineral/Suco Natural;
 08 - Diversos tipos de Salgadinhos;
 03 - Diversos tipos de Doces;
 04 - Carrinho de Milho Verde;
 04 - Caixas de Picolé;
 03 - Côco Verde;
 03 - Salada de Frutas;
 10 - Vendedores de Redes e Similares

PRESTAÇÃO EVENTUAL DE SERVIÇOS

I – Caiaque:

- a) 03 (três) pontos na Praia do Centro, com no máximo 20 (vinte) unidades, cada;
 c) 01 (um) ponto nas proximidades da ponte sobre a lagoa do Siriu, com no máximo 20 (vinte) unidades, cada;
 c) 01 (um) ponto nas demais praias, com no máximo 20 (vinte) unidades, cada;

II – Cadeiras, bóias, guarda-sol e material de mergulho: 06 (seis) pontos em cada praia, com no máximo 40 (quarenta) unidades, cada;

III – Banana-boat e disco inflável:

- a) 04(quatro) pontos na Praia do Centro, com uma unidade, cada;
 b) 01 (um) ponto nas demais praias, com uma unidade, cada;

IV - Stand Up:

- a) 02 (dois) pontos em cada praia, com no máximo 08 (oito) unidades, cada;
 b) 01 (um) ponto nas proximidades da ponte sobre a lagoa do Siriu, com no máximo 08 (oito) unidades, cada;

V – Pedalinho: 01 (um) ponto na Praia do Centro, com 05 (cinco) unidades, cada;

VI – Escuna: Praia do Centro; VII – Barco a Vela com capacidade máxima para 02 (duas) pessoas: 01 ponto em cada praia.

VIII - Escola de Surf: 05 (cinco) pontos em cada praia.

ANEXO VI – DECLARAÇÃO - EDITAL PMG/FAZ Nº 001/2016 DECLARAÇÃO

Eu, _____, nacionalidade: _____
 Estado civil: _____, Profissão: _____, RG nº _____ Órgão
 expedidor: _____, CPF: _____,
 Residente: _____ Nº _____,
 Bairro: _____ Cidade: _____ UF: _____, CEP: _____ DECLARO
 para os devidos e efeitos legais, que estou ciente de todas as disposições constantes no edital nº PMG/FAZ/001/2016 “ DISCIPLINA O LI-
 CENCIAMENTO DE ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER PROVISÓRIO ” e da Lei Municipal nº 1107 de
 2006 e alterações posteriores.

Garopaba, _____ / _____ / 2016

Candidato

LEI Nº 2010, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº 2.010, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 80.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) no Orçamento vigente:

| | |
|--|-----------|
| 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 80.000,00 |
| 10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade | 80.000,00 |
| 3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas | 80.000,00 |

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

| | |
|---|-----------|
| 17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 80.000,00 |
| 10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica | 80.000,00 |
| 3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas | 80.000,00 |

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.



Garopaba, 26 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 27/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 981/2016

PORTARIA N.º 981, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Matrícula Funcional n.º 4700, referente a 2015, no período de 01/11/2016 a 30/11/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de outubro de 2016.

| |
|------------------------|
| PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO |
|------------------------|

| |
|--------------------|
| Prefeito Municipal |
|--------------------|

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 995/2016

PORTARIA N.º 995, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata ROZANE DE FÁTIMA TORRES KOCH, CPF n.º 459.437.610-04, aprovada e classificada como 10º colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA – 20 H.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas do currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura da servidora no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 996/2016.

PORTARIA N.º 996, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

CONSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 003/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONSTITUIR Comissão formada pelos senhores: RAFAEL DE SOUZA, Contador, GABRIELA RODRIGUES PEREIRA, Assistente Social, MARILETE ANGELA ALBERTI DE ABREU, Professor, VIVIAN SCHRÖTER, Agente Administrativo e LUCIANA MACHADO TEIXEIRA, Auxiliar Administrativo para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de acompanhamento e fiscalização do Processo Seletivo 003/2016.

Art. 2º. A Comissão não terá atribuições executivas, sendo de sua competência a verificação da subordinação do edital aos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como o sigilo na aplicação das provas, e outras condições necessárias a fim de assegurar igualdade de condições aos competidores.

Art. 3º. Após concluídos os trabalhos do Processo Seletivo e proclamado o seu resultado, observados os prazos estabelecidos no edital para possíveis recursos, será o mesmo encaminhado para o Prefeito Municipal ou para o Presidente da Câmara de Vereadores, para fins de homologação, a qual será dada ampla publicidade.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de outubro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 27/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 13 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA AO SENHOR VEREADOR ROGÉRIO LINHARES”.

LUIZ BERNARDO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida licença ao Senhor Vereador Rogério Linhares, de acordo com o inciso I, Art. 89 do Regimento Interno, deste Poder Legislativo. Conforme documento do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Pedido de Prorrogação do Auxílio Doença, apresentado em 29/09/2016, informando que foi reconhecido o direito a prorrogação do benefício tendo em vista que foi constatada incapacidade para o trabalho, a partir de 04/10/2016 por tempo indeterminado ou através de novo comunicado do beneficiado.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 26 de outubro de 2016.

| |
|---------------|
| Luiz Bernardo |
| Presidente |

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2016.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 27/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn
Diretora de redação, Legislação e
Processo Legislativo

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 033/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 033/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE RECA RGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GÁS DE COZINHA) DE 13 E 45 KG, COM ENTREGA DE FORMA PARCELADA, E AQUISIÇÃO DE CILINDROS PARA GÁS LIQUEFEITO P45, PARA A UTILIZAÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR, DE ACORDO COM A PLANILHA E O MEMORIAL DESCRITIVO.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 11/11/2016 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 25 de outubro de 2016.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

LEI Nº 1953/2016

LEI Nº 1953, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

“Autoriza o Município de Garuva a celebrar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, e dá outras providências”.

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Garuva autorizado a celebrar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, objetivando a manutenção dos serviços de policiamentos envolvidos em rondas escolares, PROERD, de apoio a órgãos fiscalizadores, através da execução de rondas periódicas, operações conjuntas e do atendimento de ocorrências do Município, por intermédio de guarnições de radiopatrulha da Polícia Militar.

§1º Para a execução do Convênio de que trata o caput deste artigo,

o Município de Garuva repassará, uma importância de R\$500,00 (Quinhentos reais), mensalmente, à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, na primeira quinzena de cada mês, para cobrir as despesas com manutenção (combustível, lubrificante, peças, acessórios e serviços), das viaturas colocadas a serviço (conveniada), e, para cobrir as despesas com material de expediente, limpeza, fardamento, construção/manutenção do aquartelamento, compra de viaturas, equipamentos, armamentos, alimentos, cursos e treinamentos, e demais necessidades para a atividade policial militar, visando proporcionar condições de execução do policiamento de radiopatrulha no Município, bem como, as despesas de reequipamento, reaparelhamento, aquisição de material permanente de consumo, alimentação, serviços específicos de ordem geral e demais despesas correntes de capital, aquisição de bens móveis, construção, ampliação e conservação de instalações de Organização Policial Militar (OPM), assim como para treinamento e capacitação de recursos humanos em assuntos relacionados à área de segurança pública.

§2º A Polícia Militar do Estado de Santa Catarina manterá, no Município, uma Organização Policial Militar, com viaturas, para a execução do serviço de radiopatrulha.

§3º A vigência do Convênio dar-se-á pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser cancelado, a qualquer época, por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interposição judicial.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente, suplementada, se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 165/2016

PORTARIA Nº. 165, de 26 de outubro de 2016

“DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 142/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

Considerando expediente recebido pela Comissão Permanente de Inquérito Administrativo que solicita a anulação da Portaria nº 142/2016 em virtude de que o investigado apresentou advogado por procuração para defesa no processo nº 2396/2016,

RESOLVE:

ART. 1º. Revogar a Portaria nº 142/2016 que nomeou servidor para atuar como defensor em processo administrativo.

ART. 2º. - Esta Portaria entra em vigor a na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO RESULTADO TESTE SELETIVO Nº 05/2016

Garuva, 26 de Outubro de 2016

RESULTADO RETIFICADO EDITAL 005/2016

| AUXILIAR DE ENFERMAGEM | | |
|--|-----------|-----------|
| NOME DO CANDIDATO | PONTUAÇÃO | SITUAÇÃO |
| Roberta Marin Gomes | 15 | Aprovado |
| Claudia Regina Dutra dos Santos | 09 | Reprovado |
| TÉCNICO DE ENFERMAGEM | | |
| NOME DO CANDIDATO | PONTUAÇÃO | SITUAÇÃO |
| Vanessa de Souza Chaves | 19 | APROVADO |
| Cristiane Rodrigues de Jesus | 16 | APROVADO |
| Lidiane Pereira | 16 | APROVADO |
| Camila Kuboski | 16 | APROVADO |
| Micheli Cristina Souza de Amorim | 16 | APROVADO |
| Lídia Matilde Pereira | 16 | APROVADO |
| Ariana Jeguer da Silva Martins | 15 | APROVADO |
| Priscila Alves de Oliveira Lazzaretti | 15 | APROVADO |
| Zenir Wisniewski Fernandes | 14 | APROVADO |
| Claudinei Fabian Walendorf | 14 | APROVADO |
| Sonia Heloisa Ramos Rodrigues | 14 | APROVADO |
| Elenice Rosa de Ramos | 14 | APROVADO |
| Luciane Ricardo Souza | 14 | APROVADO |
| Maria Aparecida Santiago | 13 | APROVADO |
| Andréa Cristina André do Espírito Santo Oliveira | 13 | APROVADO |
| Alexssandra da Silva Barbosa | 13 | APROVADO |
| Camila da Silva Pinheiro | 13 | APROVADO |
| Eunice Alexandrino Schripietcz | 12 | APROVADO |
| Lilian das Graças Maoski | 12 | APROVADO |
| Ronaldo de Souza | 12 | APROVADO |
| Rosimeri do Nascimento | 11 | APROVADO |
| Luiz Fernando Diogo Gomes | 11 | APROVADO |
| Dieine Patrícia Wener | 11 | APROVADO |
| Selésia Theobald | 10 | APROVADO |
| Débora Soares Gomes | 10 | APROVADO |
| Ana Paula Gomes dos Santos Kucharsky | 10 | APROVADO |
| Bianca Schmidt Hort | 10 | APROVADO |
| Andreia Aparecida Delfes Honorato | 09 | REPROVADO |
| Claudianir da Silva de Freitas | 09 | REPROVADO |
| Zilma Gomes da Silva | 09 | REPROVADO |
| Thais Vicente da Silva Vargas | 09 | REPROVADO |
| Jhenifer Arruda | 09 | REPROVADO |
| Sonara Jadiane de Souza | 09 | REPROVADO |
| Sebastiana de Oliveira Pscheidt | 08 | REPROVADO |
| Lidiane Silva Cordeiro | 08 | REPROVADO |
| Janice Simões de Oliveira Feldhaus | 06 | REPROVADO |
| Oziane Nardes da Silva | AUSENTE | REPROVADO |
| Suzana Maria Fermino | AUSENTE | REPROVADO |
| Luci de Freitas Borba | AUSENTE | REPROVADO |
| Rosimery Girardello | AUSENTE | REPROVADO |
| Luciana Cristina Tobler Farias | AUSENTE | REPROVADO |
| Magali do Nascimento Magalhães | AUSENTE | REPROVADO |

Ariane Leandro
 Presidente da Comissão
 Portaria nº 150/2016

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.221, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.221, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação feita através do Decreto nº 7.218/2016, do candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, para o cargo abaixo descrito, em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada:

| NOME | CARGO | C/H | COLOCAÇÃO | LOTAÇÃO |
|---------------------------|---------------------------|-----|-----------|--------------------------------------|
| CRISTIANO NELSON SIQUEIRA | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 40 | 18ª | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO |

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de outubro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 7.222, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 7.222, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada em caráter efetivo, a candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2015, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

| NOME | CARGO | C/H | COLOCAÇÃO | LOTAÇÃO |
|-----------------|---------------------------|-----|-----------|--------------------------------------|
| CRISTIANE SEIDE | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | 40 | 19ª | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO |

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de outubro de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.735, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

MUNICÍPIO DE GASPAR

LEI Nº 3.735, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

ALTERA ANEXO DA LEI Nº 3.724, DE 31 DE AGOSTO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I, da Lei nº 3.724, de 30 de agosto de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Gaspar para o exercício de 2017, modificando as seguintes planilhas de metas fiscais:

I - Demonstrativo das Metas Anuais;

II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais nos Três Exercícios Anteriores.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 21, de outubro de 2016.

Pedro Celso Zuchi
Prefeito



MUNICÍPIO DE GASPAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS-2017
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - METAS ANUAIS

| ESPECIFICAÇÕES | 2017 | | | 2018 | | | 2019 | | |
|-----------------------------|--------------------|-----------------|-------------------|--------------------|-----------------|-------------------|--------------------|-----------------------|-------------------|
| | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a/PIB)x100 | Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (b/PIB)x100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c/PIB)x100 |
| Receita Total | 216.000.000,00 | 200.000.000,00 | 0,085 | 217.235.000,00 | 186.243.998,63 | 0,082 | 227.365.000,00 | 182.344.213,65 | 0,083 |
| Receitas Primárias (I) | 185.886.150,00 | 172.116.805,56 | 0,073 | 213.413.960,00 | 182.968.072,70 | 0,080 | 223.286.400,00 | 179.073.221,59 | 0,082 |
| Despesa Total | 216.000.000,00 | 200.000.000,00 | 0,085 | 217.235.000,00 | 186.243.998,63 | 0,082 | 227.365.000,00 | 182.344.213,65 | 0,083 |
| Despesas Primárias (II) | 212.771.000,00 | 197.010.185,19 | 0,083 | 214.006.503,00 | 183.476.082,82 | 0,081 | 224.136.503,00 | 179.754.994,79 | 0,082 |
| Resultado Primário (I - II) | -26.884.850,00 | -24.883.379,63 | -0,011 | -592.543,00 | -508.010,12 | -0,000 | -850.103,00 | -681.773,20 | -0,000 |
| Resultado Nominal | -22.216.400,00 | -20.570.740,74 | -0,009 | 1.537.796,00 | 1.318.412,21 | 0,001 | 1.504.637,00 | 1.206.702,22 | 0,001 |
| Dívida Pública Consolidada | 28.691.018,00 | 26.565.757,41 | 0,011 | 27.601.223,00 | 23.663.599,97 | 0,010 | 26.459.466,00 | 21.220.198,89 | 0,010 |
| Dívida Consolidada Líquida | 23.091.018,00 | 21.380.572,22 | 0,009 | 21.553.223,00 | 18.478.414,78 | 0,008 | 20.048.586,00 | 16.078.744,09 | 0,007 |

| Variáveis | | | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|
| | 2017 | 2018 | 2019 |
| Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação | 8,00 | 8,00 | 6,90 |
| Projeção do PIB do Estado | 255.178.752.105,60 | 265.385.902.189,82 | 273.878.251.059,90 |



MUNICÍPIO DE GASPAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA-2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO II - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

| ESPECIFICAÇÕES | 2015 | | | | | |
|----------------------------|-----------------------|--------|---------------------------|--------|-----------------|----------------|
| | I-Metas Previstas (a) | % PIB | II – Metas Realizadas (b) | % PIB | Variação (II-I) | |
| | | | | | Valor (b-a) | % (b/a)x100 |
| Receita Total | 311.600.000,00 | 0,181 | 162.530.183,00 | 0,067 | -149.069.817,00 | -47,84 |
| Receitas Primárias (I) | 271.212.313,00 | 0,157 | 158.024.992,00 | 0,065 | -113.187.321,00 | -41,73 |
| Despesa Total | 311.600.000,00 | 0,181 | 164.065.705,00 | 0,068 | -147.534.295,00 | -47,35 |
| Despesas Primárias (II) | 309.404.912,00 | 0,179 | 163.455.203,00 | 0,067 | -145.949.709,00 | -47,17 |
| Resultado Primário | -38.192.599,00 | -0,022 | -5.430.211,00 | -0,002 | 32.762.388,00 | -85,78 |
| Resultado Nominal | -34.158.912,00 | -0,020 | -185.585,00 | -0,000 | 33.973.327,00 | -99,46 |
| Dívida Pública Consolidada | 41.806.937,00 | 0,024 | 5.556.246,00 | 0,002 | -36.250.691,00 | -86,71 |
| Dívida Consolidada Líquida | 32.206.937,00 | 0,019 | -27.569.630,00 | -0,011 | -59.776.567,00 | -185,60 |

| Especificação | | Valor |
|---|--|--------------------|
| Previsão do PIB Estadual para 2015 | | 172.416.493.203,28 |
| Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2015 | | 242.884.890.488,63 |



MUNICÍPIO DE GASPAR

Anexo I - Tabela 3 - DEMONSTRATIVO III - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Município de Gaspar
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2017

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

RS 1,00

| ESPECIFICAÇÕES | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | |
|-----------------------------|----------------------------|--------------|----------|-------------------|----------|--------------|--------|-------------|----------|-------------|
| | VALOR CORRENTE | | | | | | | | | |
| | 2014 | 2015 | % | Previsão LDO 2016 | % | 2017 | % | 2018 | % | 2019 |
| Receita Total | 163.000.843,00 | 162.530.183 | 6,23% | 209.000.000 | 28,59% | 216.000.000 | 3,35% | 217.235.000 | 0,57% | 227.365.000 |
| Receitas Primárias (I) | 150.131.499,00 | 158.024.992 | 5,26% | 186.317.225 | 17,90% | 185.886.150 | -0,23% | 213.413.960 | 14,81% | 223.286.400 |
| Despesa Total | 143.165.383,00 | 164.065.705 | 14,60% | 209.000.000 | 27,39% | 216.000.000 | 3,35% | 217.235.000 | 0,57% | 227.365.000 |
| Despesas Primárias (II) | 137.179.850,00 | 163.455.203 | 19,15% | 204.780.416 | 25,28% | 212.771.000 | 3,90% | 214.006.503 | 0,58% | 224.136.503 |
| Resultado Primário (I - II) | 12.951.648,00 | (5.430.212) | -141,93% | (18.463.191) | 240,01% | (26.884.850) | 45,61% | (592.543) | -97,80% | (850.103) |
| Resultado Nominal | -13.241.846,00 | (185.585) | -98,60% | (14.507.577) | 7717,20% | (22.216.400) | 53,14% | 1.537.796 | -106,92% | 1.504.637 |
| Dívida Pública Consolidada | 6.070.785,90 | 5.556.246 | -8,48% | 29.710.944 | 434,73% | 28.691.018 | -3,43% | 27.601.223 | -3,80% | 26.459.466 |
| Dívida Consolidada Líquida | -27.384.044,74 | (27.569.630) | 0,68% | 20.110.944 | -172,85% | 23.091.018 | 14,82% | 21.553.223 | -6,66% | 20.048.586 |

| ESPECIFICAÇÕES | VALOR CONSTANTE | | | | | | | | | |
|-----------------------------|-----------------|--------------|-----------|--------------|----------|--------------|--------|-------------|----------|-------------|
| | 2014 | 2015 | % | 2016 | % | 2017 | % | 2018 | % | 2019 |
| Receita Total | 186.630.428 | 178.133.080 | -4,553% | 209.000.000 | 17,33% | 200.000.000 | -4,31% | 186.243.999 | -6,88% | 182.344.214 |
| Receitas Primárias (I) | 183.130.402 | 173.195.391 | -5,425% | 186.317.225 | 7,58% | 172.116.806 | -7,62% | 182.968.073 | 6,30% | 179.073.222 |
| Despesa Total | 174.633.134 | 179.816.013 | 2,968% | 209.000.000 | 16,23% | 200.000.000 | -4,31% | 186.243.999 | -6,88% | 182.344.214 |
| Despesas Primárias (II) | 167.331.981 | 179.146.903 | 7,061% | 204.780.416 | 14,31% | 197.010.185 | -3,79% | 183.476.083 | -6,87% | 179.754.995 |
| Resultado Primário (I - II) | 15.798.420 | (5.951.512) | -137,672% | (18.463.191) | 210,23% | (24.893.380) | 34,83% | (508.010) | -97,96% | (681.773) |
| Resultado Nominal | (16.152.404) | (203.401) | -98,741% | (14.507.577) | 7032,48% | (20.570.741) | 41,79% | 1.318.412 | -106,41% | 1.206.702 |
| Dívida Pública Consolidada | 7.405.145 | 6.089.646 | -17,766% | 29.710.944 | 387,89% | 26.565.758 | 10,59% | 23.663.600 | -10,92% | 21.220.199 |
| Dívida Consolidada Líquida | (33.403.058) | (30.216.315) | -9,540% | 20.110.944 | -166,56% | 21.380.572 | 6,31% | 18.478.414 | -13,57% | 16.078.744 |

FONTE: Extrato dos Anexos da LDO dos anos anteriores e as previsões efetuadas dos anos 2016, 2017 e 2018 foi baseado na estimativa do INPC do período

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

| Índices/Anos | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|--------------|--------|--------|-------|--------|--------|--------|
| INPC | 6,23% | 11,30% | 9,60% | 8,00% | 8,00% | 6,90% |
| | 21,98% | 9,60% | - | 8,00% | 16,64% | 24,69% |
| | 1,2198 | 1,0960 | - | 1,0800 | 1,1664 | 1,2469 |

LEI Nº 3.737, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

LEI Nº 3.737, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A CELEBRAR ACORDO NAS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS EM TRÂMITE NA 2ª VARA DE GASPAR/SC QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Gaspar como coautor nas ações civis públicas nº 025.99.003087-8, nº 025.00.001683-1, nº 025.99.002004-0 e nº 025.99.001470-8, a celebrar acordo com o espólio de Bernardo Leonardo Spengler, visando o ressarcimento de danos ao erário por diversos motivos apresentados em cada ação.

Art. 2º Em virtude da inexistência de sentença nos respectivos autos, o acordo poderá ser celebrado nos seguintes termos:

I – aceitação de oferta equivalente ao valor atualizado das causas;
II – possibilidade de aceitação de dação em pagamento de bens imóveis, materiais e serviços que atendam ao interesse público;
III – manutenção de indisponibilidade de bens suficientes para cobrir o dobro dos valores em discussão e débitos tributários até o cumprimento das obrigações assumidas no acordo;
IV – estipulação de cláusulas penais por descumprimento;
V – honorários da forma do Código de Processo Civil; e
VI – apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos como condição para homologação judicial do mesmo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 26 de outubro de 2016.
Pedro Celso Zuchi
Prefeito

PORTARIA Nº 5.054, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

PORTARIA Nº 5.054, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

APLICA PENALIDADE DE SUSPENSÃO À SERVIDORA MELITA MULLER KOHN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 171, inciso II da Lei Municipal nº. 1.305, de 09 de outubro de 1991, com fulcro no art. 157, II da mesma lei, em conformidade com o Julgamento Administrativo proferido nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 05/2015, instaurado pela Portaria nº 3.815, de 29 de setembro de 2015,

RESOLVE

Art. 1º Aplicar a penalidade de Suspensão por 10 (dez) dias, a partir de 28 de outubro de 2016, à servidora pública municipal MELITA MULLER KOHN, matrícula nº 12.051, ocupante do cargo efetivo Merendeira/Servente, por transgressão ao artigo 146, incisos III e XI, artigo 147, inciso V, e artigo 162, inciso VII, todos da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, uma vez que restou comprovado que a servidora praticou os fatos descritos na portaria instauradora do processo administrativo disciplinar.

Art. 2º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos realize os devidos registros funcionais e adote as demais providências necessárias relacionadas ao cumprimento da penalidade ora aplicada.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de outubro de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO CM - 010/2016

CONTRATO CM - 010/2016

Pelo presente instrumento, a CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR e GILSON DA SILVA, representados pelos signatários abaixo, resolvem celebrar o CONTRATO CM 010/2016, nos seguintes termos:

Cláusula 1ª – Constitui objeto deste Instrumento, a prestação de serviço de cessão de uso do Sistema de Votação para as eleições “Vereador Mirim 2016”; adequação das telas do Sistema para o ano corrente; alimentação dos dados dos candidatos para o Sistema; instalação do programa nos locais de votação utilizando deslocamento próprio e suporte presencial durante todo o período no dia da votação.

Cláusula 2ª – O preço para a execução do objeto deste Instrumento Contratual é o apresentado na proposta do CONTRATADO, ou seja, de R\$ 2.180,00 (dois mil cento e oitenta reais).

Cláusula 3ª - O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil, mediante apresentação de Nota Fiscal de Serviços, da qual será deduzido o INSS(11%), devidamente autorizado e reconhecida a despesa pela CONTRATANTE e rubricado pela Coordenador do Programa Vereador Mirim.

Cláusula 4ª - A duração do contrato estende-se até 31/12/2016,

podendo ocorrer antes, caso houver a entrega total do objeto. E por acharem assim compromissadas, as partes assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma. Gaspar (SC), em 20 de outubro de 2016.

CÂMARA DE VEREADORES

GIOVANO BORGES
Presidente

GILSON DA SILVA

SAMAE - GASPAR**RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016 - SAMAE**

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/2016

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2016, no Departamento de Compras, localizado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº. 467/2016, conforme registradas na Ata de Sessão homologada em 25/10/2016. RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir. OBJETO: A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando o fornecimento de areia média e macadame britado, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital de Pregão Presencial nº. 47/2016. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

ÂNCORA SERVIÇOS EIRELLI (21.275.2999/0001-48)

| Item: | Unid. medida Material/Serviço | Quantidade registrada: | Valor unitário registrado: | Valor total registrado: |
|-------|----------------------------------|------------------------|----------------------------|-------------------------|
| 3 | m3 Macadame Britado | 1.500 | R\$ 31,00 | R\$ 46.500,00 |

Valor total registrado do Licitante: R\$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais).

BALNEÁRIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. (00.874.055/0001-20)

| Item: | Unid. medida Material/Serviço | Quantidade registrada: | Valor unitário registrado: | Valor total registrado: |
|-------|----------------------------------|------------------------|----------------------------|-------------------------|
| 5 | m3 Areia média | 1.000 | R\$ 39,78 | R\$ 39.780,00 |

Valor total registrado do Licitante: R\$ 39.780,00 (trinta e nove mil setecentos e oitenta reais)

Valor total registrado da Licitação: R\$ 86.280,00 (oitenta e seis mil duzentos e oitenta reais).

Este instrumento não obriga o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

VIGÊNCIA: A presente Ata vigorará a partir de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses.

ENTREGA: Após efetuada sua solicitação, os objetos licitados deverão ser entregues no prazo máximo de até 4 (quatro) horas, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos, nos seguintes locais: no almoxarifado do SAMAE, sito na Rua João Vieira, nº 189 – Santa Terezinha, Gaspar/SC ou nos locais das obras em que se fizerem necessários, em todo o território municipal.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente ao fornecimento dos materiais, contados a partir, mediante a apresentação da Nota Fiscal/fatura devidamente atestada pelo Diretor Presidente e/ou Diretor Geral Técnico e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

Gaspar (SC), em 25 de outubro de 2016.

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER LUCHTENBERG– Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA – Equipe de Apoio

IVONETE MAIS DOS SANTOS - Equipe de Apoio

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

DECRETO Nº 131/2016 DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 131/2016

DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município, art. 77, V, considerando o dia do funcionalismo público, DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo, nos órgãos integrantes da administração direta e indireta do Município de Governador Celso Ramos. Não haverá expediente no dia 28 de outubro de 2016, sexta-feira.

Art. 2º - Excetuam-se do disposto neste Decreto as atividades consideradas essenciais e indispensáveis do serviço Público Municipal, tais como Saúde, Coleta de Lixo, setor de Tributos, bem como o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 14 de Outubro de 2016.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº114/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

DECRETO Nº114/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1058/2015 – Lei Orçamentária Anual, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$382.000,00 (Trezentos e Oitenta e Dois Mil Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte 0.1.00.000000 Recursos Ordinários e na fonte 0.1.04.000000 Iluminação Pública, apurando até o mês de Dezembro de 2015, as dotações abaixo indicadas:

| CÓDIGO | CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA | VALOR |
|------------------|---|-----------|
| 1201 | Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos | |
| 15.452.0008.1023 | Pavimentação de Ruas | 70.000,00 |
| 4.4.00.00 | Outros Investimentos | 70.000,00 |
| (108) 4.4.90.00 | Aplicações Diretas | 70.000,00 |
| 0.1.00.000000 | Recursos Ordinários | 70.000,00 |
| | | |

| | | |
|------------------|---|------------|
| 1201 | Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos | |
| 15.452.0008.2062 | Melhoria Manutenção da Rede de Iluminação Pública | 312.000,00 |
| 3.3.00.00 | Outras Despesas Correntes | 312.000,00 |
| (136) 3.3.90.00 | Aplicações Diretas | 312.000,00 |
| 0.1.04.000000 | Iluminação Pública | 312.000,00 |
| | | |
| TOTAL: | | 382.000,00 |

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 14 de Setembro de 2016.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº115/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

DECRETO Nº115/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1058/2015 – Lei Orçamentária Anual, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$8.290,00 (Oito Mil Duzentos e Noventa Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte 0.1.08.000032 Merenda Escolar e na fonte 0.1.08.000033 Merenda Escolar, apurando até o mês de Dezembro de 2015, as dotações abaixo indicadas:

| CÓDIGO | CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA | VALOR |
|------------------|--|----------|
| 0701 | Secretaria de Educação | |
| 12.306.0003.2065 | Oferta de Merenda Escolar – Educação Infantil Pré-Escola | 2.230,00 |
| 3.3.00.00 | Outras Despesas Correntes | 2.230,00 |
| (71) 3.3.90.00 | Aplicações Diretas | 2.230,00 |
| 0.1.08.000032 | Merenda Escolar | 2.230,00 |
| | | |
| 0701 | Secretaria de Educação | |
| 12.306.0003.2009 | Oferta de Merenda Escolar-Ensino Infantil | 6.060,00 |
| 3.3.00.00 | Outras Despesas Correntes | 6.060,00 |
| (68) 3.3.90.00 | Aplicações Diretas | 6.060,00 |
| 0.1.08.000033 | Merenda Escolar | 6.060,00 |
| | | |
| TOTAL: | | 8.290,00 |

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 14 de Setembro de 2016.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº119/2016 FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

DECRETO Nº119/2016

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias. DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2016, Lei Municipal nº1058/2015:

SUPLEMENTAÇÃO

| CÓDIGO | CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA | VALOR |
|------------------|----------------------------------|-----------|
| 0701 | Secretaria de Educação | |
| 12.361.0003.2012 | Manutenção do Transporte Escolar | 28.000,00 |
| 3.3.00.00 | Outras Despesas Correntes | 28.000,00 |
| (64) 3.3.90.00 | Aplicações Financeiras | 28.000,00 |
| 0.1.06.000000 | MDEF | 28.000,00 |
| TOTAL: | | 28.000,00 |

ANULAÇÃO

| CÓDIGO | CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA | VALOR |
|------------------|----------------------------------|-----------|
| 0701 | Secretaria de Educação | |
| 12.361.0003.2012 | Manutenção do Transporte Escolar | 28.000,00 |
| 3.1.00.00 | Outras Despesas Pessoal | 28.000,00 |
| (243) 3.1.90.00 | Aplicações Diretas | 28.000,00 |
| 0.1.06.000000 | MDEF | 28.000,00 |
| TOTAL: | | 28.000,00 |

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 28 de Setembro de 2016.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº121/2016 FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

DECRETO Nº121/2016

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1056/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias. DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2016, Lei Municipal nº1058/2015:

Suplementação

| CÓDIGO | CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA | VALOR |
|--------|--------------------------|-------|
| 0701 | Secretaria de Educação | |

| | | |
|------------------|---|-----------|
| 12.365.0003.2066 | Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escolar | 75.000,00 |
| 3.3.00.00 | Outras Despesas Correntes | 75.000,00 |
| (207) 3.3.90.00 | Aplicações Financeiras | 75.000,00 |
| 0.1.13.000000 | Remuneração Profissionais | 75.000,00 |
| TOTAL: | | 75.000,00 |

Anulação

| CÓDIGO | CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA | VALOR |
|------------------|--|-----------|
| 0701 | Secretaria de Educação | |
| 12.361.0003.2010 | Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental | 75.000,00 |
| 3.1.00.00 | Outras Despesas Pessoal | 75.000,00 |
| (236) 3.1.90.00 | Aplicações Diretas | 75.000,00 |
| 0.1.13.000000 | Remuneração Profissionais | 75.000,00 |
| TOTAL: | | 75.000,00 |

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 28 de Setembro de 2016.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº122/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

DECRETO Nº122/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1058/2015 – Lei Orçamentária Anual, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$23.000,00 (Vinte e Três Mil Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte 0.1.16.000101 Recursos de Multa de Transito e na fonte 0.1.16.000102 Recursos de Multa de Transito, apurando até o mês de Dezembro de 2015, as dotações abaixo indicadas:

| CÓDIGO | CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA | VALOR |
|------------------|---|-----------|
| 1201 | Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos | |
| 15.452.0008.2061 | Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito | 11.500,00 |
| 3.3.00.00 | Outras Despesas Correntes | 11.500,00 |
| (128) 3.3.90.00 | Aplicações Diretas | 11.500,00 |
| 0.1.16.000101 | Recursos de Multa de Transito | 11.500,00 |
| 1201 | Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos | |
| 15.452.0008.2061 | Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito | 11.500,00 |
| 3.3.00.00 | Outras Despesas Correntes | 11.500,00 |
| (129) 3.3.90.00 | Aplicações Diretas | 11.500,00 |
| 0.1.16.000102 | Recursos de Multa de Transito | 11.500,00 |
| TOTAL: | | 23.000,00 |

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 28 de Setembro de 2016.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº127/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

DECRETO Nº127/2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1058/2015 – Lei Orçamentária Anual, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$249.740,00 (Duzentos e Quarenta e Nove Mil Setecentos e Quarenta Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte 0.1.70.000041 Recursos do Convênio da União, apurando até o mês de Dezembro de 2015, as dotações abaixo indicadas:

| CÓDIGO | CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA | VALOR |
|------------------|---|------------|
| 0701 | Secretaria de Educação | |
| 12.361.0003.1004 | Aquisição de Veículos Para Transporte Escolar | 249.740,00 |
| 4.4.00.00 | Outros Investimentos | 249.740,00 |
| (244) 4.4.90.00 | Aplicações Diretas | 249.740,00 |
| 0.1.70.000041 | Recursos do Convenio da União | 249.740,00 |
| | | |
| TOTAL: | | 249.740,00 |

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 13 de Outubro de 2016.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 130-1111/2016 AUTORIZA A QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE VENCIMENTO DE FATURAS PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE OBRAS E SERVIÇOS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS.

DECRETO Nº 130/2016

AUTORIZA A QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE VENCIMENTO DE FATURAS PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE OBRAS E SERVIÇOS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com artigo 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

Considerando, que nos termos do artigo 5º, da Lei (federal) nº 8.666/93, cada Unidade de Administração, nos pagamentos de suas obrigações, deve obediência à ordem cronológica das datas de suas exigibilidades;

Considerando, que essa ordem só pode ser alterada quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada;

Considerando, que nas obras e serviços financiados com recursos

extraordinários, o agente financeiro exige o aporte da contrapartida para liberação de parcela do convênio;

Considerando, que na prestação de contas de cada parcela liberada pelo agente financeiro, o Município deve comprovar o pagamento da contrapartida, o que impede aguardar a ordem cronológica de vencimento das faturas, sob pena de atrasar a liberação dos recursos extraordinários e comprometer o cronograma físico-financeiro da obra ou serviço;

Considerando, a necessidade de se cumprir o cronograma físico financeiro da obra ou serviço, haja vista a importância social desses investimentos e o prazo estabelecido para a conclusão do objeto;

Considerando, que o valor da contrapartida nesses casos, em geral é de pequena monta;

Considerando, que os pagamentos aos demais credores não será prejudicado, haja vista que o Município trabalha sempre com suficiência de caixa,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Secretário Municipal de Fazenda, através do Departamento Financeiro, autorizado a pagar fora da ordem cronológica de vencimento das faturas, a contrapartida do Município nas medições de obras e serviços financiados pela fonte de recursos 0.1.00.000000 – Recursos ordinários, conforme admite o artigo 5º, da Lei (federal) 8666/93.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 14 de outubro de 2016.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 133/2015 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, EM CARATER DE URGÊNCIA, AS ÁREAS DE TERRA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAIS

DECRETO Nº 133/2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, EM CARATER DE URGÊNCIA, AS ÁREAS DE TERRA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAIS

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições e do que dispõe a Lei Orgânica, artigo 28, I, d, Art. 77, XVI e com amparo nas disposições dos artigos 2º, 5º e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretada de utilidade pública para fins de desapropriação, amigável ou judicial, em caráter de urgência, a ser efetivada pelo Município de Governador Celso Ramos, os imóveis situados em Ganchos de Fora, a seguir descritos:

ÁREA 1:

MATRICULA Nº 9.024

PROPRIETÁRIOS: Jean Carlos Garcia e Andreia Maria Neto Garcia, e Jackson Garcia e Muniki Azevedo Duarte Garcia;

LOCAL: Avenida Ganchos – Ganchos de Fora – Gov. Celso Ramos - SC

ÁREA: 484,00m²

PERÍMETRO: 88,00m

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE: com distância de 18,24m, confrontando com Francisco P. da Costa Júnior;

LESTE: com distância de 23,98m confrontando com Rodolfo A. Miranda;

SUL: com distância de 21,51m, confrontando com Manoel S. Maia;

OESTE: com distância de 24,38m, confrontando com a Avenida Ganchos.

ÁREA 2:

PARTE DA MATRICULA Nº 35.643

PROPRIETÁRIOS: Jean Carlos Garcia e Andreia Maria Neto Garcia, e Jackson Garcia e Muniki Azevedo Duarte Garcia;

LOCAL: Avenida Patrocínio Manoel dos Santos – Ganchos de Fora – Gov. Celso Ramos - SC

ÁREA: 12.551,70m²

PERÍMETRO: 507,37m

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE: com Três lances, sendo o primeiro com distancia de 15,78m, o segundo com distancia de 6,75m, e o terceiro com distancia de 5,51m, ambos confrontando com Pedro José Crispim (Escritura Publica de Cessão de Direitos e Doação);

LESTE: com dez lances, sendo o primeiro com distancia de 26,76m, o segundo com distancia de 21,40m, o terceiro com distancia de 11,15m, o quarto com distancia de 8,05m, o quinto com distancia de 10,82m, o sexto com distancia de 10,11m, o sétimo com distancia de 4,42m, ambos confrontando Servidão Zilto Manoel Maia, o oitavo com distancia de 28,27m, confrontando com Odi Antonio Marques (Escritura de Posse), o nono com distancia de 13,59m, confrontando com Silvana Laureci Sagas Vicente (Escritura de Posse), e o décimo com distancia de 27,05m, confrontando com Paulo José Quadro (Contrato de Compra e Venda);

SUL: com Cinco Lances, sendo o Primeiro com distancia de 38,11m, o segundo distancia de 8,16m, ambos confrontando com Confrontando com Rua Julio Luiz de Azevedo, o terceiro com distancia de 37,20m, o quarto com distancia de 27,06m, e o quinto com distancia de 12,00m, ambos confrontando com Avenida Patrocínio Manoel dos Santos;

OESTE: com Nove Lances, sendo o primeiro com distancia de 35,86m, confrontando com Olindina Alves Filho Costa (Contrato de Compra e Venda), o segundo com distancia de 42,77m, confrontando com Pedro Paulo de Souza (Escritura de Posse), o terceiro com distancia de 4,00m, confrontando com Avenida ganchos, o quarto distancia de 4,00m, confrontando com Avenida Ganchos, o quinto com distancia de 9,81m, o sexto com distancia de 7,29m, o sétimo com distancia de 72,34m, ambos confrontando com Biguaçu Transp. Coletivos Adm. e Part. Ltda (Matricula 2.627). O oitavo com distancia 23,98m, confrontando com Celina Renalda Kuhnen Garcia (Matricula 9.024), e o nono com distancia de 23,55m, confrontando com Maria Farias Quintino (Escritura de Posse);

DESCRIÇÃO DE PERÍMETRO

Partindo do Vértice V1, de Datum Sirgas 2000 e coordenadas UTM, N= 6.977.075,183m e E= 742.473,511m, segue-se com distancia de 15,78m, confrontando com Pedro José Crispim (Escritura Publica de Cessão de Direitos e Doação), até o vértice V2, de coordenadas, N= 6.977.071.929m e E= 742.488.957m, deste segue-se com distancia de 6,75m, confrontando com Pedro José Crispim (Escritura Publica de Cessão de Direitos e Doação), até o vértice V3, de coordenadas, N= 6.977.072.865m e E= 742.495.650m, deste segue-se com distância de 5,51m, confrontando com Pedro José Crispim (Escritura Publica de Cessão de Direitos e Doação), até o vértice V4, de coordenadas, N= 6.977.075.233m e E= 742.500.625m, deste segue-se com distancia de 26,76m, confrontando com Servidão Zilto Manoel Maia, até o vértice V5, de coordenadas, N= 6.977.051.562m e E= 742.513.106m, deste segue-se com distancia de 21,40m, confrontando com Servidão Zilto Manoel Maia, até o vértice V6, de coordenadas, N=6.977.031.877m e E= 742.521.517m, deste segue-se com distancia de 11,15m, confrontando com Servidão Zilto Manoel Maia, até o vértice V7, de coordenadas N= 6.977.020.749m e E= 742.522.331m, deste segue-se com distancia de 8,05m, confrontando com Servidão Zilto Manoel Maia, até o vértice V8, de coordenadas N= 6.977.012.730m e E= 742.521.604m, deste segue-se com distancia de 10,82m, confrontando com Servidão Zilto Manoel

Maia, até o vértice V9, de coordenadas N= 6.977.002.158m e E= 742.519.267m, deste segue-se com distancia de 10,11m, confrontando com Servidão Zilto Manoel Maia, até o vértice V10, de coordenadas N= 6.976.992,474m e E= 742.522.202m, deste segue-se com distancia de 4,42m, confrontando com Servidão Zilto Manoel Maia, até o vértice V11, de coordenadas N= 6.976.994.566m e E= 742.526.098m, deste segue-se com distancia de 28,27m, confrontando com Odi Antonio Marques (Escritura de Posse), até o vértice V12, de coordenadas N= 6.976.973.257m e E= 742.544.679m, deste segue-se com distancia de 13,59m, confrontando com Silvana Laureci Sagas Vicente (Escritura de Posse), até o vértice V13, de coordenadas N=6.976.962.896m e E= 742.553.627m, deste segue-se com distancia de 27,05m, confrontando com Paulo José Quadro (Contrato de Compra e Venda), até o vértice V14, de coordenadas N=6.976.944,141m e E=742.572,933m, deste segue-se com distancia de 38,11m, confrontando com Rua Julio Luiz de Azevedo, até o vértice V15, de coordenadas N= 6.976.907.640m e E= 742.562.206m, deste segue-se com distancia de 8,16m, confrontando com Rua Julio Luiz de Azevedo, até o vértice V16, de coordenadas N= 6.976.903.463m e E= 742.555.258m, deste segue-se com distancia de 37,20m, confrontando com Avenida Patrocínio Manoel dos Santos, até o vértice V17, de coordenadas N= 6.976.893.897m e E= 742.519.300m, deste segue-se com distancia de 27,06m, confrontando com Avenida Patrocínio Manoel dos Santos, até o vértice V18, de coordenadas N= 6.976.885,687m e E= 742.493,507m, deste segue-se com distancia de 12,00m, confrontando com Avenida Patrocínio Manoel dos Santos, até o vértice V19, de coordenadas N=6.976.882,047m e E=742.482,071m, deste segue-se com distancia de 35,86m, confrontando com Olindina Alves Filho Costa (Contrato de Compra e Venda), até o vértice V20, de coordenadas N= 6.976.914,581m e E= 742.464,777m, deste segue-se com distancia de 42,77m, confrontando com Pedro Paulo de Souza (Escritura de Posse), até o vértice V21, de coordenadas N=6.976.952,775m e E= 742.442,864m, deste segue-se com distancia de 4,00m, confrontando com Avenida Ganchos, até o vértice V22, de coordenadas N= 6.976.956.797m e E= 742.442.971m, deste segue-se com distancia de 4,00m, confrontando com Avenida Ganchos, até o vértice V23, de coordenadas N= 6.976.960.716m e E= 742.443.166m, deste segue-se com distancia de 9,81m, confrontando com Biguaçu Transp. Coletivos Adm. E Part. Ltda (Matricula 2.627), até o vértice V24, de coordenadas N= 6.976.957.465m e E= 742.452.425m, deste segue-se com distancia de 7,29m, confrontando com Biguaçu Transp. Coletivos Adm. E Part. Ltda (Matricula 2.627), até o vértice V25, de coordenadas N= 6.976.956,192m e E= 742.459.603m, deste segue-se com distancia de 72,34m, confrontando com Biguaçu Transp. Coletivos Adm. E Part. Ltda (Matricula 2.627), até o vértice V26, de coordenadas N= 6.977.027.755m e E= 742.470.760m, deste segue-se com distancia de 23,98m, confrontando com Celina Renalda Kuhnen Garcia (Matricula 9.024), até o vértice V27, de coordenadas N= 6.977.051.689m e E= 742.471.923m, deste segue-se com distancia de 23,55m, confrontando com Maria Farias Quintino (Escritura de Posse), até o vértice V1, inicio desta descrição perimétrica.

Art. 2º A finalidade da área desapropriada é para ampliação e humanização da Praça Central

Art. 3º Fica o Município de Governador Celso Ramos autorizado a proceder todos os atos necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º As despesas decorrentes deste Decreto correrá por conta do orçamento vigente.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 14 de outubro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 052/2016 - ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000052/16 de 25 de Outubro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

| | |
|---|----------|
| 06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA | |
| 06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA | |
| (071)3.3.90.00.00.00.00.2.014-0000 - Aplicacoes Diretas | 5.000,00 |
| Total Suplementação: | 5.000,00 |

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

| | |
|---|----------|
| 06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA | |
| 06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA | |
| (072)3.3.90.00.00.00.00.2.014-0001 - Aplicacoes Diretas | 5.000,00 |
| Total Anulação: | 5.000,00 |

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 25 de Outubro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 25 de Outubro de 2016.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO DF 053/2016 - ORÇAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000053/16 de 26 de Outubro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002026/15 de 17 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

| | |
|---|------------------|
| 03 - SECRETARIA DA ADMNISTRAÇÃO E FAZENDA | |
| 03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO | |
| (006)3.3.90.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas | 2.583,50 |
| 06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA | |
| 06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA | |
| (070)3.1.90.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas | 6.200,00 |
| (073)3.3.90.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas | 5.000,00 |
| (080)3.1.90.00.00.00.00.2.015-0019 - Aplicacoes Diretas | 4.000,00 |
| (093)3.1.90.00.00.00.00.2.017-0019 - Aplicacoes Diretas | 9.000,00 |
| (107)3.1.90.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas | 25.000,00 |
| (108)3.1.90.00.00.00.00.2.022-0018 - Aplicacoes Diretas | 18.000,00 |
| (110)3.3.90.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas | 4.000,00 |
| (116)3.1.90.00.00.00.00.2.024-0000 - Aplicacoes Diretas | 23.100,00 |
| 07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO | |
| 07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO | |
| (133)3.3.90.00.00.00.00.2.028-0000 - Aplicacoes Diretas | 1.000,00 |
| Total Suplementação: | 97.883,50 |

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

| | |
|---|-----------|
| 03 - SECRETARIA DA ADMNISTRAÇÃO E FAZENDA | |
| 03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO | |
| (007)3.3.93.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos | 2.010,00 |
| (008)4.4.90.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas | 573,50 |
| 06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA | |
| 06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA | |
| (069)3.1.90.00.00.00.00.2.014-0018 - Aplicacoes Diretas | 9.523,00 |
| (077)4.4.90.00.00.00.00.2.014-0019 - Aplicacoes Diretas | 1.677,00 |
| (079)3.1.90.00.00.00.00.2.015-0018 - Aplicacoes Diretas | 4.000,00 |
| (094)3.3.90.00.00.00.00.2.017-0019 - Aplicacoes Diretas | 9.000,00 |
| (111)3.3.90.00.00.00.00.2.022-0019 - Aplicacoes Diretas | 18.000,00 |
| (117)3.3.50.00.00.00.00.2.024-0000 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu | 9.500,00 |
| (118)3.3.90.00.00.00.00.2.024-0000 - Aplicacoes Diretas | 13.600,00 |
| (228)4.4.90.00.00.00.00.2.022-0001 - Aplicacoes Diretas | 29.000,00 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000053/16 de 26 de Outubro de 2016

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO

07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO

| | |
|---|----------|
| (134)4.4.90.00.00.00.00.2.028-0000 - Aplicacoes Diretas | 1.000,00 |
|---|----------|

| | |
|-----------------|-----------|
| Total Anulação: | 97.883,50 |
|-----------------|-----------|

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 26 de Outubro de 2016.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 26 de Outubro de 2016.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 07

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Guaraciaba
Secretaria Municipal de Assistência Social.

RESOLUÇÃO Nº 07/2016

Estabelece percentual dos recursos do SUAS, cofinanciados pelo governo federal, que poderão ser gastos no pagamento dos profissionais que integrarem a equipe de referência do Sistema Único de Assistência Social do município de Guaraciaba/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.742/93 e Lei Municipal nº 2549/2013, conforme Resolução CNAS nº17 de 21/09/2016 e em reunião extraordinária realizada no dia 24 de outubro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º O município poderá utilizar até 100% (cem por cento) dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social, destinados a execução das ações continuadas de assistência social, no pagamento dos profissionais que integrarem a equipe de referência do SUAS, conforme art. 6º-E da Lei 8.742/1993.

Parágrafo Único. A utilização na integralidade dos recursos oriundos do cofinanciamento federal para o pagamento de profissionais nos termos do caput não deverá acarretar prejuízo à qualidade, à continuidade e ao cofinanciamento das ações de assistência social em observância às normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba/SC, 24 de outubro de 2016.

Sueli Ludwig
Presidente do CMAS

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 44/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 44/2016 FMS
Processo Licitatório: 44/2016 FMS
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA PACIENTES DIABÉTICOS ATENDIDOS PELA FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM(SC).

Entrega dos Envelopes: 16/11/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 16/11/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 26 de outubro de 2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 80/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2016 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2016 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA AS MÁQUINAS PESADAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 146/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA, com sede na Rua Goiás, nº 318, bairro Vila Lenzi, em Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 78.538.899/0001-98.

Vigência: Início: 21/10/2016 Término: 20/10/2017.

| Fornecedor: 246760 - OFICINA MECANICA DE TRATORES SANTA CECILIA LTDA - EPP | | | | | |
|--|------|-----|--|----------------|-------------|
| Item | Qtd | Und | Descrição | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | 1000 | HR | SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DAS MÁQUINAS PESADAS DO SETOR DE INFRAESTRUTURA . | 68,50 | 68.500,00 |
| Total | | | | R\$68.500,00 | |

Guaramirim (SC), 26 de outubro de 2016.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO N.º 08/2016 FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO AO CONTRATO Nº 08/2016-FMAS

Processo Licitatório nº: 13/2016 – FMAS

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Contratada: ERROL PICKERING 54941474953, inscrito no CNPJ sob o nº 24.423.856/0001-38, estabelecida na Rua Alfredo Labes, nº 305, casa C, bairro Ressacada, cidade de Itajaí (SC).

Valor: R\$ 5.970,00 (cinco mil novecentos e setenta reais)

Data da Assinatura: 07/10/2016 Vigência: 31/12/2016

GUARAMIRIM (SC), 26/10/2016

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 583/2016

PORTARIA Nº. 583/2016

Nomeia Jéssica Maria Santos de Souza.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Jéssica Maria Santos de Souza, na função de Encarregada, vinculada à Secretaria de Esporte e Lazer, a partir de 24 de outubro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de outubro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 584/2016

PORTARIA Nº. 584/2016

Determina Arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº. 12/2015, instaurado pela Portaria nº. 693/2015.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a conclusão da instrução do processo administrativo disciplinar e perante as informações nele contido;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº. 12/2015, instaurado pela Portaria nº. 693/2015, em face do servidor A. P., matrícula 374920, Motorista de Automóvel/Furgão.

Art. 2º. Anotar-se-á nos assentos funcionais do servidor a existência do processo administrativo disciplinar.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 25 de outubro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

170/2016

DECRETO Nº 170/2016
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 30.870,00 (trinta mil, oitocentos e setenta reais), no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado a suplementação do seguinte item orçamentário:

01- CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:

01- Câmara Municipal de Vereadores:

Atividade: 0101.01.031.0001.2.001

3.1.90.00-00.00.604- Aplicações Diretas R\$ 30.780,00

Soma R\$ 30.780,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

01- CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:

01- Câmara Municipal de Vereadores:

Atividade: 0101.01.031.0001.2.001

3.3.50.00-00.00.010- Aplicações Diretas R\$ 4.870,00

4.4.90.00-00.00.010- Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

Soma R\$ 30.780,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,
26 de outubro de 2016.
JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

172/2016

DECRETO Nº 172/2016
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.455/15 de 26 de novembro de 2015.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, no exercício de 2016, destinado a suplementação do seguinte item orçamentário:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

07- Encargos Gerais do Município:

Atividade: 0407.08.243.0007.2.095

3.1.90.00-00.00.267- Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Soma R\$ 18.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

04- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA:

07- Encargos Gerais do Município:

Atividade: 0407.08.243.0007.2.095

3.3.90.00-00.00.267- Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Soma R\$ 18.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,
26 de outubro de 2016.
JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Claudio Inácio Weschenfelder
Secretário Administração e Fazenda

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 169_2016

DECRETO Nº 169/2016, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES (ANTES DOS RECURSOS) RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições (Antes dos recursos) relativas ao Edital de Processo Seletivo Edital nº 002/2016 do Município de Guarujá do Sul – SC, conforme segue:

| Agente de Apoio Operacional | | | |
|--|--------|-----------------------------------|--------------------|
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 460417 | Nelson Mendes da Silva Andrade | DEFERIDA |
| 2 | 460421 | Niusa Davies | DEFERIDA |
| 3 | 462046 | Seloir Da Silva | DEFERIDA |
| 4 | 458425 | Tatiane Alves Siqueira Beber | DEFERIDA |
| 5 | 460871 | Veronice Fatima Dos Santos Santin | DEFERIDA |
| | | | |
| Educação Especial - SAEDE - Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 454313 | Carla Maria Schossler Bremm | DEFERIDA |
| 2 | 461355 | Dalticleia Soares Machado Wolfart | DEFERIDA |
| 3 | 458528 | Giovana Cristina Breier Miola | DEFERIDA |
| | | | |
| Educação Especial – SAEDE - Não Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 459539 | Diane Roseli Sprandel | DEFERIDA |
| | | | |
| Intérprete de Libras - Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 458513 | Giovana Cristina Breier Miola | DEFERIDA |
| | | | |
| Intérprete de Libras - Não Habilitado | | | |
| Não há candidatos deferidos neste cargo. | | | |
| | | | |
| Monitor de Creche | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 460898 | Abigail Ruedell Vaz | DEFERIDA |
| 2 | 461905 | Cristiane Maria Bolgenhagen | DEFERIDA |
| 3 | 457191 | Idiane Perosso | DEFERIDA |
| 4 | 462050 | Iohana Eloise Weiss | DEFERIDA |
| 5 | 462062 | Irene Regina Parmegiani | DEFERIDA |
| 6 | 460921 | Jessica Daiane De Campos Stefan | DEFERIDA |
| 7 | 455871 | Jucimiriam Costa Welter | DEFERIDA |
| 8 | 459804 | Lais Tatiane Pereira De Oliveira | DEFERIDA |
| 9 | 459559 | Luiza Helena Kuhn | DEFERIDA |
| 10 | 460544 | Micheli Carla Sartori | DEFERIDA |
| 11 | 462066 | Patricia Bernardi | DEFERIDA |
| 12 | 458533 | Vanessa Ines De Bortoli | DEFERIDA |
| | | | |

Professor de Artes - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|--------------------|--------------------|
| 1 | 459107 | Cristiane Ely | DEFERIDA |
| 2 | 454104 | Mirna Araujo Muniz | DEFERIDA |
| | | | |

Professor de Artes - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|------------------------------|--------------------|
| 1 | 455017 | Marisa Elena Welter Reinisch | DEFERIDA |
| | | | |

Professor de Ciências - Habilitado

Não há candidatos deferidos neste cargo.

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
|--|--|--|--|

Professor de Ciências - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|------------------------------|--------------------|
| 1 | 452998 | Anaquel Deliberal Debortolli | DEFERIDA |
| 2 | 458530 | Christofer Seara | DEFERIDA |
| | | | |

Professor de Educação Física - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|----------------------------|--------------------|
| 1 | 462047 | Ana Paula Goncalves | DEFERIDA |
| 2 | 455849 | Carla Cristina Ludwig | DEFERIDA |
| 3 | 456108 | Fernando Rangel | DEFERIDA |
| 4 | 452706 | Giovani Macedo | DEFERIDA |
| 5 | 454999 | Gustavo Andrioli | DEFERIDA |
| 6 | 461478 | Karen Zanetti Bizotto | DEFERIDA |
| 7 | 459434 | Leandro Schein | DEFERIDA |
| 8 | 457438 | Luana Cristina Schmidt | DEFERIDA |
| 9 | 461750 | Marqueli Petry Weber | DEFERIDA |
| 10 | 454766 | Neiva Maria Willers Kummer | DEFERIDA |
| 11 | 460476 | Osvaldo Odair Urban | DEFERIDA |
| 12 | 461200 | Samara Borille | DEFERIDA |
| 13 | 452387 | Sibeli Vettorazzi | DEFERIDA |
| | | | |

Professor de Educação Física - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|--------------------------------|--------------------|
| 1 | 453959 | Elton Cleydson Da Silva Mattos | DEFERIDA |
| | | | |

Professor de Educação Infantil - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|----------------------------|--------------------|
| 1 | 457801 | Cleide Luzia Gabriel | DEFERIDA |
| 2 | 461734 | Daiani Foretti | DEFERIDA |
| 3 | 461972 | Debora De Oliveira Perondi | DEFERIDA |
| 4 | 456277 | Denise Fatima Gubert | DEFERIDA |
| 5 | 459540 | Diane Roseli Sprandel | DEFERIDA |
| 6 | 460928 | Edina Seibel Backes | DEFERIDA |
| 7 | 456128 | Edinara Aparecida Spezia | DEFERIDA |
| 8 | 453641 | Elta Deon | DEFERIDA |
| 9 | 458445 | Geneci Klaus | DEFERIDA |

| | | | |
|----|--------|-----------------------------------|----------|
| 10 | 461854 | Iana Patricia Caramori | DEFERIDA |
| 11 | 459246 | Ione Terezinha Rosembach | DEFERIDA |
| 12 | 461841 | Janete Bernardy | DEFERIDA |
| 13 | 460215 | Janizes Ana Zanata | DEFERIDA |
| 14 | 462034 | Mariglaucia Borille | DEFERIDA |
| 15 | 457341 | Sandra Aparecida Dos Santos | DEFERIDA |
| 16 | 457077 | Sandra Luiza Back | DEFERIDA |
| 17 | 454114 | Silene Agueda Etges | DEFERIDA |
| 18 | 461912 | Susana De Fatima Cattani Da Silva | DEFERIDA |
| 19 | 454226 | Tatiane Daniela Sprandel Caramori | DEFERIDA |
| | | | |

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|---|--------------------|
| 1 | 456287 | Carla Claudia Dos Santos | DEFERIDA |
| 2 | 453550 | Cleonara De Lima Vieira | DEFERIDA |
| 3 | 457677 | Deisi Gralow | DEFERIDA |
| 4 | 453094 | Jessica Luiza Klaus | DEFERIDA |
| 5 | 456983 | Karline Elizabete Back | DEFERIDA |
| 6 | 461808 | Lucia Collmam Tortora | DEFERIDA |
| 7 | 454076 | Neide Silvane Bencke Brandenburg Lermen | DEFERIDA |
| 8 | 454744 | Thalia Kraemer | DEFERIDA |
| | | | |

Professor de Ensino Fundamental Series Iniciais - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|------------------------------------|--------------------|
| 1 | 459336 | Claudiane Pauli | DEFERIDA |
| 2 | 457685 | Cleci Maria Polla | DEFERIDA |
| 3 | 461495 | Cleidi Da Rosa Alves | DEFERIDA |
| 4 | 456367 | Cleusa De Fatima Telles Fantinelli | DEFERIDA |
| 5 | 461735 | Daiani Foretti | DEFERIDA |
| 6 | 461968 | Debora De Oliveira Perondi | DEFERIDA |
| 7 | 456129 | Edinara Aparecida Spezia | DEFERIDA |
| 8 | 457450 | Elisandra Dos Reis | DEFERIDA |
| 9 | 461799 | Greici Kely Muller | DEFERIDA |
| 10 | 461855 | Iana Patricia Caramori | DEFERIDA |
| 11 | 461536 | Ivandra Maria Savariz De Oliveira | DEFERIDA |
| 12 | 458521 | Janete Bernardy | DEFERIDA |
| 13 | 460786 | Juliana Seibel Freddi | DEFERIDA |
| 14 | 461542 | Marcia Ines Panzenhagen Pinheiro | DEFERIDA |
| 15 | 456921 | Maria Terezinha Lazzari | DEFERIDA |
| 16 | 460960 | Roseli De Fatima Martini | DEFERIDA |
| 17 | 454115 | Silene Agueda Etges | DEFERIDA |
| 18 | 461488 | Sueli Conceicao Da Silva | DEFERIDA |
| 19 | 461925 | Tatiana Cichelero | DEFERIDA |
| 20 | 454227 | Tatiane Daniela Sprandel Caramori | DEFERIDA |
| 21 | 457488 | Vanessa Caroline Kuhn | DEFERIDA |
| | | | |

Professor de Ensino Fundamental Series Iniciais - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|-------|-----------|--------------------|
|----|-------|-----------|--------------------|

| | | | |
|---|--------|---|----------|
| 1 | 453083 | Caroline Mortari | DEFERIDA |
| 2 | 453095 | Jessica Luiza Klaus | DEFERIDA |
| 3 | 461996 | Jossiane Andrade Couto | DEFERIDA |
| 4 | 456984 | Karline Elizabete Back | DEFERIDA |
| 5 | 460111 | Maieli Nicole Kerkhoven | DEFERIDA |
| 6 | 454077 | Neide Silvane Bencke Brandenburg Lermen | DEFERIDA |
| 7 | 462052 | Rafaela Lais Klaus | DEFERIDA |
| 8 | 462135 | Rosenilda Da Silva | DEFERIDA |
| | | | |

Professor de Espanhol - Habilitado

Não há candidatos deferidos neste cargo.

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
|--|--|--|--|

Professor de Espanhol - Não Habilitado

Não há candidatos deferidos neste cargo.

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
|--|--|--|--|

Professor de Geografia - Habilitado

Não há candidatos deferidos neste cargo.

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
|--|--|--|--|

Professor de Geografia - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|------------------------------|--------------------|
| 1 | 453084 | Caroline Mortari | DEFERIDA |
| 2 | 461328 | Maristela Piva Siebeneichler | DEFERIDA |
| | | | |

Professor de História - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|---------------------------|--------------------|
| 1 | 455758 | Gabriela Garcia De Mattos | DEFERIDA |
| | | | |

Professor de História - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|-------------------|--------------------|
| 1 | 461520 | Edina Albrecht | DEFERIDA |
| 2 | 454228 | Eduarda Limberger | DEFERIDA |
| 3 | 462093 | Salete Klaus | DEFERIDA |
| | | | |

Professor de Informática - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|--------------------------------|--------------------|
| 1 | 452962 | Andreia Salete Mayer Eberhardt | DEFERIDA |
| 2 | 457684 | Bruna Cristina Maziero | DEFERIDA |
| 3 | 453378 | Felipe Balbinotti Recalcati | DEFERIDA |
| 4 | 455759 | Gabriela Garcia De Mattos | DEFERIDA |
| 5 | 461873 | Maria Regina Batista Da Silva | DEFERIDA |
| 6 | 461869 | Marta Wuicic | DEFERIDA |
| 7 | 458959 | Matias Fusieger | DEFERIDA |
| 8 | 459221 | Romulo Schernikau | DEFERIDA |
| 9 | 453407 | Simone Bianchin | DEFERIDA |
| | | | |

Professor de Informática - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|------------------|--------------------|
| 1 | 458531 | Christofer Seara | DEFERIDA |

| Professor de Inglês - Habilitado | | | |
|--|--------|-------------------------------------|--------------------|
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 457676 | Vanessa Trevisol | DEFERIDA |
| | | | |
| Professor de Inglês - Não Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 459277 | Casiane Cristina Sbardelotto Salles | DEFERIDA |
| 2 | 461521 | Edina Albrecht | DEFERIDA |
| 3 | 457378 | Luiz Carlos Stroher | DEFERIDA |
| | | | |
| Professor de Matemática - Habilitado | | | |
| Não há candidatos deferidos neste cargo. | | | |
| | | | |
| Professor de Matemática - Não Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 453041 | Carina Aparecida Lemes De Souza | DEFERIDA |
| 2 | 461298 | Laercio Rauber | DEFERIDA |
| | | | |
| Professor de Português - Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 461852 | Iliete Martins | DEFERIDA |
| 2 | 455609 | Luiz Carlos Stroher | DEFERIDA |
| 3 | 461853 | Marciele Dreyer Schneider | DEFERIDA |
| 4 | 455053 | Patricia Jaqueline Schneider | DEFERIDA |
| 5 | 462095 | Raquelly Taube | DEFERIDA |
| 6 | 460539 | Vanderlisse Ribeiro Alves | DEFERIDA |
| | | | |
| Professor de Português - Não Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 459278 | Casiane Cristina Sbardelotto Salles | DEFERIDA |
| 2 | 461940 | Eliane Aparecida Almeida Cintra | DEFERIDA |
| | | | |
| Psicopedagogo - Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 454331 | Gisele Aparecida Da Veiga | DEFERIDA |
| 2 | 461403 | Marciele Huning Dos Santos | DEFERIDA |
| | | | |
| Psicopedagogo - Não Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 461979 | Rafaela Lais Klaus | DEFERIDA |
| | | | |
| Segundo Professor de Turma - Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 456525 | Angela Cristina Both | DEFERIDA |
| 2 | 456682 | Beatriz De Mello Martini | DEFERIDA |
| 3 | 460323 | Carla Ines Rosenbach | DEFERIDA |
| 4 | 454314 | Carla Maria Schossler Bremm | DEFERIDA |

| | | | |
|----|--------|-----------------------------------|----------|
| 5 | 459337 | Claudiane Pauli | DEFERIDA |
| 6 | 457686 | Cleci Maria Polla | DEFERIDA |
| 7 | 457802 | Cleide Luzia Gabriel | DEFERIDA |
| 8 | 461496 | Cleidi Da Rosa Alves | DEFERIDA |
| 9 | 461356 | Dalticleia Soares Machado Wolfart | DEFERIDA |
| 10 | 460929 | Edina Seibel Backes | DEFERIDA |
| 11 | 457451 | Elisandra Dos Reis | DEFERIDA |
| 12 | 453632 | Elta Deon | DEFERIDA |
| 13 | 458915 | Geneci Klaus | DEFERIDA |
| 14 | 459242 | Ione Terezinha Rosembach | DEFERIDA |
| 15 | 461537 | Ivandra Maria Savariz De Oliveira | DEFERIDA |
| 16 | 460216 | Janizes Ana Zanata | DEFERIDA |
| 17 | 460787 | Juliana Seibel Freddi | DEFERIDA |
| 18 | 460961 | Roseli De Fatima Martini | DEFERIDA |
| 19 | 457078 | Sandra Luiza Back | DEFERIDA |
| 20 | 461474 | Sueli Conceicao Da Silva | DEFERIDA |
| 21 | 461926 | Tatiana Cichelero | DEFERIDA |
| 22 | 457489 | Vanessa Caroline Kuhn | DEFERIDA |
| | | | |

Segundo Professor de Turma - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|-----------------|--------------------|
| 1 | 461749 | Fernanda Seibel | DEFERIDA |
| | | | |

Treinador Esportivo - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|-------------------|--------------------|
| 1 | 453919 | Andrigo Krewer | DEFERIDA |
| 2 | 456109 | Fernando Rangel | DEFERIDA |
| 3 | 452707 | Giovani Macedo | DEFERIDA |
| 4 | 455000 | Gustavo Andrioli | DEFERIDA |
| 5 | 459435 | Leandro Schein | DEFERIDA |
| 6 | 462110 | Peter Mattos Drey | DEFERIDA |
| 7 | 461201 | Samara Borille | DEFERIDA |

Art. 2º. Por este decreto ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 002/2016, do Município de Guarujá do Sul – SC, as seguintes inscrições:

Agente de Apoio Operacional

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|---------------|--|
| 1 | 461732 | Luis Butinski | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 2 | 454845 | Rodrigo Cunha | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| | | | |

Educação Especial - SAEDE - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|--------------------------|-------------------------|
| 1 | 453994 | Sueli Conceicao Da Silva | Anulada pelo candidato. |
| | | | |

Educação Especial – SAEDE - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|---------------------------|--|
| 1 | 461171 | Rosangela Fatima Da Silva | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| | | | |

Intérprete de Libras - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|-------------------------------|--|
| 1 | 455913 | Edilene Aroni | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 2 | 453191 | Giovana Cristina Breier Miola | Anulada pelo candidato. |
| | | | |

Intérprete de Libras - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|----------------|--|
| 1 | 458784 | Joceli Zanetti | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| | | | |

Monitor de Creche

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|----------------------------------|--|
| 1 | 460503 | Andressa Martins Franco Da Silva | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 2 | 460502 | Jessica Mayara Wolfart | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 3 | 458431 | Joseane Alves De Siqueira Beber | Anulada pelo candidato. |
| 4 | 458974 | Larissa Barth Vinciguerra | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| | | | |

Professor de Artes - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|-----------------------------|--|
| 1 | 453046 | Deise Ially Ferderle Santos | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| | | | |

Professor de Artes - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|----------------|--|
| 1 | 454622 | Tatiane Debona | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| | | | |

Professor de Ciências - Habilitado

Não há candidatos indeferidos neste cargo.

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
|--|--|--|--|

Professor de Ciências - Não Habilitado

Não há candidatos indeferidos neste cargo.

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
|--|--|--|--|

Professor de Educação Física - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|-----------------------------|--|
| 1 | 453023 | Dainara Andres | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 2 | 455733 | Jaqueline Lazzari | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 3 | 453047 | Jorge Andre Ferderle Santos | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 4 | 461887 | Kamila Teles Coelho | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 5 | 461899 | Marcos Santos Pereira | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 6 | 453135 | Paulo Roberto Silva Santos | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 7 | 459048 | Siliane Sinhori Schmitz | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 8 | 461949 | Suely Decarli | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| | | | |

Professor de Educação Física - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|--------------------------------|--|
| 1 | 461824 | Flavio Aguiar Prestes Nogueira | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 2 | 456511 | Mateus Rodrigo Leidens | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| | | | |

Professor de Educação Infantil - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|-------|-----------|--------------------|
|----|-------|-----------|--------------------|

| | | | |
|---|--------|-----------------------------|--|
| 1 | 456681 | Beatriz De Mello Martini | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 2 | 454330 | Gisele Aparecida Da Veiga | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 3 | 456975 | Janes Paula Dos Santos | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 4 | 456192 | Janizes Ana Zanata | Anulada pelo candidato. |
| 5 | 454623 | Mara De Re | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 6 | 461742 | Pamela Souza Pereira | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 7 | 453995 | Sueli Conceicao Da Silva | Anulada pelo candidato. |
| 8 | 455543 | Veridiane Moraes De Bairros | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| | | | |

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|-----------------------------------|--|
| 1 | 461129 | Ana Paula Marques Kappes Vogel | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 2 | 460529 | Cristiane Maria Bolgenhagen | Anulada pelo candidato. |
| 3 | 460829 | Gabrieli Sampaio | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 4 | 453582 | Irene Regina Parmegiani | Anulada pelo candidato. |
| 5 | 458524 | Janete Bernardy | Anulada pelo candidato. |
| 6 | 460130 | Magna Alecia Dorneles De Carvalho | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 7 | 456827 | Mara Regina Deves Budtinger | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 8 | 453571 | Patricia Bernardi | Anulada pelo candidato. |
| | | | |

Professor de Ensino Fundamental Series Iniciais - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|-----------------------------|--|
| 1 | 458316 | Franciele Da Rosa | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 2 | 458449 | Geneci Klaus | Anulada pelo candidato. |
| 3 | 456976 | Janes Paula Dos Santos | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 4 | 456193 | Janizes Ana Zanata | Anulada pelo candidato. |
| 5 | 461803 | Juliana Both Maldaner | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 6 | 454624 | Mara De Re | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 7 | 462035 | Mariglaucia Borille | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 8 | 453997 | Sueli Conceicao Da Silva | Anulada pelo candidato. |
| 9 | 455544 | Veridiane Moraes De Bairros | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| | | | |

Professor de Ensino Fundamental Series Iniciais - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|--------------------------------|--|
| 1 | 461130 | Ana Paula Marques Kappes Vogel | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 2 | 460530 | Cristiane Maria Bolgenhagen | Anulada pelo candidato. |
| 3 | 460830 | Gabrieli Sampaio | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 4 | 453573 | Patricia Bernardi | Anulada pelo candidato. |
| | | | |

Professor de Espanhol - Habilitado

Não há candidatos indeferidos neste cargo.

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
|--|--|--|--|

Professor de Espanhol - Não Habilitado

Não há candidatos indeferidos neste cargo.

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
|--|--|--|--|

Professor de Geografia - Habilitado

Não há candidatos indeferidos neste cargo.

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
|--|--|--|--|

Professor de Geografia - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|-------------------------|--|
| 1 | 458296 | Cleitiane Maria Kessler | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 2 | 457890 | Gesica Dinamara Hoesel | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| | | | |

Professor de História - Habilitado

Não há candidatos indeferidos neste cargo.

Professor de História - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|------------------------------|--|
| 1 | 454073 | Angela Maria Borssatti | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 2 | 461555 | Dalto Batista Dos Santos | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 3 | 454693 | Geovane Luiz Ribeiro Barbosa | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 4 | 461460 | Vanderlei Festner | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| | | | |

Professor de Informática - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|-------------------------|--|
| 1 | 461867 | Marta Wuicic | Anulada pelo candidato. |
| 2 | 453260 | Tiago Strege Dos Santos | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| | | | |

Professor de Informática - Não Habilitado

Não há candidatos indeferidos neste cargo.

Professor de Inglês - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|------------------|-------------------------|
| 1 | 456590 | Vanessa Trevisol | Anulada pelo candidato. |
| | | | |

Professor de Inglês - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|------------------------|--|
| 1 | 454607 | Evelyn Gnoatto Machado | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| | | | |

Professor de Matemática - Habilitado

Não há candidatos indeferidos neste cargo.

Professor de Matemática - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|----------------|-------------------------|
| 1 | 461947 | Iliete Martins | Anulada pelo candidato. |
| | | | |

Professor de Português - Habilitado

Não há candidatos indeferidos neste cargo.

Professor de Português - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|-----------------------------|--|
| 1 | 455104 | Deise Darlei Costa Da Silva | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 2 | 455101 | Deise Darlei Costa Da Silva | Anulada pelo candidato. |
| | | | |

Psicopedagogo - Habilitado

Não há candidatos indeferidos neste cargo.

| Psicopedagogo - Não Habilitado | | | |
|---|--------|------------------------------------|--|
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 454143 | Aline Carla Menegotto | Anulada pelo candidato. |
| 2 | 454193 | Prescila Elena Moreira | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 3 | 454188 | Prescila Elena Moreira | Anulada pelo candidato. |
| | | | |
| Segundo Professor de Turma - Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 452947 | Camila Regina Kummer Brum | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 2 | 456477 | Cleusa De Fatima Telles Fantinelli | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 3 | 458317 | Franciele Da Rosa | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 4 | 458514 | Giovana Cristina Breier Miola | Anulada pelo candidato. |
| 5 | 458522 | Janete Bernardy | Anulada pelo candidato. |
| 6 | 461804 | Juliana Both Maldaner | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 7 | 458442 | Marcia Ines Panzenhagen Pinheiro | Anulada pelo candidato. |
| | | | |
| Segundo Professor de Turma - Não Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 454139 | Aline Carla Menegotto | Anulada pelo candidato. |
| 2 | 461857 | Claudinara Da Silva | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 3 | 460935 | Eliane Da Silva Sertorio | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 4 | 460131 | Magna Alecia Dorneles De Carvalho | INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital. |
| 5 | 461980 | Rafaela Lais Klaus | Anulada pelo candidato. |
| | | | |
| Treinador Esportivo - Habilitado | | | |
| Não há candidatos indeferidos neste cargo. | | | |

Art. 3º. Os candidatos com as inscrições indeferidas terão do dia 21.10 a 24.10.2016 para interpor recurso pelo site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em, 20 de outubro de 2016 - Certifique-se. Registre-se. Publique-se.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 171_2016

DECRETO Nº 171/2016, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES (APÓS OS RECURSOS) RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições (Após os recursos) relativas ao Edital de Processo Seletivo Edital nº 002/2016 do Município de Guarujá do Sul – SC, conforme segue:

| Agente de Apoio Operacional | | | |
|-----------------------------|--------|--------------------------------|--------------------|
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 460417 | Nelson Mendes da Silva Andrade | HOMOLOGADA |
| 2 | 460421 | Niusa Davies | HOMOLOGADA |
| 3 | 462046 | Seloir Da Silva | HOMOLOGADA |

| | | | |
|--|--------|-----------------------------------|--------------------|
| 4 | 458425 | Tatiane Alves Siqueira Beber | HOMOLOGADA |
| 5 | 460871 | Veronice Fatima Dos Santos Santin | HOMOLOGADA |
| | | | |
| Educação Especial - SAEDE - Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 454313 | Carla Maria Schossler Bremm | HOMOLOGADA |
| 2 | 461355 | Dalticleia Soares Machado Wolfart | HOMOLOGADA |
| 3 | 458528 | Giovana Cristina Breier Miola | HOMOLOGADA |
| | | | |
| Educação Especial – SAEDE - Não Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 459539 | Diane Roseli Sprandel | HOMOLOGADA |
| | | | |
| Intérprete de Libras - Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 458513 | Giovana Cristina Breier Miola | HOMOLOGADA |
| | | | |
| Intérprete de Libras - Não Habilitado | | | |
| Não há candidatos deferidos neste cargo. | | | |
| | | | |
| Monitor de Creche | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 460898 | Abigail Ruedell Vaz | HOMOLOGADA |
| 2 | 461905 | Cristiane Maria Bolgenhagen | HOMOLOGADA |
| 3 | 457191 | Idiane Perosso | HOMOLOGADA |
| 4 | 462050 | Iohana Eloise Weiss | HOMOLOGADA |
| 5 | 462062 | Irene Regina Parmegiani | HOMOLOGADA |
| 6 | 460921 | Jessica Daiane De Campos Stefan | HOMOLOGADA |
| 7 | 455871 | Jucimiriam Costa Welter | HOMOLOGADA |
| 8 | 459804 | Lais Tatiane Pereira De Oliveira | HOMOLOGADA |
| 9 | 459559 | Luiza Helena Kuhn | HOMOLOGADA |
| 10 | 460544 | Micheli Carla Sartori | HOMOLOGADA |
| 11 | 462066 | Patricia Bernardi | HOMOLOGADA |
| 12 | 458533 | Vanessa Ines De Bortoli | HOMOLOGADA |
| | | | |
| Professor de Artes - Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 459107 | Cristiane Ely | HOMOLOGADA |
| 2 | 454104 | Mirna Araujo Muniz | HOMOLOGADA |
| | | | |
| Professor de Artes - Não Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 455017 | Marisa Elena Welter Reinisch | HOMOLOGADA |
| | | | |
| Professor de Ciências - Habilitado | | | |
| Não há candidatos deferidos neste cargo. | | | |
| | | | |
| Professor de Ciências - Não Habilitado | | | |

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|------------------------------|--------------------|
| 1 | 452998 | Anaquel Deliberal Debortolli | HOMOLOGADA |
| 2 | 458530 | Christofer Seara | HOMOLOGADA |
| | | | |

Professor de Educação Física - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|----------------------------|--------------------|
| 1 | 462047 | Ana Paula Goncalves | HOMOLOGADA |
| 2 | 455849 | Carla Cristina Ludwig | HOMOLOGADA |
| 3 | 456108 | Fernando Rangel | HOMOLOGADA |
| 4 | 452706 | Giovani Macedo | HOMOLOGADA |
| 5 | 454999 | Gustavo Andrioli | HOMOLOGADA |
| 6 | 461478 | Karen Zanetti Bizotto | HOMOLOGADA |
| 7 | 459434 | Leandro Schein | HOMOLOGADA |
| 8 | 457438 | Luana Cristina Schmidt | HOMOLOGADA |
| 9 | 461750 | Marqueli Petry Weber | HOMOLOGADA |
| 10 | 454766 | Neiva Maria Willers Kummer | HOMOLOGADA |
| 11 | 460476 | Osvaldo Odair Urban | HOMOLOGADA |
| 12 | 461200 | Samara Borille | HOMOLOGADA |
| 13 | 452387 | Sibeli Vettorazzi | HOMOLOGADA |
| | | | |

Professor de Educação Física - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|--------------------------------|--------------------|
| 1 | 453959 | Elton Cleydson Da Silva Mattos | HOMOLOGADA |
| | | | |

Professor de Educação Infantil - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|-----------------------------------|--------------------|
| 1 | 457801 | Cleide Luzia Gabriel | HOMOLOGADA |
| 2 | 461734 | Daiani Foretti | HOMOLOGADA |
| 3 | 461972 | Debora De Oliveira Perondi | HOMOLOGADA |
| 4 | 456277 | Denise Fatima Gubert | HOMOLOGADA |
| 5 | 459540 | Diane Roseli Sprandel | HOMOLOGADA |
| 6 | 460928 | Edina Seibel Backes | HOMOLOGADA |
| 7 | 456128 | Edinara Aparecida Spezia | HOMOLOGADA |
| 8 | 453641 | Elta Deon | HOMOLOGADA |
| 9 | 458445 | Geneci Klaus | HOMOLOGADA |
| 10 | 461854 | Iana Patricia Caramori | HOMOLOGADA |
| 11 | 459246 | Ione Terezinha Rosembach | HOMOLOGADA |
| 12 | 461841 | Janete Bernardy | HOMOLOGADA |
| 13 | 460215 | Janizes Ana Zanata | HOMOLOGADA |
| 14 | 462034 | Mariglaucia Borille | HOMOLOGADA |
| 15 | 457341 | Sandra Aparecida Dos Santos | HOMOLOGADA |
| 16 | 457077 | Sandra Luiza Back | HOMOLOGADA |
| 17 | 454114 | Silene Agueda Etges | HOMOLOGADA |
| 18 | 461912 | Susana De Fatima Cattani Da Silva | HOMOLOGADA |
| 19 | 454226 | Tatiane Daniela Sprandel Caramori | HOMOLOGADA |
| | | | |

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|-------|-----------|--------------------|
|----|-------|-----------|--------------------|

| | | | |
|---|--------|---|------------|
| 1 | 456287 | Carla Claudia Dos Santos | HOMOLOGADA |
| 2 | 453550 | Cleonara De Lima Vieira | HOMOLOGADA |
| 3 | 457677 | Deisi Gralow | HOMOLOGADA |
| 4 | 453094 | Jessica Luiza Klaus | HOMOLOGADA |
| 5 | 456983 | Karline Elizabete Back | HOMOLOGADA |
| 6 | 461808 | Lucia Collmam Tortora | HOMOLOGADA |
| 7 | 454076 | Neide Silvane Bencke Brandenburg Lermen | HOMOLOGADA |
| 8 | 454744 | Thalia Kraemer | HOMOLOGADA |
| | | | |

Professor de Ensino Fundamental Series Iniciais - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|------------------------------------|--------------------|
| 1 | 459336 | Claudiane Pauli | HOMOLOGADA |
| 2 | 457685 | Cleci Maria Polla | HOMOLOGADA |
| 3 | 461495 | Cleidi Da Rosa Alves | HOMOLOGADA |
| 4 | 456367 | Cleusa De Fatima Telles Fantinelli | HOMOLOGADA |
| 5 | 461735 | Daiani Foretti | HOMOLOGADA |
| 6 | 461968 | Debora De Oliveira Perondi | HOMOLOGADA |
| 7 | 456129 | Edinara Aparecida Spezia | HOMOLOGADA |
| 8 | 457450 | Elisandra Dos Reis | HOMOLOGADA |
| 9 | 461799 | Greici Kely Muller | HOMOLOGADA |
| 10 | 461855 | Iana Patricia Caramori | HOMOLOGADA |
| 11 | 461536 | Ivandra Maria Savariz De Oliveira | HOMOLOGADA |
| 12 | 458521 | Janete Bernardy | HOMOLOGADA |
| 13 | 460786 | Juliana Seibel Freddi | HOMOLOGADA |
| 14 | 461542 | Marcia Ines Panzenhagen Pinheiro | HOMOLOGADA |
| 15 | 456921 | Maria Terezinha Lazzari | HOMOLOGADA |
| 16 | 460960 | Roseli De Fatima Martini | HOMOLOGADA |
| 17 | 454115 | Silene Agueda Etges | HOMOLOGADA |
| 18 | 461488 | Sueli Conceicao Da Silva | HOMOLOGADA |
| 19 | 461925 | Tatiana Cichelero | HOMOLOGADA |
| 20 | 454227 | Tatiane Daniela Sprandel Caramori | HOMOLOGADA |
| 21 | 457488 | Vanessa Caroline Kuhn | HOMOLOGADA |
| | | | |

Professor de Ensino Fundamental Series Iniciais - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|---|--------------------|
| 1 | 453083 | Caroline Mortari | HOMOLOGADA |
| 2 | 453095 | Jessica Luiza Klaus | HOMOLOGADA |
| 3 | 461996 | Jossiane Andrade Couto | HOMOLOGADA |
| 4 | 456984 | Karline Elizabete Back | HOMOLOGADA |
| 5 | 460111 | Maieli Nicole Kerkhoven | HOMOLOGADA |
| 6 | 454077 | Neide Silvane Bencke Brandenburg Lermen | HOMOLOGADA |
| 7 | 462052 | Rafaela Lais Klaus | HOMOLOGADA |
| 8 | 462135 | Rosenilda Da Silva | HOMOLOGADA |
| | | | |

Professor de Espanhol - Habilitado

Não há candidatos deferidos neste cargo.

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
|--|--|--|--|

Professor de Espanhol - Não Habilitado



Não há candidatos deferidos neste cargo.

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
|--|--|--|--|

Professor de Geografia - Habilitado

Não há candidatos deferidos neste cargo.

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
|--|--|--|--|

Professor de Geografia - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|------------------------------|--------------------|
| 1 | 453084 | Caroline Mortari | HOMOLOGADA |
| 2 | 461328 | Maristela Piva Siebeneichler | HOMOLOGADA |
| | | | |

Professor de História - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|---------------------------|--------------------|
| 1 | 455758 | Gabriela Garcia De Mattos | HOMOLOGADA |
| | | | |

Professor de História - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|-------------------|--------------------|
| 1 | 461520 | Edina Albrecht | HOMOLOGADA |
| 2 | 454228 | Eduarda Limberger | HOMOLOGADA |
| 3 | 462093 | Salete Klaus | HOMOLOGADA |
| | | | |

Professor de Informática - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|--------------------------------|--------------------|
| 1 | 452962 | Andreia Salete Mayer Eberhardt | HOMOLOGADA |
| 2 | 457684 | Bruna Cristina Maziero | HOMOLOGADA |
| 3 | 453378 | Felipe Balbinotti Recalcati | HOMOLOGADA |
| 4 | 455759 | Gabriela Garcia De Mattos | HOMOLOGADA |
| 5 | 461873 | Maria Regina Batista Da Silva | HOMOLOGADA |
| 6 | 461869 | Marta Wuicic | HOMOLOGADA |
| 7 | 458959 | Matias Fusieger | HOMOLOGADA |
| 8 | 459221 | Romulo Schernikau | HOMOLOGADA |
| 9 | 453407 | Simone Bianchin | HOMOLOGADA |
| | | | |

Professor de Informática - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|------------------|--------------------|
| 1 | 458531 | Christofer Seara | HOMOLOGADA |
| | | | |

Professor de Inglês - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|------------------|--------------------|
| 1 | 457676 | Vanessa Trevisol | HOMOLOGADA |
| | | | |

Professor de Inglês - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|-------------------------------------|--------------------|
| 1 | 459277 | Casiane Cristina Sbardelotto Salles | HOMOLOGADA |
| 2 | 461521 | Edina Albrecht | HOMOLOGADA |
| 3 | 457378 | Luiz Carlos Stroher | HOMOLOGADA |
| | | | |

Professor de Matemática - Habilitado

Não há candidatos deferidos neste cargo.

| | | | |
|--|--------|-------------------------------------|--------------------|
| | | | |
| Professor de Matemática - Não Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 453041 | Carina Aparecida Lemes De Souza | HOMOLOGADA |
| 2 | 461298 | Laercio Rauber | HOMOLOGADA |
| | | | |
| Professor de Português - Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 461852 | Iliete Martins | HOMOLOGADA |
| 2 | 455609 | Luiz Carlos Stroher | HOMOLOGADA |
| 3 | 461853 | Marciele Dreyer Schneider | HOMOLOGADA |
| 4 | 455053 | Patricia Jaqueline Schneider | HOMOLOGADA |
| 5 | 462095 | Raquelly Taube | HOMOLOGADA |
| 6 | 460539 | Vanderlisse Ribeiro Alves | HOMOLOGADA |
| | | | |
| Professor de Português - Não Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 459278 | Casiane Cristina Sbardelotto Salles | HOMOLOGADA |
| 2 | 461940 | Eliane Aparecida Almeida Cintra | HOMOLOGADA |
| | | | |
| Psicopedagogo - Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 454331 | Gisele Aparecida Da Veiga | HOMOLOGADA |
| 2 | 461403 | Marciele Huning Dos Santos | HOMOLOGADA |
| | | | |
| Psicopedagogo - Não Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 461979 | Rafaela Lais Klaus | HOMOLOGADA |
| | | | |
| Segundo Professor de Turma - Habilitado | | | |
| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
| 1 | 456525 | Angela Cristina Both | HOMOLOGADA |
| 2 | 456682 | Beatriz De Mello Martini | HOMOLOGADA |
| 3 | 460323 | Carla Ines Rosenbach | HOMOLOGADA |
| 4 | 454314 | Carla Maria Schossler Bremm | HOMOLOGADA |
| 5 | 459337 | Claudiane Pauli | HOMOLOGADA |
| 6 | 457686 | Cleci Maria Polla | HOMOLOGADA |
| 7 | 457802 | Cleide Luzia Gabriel | HOMOLOGADA |
| 8 | 461496 | Cleidi Da Rosa Alves | HOMOLOGADA |
| 9 | 461356 | Dalticleia Soares Machado Wolfart | HOMOLOGADA |
| 10 | 460929 | Edina Seibel Backes | HOMOLOGADA |
| 11 | 457451 | Elisandra Dos Reis | HOMOLOGADA |
| 12 | 453632 | Elta Deon | HOMOLOGADA |
| 13 | 458915 | Geneci Klaus | HOMOLOGADA |
| 14 | 459242 | Ione Terezinha Rosembach | HOMOLOGADA |
| 15 | 461537 | Ivandra Maria Savariz De Oliveira | HOMOLOGADA |
| 16 | 460216 | Janizes Ana Zanata | HOMOLOGADA |
| 17 | 460787 | Juliana Seibel Freddi | HOMOLOGADA |

| | | | |
|----|--------|--------------------------|------------|
| 18 | 460961 | Roseli De Fatima Martini | HOMOLOGADA |
| 19 | 457078 | Sandra Luiza Back | HOMOLOGADA |
| 20 | 461474 | Sueli Conceicao Da Silva | HOMOLOGADA |
| 21 | 461926 | Tatiana Cichelero | HOMOLOGADA |
| 22 | 457489 | Vanessa Caroline Kuhn | HOMOLOGADA |
| | | | |

Segundo Professor de Turma - Não Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|-----------------|--------------------|
| 1 | 461749 | Fernanda Seibel | HOMOLOGADA |
| | | | |

Treinador Esportivo - Habilitado

| Nº | INSC. | CANDIDATO | SITUAÇÃO INSCRIÇÃO |
|----|--------|-------------------|--------------------|
| 1 | 453919 | Andrigo Krewer | HOMOLOGADA |
| 2 | 456109 | Fernando Rangel | HOMOLOGADA |
| 3 | 452707 | Giovani Macedo | HOMOLOGADA |
| 4 | 455000 | Gustavo Andrioli | HOMOLOGADA |
| 5 | 459435 | Leandro Schein | HOMOLOGADA |
| 6 | 462110 | Peter Mattos Drey | HOMOLOGADA |
| 7 | 461201 | Samara Borille | HOMOLOGADA |

Art. 2º. Foram homologadas todas as inscrições que atenderam as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 002/2016, do Município de Guarujá do Sul – SC.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em, 26 de outubro de 2016 - Certifique-se. Registre-se. Publique-se.
JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0017/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2016

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até seis de outubro de 2017, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos sete dias do mês de outubro de 2016, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para o eventual fornecimento de Gás Oxigênio Medicinal para uso na Secretaria Municipal de Saúde, inclusive UPA 24hs, com o fornecimento de Cilindros em comodato pelo período de 12, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 17.799.033/0001-46 neste ato representada pelo senhor NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal e a empresa OXIGÊNIO JOAÇABA COMÉRCIO DE GASES ATMOSFÉRICOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 07.174.735/0001-80 neste ato representada pelo seu sócio Administrador Juarez Cesar Parolin CPF: 828.408.149-00 em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2016, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2016, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

| Item | Descrição | Marca | Unidade | Quantidade Estimada | Valor unitário (R\$) | Valor total (R\$) |
|------|------------------------------|-------|---------|---------------------|----------------------|-------------------|
| 1 | Gás Oxigênio Medicinal 01 m³ | LINDE | UND | 250 | 80,00 | 20.000,00 |
| 2 | Gás Oxigênio Medicinal 03 m³ | LINDE | UND | 50 | 121,50 | 6.075,00 |
| 3 | Gás Oxigênio Medicinal 07 m³ | LINDE | UND | 250 | 160,00 | 40.000,00 |

Valor Total da Ata R\$ 66.075,00 (sessenta e seis mil e setenta e cinco reais).

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do(a)s servidor(a)s abaixo nomeado(a)s nos termos da IN CCI Nº 001/2015: Claudia Maria Schreider - Portaria nº 900/2015 – Secretaria de Saúde;

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Herval d'Oeste, 10 de outubro de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

CPF: 501.589.459-72

Pelo Município

JUAREZ CESAR PAROLIN

Sócio Administrador

CPF 828.408.149-00

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Vera Lucia da Silva Bilibio

CPF: 600.730.049-87

PORTARIA Nº 1200/2016

PORTARIA Nº 1200/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 13 de outubro de 2016, da servidora ROSENILDE PEDROZO DE ALMEIDA (Matr. 3022), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACS, 40 horas semanais, anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1201/2016

PORTARIA Nº 1201/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 24 de outubro de 2016, da servidora BERNARDETE SALETE BORTOLLI GUNGERMANN (Matr. 548), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "H", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 25 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1202/2016

PORTARIA Nº 1202/ 2016

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Abono de Permanência à Servidora Pública Municipal MARA REGINA HEBERLE, Matrícula nº 32, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 7, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, com fundamento nos termos da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o art. 7º da Lei Federal 10.887/2004 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005; a contar de 22 de fevereiro de 2015, mediante opção expressa do servidor ao cumprir todas as exigências para a aposentadoria, previstas no Art. 2º da E.C 41/2003 – Regra de Transição – Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição; conforme o quadro de composição do tempo de contribuição no Regime Próprio de Previdência Social e no Regime Geral de Previdência Social, e a idade de 51 anos, com data base de 13 de abril de 2015:

| COMPOSIÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO | | | |
|--------------------------------|-------|------|----------------------------------|
| ANOS | MESES | DIAS | ESPECIFICAÇÃO |
| -- | -- | -- | Serviço Privado |
| -- | -- | -- | Serviço Público Municipal - RGPS |
| 25 | 01 | 14 | Serviço Público Municipal - RPPS |
| -- | -- | -- | Outros Públicos - RPPS / RGPS |
| -- | -- | -- | Tempo Ficto Público |
| 25 | 01 | 14 | TOTAL DO TEMPO |

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 26 de Outubro de 2016.

NELSON GUINDANI
Prefeito de Herval d' Oeste

PORTARIA Nº 1203/2016

PORTARIA Nº 1203/ 2016

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER Abono de Permanência à Servidora Pública Municipal SOLANGE DE FÁTIMA PONTES, Matrícula nº 274, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, com fundamento nos termos da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com o art. 7º da Lei Federal 10.887/2004 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005; a contar de 25 de março de 2011, mediante opção expressa do servidor ao cumprir todas as exigências para a aposentadoria, previstas no Art. 2º da E.C 41/2003 – Regra de Transição – Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição; conforme o quadro de composição do tempo de contribuição no Regime Próprio de Previdência Social e no Regime Geral de Previdência Social, e a idade de 52 anos, com data base de 27 de abril de 2015:

| COMPOSIÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO | | | |
|--------------------------------|-------|------|----------------------------------|
| ANOS | MESES | DIAS | ESPECIFICAÇÃO |
| 12 | -- | 09 | Serviço Privado |
| -- | 02 | 28 | Serviço Público Municipal - RGPS |
| 25 | 01 | 14 | Serviço Público Municipal - RPPS |
| 23 | 03 | -- | Outros Públicos - RPPS / RGPS |
| -- | -- | -- | Tempo Ficto Público |
| 37 | 03 | 02 | TOTAL DO TEMPO |

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 26 de Outubro de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d' Oeste

PORTARIA Nº 1204/2016

PORTARIA Nº 1204/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 24 de outubro de 2016 até 20 de fevereiro de 2017, conforme preceitua o Artigo 107, da Lei Complementar Nº. 281/2011, à Servidora JULIANA VALQUIRIA ROSA TAUGEM (Matr. 4236), a qual exerce a função de Professor, Nível/Referência – 2/A, 40 horas semanais, Educação Infantil, Anexo XI da LC Nº 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 26 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1205/2016

PORTARIA Nº 1205/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 27 de outubro de 2016, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora MARISETE VINGLA DE MATOS SCHALY (Matr. 4306), ocupante do Cargo de Professor, Nível – 2, Referência "A", 20 horas semanais, Anexo XI da LC Nº 316/2013, conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 27 de Outubro de 2016.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

CONTRATO 067/2016

CONTRATO 067/2016

Processo 070/2016

Que entre si fazem o Município de Ibiam, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, centro em Ibiam – SC, representado pelo Prefeito Municipal, CLÓVIS JOSÉ BUSSATO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, de outro lado, a empresa, ESPAÇO ENCANTADO- JUCELIA LUIZA DE OLIVEIRA pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 21.943.313/0001-53, sediada Rua Alípio de Moraes, nº 113, bairro São Sebastião na cidade de Campos Novos - SC, CEP 89.620-000 neste ato representado por sua Sócia Administradora, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO, ajustam o presente termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

O presente Contrato rege-se ainda, pelas disposições Lei Federal Nº 8.666/93 Art. 24 Inciso II com suas alterações posteriores e é celebrado com base nos seguintes documentos, os quais independem de transcrição, e passam a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO

O presente Contrato tem por objeto a Locação de Brinquedos, para evento em comemoração ao Dia das Crianças, com duração mínima de 4(quatro) horas, com início previsto para as 13:30 horas e término previsto para as 17:00 horas. O evento será no Sábado dia 22/10/2016, na praça municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA

2. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor deverá prestar os serviços no dia indicado conforme cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA: PREÇO, PAGAMENTO

3.1. O preço total do fornecimento do Objeto é de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais). A ser pago após prestação de serviço e documento fiscal.

3.2. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2880/2015, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br.

CLÁUSULA QUARTA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Red. 111

Atividade: 2036 – Manutenção das atividades do FIA.

Detalhamento complemento: 33903914 - locação de bens móveis e outras naturezas intangíveis.

4.2. Os recursos financeiros serão próprios do Município, do orçamento do exercício financeiro de 2016.

CLÁUSULA QUINTA: RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. Poderá ocorrer pelas causas e na forma previstas nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93. Parágrafo Único – O descumprimento das obrigações assumidas neste contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

CLÁUSULA SEXTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

6.1. É direito da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas. É direito da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

6.2. É obrigação da CONTRATANTE, efetuar o pagamento ajustado e dar a CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. É obrigação da CONTRATADA fornecer os produtos na forma ajustada, cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares legais, assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA SETIMA: DAS PENALIDADES E MULTAS

7.1. Pelo atraso injustificado na entrega das mercadorias, solicitadas pela administração, fica a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades, previstas no caput do art. 86 da Lei federal 8.666/93, na seguinte conformidade:

a) Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I,III e IV do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

b) Em caso de atraso de pagamento por parte do comprador, pagará este ao vendedor, juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária pelo IGPM /FGV, sobre o valor em atraso.

c) Outras penalidades: em função da natureza da infração, o Município aplicará as demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

7.2. Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada.

CLÁUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. Este contrato terá sua vigência até o fornecimento total do objeto.

CLÁUSULA NONA: DO FORO

9.1 As partes elegem, de comum acordo, o Foro da Comarca de Tangará – SC, para dirimir eventuais controvérsias emergentes da aplicação deste contrato.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente instrumento, em 03 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Ibiam – SC, 20 de Outubro de 2016.

MUNICIPIO DE IBIAM

clóvis josé bussato

PREFEITO municipal

Espaço Encantado – jucelia luiza de oliveira

CNPJ nº 21.943.313/0001-53

Testemunhas:

Rosinei Ceron
CPF nº 004.918.899-25

Suzana Vieira Sarmento
CPF nº 023.400.169-08

Henrique Grassi Rossato

Procurador Geral- OAB 34.173

DECRETO Nº 2960/2016

DECRETO Nº. 2960, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0581/2015:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), no orçamento de 2016 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo

Unidade: 0206 Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 1201 Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 2026 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1301- Superávit Recursos Ordinários

Valor: R\$ 25.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 24 DE OUTUBRO DE 2016.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO

Publicado e registrado

Ilhota

PREFEITURA

ANEXO LC 69 2016

| ANEXO III | | | | | | | | | | | |
|---|---|--------|----------|---|-------------------------------------|------------|----------------------|--|--------------------------------|-------------------------|--------------------|
| PARÂMETROS URBANÍSTICOS PARA A OCUPAÇÃO DO SOLO NAS MACROZONAS, ZONAS, SETORES E EIXOS | | | | | | | | | | | |
| Parte integrante da Lei complementar n.º nº 016/2007 de 20 de dezembro de 2007 - Código Urbanístico - NR | | | | | | | | NR | | | |
| Macrozonas/Eixos/ Zonas Especiais/Setores Especiais | Parametros para construção | | | | | | | | Parâmetros de parcelamento (1) | | |
| | Coeficiente de aproveitamento | | | Taxa mínima de permeabilidade do solo (%) | Taxa máxima de ocupação do solo (%) | Recuos (m) | | N. pavimentos (un.)/ Gabarito máximo (m) | Lote mínimo (m²) | Unidade Autônoma Mínima | Testada mínima (m) |
| | Mínimo | Básico | Máximo ² | | | Fron-tal | Laterais e de fundos | | | | |
| Macrozona Rural de Proteção Ambiental | 0,1 | 0,1 | 0,1 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Macrozona Rural de Ocupação Orientada 1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 90 | 10 | 3 | 5 | ilimitado | 20.000 | 20.000 | - |
| Macrozona Rural de Ocupação Orientada 2 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 80 | 20 | 3 | 5 | ilimitado | 20.000 | 5.000 | - |
| Macrozona Urbana de Consolidação 1 | 0,1 | 1 | 5 | 20 | 80 | 3 | 1,5 | ilimitado | 300 | 300 | 12 |
| Macrozona Urbana de Consolidação 2 | 0,1 | 1 | 5 | 20 | 80 | 3 | 1,5 | ilimitado | 300 | 300 | 12 |
| Macrozona Urbana de Qualificação | 0,1 | 1 | 1,5 | 40 | 60 | 3 | 1,5 | ilimitado | 240 | 240 | 12 |
| Macrozona Urbana de Indústrias e Serviços | 0,1 | 1 | 1,5 | 20 | 80 | 3 | 1,5 | ilimitado | 2000 | 2000 | 20 |
| Corredor de Indústrias e Serviços | 0,1 | 1 | 1,5 | 20 | 80 | 3 | 5 | ilimitado | 20.000 | 2000 | 40 |
| Zona Especial de Interesse Social | 0,1 | 1 | 3 | Parâmetros a serem definidos pelo Plano de Urbanização de ZEIS | | | | | | | |
| Zona Especial de Conservação Ambiental | Conforme parâmetros definidos nos planos de Manejo e ZEEs | | | | | | | | | | |
| Zona Especial Beira Rio | 0 | 1 | 1 | Conforme Plano Urbanístico específico e aprovação nos órgãos ambientais competentes | | | | | | | |
| Setor de Mineração | * | * | * | Conforme legislação específica | | | | | | | |
| Eixo Urbano | 0,1 | 1 | 2 | 40 | | 4 | 1,5 | 4 | 360 | 360 | 12 |
| | | | | | | | | | | | |
| Lotes de esquina com área mínima de 300 m² e dimensões mínimas de: Frente 13,00m - Lateral 20,00m. | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| Os lotes da Macrozona Urbana de Indústrias e Serviços e Serviços deverão ter área mínima de 2.000m² e dimensões mínimas de: Frente20,00m- | | | | | | | | | | | |
| - Lateral 50,00m. | | | | | | | | | | | |
| * Vigoram os parâmetros urbanísticos e os respectivos índices incidentes nas Macrozonas ou eixos as quais o setor se sobrepõe. | | | | | | | | | | | |
| (1) Recuo mínimo obrigatório de 1,50 nas faces da edificação que apresentam aberturas. | | | | | | | | | | | |
| (2) edificações acima de dois pavimentos ou acima de 9,00m de gabarito, os recuos laterias e de fundos respeitaram a relação: r=h/6, onde r:recuo | | | | | | | | | | | |
| em metros, h: gabarito em metros de edificação. | | | | | | | | | | | |

EXTRATO - CONTRATO 2013-002 - ADITIVO 3 - DL 010-2013 - ALUGUEL SEC EDUC IND COM ASS PLANEJ - UBIRATÃ MURILO MENDES

Extrato do Terceiro Termo Aditivo de Contrato nº 002/2013 – FME - PMI

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 002/2013 – FME - PMI

Processo: DL 10/2013.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA RICARDO PAULINO MAES, Nº 420, CENTRO, ILHOTA, SC, CEP 88320-000, ÁREA TOTAL DE 400M², COM DOIS PAVIMENTOS E ESTACIONAMENTO, PARA INSTALAÇÃO E UTILIZAÇÃO CONJUNTA PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO, ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO.

FORNECEDOR: Ubiratã Murilo Mendes

VALOR MENSAL: R\$ 5.304,20

VALOR TOTAL: R\$ 63.650,40,20

Prazo: de 31/12/2015 à 31/12/2016

Assinatura: 18/12/2015

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

EXTRATO - CONTRATO 2013-005 - ADITIVO 3 - DL 012-2013 - ALUGUEL CONSELHO TUTELAR - LUCIMAR PEREIRA DAROS

Extrato do Terceiro Termo Aditivo de Contrato nº 005/2013 – FMAS

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 005/2013 – FMAS

Processo: DL 12/2013.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA IZIDORO MAES, Nº 237, CENTRO, ILHOTA, SC, CEP 88320-000, ÁREA TOTAL DE 194M², DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR.

FORNECEDOR: LUCIMAR PEREIRA DAROS

VALOR MENSAL: R\$ 531,14

VALOR TOTAL: R\$ 7.702,20

Prazo: de 31/12/2015 à 31/12/2016

Assinatura: 18/12/2015

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 2013-006 - ADITIVO 3 - DL 013-2013 - ALUGUEL CRAS - LUCIMAR PEREIRA DAROS

Extrato do Terceiro Termo Aditivo de Contrato nº 006/2013 – FMAS

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 0061/2013 – FMAS

Processo: DL 013/2013.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA IZIDORO MAES, Nº 257, CENTRO, ILHOTA, SC, CEP 88320-000, ÁREA TOTAL DE 194M², DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE

REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS.

FORNECEDOR: Lucimar Pereira Daros

VALOR MENSAL: R\$ 1.593,42

VALOR TOTAL: R\$ 21.216,72

Prazo: de 31/12/2015 à 31/12/2016

Assinatura: 18/12/2015

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 2013-012 - ADITIVO 3 - DL 028-2013 - ALUGUEL DEFESA CIVIL - MARINO MIGLIOLI

Extrato do Terceiro Termo Aditivo de Contrato nº 012/2013 – PMI

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 012/2013 – PMI

Processo: DL 28/2013.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA FREI JACINTO, Nº 69, CENTRO, ILHOTA, SC, CEP 88320-000, ÁREA TOTAL DE 147M², UTILIZADO PARA ABRIGAR A COORDEADORIA DA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

FORNECEDOR: MARINO MIGLIOLI

VALOR MENSAL: R\$ 1.449,81

VALOR TOTAL: R\$ 17.397,72

Prazo: de 31/12/2015 à 31/12/2016

Assinatura: 22/12/2015

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 2013-013 - ADITIVO 2 - IX 002-2014 - SCOTTIN MONTIBELLER - ADVOGADOS ASSOCIADOS

Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato nº 013/2014 – PMI

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 013/2014 – PMI

Processo: IX 02/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA NO ÂMBITO MUNICIPAL.

FORNECEDOR: SCOTTINI, MONTIBELLER E MOSER ADVOGADOS ASSOCIADOS.

VALOR MENSAL: R\$ 15.999,00

VALOR TOTAL: R\$ 191.988,00

Prazo: de 31/12/2015 à 31/12/2016

Assinatura: 23/12/2015

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 2013-013 - ADITIVO 4 - DL 024-2013 - ALUGUEL NAES - IVO SCHMITZ

Extrato do Quarto Termo Aditivo de Contrato nº 013/2013 – FME
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 013/2013 – FME
Processo: DL 024/2013.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA FELICIANO LUIZ GONÇALVES (LADO ÍMPAR DA RUA MODESTO VARGAS) Nº30, SALA 02, CENTRO, SC, CEP 8320-000, COM ÁREA PRIVATIVA DE 272.37M² COM ESTACIONAMENTO, UTILIZADO PARA FUNCIONAMENTO DO NAES –NÚCLEO AVANÇADO DE ENSINO SUPLETIVO.

FORNECEDOR: IVO SCHMITZ
VALOR MENSAL: R\$ 4.641,17
VALOR TOTAL P/ 12 MESES: R\$ 55.694,04
Prazo: de 31/12/2015 à 31/12/2016

Assinatura: 22/12/2015
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 2014-001 - ADITIVO 2 - DL 001-2014 - ALUGUEL PROGRAMA MAIS MEDICOS - RITA TEREZINHA MELO

Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato nº 001/2014 – FMS
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 001/2014 – FMS
Processo: DL 001/2014.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA ESTRADA GERAL, BRAÇO DO BAÚ, ILHOTA, SC, CEP 88320-000, ÁREA TOTAL DE 131M², PARA SERVIR DE RESIDÊNCIA MÉDICA À MEDICA ALIDA CARMENATE FERNANDEZ – PROGRAMA MAIS MÉDICO, CONFORME PT MS Nº 23/2013 – MINISTÉRIO DA SAÚDE – AO QUAL O MUNICÍPIO DE ILHOTA ADERIU POR MEIO DA LEI Nº 1763/2013.

FORNECEDOR: Rita Terezinha Melo de Souza Kretzer
VALOR MENSAL: R\$ 1.414,45
VALOR TOTAL: R\$ 16.973,40
Prazo: de 31/12/2015 à 31/12/2016

Assinatura: 18/12/2015
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 2014-001 - ADITIVO 2 - TP 001-2014 - FMC - STULP & MATUCHAKI ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL LTDA ME

Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato nº 001/2014 – FMC
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 001/2014 – FMC
Processo: TP 001/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MATÉRIA FINANCEIRA E CONTÁBIL DE INTERESSE DO MUNICÍPIO.

FORNECEDOR: Stulp & Matuchaki Organização Contábil LTDA ME
VALOR MENSAL: R\$ 1.891,42
VALOR TOTAL: R\$ 22.697,04
Prazo: de 31/12/2015 à 31/12/2016

Assinatura: 18/12/2015
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 2014-001 - ADITIVO 2 - TP 001-2014 - FMESP - STULP & MATUCHAKI ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL LTDA ME

Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato nº 001/2014 – FMESP
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 001/2014 – FMESP
Processo: TP 001/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MATÉRIA FINANCEIRA E CONTÁBIL DE INTERESSE DO MUNICÍPIO.

FORNECEDOR: Stulp & Matuchaki Organização Contábil LTDA ME
VALOR MENSAL: R\$ 1.891,42
VALOR TOTAL: R\$ 18.914,42
Prazo: de 31/12/2015 à 31/10/2016

Assinatura: 18/12/2015
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 2014-002 - ADITIVO 2 - TP 001-2014 - FMAS - STULP & MATUCHAKI ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL LTDA ME

Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato nº 002/2014 – FMAS
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 002/2014 – FMAS
Processo: TP 001/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MATÉRIA FINANCEIRA E CONTÁBIL DE INTERESSE DO MUNICÍPIO.

FORNECEDOR: Stulp & Matuchaki Organização Contábil LTDA ME
VALOR MENSAL: R\$ 4.098,09
VALOR TOTAL: R\$ 49.177,08
Prazo: de 31/12/2015 à 31/12/2016

Assinatura: 18/12/2015
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 2014-007 - ADITIVO 2 - DL 004-2014 - ALUGUEL PROCON - PAULO AFONSO SCHNAIDER

Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato nº 007/2014 – PMI
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 007/2014 – PMI
Processo: DL 04/2014.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA 21 DE JUNHO, Nº 388, SALA 03, CENTRO, ILHOTA, SC, CEP 88320-000, ÁREA TOTAL DE 48 M², PARA INSTALAÇÃO DO PROCON.

FORNECEDOR: PAULO AFONSO SCHNAIDER
VALOR: R\$ 651,07
Prazo: de 12/12/2015 à 31/12/2015

Assinatura: 11/12/2015
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 2014-007 - ADITIVO 3 - DL 004-2014 - ALUGUEL PROCON - PAULO AFONSO SCHNAIDER

Extrato do Terceiro Termo Aditivo de Contrato nº 007/2014 – PMI
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 007/2014 – PMI
Processo: DL 04/2014.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA 21 DE JUNHO, Nº 388, SALA 03, CENTRO, ILHOTA, SC, CEP 88320-000, ÁREA TOTAL DE 48 M², PARA INSTALAÇÃO DO PROCON.

FORNECEDOR: PAULO AFONSO SCHNAIDER
VAOR MENSAL: R\$ 1.178,71
VALOR TOTAL: R\$ 14.144,52
Prazo: de 31/12/2015 à 31/12/2016

Assinatura: 22/12/2015
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 2014-026 - ADITIVO 4 - TP 003-2014 - AMBSERV SUL SERV. AMBIENTAIS

Extrato do Quarto Termo Aditivo de Contrato nº 026/2014 – FMS
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 026/2015 – FMS
Processo: TP 003/2014.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES.

FORNECEDOR: Ambserv Sul Serv.Ambientais LTDA
VALOR POR KILOGRAMA: R\$ 7,90
VALOR MÉDIO TOTAL: R\$ 15.800,00
Prazo: de 31/12/2015 à 31/12/2016
Assinatura: 04/12/2015
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 2014-029 - ADITIVO 2 - TP 004-2014 - L2 ENGENHARIA - TOPOGRAFIA LTDA

Extrato do Segundo Termo Aditivo de Contrato nº 029/2014 – PMI
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 029/2014 – PMI
Processo: TP 004/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA CIVIL PARA O MUNICÍPIO DE ILHOTA.

FORNECEDOR: L2 Engenharia e Topografia LTDA
VALOR MENSAL: R\$ 1.800,33
VALOR TOTAL: R\$ 19.803,63
Prazo: de 27/12/2015 à 31/12/2016

Assinatura: 26/11/2015
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 2015-021 - ADITIVO 1 - CV 001-2015 - MERCOLUX

Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Contrato nº 021/2015 – PMI
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Extrato de Contrato nº 021/2015 – PMI
Processo: CV 001/2014.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

FORNECEDOR: Mercolux Comercial Elétrica LTDA
VALOR MENSAL: R\$ 11.869,00
VALOR TOTAL: R\$ 83.083,00
Prazo: de 15/12/2015 à 15/07/2016

Assinatura: 14/12/2015
Daniel Christian Bosi
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 69 2016

Lei Complementar nº 69, de 24 de outubro de 2016.
Dispõe sobre a alteração dos artigos 34, 35 e Parâmetros do Anexo III da Lei Complementar nº 16/2007 de 20/12/2007.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota(SC), no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Os dispositivos abaixo indicados na Lei Complementar n. 16, de 20 de dezembro de 2007, que institui o Código Urbanístico do Município de Ilhota, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 34. O Corredor de Indústria e Serviços apresenta as seguintes características:

I – Desenvolve-se em uma faixa de 400,00 m. (quatrocentos metros) contados a partir do eixo da BR-470, e 100,00 m. (cem metros) a partir do eixo da rodovia projetada (Acesso a Ponte Padre Cláudio Jeremias Cadornin). NR

Art. 35. O Corredor de Indústria e Serviços tem como objetivos orientar as políticas públicas no sentido de:

I – Promover o desenvolvimento de indústria e serviços de médio impacto, relacionados ao desenvolvimento urbano.

II – Promover o desenvolvimento de indústrias e serviços de grande impacto desde que sejam apresentados estudos a Assessoria de Planejamento Urbano e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente comprovando a viabilidade técnica e sócio ambiental da mesma com relação aos impactos ao meio ambiente e vizinhança.NR

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ilhota (SC), 24 de outubro de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO SAMAE Nº 002/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados em Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água do Sistema Comercial.

Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/93.

Contratada: MBC Serviços de Saneamento Ambiental LTDA (15.357.495/0001-88)

Valor: O valor estimativo do contrato obedecerá a Proposta Comercial, sendo de máximo R\$ 83.304,69 (oitenta e três mil trezentos e quatro reais e sessenta e nove centavos), por mês, pelos serviços de Grupo I e R\$ 67.302,63 (sessenta e sete mil trezentos e dois reais e sessenta e três centavos), por mês, pelos serviços do Grupo II, totalizando R\$ 903.643,94 (novecentos e três mil seiscentos e quarenta e três mil reais noventa e quatro centavos).

Imarui, 26 de Outubro de 2016.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 011/2016

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo FMS Nº 011/2016

Origem: Pregão Presencial

Processo Licitatório FMS 005/2016

Objeto: Aquisição de medicamentos.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde (10.631.880/0001-58)

Contratada: Clodoaldo Martins Medicamentos - ME (18.686.689/0001-15)

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 05 - MAC Ambulatorial e Hospitalar

Proj. Ativ.: 2.115 - Teto Municipal MAC Ambulatorial e Hospitalar

Código Resumido: 44

Valor Total do Contrato: 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Assinatura: 26/10/2016

Signatário:

Pelo Município, o Senhor Mário José Cardoso

Pela contratada, o Senhor(a) Clodoaldo Martins

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO CONTRATO SAMAE Nº 004/2016

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo SAMAE Nº 004/2016

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Licitatório SAMAE 002/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados em Operação e Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água do Sistema Comercial.

Contratante: SAMAE - Serv. Aut. Mun. Água e Esgoto Imarui

(19.603.138/0001-03)

Contratada: MBC Serviços de Saneamento Ambiental LTDA (15.57.495/0001-88)

Órgão: 16 - SAMAE

Unidade: 01 - SAMAE

Proj. Ativ.: 2.300 - Manutenção do SAMAE

Código Resumido: 8

Elemento Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

Descrição: Aplicações Diretas

Valor Total do Contrato: O valor estimativo do contrato obedecerá a Proposta Comercial, sendo de máximo R\$ 83.304,69 (oitenta e três mil trezentos e quatro reais e sessenta e nove centavos), por mês, pelos serviços de Grupo I e R\$ 67.302,63 (sessenta e sete mil trezentos e dois reais e sessenta e três centavos), por mês, pelos serviços do Grupo II, totalizando R\$ 903.643,94 (novecentos e três mil seiscentos e quarenta e três mil reais noventa e quatro centavos).

Assinatura: 19/10/2016

Signatário:

Pelo Município, o Senhor Emanoel Matos

Pela contratada, a Senhora Gisele Pessoa Bianchini do Carmo

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

EXTRATO DO CONTRATO SAMAE Nº 005/2016

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo SAMAE Nº 005/2016

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Licitatório SAMAE 002/2016

Objeto: Subcontratação parcial do contrato administrativo SAMAE nº 001/2016 da parcela referente ao objeto "gerenciamento comercial", restando à contratada a prestação direta dos serviços apenas ao objeto "operação do sistema comercial", decorrentes do contrato SAMAE nº 003/2016 firmado entre as partes em 18/04/2016.

Contratante: SAMAE - Serv. Aut. Mun. Água e Esgoto Imarui (19.603.138/0001-03)

Contratada: MBC Serviços de Saneamento Ambiental LTDA (15.57.495/0001-88)

Subcontratada: Sandrini & Botega LTDA - ME (00.796.042/0001-80)

Órgão: 16 - SAMAE

Unidade: 01 - SAMAE

Proj. Ativ.: 2.300 - Manutenção do SAMAE

Código Resumido: 8

Elemento Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

Descrição: Aplicações Diretas

Valor Total do Contrato: Pelos serviços constantes no GRUPO I da cláusula primeira do contrato administrativo originário, a SUBCONTRATADA será remunerada em R\$ 135.604,98 (cento e trinta e cinco mil seiscentos e quatro reais e noventa e oito centavos), que será pago em parcelas mensais de R\$ 22.600,83 (vinte e dois mil

seiscentos reais e oitenta e três centavos), conforme disposição fiel do contrato administrativo originário. Pela execução dos serviços constantes no GRUPO II da cláusula primeira do contrato administrativo originário, a SUBCONTRATADA será remunerada conforme mediação limitado ao valor de R\$ 65.884,80 (sessenta e cinco mil oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme disposição fiel do contrato administrativo originário e seus aditivos.
Assinatura: 19/10/2016

Signatário:

Pelo Município, o Senhor Emanuel Matos

Pela contratada, a Senhora Gisele Pessoa Bianchini do Carmo

Pela subcontratada, o Senhor Anderson Sandrini Botega

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015

Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 165, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 165, de 26 de outubro de 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei da Lei nº 4.755, de 24 de outubro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) para reforço da dotação orçamentária, como segue:

| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS | | |
|--|--------------------|------------|
| Manutenção da Atenção Básica | | |
| 10.301.0014-2.121 | | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0.10002 (0045) | Aplicações Diretas | 140.000,00 |
| Total | | 140.000,00 |

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulações parciais e/ou totais das dotações orçamentárias como segue:

| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS | | |
|--|--------------------|------------|
| Const., Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde | | |
| 10.301.0014-1.023 | | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0.10002 (0001) | Aplicações Diretas | 60.000,00 |
| Centro de Referência em Saúde | | |
| 10.301.0014-1.054 | | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0.10002 (0008) | Aplicações Diretas | 9.000,00 |
| Construção da Secretaria Municipal de Saúde | | |
| 10.301.0014-1.055 | | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0.10002 (0010) | Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| Centro Municipal de Zoonoses | | |
| 10.301.0014-1.056 | | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.0.10002 (0012) | Aplicações Diretas | 11.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.0.10002 (0013) | Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| Total | | 140.000,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Enelise Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

PORTARIA PMI/GGP Nº 591/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 591, de 25 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a designação de Presidenta da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, com base no Decreto 65, de 30 de abril de 2008 e Decreto 21, de 13 de fevereiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a servidora pública municipal, Sra. ANDREZA BARCELOS CARVALHO, Administradora, matrícula n.º 4583, inscrita no CPF sob o nº 051.581.209-94, para constituir a Presidência da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP, para atuar junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, no recrutamento e seleção de pessoal, por meio de certame público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública (Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 592/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 592, de 25 de outubro de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Fiscal de Transportes, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

| Nome | Cargo | CPF | Admissão |
|-------------------------------|----------------------------|--------------------|------------|
| Carlos Fernando De- métrio | Fiscal de Trans- portes | 823.273.949- 53 | 25/10/2016 |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de outubro de 2016.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública (Interina)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

PORTARIA PMI/GGP Nº 593/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 593, de 26 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora NILCÉLIA CONCEIÇÃO LOPES, Professora III – 40h, inscrita no CPF sob o n.º 494.003.719-34, admitida em 02 de setembro de 1996, contrato nº 415, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

| Período aquisitivo | Períodos de Fruição |
|--------------------|-------------------------|
| 2011 a 2016 | 20.09.2017 a 19.12.2017 |
| | |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 594/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 594, de 26 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora RAQUEL TEREZINHA DUARTE INÁCIO, Professora III – 40h, inscrita no CPF sob o n.º 578.460.069-91, admitida em 15 de maio de 1998, contrato nº 462, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

| Período aquisitivo | Períodos de Fruição |
|--------------------|-------------------------|
| 2008 a 2013 | 01.08.2017 a 31.10.2017 |
| | |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 595/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 595, de 26 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora ROSINETE DE SOUZA DOS SANTOS, Servente Merendeira – 40h, inscrita no CPF sob o n.º 854.576.719-68, admitida em 01 de abril de 2011, contrato nº 5807, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

| Período aquisitivo | Períodos de Fruição |
|--------------------|--|
| 2011 a 2016 | 01.11.2016 a 31.12.2016 01.02.2017 a 01.03.2017 |
| | |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de outubro de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Gladis Farias Cândido

Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

PORTARIA PMI/GGP Nº 596/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 596, de 26 de outubro de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora SUZELE MORAES LEITE, Servente Merendeira – 40h, inscrita no CPF sob o n.º 050.732.369-63, admitida em 25 de abril de 2011, contrato nº 5850, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

| Período aquisitivo | Períodos de Fruição |
|--------------------|-------------------------|
| 2011 a 2016 | 01.02.2017 a 30.04.2017 |
| | |

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 26 de outubro de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Catarina – DOM/SC.
Gladis Farias Cândido
Secretária Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interina)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 050/16

Ato da Presidência nº 050/16

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em especial ao que dispõe o Art. 35, Inciso II, do Regimento Interno e, em conformidade com o Decreto da Prefeitura Municipal de Imbituba nº 248, de 29 de dezembro de 2015, que fixa o calendário dos feriados e pontos facultativos de 2016, RESOLVE estabelecer ponto facultativo no dia 28 de outubro de 2016 na Câmara de Vereadores, em comemoração ao dia do Servidor Público.

Gabinete da Presidência, 24 de outubro de 2016.
Guilherme Santos Souza
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2176/16

. DECRETO Nº 2176/16

. De 26 de outubro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5.261, de 21 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 166.539,19 (cento e sessenta e seis mil e quinhentos e trinta e nove reais e dezenove centavos) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

| Dotação | Vínculo | Valor |
|---|----------|------------|
| 08.001.0015.0451.0008.2201.333900000000 | 01080000 | 166.539,19 |

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 26 de outubro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2177/16

. DECRETO Nº 2177/16

. De 26 de outubro de 2016

DISPÕE SOBRE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE FINAL DE MANDATO, ESTABELECE HORÁRIO ESPECIAL DE VERÃO AOS SERVIDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sérgio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI e demais dispositivos legais em vigor, e

CONSIDERANDO a necessidade de atender as determinações advindas da Lei de Responsabilidade Fiscal – LFR (LC 101/00) para encerramento de exercício e de mandato;

CONSIDERANDO que a previsão da receita orçamentária estimada na Lei Municipal nº 5.215/15 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), alterada pela Lei nº 5.260/15, e na Lei Municipal nº 5.261/15 (Lei Orçamentária Anual), apresenta-se abaixo do projetado, conforme relatório do 4º bimestre da Controladoria Interna do Município;

CONSIDERANDO que na execução orçamentária o não comportamento da receita, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 5.261/15), poderá afetar o cumprimento de metas de resultado primário e nominal;

CONSIDERANDO a obrigação de se manter a responsabilidade pela gestão fiscal do Município, especialmente no condizente às ações para equilíbrio entre a receita e a despesa pública;

CONSIDERANDO que a Controladoria Interna desta municipalidade apontou previsão de déficit em mais de dois milhões de reais para o fim deste exercício e mandato, caso sejam mantidas as condições atuais;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público Municipal regular a forma administrativa para a recondução do equilíbrio orçamentário e financeiro, e dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, consoante preconiza o artigo 37 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade de alteração, excepcional, do horário de expediente das unidades administrativas para atender à natureza específica de serviço a ser prestado em face de circunstâncias especiais;

CONSIDERANDO o interesse público e a conveniência administrativa decorrente da redução temporária da jornada de trabalho de determinados setores públicos municipais, visando a economicidade;

CONSIDERANDO ser imprescindível assegurar a continuidade dos atendimentos à comunidade, aos munícipes e contribuintes Indaialenses, em suas necessidades essenciais, observadas a manutenção da qualidade, eficiência e efetividade dos serviços;

CONSIDERANDO que a jornada de trabalho do servidor é compreendida através do número de horas imposta, podendo ser aumentada ou diminuída nos casos previstos em lei e mediante a necessidade e interesse da Administração, conforme competência estabelecida no inciso I do artigo 30 da Constituição Federal de 1988;

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto estabelece medidas para contenção de despesas de custeio e de pessoal, para o final do exercício de 2016 e final de mandato, que deverão ser observadas e efetivadas pelos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - Fica suspensa a realização de serviço extraordinário (hora extraordinária) no serviço público municipal, exceto para os servidores que exerçam funções de motorista da área da saúde, motorista de ônibus da área de educação, motorista à disposição do Conselho Tutelar, Agentes de Trânsito, motorista de caminhão pipa, motorista do Abrigo, vigias e porteiros, podendo permanecer ainda, os regimes de sobre aviso e plantão regulamentados.

§1º. Em havendo caso de extrema necessidade da realização de hora extraordinária para pessoal não especificado no caput, as horas extraordinárias somente poderão ser realizadas pelo servidor mediante prévia e expressa autorização do Secretário de Administração e Finanças.

§2º. As horas extraordinárias realizadas, observado o disposto acima, serão computadas em banco de horas e preferencialmente compensadas com folgas nos termos do Decreto nº 1.342/2015.

§ 3º - Aos servidores lotados na Secretaria Municipal de Assistência

Social, poderá ser computada como "Hora-Plantão", os atendimentos excepcionais que forem realizados das 13h30min às 17h30min, considerando a jornada diária/semanal de trabalho estabelecida para o cargo no respectivo Plano de Carreira.

Art. 3º - Fica vedado à Administração Pública Direta e Indireta, inclusive fundações e autarquias, a realização de novas despesas com manutenção e investimento, exceto quando prévia e expressamente autorizadas pela Secretaria de Administração e Finanças, estando vedado ainda qualquer ato que importe em:

I - Concessão de vantagens, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;

II - Criação de cargo, emprego ou função;

III - Alteração de estrutura de carreira que implique em aumento de despesa;

Parágrafo Único – Nos casos de exoneração/demissão ou aposentadoria, serão devidas as verbas rescisórias e indenizatórias, sendo que as licenças prêmio acumuladas do servidor poderão ser pagas em pecúnia, em até 12 (doze) parcelas mensais.

Art. 4º - Fica estabelecida em 06 (seis) horas diárias a jornada de trabalho dos servidores públicos municipais das estruturas administrativas da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Poder Executivo Municipal, a partir de 1º de novembro de 2016, cujo horário será cumprido das 07h30min às 13h30min, ininterruptamente, com direito a 15 minutos de intervalo dentro da jornada que deverá ser usufruído entre as 9h30min e 10h30min.

§1º. Os servidores que trabalham externamente junto as Secretarias Municipais de Obras, Saneamento e Agricultura, cumprirão o horário das 07h00min às 13h00min.

§2º - Os servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, que trabalham na área administrativa da SED, cumprirão a jornada de trabalho prevista no caput.

§3º - Os servidores lotados na Fundação Municipal de Esportes, que atuam na área administrativa junto a Fundação, cumprirão o horário das 13h00min às 19h00min.

§4º - Os servidores que atuam junto ao Parque Público Municipal Jorge Hardt, cumprirão a carga horária de 6 horas diárias, podendo organizar-se em escalas para manter pessoal junto ao local das 7h às 18h.

§ 5º - Os servidores lotados na Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, cumprirão carga horária de 30 h/s, das 7h30min às 13h30min, exceto a Biblioteca Pública que irá atender das 8h às 14h, ficando inalterados os horários dos cursos.

§ 6º - Os servidores do CREAS e telefonista da Secretaria de Assistência Social poderão organizar-se em escalas para atendimento aos serviços e audiências judiciais que envolvem os profissionais da Assistência Social.

Art. 5º - Ficam excepcionados do cumprimento da jornada de trabalho fixada no art. 4º deste Decreto os servidores que atuam em áreas que realizam serviços considerados de natureza essencial, e aqueles que, por sua natureza, já obedecem a turno especial de trabalho, como as atividades finalísticas e administrativas da Secretaria Municipal de Saúde, compreendendo as Unidades de Saúde e o SAIS; os Agentes de Trânsito; o Abrigo Municipal e Serviços de Alta Complexidade; a Piscina Municipal; o Terminal Rodoviário; as Unidades Escolares da Secretaria Municipal de Educação; os servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde; os Conselheiros

Tutelares; e os servidores em função de vigias e porteiros.

Parágrafo Único □ Cada Secretaria deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos, a listagem dos servidores com os horários de trabalho estabelecidos, nos moldes deste Decreto.

Art. 6º - A redução temporária de carga horária prevista neste Decreto dar-se-á sem prejuízo a remuneração, devendo-se aplicar a proporcionalidade ao pagamento do Auxílio Alimentação, nos termos do artigo 6º da Lei nº 3891/09.

Parágrafo Único. A proporcionalidade do auxílio alimentação deve retroagir ao início do horário especial (10 de outubro de 2016 □ Decreto nº 2136/16) por força do disposto na Lei 3891/09.

Art. 7º - O presente Decreto e as medidas administrativas que dispõe, vigorará de 1º de novembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2136/16.

Município de Indaial, em 26 de outubro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

MÁRCIO ANTÔNIO FERRARI

Secretário de Administração e Finanças

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2178/16

. DECRETO Nº 2178/16

. De 26 de outubro de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5261, de 21 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.224,35 (cinco mil, duzentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

| Código | Descrição |
|----------------------------|------------------------------------|
| 30 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE |
| 30.001 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE |
| 30.001.0010 | SAUDE |
| 30.001.0010.0301 | ATENÇÃO BÁSICA |
| 30.001.0010.0301.0030 | FUNDO DE SAÚDE |
| 30.001.0010.0301.0030.1440 | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MOBILIA |
| 3449000000000000 | APLICACOES DIRETAS |
| 03000000 | RECURSOS ORDINÁRIOS E.A. |
| | Valor: (5.224,35) |

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 26 de outubro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publique-se na forma da Lei)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137-2016 COMUNICADO

C O M U N I C A D O

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016-19208

O Município de Indaial, através do Setor de Licitações, torna público, para o conhecimento dos interessados, conforme preceitua a Lei Federal nº 8.666/93, informa que no Processo Licitatório nº 137/2016 – Edital de Tomada de Preços nº 002/2016-19208, há

a publicação, no site da Prefeitura Municipal de Indaial – www.indaial.sc.gov.br, de 02 (duas) planilhas de preços, que se referem ao orçamento básico do edital.

Informamos, através do presente, que a planilha correta está nominada como “edital1372016 anexovii 0575 ger orc r01.xlsx”, e detém o valor global de R\$ 1.095.890,06 (um milhão noventa e cinco mil oitocentos e noventa reais e seis centavos), confirmando a informação constante no item 2.5.1 do edital.

A planilha nominada “0575 ger orc r00.xlsx”, não terá efeito nesta licitação.

Aproveitamos a oportunidade para informar que estão mantidas todas as condições constantes no edital.

Estão, por meio deste, todos os licitantes cientificados.

Indaial/SC, em 26 de outubro de 2016.

DIEGO VETTER

Licitador

Comissão de Licitações

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 56/2016

Portaria Nº 56/16

Licença / Luiz Fernando Surdi.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara, Leis Complementares 105/2010 e 167/2015,

Resolve:

Art. 1º - Ao servidor Luiz Fernando Surdi, ocupante do cargo de Advogado, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Indaial, fica concedida licença de 10(dez) dias, por motivo de nascimento de seu filho (licença paternidade), a partir de 17 de outubro de 2016 (Certidão de Nascimento matrícula 107300 01 55 2016 1 00066 187 0027832 60, Registro Civil de Indaial), conforme previsto no art. 83, da lei Complementar 105/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 26 de Outubro de 2016.

| | |
|-------------------------|---------------|
| Anderson Luz dos Santos | |
| Presidente da Mesa | |
| Osvaldo Metzner | José Klock |
| Vice-Presidente | 1º Secretário |
| Antônio Carlos Fink | |
| 2º Secretário | |

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1684/2016

DECRETO Nº 1684 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016
Decreta ponto facultativo e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais, facultado pela Lei Orgânica do Município de Iomerê

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas da Administração Pública Municipal no dia 28 de outubro de 2016.

Art. 2º - Em casos especiais poderá ocorrer, convocação, troca ou compensação de horários para atender os serviços essenciais a população, inexistindo em tal caso qualquer forma de pagamentos extraordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 26 de outubro de 2016.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1685/2016

DECRETO Nº. 1685 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.
Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 823/2015 de 01 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 823/2015 de 01 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2019 Manutenção do Conv. Sec. de Segurança Pública
33900000 Aplicações Diretas
1110.00 Convênio de Trânsito - Militar
R\$ 4.800,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
04.01 Departamento de Educação
2021 Manutenção do Ensino Fundamental
31900000 Aplicações Diretas
389.00 Alienação de Bens Destinados a Outros Programas
R\$ 24.700,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esporte
04.01 Departamento de Educação
2021 Manutenção do Ensino Fundamental
33900000 Aplicações Diretas
1336.00 Salário Educação
R\$ 30.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de arrecadação do exercício corrente e do Superávit Financeiro do exercício de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 26 de outubro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1686/2016

DECRETO Nº. 1686 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.
Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 823/2015 de 01 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 823/2015 de 01 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 149.990,14 (cento e quarenta e nove mil novecentos e noventa reais quatorze centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2035 Manutenção da Malha Rodoviária
33900000 Aplicações Diretas
1164.00 Transferências de Convênios – Estado/Outros
R\$ 50.000,00

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1010 Obras de Infraestrutura Rural
44900000 Aplicações Diretas
1164.00 Transferências de Convênios – Estado/Outros
R\$ 99.990,14

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso ou provável excesso de arrecadação do exercício corrente pelo repasse do Convênio nº 2016 TR 000265 firmado por este município com o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Videira, para a compra de pedras britas e óleo diesel para a recuperação das

estradas vicinais do município, e do Convênio nº 2016 TR 001401 firmado por este município com o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Videira, para a construção de quatro pontes de concreto para o município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 26 de outubro de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Irineópolis

PREFEITURA

PORTARIA N º 241/2016

PORTARIA Nº 241/2016.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - CONCEDER Licença Maternidade a servidora efetiva CACIANE HENNING MEIRELLES, no período de 24/10/2016 a 20/02/2017.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24/10/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 25 de Outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 242/2016

PORTARIA Nº. 242/2016.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

| Nº de Ordem | NOME | Período de Férias |
|-------------|-----------------------------|--------------------|
| 1. | DANIELE NIEJELSKI | 01/11 a 30/11/2016 |
| 2. | FERNANDA ELI SUCKOW CARDOSO | 16/11 a 30/11/2016 |
| 3. | JOÃO PAULO HACKER | 01/11 a 15/11/2016 |
| 4. | SILVIO GEVIESKI | 01/11 a 30/11/2016 |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/11/2016.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 25 de Outubro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016

CREDENCIAMENTO Nº 03/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no período de 01/11/2016 a 31/10/2017, Processo Licitatório na Modalidade Credenciamento, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando "CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA CONTRATAÇÃO DO TIPO CONSULTAS, NA ESPECIALIDADE DE OFTALMOLOGIA, A SEREM PRESTADOS NOS LOCAIS INDICADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME CRONOGRAMA DA UNIDADE DE SAÚDE CENTRAL, EM CONFORMIDADE COM DECRETO Nº 3089/2016, PROMOVIDO POR ESTA PREFEITURA MUNICIPAL". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111 e 3625-1144, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 26 de outubro de 2016.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do FMS

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2016, CONCORRÊNCIA Nº 008/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2016

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 008/2016

A Prefeita Municipal de Itá - SC torna público que fará realizar licitação, na modalidade Concorrência Pública, no dia 29 de novembro de 2016, para permissão administrativa de uso remunerado de Bar da Prainha, com área aproximada de 3,8 x 3,8 metros. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 29 de novembro de 2016 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458- 9508.

Itá SC, 26 de outubro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2016, CONCORRÊNCIA Nº 009/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 067/2016

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 009/2016

A Prefeita Municipal de Itá - SC torna público que fará realizar licitação, na modalidade Concorrência Pública, no dia 30 de novembro de 2016, para permissão administrativa de uso remunerado de um quiosque de 69,70 metros quadrados e duas salas na proximidade do quiosque, localizados na Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, nº 100, Centro, neste Município de Itá-SC. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 30 de novembro de 2016 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458- 9508.

Itá SC, 26 de outubro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

DECRETO N. 090/2016

DECRETO Nº 090, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

"Nomeia Comissão de Transição de Governo e dá outras providências".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto no inciso VII do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Considerando o final de mandato e a necessidade de nomear equipe de responsáveis pela prestação e recebimento de informações necessárias a transição de governo;

Considerando o interesse público para que a troca de governo seja realizada dentro da mais absoluta transparência e normalidade, buscando propiciar aos futuros mandatários as informações necessárias, visando à continuidade na prestação dos serviços públicos.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão de Transição de Governo, por parte da atual administração, os seguintes membros:

I – Adeliane Jacira Betto – Secretária Municipal de Administração e Fazenda;

II – Jair Francisco Moschetta – Servidor Público Municipal;

III – Elton José Thomas – Contador Municipal.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão de Transição de Governo, por parte da futura administração, os seguintes membros, indicados pela Prefeito Eleito:

I – Célio Roberto Streck – Advogado;

II – Joice Anita Sartoretto Zotti - Vereadora e Servidora Público Municipal;

III – Maiquer José Gritti – Vereador;

IV – Andriano Satadtlober – Vereador;

Art. 3º A Comissão será presidida pelo Senhor Jair Francisco Moschetta.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá, SC 21 de Outubro de 2016

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

ADELIANE JACIRA BETTO

Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO N. 092/2016

DECRETO Nº 092, de 24 de outubro de 2016

"Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências"

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o disposto na Lei 2.485, de 24 de outubro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no exercício de 2016, no valor de R\$ 865.361,19 (oitocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e sessenta e um reais e dezenove centavos), conforme descrito a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

2.006- Manter Atividade de Segurança Pública

| | |
|---|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.1089 – Aplicações Diretas | 15.000,00 |
|---|-----------|

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer**06.01 – Departamento de Educação**

| | |
|--|------------|
| 2.012- Manutenção Secretaria de Educação | |
| 3.1.90.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas | 115.000,00 |
| 2.015- Transporte Escolar Ensino Fundamental | |
| 3.3.90.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas | 60.000,00 |
| 3.1.90.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas | 20.000,00 |

| | |
|---|------------|
| 2.017- Manutenção Apoio Ensino Médio e Profissionalizante | |
| 3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 35.000,00 |
| 2.020- Manutenção Creche Municipal | |
| 3.1.90.00.00.00.1018 – Aplicações Diretas | 100.000,00 |

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico**08.01 – Departamento de Turismo**

| | |
|---|-----------|
| 2.025- Manutenção Atividades Departamento Turismo | |
| 3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 20.000,00 |

08.02 – Departamento de Indústria, Comércio e Turismo

| | |
|---|------------|
| 2.027- Capitalização e Transferência a Itá Hidromineral | |
| 3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 130.000,00 |

08.03 – Departamento de Cultura

| | |
|---|------------|
| 2.029- Manutenção Departamento de Cultura | |
| 3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 120.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 20.000,00 |

| | |
|--|-----------|
| 2.045- Realização do Carnaval Náutico | |
| 3.3.50.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições | 60.000,00 |
| 09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos | |
| 09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos | |
| 2.008- Manutenção das Atividades do Dpto de Urbanismo | 20.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | |

09.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

| | |
|---|-----------|
| 2.046- Manutenção Fundo Municipal Saneamento Básico | |
| 3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 20.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas | 80.361,19 |

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no exercício de 2016, no valor de R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais), conforme descrito a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde**11.01 – Fundo Municipal de Saúde**

| | |
|---|------------|
| 2.031- Manutenção Atividades Fundo Mun. Saúde | |
| 3.1.90.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas | 150.000,00 |

| | |
|---|------------|
| 2.032- Manter Programa Saúde da Família | |
| 3.1.90.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas | 270.000,00 |

| | |
|---|-----------|
| 2.036- Manutenção do Sobreaviso médico | |
| 3.3.90.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas | 40.000,00 |

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, no exercício de 2016, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), conforme descrito a seguir:

01.00 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá**01.01 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá**

| | |
|--|-----------|
| 2.001- Manutenção Atividades Poder Legislativo | |
| 3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 35.000,00 |

Art. 4º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º no valor de R\$ 955.361,19 (novecentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e sessenta e um reais e dezenove centavos), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Município de Itá, conforme a seguir descrito:

02.00 – Gabinete da Prefeita e Vice Prefeito Municipal**02.01 – Gabinete da Prefeita e Vice Prefeito Municipal****2.002- Manutenção Atividades Gabinete da Prefeita e Vice**

| | |
|---|----------|
| 4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 6.000,00 |
|---|----------|

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda**03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda****0.001- Encargos Gerais do Município**

| | |
|---|-----------|
| 4.6.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 70.000,00 |
|---|-----------|

1.033- Adequação do Centro Administrativo Municipal

| | |
|---|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 30.000,00 |
|---|-----------|

2.003- Manut. Atividades da Sec. Administração e Fazenda

| | |
|---|-----------|
| 3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 29.284,50 |
|---|-----------|

2.006- Manter Atividades de Segurança Pública

| | |
|---|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 20.000,00 |
|---|-----------|

04.00 – Secretaria Municipal de Transportes**04.01 – Departamento Municipal de Estradas de Rodagem****1.045- Pavimentação Asfáltica Rodovia Itá-Subestação Linha Alegre**

| | |
|---|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas | 35.000,00 |
|---|-----------|

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**05.01 – Departamento Municipal de Agricultura****1.004- Aquisição de equipamentos rodoviários e agrícolas**

| | |
|---|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 44.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.1089 – Aplicações Diretas | 15.000,00 |

1.036- Embelezamento da propriedade

| | |
|---|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 15.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 15.000,00 |

05.02 – Departamento de Meio Ambiente**1.002- Sistema de captação e distribuição de água potável**

| | |
|---|------------|
| 4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 100.000,00 |
|---|------------|

2.011- Manutenção Departamento de Meio Ambiente

| | |
|---|-----------|
| 3.1.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 15.000,00 |
|---|-----------|

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e lazer**06.01 – Departamento de Educação**

| | |
|---|------------|
| 2.014- Manutenção Ensino Fundamental | |
| 3.1.90.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| 3.1.90.00.00.00.1018 – Aplicações Diretas | 100.000,00 |
| 06.02 – Departamento de Esporte e Lazer | |
| 1.012- Construção de Espaços Esportivos Recreativos | 20.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 5.361,19 |
| 4.4.90.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas | |

| | |
|---|-----------|
| 07.00 – Secretaria de Assistência Social | |
| 07.01 – Departamento de Assistência Social | |
| 1.013- Subvenção a Entidades sem Fins Lucrativos | |
| 3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transferência a Instituições | 20.000,00 |
| 4.4.50.00.00.00.00.1000 – Transferência a Instituições | 5.000,00 |
| 2.022- Manutenção Atividades Dpto de Promoção Social | |
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | |
| 07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social | |
| 2.051- Manutenção Fundo Mun. de Assistência Social | 10.000,00 |
| 3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 90.000,00 |
| 2.052- Proteção Social Básica | |
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 9.000,00 |
| 00 | |
| 2.056- Prot. Social Especial de Média e Alta Complexidade | 10.000,00 |
| 3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 12.000,00 |
| 0,00 | |
| 3.3.50.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | |

07.04 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS
1.014- Melhoria Habitacional

| | |
|--|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 25.000,00 |
|--|-----------|

07.05 – Fundo Municipal de Direitos do Idoso
1.040- Adequação de Espaços de Convivência, Recreação

| | |
|--|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |
|--|-----------|

2.057- Manutenção Fundo Mun. Direito do Idoso

| | |
|--|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 5.000,00 |

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenv. Econômico

08.01 – Departamento de Turismo

1.030- Construção do Portal Turístico

| | |
|--|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| | |

1.042- Projeto Mirante Caracol

| | |
|--|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |
|--|-----------|

1.048- Construção Ciclovia

| | |
|--|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |
|--|-----------|

2.054- Apoio ao Turismo Rural

| | |
|--|-----------|
| 3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. a Instituições | 10.000,00 |
|--|-----------|

2.055- Festival de Inverno de Itá

| | |
|--|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 11.715,50 |
|--|-----------|

2.058- Parque das Torres

| | |
|--|-----------|
| 3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | |
| 3.3.50.00.00.00.00.1045 – Transf. a Instituições | 10.000,00 |
| | 10.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| | 10.000,00 |
| 4.5.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas | |

08.02 – Departamento de Industria, Comércio e Serviços
1.017- Estimulo a instalação e desenv. Unidades Produtivas

| | |
|--|----------|
| 4.5.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 8.000,00 |
|--|----------|

2.028- Manutenção do Dpto de Industria, Comércio de Serviços

| | |
|--|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 30.000,00 |
|--|-----------|

08.03 – Departamento de Cultura

1.022- Construção do Centro de Cultura

| | |
|--|----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 5.000,00 |
|--|----------|

1.027- Replica em Miniatura Antiga Cidade de Itá

| | |
|--|----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 5.000,00 |
|--|----------|

08.04 – Fundo Municipal de Turismo

2.030- Manut. Atividades Fundo Mun. de Turismo

| | |
|--|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 5.000,00 |

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

1.035- Saneamento Básico Municipal

| | |
|--|-----------|
| 3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. a Instituições | 5.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |

Art. 5º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 2º no valor de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta e sessenta mil reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, conforme a seguir descrito:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

| | |
|--|-----------|
| 1.019- Aquisição de Veiculo | |
| 4.4.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas | 20.000,00 |

| | |
|--|------------|
| 2.035- Manut. Farmácia Básica | |
| 3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| 2.037- Manutenção Convênio com Hospitais | |
| 3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas | 300.000,00 |
| | |

Art. 6º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, conforme a seguir descrito:

01.00 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá

01.01 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá

| | |
|---|-----------|
| 1.031- Viabilização Sede do Poder Legislativo | |
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 35.000,00 |

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, 24 de outubro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

ADELIANE JACIRA BETTO

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 093/2016

Decreto nº 093, de 26 de Outubro de 2016

"Designa Responsável para Autorizar Pagamentos e dá outras providências".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o art. 70 c/c o art. 69, Incisos VII, IX, XV e XXIV da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de delegar as atribuições de responsabilidade pela autorização dos pagamentos, bem como para assinar as ordens de pagamento;

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora SILVIA REGINA BENDER MAGRI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para autorizar os pagamentos do Município de Itá, SC, bem como para assinar as respectivas ordens de pagamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Itá –SC, 26 de Outubro de 2016.

LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

ADELIA NE JACIRA BETTO
Secretária de Administração e Fazenda

LEI N. 2484

LEI Nº 2484, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

"Autoriza o Município de Itá a transferir recursos financeiros para a Companhia ITA HIDROMINERAL S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 04.583.832/0001-39 e dá outras providências"

LEIDE MARA BENDER, Prefeita de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município que coloca em apreciação e votação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte projeto de lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a transferência de recursos financeiros da quantia de até R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), durante o exercício financeiro de 2016, para a Companhia Itá Hidromineral S/A, inscrita no CNPJ sob o n. 04.583.832/0001-39, a título de auxílio financeiro para custear as despesas de manutenção.

Parágrafo Único. As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta do orçamento vigente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, 24 de outubro de 2016.
LEIDE MARA BENDER
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

ADELIA NE JACIRA BETTO
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI N. 2485

Lei nº 2485, de 24 de outubro de 2016

"Dispõe Sobre Autorização para a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências".

Leide Mara Bender, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal, Faz Saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no exercício de 2016, no valor de R\$ 870.361,19 (oitocentos e setenta mil, trezentos e sessenta e um reais e dezenove centavos), conforme descrito a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

2.006- Manter Atividade de Segurança Pública

| | |
|--|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1089 – Aplicações Diretas | 15.000,00 |
|--|-----------|

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

| | |
|--|------------|
| 2.012- Manutenção Secretaria de Educação | |
| 3.1.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas | 120.000,00 |
| 2.015- Transporte Escolar Ensino Fundamental | |
| 3.3.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas | 60.000,00 |
| 3.1.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas | 20.000,00 |

| | |
|---|------------|
| 2.017- Manutenção Apoio Ensino Médio e Profissionalizante | |
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 35.000,00 |
| 2.020- Manutenção Creche Municipal | |
| 3.1.90.00.00.00.00.1018 – Aplicações Diretas | 100.000,00 |

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.01 – Departamento de Turismo

| | |
|---|-----------|
| 2.025- Manutenção Atividades Departamento Turismo | |
| 3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 20.000,00 |

08.02 – Departamento de Indústria, Comércio e Turismo

| | |
|---|------------|
| 2.027- Capitalização e Transferência a Itá Hidromineral | |
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 130.000,00 |

08.03 – Departamento de Cultura

| | |
|--|------------|
| 2.029- Manutenção Departamento de Cultura | |
| 3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 120.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 20.000,00 |

| | |
|---|-----------|
| 2.045- Realização do Carnaval Náutico | |
| 3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transferências a Instituições | 60.000,00 |

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

09.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

2.008- Manutenção das Atividades do Dpto de Urbanismo

| | |
|--|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 20.000,00 |
|--|-----------|

09.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico

| | |
|---|-----------|
| 2.046- Manutenção Fundo Municipal Saneamento Básico | |
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 20.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas | 80.361,19 |

Art. 2º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir

Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no exercício de 2016, no valor de R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais), conforme descrito a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde
11.01 – Fundo Municipal de Saúde

| | |
|---|------------|
| 2.031- Manutenção Atividades Fundo Mun. Saúde | |
| 3.1.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas | 150.000,00 |
| 2.032- Manter Programa Saúde da Família | |
| 3.1.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas | 270.000,00 |
| 2.036- Manutenção do Sobreaviso médico | |
| 3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas | 40.000,00 |

Art. 3º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, no exercício de 2016, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), conforme descrito a seguir:

01.00 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá
01.01 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá

| | |
|--|-----------|
| 2.001- Manutenção Atividades Poder Legislativo | |
| 3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 35.000,00 |

Art. 4º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º no valor de R\$ 960.361,19 (novecentos e sessenta mil, trezentos e sessenta e um reais e dezenove centavos), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Município de Itá, conforme a seguir descrito:

02.00 – Gabinete da Prefeita e Vice Prefeito Municipal
02.01 – Gabinete da Prefeita e Vice Prefeito Municipal
2.002- Manutenção Atividades Gabinete da Prefeita e Vice

| | |
|--|----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 6.000,00 |
|--|----------|

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda
0.001- Encargos Gerais do Município

| | |
|--|-----------|
| 4.6.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 70.000,00 |
|--|-----------|

1.033- Adequação do Centro Administrativo Municipal

| | |
|--|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 30.000,00 |
|--|-----------|

2.003- Manut. Atividades da Sec. Administração e Fazenda

| | |
|--|-----------|
| 3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 29.284,50 |
|--|-----------|

2.006- Manter Atividades de Segurança Pública

| | |
|--|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 20.000,00 |
|--|-----------|

04.00 – Secretaria Municipal de Transportes
04.01 – Departamento Municipal de Estradas de Rodagem
1.045- Pavimentação Asfáltica Rodovia Itá-Subestação Linha Alegre

| | |
|--|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas | 35.000,00 |
|--|-----------|

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 – Departamento Municipal de Agricultura
1.004- Aquisição de equipamentos rodoviários e agrícolas

| | |
|--|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 44.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.1089 – Aplicações Diretas | 15.000,00 |

1.036- Embelezamento da propriedade

| | |
|--|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 15.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 15.000,00 |

05.02 – Departamento de Meio Ambiente
1.002- Sistema de captação e distribuição de água potável

| | |
|--|------------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 100.000,00 |
|--|------------|

2.011- Manutenção Departamento de Meio Ambiente

| | |
|--|-----------|
| 3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 15.000,00 |
|--|-----------|

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e lazer
06.01 – Departamento de Educação

| | |
|--|-----------------------|
| 2.014- Manutenção Ensino Fundamental | |
| 3.1.90.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| 3.1.90.00.00.00.00.1018 – Aplicações Diretas | 100.000,00 |
| 06.02 – Departamento de Esporte e Lazer 1.012- Construção de Espaços Esportivos Recreativos | 20.000,00 5.361,19 |
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas 4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas | |

| | |
|--|-----------------------|
| 07.00 – Secretaria de Assistência Social 07.01 – Departamento de Assistência Social 1.013- Subvenção a Entidades sem Fins Lucrativos 3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transferência a Instituições | 20.000,00 5.000,00 |
| 4.4.50.00.00.00.00.1000 – Transferência a Instituições | |

| | |
|---|------------------------|
| 2.022- Manutenção Atividades Dpto de Promoção Social 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | |
| 07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social 2.051- Manutenção Fundo Mun. de Assistência Social 3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 10.000,00 90.000,00 |
| 2.052- Proteção Social Básica 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas 00 | 9.000,00 |
| 2.056- Prot. Social Especial de Média e Alta Complexidade | 10.000,00 12.000,00 |
| 3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas 0,00 | |
| 3.3.50.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | |

07.04 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS
1.014- Melhoria Habitacional

| | |
|--|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 25.000,00 |
|--|-----------|

07.05 – Fundo Municipal de Direitos do Idoso
1.040- Adequação de Espaços de Convivência, Recreação

| | |
|--|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |
|--|-----------|

2.057- Manutenção Fundo Mun. Direito do Idoso

| | |
|--|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 5.000,00 |

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenv. Econômico
08.01 – Departamento de Turismo
1.030- Construção do Portal Turístico

| | |
|--|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |
|--|-----------|

1.042- Projeto Mirante Caracol

| | |
|--|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |
|--|-----------|

1.048- Construção Ciclovia

| | |
|--|-----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |
|--|-----------|

2.054- Apoio ao Turismo Rural

| | |
|--|-----------|
| 3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. a Instituições | 10.000,00 |
|--|-----------|

2.055- Festival de Inverno de Itá

| | |
|--|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 11.715,50 |
|--|-----------|

2.058- Parque das Torres

| | |
|--|-----------|
| 3.1.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | |
| 3.3.50.00.00.00.00.1045 – Transf. a Instituições | 10.000,00 |
| | 10.000,00 |
| 3.3.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| | 10.000,00 |
| 4.5.90.00.00.00.00.1045 – Aplicações Diretas | |

08.02 – Departamento de Industria, Comércio e Serviços**1.017- Estimulo a instalação e desenv. Unidades Produtivas**

| | |
|--|----------|
| 4.5.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 8.000,00 |
|--|----------|

2.028- Manutenção do Dpto de Industria, Comércio de Serviços

| | |
|--|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 30.000,00 |
|--|-----------|

08.03 – Departamento de Cultura**1.022- Construção do Centro de Cultura**

| | |
|--|----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 5.000,00 |
|--|----------|

1.027- Replica em Miniatura Antiga Cidade de Itá

| | |
|--|----------|
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 5.000,00 |
|--|----------|

08.04 – Fundo Municipal de Turismo**2.030- Manut. Atividades Fundo Mun. de Turismo**

| | |
|--|-----------|
| 3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 5.000,00 |

09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**09.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico****1.035- Saneamento Básico Municipal**

| | |
|--|-----------|
| 3.3.50.00.00.00.00.1000 – Transf. a Instituições | 10.000,00 |
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |

Art. 5º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 2º no valor de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta e sessenta mil reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, conforme a seguir descrito:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde**11.01 – Fundo Municipal de Saúde**

| | |
|--|-----------|
| 1.019- Aquisição de Veiculo | |
| 4.4.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas | 20.000,00 |

| | |
|--|------------|
| 2.035- Manut. Farmácia Básica | |
| 3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| 2.037- Manutenção Convênio com Hospitais | |
| 3.3.90.00.00.00.00.1002 – Aplicações Diretas | 300.000,00 |

Art. 6º Os recursos para a Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), serão provenientes da anulação de Dotação do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Itá, conforme a seguir descrito:

01.00 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá**01.01 – Câmara Municipal de Vereadores de Itá**

| | |
|---|-----------|
| 1.031- Viabilização Sede do Poder Legislativo | |
| 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas | 35.000,00 |

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá – SC, 24 de outubro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra

ADELIANE JACIRA BETTO

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Itapema

PREFEITURA

DECRETO Nº 366/2016

DECRETO Nº 366/2016

ALTERA O DECRETO Nº 234, DE 24 DE MARÇO DE 2016.

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º - O Decreto nº 234, de 24 de março de 2016, passa a vigorar com as seguintes modificações:

Art. 1º -

VII – 14 de novembro, em decorrência da “Proclamação da República”.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapema, 26 de outubro de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 367/2016

DECRETO Nº 367/2016

ALTERA O DECRETO Nº 115, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º - O Anexo I do Decreto nº 115, de 29 de novembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes modificações:

PERMISSIONÁRIOS:

| BOX | FINALIDADE |
|--------|---|
| BOX 10 | Casa do Produtor Rural |
| BOX 12 | Casa da Cultura |
| BOX 18 | Casa da Cultura |
| BOX 19 | Casa da Cultura |
| BOX 20 | PIT – Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico |
| BOX 23 | “Economia Solidária” |
| BOX 25 | Sede da Associação de Deficientes de Itapema – ADI |
| BOX 30 | Palco |
| BOX 31 | Casa da Cultura |

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapema, 26 de outubro de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.595/2016

| | | | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| Lei 3.595, de 26 de outubro de 2016 | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2017, e dá outras providências. | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| O Prefeito Municipal de Itapema, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal e o que dispõe a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, faz saber que a Câmara de Vereadores de Itapema aprovou e eu sanciono a seguinte: | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| LEI | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, no artigo 4º da Lei Federal Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e § 8º, inciso II do artigo 56, da Lei Orgânica do Município de Itapema, as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Município para o exercício de 2017, compreendendo:

- I – as prioridades e metas da administração pública municipal, extraídas do Plano Plurianual vigente;
- II – a estrutura e organização dos Orçamentos;
- III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV – as disposições sobre operações de crédito e dívida pública municipal;
- V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal, encargos sociais e políticas públicas de recursos humanos;
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e
- VII – as disposições gerais.

Parágrafo único - Integram a presente Lei o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais, elaborados de acordo com a Portaria nº 553, de 22 de setembro de 2014, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, determinados pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF).

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL,

EXTRAÍDAS DO PLANO PLURIANUAL VIGENTE

Art. 2º As ações prioritárias e as respectivas metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2017 são as constantes do Anexo de Metas e Prioridades desta Lei, em consonância com o Plano Plurianual 2014/2017, e suas alterações, cujas dotações necessárias ao cumprimento das metas terão precedência no projeto e na lei orçamentária.

Art. 3º Na elaboração da proposta orçamentária de 2017 e durante a sua execução, o Executivo Municipal poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa fixada à receita estimada, em virtude de reprogramação das receitas e despesas, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

Art. 4º Durante a execução orçamentária de 2017, o Poder Executivo, mediante autorização legislativa, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício constantes nos Anexos do PPA 2014-2017, e suas alterações.

§ 1º Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento sem antes estiverem assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito; (art. 15, desta)

§ 2º Não se constitui infração a este artigo o início de novo projeto mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentário e financeiro para o atendimento dos projetos em andamento e novos;

§ 3º É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38, da Lei federal nº. 8.666/93, o atendimento ao art. 45 da LC 101/2000;

§ 4º O Sistema de Controle Interno fiscalizará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da LC 101/2000.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º O projeto de lei orçamentária Anual será encaminhado a Câmara Municipal, conforme estabelecido no inciso III do caput, do art. 165 da Constituição Federal e art. 2º, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, será composto de:

- I – mensagem;
- II – texto da lei; e
- III – anexos orçamentários.

Art. 6º Para efeito desta Lei entende-se por:

- I – função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas que competem ao setor público;

II – subfunção, representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

IV – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VI – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VII – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VIII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação;

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e subfunção às quais se vinculam;

§ 3º As categorias de programação de que o art. 167, VI, da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 7º A previsão da receita e a fixação da despesa serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 8º Considera-se irrelevantes para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, despesas igual ou inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais), pois se enquadram no disposto dos incisos I e II, do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Art. 9º A Lei Orçamentária para o exercício de 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aqueles vinculado para o Fundo Municipal de Saúde, Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema, Fundação Municipal de Cultura de Itapema, Fundo Municipal de Assistência Social de Itapema e Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Itapema mantidas pelo Poder Público, desdobrada as despesas por funções, subfunções, programas, projetos, atividades ou operações especiais e, quanto à natureza, por categoria econômica, grupos de natureza de despesas e modalidades de aplicações, de conformidade com as Portarias nº 42, de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão MOG, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei Federal nº 4.320, de 1964, Portaria Interministerial nº 163, de 2001, Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 2014, e alterações posteriores na forma dos seguintes anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei 4.320, de 1964, Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei 4.320, de 1964, Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

III – Demonstrativo da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/64 e Adendo III da SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

IV – Classificação da Despesa Quanto à sua Natureza - Resumo Geral (Anexo 4 da Lei 4.320, de 1964, Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

V – Demonstrativo das Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei 4.320, de 1964, Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

VI – Programa de Trabalho (Anexo 6 da Lei 4.320, de 1964, Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

VI - Programa de Trabalho (Anexo 6 da Lei 4.320, de 1964, Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

VII – Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320, de 1964, Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme o vínculo com os recursos (Anexo 8 da Lei 4.320, de 1964, Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei 4.320, de 1964, Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8, de 1985);

X – Planilha da Despesa Orçada em projeto/atividade, para o exercício.

§ 1º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema, Fundação Municipal de Cultura, Fundo Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Itapema, que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo;

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 10 O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, até 15 de setembro de 2017, suas respectivas propostas orçamentárias, observado os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária. (art. 56, § 8º, LOM)

Art. 11 A lei de orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação, a fonte de recursos e os grupos de despesas, conforme discriminação a seguir:

I – pessoal e encargos sociais – 1;

II – juros e encargos da dívida – 2;

III – outras despesas correntes – 3;

IV – investimentos – 4;

V – inversões financeiras – 5;

VI – amortização da dívida – 6; e

VII – Reserva de Contingência – 9.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS

ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 12 A elaboração do projeto da lei orçamentária de 2017, a aprovação e a execução da respectiva Lei deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, o equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, observando-se o princípio da publicidade, inclusive divulgação em sítio eletrônico, e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, abrangendo os Poderes: Legislativo e Executivo, Fundo Municipal de Saúde, Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema, Fundação Municipal de Cultura, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Itapema.

Parágrafo único - O Poder Legislativo poderá realizar audiências públicas durante a apreciação da Proposta Orçamentária de 2017, que contarão com a participação da comunidade em geral.

Art. 13 A execução orçamentária do Poder Legislativo será independente, mas integrada ao Executivo para fins de contabilização e cumprimento ao art. 166, § 1º, II, da Constituição.

Art. 14 O total da despesa do Poder Legislativo no exercício de 2017, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, não poderá ultrapassar o limite de 7% (sete por cento), relativos ao somatório das receitas correntes previstas no art. 153, § 5º e nos artigos 158 e 159 da Constituição, efetivamente realizado no exercício de 2016, nos termos do art. 29 e EC nº. 58, de 23/09/2009, da Carta da República.

§ 1º As transferências ao Poder Legislativo far-se-ão na forma de parcelas mensais, conforme o cronograma de desembolso apresentado pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, de acordo com o que preceitua o art. 8º, caput, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e o art. 10 desta Lei, respeitados, em todos os casos, os limites de que trata o caput e de suas dotações orçamentárias;

§ 2º As arrecadações de imposto de renda retido na fonte, rendimentos de aplicações financeiras e outras que venham a ingressar nos cofres públicos por intermédio do Legislativo, serão contabilizadas no Poder Executivo como receita municipal e, concomitantemente, como adiantamento de repasse mensal no Executivo e no Legislativo;

§ 3º Ao final do exercício financeiro, o saldo de recursos em disponibilidade do Legislativo será devolvido ao Poder Executivo, deduzidos os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro considerando-se somente as contas do Poder Legislativo.

Art. 15 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2017 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único, e 50, I, da LRF)

Art. 16 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, constantes do Anexo de Metas Fiscais desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do Orçamento da Receita. (Art. 4º, § 2º, V, e art. 14, I, da LRF)

Parágrafo único - A renúncia de receita superior ao montante estimado para o exercício de 2017 será acompanhada de medidas de compensação, nos termos no inciso II, do artigo 14, da Lei Complementar Federal Nº 101/00.

Art. 17 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12, da LRF)

Art. 18 Na Lei Orçamentária Anual de 2017 os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no artigo 15 desta lei. (art. 8º, § Único, e 50, I, da LRF)

Art. 19 Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receita e despesa.

Art. 20 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário poderão ser cancelados, ou dispensados o ajuizamento, mediante Lei específica, não se constituindo renúncia de receita para os efeitos do disposto no artigo 14, da Lei Complementar Federal Nº 101/2000. (Art. 14, § 3º, da LRF)

Art. 21 O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14, da LRF)

Art. 22 Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, não se constituindo renúncia de receita para os efeitos do disposto no artigo 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, da LRF)

Art. 23 O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá promover programas de recuperação fiscal voltados ao incremento das receitas.

Art. 24 A apuração do Excesso de Arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/64, será realizada em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único, e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

Art. 25 A transferência de recursos do Tesouro Municipal a título de subvenções, contribuições ou auxílios de capital beneficiarão entidades privadas que seja de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivos, de cooperação técnica ou de saúde e voltados para o fortalecimento do associativismo municipal, nos termos do artigo 4º, I, "f", da Lei Complementar Federal Nº 101, de 04/05/00.

§ 1º A transferência de recursos à entidade privada dar-se-á após ser firmado o respectivo convênio, acordo, ajuste, termo simplificado de repasse ou instrumento congêneres;

§ 2º Para efeito de habilitar-se à contemplação com verbas de subvenções, contribuições ou auxílios de capital, a entidade pleiteante deverá atender aos requisitos e as condições fixadas em Decreto do Poder Executivo.

§ 3º Não serão concedidos repasses financeiros à entidade:

I – que não tenha prestado contas, tempestivamente, da aplicação de subvenção, contribuição ou auxílio de capital recebido anteriormente;

II – considerada sem condições de funcionamento pelo Executivo Municipal;

III – que não atenda qualquer dos requisitos definidos pelo Executivo Municipal;

IV – deixar de comprovar o regular funcionamento na forma dos estatutos sociais;

V – que membros do Poder Executivo e Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou respectivos cônjuges ou companheiros, sejam proprietários, controladores ou diretores.

§ 4º A prestação de contas das entidades contempladas com transferências de recursos financeiros deverá atender os prazos e as exigências regulamentares, mediante a comprovação do atendimento do interesse público a ser atendido com o repasse, sob pena de devolução dos recursos por desvio de finalidade, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade e Controle Interno (artigo 70, § único da CF e Lei Municipal n. 3380/2014);

§ 5º As entidades que receberem recursos do Tesouro Municipal deverão promover a devolução dos recursos não utilizados (saldo) ou utilizados em desconformidade com o objeto ou objetivo da transferência;

§ 6º Fica vedado o repasse de nova parcela às entidades que não prestarem contas dos valores recebidos do Executivo Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do recurso;

§ 7º Ficam vedados novos convênios ou prorrogação dos já existentes, às entidades que não tenham suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal (Lei Municipal n. 3380/2014);

§ 8º Para execução dos objetos previstos nas transferências de recursos públicos, poderá o Executivo Municipal exigir contrapartida financeira a ser efetivada pela entidade beneficiada.

Art. 26 A transferência de recursos financeiros à entidade privada a título de contribuição corrente ou capital ocorrerá mediante autorização em Lei específica ou destinada à entidade sem fins lucrativos selecionada para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual.

§ 1º A alocação de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições ou auxílio de capital, fica condicionada à autorização em Lei especial, prevista no artigo 12, § 6º, da Lei Federal Nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

§ 2º A transferência de recursos a título de contribuição corrente não autorizada em Lei específica dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, o qual conterá justificativa de que a entidade selecionada é a que melhor atende aos critérios estabelecidos para a escolha.

Art. 27 As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos (Lei Municipal n. 3380/2014).

Art. 28 A proposta orçamentária obedecerá as seguintes diretrizes:

I – As despesas com o pagamento da dívida pública, encargos sociais e salários terão prioridades sobre as demais ações de manutenção e de expansão dos serviços públicos;

II – As obras em execução terão prioridades sobre novos projetos.

Art. 29 O controle de custos será apurado através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e", da LRF)

Art. 30 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária, exceto, em relação aos processos administrativos licitatórios na modalidade Pregão, para Registro de Preços.

Art. 31 Não serão programados novos projetos:

I – por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;

II – que não possuam comprovada viabilidade técnica, econômica e financeira;

III – sem antes ter assegurado recursos para a conservação do patrimônio público, na forma do artigo 45, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000.

Parágrafo único - No caso de projetos executados por força de operações de crédito, convênios, ajustes ou acordos, não haverá necessidade de redução ou anulação de outros projetos.

Art. 32 As despesas com a educação obedecerão às disposições da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da lei que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e de Valorização do Magistério.

Parágrafo único - O Município aplicará na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), da receita resultante de impostos, compreendida a de arrecadação de sua competência e a proveniente de transferência.

Art. 33 Para atendimento do art. 212 da Constituição Federal, o Poder Executivo poderá garantir aos alunos do ensino fundamental obrigatório e gratuito da rede municipal o fornecimento de material didático-pedagógico, serviço de transporte escolar, uniforme escolar e a merenda escolar.

Art. 34 Quando a rede oficial de ensino fundamental for insuficiente para atender a demanda poderão ser concedidos, na forma da lei, auxílios financeiros a outras instituições de ensino fundamental, estabelecidas no Município, para suprimento da demanda apresentada.

Art. 35 As despesas com ações e serviços públicos de saúde obedecerão às disposições do art. 198 da Constituição e art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e da legislação que regula o Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo único - O Município aplicará na manutenção dos serviços e ações do sistema de saúde pública no mínimo 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a de arrecadação de sua competência e a proveniente de transferência.

Art. 36 Para os efeitos do art. 198 da Constituição, o Poder Executivo poderá garantir à população o atendimento à assistência médica, farmacêutica, odontológica e transporte para tratamentos de saúde.

Art. 37 Quando a rede pública local for insuficiente para atender a demanda poderá ser conveniado com outras instituições de saúde, serviços para suprimento da demanda apresentada.

Art. 38 A Fundação Municipal de Cultura de Itapema poderá repassar auxílios financeiros a entidades culturais e às pessoas físicas que exerçam atividades culturais, mediante prévia autorização legislativa e obediência aos ditames da Lei Federal Nº 4.320/64 e as prescrições contidas no artigo 26, da Lei Complementar Federal Nº 101/2000.

Art. 39 Fica autorizada a concessão de premiações, incentivos materiais e benefícios de caráter social, cultural, educacional ou promocional diretamente às pessoas físicas e às entidades sem fins lucrativos ou filantrópicos, voltados ao atingimento das finalidades institucionais dos órgãos e entidades que integram a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal.

Art. 40 Em programas de natureza social de transferência direta de recursos financeiros a pessoas físicas, previamente autorizadas em Lei específica, a Administração Municipal poderá autorizar os pagamentos aos beneficiários finais mediante mecanismo que permita a identificação, pelo banco, do beneficiário do pagamento.

Parágrafo único - A concessão de auxílios financeiros a necessitados deverá considerar a renda familiar, idade, estado de saúde, estado civil, número de dependentes ou outros critérios definidos em Lei específica ou Regulamento.

Art. 41 Os Órgãos do Executivo Municipal, através da Administração Direta ou Indireta, ficam autorizados a realizar convênios e similares, no âmbito de sua administração, com a União, os Estados, os Municípios e outras entidades oficiais ou mesmo privadas.

Parágrafo único - Fica o Executivo Municipal autorizado a promover a devolução do saldo não utilizado e/ou utilizado em desconformidade com a finalidade da transferência de recursos públicos da União ou Estados.

Art. 42 Fica o Município autorizado a firmar convênio, consórcios, acordos, ajustes ou ato congênere com a União ou o Estado e seus órgãos e entidades da administração para a execução de programas de trabalho que atendam ao interesse público, bem como estabelecer contratações de Parcerias Público-Privadas, no âmbito da Administração, nos termos da Lei Federal nº 11.079, de 30 de Dezembro de 2004.

Art. 43 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62, da LRF)

Art. 44 O orçamento da Unidade Gestora Central contemplará recursos para a reserva de contingência, limitados até 2,00% (dois por cento) das receitas correntes líquidas previstas, apurada na forma do art. 2º, § 3º da LC 101/2000, tendo como referência a receita estimada para 2017 apresentadas no PPA 2014-2017, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos termos do art. 5º, III, "b", da LC 101/2000.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entendem-se como passivos contingentes, riscos fiscais e eventos fiscais imprevistos, respectivamente:

I – as obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações e desapropriações;

II – emergências, calamidades públicas, frustração de arrecadação prevista; e

III – extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas e outros.

§ 2º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo, observado o disposto no Anexo de Riscos Fiscais desta Lei;

§ 3º Havendo necessidade no Fundo de Saúde, Fundação Ambiental, Fundação Municipal de Cultura, Fundo Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Itapema, a Unidade Central transporá por Decreto do Executivo a reserva necessária;

§ 4º Não sendo a Reserva de Contingência suficiente para atender os Riscos Fiscais, caso se concretizem, serão utilizados recursos do "Superávit Financeiro" do exercício de 2016, ou de créditos adicionais, abertos por "Excesso de Arrecadação", exclusive os provenientes de recursos vinculados ou de convênios, e podendo ser encaminhado projeto de lei ao Legislativo para anulação de recursos alocados no Orçamento Fiscal;

§ 5º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o 10 (dez) de dezembro de 2017, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 45 A execução do Orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN Nº 163/2001 e alterações.

§ 1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma Categoria Econômica/Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167 VI, da CF)

a) A lei orçamentária poderá autorizar o Poder Executivo a remanejar, em até 20% (vinte por cento), por ato próprio (Decreto), dentro de cada projeto ou atividade, o saldo das dotações dos elementos de despesa que o compõem;

b) O detalhamento da Lei Orçamentária, bem como os créditos adicionais relativos ao Poder Legislativo, respeitado o total fixado, será autorizado, no seu âmbito, mediante Resolução do Presidente da Câmara.

c) Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, mensagem contendo exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais.

§ 2º O remanejamento orçamentário para o Fundo Municipal de Saúde, Fundação Ambiental Área Costeira de Itapema, Fundação Municipal de Cultura, Fundo Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Itapema, através de anulação parcial ou total de dotações da Administração Direta, serão realizados somente com autorização específica do Poder Legislativo.

Art. 46 A liberação das dotações às unidades orçamentárias será efetuada pela Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo ao comportamento da receita arrecadada pelo Município.

Art. 47 Os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, quando necessário, serão encaminhados à Câmara de Vereadores no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento, pelo Executivo Municipal.

Art. 48 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 49 O Poder Executivo estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas unidades gestoras, nos termos do art. 8º da LC 101/2000, com vistas a manter durante a execução orçamentária o equilíbrio entre as contas e a regularidade das operações orçamentárias.

Parágrafo único - Para fins de elaboração da programação financeira e cronograma de desembolso do Poder Executivo, Legislativo e as entidades da administração indireta, em até 20 (vinte) dias da publicação da lei orçamentária, encaminharão ao Executivo a sua proposta parcial, para efeitos de integração.

Art. 50 De acordo com o artigo 9º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, no caso de insuficiência de recursos durante a execução orçamentária, ficam estabelecidos os seguintes critérios para a ordem de limitação de empenho:

I – obras não iniciada;

II – desapropriações;

III – instalações, equipamentos e materiais permanentes;

IV – contratação de pessoal;

V – serviços para a expansão da ação governamental;

VI – materiais de consumo para a expansão da ação governamental;

VII – fomento ao esporte;

VIII – fomento a cultura;

IX – fomento ao desenvolvimento;

X – serviços para a manutenção da ação governamental;

XI – materiais de consumo para manutenção da ação governamental.

§ 1º Estão excluídos os valores que constituem obrigações constitucionais e legais, os valores legalmente vinculados, e os ressalvados por esta lei, conforme parágrafo 2º do artigo 9º da Lei Complementar 101/2000;

§ 2º As determinações para limitação de empenhos serão expedidas pelo Departamento de Contabilidade Geral da Secretaria Municipal de Finanças, quando verificar que as realizações das receitas e das despesas não comportarão o cumprimento das metas fiscais estabelecidas nesta lei, na forma prevista pelo artigo 9º da Lei Complementar 101/2000;

§ 3º Para viabilizar a operacionalização do parágrafo anterior, os órgãos da administração indireta enviarão para o Departamento de Contabilidade Geral os quadros de acompanhamento das metas fiscais até o décimo dia após o encerramento de cada bimestre;

§ 4º A limitação de empenho será operacionalizada, dentre outras formas, através da suspensão do recebimento de requisições de materiais e de serviços e de solicitações de empenhos, por parte do Departamento de Compras e Orçamento, do Secretário de Finanças, do departamento de contabilidade e do Gestor da Administração Indireta;

§ 5º A limitação de empenho será mantida até que o Departamento de Contabilidade Geral verifique e demonstre a possibilidade do cumprimento das metas fiscais;

§ 6º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE OPERAÇÕES DE CREDITO E DIVIDA

PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 51 Obedecidos aos limites estabelecidos nas Resoluções do Senado Federal Nº s 40 e 43, e alterações, o Município poderá realizar operações de créditos no exercício de 2017, destinadas a despesas de capital previstas ou inclusas no Orçamento.

Art. 52 A verificação dos limites da dívida pública e as contratações de operações de créditos serão feitas em conformidade com o disposto na Portaria Nº 637/2012, da STN/MF.

Art. 53 A contratação de operações de crédito e as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber, à esfera Municipal, na Seção IV, do Capítulo VII, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 04/05/00.

Art. 54 A inclusão de dotações na Lei Orçamentária de 2017 destinadas ao pagamento de precatório judiciário deve atentar ao disposto nos artigos 78 e 87, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

§ 1º As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em atividades específicas, nas programações a cargo da Secretaria de Finanças.

§ 2º A Procuradoria Geral encaminhará a Secretaria Municipal de Finanças, até 01 de agosto de 2017, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2018, conforme determina o artigo 100, § 1º, da Constituição Federal, especificando o número do processo, número do precatório, data da expedição, nome do beneficiário e o valor a ser pago.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO

COM PESSOAL

Art. 55 No exercício financeiro de 2017 as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Executivo e Legislativo, terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a situação vigente, projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos, alterações de planos de cargos e salários e ou carreira, e admissões para preenchimento de cargos.

§ 1º Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos, aposentadorias e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo, Legislativo, das Autarquias e Fundações Públicas, cujo percentual será definido em lei específica;

§ 2º Os recursos para revisão geral de pessoal poderão constar da Lei Orçamentária em categoria de programação específica, ou estarem contempladas nos programas no próprio Orçamento.

Art. 56 Para fins de apuração da despesa com pessoal, prevista no artigo 18, da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, bem como as despesas com serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores e empregados públicos, observado o disposto no artigo 59, desta Lei.

Art. 57 Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, os Poderes Municipais Executivo e Legislativo, mediante Lei autorizativa, poderão criar ou alterar cargos, empregos e funções, alterar a estrutura de plano de cargos e salários e ou carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título e autorizar concessões de quaisquer vantagens ou aumentos de remuneração, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes de anexo discriminativo da Lei Orçamentária de 2017, cujos valores serão compatíveis com os limites e regras da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000.

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no Orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

§ 2º A verificação dos limites das despesas com pessoal poderá ser feita na forma estabelecida na Lei Complementar Federal Nº 101, de 04/05/00.

Art. 58 No exercício de 2017, observado o disposto no artigo 169, da Constituição, somente poderão ser admitidos servidores se, cumulativamente:

I – existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, considerados os cargos transformados, bem como aqueles criados de acordo com o artigo 66, desta Lei, ou se houver vacância;

II – houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Art. 59 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20, da LRF)

I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II – eliminação das despesas com horas extras;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V – não provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

VI – no caso do inciso I, do § 3º, do artigo 169, da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos;

VII – é facultada a redução temporária da jornada de trabalho, sem prejuízo da manutenção integral dos vencimentos dos servidores públicos municipais.

Art. 60 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95%, do limite estabelecido no artigo 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V, da LRF)

Art. 61 Para efeito desta Lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º, da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 62 O Executivo Municipal poderá firmar convênio com entidades/órgãos da Administração Municipal, Estadual e União, sobre a disponibilização de servidores municipais efetivos ou não, em conformidade com o artigo 62, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 63 As políticas de recursos humanos da Administração Pública Municipal compreendem:

I – a implantação do Plano de Cargos e Salários e ou Carreira e adequação da estrutura de cargos e funções de acordo com o modelo organizacional; (LM 3182/2013)

II – a ampliação, a integração, a articulação e a cooperação com os órgãos vinculados ao Sistema Administrativo de Gestão de Recursos Humanos, garantindo, a eficácia, eficiência e efetividade da gestão pública;

III – a orientação e monitoramento dos órgãos ou Unidades Administrativas;

IV – a valorização, a capacitação e a formação do profissional do serviço público, desenvolvendo o potencial humano, visando à modernização do Município;

V – a adequação da legislação pertinente às novas disposições constitucionais;

VI – aprimoramento e a atualização das técnicas e dos instrumentos de gestão e a implantação do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos;

VII – acompanhamento, a avaliação dos programas, planos, projetos e ações envolvendo os servidores numa gestão compartilhada, responsável e solidária;

VIII – a realização de concursos públicos para atender as necessidades de pessoal nos diversos órgãos.

Art. 64 É facultada a redução temporária da jornada de trabalho, sem prejuízo da manutenção integral dos vencimentos dos servidores públicos municipais.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

TRIBUTÁRIA

Art. 65 Para fins de aperfeiçoamento da política e da administração fiscais do Município, o Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara municipal, projetos de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, notadamente:

I – Alteração e atualização do Código Tributário Municipal;

II – Aperfeiçoamento e a atualização da legislação tributária referente ao Imposto sobre Serviços de Qualquer natureza – ISS e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

III – aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa e atualização do valor dos créditos;

IV – Adequação, inovação e atualização da legislação tributária referente às taxas municipais;

V – outras medidas de combate à evasão e sonegação fiscal, através da modernização da fiscalização tributária.

Art. 66 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º, da LRF)

Parágrafo único - Aplicam-se à Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 67 Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária.

I – serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos;

II – será apresentada programação especial de despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 68 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido do § 8º, inciso II, do artigo 56, da Lei Orgânica do Município – LOM, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento das atividades do Legislativo Municipal.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo;

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Lei do Orçamento vigente, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Art. 69 O Poder Executivo demonstrará à Câmara Municipal de Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento de cada Quadrimestre e 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício, avaliação do cumprimento das metas fiscais do quadrimestre e do exercício, bem como as justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas, se houveram. (Art. 9º, § 4º, da LRF)

Parágrafo Único - A unidade responsável pela coordenação do controle interno do Município apreciará os relatórios mencionados no caput do artigo e acompanhará a evolução do resultado nominal, durante a execução orçamentária.

*anexos disponíveis em www.leismunicipais.com.br

Itapiranga

PREFEITURA

ATA DE LICITAÇÃO DESERTA 157/2016

ATA DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGAÇÃO PRESENCIAL Nº 157/2016

Às nove horas do vigésimo quinto dia do mês de setembro de dois mil e dezesseis, nas dependências do setor de compras e licitações do Município, reuniu-se a comissão de julgamento nomeada por intermédio do Decreto nº 02/2016, para julgar a documentação apresentada ao Processo Administrativo de Licitação nº 157/2016, na modalidade de Pregão Presencial, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA ACOLHIMENTO DE JANETE MARIA KONRAD, CONFORME DECISÃO JUDICIAL AUTOS PROCESSO Nº 000038286.2016.8.24.0034. Aberta a sessão de julgamento, a comissão verificou não terem ocorrido interessados em participar do certame. Nada havendo a tratar, encerrou-se a sessão, da qual foi redigida ata que será devidamente assinada pelos membros da comissão julgadora.

| | | |
|------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Janete Frantz Baumann Pregoeira | Ademir Rohden Membro | Diego Zampiva Membro |
|------------------------------------|-------------------------|-------------------------|

DECRETO Nº 182, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 182, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Itapiranga SC, exercício de 2016, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2016 do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na fonte de Recurso 107 – Transferências de Recursos do Fundeb 60%, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) e na fonte de Recurso 120 – Recursos dos Impostos para Educação, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais):

06.01 – Secretaria Municipal Educação Cultura e Desporto – Ensino Fundamental
12.361.0066.2029 – Manutenção e Desenv. das Atividades da Educação Ensino Fundamental
33.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações diretas R\$ 25.000,00

06.02 – Secretaria Municipal Educação Cultura e Desporto – Educação Infantil
12.365.0070.2034 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil
31.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações diretas R\$ 90.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 24 de outubro de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 183, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 183, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Superávit Financeiro" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004, de 15 de dezembro de 2015:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "superávit Financeiro" verificado no exercício anterior, na seguinte fonte de recursos: 151 – Rec. Tes. Exercício Anterior – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais).

03.01 – Secretaria Municipal Administração Obras e Serviços Urbanos

04.122.0010.2004 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração

33.90.00.00.00.00.00.0151 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0042.2018 – Manutenção das Atividades da Assistência Social Geral

31.90.00.00.00.00.00.0151 – Aplicações Diretas R\$ 52.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0151 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 24 de outubro de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 184, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 184, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga-SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de Recurso 86

- Convênio de Trânsito Civil, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

03.01 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.181.0014.2007 - Convênio de Trânsito

33.90.00.00.00.00.00.0086 - Aplicações diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 25 de outubro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 211/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 211/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Transportes Barcelo Ltda Me

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 156/2016

OBJETO: Contratação de empresas para realização de transporte de atletas e outros, conforme autoriza a lei municipal nº 2.497/2008.

VALOR: R\$ 20.000,00

VIGÊNCIA: 23 de outubro de 2017.

Itapiranga – SC., 26 de outubro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 159/2016/RH

PARTES: Município de Itapiranga e THAIS BOUFLEUR.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referência:

VIGÊNCIA: 26/10/2016 a 14/12/2016

Itapiranga – SC, 26 de outubro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2016/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2016/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ELISANE ALBARELLO.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: B-01

VIGÊNCIA: 26/10/2016 a 14/12/2016

Itapiranga – SC, 26 de outubro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DOS CONTRATOS 138 E 139/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

CONTRATOS – PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Informática Itapiranga Ltda Epp

ORIGEM: Pregão Presencial nº 150/2016

OBJETO: Contratação de empresa para instalação de telefonia fixa na modalidade STFC, para a administração municipal de Itapiranga.

VALOR: R\$ 15.864,00

VIGÊNCIA: 13 de outubro de 2017.

Itapiranga – SC. 21 de outubro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2016

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 184/2014

PARTES: Município de Itapiranga e Saneoste Instaladora De Poços Ltda - Epp

ORIGEM: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 160/2014

OBJETO: Prorrogação do prazo para construção de estação elevatória, linha de recalque e estação de tratamento de esgotos sanitários, conforme projetos, memorial descritivo e orçamentos, em conformidade ao Termo de Compromisso PAC nº 0237/2014, celebrado entre o município de Itapiranga(SC)/Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde/FUNASA.

VIGÊNCIA: 31 de outubro de 2017.

Itapiranga – SC. 26 de outubro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 134/2016

PORTARIA Nº 134 de 26 de outubro de 2016

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011; Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar a carga horária de vinte horas semanais para quarenta horas semanais da servidora municipal Ida Cecília Vogt, matrícula nº 14303/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, no período de 26/10/2016 até 23/11/2016, em virtude do afastamento por doença da servidora Dinéia Ferreira Mendes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

ITAPIRANGA-SC., 26 de outubro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 135/2016

Portaria nº 135 de 26 de outubro de 2016.

Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Viviane da Silva matrícula nº 14718/01, no período de 26/10/2016 até 23/4/2017.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 26 de outubro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2904/2016 – ESTABELECE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO MUNICIPAL Nº 2904/2015

Data: 24 de outubro de 2016.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 28 de outubro de 2016 devido às festividades em comemoração ao dia do servidor público.

Art. 2º Os departamentos que executem serviços considerados essenciais obedecerão escala de trabalho estipulada pelas respectivas chefias.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 24 de outubro 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 162/2016

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 162/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo a candidata convocada a comparecer na Secretária de Educação no dia 31/10/2016, às 8h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

| Nº | CH | Área | Candidato | Período de Contrato | |
|----|----|-------|--------------------------------|---------------------|------------|
| 09 | 30 | Artes | Cintia Beatriz Machado Pereira | 04/11/2016 | 16/12/2016 |

Itapoá, 26 de outubro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 163/2016

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 163/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo a candidata convocada a comparecer na Secretária de Educação no dia 31/10/2016, às 9h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

| Nº | CH | Área | Candidato | Período de Contrato | |
|----|----|-------|----------------------|---------------------|------------|
| 10 | 30 | Artes | Gabriela Inês Kummer | 04/11/2016 | 16/12/2016 |

Itapoá, 26 de outubro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 164/2016

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 164/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo a candidata convocada a comparecer na Secretária de Educação no dia 31/10/2016, às 10h, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

| Nº | CH | Área | Candidato | Período de Contrato | |
|----|----|-------|---------------------------|---------------------|------------|
| 11 | 30 | Artes | Catiani Santos do Rosário | 04/11/2016 | 16/12/2016 |

Itapoá, 26 de outubro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

TERMO DE CONVOCAÇÃO 022/2016 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N°012/2016

TERMO DE CONVOCAÇÃO 022/2016 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL N° 012/2016

Alessandra Silveira Oliveira, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata Margarida Maria Soares para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Cédula de Identidade (RG);
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF);
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto ¾ recente;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
10. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
11. Certidão de Nascimento dos Filhos;
12. Certidão de Regularização do CPF (internet);
13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
14. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece);
15. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
16. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
17. Tipagem sanguínea;
18. Laudo médico;
19. Nº Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá.

Itapoá, 25 de Outubro de 2016.

Alessandra Silveira Oliveira

Secretária da Assistência Social Itapoá

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2016 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO NATALINA NA PRAÇA FREI GABRIEL, PRAÇA FERNANDO SENS E RUA PRESIDENTE NEREU

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº47/2016

Processo: 69/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO NATALINA NA PRAÇA FREI GABRIEL, PRAÇA FERNANDO SENS E RUA PRESIDENTE NEREU: Menor Preço Por Lote. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 11 de novembro de 2016 até as 09:00 horas no setor de protocolos. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 11 de novembro de 2016 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07:00 às 13:00 horas e pelo fone (**47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br, no link Prefeitura/Editais/Licitações.

Ituporanga, 27 de outubro de 2016

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 096 DE 20 DE OUTUBRO 2016.

DECRETO Nº. 096 DE 20 DE OUTUBRO 2016.

EDITA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016, PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO PODER EXECUTIVO.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no art. 139, e parágrafo único, da Lei Complementar no. 243, de 30 de janeiro de 2003, na Lei Federal no. 9.093, de 12 de setembro de 1995, na Lei Estadual no. 12.906, de 22 de janeiro de 2004 que alterou a Lei Estadual no. 10.306, de 26 de dezembro de 1996, Lei Municipal no. 166, de 17 de dezembro 1997, e alterado pela Lei Municipal no. 339, de 28 de maio de 2002.

DECRETA:

Art. 1º - Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016, para órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Municipal sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

- I. 1º de janeiro, sexta-feira, Confraternização Universal (feriado nacional);
- II. 08 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- III. 09 de fevereiro, terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);
- IV. 24 de março, quinta-feira (ponto facultativo);
- V. 25 de março, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado nacional);
- VI. 21 de abril, quinta-feira, Tiradentes (feriado nacional);
- VII. 22 de abril, sexta-feira (ponto facultativo);
- VIII. 01 de maio, domingo, Dia Mundial do Trabalho (feriado nacional);
- IX. 26 de maio, quinta-feira, Corpus Christi (ponto facultativo);
- X. 27 de maio, sexta-feira (ponto facultativo);
- XI. 23 de julho, sábado, Emancipação Política do Município (feriado municipal);
- XII. 07 de setembro, quarta-feira, Independência do Brasil (feriado nacional);
- XIII. 01 de outubro, sábado, Dia de Santa Terezinha, Padroeira do Município (feriado municipal);
- XIV. 12 de outubro, quarta-feira, Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional);
- XV. 31 de outubro, segunda-feira, (ponto facultativo em virtude do Dia do Servidor Público, comemorado anualmente no dia 28 de outubro);
- XVI. 01 de novembro, terça-feira (ponto facultativo);
- XVII. 02 de novembro, quarta-feira, Finados (feriado nacional);
- XVIII. 15 de novembro, terça, Proclamação da República (feriado nacional);
- XIX. 25 de dezembro, domingo, Natal (feriado nacional);

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo anterior deverá ser garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de Servidores designados para serviço e/ou plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 059 de 09 de maio de 2016.

Jacinto Machado – (SC), 20 de outubro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 097, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº. 097, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

REVOGA TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO FIRMADO COM O SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições legais e

CONSIDERANDO o disposto no item 1.2 da Cláusula Primeira do Termo de Cessão de Uso N.001/2014, sobre a revogação da cessão de uso por interesse público.

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada por relevante e justificado interesse público, a cessão de uso de bem público, veículo CAMINHOTE/FIAT STRADA, FIRE FLEX, COR BRANCA, placa MJM-1004, ano/modelo 2010/2011, Renavam nº 219428042, cujo cessionário denominado é o SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JACINTO MACHADO.

Art. 2º - Fica notificado o cessionário mencionado no Art. 1º.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 20 de outubro de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FAVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.080/2016

D E C R E T O Nº 11.080/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 44.150,00 (Quarenta e quatro mil, cento e cinquenta reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, a saber:

27 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

27.01 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

27.01.13.392.11004.103 - Realização e apoio às iniciativas culturais, festivais,

feiras e festas culturais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.01.25 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 44.150,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados aos Recursos Arrecadados pela Fundação Cultural, no valor de R\$ 44.150,00 (Quarenta e quatro mil, cento e cinquenta reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.081/2016

D E C R E T O Nº 11.081/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 251.000,00 (Duzentos e cinquenta e um mil reais), para reforço do programa e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente (Fujama), a saber:

28 - FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE

28.01 - FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE

28.01.18.122.03014.175 - Pagamento dos servidores da Fujama

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

28.01.21 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 105.164,61

28.01.22 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 82.835,39

28.01.233.1.91 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias

R\$ 35.000,00

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

28.01.20 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

TOTAL R\$ 251.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente (Fujama), proveniente de recursos vinculados aos Recursos Arrecadados pela Fujama, no valor de R\$ 117.835,39 (Cento e dezessete mil, oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e nove centavos); e do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do Exercício de 2015, da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente (Fujama), proveniente dos recursos vinculados aos Recursos Arrecadados pela Fujama, no valor de R\$ 133.164,61 (Cento e trinta e três mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e um centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ADEMAR POSSAMAI

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.082/2016

D E C R E T O Nº 11.082/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 21.000,00 (Vinte e um mil reais), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, a saber:

27 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

27.01 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

27.01.13.392.11004.115 - Realização da Festa do Atirador - Schützenfest

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.01.29 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, a saber:

27 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

27.01 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

27.01.13.392.11004.115 - Realização da Festa do Atirador - Schützenfest

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

27.01.52 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 25 de outubro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

ADEMAR POSSAMAI
Secretário Municipal da Fazenda

EDITAL CONCORRÊNCIA N.º 93/2016

EDITAL
CONCORRÊNCIA N.º 93/2016
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

O Município de Jaraguá do Sul através do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados na licitação por Concorrência acima, que está promovendo alteração e exclusão de itens no Anexo VI do Edital – Planilha Orçamentária e Quantitativa, permanecendo inalterado as demais informações, inclusive o valor máximo da licitação. O novo Edital, Versão II estará disponível no site www.jaraguadosul.sc.gov.br e o novo CD contendo as alterações estará disponível na Diretoria de Licitações e Contratos a partir do dia 27/10/2016, sem custo para as empresas que já retiraram o mesmo mediante apresentação da taxa paga. Sendo assim e pelo fato da alteração e exclusão modificarem a formulação das propostas, a Administração Pública comunica aos interessados, que está promovendo alteração na data para a entrega e a abertura dos Envelopes, conforme segue:
PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:45 horas do dia 29 de novembro de 2016, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.
ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Jaraguá do Sul (SC), 26 de outubro de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito Municipal

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1-09/2016

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1-09/2016

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 04/2016-FMAS
CONTRATADA: AGL – COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA-ME

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETO: Este edital tem como objeto a seleção de propostas, visando a locação de 01 (um) veículo sem motorista para atender ao Programa ACESSUAS, conforme Termo de Referência no ANEXO I do edital e o presente contrato.

DA RESCISÃO UNILATERAL

Considerando o despacho de fls 08/09 do Processo Administrativo 30559/2016, em que a empresa AGL – COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA-ME, solicitou a rescisão da referida ata por supostos vícios editalícios, não comprovados preliminarmente, e que afim de promover nova licitação, para não deixar desprovido o programa de apoio efetuado pelo Centro de Convivência, fica nesta data rescindido unilateralmente a ata de registro de preços firmado entre as partes, tendo em vista o interesse público e conveniência da administração CONTRATANTE, e consequentemente, extinguindo por completo a relação jurídica criada entre as partes.

DA APURAÇÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO

Fica ressalvada à Administração promover Processo Administrativo para apurar o descumprimento contratual, despesas provocadas pela desistência da empresa, e eventual sanção administrativa em face da empresa AGL – COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA-ME, respeitando a ampla defesa e o contraditório.

DATA DA ASSINATURA: 19/10/2016

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIO: JEAN CARLO LEUTPRECHT

JEAN CARLO LEUTPRECHT

Gerenciador do Fundo

Municipal da Assistência Social

EXTRATO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 21

EXTRATO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 21/41211-1

AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA: LEI MUNICIPAL Nº 7152/2015 E LEI MUNICIPAL Nº 7209/2016

OBJETO: ABERTURA DE CRÉDITO NO VALOR DE R\$ 3.000.000,00 (TRÊS MILHÕES DE REAIS), POR MEIO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO, QUE TEM POR FINALIDADE AS CONTRAPARTIDAS DO MUNICÍPIO EM OBRAS E SERVIÇOS DECORRENTES DE CONTRATOS DO PAC (PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESIMENTO).

AGENTE FINANCEIRO: BANCO DO BRASIL

VALOR: R\$ 3.000.000,00

VIGÊNCIA: 15 DE OUTUBRO DE 2024

JARAGUÁ DO SUL/SC, 24 DE OUTUBRO DE 2016

DIETER JANSSEN

PREFEITO MUNICIPAL

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2016-FC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2016-FC

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº 054/2016-FC

DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, inciso III, da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.

DA CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: LIGA DE GRUPOS FOLCLÓRICOS GERMÂNICOS DE JARAGUÁ DO SUL

DO OBJETO: O objeto do presente é contratação de apresentações artísticas de grupos folclóricos para a 28ª Schützenfest, Edição 2016, por intermédio do seu representante exclusivo LIGA DE GRUPOS FOLCLÓRICOS GERMÂNICOS DE JARAGUÁ DO SUL. As apresentações dos grupos folclóricos ocorrerão de 10 a 20 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, conforme cronograma das apresentações elencadas abaixo:

| Dia | Quantidade | Nome do Grupo | Categoria | Valor Unitário |
|--------|------------|----------------------------|----------------|----------------|
| 12/nov | 01 | Regenwalde | Juvenil | R\$ 1.250,00 |
| 12/nov | 01 | Regenwalde Tanzgruppe | Adulto | R\$ 1.250,00 |
| 13/nov | 01 | Neue Heimat Trachtengruppe | Mirim | R\$ 1.125,00 |
| 13/nov | 01 | Regenwalde Tanzgruppe | Mirim | R\$ 1.125,00 |
| 13/nov | 01 | Grünes Tal | Infantil | R\$ 1.125,00 |
| 13/nov | 01 | Neue Heimat Trachtengruppe | Master | R\$ 1.250,00 |
| 14/nov | 01 | Sünnros Volkstanzgruppe | Inf-Juv | R\$ 1.125,00 |
| 14/nov | 01 | Sünnros Volkstanzgruppe | Adulto | R\$ 1.250,00 |
| 17/nov | 01 | Neue Heimat Trachtengruppe | Inf-Juv | R\$ 1.125,00 |
| 18/nov | 01 | Regenwalde Tanzgruppe | Juvenil Adulto | R\$ 1.250,00 |
| 18/Nov | 01 | Neue Heimat Trachtengruppe | Adulto | R\$ 1.250,00 |
| 19/nov | 01 | Grünes Tal | Juvenil | R\$ 1.125,00 |
| 19/nov | 01 | Grünes Tal | Adulto | R\$ 1.250,00 |
| 20/nov | 01 | Sünnros Volkstanzgruppe | Mirim | R\$ 1.125,00 |
| 20/nov | 01 | Grünes Tal | Mirim | R\$ 1.125,00 |
| 20/nov | 01 | Sünnros Volkstanzgruppe | Infantil | R\$ 1.125,00 |
| 20/nov | 01 | Regenwalde Tanzgruppe | Inf-Juv | R\$ 1.125,00 |

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30 dias após a execução dos serviços e a realização do evento, mediante o recebimento e aprovação de recibo ou nota fiscal pela FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUA DO SUL/SC.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: R\$ 20.000,00

As despesas provenientes do objeto desta Inexigibilidade correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

| Classificação Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição Natureza Despesa | Dotação orçamentária | Recursos |
|--------------------------------------|--|-----------------------------|----------------------|--|
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 28 | 080 – Recursos próprios |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 29 | 0427 – Recursos arrecadados |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 50 | 1427-Recursos Arrecadados – de Exercícios Anteriores |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 54 | 0550 – Lei Rouanet |

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente contratação ocorrerá durante a realização da 28ª Schützenfest, Edição 2016, no período de 10 a 20 de novembro de 2016, no Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 27 de outubro de 2016

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Rubia Friedemann Torres

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2016-FC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/2016-FC

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº 074/2016-FC

DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, inciso III, da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.

DA CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: UHUL PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA. ME

DO OBJETO: contratação de apresentações musicais da BANDA UHUL, cujo nome empresarial é U Hul Produções Musicais Ltda. -ME, a ser realizada durante a 28ª Schützenfest, Edição 2016, nos dias 12 e 20 de novembro de 2016, ambas com início previsto para as 02h, com duração de 2h, no Parque Municipal de Eventos, Pavilhão "A", localizado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado 30(trinta) dias após a realização das apresentações, com a finalização do evento, mediante a entrega da nota fiscal.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: R\$ 6.800,00

As despesas provenientes do objeto desta Inexigibilidade correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

| Classificação Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição Natureza Despesa | Dotação orçamentária | Recursos |
|--------------------------------------|--|-----------------------------|----------------------|--|
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 28 | 080 – Recursos próprios |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 29 | 0427 – Recursos arrecadados |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 50 | 1427-Recursos Arrecadados – de Exercícios Anteriores |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 54 | 0550 – Lei Rouanet |

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá nos dias 12 e 20 de novembro de 2016, ambas com início previsto para as 02h, com duração de 2h, no Parque Municipal de Eventos, Pavilhão "A", localizado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 26 de outubro de 2016

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Thomson Schuelter

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 129/2016-FC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 129/2016-FC

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº 077/2016-FC

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Artigo 25, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DA CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: Associação de Bandas de Jaraguá do Sul e Região – ABAJAS

CNPJ 05.023.026/0001-79 - Rua: Walter Marquardt, 331 – Sala 02 Vila Nova – 89259-700 – Jaraguá do Sul/SC.

DO OBJETO: contratação de apresentações musicais da Banda Die Tal Buben, nos eventos alusivos a 28ª Schützenfest, edição 2016, conforme quadro abaixo, tendo como representante exclusivo a ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS.

| DATA | HORÁRIO | DURAÇÃO | LOCAL | ENDEREÇO | EVENTO |
|---------------|----------|---------|-------------------------------|--|----------------|
| 27 de outubro | 19h30min | 3h | Restaurante Armalwee | Rua Wolfgang Weege, 770 – Bairro Parque Malwee | Sons e Sabores |
| 3 de novembro | 19h30min | 3h | Sociedade Recreativa Alvorada | Rua Gustavo Gumz, 265 – Bairro Rio Cerro II | Tiro imprensa |

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado 30(trinta) dias após a realização da apresentação, com a finalização do evento, mediante a entrega da nota fiscal.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: R\$ 7.000,00

As despesas provenientes do objeto desta Inexigibilidade correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

| Classificação Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição Natureza Despesa | Dotação orçamentária | Recursos |
|--------------------------------------|---|------------------------------|----------------------|--|
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 28 | 080 – Recursos próprios |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 29 | 0427 – Recursos arrecadados |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 50 | 1427-Recursos Arrecadados – de Exercícios Anteriores |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 54 | 0550 – Lei Rouanet |
| 2701.13.392.1100.4.103 | Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais | 3.3.090 – Aplicações Diretas | 24 | 80 – Recursos próprios |

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá conforme quadro abaixo:

| DATA | HORÁRIO | DURAÇÃO | LOCAL | ENDEREÇO | EVENTO |
|---------------|----------|---------|-------------------------------|--|----------------|
| 27 de outubro | 19h30min | 3h | Restaurante Armalwee | Rua Wolfgang Weege, 770 – Bairro Parque Malwee | Sons e Sabores |
| 3 de novembro | 19h30min | 3h | Sociedade Recreativa Alvorada | Rua Gustavo Gumz, 265 – Bairro Rio Cerro II | Tiro imprensa |

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 27 de outubro de 2016

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e José Carlos de Pinho

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 130/2016-FC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 130/2016-FC

PROCESSO: origem: Edital 52/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: EMPRESA MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COMÉRCIO LTDA. - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede social na Rua Edgar Linhares, 653, Lote 202, Bairro Nova Esperança, no município de Balneário Camboriu, estado de SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.671.168/0001-04.

Objeto: O presente instrumento consiste na contratação de serviços de locação de tendas, stands, pavilhão e contêiner, com fornecimento dos materiais, equipamentos, estruturas e serviços técnicos necessários para a instalação/montagem, bem como assistência técnica durante a realização da "28ª Schützenfest – Edição 2016", em conformidade com os Anexos I e X do Edital, dos itens a seguir discriminados:

| Item | Qtd | Descrição dos serviços | Valor Un. | Valor Total |
|------|-----|--|------------|--------------|
| 01 | 10 | Item para participação exclusiva ME/EPP conforme LC 147/2014 Locação de TENDAS (10x10x2,80m), com montagem e desmontagem, em estrutura de aço com cobertura em lona PVC com tecido poliéster de alta tenacidade com calhas para escoamento de água e pelo menos 04 pontos de iluminação em cada tenda e que totalize pelo menos 250 watts sendo com uso de fluorescentes compactas econômicas (luz neutra de no máximo 2700k). E pelo menos 4 tomadas a cada 5 m a serem instaladas na parte de trás da estrutura. (Será montada em uma estrutura acoplada de 10x50 e outras em pontos separados). Montagem: das 7h30min do dia 25/10/2016 até as 17h do dia 01/11/2016. Desmontagem: das 13h do dia 21/11/2016 até as 17h do dia 24/11/2016. | R\$ 785,00 | R\$ 7.850,00 |
| 02 | 18 | Item para participação exclusiva ME/EPP, conforme LC 147/2014 Locação de TENDAS 5x5, com montagem e desmontagem, em estrutura de aço com cobertura em lona PVC com tecido poliéster de alta tenacidade com calhas para escoamento de água e pelo menos 01 (um) ponto de iluminação com uso de fluorescentes compactas econômicas (luz neutra de no máximo 2700k) e, pelo menos, uma tomada. Montagem: das 7h30min do dia 25/10/2016 até as 17h do dia 01/11/2016. Desmontagem: das 13h do dia 21/11/2016 até as 17h do dia 24/11/2016. | R\$ 398,00 | R\$ 7.194,00 |

DO PAGAMENTO: A FUNDAÇÃO CULTURAL pagará à CONTRATADA, o valor de R\$ 7.850,00 (sete mil, oitocentos e cinquenta reais) pelo item 01 e R\$ 7.194,00 (sete mil, cento e noventa e quatro reais) pelo item 2, totalizando R\$ 15.044,00 pela execução dos itens 1 e 2. O pagamento será efetuado em até 30 dias após a execução total dos serviços e a finalização do evento, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e relatório dos serviços prestados, cópia das guias de recolhimento se for o caso de: INSS, ISS e do FGTS, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº. 209, de 20/05/99.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas provenientes do objeto desta DISPENSA correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

| Classificação Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição Natureza Despesa | Dotação orçamentária | Recursos |
|--------------------------------------|--|-----------------------------|----------------------|--|
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 28 | 080 – Recursos próprios |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 29 | 0427 – Recursos arrecadados |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 50 | 1427-Recursos Arrecadados – de Exercícios Anteriores |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 52 | 2537 – FUNTURISMO |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 53 | 0537 – FUNTURISMO |

DO PRAZO: – DO PRAZO PARA INSTALAÇÃO/ E DESMONTAGEM: deverão seguir RIGOROSAMENTE os prazos abaixo definidos: Período para instalação: a partir das 7h30min do dia 25/10/2016 até as 17h do dia 01/11/2016. Período de desmontagem: das 13h do dia 21/11/2016 até as 17h do dia 24/11/2016. LOCAL DA INSTALAÇÃO: No Parque Municipal de Eventos de Jaraguá do Sul, na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha, no município de Jaraguá do Sul.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução, acrescido de 60(sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 26 de outubro de 2016

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Rafael Carlo Theiss

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/2016-FC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/2016-FC

PROCESSO: origem: Edital 52/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: LEGO FEIRAS LTDA. - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua João Stollmeier, 158, Bairro Ribeirão Revólver, no município de Presidente Getúlio, estado de SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.645.469/0001-00

Objeto: O presente instrumento consiste na contratação de serviços de locação de tendas, stands, pavilhão e contêiner, com fornecimento dos materiais, equipamentos, estruturas e serviços técnicos necessários para a instalação/montagem, bem como assistência técnica durante a realização da "28ª Schützenfest – Edição 2016", em conformidade com os Anexos I e X do Edital, dos itens a seguir discriminados:

| item | qtd | Descrição | Valor unitário | Valor total |
|------|-----|---|----------------|--------------|
| 03 | 09 | Item para participação exclusiva ME/EPP, conforme LC 147/2014 Locação de STANDS, com montagem de desmontagem, medindo 5X5m com paredes em material claro, resistente, impermeável e de fácil limpeza (ref. octonorm ou alumínio), com piso em madeira (chapa de compensado naval) nivelado a 10cm do chão por toda a extensão do stand (em excelente estado de conservação, sem frestas e sem carpe), com testeira para colocação de indicação, com pelo menos 1(um) ponto de iluminação om uso de fluorescentes compactas econômicas (luz neutra de no máximo 2700k) e 02 (duas) tomadas. O stand deverá ter em um dos lados abertura para acesso/porta medindo 2x1m e na fachada balcão de 5m. Montagem: das 7h30min do dia 01/11/2016 até as 17h do dia 05/11/2016. Desmontagem: das 13h do dia 21/11/2016 até as 17h do dia 24/11/2016. | R\$ 400,00 | R\$ 3.600,00 |
| 04 | 03 | Item para participação exclusiva ME/EPP, conforme LC 147/2014 Locação de STANDS, com montagem de desmontagem, medindo 10X5m com paredes em material claro, resistente, impermeável e de fácil limpeza (ref. octonorm ou alumínio), com piso em madeira (chapa de compensado naval) nivelado a 10cm do chão por toda a extensão do stand (em excelente estado de conservação, sem frestas e sem carpe), com testeira para colocação de indicação, com pelo menos 1(um) ponto de iluminação com uso de fluorescentes compactas econômicas (luz neutra de no máximo 2700k) e 02 (duas) tomadas. O stand deverá ter em um dos lados abertura para acesso/porta medindo 2x1m e na fachada balcão de 10m. Montagem: das 7h30min do dia 01/11/2016 até as 17h do dia 05/11/2016. Desmontagem: das 13h do dia 21/11/2016 até as 17h do dia 24/11/2016. | R\$ 1.250,00 | R\$ 3.750,00 |

DO PAGAMENTO: A FUNDAÇÃO CULTURAL pagará à CONTRATADA, o valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) pelo item 03 e R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais) pelo item 4, totalizando R\$ 7.350,00 pela execução dos itens 3 e 4. O pagamento será efetuado em até 30 dias após a execução total dos serviços e a finalização do evento, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e relatório dos serviços prestados, cópia das guias de recolhimento se for o caso de: INSS, ISS e do FGTS, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº. 209, de 20/05/99.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas provenientes do objeto desta DISPENSA correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

| Classificação Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição Natureza Despesa | Dotação orçamentária | Recursos |
|--------------------------------------|--|-----------------------------|----------------------|--|
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 28 | 080 – Recursos próprios |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 29 | 0427 – Recursos arrecadados |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 50 | 1427-Recursos Arrecadados – de Exercícios Anteriores |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 52 | 2537 – FUNTURISMO |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 53 | 0537 – FUNTURISMO |

DO PRAZO: DO PRAZO PARA INSTALAÇÃO/ E DESMONTAGEM: deverão seguir RIGOROSAMENTE os prazos abaixo definidos: Período para instalação: a partir das 7h30min do dia 01/11/2016 até as 17h do dia 05/11/2016. Período de desmontagem: das 13h do dia 21/11/2016 até as 17h do dia 24/11/2016. LOCAL DA INSTALAÇÃO: No Parque Municipal de Eventos de Jaraguá do Sul, na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha, no município de Jaraguá do Sul.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução, acrescido de 60(sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 26 de outubro de 2016

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e José Luiz de Quevedo

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 132/2016-FC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 132/2016-FC

PROCESSO: origem: Edital 52/2016-FC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: MOREIRA EVENTOS LTDA. - EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Rio Grande, 2100, Sala 01, Bairro Rio Grande, no município de Palhoça, estado de SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.508.406/0001-50

Objeto: O presente instrumento consiste na contratação de serviços de locação de tendas, stands, pavilhão e contêiner, com fornecimento dos materiais, equipamentos, estruturas e serviços técnicos necessários para a instalação/montagem, bem como assistência técnica durante a realização da "28ª Schützenfest – Edição 2016", em conformidade com os Anexos I e X do Edital, do item a seguir discriminado:

| Item | Qtd | Descrição | Valor unitário | Valor Total |
|------|-----|---|----------------|---------------|
| 05 | 02 | Locação de PAVILHÃO: Com largura de 25 metros de frente, por 60 metros de comprimento, com pé-direito mínimo de 3,5 metros. Estrutura em aço galvanizado a fogo e acabamento com perfil de alumínio; Revestimento em tecido sintético com tratamento químico contra os raios: UV/IV, mofo e fungos, com bloqueador solar para melhor sensação térmica e autoextinguível (Não propaga chamas); Lonas certificadas pelo IPT; Dispensa fundações; Projetos com anotação de responsabilidade técnica. Iluminação composta por 01 (uma) lâmpada ou mais a cada 5 m² que totalize pelo menos 100 whats com uso de fluorescentes compactas econômicas (luz neutra de no máximo 2700k), instalada no teto do pavilhão acompanhada de um cabo PP da secção 1,5, para conexão elétrica externa com extensão mínima de 5,0 m (cinco metros). Montagem: das 7h30min do dia 25/10/2016 até as 17h do dia 01/11/2016. Desmontagem: das 13h do dia 21/11/2016 até as 17h do dia 24/11/2016 | R\$ 20.000,00 | R\$ 40.000,00 |

DO PAGAMENTO: A FUNDAÇÃO CULTURAL pagará à CONTRATADA, o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) pelo item 5. O pagamento

será efetuado em até 30 dias após a execução total dos serviços e a finalização do evento, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e relatório dos serviços prestados, cópia das guias de recolhimento se for o caso de: INSS, ISS e do FGTS, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº. 209, de 20/05/99.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas provenientes do objeto desta DISPENSA correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

| Classificação Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição Natureza Despesa | Dotação orçamentária | Recursos |
|--------------------------------------|--|-----------------------------|----------------------|--|
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 28 | 080 – Recursos próprios |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 29 | 0427 – Recursos arrecadados |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 50 | 1427-Recursos Arrecadados – de Exercícios Anteriores |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 52 | 2537 – FUNTURISMO |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 53 | 0537 – FUNTURISMO |

DO PRAZO: Período para instalação: a partir das 7h30min do dia 25/10/2016 até as 17h do dia 01/11/2016. Período de desmontagem: das 13h do dia 21/11/2016 até as 17h do dia 24/11/2016. LOCAL DA INSTALAÇÃO: No Parque Municipal de Eventos de Jaraguá do Sul, na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha, no município de Jaraguá do Sul.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução, acrescido de 60(sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 26 de outubro de 2016

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Eduardo Laércio Moreira

FC - RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2016-FC

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2016-FC

OBJETO: contratação de apresentações artísticas de grupos folclóricos para a 28ª Schützenfest, Edição 2016, por intermédio do seu representante exclusivo LIGA DE GRUPOS FOLCLÓRICOS GERMÂNICOS DE JARAGUÁ DO SUL. As apresentações dos grupos folclóricos ocorrerão de 10 a 20 de novembro, no Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC conforme cronograma das apresentações elencadas abaixo:

| Dia | Quantidade | Nome do Grupo | Categoria | Valor Unitário |
|--------|------------|----------------------------|----------------|----------------|
| 12/nov | 01 | Regenwalde | Juvenil | R\$ 1.250,00 |
| 12/nov | 01 | Regenwalde Tanzgruppe | Adulto | R\$ 1.250,00 |
| 13/nov | 01 | Neue Heimat Trachtengruppe | Mirim | R\$ 1.125,00 |
| 13/nov | 01 | Regenwalde Tanzgruppe | Mirim | R\$ 1.125,00 |
| 13/nov | 01 | Grünes Tal | Infantil | R\$ 1.125,00 |
| 13/nov | 01 | Neue Heimat Trachtengruppe | Master | R\$ 1.250,00 |
| 14/nov | 01 | Sünnros Volkstanzgruppe | Inf-Juv | R\$ 1.125,00 |
| 14/nov | 01 | Sünnros Volkstanzgruppe | Adulto | R\$ 1.250,00 |
| 17/nov | 01 | Neue Heimat Trachtengruppe | Inf-Juv | R\$ 1.125,00 |
| 18/nov | 01 | Regenwalde Tanzgruppe | Juvenil Adulto | R\$ 1.250,00 |
| 18/nov | 01 | Neue Heimat Trachtengruppe | Adulto | R\$ 1.250,00 |
| 19/nov | 01 | Grünes Tal | Juvenil | R\$ 1.125,00 |
| 19/nov | 01 | Grünes Tal | Adulto | R\$ 1.250,00 |
| 20/nov | 01 | Sünnros Volkstanzgruppe | Mirim | R\$ 1.125,00 |
| 20/nov | 01 | Grünes Tal | Mirim | R\$ 1.125,00 |
| 20/nov | 01 | Sünnros Volkstanzgruppe | Infantil | R\$ 1.125,00 |
| 20/nov | 01 | Regenwalde Tanzgruppe | Inf-Juv | R\$ 1.125,00 |

PROJETO/PROGRAMA: Realização da Festa do Atirador-Schützenfest

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, inciso III da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATADA: LIGA DE GRUPOS FOLCLÓRICOS GERMÂNICOS DE JARAGUÁ DO SUL – CNPJ 00.284.651/0001-50 - Rua 25 de Julho, 170 – Sala 06 – Bairro Vila Nova – Jaraguá do Sul - SC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUA DO SUL-SC.

VALOR: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelos serviços artísticos e culturais.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas provenientes do objeto desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

| Classificação Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição Natureza Despesa | Dotação orçamentária | Recursos |
|--------------------------------------|--|-----------------------------|----------------------|-------------------------|
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 28 | 080 – Recursos próprios |

| | | | | |
|------------------------|--|-----------------------------|----|--|
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 29 | 0427 – Recursos arrecadados |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 50 | 1427-Recursos Arrecadados – de Exercícios Anteriores |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 54 | 0550 – Lei Rouanet |

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente contratação ocorrerá durante a realização da 28ª Schützenfest, Edição 2016, no período de 10 a 20 de novembro de 2016, no Parque Municipal de Eventos, localizado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 (trinta) dias

Jaraguá do Sul, 27 de outubro de 2016.

| | |
|---|---|
| Vera de Tofol Presidente da Comissão Permanente de Licitação | Sidnei Marcelo Lopes Presidente da Fundação Cultural |
|---|---|

FC - RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 74/2016-FC

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 74/2016-FC

OBJETO: contratação de apresentações musicais da BANDA UHUL, cujo nome empresarial é Uhul Produções Musicais Ltda. -ME, a ser realizada durante a 28ª Schützenfest, Edição 2016, nos dias 12 e 20 de novembro de 2016, ambas com início previsto para as 02h, com duração de 2h, no Parque Municipal de Eventos, Pavilhão "A", localizado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

PROJETO/PROGRAMA: Realização da Festa do Atirador-Schützenfest

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, inciso III da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATADO: UHUL PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA. ME

Avenida Juscelino Kubitschek, 410 – Sala 107 – B Centro – Joinville – 89201-906

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUA DO SUL-SC.

VALOR: A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor total de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais) pelas apresentações musicais.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado 30(trinta) dias após a realização das apresentações, com a finalização do evento, mediante a entrega da nota fiscal.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas provenientes do objeto desta Inexigibilidade correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

| Classificação Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição Natureza Despesa | Dotação orçamentária | Recursos |
|--------------------------------------|--|-----------------------------|----------------------|--|
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 28 | 080 – Recursos próprios |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 29 | 0427 – Recursos arrecadados |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 50 | 1427-Recursos Arrecadados – de Exercícios Anteriores |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 54 | 0550 – Lei Rouanet |

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá nos dias 12 e 20 de novembro de 2016, ambas com início previsto para as 02h, com duração de 2h, no Parque Municipal de Eventos, Pavilhão "A", localizado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 dias.

Jaraguá do Sul, 26 de outubro de 2016.

| | |
|---|---|
| Vera de Tofol Presidente da Comissão Permanente de Licitação | Sidnei Marcelo Lopes Presidente da Fundação Cultural |
|---|---|

FC - RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 77/2016-FC

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 77/2016-FC

OBJETO: contratação de apresentações musicais da Banda Die Tal Buben, nos eventos alusivos a 28ª Schützenfest, edição 2016, conforme quadro abaixo, tendo como representante exclusivo a ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS.

| DATA | HORÁRIO | DURAÇÃO | LOCAL | ENDEREÇO | EVENTO |
|---------------|----------|---------|-------------------------------|--|----------------|
| 27 de outubro | 19h30min | 3h | Restaurante Armalwee | Rua Wolfgang Weege, 770 – Bairro Parque Malwee | Sons e Sabores |
| 3 de novembro | 19h30min | 3h | Sociedade Recreativa Alvorada | Rua Gustavo Gumz, 265 – Bairro Rio Cerro II | Tiro imprensa |

PROJETO/PROGRAMA:

Realização da Festa do Atirador-Schützenfest

Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, inciso III da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATADA:

Associação de Bandas de Jaraguá do Sul e Região – ABAJAS

CNPJ 05.023.026/0001-79

Rua: Walter Marquardt, 331 – Sala 02 Vila Nova – 89259-700 – Jaraguá do Sul/SC.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUA DO SUL-SC.

VALOR: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) pelas apresentações.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado 30(trinta) dias após a realização das apresentações, com a finalização dos eventos, mediante a entrega da nota fiscal.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: R\$ 7.000,00

As despesas provenientes do objeto desta Inexigibilidade correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

| Classificação Funcional programática | Projeto/atividade | Descrição Natureza Despesa | Dotação orçamentária | Recursos |
|--------------------------------------|---|------------------------------|----------------------|--|
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 28 | 080 – Recursos próprios |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 29 | 0427 – Recursos arrecadados |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 50 | 1427-Recursos Arrecadados – de Exercícios Anteriores |
| 2701.13.392.1100.4.115 | Realização da Festa do Atirador-Schützenfest | 3.3.90 – Aplicações Diretas | 54 | 0550 – Lei Rouanet |
| 2701.13.392.1100.4.103 | Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais | 3.3.090 – Aplicações Diretas | 24 | 80 – Recursos próprios |

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá conforme quadro abaixo:

| DATA | HORÁRIO | DURAÇÃO | LOCAL | ENDEREÇO | EVENTO |
|---------------|----------|---------|-------------------------------|--|----------------|
| 27 de outubro | 19h30min | 3h | Restaurante Armalwee | Rua Wolfgang Weege, 770 – Bairro Parque Malwee | Sons e Sabores |
| 3 de novembro | 19h30min | 3h | Sociedade Recreativa Alvorada | Rua Gustavo Gumz, 265 – Bairro Rio Cerro II | Tiro imprensa |

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 dias.

Jaraguá do Sul, 27 de outubro de 2016.

| | |
|---|---|
| Vera de Tofol Presidente da Comissão Permanente de Licitação | Sidnei Marcelo Lopes Presidente da Fundação Cultural |
|---|---|

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 001/2016 – PORTARIA SAMAEJSU Nº. 132/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 001/2016 – PORTARIA SAMAEJSU Nº. 132/2016

NOTIFICADO: SANETAL ENGENHARIA E CONSULTORIA EM SANEAMENTO LTDA.

RESPONSÁVEL LEGAL: ADRIANO AUGUSTO RIBEIRO

Pelo presente Edital, a Comissão Permanente de Sindicâncias, Processos Administrativos e Processos Administrativos Disciplinares designada pela Portaria SAMAEJSU nº. 185/2013 e alterações subsequentes, NOTIFICA, considerando a devolução do Aviso de Recebimento nº JS-302303299BR pelo motivo “mudou-se”, a empresa Sanetal Engenharia e Consultoria em Saneamento Ltda. para, em observância à garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa previsto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, apresentar DEFESA FINAL no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do §2º do artigo 87 da Lei nº. 8.666/1993. Para pleno exercício do direito à defesa, com todos os meios a ela inerentes, fica assegurado ao notificado, durante o horário de expediente normal da comissão, o direito de vistas do inteiro teor dos autos, bem como de requerer fotocópia, podendo, ainda, fazer-se representar por advogado devidamente constituído para este fim.

Débora Kohler Packer

Presidente da Comissão Permanente de Sindicâncias, Processos Administrativos e Processos Administrativos Disciplinares

RESOLUÇÃO 16/2016/CONCULTURA/JS

| | | |
|--|---|--|
| | ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA | |
|--|---|--|

RESOLUÇÃO 16/2016/CONCULTURA/JS

Dispõe sobre a retificação do número da Resolução nº 11/2016/CONCULTURA/JS de Solicitação de prorrogação na execução, tendo como requerente, Edson Luis Kuchnir, projeto "herança dos Antigos Engenheiros", do Concurso 01/2014/FMC do Fundo Municipal de Cultura.

A Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.444/2006, de 28/09/2006 e de acordo com a Lei 4.845/2007, de 14 de dezembro de 2007 do Fundo Municipal de Cultura e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º – Retificar o número da Resolução nº 11/2016/CONCULTURA/JS, emitida em 10 de agosto de 2016, para resolução nº 16/2016/CONCULTURA/JS, devido à numeração já ter sido utilizada na emissão de resolução que "Dispõe sobre a 1ª Etapa – Avaliação de Mérito Cultural do Edital 131/2015-FC – Apoio a Projetos Culturais do Fundo Municipal de Cultura", datada de 11 de maio de 2016.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 29 de agosto de 2016.

Egon Lotário Jagnow

Presidente do Conselho Municipal de Cultura

RESOLUÇÃO 17/2016/CONCULTURA/JS

| | | |
|--|---|--|
| | ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA | |
|--|---|--|

RESOLUÇÃO 17/2016/CONCULTURA/JS

Dispõe sobre a Minuta da Lei nº 4.444/2006 que reestrutura o Conselho Municipal de Cultura

A Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.444/2006, de 28/09/2006 e de acordo com a Lei 4.845/2007, de 14 de dezembro de 2007 do Fundo Municipal de Cultura e suas alterações e, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 10 de agosto de 2016.

Considerando a necessidade de atualizar a Lei Municipal nº 4.444/2006, de 28/09/2006, para atualizar e reestruturar o Conselho Municipal de Cultura.

RESOLVE:

Art. 1º – Acatar o Projeto de Lei que altera a Lei nº 4.444/2006, e Reestrutura o Conselho Municipal de Cultura.

Art. 2º – Solicitar à Fundação Cultural que dê prosseguimento nos trâmites, encaminhando à apreciação da Procuradoria Jurídica, e após, ao Executivo Municipal para que encaminhe à aprovação da Câmara de Vereadores.

Art. 3º _ Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de agosto de 2016.

Egon Lotário Jagnow

Presidente do Conselho Municipal de Cultura

SAMAE - EDITAL DE SELEÇÃO Nº 01/2016**EDITAL DE SELEÇÃO Nº 01/2016**

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL, torna público que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado 01/2016.

1. DOS CARGOS: A seleção destina-se a contratação temporária de 05 (cinco) Operador de ETA/ETE e 02 (dois) Agente de Operações Hidráulicas, por prazo determinado de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente até 02 (dois) anos.

2. DAS INSCRIÇÕES: As inscrições serão realizadas no período de 10/11/2016 às 17/11/2016 na Internet no site do Samae: www.samaejs.com.br

O edital completo estará fixado no Quadro de Publicações Legais do Samae e na Internet no site www.samaejs.com.br.

Jaraguá do Sul, 27 de outubro de 2016.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SEMED - PORTARIA Nº 824/2016

| | |
|--|---|
| | ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
|--|---|

PORTARIA Nº 824/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, MARGARETH SMENTKOWSKI PETTERS, para em Caráter Temporário atuar como Coordenador Pedagógico, a partir de 03/11/2016 até 16/12/2016, conforme o quadro abaixo:

| | |
|-----------------------------|------|
| Unidade Escolar | C.H. |
| EMEB Marcos Emílio Verbinen | 40 |

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 825/2016

| | |
|--|---|
| | ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
|--|---|

PORTARIA Nº 825/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, FLÁVIA MARIANE VIESNIEWSKY HAUFFE, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a partir de 03/11/2016 até 16/12/2016, conforme o quadro abaixo:

| | |
|-------------------|------|
| Unidade Escolar | C.H. |
| EMEB Max Schubert | 40 |

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 826/2016

| | |
|--|---|
| | ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
|--|---|

PORTARIA Nº 826/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, MARGALISE TOWE KNEUBUHLER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a partir de 03/11/2016 até 16/12/2016, conforme o quadro abaixo:

| | |
|-----------------------|------|
| Unidade Escolar | C.H. |
| EMEB Waldemar Schmitz | 40 |

Jaraguá do Sul, 26 de outubro de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 830/2016

| | |
|--|---|
| | ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
|--|---|

PORTARIA Nº 830/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 005/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, ALLAN DE SOUZA SOARES, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 03/11/2016 até 16/12/2016, conforme o quadro abaixo:

| | |
|-----------------------|------|
| Unidade Escolar | C.H. |
| CMEI MÁRCIO KLINKOSKI | 40 |

Jaraguá do Sul, 26 de outubro de 2016.

ELSON QUIIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 833/2016

| | |
|--|---|
| | ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO |
|--|---|

PORTARIA Nº 833/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 005/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

ADMITIR, SUSANA PATRICIO, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 03/11/2016 até 16/12/2016, conforme o quadro abaixo:

| | |
|----------------------------|------|
| Unidade Escolar | C.H. |
| CMEI MÁRCIO MAURO MARCATTO | 40 |

Jaraguá do Sul, 26 de outubro de 2016.

ELSON QUIIL CARDOZO

Secretário Municipal da Educação

Joaçaba

PREFEITURA

122/2013 PMJ TA 04

CONTRATO Nº 122/2013/PMJ – TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, a seguir denominado simplesmente LOCATÁRIO e JOÃO MARIA PAZ, brasileiro, separado judicialmente, agricultor, inscrito no CPF sob nº 551.602.719-53 e RG nº 1.708.699/SSPSC, residente e domiciliado na Rua Pedro Santchuk, nº 144, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, Joaçaba, SC e TEREZINHA OLIVO, brasileira, solteira, do comércio, inscrita no CPF sob nº 927.856.709-49 e RG nº 3.261.113/SSPSC, residente e domiciliada na Linha Rochedo, interior do Município de Joaçaba, SC, a seguir denominados simplesmente LOCADORES, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 122/2013/PMJ, firmado em 24/10/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 113/2013/PMJ – Dispensa de Licitação nº 7/2013/PMJ, cujo objeto é a locação de área de 3.511,38 m2 dos LOCADORES, constituída de parte de um terreno rural, matriculado sob nº 8.656, no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba, sem benfeitorias, localizado às margens da BR 282, na localidade de Lajeado da Viúva 2º Reservado, Colônia Erval, para a construção de barracão metálico destinado à instalação do centro de reciclagem de resíduos, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

A vigência do contrato fica prorrogada em 12 meses, a contar de 24 de outubro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E REAJUSTE

Diante da prorrogação e do reajuste, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 23.892,00 (vinte e três mil oitocentos e noventa e dois reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), em 21 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

LOCATÁRIO

| | |
|---------------------------|----------------------------|
| JOÃO MARIA PAZ LOCADOR | TEREZINHA OLIVO LOCADOR |
|---------------------------|----------------------------|

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

AUDIÊNCIA PÚBLICA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA DE 2017

CONVITE

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, convida Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública para demonstração e discussão Lei Orçamentária Anual – LOA DE 2017, do Município de Joaçaba, que acontecerá no dia 27 de outubro de 2016, às 13:30 horas, nas dependências Auditório da Câmara de Vereadores de Joaçaba, à Rua Tiradentes, 872, Centro.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 01/2016

Edital de Ciência de Eliminação de Documentos nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições regimentais e em atendimento à Lei Federal No 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991, TORNA PÚBLICO que serão eliminados os documentos relacionados no Anexo I do presente Edital.

A eliminação dos referidos documentos justifica-se pela necessidade de racionalização do espaço físico do Arquivo Municipal. Ressalta-se que os documentos a serem eliminados serão encaminhados para processo de reciclagem a ser executado pelos membros da Associação dos catadores de materiais recicláveis de Joaçaba – ACOMAR.

Os documentos a serem eliminados estarão à disposição junto ao Paço Municipal, no prazo de 30 dias contados da publicação do presente Edital nos termos da RESOLUÇÃO Nº 5, DE 30 DE SETEMBRO DE 1996 do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, para possíveis manifestações ou, quando for o caso, possibilitar às partes interessadas requererem, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos.

Após deferimento do requerimento, os interessados serão devidamente comunicados, devendo comparecer ao Arquivo Municipal, localizado na Avenida XV de Novembro Nº378, Centro, para a retirada do(s) documento(s).

A eliminação de documentos ocorrerá após concluído o processo de avaliação conduzido pela Comissão de Verificação, nos termos da Resolução nº 7, de 20 de maio de 1997 do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.

Joaçaba, de outubro de 2016.

Rafael Laske

Prefeito

ANEXO I

LISTAGEM DE DOCUMENTOS Nº 01/03

Documentos do setor de fiscalização de tributos:

- Notas Fiscais Avulsas 2003, 2004, 2005 e 2010
- Autorização para Impressão de Documentos Fiscais 2004, 2005, 2010 e 2011
- Relatórios de Baixas de ISS e notas avulsas 2010 e 2011
- Memorandos, Plantões e retenção de ISS 2008, 2009 e 2010
- Fiscalização dos Contribuintes em 2002, 2003 e 2004, 2005, 2006

| | |
|--|--|
| e 2007 | D.V.G. Repres Com Ltda |
| Raízes Tur Transportes Coletivos | Daniel Vivas Fernandes |
| Relojoaria Tic Tac | Combustíveis Cruzeiro Ltda |
| Rodrigues Chapeção e Pintura | Centro Educação Infantil |
| Relojoaria Central Ltda | Citral Moto Peças |
| Refrigeração Shumaltz | Cel Azul Informática |
| Representações Comerciais VLD | Combustíveis Lucas Ltda |
| SE Acessórios Veículos Ltda | Imaforj Ind Maqu Hidráulicas e Forjados Ltda |
| Salvador Ind Gráfica Ltda | Indústria Metal Ilha Ltda |
| Sanafogo Ltda | Informática Pró 1 Ltda |
| Schazmann Montagem Industrial | JC Combustíveis Ltda |
| Signa Serviços Administrativos | Jotacom Comunicações Ltda |
| Transativa Ltda | Jamac Joaçaba Com Repres Mat Construção Ltda |
| TSA desing Ltda | JM Treinamentos Ltda |
| Vanderléia Marques da Silva | Koerich Engenharia Telecomunicações Ltda |
| WL Montagem e Comércio Ltda | Kobra Assessoria Cobrança Ltda |
| Valire Representações Ltda | Martins Oliveira Ltda |
| Waldir Sergio Posiadlo | Mastersoft Tecnologia em Sistemas Ltda |
| WSS Formação Profissional | Posto Sucesso Ltda |
| Walter André Schneeber | Posto América Ltda |
| Viação Mota Ltda | Posto Quatro Ltda |
| Vidraçaria e Molduras Alto Vale | Posto Três Ltda |
| Eletro Mecânica Bonel Ltda | Posto São Cristovão Ltda |
| Fachin Com Representações | Posto Um Ltda |
| Fórum Comarca de Joaçaba | Representações Zambiazzi Ltda |
| Funilaria Rio Branco | Ricardo Padilha & Cia Ltda |
| Fábrica de Carrocerias Fort | Urbanizadora Egito Ltda |
| Espaço Via Sante | Vistocar Vistoria Prévia Ltda |
| Grupo de Dança Cena 1 | Valran Ind Com Ltda |
| IC Montagem de Mecânicas e Molduras | Telmac Ltda |
| IZSB Imp. Leitaria Ltda | Tecnitel Comercio Serviços Teleco Ltda |
| Jane ComTransportes Ltda | Telmac Ltda |
| Coper Service System | Transativa Ltda |
| Comunidad Evangélica Luterana Santísima Trindade | Sandro Schauffer Advogados Associados |
| Celso C. Dos Santos | RH Prestadora Serviços Ltda |
| Donatti Repr Ltda | Reticenter Ltda |
| Dactos Informática | Sensus Park Ltda |
| Delegacia da Receita Federal | Salão de Beleza Inoval Ltda |
| Empresa de mão-de-obra Vilson da Rosa | Srvani Estudos tributários Ltda |
| Empresa de mão-de-obra São Jorge | Surdi Advogados SC |
| Estacionamento Joaçaba Ltda | Schmautz Roseguini Ltda ME |
| Ivete Terezinha Bello | Ricardo Luiz Zorzi |
| Jorge de Carli Repres Ltda | Fullgaz Comunicação Ltda |
| Jorge Luiz Muller | Automecom Automecânica Ltda |
| Justiça Federal | Caldart Engenharia Ltda |
| J. de Gali & Cia Ltda | M1 Motorcycles Com Motos |
| J.A. Nunnenmacher & Cia Ltda | MG Automóveis Ltda |
| Luiz da Silva & Cia Ltda | Mercantil Couros |
| LSC Administração Serviços Ltda | Siim Serviços de Imagens |
| Leola Repres Comerciais | Merlo & Reimann Ltda |
| Luiz Júlio Petrazzini | Reunidas Transpo Rodoviária de Cargas |
| L.E. Pointe Representações Ltda | Reunidas Transportes Coletivos |
| Ladick Serviços de mão-de-obra Ltda | Mecânica Frei Bruno |
| MPJ Cursos e Treinamentos Ltda | Olitur Transp Rodoviária |
| Miguel Breda ME | Miranda & Miranda Com peças |
| MFG Transporte e Turismo | Carboni Veículos Ltda |
| Multi Clínica Odontológica SC | Baptista Com Celulares |
| Messiânica Simione Ltda | Buda peças Sreivos |
| Maurício Inácio Nielandt Pereira | Bordignon ServiçosLtda |
| Narciso Repres Comerciais Ltda | Belt Service Ltda |
| NZ Serviço Sonorização Ltda | Bombas Injetoras Lagarto Ltda |
| Pedreira Joaçaba Ltda | ASS Brasileira de Odontologia |
| RH Prestadora Serviços Ltda | Adriana Fuga |
| Holcim S.A. | Arte e Paisagens |
| Hiper Montagem Industrial Ltda | Adão Lemos Padilha |
| Hi-fi World Tour | América Wash Ltda |
| Hadlich & Cia | Abastecedora Com Bordignon |
| Ervateira Marca | AJ Schneider & Cia Ltda |
| Estrada Serviços Ltda | Alfredi Hortêncio Vivas |

Bissani Projetos Construções Ltda
Clínica Odontológica Pilatti Ltda
Contassesc Contabilidade Assessoria Ltda
Comércio e Transporte Zílio
Comércio e Transporte Simianco Ltda
Empreiteira Eletro Meio Oeste Ltda
Falcon Equipamentos Ltda
Helmésio Martendal ME
Hospital e Maternidade São Miguel
Ludwig Prestadora Mão-de-obra
Locadora Mão-de-obra Cachoerinha
Limger Empresa de Limpeza Gerais e Serviços
MCA Engenharia Ind Com Ltda
Rodrigo Garcia ME
Serg Serviços Gerais Ltda

LISTAGEM DE DOCUMENTOS Nº 02/03

Documentos do setor de pessoal:

-Caixa 05 – ano 2004
Correspondência recebida interna
Correspondência emitida
Gabarito Folha
-Caixa 07 – ano 2002
Correspondência interna
Correspondência emitida
-Caixa Ano 2005
Correspondência interna
-Caixa 04 – ano 2003
Horas extras
Gabarito Folha
Correspondência interna
Correspondência emitida
-Caixa 05 – ano 2001
Seguro de vida
Gabarito de digitação salário
Folha ponto
Cheque rancho Gajo
Correspondência expedida
Correspondência interna recebida
-Caixa Ano 1997
Folha ponto
Correspondência expedida
Correspondência recebida
Documentos diversos
-Caixa Ano 2000
Cheque rancho Gajo
Correspondência interna recebida
Correspondência expedida

-Caixa de pagamentos anos:

1978
1985
1986
1986 e 1987
1987 e 1988
1989
1979 e 1980
1996 e 1997
1998 e 1999

-Caixa férias anos:

1994 e 1995
1996
1998 e 1999
-Caixa Cartão Ponto
1998 (2 caixas)
-Caixa 06 – ano 2001
Férias

Rescisões

Resumo de Folha

LISTAGEM DE DOCUMENTOS Nº 03/03

Documentos do setor de tributação:

.

Certidões ITR 1997, 1998, 1999 e 2000;

· Projetos de lei de 1997;

· Livros de informações cadastrais para IPTU 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007;

· Coletânea Legislação Servidores 1972 a 2001;

· Termos de Solicitação de Serviços Agrícolas 2005;

· Termos de Vistoria para Habite-se 2005;

· Carnês de IPTU 2004 e 2011;

· Protocolo de entrega de carnês de IPTU 2004, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2011;

· Folhas de transferência de imóveis 2007, 2009 e 2010;

· Baixas de pagamentos 2006, 2008, 2009 e 2010;

· Publicações IPTU 1999 a 2008;

· Termos de Abertura de Lançamento Tributário 2004, 2005, 2006 e 2007;

· ITBI Usucapião 2010;

· Termos de recebimento de DAMs Serviços Agrícola 2003;

· Boletins cadastrais Sistema de Geoprocessamento;

· Fichas de Dívida Ativa 1971 a 1981;

· Diário do Município 2007 e 2008;

· ITBI 2007, 2008, 2009 e 2010;

· Diário Oficial do Estado de Santa Catarina 2005.

PORTARIA N.º 6639

PORTARIA Nº 6.639 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

"RETIFICAR A PORTARIA 6.561/2016"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR A PORTARIA N.º 6.561 na qual CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) NADIA RUBIA HEYLMANN SELBACH durante o período de 03 de outubro de 2016 a 31 de março de 2016, para exercer as funções de Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º III da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e em virtude de sua aprovação no edital de Teste Seletivo nº 001/2016/SMS da Secretaria Municipal de Saúde, para substituição da licença maternidade da servidora Debora Lopes Cesar prevista para o mês de outubro, conforme memorando n.º 569/2016 da Secretaria Municipal de Saúde.

Onde Lê-se: "...NADIA RUBIA HEYLMANN SELBACH durante o período de 03 de outubro de 2016 a 31 de março de 2016, para exercer as funções de Enfermeiro..."

Leia-se: "...NADIA RUBIA HEYLMANN SELBACH durante o período de 03 de outubro de 2016 a 31 de março de 2017, para exercer as funções de Enfermeiro..."

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de outubro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 25 de outubro de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6640

PORTARIA Nº 6.640 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) MARCELLA DE MATTOS, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 657/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 18 de fevereiro de 2014 a 17 de fevereiro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 24 de outubro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 24 de outubro de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 25 de outubro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6641

PORTARIA Nº 6.641 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ANGELA SIGNORI, Enfermeiro, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do memorando n.º 657/2016 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 08 de julho de 2013 a 07 de julho de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 31 de outubro de 2016 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 31 de outubro de 2016, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de

julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 25 de outubro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6642

PORTARIA Nº 6.642 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,
Art. 1º. INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração disciplinar por parte do Sr. Acacio Ysao Yamaguti, em relação a verificação n.º 05/2016 da Coordenadoria de Controle Interno referente ao Termo de Fomento n.º 09/2016-FME – Associação Meio Oeste de Judô.

Art. 2º. DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, FRANCIANI ALICE RIZZI E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 26 de outubro de 2016.
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PLASS

EXTRATO TERMO DE ADESÃO Nº 11/2016/PLASS

Extrato TERMO DE ADESÃO Nº 11/2016 do
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016/PLASS
INEXIGIBILIDADE 03/2016/PLASS

Contratante: Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município do Joaçaba - PLASS

Contratada: CLINIMED – CLINICA MEDICA CAPINZAL SOCIEDADE SIMPLES EPP

Data: 26/10/2016

Objeto: Prestação de serviços de gastroenterologia.

Período: O prazo de execução do objeto do presente contrato é até 31/12/2016 prorrogáveis até o período máximo de 60 (sessenta) meses, através de Termos Aditivos, contados a partir da assinatura do Termo de Adesão.

Santa Catarina



PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas
Exercício de 2016
Período: Setembro
Página: 1

BALANCETE FINANCEIRO SETEMBRO/2016

| RECEITA | | DESPESA | |
|-------------------------------------|----------------------|-------------------------------------|----------------------|
| TÍTULOS | R\$ | TÍTULOS | R\$ |
| ORÇAMENTÁRIAS | 447.364,03 | ORÇAMENTÁRIAS | 472.101,89 |
| RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES | 215.098,25 | DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 465.825,46 |
| RECEITA PATRIMONIAL | 154.148,49 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 4.762,84 |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 0,88 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 461.062,62 |
| RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 78.116,41 | DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 6.276,43 |
| | | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 6.276,43 |
| EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 495.556,65 | EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 480.147,95 |
| DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | 23.454,76 | DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO | 21.927,01 |
| CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR | 472.101,89 | CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR | 458.220,94 |
| SALDOS ANTERIORES | 13.854.578,59 | SALDOS ATUAIS | 13.845.249,43 |
| APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO | 13.854.528,59 | APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO | 13.845.199,43 |
| BANCO C/ MOVIMENTO | 50,00 | BANCO C/ MOVIMENTO | 50,00 |
| TOTAL | 14.797.499,27 | TOTAL | 14.797.499,27 |

Joacaba, 24/10/2016

JULIANA DARTORA BESBATI
Presidente

JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

ADONES MARCIANO
Contador

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PREGÃO 0041/2016**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0055/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0041/2016

PROTOCOLO JHL 2596/2016

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0047/2016 – Licitação 0062/2016, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA DE REDES E RAMAIS DE ESGOTO NAS CIDADES DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA – SC E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS COLETADOS.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 9h00min do dia 10/11/2016 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 10/11/2016 às 9h10min, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 27/10/2016 a 10/11/2016.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 25 de outubro de 2016.

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE.

RESUMO CONTRATO JHL 0079/2016 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0079/2016

TOMADA DE PREÇOS JHL 0005/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0049/2016

PROTOCOLO Nº 2398/2016

Data assinatura: 25/10/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de rede coletora de esgoto e ligações domiciliares no Bairro Jardim Alvorada, na Rua Angelina de Lima e Nicolau Germano Persch e Rua Santos Dumont, localizadas em Joaçaba/SC, com fornecimento de materiais.

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.

Valor Contratado: R\$ 854.104,25 (Oitocentos e cinquenta e quatro mil, cento e quatro reais e vinte e cinco centavos).

Programa: 14.01

Projeto/Atividade: 1.052

Elemento De Despesa: 4.4.90.51.91.00.00.00

Prazo de vigência: 26/10/2016 a 25/12/2017

Aluir Flemming – Diretor Presidente do SIMAE

Lages

PREFEITURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 03-2016 FCL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO
03/2016

A Prefeitura do Município de Lages por meio da Fundação Cultural de Lages torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto o Edital de Credenciamento empresas especializadas na prestação de serviços de captação de recursos de incentivos fiscais junto a outras Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas via Lei nº. 8.313/91 – Lei Rouanet, para realização de projeto cultural Natal Felicidade 2016 - Artes Cênicas e Música Instrumental nos Campos da Serra – PRONAC Nº. – 163706.

1.0 DO OBJETO

1.1 Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de captação de recursos de incentivos fiscais junto a outras Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas, via Lei nº. 8.313/91 – Lei Rouanet, para realização de projeto cultural Natal Felicidade 2016 - Artes Cênicas e Música Instrumental nos Campos da Serra – PRONAC Nº. – 163706.

3.0 DAS INSCRIÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

3.1 Os interessados ao credenciamento poderão se inscrever até o final do prazo de inscrições prevista no item 3.5, preenchendo Ficha de Inscrição, conforme modelo constante no anexo I deste edital, e apresentar em envelope lacrado ou enviar via correios, para Fundação Cultural de Lages, Rua Benjamin Constant, 141, Centro, Lages/SC, CEP. 88.505-110 fone: (49) 3224 7425, e-mail: fcl@lag.es.sc.gov.br, com cópias dos documentos solicitados.

11.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A divulgação das empresas credenciadas acontece no último dia útil de cada mês que abrange o período de inscrições, devendo as mesmas apresentar-se à Fundação Cultural de Lages para efetivar o credenciamento.

11.4 O presente Edital de Credenciamento encontra-se afixado na Fundação Cultural de Lages e disponibilizado no site www.cultura.lag.es.sc.gov.br e www.lag.es.sc.gov.br.

Lages/SC, 26 de outubro de 2016.

Maurício Neves de Jesus
Fundação Cultural de Lages

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL 16

EDITAL Nº. 016/2016

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 16 de novembro de 2016.

Horário: 19h30min (dezenove horas e trinta minutos)

PAUTA: DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 029/2015, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE TÁXI NO MUNICÍPIO DE LAGES-SC.

Local: Plenário da Câmara de Vereadores de Lages

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site www.cameralag.es.sc.gov.br.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2016.

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA

Presidente

EDITAL 17/2016

EDITAL Nº. 017/2016

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 17 de novembro de 2016.

Horário: 19h30min (dezenove horas e trinta minutos)

PAUTA: DEBATER O PROJETO DE LEI Nº. 042/2016, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO FUNERÁRIO NO MUNICÍPIO DE LAGES SC.

Local: Plenário da Câmara de Vereadores de Lages

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site
www.camarylages.sc.gov.br.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2016.

THIAGO SILVA DE OLIVEIRA

Presidente

FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 03/2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO

03/2016

A Prefeitura do Município de Lages por meio da Fundação Cultural de Lages torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto o Edital de Credenciamento empresas especializadas na prestação de serviços de captação de recursos de incentivos fiscais junto a outras Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas via Lei nº. 8.313/91 – Lei Rouanet, para realização de projeto cultural Natal Felicidade 2016 - Artes Cênicas e Música Instrumental nos Campos da Serra – PRONAC Nº. – 163706.

1.0 DO OBJETO

1.1 Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de captação de recursos de incentivos fiscais junto a outras Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas, via Lei nº. 8.313/91 – Lei Rouanet, para realização de projeto cultural Natal Felicidade 2016 - Artes Cênicas e Música Instrumental nos Campos da Serra – PRONAC Nº. – 163706.

3.0 DAS INSCRIÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

3.1 Os interessados ao credenciamento poderão se inscrever até o final do prazo de inscrições prevista no item 3.5, preenchendo Ficha de Inscrição, conforme modelo constante no anexo I deste edital, e apresentar em envelope lacrado ou enviar via correios, para Fundação Cultural de Lages, Rua Benjamin Constant, 141, Centro, Lages/SC, CEP. 88.505-110 fone: (49) 3224 7425, e-mail: fcl@lages.sc.gov.br, com cópias dos documentos solicitados.

11.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A divulgação das empresas credenciadas acontece no último dia útil de cada mês que abrange o período de inscrições, devendo as mesmas apresentar-se à Fundação Cultural de Lages para efetivar o credenciamento.

11.4 O presente Edital de Credenciamento encontra-se afixado na Fundação Cultural de Lages e disponibilizado no site www.cultura.lages.sc.gov.br e www.lages.sc.gov.br.

Lages/SC, 26 de outubro de 2016.

Mauricio Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

Laguna

PREFEITURA

EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 037/2016 – PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 037/2016 – PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8.666/13, 10.520/02, Decreto Municipal 1634/11 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 10/11/2016, às 16:30 horas, PARA A CONTRATAÇÃO DE CAIXAS DE TELE-ENTULHO. Edital, Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail central@laguna.sc.gov.br - laguna.central@gmail.com ou no portal da transparência no site www.laguna.sc.gov.br pelo telefone (48) 8844-2819, (48) 88574683 ou no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 13:00 às 19:00.

- Os Editais são fornecidos apenas por meio eletrônico.

Laguna, 26 de Outubro de 2016

Fillipe Machado Barzan

Pregoeiro Municipal.

EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 04/2016 – PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA – SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 04/2016 – PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8.666/13, 10.520/02, Decreto Municipal 1634/11 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 10/11/2016, às 10:00 horas, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Edital, Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail central@laguna.sc.gov.br - laguna.central@gmail.com ou no portal da transparência no site www.laguna.sc.gov.br pelo telefone (48) 8844-2819, (48) 88574683 ou no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 13:00 às 19:00.

- Os Editais são fornecidos apenas por meio eletrônico.

Laguna, 26 de Outubro de 2016

Fillipe Machado Barzan

Pregoeiro Municipal.

EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 05/2016 – PML

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA – SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 05/2016 – PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8.666/13, 10.520/02, Decreto Municipal 1634/11 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 10/11/2016, às 14:00 horas, PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE. Edital, Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail central@laguna.sc.gov.br - laguna.central@gmail.com ou no portal da transparência no site www.laguna.sc.gov.br pelo telefone (48) 8844-2819, (48) 88574683 ou no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 13:00 às 19:00.

- Os Editais são fornecidos apenas por meio eletrônico.

Laguna, 26 de Outubro de 2016

Fillipe Machado Barzan

Pregoeiro Municipal.

Lauro Muller**PREFEITURA****RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO 71/2016 FMS**

RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO 71/2016 FMS

PROCESSO 71/2016 FMS

ATO EDITAL CREDENCIAMENTO PMLM N. 01/2016

ONDE LE-SE:

3.1.10. Atestado de visita fornecido pelo engenheiro da municipalidade, o qual estará recebendo os interessados no dia 21/10/2016 das 7h as 10h.

LEIA-SE:

3.1.10. Atestado de visita fornecido pelo engenheiro da municipalidade, o qual estará recebendo os interessados no dia 03/11/2016 das 7h as 10h.

Lauro Muller, 26 de outubro de 2016

JAIR F MADEIRA

Presidente da Comissão de Licitação

Lebon Regis

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12/2016

EXTRATO DE ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº12/2016

PREGÃO PRESENCIALNº15/2016_RP12

OBJETO: A presente licitação visa à elaboração de Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de SERVIÇOS FUNERÁRIOS INCLUINDO PREPARAÇÃO DO CORPO, URNAS MORTUÁRIAS E ATENDIMENTO DE TRASLADO PARA AUXÍLIO FUNERAL A PESSOAS CARENTES, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I deste Edital. O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL resolve através desta registrar os preços dos seguintes fornecedores:

| Fornecedor vencedor | Valor (R\$) |
|--------------------------------------|-------------|
| CARLOS ALBERTO MARQUES E CIA LTDA ME | 51.000,00 |

Lebon Regis, 27/10/2016
Rosane Regina de Souza-Gestora.

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PR15/2016

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº PR15/2016_RP1246/2016

OBJETO: A presente licitação visa à elaboração de Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de SERVIÇOS FUNERÁRIOS INCLUINDO PREPARAÇÃO DO CORPO, URNAS MORTUÁRIAS E ATENDIMENTO DE TRASLADO PARA AUXÍLIO FUNERAL A PESSOAS CARENTES, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I deste Edital. Data de Homologação: 26/10/2016. Licitantes Homologados:

| Fornecedor vencedor | valor (R\$) |
|---|-------------|
| CARLOS ALBERTO MARQUES E CIA LTDA ME 02.731.074/0001-76 | 51.000,00 |

Lebon Regis, 26/10/2016
Ludovino Labas - Prefeito Municipal

Leoberto Leal**PREFEITURA****DECRETO N.º 103/2016**

DECRETO Nº 103, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.200 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 100.000,00 de acordo com as especificações abaixo:

| Classificação | Código | Especificação | Valor |
|------------------------------------|--------------|--|------------|
| Órgão | 05 | SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL | 100.000,00 |
| Unidade Orçamentária | 01 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 100.000,00 |
| Função | 10 | Saúde | 100.000,00 |
| Sub-função | 301 | Atenção Básica | 100.000,00 |
| Programa | 06 | Saúde com Excelência | 100.000,00 |
| Atividade | 1.020 | Aquisição de Veículos - Saúde | 100.000,00 |
| Categoria Econômica | 4.0.00.00.00 | Despesas de Capital | 100.000,00 |
| Grupo de Natureza da Despesa | 4.4.00.00.00 | Investimentos | 100.000,00 |
| Modalidade Aplicação | 90 | Aplicações Diretas | 100.000,00 |
| Fonte de Recursos | 0.1.0065 | Atenção de Média e Alta Complexidade Ambul. e Hospitalar | 100.000,00 |
| Detalhamento | 49 | P/ Adeq. e Aquis. de Equip. Hospitalares | 100.000,00 |
| TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR | | | 100.000,00 |

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação verificado na seguinte fonte:

| Fonte | Código Fonte/Detalhamento | Valor |
|---|---------------------------|------------|
| Atenção de Média e Alta Complexidade Ambul. e Hospitalar – P/ Adeq. e Aquis. de Equip. Hospitalares | 0.1.0065.000049 | 100.000,00 |
| TOTAL DO EXCESSO UTILIZADO | | 100.000,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de outubro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.248/2016

LEI N.º 1.248, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

"AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE MÁQUINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que, a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizada a alienar, mediante Leilão, os bens a seguir descritos, de propriedade do Município de LEOBERTO LEAL /SC, no estado em que se encontram, considerados inservíveis para o serviço a que se destinam:

LOTE 01: VOLKSWAGEN SAVEIRO, BRANCO, FLEX, PLACA MDV 1723, ANO DE FABRICAÇÃO 2007, MODELO 2008, RENAVAL 921220383, SOB O NÚMERO DO PATRIMÔNIO 4220, COM LANCE INICIAL DE R\$ 8.000,00.

LOTE 02: RETROESCAVADEIRA 580L CASE, ANO E MODELO 2006, SOB O NÚMERO DO PATIMÔNIO 4087, COM LANCE INICIAL DE R\$ 40.000,00.

LOTE 03: PATROLA 130M, MARCA HUBER-WARCO, 113, CÓDIGO 2799 COM NÚMERO DE PATRIMÔNIO 1540, COM LANCE INICIAL R\$ 5.000,00

Art. 2º Os preços mínimos de venda de cada lote relacionados no artigo 1º foram fixados pela Comissão de Avaliação, designada pela Prefeitura Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de outubro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.249/2016

LEI N.º 1.249, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

"AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE MÁQUINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes que, a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, mediante Leilão, os bens a seguir descritos, de propriedade do Município de LEOBERTO LEAL /SC, no estado em que se encontram, considerados inservíveis para o serviço a que se destinam:

LOTE 01: MICROÔNIBUS MARCOPOLLO VOLARE, ANO E MODELO 2004, PLACA MEU 2062, DIESEL, RENAVAL 828439460, SOB O NÚMERO DO PATRIMÔNIO 3321, COM LANCE INICIAL DE R\$ 35.000,00.

LOTE 02: FIAT DOBLÔ HLX, ANO 2011, MODELO 2011, FLEX, PLACA MHA 2757, RENAVAL 224935364, SOB O NÚMERO DO PATRIMÔNIO 5347, COM LANCE INICIAL DE R\$ 18.000,00.

Art. 2º Os preços mínimos de venda de cada lote relacionados no artigo 1º foram fixados pela Comissão de Avaliação, designada pela Prefeitura Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de outubro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL UNILATERAL Nº 003-2016

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS Nº 003/2016

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, vem através do presente, RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO nº 025/2015, de 18 de março de 2015, Tomada de Preço nº 001/2015 e aditivos firmados com a Empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Nacar, nº 153, Bairro Guanabara, Joinville/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 20.985.955/0001-52, cujo representante é o Senhor RENAN SISMER MAURÍCIO, pelos motivos a seguir expostos:

Considerando, o Parecer Jurídico, elaborado pelo Procurador Jurídico do Município de Leoberto Leal/SC;

Considerando, o Decreto nº 102, de 25 de outubro de 2016;

Considerando, a situação de inadimplência da CONTRATADA no que tange às cláusulas do Contrato nº 025/2015, de 18 de março de 2015, Tomada de Preço nº 001/2015 e aditivos, que consiste na execução de obras de Pavimentação com lajotas de concreto e drenagem pluvial da continuação da Rua Mainolvo Lehmkuhl, com a respectiva sinalização (estaca E29 a E44), de acordo com o projeto.

Considerando que, apesar das prorrogações do prazo por meio de Aditivos e das reuniões realizadas, a Empresa não vem executando os serviços contratados;

Considerando que, a Contratada abandonou a obra, sem apresentar justificativa, em que pese a Notificação Administrativa de 10 de outubro de 2016, exigindo o reinício das obras em 48 (quarenta e oito horas), feita na sua sede e de forma pessoal;

Considerando que, após a última notificação, não houve retorno por parte da Empresa em procurar o Município para apresentar justificativas ou alegações, pelo não cumprimento do contrato;

Considerando que, a Administração Municipal não pode mais esperar sob pena de perder os recursos assegurados pelo Governo Federal.

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir unilateralmente o Contrato nº 025/2015, de 18 de março de 2015, Tomada de Preço nº 001/2015, para execução de obras de Pavimentação com lajotas de concreto e drenagem pluvial da continuação da Rua Mainolvo Lehmkuhl, com a respectiva sinalização (estaca E29 a E44), de acordo com o projeto e Termos Aditivos, celebrados com a Empresa FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA ME, em razão do descumprimento das condições previstas no contrato em questão.

Art. 2º - Este procedimento tem como base legal os artigos 77, 78, incisos I c/c 79, inc. I da Lei Federal no. 8.666/93, bem como as cláusulas do Contrato nº 025/2015.

Art. 3º - O Presente Termo de Rescisão será publicado no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 26 de outubro de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 33.645.482/0001-96

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

Nota Fiscal nº. 5039 R\$ 15.000,00

Nota Fiscal nº. 5225 R\$ 15.000,00

Valor Total: R\$ 30.000,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela prestação de serviços técnicos para disponibilização e utilização da Nota Fiscal Eletrônica e Declaração Mensal de Serviços Eletrônica, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 27 de outubro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2016 (NOVA DATA DE ABERTURA)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2016

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para execução, de forma indireta e sob o regime de empreitada integral, por item, incluindo o fornecimento de material individual, coletivo, de segurança e de execução, deslocamento, coleta e destinação, e serviços, para execução de Serviços de Limpeza Urbana, neste Município, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 10h30min do dia 11/11/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3642-4009 ou 3641-4027.

Mafra (SC), 26 de outubro de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO Nº039/2016

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO Nº039/2016

Contrato nº: 039/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: VOPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA – EPP

CNPJ: 03.393.652/0001-21

Modalidade Processo Licitatório n.º 087/2016. Tomada de Preço n.º 006/2016.

Data Assinatura do termo aditivo: 20 de outubro de 2016.

Valor do Termo Aditivo: R\$ 70.102,45 (setenta mil cento e dois reais e quarenta e cinco centavos).

Foro: Comarca de Mafra

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 51.2016 - AQUISIÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS E PANOS DE PRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2016

VALIDADE: DE 25/10/2016 A 25/10/2017.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Interino, Sr. VANDERLEI SASSE, inscrito no CPF sob o nº 848.301.909-49, representando o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE bem como o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pela Autoridade supracitada, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS E PANOS DE PRATO PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

| PARTICIPANTES PRESENTES | CNPJ/CPF |
|--|--------------------|
| LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA, neste ato representado por ANTONIO GERALDO KLEIN | 07.483.630/0001-03 |
| BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA ME, neste ato representado por CLAITON FERREIRA DE LIMA | 14.722.310/0001-24 |

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 AQUISIÇÃO DE COPOS DESCARTÁVEIS E PANOS DE PRATO PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC) em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

| Fornecedor: 100153 - LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA | | | | | | |
|--|--|------|--------------|------|----------|-----------|
| ITEM | PRODUTO | UNID | MARCA | QTDE | R\$ UNIT | R\$ TOTAL |
| 1 | COPOS DESCARTÁVEIS 2500X180 ML, PADRAO ABNT, CAIXA COM 2500 UNIDADES. MATERIAL PP. | CX | CRISTAL COPO | 408 | 52,6 | 21.460,80 |
| TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 21.460,80 | | | | | | |
| Fornecedor: 212440 - BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA ME | | | | | | |
| ITEM | PRODUTO | UNID | MARCA | QTDE | R\$ UNIT | R\$ TOTAL |
| 2 | PANO DE PRATO EM TECIDO TIPO SACARIA, COM COSTURA FEITA NAS BORDAS, SEM PINTURA, COM ALTA ABSORÇÃO DE UMIDADE E TAMANHO APROXIMADO DE 40X60CM. *AMOSTRA: 1 UNIDADE | UNID | MARTIMPA-NO | 1056 | 1,53 | 1.615,68 |
| TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 1.615,68 | | | | | | |
| TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 23.076,48 | | | | | | |

1.2 O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 23.076,48 (VINTE E TRÊS MIL, SETENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogada.

2.2 Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto desta ata exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Esta ata de registro de preços será usada pela Prefeitura de Massaranduba (SC).

3.2 O valor ofertado pelas licitantes signatárias desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2016.

3.3 Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2016 e seus Anexos, que integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

4.2 Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

4.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.4 Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA

4.5.1 A licitante vencedora deverá entregar os itens deste processo licitatório em no MÁXIMO 04 (QUATRO) DIAS ÚTEIS após a solicitação/emissão da ordem de compra, nos locais a serem definidos através de requisições emitidas pela Prefeitura de Massaranduba (SC), dentro do prazo estipulado, respeitando as quantidades e especificações solicitadas.

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

5.3 A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas neste edital.

5.4 O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

6.2 As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços; comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

6.2.1 Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2 Cancelamento do registro na ata.

6.2.3 Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

6.2.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, a contar da intimação do ato.

6.4 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1 Advertência.

6.5.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

6.5.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

6.6 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos.

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

6.8 A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

6.10 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1 O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os valores registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da ata de registro de preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2 Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata.

8.2.2 A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3 A detentora der causa a rescisão administrativa decorrente deste registro de preços.

8.2.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega parcial dos itens desta ata.

8.2.5 Os valores registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6 Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

8.2.6 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o valor registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

8.4 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1 O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 10.1 A empresa vencedora obriga-se:

10.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º. do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.1.2 Entregar o objeto da licitação nos locais determinados pelo Município, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações contidas no Anexo II e Cronograma de Entrega;

10.1.3 Observar a data de validade dos produtos, pois não serão aceitos mercadorias que tenham mais de 1/4 da validade já transcorrida no ato da entrega dos mesmos.

10.1.4 Prover o adequado transporte e manuseio dos produtos objeto da presente licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito.

10.1.5 Todas as embalagens deverão conter o peso legível para conferência.

10.1.6 Será recusada a embalagem defeituosa que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que não permita o perfeito armazenamento do produto.

10.1.7 Pagar todos os tributos fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega;

10.1.8 Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos adquiridos até o local determinado pela Prefeitura;

10.1.9 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

10.1.10 Aceitar as condições de pagamento, previstas nesta ata.

10.1.11 Manter vigente durante a execução do objeto os documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação, ou até mesmo rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 11.1 A Prefeitura de Massaranduba (SC) obriga-se a:

11.1.1 Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

11.1.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado neste edital.

11.1.3 Acompanhar e fiscalizar o serviço.

11.1.4 Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Integra esta Ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2016, e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

| | | | | | |
|--------------------|----|----|---------|----|------|
| Massaranduba – SC, | 25 | de | Outubro | de | 2016 |
|--------------------|----|----|---------|----|------|

| | |
|-----------------|--|
| VANDERLEI SASSE | |
|-----------------|--|

| | |
|-------------------|--|
| PREFEITO INTERINO | |
|-------------------|--|

| |
|---|
| LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ANTONIO GERALDO KLEIN CONTRATADA |
|---|

| |
|---|
| BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME CLAITON FERREIRA DE LIMA CONTRATADA |
|---|

ATA 52.2016 - MATERIAL DE EXPEDIENTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2016

VALIDADE: DE 25/10/2016 A 25/10/2017.

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Interino, Sr. VANDERLEI SASSE, inscrito no CPF sob o nº 848.301.909-49, representando o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE bem como o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2016 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pela Autoridade supracitada, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do referido processo licitatório, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas no certame:

| PARTICIPANTES PRESENTES | CNPJ/CPF |
|---|--------------------|
| BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA, neste ato representado por ANDRE LUIS SEIBT | 12.667.876/0001-75 |
| BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME, neste ato representado por ENIO BOZZANO | 85.323.392/0001-82 |
| M.C. DALABONA DISTRIBUIDORA ME, neste ato representado por ARCELIO ANTONIO DALABONA | 24.972.018/0001-13 |

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC) em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata de registro de preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital e seus anexos.

Fornecedor: 159212 - BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA

| ITEM | PRODUTO | UNID | MARCA | QTDE | R\$ UNIT. | R\$ TOTAL |
|------|---|------|--------------|------|-----------|-----------|
| 3 | MARCADOR PERMANENTE RECARREGAVEL PONTA CHANFRADA INDEFORMAVEL, ESCRITA GROSSA E TAMBEM DA FINA, TINTA A BASE DE ALCOOL. USO EM PAPEL, CARTOLINA E PAPELÃO, CAIXA COM 12 UNIDADES. COMPOSIÇÃO: RESINAS TERMOPLASTICAS, TINTA A BASE DE ALCOOL, CORANTES, RESINAS, SOLVENTES, ADITIVOS E PONTA DE FELTRO.(CORES: VERMELHO, VERDE, AZUL, PRETO). | CX | RADEX | 141 | 26,3 | 3.708,30 |
| 8 | COLA PLÁSTICA LÍQUIDA EM FRASCOS DE 40G PARA PAPEL, BRANCA, LAVÁVEL, NÃO TÓXICA, FABRICADA COM LÁTEX, ADITIVOS, PLASTIFICANTES, COM TAMPA GIRATÓRIA TOTALMENTE REMOVÍVEL. | UNID | PIRATI-NINGA | 675 | 0,77 | 519,75 |
| 10 | ENVELOPE 229 MM X 114 MM BRANCO OFICIO 75G/M2 | UNID | IPECOL | 2420 | 0,14 | 338,8 |

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 4.566,85

Fornecedor: 180777 - BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME

| ITEM | PRODUTO | UNID | MARCA | QTDE | R\$ UNIT. | R\$ TOTAL |
|------|--|------|-----------|------|-----------|-----------|
| 1 | BLOCO POST-IT, CARACTERISTICAS DO PRODUTO: REPOSICIONAVEL, COLA E DESCOLA COM FACILIDADE SEM DANIFICAR A SUPERFICIE ONDE E APLICADO, 100 FOLHAS, DIMENSÕES: 38 X 51MM. | UNID | INFORMS | 1792 | 3,45 | 6.182,40 |
| 5 | BORRACHA NA COR BRANCA PARA APAGAR LÁPIS (GRAFITES). DIMENSÕES MÍNIMAS: 30MM X 20MM X 06MM. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 60 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA. | CX | LEO & LEO | 48 | 7,95 | 381,6 |
| 11 | GIZ DE CERA CURTO, CAIXA COM 12 UNIDADES/CORES | CX | LEO E LEO | 230 | 1,24 | 285,2 |

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 6.849,20

Fornecedor: 256943 - M.C. DALABONA DISTRIBUIDORA ME

| ITEM | PRODUTO | UNID | MARCA | QTDE | R\$ UNIT. | R\$ TOTAL |
|------|---|------|-------|------|-----------|-----------|
| 2 | GIZ ESCOLAR COLORIDO PARA QUADRO, ANTIALÉRGICO, QUE NÃO SOLTA PÓ, NÃO TÓXICO, CAIXA COM 64 PALITOS - COMPOSIÇÃO: GESSO ORTOPÉDICO, ÁGUA. | CX | DELTA | 36 | 2,03 | 73,08 |
| 6 | GIZ ESCOLAR NA COR BRANCA PARA QUADRO, ANTIALÉRGICO, QUE NÃO SOLTA PÓ, NÃO TÓXICO, CAIXA COM 64 PALITOS - COMPOSIÇÃO: GESSO ORTOPÉDICO, ÁGUA. | CX | DELTA | 40 | 1,48 | 59,2 |
| 9 | PINCEL PARA QUADRO BRANCO. COMPOSICAO: RESINAS TERMOPLASTICAS, TINTA A BASE DE ALCOOL, PIGMENTOS, RESINAS, SOLVENTES, ADITIVOS E PONTA DE ACRÍLICO. CARACTERISTICAS DO PRODUTO: IDEAL PARA QUADRO BRANCO POIS TEM PONTA MACIA QUE NAO DANIFICA E TINTA QUE E FACILMENTE APAGADA. ESPECIFICAÇÕES: NAO RECARREGAVEL, PONTA DE 4,0MM, ESPESSURA DE ESCRITA 2,0MM, CORES PRIMARIAS PRETO, AZUL, VERDE E AMARELO | UNID | BRW | 385 | 1,73 | 666,05 |

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 798,33

TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 12.214,38

1.2 O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 12.214,38 (DOZE MIL, DUZENTOS E QUATORZE REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, não podendo ser prorrogada.

2.2 Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto desta ata exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às licitantes detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Esta ata de registro de preços será usada pela Prefeitura de Massaranduba (SC).

3.2 O valor ofertado pelas licitantes signatárias desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2016.

3.3 Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2016 e seus Anexos, que integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

4.2 Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

4.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.4 Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA

5.1 A licitante vencedora deverá entregar os itens deste processo licitatório em no MÁXIMO 04 (QUATRO) DIAS ÚTEIS após a solicitação/emissão da ordem de compra, nos locais a serem definidos através de requisições emitidas pela Prefeitura de Massaranduba (SC), dentro do prazo estipulado, respeitando as quantidades e especificações solicitadas.

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra.

5.3 A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas neste edital.

5.4 O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1 A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração.

6.2 As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços; comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

6.2.1 Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2 Cancelamento do registro na ata.

6.2.3 Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

6.2.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

6.3 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, a contar da intimação do ato.

6.4 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1 Advertência.

6.5.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1ª (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

6.5.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

6.6 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos.

6.7 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

6.8 A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

6.10 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1 O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 60 (sessenta) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os valores registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da ata de registro de preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2 Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata.

8.2.2 A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3 A detentora der causa a rescisão administrativa decorrente deste registro de preços.

8.2.4 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega parcial dos itens desta ata.

8.2.5 Os valores registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6 Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

8.2.6 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o valor registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.3 Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

8.4 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1 O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 10.1 A empresa vencedora obriga-se:

10.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º. do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

10.1.2 Entregar o objeto da licitação nos locais determinados pelo Município, dentro do prazo estipulado, respeitadas as quantidades e especificações contidas no Anexo II e Cronograma de Entrega;

10.1.3 Observar a data de validade dos produtos, pois não serão aceitos mercadorias que tenham mais de 1/4 da validade já transcorrida no ato da entrega dos mesmos.

10.1.4 Prover o adequado transporte e manuseio dos produtos objeto da presente licitação, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito.

10.1.5 Todas as embalagens deverão conter o peso legível para conferência.

10.1.6 Será recusada a embalagem defeituosa que exponha o produto à contaminação e/ou deterioração, ou que não permita o perfeito armazenamento do produto.

10.1.7 Pagar todos os tributos fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos, bem como eventual custo de frete na entrega;

10.1.8 Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos produtos adquiridos até o local determinado pela Prefeitura;

10.1.9 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

10.1.10 Aceitar as condições de pagamento, previstas nesta ata.

10.1.11 Manter vigente durante a execução do objeto os documentos que comprovem a regularidade fiscal da contratada, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação, ou até mesmo rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 11.1 A Prefeitura de Massaranduba (SC) obriga-se a:

11.1.1 Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

11.1.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado neste edital.

11.1.3 Acompanhar e fiscalizar o serviço.

11.1.4 Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Integra esta Ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2016, e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

| | | | | | |
|--------------------|----|----|---------|----|------|
| Massaranduba – SC, | 25 | de | Outubro | de | 2016 |
|--------------------|----|----|---------|----|------|

| | |
|-------------------|--|
| VANDERLEI SASSE | |
| PREFEITO INTERINO | |

| |
|---|
| BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ANDRE LUIS SEIBT CONTRATADA |
|---|

| |
|---|
| BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME ENIO BOZZANO CONTRATADA |
|---|

| |
|--|
| M.C. DALABONA DISTRIBUIDORA ME ARCELIO ANTONIO DALABONA CONTRATADA |
|--|

ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO 114.2016 PP 74.2016 - MATERIAIS ELÉTRICOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2016

ERRATA

ONDE SE LÊ:

Item 4 - LÂMPADA FLUORESCENTE LED T8 9W, VIDRO, COM FLUXO LUMINOSO MINIMO DE 1850 LUMENS, TEMPERATURA DE COR MINIMA DE 4000K, VIDA UTIL MINIMA DE 25000 HORAS, DEVE TER SELO PROCEL

Item 55 - REATOR VAPOR DE SODIO 150W - 220V. BAIXA PERDA. USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO. FATOR DE POTENCIA >0,92. GARANTIA MINIMA: 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGÍVEL INDELEVELE NO CORPO DO REATOR. CARACTERÍSTICAS CONFORME E-313.0047. APRESENTAR SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO PELA CELESC)

Item 56 - BASE PARA RELE FOTOELETRICO 10A, TIPO BAQUELITE OU MATERIAL EQUIVALENTE, DEVENDO OPERAR A TEMPERATURA DE -5°C A +70°C. CONTATOS DE ENCAIXE EM LATAO OU MATERIAL EQUIVALENTE, QUE SUPORTE NO MINIMO A CORRENTE DE 10A (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC)

Item 59 - LAMPADA VAPOR DE SODIO 150W. BULBO TUBULAR. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 17.200 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 32.000 HORAS OU MAIOR TEMPERATURA DE COR: 2.000K. GARANTIA MINIMA: 12 MESES. APRESENTAR SELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO HOMOLOGADO CELESC) LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELEVELE NO BULBO DA LÂMPADA

LEIA-SE:

Item 4 - LÂMPADA FLUORESCENTE LED T8 9W, VIDRO, COM FLUXO LUMINOSO MINIMO DE 900 LUMENS, TEMPERATURA DE COR MINIMA DE 4000K, VIDA UTIL MINIMA DE 25000 HORAS, DEVE TER SELO PROCEL

Item 55 - REATOR VAPOR DE SODIO 150W - 220V. BAIXA PERDA. USO EXTERNO GALVANIZADO, COM IGNITOR E CAPACITOR INCORPORADO. FATOR DE POTENCIA >0,92. GARANTIA MINIMA: 5 ANOS, GRAVADA DE FORMA LEGIVELEINDELEVEL NO CORPO DO REATOR. CARACTERÍSTICAS CONFORME E-313.0047. APRESENTAR SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO PADRONIZADO PELA CELESC)

Item 56 - BASE PARA RELE FOTOELETRICO 10A, TIPO BAQUELITE OU MATERIAL EQUIVALENTE, DEVENDO OPERAR A TEMPERATURA DE -5°C A +70°C. CONTATOS DE ENCAIXE EM LATAO OU MATERIAL EQUIVALENTE, QUE SUPORTE NO MINIMO A CORRENTE DE 10A (PRODUTO PADRONIZADO CELESC)

Item 59 - LAMPADA VAPOR DE SODIO 150W. BULBO TUBULAR. BASE E-40. FLUXO LUMINOSO 17.200 LUMENS OU MAIOR. IRC MINIMO >20. POSICAO DE FUNCIONAMENTO: UNIVERSAL. VIDA MEDIANA: 32.000 HORAS OU MAIOR TEMPERATURA DE COR: 2.000K. GARANTIA MINIMA: 12 MESES. APRESENTARSELO DE EFICIENCIA ENERGETICA DE BAIXO CONSUMO (PRODUTO PADRONIZADO CELESC) LÂMPADA COM FABRICAÇÃO INFERIOR A 6 MESES DATA DA FABRICAÇÃO GRAVADA DE FORMA INDELÉVEL NO BULBO DA LÂMPADA.

Massaranduba (SC), 27 de outubro de 2016.
CÍRIO MARTINI
PREGOEIRO

PMM CO 62.2016 AD 01 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO (62/1) CONTRATO Nº 62/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO (COM MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS) DA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO DA RUA THOMAZ RADWANSKI (TRECHO III).

VIGÊNCIA: Fica prorrogado, tendo como início da vigência dia 27 DE OUTUBRO DE 2016 e findando este prazo em 26 DE MARÇO DE 2017.

VANDERLEI SASSE – PREFEITO INTERINO

MASSARANDUBA (SC), 27 DE OUTUBRO DE 2016

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº114/2016

PORTARIANº114/2016

26/10/2016

Geraldo Michelluzzi, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 51, inciso II do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba:

RESOLVE:

Decretar Ponto Facultativo

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 28 de outubro e no dia 14 de novembro de 2016, na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Massaranduba.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), EM 26 DE NOVEMBRO DE 2016.

Geraldo Michelluzzi

Presidente

Publicado no Expediente da data supra

Jair Micheluzzi

Assistente Legislativo

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO Nº067-2016

DECRETO n.º 067/2016

ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso VI da lei Orgânica Municipal, resolve:

DECRETAR

Art. 1.º Fica estabelecido o novo horário de expediente nas Repartições Públicas do Município de Meleiro, das 07:00 horas às 13:00 horas, a partir do dia 31 de Outubro de 2016, de Segunda à Sexta-feira, exceto a Exatoria, o Conselho Tutelar, a Biblioteca, os motoristas da saúde e da educação, os funcionários responsáveis pela coleta do lixo e os funcionários que atuam nas escolas.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Outubro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

DECRETO Nº068-2016

DECRETO n.º 068/2016

ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso VI da lei Orgânica Municipal, resolve:

DECRETAR

Art. 1.º Fica estabelecido o novo horário de expediente nas Unidades de Saúde do Município de Meleiro (Posto de Saúde e E.S.F) e no CRAS, em duas escalas de 06 horas diárias: das 07:00 horas às 13:00 horas e das 11:00 horas às 17:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, a partir do dia 31 de Outubro de 2016.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Outubro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº503-2016

PORTARIA n.º 503/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora IZABEL MATIAS, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 24/10/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 26 de Outubro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0271/2016

DECRETO Nº 0271/2016 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo nº 001/2016.

Art. 2º - Ficam nomeados os membros integrantes da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo nº 001/2016, conforme a seguir:

I – Jussane Marcanson Toseto Frandoloso – Presidente;

II – Janete Toseto – Secretária;

III – Eliane Hanauer Chaves – Membro;

IV – Francieli Pavalicini – Membro;

V – Adilson Cesar Braun – Membro;

VI – Marizete Maria Floss – Membro;

VII – Erno Michielin – Membro.

Art. 3º - Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 26 de outubro de 2016.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0173/2016

PORTARIA Nº 0173/2016 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLEUNICE MARIA HOSS SCHUH, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

Considerando atestado médico emitido em 24.10.2016, atestando a necessidade de afastamento da Servidora para tratamento de saúde por 44 (quarenta e quatro) dias,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal CLEUNICE MARIA HOSS SCHUH, matrícula nº 1934-8, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde ESF, com carga horária de 40 horas semanais, lotada no Departamento Municipal de Saúde, por motivo de doença.

Parágrafo Único: A concessão de que trata o Art. 1º desta Portaria é pelo período de 24.10.2016 a 06.12.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de outubro de 2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 26 de outubro de 2016.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Mondaí

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO P. 39/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2016.

O Município de Mondaí/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, a partir do seu Prefeito Municipal em Exercício, leva ao conhecimento dos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2016/FMS, que objetivava o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para coffee break quando da realização de reunião mensal do CIR (Colegiado de Intergestores Regionais de Saúde) foi considerada DESERTA, tendo em vista não aportarem interessados à participação na licitação, conforme consta dos Autos.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos desta Municipalidade pelo fone (49) 3674.3125.

Mondaí – SC, 26 de outubro de 2016.

Valmor Cemin

Prefeito Municipal em Exercício

Monte Carlo

PREFEITURA

CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO CADEIRAS 79/2016

CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO nº 79/2016

Contrato Público de Prestação de Serviços de Assessoria e assistência técnica de informática, que fazem entre si, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, com sede à Rodovia SC 452 Km 25, Nº 1551, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito, OSMAR MARQUES DA SILVA, denominado CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA: DOUGLAS LUIS DIDONE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 14.089.505/0001-89-60, situada na Rua Domingos Berto – 45, Bairro Três Vendas, no Município de Erechim – RS, CEP 99700-000, neste ato representada por DOUGLAS LUIS DIDONE, brasileiro, CPF nº 820.832.900-20, residente e domiciliada na Rua Domingos Berto – 45, Bairro Três Vendas, no Município de Erechim – RS, CEP 99700-000, mediante as seguintes cláusulas:

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços, considerando os expedientes constantes do processo nº 105/2016, no qual se justifica a dispensa de procedimento licitatório, com base no que dispõe o inciso II, do art. 24 da Lei nº 8666/93, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

DO OBJETO

Cláusula 1ª Contratação de empresa especializada para concerto e manutenção das cadeiras das Escolas do Município para uso dos alunos e professores.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Cláusula 2ª. A CONTRATANTE deverá:

- Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente ao objeto contratado, em conformidade com a Cláusula 8 e seguintes;
- Indicar o servidor que será responsável pelo gerenciamento deste termo e contato com a CONTRATADA.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cláusula 3ª. A CONTRATADA é responsável por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentais sobre os serviços contratados, bem como cumprir rigorosamente, todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas ao pessoal que empregar para a execução do objeto do presente termo.

Cláusula 4ª. A CONTRATADA obriga-se a atender ao disposto no inciso V, do art. 27 da Lei 8.666/93, ou seja: proibindo de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Cláusula 5ª. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato, nos casos estabelecidos no art.65 da Lei 8.666/93.

DO PREÇO

Cláusula 6ª. O valor a ser pago pela CONTRATANTE em favor da CONTRATADA pelo fornecimento do objeto, é de R\$ 7.850,00 (sete mil, oitocentos e cinquenta reais).

DO PAGAMENTO

Cláusula 7ª. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal, referente ao fornecimento do objeto, tendo a CONTRATANTE o prazo de até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente para efetuar o

pagamento.

Parágrafo único. No caso de irregularidade na emissão da nota fiscal por parte da CONTRATADA, o prazo de pagamento será contado a partir de sua apresentação, desde que devidamente regularizados.

DA EXECUÇÃO, ALTERAÇÃO, INEXECUÇÃO OU RESCISÃO

Cláusula 8ª. O presente contrato regular-se-á no que concerne à sua execução, inexecução ou rescisão pelas disposições da Lei nº 8666/93, de 21 de junho de 1993, observadas suas posteriores alterações, por suas cláusulas e pelos preceitos e princípios do direito público.

DO PRAZO

Cláusula 9ª. O prazo de vigência do contrato será, a partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2016.

DAS PENALIDADES

Cláusula 10ª. Pelo descumprimento total ou parcial das condições previstas na proposta ou no contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabíveis.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cláusula 11ª. A despesa referente aos serviços objeto do presente contrato será empenhada na dotação orçamentária específica para o exercício de 2016, sendo:

Entidade: 01 – Órgão: 07 – Unidade: 01 – Projeto/Atividade: 2.011 – Dotação: 62 – Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019.00 0000

DO FORO

Cláusula 12ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do Contrato, as partes elegem o foro da comarca de Fraiburgo-SC. Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Monte Carlo – SC, 19 de outubro de 2016

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

DOUGLAS LUIS DIDONE.

Testemunhas:

NOME:

Cpf:

Nome:

Cpf:

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2016. PROCESSO Nº 103/2016

| | |
|--|---|
| | ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO Rod. SC 452, Km 15, s/nº - Centro – Cep.: 89.618-000 – CNPJ 95.996.104/0001-04 |
|--|---|

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2016. PROCESSO Nº 103/2016**DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para concerto e manutenção das percianas das Escolas do Municípios.

DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

O prestador é a empresa JOÃO CARLOS DE ALMEIDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 17.400.428/0001-24, situada na Rua João Antonio Dalla Rosa – 163, Bairro Aldo Arioli, no Município de Erechim – RS, CEP 99700-000, neste ato representada por JOÃO CARLOS DE ALMEIDA, brasileiro, CPF nº 007.842.740-10, residente e domiciliada na Rua João Antonio Dalla Rosa – 163, Bairro Aldo Arioli, no Município de Erechim – RS, CEP 99700-000

DO VALOR

Preço para o presente ajuste é de R\$ 7.820,00 (sete mil , oitocentos e vinte reais), com pagamento até o décimo dia útil do mês subsequente ao da entrega dos objetos.

DA BASE LEGAL

A presente Dispensa de Licitação sustenta-se no inciso II do art. 24 da Lei Federal n. 8.666/93, que regulamenta Licitações e Contratos Administrativos.

DA AUTORIZAÇÃO

Autorizo a presente RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Monte Carlo, 26 de outubro de 2016

OSMAR MARQUES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2016 6º

Edital de Convocação Referente Concurso Público Edital nº 001/2016

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca o aprovado no Concurso Público, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

FARMACEUTICO

| COLOCAÇÃO | NOME CANDIDATO |
|-----------|--------------------------|
| 2º | DRIELLY SILVA FLORENTINO |

Morro da Fumaça, 26 de outubro de 2016

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 090/2016

Município de Morro da Fumaça Errata do Pregão Presencial para Registro de Preço 090/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, conforme anexo, ALTERA-SE O ANEXO I. Data 09/11/2016 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

ATA CONCORRÊNCIA 113/2016 PMN HABILITAÇÃO

ATA CONCORRÊNCIA 113/2016 PMN - HABILITAÇÃO

Aberto o certame no dia 25 de outubro de 2016, às 09h: 00min, com a participação das empresas Belga, RBI, Artefatos de Cimento Santa Terezinha, NAJ, Andrade e Amorim, Ballt e Tublocos (presentes) e Multiplus (ausente). O representante da empresa Tublocos assinou o credenciamento, mas logo após retirou-se da sessão. Após as considerações iniciais, a comissão procedeu a abertura dos envelopes de habilitação. São consideradas ME/EPP as empresas: Tublocos, NAJ, Santa Terezinha e Andrade. Após, os licitantes presentes vistaram os documentos e fizeram seus questionamentos. A empresa Tublocos não apresentou o registro no CREA, apenas CAU. O atestado não possui drenagem e não é registrado no CREA. O capital social da Tublocos não atende ao edital. Como houve inabilitado e respeitando o prazo recursal, fica agendada nova sessão para a abertura das propostas dos habilitados para o dia 10 de novembro de 2016 às 08h00min. Momento em que encerra o presente. Caso haja recursos ou se a data de abertura das propostas for alterada, será publicado no site da Prefeitura Municipal de Navegantes. COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

Presidente: Ellinton Pedro de Souza

Membros: Fernanda H. Constâncio, Leila Mengarda, Pedro Paulo da Costa

ATA PREGÃO PRESENCIAL 13 2016 FUMREBOM - PARECER DA COMISSÃO JULGADORA

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016 FUMREBOM

ABERTO O CERTAME NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2016, COM A PARTICIPAÇÃO DE UMA LICITANTE APENAS ANSELMO SCHMOLLER - ME (16694), DEVIDAMENTE CREDENCIADA E SE ENQUADRA COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO, COM A PARTICIPAÇÃO DO SARGENTO ADÔNIS.

APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO À PROPOSTA E VERIFICOU QUE A EMPRESA CREDENCIADA CUMPRIU COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL.

APÓS FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL SE VERIFICOU QUE A EMPRESA VENCEDORA CUMPRIU COM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL.

SENDO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DE QUEM FOR RECEBER E ATESTAR A QUALIDADE DOS MATERIAIS CONFORME O DESCRITIVO DO ITEM NO EDITAL.

NÃO HAVENDO MENSÃO DE RECURSOS. MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 FUMAN - RETIFICADO/REPUBLICADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 FUMAN – RETIFICADO / REPUBLICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO (MADEIRAS), DESTINADAS A MANUTENÇÃO DAS PASSARELAS E DECKS PROTETORAS DAS DUNAS E RESTINGAS DA ORLA DA PRAIA, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes:

16/11/2016 até às 07h50. Abertura envelopes: 16/11/2016 às 08h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

DECRETO Nº 179 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 179 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 3057 de 07/12/2015 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) da seguinte dotação, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos: 10100 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

111 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 5.000,00

Total R\$ 5.000,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 10100 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Educação

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02 – Diretoria Pedagógica

12.365.0007 – 2.055 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - Ensino Infantil

108 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Total R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 26 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos dos Souza

Prefeito

Este Decreto foi Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 26 de Outubro de 2016.

Nádia Bráz Bins

Secretária da Administração e Logística

DECRETO Nº 180 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 180 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei nº 3057 de 07/12/2015 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 30.280,00 (Trinta mil, duzentos e oitenta reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

13 – 4.4.50.00.00.00 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 7.900,00

28 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 22.380,00

T O T A L R\$ 30.280,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde

Fonte de Recursos – 010200 – Receitas e Transferências de Impostos - Saúde

11 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.280,00

T O T A L R\$ 30.280,00

Art. 3º - Esta Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 25 de Outubro de 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 25 de Outubro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EDITAL DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA DE NAVEGANTES - 2016

EDITAL DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA DE NAVEGANTES - 2016

A FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES, inscrita no CNPJ sob o nº 04.238.035/0001-14, com sede a Rua Maria Leonor da Cunha, 432, Centro, Navegantes – SC, torna público, através do presente Edital, que se encontram abertas, entre os dias 27 de outubro a 18 de novembro de 2016, as inscrições para a SELEÇÃO DE PROJETOS DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA DE NAVEGANTES - 2016, que regulamenta a concessão de recursos financeiros no valor total de R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais), destinada a incentivar atividades culturais na cidade de Navegantes, de acordo com o que determinam a Lei 2635/2012, o Decreto 169/2015 e as Leis 8.666/93, 8.883/94, bem como as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Edital a seleção de projetos que contribuam para a produção artística, a difusão, o fomento, a reflexão, a formação e preservação com vistas ao desenvolvimento da cultura da cidade de Navegantes, contemplando as seguintes áreas culturais: música, artes cênicas, humanidades, patrimônio, artes visuais e audiovisual.

1.2 A finalidade do presente Edital vem a ser a concessão de recursos financeiros para a execução de projetos culturais através de incentivo fiscal.

1.3 Os recursos, no valor total de 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais), anuído pelo Conselho Municipal de Cultura, serão assim distribuídos:

· 03 cotas de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

· 11 cotas de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

§ 1º Os gastos com divulgação não poderão ultrapassar o limite de 20% do valor total do projeto.

§ 2º Os custos administrativos do projeto não poderão ultrapassar 15% do seu valor total.

§ 3º A auto remuneração do proponente do projeto não poderá ultrapassar 5% do valor total do projeto.

1.4 As despesas do presente Edital correrão por conta da dotação:

| | |
|---------------------------|---|
| Órgão | 19 – Fundação Cultural de Navegantes |
| Unidade | 01 – Diretoria Técnica - FCN |
| Funcional | 2.146 – Manutenção e Funcion. da Lei de Incentivo à Cultura |
| Dotação – Código Reduzido | 24 - 3.3.50.00.00.00.00 1000 – Transf. a Inst. Priv. sem Fins Lucrativos (PJ) |
| Dotação - Código Reduzido | 25 - 3.3.90.00.00.00.00 1000 - Aplicações Diretas (PF) |

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão concorrer ao presente Edital de seleção de projetos, pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, sem fins lucrativos, e pessoas físicas, responsáveis por projetos de caráter estritamente cultural.

2.2 É vedada a participação de servidores públicos municipais efetivos e/ou comissionados.

2.3 Os proponentes deverão ter residência comprovada na cidade de Navegantes há mais de um ano.

3. DO PROCEDIMENTO, PRAZO e LOCAL DE INSCRIÇÕES.

3.1 As solicitações de inscrições deverão ser efetuadas conforme procedimentos especificados a seguir:

3.1.1 A inscrição no presente Edital implica o conhecimento e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, na Lei 2635/2012 e no Decreto 169/2015, das quais o proponente não poderá alegar desconhecimento.

3.1.2 A inscrição será realizada através da entrega de 02 (dois) envelopes A4 lacrados, contendo todos os documentos necessários para a habilitação e avaliação da proposta em uma única cópia. O prazo final de protocolo destes envelopes é até o dia 18 de novembro de 2016 às 17h.

3.1.3 O envelope contendo os documentos de habilitação deverá ser identificado externamente da seguinte forma:

3.1.3.1 Os seguintes documentos deverão estar dentro deste envelope:

I - se pessoa jurídica de direito público:

a) a cópia do cartão do CNPJ;

b) cópia do documento de identidade e do CPF do representante legal da instituição;

c) cópia do termo de posse ou nomeação do representante legal da instituição;

d) relatórios de atividades culturais ou artísticas da instituição no último ano;

e) cópia de comprovantes de domicílio no município de Navegantes, há, no mínimo, 01 (um) ano. Somente serão aceitas como comprovante de residência: faturas de telefone fixo e móvel, água, energia elétrica, cartão de crédito e correspondências bancárias.

II - se pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos:

a) cópia do cartão do CNPJ;

b) cópia do documento de identidade e do CPF do representante legal da instituição;

c) cópia da ata de constituição da diretoria atual da instituição;

d) cópia dos estatutos da instituição;

e) relatórios das atividades culturais da instituição no último ano;

f) cópia das Certidões Negativas de Débito para com a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal;

g) cópia das Certidões Negativas de Débito para com o INSS, FGTS e CNDT;

h) cópia de comprovantes de domicílio no município de Navegantes há, no mínimo, 01 (um) ano. Somente serão aceitas como comprovante de residência: faturas de telefone fixo e móvel, água, energia elétrica, cartão de crédito e correspondências bancárias.

III - se pessoa física:

a) cópia do documento de identidade e do CPF;

b) currículo vitae que comprove a atuação no setor cultural;

c) original da Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Municipal;

d) cópia de comprovantes de seu domicílio no município de Navegantes há, no mínimo, 01 (um) ano. Somente serão aceitas como comprovante de residência: faturas de telefone fixo e móvel, água, energia elétrica, cartão de crédito e correspondências bancárias.

§1º Serão aceitas certidões de casamento ou declarações de união estável, nos casos em que os comprovantes de residência estiverem com titularidade dos cônjuges ou companheiros dos proponentes.

§2º Menores de 21 (vinte e um) anos poderão apresentar comprovante de residência em nome dos pais.

3.1.4 O envelope contendo os documentos do projeto deverá ser identificado externamente da seguinte forma:

3.1.4.1 Em seu interior deverá estar preenchido, impresso e assinado o Formulário de Apresentação de Projetos (Anexo I), que está disponível para download no blog www.navegantescultural.blogspot.com.br, além dos seguintes documentos:

a) Um exemplar de demonstração do produto cultural que deseja produzir. Exemplo: no caso de projeto para gravação de CD, o proponente deverá apresentar uma cópia com uma gravação prévia das composições; no caso de projeto de teatro, o proponente deverá entregar uma cópia do roteiro a ser produzido; no caso de projeto para edição de livro, o proponente deverá entregar um "boneco" do livro a ser editado;

b) Ficha técnica apresentando breve currículo dos profissionais que irão participar do projeto, de acordo com o modelo disponível no Anexo III deste edital.

§ 1º Quando se tratar de documentos com muitas páginas ou produções de vídeo e/ou áudio, os arquivos deverão ser postados em plataformas digitais (youtube, soundcloud, palco mp3, blogs, google drive, etc.) e os links enviados em documento impresso.

§ 2º Os proponentes que tiverem seus projetos aprovados deverão entregar as cópias autenticadas em cartório competente, dos documentos que não forem emitidos através de meio eletrônico, na sede da Fundação Cultural de Navegantes, no ato de assinatura do contrato, sob pena do não recebimento do recurso do projeto aprovado, juntamente com os seguintes documentos:

- a) (se pessoa física) - apresentar Certidões Negativas de Débito vigentes na data da emissão do Contrato, relativas à: Fazenda Municipal, Estadual e Conjunta Federal.
- b) (se pessoa jurídica) – apresentar Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Certidões Negativas de Débito, relativas a: Fazenda Municipal, Estadual, Conjunta Federal e Débitos Trabalhistas – CNDT, dentro do prazo de validade.
- 3.4. Os envelopes deverão ser entregues na sede da instituição, aos cuidados da Presidente da CONAC, de 2ª à 6ª feira, das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, no seguinte endereço:
Fundação Cultural de Navegantes
Comissão Navegantina de Acompanhamento de Projetos Culturais
Rua Maria Leonor da Cunha, 432 – Centro - Navegantes - SC.
- 3.3. Não serão aceitas inscrições apresentadas fora do período estabelecido no item 3.1.2 desde Edital.
- 3.4. É obrigatório ao proponente se cadastrar e manter suas informações atualizadas no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, disponível em www.sniic.cultura.gov.br, como forma de coleta de dados e indicadores sobre a produção cultural de Navegantes. Sem o número do SNIIC o proponente terá seu projeto automaticamente desclassificado.
- 3.5. Somente após a entrega do projeto na Fundação Cultural será gerado o protocolo de entrega.
- 3.6. Serão desconsideradas as inscrições apresentadas de forma diversa da descrita nos itens anteriores.
- 3.7. Após o envio não serão admitidas alterações ou complementações no projeto.

4. DO RECEBIMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS.

- 4.1. O projeto encaminhado a CONAC, na estrutura administrativa da Fundação Cultural de Navegantes, será imediatamente protocolado, recebendo numeração de processo.
- 4.2. A CONAC analisará os pareceres técnicos emitidos por profissionais de reconhecida atuação nas áreas culturais correspondentes aos projetos que lhe couber analisar, conforme art. 19 do Decreto 169/2015.
- 4.2.1. Os pareceristas serão selecionados através de seleção pública, sendo pré-requisito básico não residir em Navegantes.
- 4.3. A CONAC e os pareceristas poderão diligenciar os proponentes durante todo o processo de avaliação dos projetos seja sobre a apresentação de documentos ou sobre o projeto apresentado, estabelecendo um prazo específico para seu cumprimento.
- 4.4. Todos os projetos culturais, encaminhados a este Edital, serão analisados segundo critérios de relevância e oportunidade, devendo ser emitidos pareceres e classificação por escrito.
- 4.5. Para efeito de pontuação e classificação, serão considerados os seguintes critérios de avaliação:

| ITEM | CRITÉRIO | PONTUAÇÃO |
|------|---|-----------|
| 1 | Atendimento às diretrizes do Sistema Municipal de Cultura | 30 |
| | a. Acesso à produção de bens e/ou serviços culturais do projeto. | 15 |
| | b. Grau de contribuição para a execução das metas do Plano Municipal de Cultura. | 15 |
| 2 | Abrangência territorial do projeto: | 08 |
| | a. Abrangência de comunidades do município. | 08 |
| 3 | Impactos artístico-culturais, econômicos e/ou sociais: | 28 |
| | a. Existência de ações de formação cultural. | 10 |
| | b. Nível de contribuição do projeto para o desenvolvimento e a qualificação da produção cultural do município. | 10 |
| | c. Grau de integração da cultura com outras esferas do conhecimento e da vida social. | 08 |
| 4 | Abrangência da proposta considerando o público-alvo participante, com envolvimento de: | 10 |
| | a. Grupos minoritários. | 03 |
| | b. População de baixa renda em situação de vulnerabilidade social, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos e de cultura. | 07 |
| 5 | Avaliação do proponente e da equipe do projeto: | 33 |
| | a. A formação da equipe do projeto está adequada ao objetivo da proposta? | 10 |
| | b. Comprovou experiência na realização de projetos relevantes para a área cultural? | 08 |
| | c. O proponente participou dos eventos de discussão das políticas públicas de cultura realizadas pela Fundação Cultural de Navegantes nos últimos 06 meses? | 15 |
| 6 | Adequação do orçamento e viabilidade do cronograma: | 11 |
| | a. Há coerência entre ações do projeto? | 03 |
| | b. O projeto é viável no prazo proposto? | 03 |
| | c. Os custos apresentados para o desenvolvimento do projeto são razoáveis e compatíveis com o projeto? | 05 |
| | TOTAL | 120 |

- 4.6 Os projetos que não alcançarem a pontuação média mínima acima de 50 (cinquenta) pontos serão desclassificados para aprovação.
- 4.7 Os projetos qualificados neste Edital deverão ser obrigatoriamente listados por ordem de classificação, sendo beneficiados os primeiros da lista até atingir o montante definido pelas Leis Orçamentárias do respectivo exercício.
- 4.8 Os projetos aprovados e seus respectivos orçamentos deverão constar em portaria expedida pela Fundação Cultural de Navegantes e publicada no Diário Oficial, conforme Art. 16 do Decreto 169/2015.
- 4.9 Os resultados serão divulgados em no máximo 45 dias após o término das inscrições, no blog: www.navegantescultural.blogspot.com e, posteriormente, no Diário Oficial dos Municípios.
- 4.10 Caberá recurso da decisão da CONAC, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da publicação no Diário Oficial, conforme

Formulário de Recurso (Anexo IV) a ser enviado, exclusivamente, via e-mail, para a Fundação Cultural de Navegantes, exclusivamente ao endereço eletrônico: projetos.cultura@navegantes.sc.gov.br, identificado com o Assunto: Recurso de Seleção Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

4.11 O recurso referente à etapa de avaliação e seleção será encaminhado à CONAC, a qual proferirá decisão no prazo de até 15 dias úteis.

4.12 Para efeito da averiguação do prazo previsto no item 4.11, a data da interposição do recurso da etapa de avaliação e seleção a ser considerada será a de envio do e-mail.

4.13 Os recursos extemporâneos à etapa de avaliação e seleção, não serão apreciados.

4.14 O resultado final será divulgado, por ordem de classificação, de acordo com cada cota, em no máximo 10 dias após o encerramento do prazo de recurso, por meio do blog: www.navegantescultural.blogspot.com e, posteriormente, pelo Diário Oficial dos Municípios.

4.15 O proponente, comunicado da decisão favorável ao projeto, deverá providenciar a abertura de conta corrente específica, em nome do proponente/projeto aprovado, conforme Art. 7º do Decreto 169/2015.

Parágrafo Único: As despesas referentes à manutenção da conta e demais serviços bancários não poderão ser custeados com recursos do projeto, cabendo ao proponente a responsabilidade de efetuar depósito bancário com recursos próprios para cobrir esses custos.

5. DA CAPTAÇÃO JUNTO AO CONTRIBUINTE

5.1. O produtor, comunicado da aprovação do projeto, deverá providenciar abertura de conta corrente específica, na agência indicada pela Fundação Cultural de Navegantes, em nome do proponente.

5.2. Os projetos culturais serão apresentados à Fundação Cultural de Navegantes pelos produtores culturais, capacitando-os a receber recursos do Imposto Sobre Serviços - ISS, da dívida ativa do ISS, do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e da dívida ativa do IPTU de pessoas físicas e jurídicas, sendo que o abatimento no imposto devido deverá respeitar os seguintes limites especificados no Termo de Compromisso:

I - 100% (cem por cento) do valor aplicado, no caso de doação;

II - 80% (oitenta por cento) do valor aplicado, no caso de patrocínio.

5.3. A conta mencionada no item supra, destina-se ao recebimento de depósitos de valores relativos ao projeto, e só poderão ser utilizados a partir da captação equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor do projeto aprovado.

5.3.1. O produtor deverá comprovar a captação prevista neste artigo através da apresentação, junto a CONAC, dos respectivos extratos bancários.

5.3.2. Comprovada a captação dos recursos mínimos previstos no item 5.2, mediante apresentação de extratos bancários, a CONAC, no prazo de 03 (três) dias úteis, emitirá Autorização para Utilização dos Recursos.

5.3.3. No caso de o produtor não conseguir captar, no prazo estipulado, o equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor total para a realização do seu projeto, não haverá prorrogação deste prazo, devendo o produtor providenciar o depósito dos valores captados em conta bancária da Fundação Cultural de Navegantes.

5.4. A disponibilização dos recursos, na forma e nos limites estabelecidos neste regulamento, será iniciada a partir da data em que o contribuinte assinar o Termo de Compromisso e este for entregue na Secretaria de Finanças juntamente com uma cópia do comprovante de recolhimento do imposto (IPTU ou ISS).

5.5. Uma via do termo de compromisso, que conterá dados do contribuinte e do produtor, após assinado por ambos, será encaminhada ao Secretário de Finanças que emitirá Autorização de Transferência no percentual de até 30% (trinta por cento) do valor do ISSQN e do IPTU a ser recolhido a cada mês pelo contribuinte, obedecendo-se aos procedimentos do Art. 24 do Decreto 169/2015, respeitando o limite máximo orçamentário fixado para cada projeto e o teto fixado para o exercício financeiro.

5.5.1. O Termo de Compromisso referido no item 5.4 deste Edital será preenchido em 04 (quatro) vias assim identificadas:

a) primeira via do contribuinte;

b) segunda via do produtor;

c) terceira via do Secretário de Finanças; e

d) quarta via da CONAC, nos autos do processo.

5.5.2 O Secretário de Finanças, no momento em que receber a 3ª via do termo de compromisso, emitirá em favor do projeto a Autorização de Transferência dos Recursos, entregando-a ao departamento responsável para que se proceda à transferência dos valores captados para uma conta da Fundação Cultural de Navegantes e posterior transferência para a conta específica do projeto beneficiado.

5.5.3. O Certificado de Enquadramento referido no Art. 7º da Lei 2635/2012 é o documento hábil que autoriza o produtor a iniciar a captação de recursos junto a contribuintes para a execução de seu projeto aprovado.

Parágrafo Único - Na hipótese de pagamento parcelado do débito tributário, as deduções autorizadas serão realizadas por ocasião do pagamento de cada parcela.

6. DO RECEBIMENTO DOS RECURSOS E EXECUÇÃO DOS PROJETOS

6.1. Durante a execução dos projetos, o beneficiado deverá encaminhar à CONAC, informações parciais, comunicando datas, locais e público envolvido, com fotografias digitalizadas das ações.

6.2. Em hipótese alguma os beneficiados receberão suplementação de recursos para a execução do projeto.

6.3. Caso haja necessidade, o proponente poderá realocar os recursos recebidos entre os itens especificados no orçamento, desde que não ultrapassem 20% dos valores previstos para cada item no ato de inscrição do projeto.

6.4. Os valores pagos a cada fornecedor do projeto seja de produtos ou serviços, não poderá ultrapassar o limite de R\$ 8.000,00;

6.5. Cabe ao proponente do projeto realizar pesquisa de preço ao mercado com no mínimo 03 fornecedores diferentes de cada produto ou serviço necessário ao projeto e apresentá-los no ato da prestação de contas;

6.6. Todos os materiais de divulgação, dos projetos beneficiados, deverão ter em seu cabeçalho a seguinte inscrição: "FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES APRESENTA" e inseridos os símbolos oficiais do Sistema Municipal de Financiamento da Cultura, da Fundação Cultural de Navegantes e da Prefeitura de Navegantes no rodapé, identificados com a palavra "PATROCÍNIO";

6.7. Todos os materiais impressos relacionados ao projeto beneficiado deverão ser submetidos à análise da CONAC antes da confecção dos mesmos;

6.8. No caso de edição de livros, monografias, catálogos ou revistas, os símbolos oficiais referidos no item 5.6 deste Edital deverão ser inseridos externamente na contracapa do livro;

6.9. No caso de eventos que envolvam apresentações públicas, o proponente deverá anunciar o patrocínio citando o texto: Este projeto é patrocinado pela Prefeitura de Navegantes e Fundação Cultural de Navegantes por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

6.10. No caso de audiovisual, a obra deverá abrir a primeira tela com os símbolos oficiais referidos no item 5.6 deste Edital, com a seguinte frase: "Esta obra foi realizada com o patrocínio da Prefeitura de Navegantes e Fundação Cultural de Navegantes por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura", com duração mínima de 05 segundos.

6.11. Os proponentes que executarem alguma parte ou todo o seu projeto nos espaços da Fundação Cultural de Navegantes (CIC e CEU) devem utilizar os equipamentos de sonorização (CIC) e sonorização e iluminação (CEU) disponíveis. É proibida a inclusão no projeto de qualquer despesa dessa natureza para ações realizadas nestes espaços.

§ 1º Casa haja a necessidade de realizar a contratação de serviços além do que estiver disponível é preciso apresentar justificativa técnica;

§ 2º O proponente é responsável por agendar visita nestes espaços para conhecer os equipamentos disponíveis;

7. DA CONTRAPARTIDA E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. Como contrapartida os proponentes aprovados deverão destinar à Fundação Cultural de Navegantes:

I - no caso de espetáculos que permaneçam em temporada, 10% (dez por cento) dos ingressos;

II - no caso de espetáculo de apresentação única, 10% (dez por cento) dos ingressos;

III - no caso de produção de CDs, DVDs, vídeos, livros, periódicos, 5% (cinco por cento) do total produzido;

IV - no caso de eventos, 10% (dez por cento) dos ingressos;

V - no caso de obras de artes visuais, 01 (uma) obra para o acervo da Fundação Cultural de Navegantes, mediante declaração de doação com firma reconhecida em cartório competente;

VI - no caso de oficinas, cursos, workshops, 10% (dez por cento) das vagas.

7.2 Os casos omissos neste artigo serão dirimidos pelo Conselho Municipal de Cultura.

7.3 O prazo para conclusão do projeto cultural não poderá ultrapassar doze (doze) meses do recebimento da primeira parcela do incentivo, prorrogável até 06 (seis) meses, mediante solicitação por escrito encaminhada à CONAC.

Parágrafo Único - No caso de não conclusão do projeto, o produtor devolverá os valores captados, procedendo conforme o disposto no § 3º do art. 23 do Decreto 169/2015.

7.4 A CONAC poderá determinar vistorias, avaliações, perícias, análises e demais levantamentos que julgue necessários à perfeita observância deste regulamento, em qualquer fase do projeto, tomando as providências que julgar necessárias.

7.5 A prestação de contas do projeto beneficiado deve ser entregue pelo proponente na Fundação Cultural de Navegantes, em formulário próprio devidamente preenchido e acompanhado da documentação comprobatória das despesas realizadas pelo projeto, em até 30 (trinta) dias após o término de sua execução, conforme Art. 29 do Decreto 169/2015.

7.6 Todos os pagamentos deverão ser efetuados com cheques nominativos identificando o credor, mantendo-se uma cópia de cada cheque para efeito de prestação de contas.

7.7 A CONAC, após análise de cumprimento do objeto e da contrapartida social, encaminhará a prestação de contas à análise contábil da Secretaria de Gestão e Controle.

7.8 A prestação de contas utilizará procedimentos contábeis correntes, observados os critérios previstos na Instrução Normativa UCCI 002/2011, cuja análise ficará a cargo da Secretaria de Gestão e Controle, nos termos do Art. 29 do Decreto 169/2015.

7.9 Todos os valores recebidos e não utilizados dentro do prazo de realização do projeto aprovado, bem como eventuais rendimentos financeiros não aplicados no projeto, deverão ser recolhidos ao Fundo Municipal de Cultura.

7.10 Os valores de despesas glosadas deverão ser recolhidos ao Fundo Municipal de Cultura, devidamente atualizados, a partir da data da notificação do proponente até a data do efetivo depósito.

7.11 Os recolhimentos ao Fundo Municipal de Cultura previstos no Parágrafo 3º do Art. 23 do Decreto 169/2015 deverão ser efetuados em até 15 (quinze) dias contados da notificação do fato ao proponente, sob pena de rejeição da prestação de contas do projeto.

7.12 Na prestação de contas só serão aceitos os comprovantes de despesas efetuadas a partir da data de liberação e depósito dos recursos.

7.13 O produtor cultural obriga-se a fornecer à CONAC todo o material publicitário e promocional relacionado ao projeto incentivado, que passará a fazer parte da memória deste.

7.14 No caso de o Contratado não cumprir o prazo de produção ou não utilizar a totalidade dos recursos liberados, deverá devolver o montante recebido ou não utilizado ao Fundo Municipal de Cultura, corrigido monetariamente.

7.15 Rejeitada a prestação de contas em razão da existência de dolo, fraude, simulação, conluio, desvio dos objetivos ou dos recursos, o proponente estará sujeito à multa de 10 (dez) vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções civis, penais ou tributárias, bem como a exclusão de qualquer possibilidade de benefício do Sistema Municipal de Financiamento da Cultura, por um período de 02 (dois) anos após o cumprimento dessas obrigações, conforme disposto no artigo 33 do Decreto 169/2015.

7.16 Na hipótese da prestação de contas não ser aprovada e exauridas todas as providências cabíveis, a CONAC registrará o fato em ata, que será encaminhado pela Fundação Cultural de Navegantes à Procuradoria Geral do Município, para a aplicação das medidas de sua competência.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. A inscrição do concorrente implica na prévia e integral concordância das normas do presente Edital.

8.2. A Prefeitura de Navegantes, em todas as suas instâncias e programas, poderá fazer uso das imagens e sons dos eventos e das contrapartidas sociais relacionadas aos projetos aprovados, por tempo ilimitado, sem quaisquer ônus adicionais.

8.3. Os contratados permitirão que a CONAC acompanhe a execução dos projetos.

8.4. Os projetos não aprovados poderão ser retirados no prazo de 30 (trinta) dias).

8.5. É obrigatória a inclusão de ações voltadas à contrapartida social, tais como: apresentações, exemplares, vagas e outros produtos de distribuição gratuita.

8.6. Não será permitida a comercialização de produtos patrocinados através da Lei Municipal de Incentivo à Cultura em valores superiores aos aprovados no projeto, sob pena de ação judicial e de devolução dos recursos alocados.

8.7. Ao final do projeto, quando se tratar de bem material permanente, adquirido com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, será necessária a doação para uma instituição cultural sem fins lucrativos do município de Navegantes.

8.8. Os casos omissos serão decididos pela Fundação Cultural de Navegantes.

Regina Célia Correia
Superintendente

ANEXO I

| | | | | |
|------------------------------|--|--|-----------------|--|
| 1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO | | | | |
| Nome: | | | | |
| Área: | | | Modalidade: | |
| Segmento: | | | Local: | |
| Duração: | | | Período / data: | |
| Público-Alvo: | | | | |

| 2 – IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|-------------------------------|------|--|--|-----------------|---------|-------|-----------------|--|--|
| PESSOA JURÍDICA | Entidade: | | | | | | | | | |
| | Endereço: | | | | | | CNPJ: | | | |
| | Bairro: | | | | | | | | | |
| | Endereço Eletrônico: | | | | Telefone / Fax: | | | | | |
| | Dirigente: | | | | E-mail: | | | | | |
| | RG: | | | | | | | CPF: | | |
| | Função: | | | | Cargo: | | | | | |
| | Endereço Residencial: | | | | | | | | | |
| | Bairro: | | | | | | | | | |
| UF: | | | | | Município: | | | | | |
| UF: | | CEP: | | | | E-mail: | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| FÍSICA | Nome: | | | | | | | | | |
| | CPF: | | | | | | | | | |
| | Endereço: | | | | | | RG: | | | |
| | Bairro: | | | | | | | | | |
| | Endereço Eletrônico (E-mail): | | | | | | | Telefone / Fax: | | |

| |
|---------------|
| 3 - OBJETIVOS |
|---------------|

| |
|-------------------|
| 4 - JUSTIFICATIVA |
| |

| |
|-------------------|
| 6 – CONTRAPARTIDA |
|-------------------|

[illegible][illegible]

| | | | |
|-------------------------|--|--|--|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| VALOR DO PROJETO: (R\$) | | | |

9 - PLANO DE DIVULGAÇÃO

| Quant. | Peça de divulgação | Veículo de divulgação |
|--------|--------------------|-----------------------|
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

10 - TERMO DE RESPONSABILIDADE

| | |
|--|---|
| <div> <div> P A R A T O D O S O S C A S O S </div> </div> | <div> <div>DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE</div> <p>Estou ciente que são de minha inteira responsabilidade as informações contidas no presente formulário, relativo ao meu projeto cultural, e que ao apresentá-lo este deve ser acompanhado dos documentos básicos e dos específicos de cada área, sem os quais a análise e a tramitação do projeto ficarão prejudicadas por minha exclusiva responsabilidade.</p> <p>Local/data: _____ / _____ / _____.</p> <p>Nome do proponente: _____</p> <p>Assinatura do Proponente: _____</p> </div> |
|--|---|

ANEXO II

ÁREAS E SEGMENTOS CULTURAIS

| ÁREA CULTURAL | SEGMENTO |
|---------------|--|
| Artes Cênicas | <ul style="list-style-type: none"> Teatro Dança Circo Mímica e outros |
| Audiovisual | <ul style="list-style-type: none"> Longa, Média e Curta Metragem Vídeo CD-ROM Rádio TV Infraestrutura Técnica Distribuição Exibição Eventos Multimídia |
| Música | <ul style="list-style-type: none"> Música em Geral Música Erudita Música Instrumental |

| ÁREA CULTURAL | SEGMENTO |
|---------------------|--|
| Artes Visuais | <ul style="list-style-type: none"> .. Plásticas .. Gráficas .. Filatelia .. Gravura .. Cartazes .. Fotografia .. Exposição .. Exposição Itinerante |
| Patrimônio Cultural | <ul style="list-style-type: none"> .. Histórico .. Arquitetônico .. Arqueológico .. Ecológico .. Museu .. Acervo .. Acervo Museológico .. Cultura Indígena .. Artesanato .. Folclore |
| Humanidades | <ul style="list-style-type: none"> .. Edição de Livros .. Obras de Referência .. Acervo Bibliográfico .. Biblioteca .. Arquivo .. Periódicos .. História .. Filosofia .. Evento literário |
| Artes Integradas | .. Quando o projeto envolver mais de uma área, por exemplo: um festival de arte e cultura, ou oficinas de música e artes plásticas, estará classificado como Artes Integradas. |

MODALIDADE

| | | |
|---|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> .. Acervo Bibliográfico .. Acervo Museológico .. Aquisição de equipamentos cênicos .. Aquisição de equipamentos e instrumentos musicais .. Bolsas .. Canto Coral .. Capacitação de Artistas e Técnicos .. Catalogação .. Catálogos .. Circulação .. Concertos .. Concurso .. Construção .. Dicionários .. Edição de Partituras .. Emenda .. Enciclopédias/Atlas .. Estudos e Pesquisas | <ul style="list-style-type: none"> .. Fascículos/Encartes/ Cadernos .. Feiras .. Festival .. Formação Infante Juvenil .. Formação de plateia .. Gravação de CD .. Guias/Agendas .. História/Ciências Sociais .. Jornais .. Literatura Geral .. Montagem .. Mostra .. Multimídia .. Oficina/Curso/Workshop .. Orquestras Brasileiras .. Orquestras Estrangeiras .. Patrimônio Paisagístico Natural .. Plano Anual de Atividades | <ul style="list-style-type: none"> .. Prêmio .. Preservação de Livros/Documentos .. Promoção da Leitura .. Promoção de Intercâmbio .. Promoção de Leitura em Biblioteca .. Reforma e Modernização de Espaços .. Reforma/Ampliação/ Adaptação .. Regional/Folclore .. Restauração .. Revistas .. Seminários .. Show de música .. Técnico/Paradidático .. Técnico-artístico .. Tratamento de Acervo |
|---|--|--|

ANEXO III

FICHA TÉCNICA (Modelo)

1

| | |
|-----------------------------------|------|
| NOME: | CPF: |
| FUNÇÃO A SER EXERCIDA NO PROJETO: | |
| Formação: | |
| Currículo: (No máximo 10 linhas) | |

2

| | |
|-------|------|
| NOME: | CPF: |
|-------|------|

FUNÇÃO A SER EXERCIDA NO PROJETO:

Formação:

Currículo: (No máximo 10 linhas)

3

NOME:

CPF:

FUNÇÃO A SER EXERCIDA NO PROJETO:

Formação:

Currículo: (No máximo 10 linhas)

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE RECURSO

Nome:

RG:

CPF:

Edital: (nome ou nº do edital)

Descreva o motivo e fundamente a solicitação de admissão da inscrição ou motivo para revisão, pela CONAC, do projeto apresentado na inscrição ao Edital.

Local, data.

Nome e assinatura do proponente

ANEXO V

TERMO DE CONTRATO Nº _____/2016

Termo de Contrato que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES, inscrita no CNPJ sob nº 04.238.035/0001-14, localizada a Rua Maia Leonor da Cunha, 432, Centro, Navegantes/SC, ora em diante denominado CONTRATANTE e _____, inscrito no CPF sob nº _____, residente à Rua _____, CEP nº _____ – Navegante/SC, doravante denominado CONTRATADO, para EXECUÇÃO DO PROJETO _____ na forma estabelecida pelo EDITAL DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA 2016 e em conformidade com as Leis nºs 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, Lei 2635/12 e Decreto 169/2015 e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

Aos _____ dias do mês de _____ de 2016, na sede da FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES, presente a Sra. Regina Celia Correia, CPF nº _____, ora denominada CONTRATANTE, compareceu o Sr. (a) _____, inscrita (a) no CPF sob nº _____, (cargo/função), representante da _____, ora denominado CONTRATADO, para firmar com a CONTRATANTE o presente Contrato, pelo qual se obriga a executar constante no objeto do Contrato, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste Contrato a execução do projeto _____, de responsabilidade da CONTRATADA, que fará parte deste Contrato, independentemente de transcrição.

1.2 – Este contrato fica vinculado ao EDITAL DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA 2016, nos termos do art. 55, inciso XI da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

1 - Constitui responsabilidade das partes contratantes:

1.1 - DA CONTRATANTE

a) repassar os recursos à CONTRATADA, de acordo com a Cláusula Quarta deste Contrato;

b) fiscalizar a fiel observância das disposições deste Contrato;

c) comunicar à CONTRATADA as deficiências existentes na execução do projeto, para adoção das medidas corretivas.

1.2 - DA CONTRATADA

a) (se pessoa física) - apresentar Certidões Negativas de Débito vigentes na data da emissão do Contrato, relativas à: Fazenda Municipal, Estadual e Conjunta Federal.

b) (se pessoa jurídica) - apresentar Certidões Negativas de Débito vigentes na data da emissão do Contrato, relativas a: Fazenda Municipal, Estadual e Conjunta Federal, Débitos Trabalhistas - CNDT e Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

c) cumprir integralmente a execução do projeto beneficiado, bem como todas as normas previstas no EDITAL DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA 2016, Lei 2635/2012 e Decreto 169/2015;

d) abrir conta corrente específica em agência bancária de Navegantes, para a movimentação dos recursos repassados;

e) complementar os recursos de execução do projeto, quando for o caso;

f) fazer constar no material de divulgação – cartazes, convites, banners, programas, chamadas na TV, releases e outros – as logomarcas do Sistema Municipal de Financiamento da Cultura, da Fundação Municipal de Cultura de Navegantes e da Prefeitura de Navegantes e cumprir as demais contrapartidas previstas no EDITAL DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA 2016.

g) emitir relatório parcial durante a realização do projeto, constando informações quanto ao local, horário, público e fotografias digitais;

h) encaminhar à CONAC a prestação de contas, até 30 dias após o término da execução do projeto, na forma do disposto no EDITAL DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA 2016.

i) devolver o montante recebido, bem como eventuais rendimentos financeiros, no caso do não cumprimento do disposto neste Contrato, conforme a Lei;

j) permitir que a CONAC acompanhe e supervisione o desenvolvimento do projeto;

- k) permitir que a Fundação Cultural de Navegantes faça uso institucional de imagens, sons e demais produtos previstos;
l) devolver o montante recebido, corrigido monetariamente, na forma prevista no edital e legislação aplicável.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo do presente Contrato terá duração de 24 meses, contados a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

I - O valor total deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários sob a responsabilidade da CONTRATANTE é de R\$ _____ e será liberado conforme estabelecido no Termo de Compromisso celebrado entre o proponente e a(s) empresa(s) apoiadora (s) ou patrocinadora (s).

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

I - Sendo rejeitada a prestação de contas em razão da existência de dolo, fraude, simulação, conluio, desvio dos objetivos ou dos recursos, o proponente estará sujeito à multa de 10 (dez) vezes o valor que deveria ter sido efetivamente aplicado no projeto, sem prejuízo de outras sanções civis, penais ou tributárias, bem como a exclusão de qualquer possibilidade de benefício do Sistema Municipal de Financiamento da Cultura, por um período de 02 (dois) anos após o cumprimento dessas obrigações, conforme disposto no Art. 33 do Decreto 169/2015.
II - Na hipótese da prestação de contas não ser aprovada, e exauridas todas as providências cabíveis, a CONAC registrará o fato em ata, que será encaminhado à Procuradoria Geral do Município, para a aplicação das medidas de sua competência.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO

As despesas para atendimento do objeto deste contrato correrão pela dotação orçamentária abaixo:

| | |
|---------------------------|--|
| Órgão | 19 – Fundação Cultural de Navegantes |
| Unidade | 01 – Diretoria Técnica - FCN |
| Funcional | 2.146 – Manutenção e Funcion. da Lei de Incentivo à Cultura |
| Dotação – Código Reduzido | 24 - 3.3.50.00.00.00.00.00 1000 – Transf. a Inst. Priv. sem Fins Lucrativos (PJ) |
| Dotação - Código Reduzido | 25 - 3.3.90.00.00.00.00.00 1000 - Aplicações Diretas (PF) |

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões deste Concurso, elege-se o Foro da Comarca de Navegantes.

E, por estarem assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, em juízo ou fora dele.

Navegantes (SC), _____ .

FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

Regina Célia Correia
Superintendente

Contratado
Testemunhas:

CPF: _____ CPF: _____

EDITAL Nº 28/2016 SME - FIXA DATA E ESTABELECE NORMAS PARA O PROCESSO DE REMOÇÃO, PERMUTA E LOTAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Avenida Pref. José Juvenal Mafra, n.º 430 - Centro
CEP - 88.370-094 - Navegantes – SC
Fone/Fax: (047) 3185-2000

EDITAL nº 028/2016/SME

Fixa data e estabelece normas para o processo de Remoção,
Permuta e Lotação permitido aos ocupantes do cargo efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais do quadro do Magistério Público Municipal de Navegantes.

A Secretaria Municipal de Educação comunica que estarão abertas as inscrições para o processo de Remoção, Permuta e Lotação, para os ocupantes do cargo efetivo de Professor e de Especialista em Assuntos Educacionais do quadro do Magistério Público Municipal, de acordo com as prerrogativas legais previstas na Lei nº 009 de 11 de novembro de 2003 e Lei Complementar nº 263/2015.

1. Do Processo

- 1.1. Poderão participar do processo de Remoção, Permuta e Lotação os ocupantes de cargo efetivo de Professor e Especialistas em Assuntos Educacionais que atendam as determinações da inscrição indicadas no item 02 (dois) desse edital.
- 1.2. No ato da inscrição para remoção o servidor poderá optar por uma única unidade escolar, desde que seja comprovada a existência da

vaga e a compatibilidade de carga horária de trabalho efetivo.

1.3. As opções de unidades escolares e vagas para pleitear a remoção e a permuta estão anexas a este Edital.

1.4. O professor com o regime de trabalho de 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, somente poderá optar por unidades escolares que funcionem em dois turnos.

2. Das Inscrições

1.1 O período de inscrição será de 10 a 24 de novembro de 2016, nas respectivas Unidades Escolares pertencentes à Rede Pública Municipal de Ensino de Navegantes ou na sede da Secretaria Municipal de Educação.

1.2 A ficha de inscrição, constante do anexo 01, deverá ser retirada nas Unidades Escolares.

1.3 O servidor deverá anexar à ficha de inscrição para remoção:

a) Atestado de tempo de serviço municipal;

b) Certidão de nascimento dos dependentes.

1.4 O atestado de tempo de serviço deve estar expresso em anos, meses e dias contados até 31 de outubro de 2016, contendo o tempo de serviço prestado no cargo efetivo. Não será computado o tempo de serviço prestado em regime de admissão em caráter temporário.

1.5 É vedada a inscrição do servidor em mais de uma Unidade Escolar.

1.6 Efetuada a inscrição, o servidor deverá verificar a exatidão das informações e assinar a ficha de inscrição que será encaminhada e protocolada junto a Secretaria Municipal de Educação até a data de 24 de novembro de 2016.

3. Das Condições para candidatar-se ao processo de remoção

2.1 Não poderá candidatar-se à remoção o Professor ou Especialista em Assuntos Educacionais:

a) Que não tenham completado 365 dias de trabalho efetivo, a partir da data de nomeação.

b) Readaptados ou em processo de readaptação;

c) Em licença para tratar de interesses particulares;

d) Em licença para acompanhar cônjuge;

e) Em licença por motivo de doença, em pessoa da família, de prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos;

f) Em afastamento para servir em outro órgão ou unidade administrativa da esfera estadual ou federal;

g) O profissional aprovado no processo de remoção do ano de 2015/2016 deverá permanecer, no mínimo, 01 (um) ano letivo no exercício da função, exceto para exercer cargo de provimento em comissão ou função gratificada, conforme determina o parágrafo 2º do artigo 36 da Lei nº009 de 11 de novembro de 2003.

h) Que tiver sofrido pena disciplinar no ano antecedente à remoção;

i) Por inassiduidade habitual. (Entende-se a falta ao serviço sem causa justificada, por trinta dias, de forma intermitente, durante o período de doze meses).

4. Das Condições para candidatar-se ao processo de Permuta

4.1 - Na remoção por permuta, serão observadas as seguintes condições:

a) os permutantes devem ter a mesma carga horária e estar em exercício na área;

b) devem, ainda, ter idêntica habilitação e ministrar a mesma disciplina, podendo ocorrer durante o ano letivo.

4.2 - Não será processada permuta quando um dos profissionais interessados encontrar-se:

a) Em condições de se aposentar por tempo de serviço dentro do prazo de 01 (um) ano, a contar do pedido de remoção (conforme Artigos 33, 34 e 35 da Lei 009/2003.)

b) Nos primeiros 365 dias do estágio probatório;

c) Em processo de readaptação ou readaptado.

5. Da Classificação

5.1. A classificação dos servidores dar-se-á de acordo com o seguinte critério:

a) Será computado 01 (um) ponto para cada mês de trabalho do servidor, considerando apenas o período como efetivo no Magistério Público de Navegantes.

5.2. Em caso de empate, na soma total de pontos, dar-se-á preferência:

a) Ao que tiver mais idade;

b) Ao que tiver maior número de dependentes.

5.3. No cálculo de pontos para o tempo de serviço, computar-se-ão 15 (quinze) dias, ou mais, como 01 (um) mês.

5.4. O resultado do presente concurso será processado automaticamente, segundo a classificação do servidor e o quadro oficial de vagas.

6. Das Disposições Finais

6.1. O pedido de inscrição do servidor importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas deste processo.

6.2. As vagas das unidades escolares disponíveis para este processo bem como o Edital serão afixados em cada unidade escolar e na sede da Secretaria Municipal de Educação a partir do dia 01 de novembro de 2016.

6.3. Será divulgada a relação das inscrições indeferidas, bem como os motivos do indeferimento, na unidade escolar e na sede da Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 25 de novembro de 2016.

6.4. A contar da data de publicação do indeferimento das inscrições, o servidor terá 03 (três) dias úteis para interpor recurso administrativo, bem como, solicitar anulação da sua inscrição, ou seja, no período compreendido entre 28 a 30 de novembro de 2016.

6.5. A solicitação do recurso administrativo e/ou de anulação deverá se dar através de requerimento entregue e protocolado no Departamento Administrativo da Secretaria de Educação, até o último dia previsto no item anterior.

6.6. Poderão participar do Concurso de Remoção e Permuta os ocupantes de cargo efetivo de Professor e Especialista, com no mínimo 01 (um) ano de exercício no cargo até fevereiro de 2017.

6.7. Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação os procedimentos quanto ao levantamento de vagas excedentes e a classificação dos servidores para este concurso.

6.8. O resultado do concurso bem como suas classificações, será divulgado a partir do dia 01 de dezembro de 2016, em cada unidade

escolar e na sede da Secretaria Municipal de Educação.

6.9. Os efeitos do processo de Remoção, Permuta e Lotação valerão a partir do ano letivo de 2017 (dois mil e dezessete).

6.10. O processo de que trata o presente Edital, terá validade restrita ao período de sua realização.

6.11. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Educação de comum acordo com o Departamento Administrativo.

Navegantes (SC), 24 de outubro de 2016.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

Nádia Braz Bins

Secretária da Administração e Logística

Nerozilda Pinheiro Ferreira

Secretária de Educação

| |
|---|
| ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Avenida Pref. José Juvenal Mafra, n.º 430 - Centro CEP - 88.370-094 - Navegantes - SC Fone/Fax: (047) 3185-2000 |
|---|

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO PARA PERMUTA DOS PROFISSIONAIS NO CARGO EFETIVO DE PROFESSOR E ESPECIALISTAS DA EDUCAÇÃO.

| | | | | |
|---------------------------------------|-------|--------------------|-------------------------|------------|
| REQUERENTE: | | | | |
| CPF: | RG: | DATA DE EXPEDIÇÃO: | ÓRGÃO EXPEDITOR: | MATRÍCULA: |
| Cargo: | | | Nível/Referência: | |
| Carga Horária: | | | Data da Posse no Cargo: | |
| Área/Disciplina: | | | | |
| Unidade Escolar de Lotação: | | | | |
| Endereço: | | | | |
| Telefone: | | | E-mail: | |
| Tempo de Serviço Efetivo no Município | | | | |
| ANOS | MESES | DÍAS | TOTAL: | |
| Número de Dependentes: | | | | |

1.1 - Vem solicitar PERMUTA de unidade escolar conforme disposto no Edital nº028/2016/SME de 21 de outubro de 2016, a ser efetuado conforme segue: (Informar o nome do funcionário(a) com quem está permutando)

| | |
|------------------|------------------|
| CONDIÇÃO ATUAL | PERMUTAR COM: |
| ÁREA/DISCIPLINA: | ÁREA/DISCIPLINA: |
| CARGA HORÁRIA: | CARGA HORÁRIA: |
| TURNOS: | TURNOS: |
| UNIDADE ESCOLAR: | UNIDADE ESCOLAR: |

1.2 - Vem solicitar REMOÇÃO de unidade escolar conforme disposto no Edital nº028/2016/SME de 21 de outubro de 2016, a ser efetuado conforme segue:

| | |
|------------------|------------------|
| CONDIÇÃO ATUAL | REMOÇÃO PARA: |
| ÁREA/DISCIPLINA: | ÁREA/DISCIPLINA: |
| CARGA HORÁRIA: | CARGA HORÁRIA: |
| TURNOS: | TURNOS: |
| UNIDADE ESCOLAR: | UNIDADE ESCOLAR: |

Navegantes - SC ____/____/____.

ASSINATURA DO REQUERENTE

Ass. do responsável pelo recebimento

Data do recebimento ____/____/____.

EXTRATO DA ATA Nº 13/2016 FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2016 FMS
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 13/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 13/2016 FMS - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA SUPRIR A DEMANDA NOS ATENDIMENTOS DE TODOS OS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA DE SAÚDE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 13/2016 FMS.

Fornecedor: L & E Comércio Varejista Ltda

Valor: R\$ 12.908,50

Fornecedor: Litoral Im Comércio de Produtos Médicos

Valor: R\$ 22.750,00

Fornecedor: Sebold Comercial Atacado de Produtos, Alimentos

Valor: R\$ 7.215,00

Vigência: 31/12/2016

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 02 de setembro de 2016.

EXTRATO DA ATA Nº 96/2016 PMN

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2016 PMN
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 96/2016, relativa ao Pregão Presencial nº 96/2016 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) DESTINADOS AOS BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS DO CRAS, CREAS, PETI E MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO MUNICIPAL "ANILDO DE SOUZA" E DEMAIS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES /SC. Conforme Pregão Presencial nº 96/2016 PMN.

Fornecedor: Comercial Storinny Ltda

Valor: R\$ 82.834,49

Fornecedor: Licisul Comercial Ltda

Valor: R\$ 10.400,30

Fornecedor: Nutriport Comercial Ltda

Valor: R\$ 4.256,00

Fornecedor: Tecnoal Comercial Distribuidora

Valor: R\$ 85.655,60

Vigência: 31/12/2016

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 25 de outubro de 2016.

EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO 001-2011 - BOMBEIROS

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2011. PARTICIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Navegantes. OBJETO: Cessão do veículo marca Renault, modelo Master, tipo Furgão, combustível Diesel, ano/modelo 2011/2011, cor vermelha, chassi nº 93YADCUH6BJ793223, placa mje-3825. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA: Navegantes, 15 de Setembro de 2016. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Roberto Carlos de Souza, pelo Município.

PORTARIA 2185/2016 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.370-446- Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2185 DE 17 DE OUTUBRO DE 2016
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais -, Douglas Lemos – Monitor de Educação Infantil - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar possível inassiduidade habitual por parte do servidor A.A.S.J..

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de outubro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2186/2016 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.370-446- Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 2186 DE 17 DE OUTUBRO DE 2016
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim – Atendente de Posto

de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais –, Douglas Lemos – Monitor de Educação Infantil - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar possível inassiduidade habitual por parte do servidor V.R.S..

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de outubro de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Navegantes, 17 de outubro de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2189/2016 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2189 DE 17 DE OUTUBRO DE 2016
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais –, Douglas Lemos – Monitor de Educação Infantil - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar possível irregularidade no valor do salário base do cargo de Motorista do Transporte Escolar e responsabilidade a quem deu causa.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE OUTUBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO Nº 257/2016

DECRETO Nº 257, de 24 de outubro de 2016

Prorroga o Prazo de Validade do Concurso Público, referente ao Edital nº 001/2014.

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 94, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento e,

Considerando o disposto no item 1.8, das Disposições Preliminares, do Edital de Concurso Público nº 001/2014, que dispõe sobre a validade do Concurso Público;

Considerando que o Concurso Público regulamentado pelo Edital nº 001, de 03 de novembro de 2014, para provimento de vagas do magistério público municipal, homologado em 21 de janeiro de 2015, pelo Decreto nº 003/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo de validade do concurso público, regulamentado pelo Edital nº 001/2014, de 03 de novembro de 2014, para provimento de vagas do magistério público municipal, por mais 02 (dois) anos, a partir de 22 de janeiro de 2017, tendo em vista os argumentos elencados nos considerandos acima.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de outubro de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Aderico Edílio Dalri

Resp. p/ Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Port. nº 364/2016

LEI Nº 2.621/2016

LEI Nº 2.621, de 26 de outubro de 2016

Autoriza o pagamento de ajuda financeira adicional para médicos do Programa “Mais Médicos”.

JOSEMAR GUILHERMER FRANZÓI, Prefeito Municipal de Nova Trento, em exercício, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder uma ajuda financeira adicional no valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a dois médicos vinculados ao Programa do Governo Federal “Mais Médicos” que atuarão no Município de Nova Trento até o mês de dezembro de 2016, visando custear suas despesas com o transporte de seus pertences a República de Cuba, seu país de origem.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de recursos do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, com a seguinte classificação:

0501.10.301.0004.2021 – Ações de Atenção Básica

3.3.90.00 – Outras Despesas Correntes

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/10/2016 e vigência até 31/12/2016.

Nova Trento, 26 de outubro de 2016.

JOSEMAR GUILHERME FRANZÓI

Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

ADÉRICO EDILIO DALRI

Resp. p/Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO 5º TA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

5º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

DETENTOR: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo de Ata de Registro de Preços, consiste no acréscimo de 25% (Vinte e cinco por cento) para os itens 34, 38, 41 e 42, referente ao objeto – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA E/OU CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE HABITAÇÃO QUE SERÁ DOADO ÀS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL E QUE ESTEJAM COM SUAS RESIDÊNCIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO, PRECÁRIO E OU INSALUBRE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC.

Fundamento Legal: fundamento no item 6.8 e 7.3 da referida ata, no artigo 65, II § 1º da Lei 8.666/93, no artigo 11 do Decreto Municipal Nº 1.694/2009 e na vigência da Ata que é até o dia 18/07/2017.

VALOR: R\$ 1.866,95 (Um mil oitocentos e sessenta seis reais e noventa cinco centavos).

Novo Horizonte/SC, em 26 de Outubro de 2.016 – Pregoeiro-ARNO GOLDSCHMIDT

Ouro

PREFEITURA

DECRETO 381

DECRETO Nº 381, DE 1º DE SETEMBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 2.438, de 29 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 243.094,88 (duzentos e quarenta e três mil, noventa e quatro reais e oitenta e oito centavos), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

| | | |
|--|-----|----------|
| 3.1.71.00.00.0.1.007010.(318). Transferência a Consórcios Públicos | R\$ | 3.562,43 |
| 3.3.71.00.00.0.1.007010.(319). Transferência a Consórcios Públicos | R\$ | 1.488,78 |
| 3.3.90.00.00.0.1.000000.(025). Aplicações Diretas | R\$ | 9.300,00 |
| 4.4.71.00.00.0.1.007010.(320). Transferência a Consórcios Públicos | R\$ | 265,85 |

0402. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

28.845.0015.0003. Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor

| | | |
|---|-----|----------|
| 3.3.90.00.00.0.3.000000.(311). Aplicações Diretas | R\$ | 4.800,00 |
|---|-----|----------|

05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

0501. SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.122.0004.2008. Manutenção da Secretaria de Educação

| | | |
|---|-----|----------|
| 3.3.90.00.00.0.1.000000.(040). Aplicações Diretas | R\$ | 1.182,00 |
|---|-----|----------|

0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental

| | | |
|---|-----|----------|
| 3.3.90.00.00.0.1.010000.(057). Aplicações Diretas | R\$ | 7.600,00 |
| 3.3.90.00.00.0.1.180000.(058). Aplicações Diretas | R\$ | 9.163,00 |

12.361.0004.2011. Manutenção do transporte escolar

| | | |
|---|-----|----------|
| 3.1.90.00.00.0.1.010000.(061). Aplicações Diretas | R\$ | 9.400,00 |
|---|-----|----------|

12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

| | | |
|---|-----|-----------|
| 3.3.90.00.00.0.1.010000.(071). Aplicações Diretas | R\$ | 10.800,00 |
|---|-----|-----------|

0503. DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0005.2017. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal

| | | |
|---|-----|----------|
| 3.3.90.00.00.0.1.000000.(078). Aplicações Diretas | R\$ | 1.100,00 |
|---|-----|----------|

06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.2023. Manutenção das atividades gerais de saúde

| | | |
|---|-----|-----------|
| 3.3.90.00.00.0.1.020000.(100). Aplicações Diretas | R\$ | 33.300,00 |
|---|-----|-----------|

10.301.0007.2026. Manutenção do Programa Saúde Bucal

| | | |
|---|-----|----------|
| 3.1.90.00.00.0.1.381040.(331). Aplicações Diretas | R\$ | 4.714,00 |
|---|-----|----------|

10.302.0007.2028. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva

| | | |
|---|-----|-----------|
| 3.3.90.00.00.0.1.381010.(127). Aplicações Diretas | R\$ | 7.600,00 |
| 3.3.90.00.00.0.3.020000.(330). Aplicações Diretas | R\$ | 784,00 |
| 3.3.90.00.00.0.3.381050.(329). Aplicações Diretas | R\$ | 74.100,00 |

10.304.0007.2029. Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

| | | |
|---|-----|----------|
| 3.1.90.00.00.0.1.002010.(332). Aplicações Diretas | R\$ | 3.179,00 |
|---|-----|----------|

10.306.0007.2031. Manutenção do Programa de Alimentação e Nutrição

| | | |
|---|-----|--------|
| 3.3.90.00.00.0.3.020000.(328). Aplicações Diretas | R\$ | 933,40 |
|---|-----|--------|

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

0701. SEC. MUN. DE TRANSPORTES

26.782.0008.2032. Manutenção das estradas vicinais

| | | |
|---|-----|----------|
| 3.3.90.00.00.0.1.000000.(147). Aplicações Diretas | R\$ | 5.815,00 |
|---|-----|----------|

26.782.0008.2033. Manutenção da garagem e oficina municipal

| | | |
|---|-----|--------|
| 3.3.90.00.00.0.3.000000.(316). Aplicações Diretas | R\$ | 226,00 |
|---|-----|--------|

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E HABITAÇÃO

0801. DEPARTAMENTO DE URBANISMO E OBRAS

06.181.0009.2034. Manutenção da sinalização de trânsito

| | | |
|---|-----|----------|
| 3.3.90.00.00.0.1.120000.(164). Aplicações Diretas | R\$ | 6.450,00 |
|---|-----|----------|

06.181.0009.2035. Manutenção do convênio com a Polícia Civil

| | | |
|---|-----|--------|
| 3.3.90.00.00.0.3.110000.(333). Aplicações Diretas | R\$ | 430,42 |
|---|-----|--------|

15.452.0010.2038. Manutenção dos serviços urbanos

| | | |
|---|-----|-----------|
| 3.3.90.00.00.0.1.000000.(173). Aplicações Diretas | R\$ | 13.600,00 |
|---|-----|-----------|

15.452.0010.2041. Manutenção da iluminação pública

| | | |
|---|-----|----------|
| 3.3.90.00.00.0.1.080000.(182). Aplicações Diretas | R\$ | 3.500,00 |
|---|-----|----------|

09. SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901. SEC. MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.0012.2043. Manutenção e promoção das atividades agrícolas

| | | |
|---|-----|-----------|
| 3.3.90.00.00.0.1.000000.(191). Aplicações Diretas | R\$ | 12.560,00 |
|---|-----|-----------|

10. SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

1001. SEC. MUN. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

23.691.0013.2046. Desenvolvimento econômico

| | | |
|---|-----|----------|
| 3.3.90.00.00.0.1.000000.(202). Aplicações Diretas | R\$ | 1.565,00 |
|---|-----|----------|

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0014.2049. Manutenção do Conselho Tutelar

| | | |
|---|-----|-----------|
| 3.1.90.00.00.0.1.000000.(208). Aplicações Diretas | R\$ | 10.683,00 |
| 3.3.90.00.00.0.1.000000.(209). Aplicações Diretas | R\$ | 1.610,00 |
| 3.3.90.00.00.0.3.000000.(322). Aplicações Diretas | R\$ | 297,00 |

08.244.0014.2052. Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social

| | | |
|---|-----|------------|
| 3.1.90.00.00.0.1.351020.(326). Aplicações Diretas | R\$ | 2.764,00 |
| 3.3.90.00.00.0.1.351020.(327). Aplicações Diretas | R\$ | 322,00 |
| TOTAL | R\$ | 243.094,88 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no art. 1º é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - o superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 81.570,82 (oitenta e um mil, quinhentos e setenta reais e oitenta e dois centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

| | | |
|--|------------|------------------|
| 000000. Recursos Ordinários | R\$ | 5.323,00 |
| 020000. Receitas de Impostos: Saúde | R\$ | 1.717,40 |
| 110000. Convênio de Trânsito: Civil | R\$ | 430,42 |
| 381050. Transferências SUS/União: ATB/PMAQ | R\$ | 74.100,00 |
| TOTAL | R\$ | 81.570,82 |

II - o excesso de arrecadação no exercício no montante de R\$ 38.246,06 (trinta e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e seis centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

| | | |
|--|------------|------------------|
| 000000. Recursos Ordinários | R\$ | 12.293,00 |
| 007010. Recursos Ordinários: Licença Ambiental | R\$ | 5.317,06 |
| 080000. Contribuição: COSIP | R\$ | 3.500,00 |
| 120000. Convênio de Trânsito: Prefeitura | R\$ | 6.450,00 |
| 351020. Transferências SUAS/União: PBV/SCFV | R\$ | 3.086,00 |
| 381010. Transferências SUS/União: ATB/PAB | R\$ | 7.600,00 |
| TOTAL | R\$ | 38.246,06 |

III - a anulação parcial de dotações, no montante de R\$ 123.278,00 (cento e vinte e três mil, duzentos e setenta e oito reais), nas seguintes programações orçamentárias:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

| | | |
|---|-----|----------|
| 4.4.90.00.00.0.1.000000.(028). Aplicações Diretas | R\$ | 9.300,00 |
|---|-----|----------|

05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
0501. SEC. MUN. DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.122.0004.2008. Manutenção da Secretaria de Educação

| | | |
|---|-----|--------|
| 3.1.90.00.00.0.1.000000.(039). Aplicações Diretas | R\$ | 500,00 |
| 4.4.90.00.00.0.1.000000.(041). Aplicações Diretas | R\$ | 682,00 |

0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental

| | | |
|---|-----|----------|
| 3.1.90.00.00.0.1.010000.(055). Aplicações Diretas | R\$ | 7.600,00 |
| 3.1.90.00.00.0.1.180000.(056). Aplicações Diretas | R\$ | 9.163,00 |

12.361.0004.2011. Manutenção do transporte escolar

| | | |
|---|-----|----------|
| 3.3.90.00.00.0.1.010000.(062). Aplicações Diretas | R\$ | 9.400,00 |
|---|-----|----------|

12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

| | | |
|---|-----|-----------|
| 3.1.90.00.00.0.1.010000.(069). Aplicações Diretas | R\$ | 10.800,00 |
|---|-----|-----------|

0503. DEPARTAMENTO DE CULTURA
13.392.0005.2017. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal

| | | |
|---|-----|----------|
| 4.4.90.00.00.0.1.000000.(079). Aplicações Diretas | R\$ | 1.100,00 |
|---|-----|----------|

06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0007.2023. Manutenção das atividades gerais de saúde

| | | |
|---|-----|-----------|
| 3.1.90.00.00.0.1.020000.(099). Aplicações Diretas | R\$ | 33.300,00 |
|---|-----|-----------|

10.301.0007.2026. Manutenção do Programa Saúde Bucal

| | | |
|---|-----|----------|
| 3.3.90.00.00.0.1.381040.(119). Aplicações Diretas | R\$ | 4.714,00 |
|---|-----|----------|

10.304.0007.2029. Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária

| | | |
|---|-----|----------|
| 3.3.90.00.00.0.1.002010.(130). Aplicações Diretas | R\$ | 2.179,00 |
| 4.4.90.00.00.0.1.002010.(133). Aplicações Diretas | R\$ | 1.000,00 |

07. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES
0701. SEC. MUN. DE TRANSPORTES
26.782.0008.2032. Manutenção das estradas vicinais

| | | |
|---|-----|----------|
| 3.1.90.00.00.0.1.000000.(146). Aplicações Diretas | R\$ | 5.815,00 |
|---|-----|----------|

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E HABITAÇÃO
0801. DEPARTAMENTO DE URBANISMO E OBRAS
15.452.0010.2038. Manutenção dos serviços urbanos

| | | |
|---|-----|-----------|
| 3.1.90.00.00.0.1.000000.(172). Aplicações Diretas | R\$ | 13.600,00 |
|---|-----|-----------|

09. SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
0901. SEC. MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
20.606.0012.2043. Manutenção e promoção das atividades agrícolas

| | | |
|---|-----|-----------|
| 3.1.90.00.00.0.1.000000.(190). Aplicações Diretas | R\$ | 12.560,00 |
|---|-----|-----------|

10. SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
1001. SEC. MUN. DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
23.691.0013.2046. Desenvolvimento econômico

| | | |
|---|------------|-------------------|
| 3.1.90.00.00.0.1.000000.(201). Aplicações Diretas | R\$ | 1.565,00 |
| TOTAL | R\$ | 123.278,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 1º de setembro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 382

DECRETO Nº 382, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016.

Fixa o valor da Unidade de Referência Municipal - URM para o mês de outubro de 2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, e no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, no mês de agosto de 2016, de 0,15% (quinze centésimos por cento),

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 3,3527 (três inteiros e três mil, quinhentos e vinte e sete dezenas de milhar de real) o valor da Unidade de Referência Municipal - URM, para o mês de outubro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de outubro de 2016.

Ouro-SC, 23 de setembro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 388

DECRETO Nº 388, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar e especial no orçamento do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 2.457, de 18 de outubro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 64.100,00 (sessenta e quatro mil e cem reais), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.2027. Manutenção do Programa Farmácia Básica

| | | |
|---|-----|-----------|
| 3.3.90.00.00.0.1.381050.(339). Aplicações Diretas | R\$ | 40.000,00 |
|---|-----|-----------|

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0014.2049. Manutenção do Conselho Tutelar

| | | |
|--|------------|------------------|
| 3.1.90.00.00.0.1.00000.(208). Aplicações Diretas | R\$ | 21.100,00 |
| 3.3.90.00.00.0.1.00000.(209). Aplicações Diretas | R\$ | 3.000,00 |
| TOTAL | R\$ | 64.100,00 |

Art. 2º Fica aberto o crédito adicional especial, no valor de até R\$ 3.570,00 (três mil, quinhentos e setenta reais), no orçamento vigente do Município, na seguinte programação orçamentária:

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0014.2055. Manutenção do Programa Bolsa Família

| | | |
|---|-----|----------|
| 4.4.90.00.00.0.3.351030.(340). Aplicações Diretas | R\$ | 3.570,00 |
|---|-----|----------|

Art. 3º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar e especial, aberto nos arts. 1º e 2º, é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial de dotações, no montante de até R\$ 67.670,00 (sessenta e sete mil, seiscentos e setenta reais), nas seguintes programações orçamentárias:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

| | | |
|--|-----|-----------|
| 4.4.90.00.00.0.1.00000.(028). Aplicações Diretas | R\$ | 24.100,00 |
|--|-----|-----------|

06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0007.2024. Manutenção do Programa Saúde da Família

| | | |
|---|-----|-----------|
| 3.3.90.00.00.0.1.381050.(106). Aplicações Diretas | R\$ | 40.000,00 |
|---|-----|-----------|

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0014.2051. Manutenção do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente

| | | |
|---|------------|------------------|
| 4.4.90.00.00.0.3.351030.(285). Aplicações Diretas | R\$ | 3.570,00 |
| TOTAL | R\$ | 67.670,00 |

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 18 de outubro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 389

DECRETO Nº 389, DE 20 DE OUTUBRO 2016.

Estabelece ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Ouro, no dia 28 de Outubro de 2016 e no dia 14 de Novembro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo no dia 28 de Outubro do corrente ano, em todas as repartições públicas do Município de Ouro em comemoração alusiva ao dia do Servidor Público, também fica estabelecido ponto facultativo no dia 14 de novembro do corrente ano, em função do feriado da Proclamação da República.

Art. 2º Não haverá ponto facultativo nas atividades relacionadas à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, havendo aulas normais em todos os estabelecimentos de ensino municipal no dia 28 de Outubro de 2016, tendo em vista a obediência ao calendário previamente estipulado.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,
20 de outubro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO 390

DECRETO Nº 390, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Fixa o valor da Unidade de Referência Municipal - URM para o mês de novembro de 2016.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, e no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, no mês de setembro de 2016, de 0,20% (vinte centésimos por cento),

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 3,3594 (três inteiros e três mil, quinhentos e noventa e quatro dezenas de milhar de real) o valor da Unidade de Referência Municipal - URM, para o mês de novembro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de novembro de 2016.

Ouro-SC, 24 de outubro de 2016.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Rafael Bof

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Ouro Verde

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 0059

LEI COMPLEMENTAR Nº. 059/2016

ALTERA A LEI N. 705, DE 07.12.2010 QUE TRATA DAS DIRETRIZES URBANAS DO MUNICÍPIO DE OURO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos dos arts. 66, VI, 68, I e III e 86, II da Lei Orgânica do Município;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O § 1º, do art. 11, da Lei n. 705/2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11 - ...

§ 1º. A iniciativa é pública quando o Poder Público, verificando a existência de uma área não parcelada resolve de ofício, através de Decreto Municipal, do qual constem as diretrizes, promover projeto urbanístico disciplinando a forma pela qual a área deve ser utilizada.

Art. 2º. Fica incluído no art. 13, da Lei n. 705/2010 o parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 13. -

Parágrafo único. Quando o parcelamento do solo for de iniciativa pública os critérios, medidas e percentuais estabelecidos neste artigo serão fixados por ato do Poder Executivo na forma estabelecida no art. 11, § 1º.

Art. 3º. Fica incluído no art. 34, o inciso IV com seu parágrafo único, da seguinte forma:

Art. 34 -

IV – na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), declarada e delimitada através de Decreto Municipal, os usos permitidos serão regulados por ato do Poder Executivo na forma do art. 11, § 1º.

Parágrafo único. o índice de aproveitamento e a taxa de ocupação para cada lote inserido em ZEIS serão respectivamente $IA = 3,2$ (três virgula dois) e $TO = 80\%$ (oitenta por cento).

Art. 4º. O inciso IV relativo às Ruas Locais descrito no art. 97, da Lei n. 705/2010, passa a ser numerado como inciso V e fica incluído em mesmo artigo o inciso VI e seu parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 97 -

VI – Ruas locais em zonas de interesse social – com gabarito mínimo de 10,00m (dez metros), sendo 7,00m (sete metros) para caixa de rolamento e passeio público de no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) em cada lado da via e declividade de no máximo 12%.

Parágrafo único. Nos casos em que a topografia local exija será permitida declividade de até 20%, desde que não exceda 30% do total arruado.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde, 29 de março de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

LEI COMPLEMENTAR 0060

LEI COMPLEMENTAR Nº 060/2016.

Concede reposição salarial aos Servidores do Legislativo Municipal e dá outras providências.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos dos arts. 66, VI, 68, I e III e 86, II da Lei Orgânica do Município;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica incorporado ao vencimento dos servidores públicos do Legislativo Municipal o abono de que trata art. 9º, da Lei Complementar n. 055/2015.

Parágrafo único. A reposição de que trata o caput do presente artigo será repassada a todos os servidores do Legislativo Municipal sobre os valores dos vencimentos em 30.04.2016 no percentual de 5% (cinco por cento), exceto os cargos eletivos.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes e futuras.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da folha de pagamento do mês de maio deste ano.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, 29 de março de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

A presente lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

LEI COMPLEMENTAR 0061

LEI COMPLEMENTAR Nº 061/2016.

Concede reposição salarial aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos dos arts. 66, VI, 68, I e III e 86, II da Lei Orgânica do Município;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica incorporado ao vencimento dos servidores públicos municipais o abono de que trata art. 9º, da Lei Complementar n. 055/2015, e concedida reposição, exceto aos ocupantes dos cargos que tiveram a revisão dos vencimentos feita através das Leis Complementares n. 056/2015, 057/2015 e 058/2015, observado o escalonamento descrito no § 1º, do presente artigo.

§ 1º. A reposição de que trata o caput do presente artigo será repassada de forma escalonada incidente sobre o valor dos vencimentos com valores em 30.04.2016, ou seja, 1% (um por cento) na folha de pagamento referente ao mês de maio e 4% (quatro por cento) na folha do mês de novembro de 2016.

§ 2º. O disposto no caput não se estende aos agentes políticos (prefeita, vice-prefeito, secretários e todos os cargos comissionados).

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes e futuras.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da folha de pagamento do mês de maio deste ano.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, 29 de março de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

A presente lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

LEI Nº969

LEI Nº. 969/2016

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar e dá outras providências".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos dos artigos 66, VI, 68, I e III e 86, II da Lei Orgânica do Município;

Faz saber a todos os habitantes do Município de Ouro Verde – SC que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar Convênio com o Estado de Santa Catarina através do Corpo de Bombeiros Militar, nos termos da presente Lei.

Art. 2º O município de Ouro Verde se responsabilizará pela cobrança de taxas inerentes aos serviços prestados pela Concedente e pelas multas aplicadas em razão do poder de polícia que a Lei lhe outorga.

Art. 3º O montante arrecado será creditado em uma conta corrente especificada pela Concedente para este fim exclusivo.

Art. 4º Os recursos acima citados serão aplicados em conformidade com as condições expressas no Termo de Convênio.

Art. 5º Obedecidas as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, poderá ser cedidos servidores para colaborarem ao o Corpo de Bombeiros Militar, não excedendo o número de três servidores.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ouro Verde – SC, em 25 de outubro de 2016.

ROSANE MINETTO SELIG
Prefeita Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
Secretário de Adm. e Gestão

Paial**PREFEITURA****TERMO DE CANCELAMENTO DO ITEM 290 DA ATA DE RP 014/2016 FMS**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE CANCELAMENTO DO ITEM 290 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 014/2016 FMS

Considerando a solicitação da empresa S & R Distribuidora Ltda, detentora da Ata 014/2016 FMS para o cancelamento do item;
Considerando que o laboratório suspendeu a fabricação do item;
Considerando que a empresa S & R Distribuidora Ltda não conseguiu viabilizar a entrega de outra marca pelo custo elevado;
Considerando o acordo amigável de ambas as partes para o cancelamento do item 347 da Ata 035/2015 FMS;
Com fundamento no §3º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93, no artigo 65 inciso II "b" da lei 8.666/93 e no Inciso II do artigo 13 do Decreto Municipal nº 057 de 2007, conforme previsto no item 14.2.2, do Pregão Presencial nº 002/2016 FMS, fica cancelada o item 290, nesta data, da Ata de Registro de Preços n. 014/2016 FMS, que trata da aquisição do item abaixo (Tabela 1), originada do Processo Licitatório nº 003/2016 FMS e celebrada entre este Fundo Municipal de Saúde e a empresa S & R Distribuidora Ltda.

Tabela 1.

| Item | Unid. | Especificação | Marca | Preço Unit. |
|------|-------|------------------|------------|-------------|
| 290 | Compr | NIMODIPINO 30 mg | BRAINFARMA | 0,085 |

Paial, 26 de Outubro de 2016.
ELIZETE ESPÓSITO VORTMANN
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SERGIO JACIR PORTELA
Sócio Administrador
DETENTORA DA ATA

Visto: _____
Assessor Jurídico: _____

TERMO DE CANCELAMENTO DO ITEM 347 DA ATA DE RP 010/2016 FMS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE CANCELAMENTO DO ITEM 347 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 010/2016 FMS

Considerando a solicitação da empresa Farmácia Farma Center Ltda - ME, detentora da Ata 010/2016 FMS;
Considerando que o preço praticado inviabilize a entrega do item;
Considerando que a empresa não consegue comprovar a variação de preço, por não haver demanda anterior do produto pela municipalidade;
Considerando que a empresa comprovou o preço elevado do produto por meio de nota fiscal eletrônica;
Considerando o acordo amigável de ambas as partes para o cancelamento do item 347 da Ata 035/2015 FMS;
Com fundamento no §3º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93, no artigo 65 inciso II "b" da lei 8.666/93 e no Inciso II do artigo 13 do Decreto Municipal nº 057 de 2007, conforme previsto no item 14.2.2, do Pregão Presencial nº 002/2016 FMS, fica cancelada o item 347, nesta data, da Ata de Registro de Preços n. 010/2016 FMS, que trata da aquisição do item abaixo (Tabela 1), originada do Processo Licitatório nº 003/2016 FMS e celebrada entre este Fundo Municipal de Saúde e a empresa Farmácia Farma Center Ltda – ME.

Tabela 1.

| Item | Unid. | Especificação | Marca | Preço Unit. |
|------|-------|---|------------|-------------|
| 347 | Compr | Sitagliptina, fosfato+metformina cloridrato XR 50/500 mg. | JANUMET RX | 2,25 |

Paial, 26 de outubro de 2016.
ELIZETE ESPÓSITO VORTMANN
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ELIZABETE FONTANA
Sócio Administrador
DETENTORA DA ATA

Visto: _____
Assessor Jurídico: _____

TERMO DE SUBSTITUIÇÃO DE MARCA DO ITEM 12 E 123 DA ATA DE RP 05/2016 FMS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE SUBSTITUIÇÃO DE MARCA DO ITEM 12 E 123 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 005/2016 FMS

Considerando a solicitação de troca de marca da empresa Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, detentora da Ata 005/2016 FMS, para os itens 12 e 123;

Considerando que o laboratório Teuto encaminhou documento relatando a suspensão da produção do item 12 (Ácido fólico 5mg);

Considerando que o laboratório Vitapan/Vitamedic encaminhou documento relatando a suspensão da venda do item 123 (Clortalidona 25 mg);

Considerando a solicitação de troca do item 12 (Ácido fólico 5mg) da marca Teuto para a marca Natulabi;

Considerando a solicitação de troca do item 123 (Clortalidona 25 mg) da marca Vitapan para a marca Brainfarma;

Considerando que a Farmacêutica do Fundo Municipal de Saúde deu parecer favorável a substituição das marcas;

Considerando que o custo dos medicamentos é equivalente entre as marcas;

Considerando que o custo para a municipalidade não vai alterar;

Considerando que a falta dos medicamentos pode causar prejuízos há população;

Deferimos a substituição de marca do item 12 (Ácido fólico 5mg) e item 123 (Clortalidona 25 mg) da empresa Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, detentora da Ata 005/2016 FMS, conforme segue tabela 1 abaixo:

Tabela 1.

| Item | Descrição | Marca anterior | Marca atual |
|------|--------------------|----------------|-------------|
| 12 | Ácido fólico 5mg | Teuto | Natulabi |
| 123 | Clortalidona 25 mg | Vitapan | Brainfarma |

Paial, 26 de Outubro de 2016.

ELIZETE ESPÓSITO VORTMANN

Secretária Municipal de Saúde

TERMO DE SUBSTITUIÇÃO DE MARCA DO ITEM 169 DA ATA RP 08/2016 FMS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE SUBSTITUIÇÃO DE MARCA DO ITEM 169 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 008/2016 FMS

Considerando a solicitação de troca de marca da empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, detentora da Ata 008/2016 FMS, para o item 169;

Considerando que o laboratório Teuto encaminhou documento relatando a suspensão da produção do item 169 (Enalapril 10mg);

Considerando a solicitação de troca do item 169 (Enalapril 10mg) da marca Teuto para a marca Med Química;

Considerando que a Farmacêutica do Fundo Municipal de Saúde deu parecer favorável a substituição das marcas;

Considerando que o custo dos medicamentos é equivalente entre as marcas;

Considerando que o custo para a municipalidade não vai alterar;

Considerando que a falta dos medicamentos pode causar prejuízos há população;

Deferimos a substituição de marca do item 169 (Enalapril 10mg) da empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, detentora da Ata 008/2016 FMS, conforme segue tabela 1 abaixo:

Tabela 1.

| Item | Descrição | Marca anterior | Marca atual |
|------|----------------|----------------|-------------|
| 169 | Enalapril 10mg | Teuto | Med Química |

Paial, 26 de Outubro de 2016.

ELIZETE ESPÓSITO VORTMANN

Secretária Municipal de Saúde

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 10 de novembro de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 135/2016, que tem como objeto a aquisição de peças novas para reposição e conexões novas necessárias aos serviços de manutenção do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Palhoça/SC, para uso da Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto - SAMAE. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net.. Palhoça, 26 de outubro de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 11 de novembro de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 136/2016, que tem como objeto aquisição de equipamentos de ginástica para suprir as necessidades do Corpo de Bombeiros deste Município. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net.. Palhoça, 26 de outubro de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 2.066, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 2.066, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.
TRANSPORTE COLETIVO. Reajusta Tarifa no Município de Palhoça/SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o ultimo reajuste tarifário municipal ocorreu com o Decreto 1.891, de 28 de agosto de 2015, e que desde então não foram realizados compensações inflacionárias e de reajuste;

Considerando que os custos da mão de obra foram reajustados pela Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2017, em percentual de 10,00% (dez por cento) e aumento de 17,00% no vale alimentação,

totalizando um aumento de custo com pessoal de aproximadamente 27,00%;

Considerando os reajustes praticados no óleo diesel durante o período de 13 (treze) meses, acumulando cerca de 4,10% de aumento;

Considerando Planilha de Cálculo Tarifário para Transporte Urbano, justificando o valor reajustado, resolve

DECRETAR:

Art. 1º As tarifas básicas das linhas municipais de transporte coletivo, operadas pela concessionária Jotur – Auto Ônibus e Turismo Palhocense Ltda. ficam reajustadas no percentual de 12,5 % (doze vírgula cinco por cento), conforme documentos em anexo, que fazem parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir das zero horas do dia 30 de outubro de 2016.

Palhoça, 21 de outubro de 2016.

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA

Prefeito Municipal em Exercício

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura

LEI Nº 4.420, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.420, de 30 de SETEMBRO de 2016.

PROLONGAMENTO DE VIA PÚBLICA. Altera a Lei n. 3.244 de 26 de Março de 2010.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo primeiro da Lei n. 3.244, de 26 de Março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam denominadas as vias públicas localizadas no Loteamento Villa Florida, no bairro São Sebastião, neste Município, com os seguintes nomes:

I – VT 01 – Rua Perpétua, com extensão de 75m (setenta e cinco metros);

II – VT 02 – Rua Onze Horas, com extensão de 130m (cento e trinta metros);

III – VT 03 – Rua Flor de Lis, com extensão de 319,21 (trezentos e dezenove metros e vinte e um centímetros);

IV – VT 04 – Rua Flor do Guarujá, com extensão de 319,60 (trezentos e dezenove metros e sessenta centímetros);

V – VL 01 – Rua Cravina, com extensão de 190m (cento e noventa metros);

VI – VL 02 – Rua Calêndula, com extensão de 190m (cento e noventa metros);

VII – VL 03 – Rua Amárilis, com extensão de 420m (quatrocentos e vinte metros).

Art. 2º Fica transformado o Parágrafo Único do art. 1º da Lei n. 3.244, de 26 de Março de 2016, em Parágrafo Primeiro, com a seguinte redação:

Parágrafo Primeiro. A localização das Vias Públicas, de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.”

Art. 3º Fica acrescido o Parágrafo Segundo ao art. 1º da Lei n. 3.224, de 26 de Março de 2016, com a seguinte redação:

Parágrafo Segundo. As Ruas Flor de Lis e Flor do Guarujá, de que tratam os incisos III e IV ficam prolongadas até o Loteamento Alaor Silveira III.

Art. 4º Ficam revogados os incisos III e IV do art. 1º da Lei n. 4.364, de 01 de Abril de 2016.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de setembro de 2016.
ISNARDO LUIS BRANT
Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 4.421, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.421, de 30 de SETEMBRO de 2016.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Natália Dantas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica denominada Rua Natália Dantas, com extensão de 142m de comprimento, por 7m de largura, via pública localizada no Loteamento Tabuleiro I Bairro Bela Vista, com início na Rua VL04 (Felipe Andrade).

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 30 de setembro de 2016.
ISNARDO LUIS BRANT
Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 4.422, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.422, de 30 de SETEMBRO de 2016.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua São Silvestre.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA SÃO SILVESTRE, via pública municipal localizada no bairro Caminho Novo, com extensão total de aproximadamente 129,00 (cento e vinte e nove metros), e 4,50 (quatro metros e cinquenta centímetros) de largura, neste Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único. A localização da referida Via Pública, de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de setembro de 2016.
ISNARDO LUIS BRANT
Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 4.423, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.423, de 30 de SETEMBRO de 2016.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Beatriz Da Silva.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica denominada Rua Beatriz Da Silva, com extensão de 445m de comprimento, por 7m de largura, via pública localizada no Loteamento Tabuleiro I Bairro Bela Vista, com início na Rua sem denominação nº 3066.

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 30 de setembro de 2016.
ISNARDO LUIS BRANT
Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 4.424, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.424, de 30 de SETEMBRO de 2016.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Valmor Francisco.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica denominada Rua Valmor Francisco, com extensão de 445m de comprimento, por 7m de largura, via pública localizada no Loteamento Tabuleiro I Bairro Bela Vista, com início na Rua sem denominação nº 3066.

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 30 de setembro de 2016.
ISNARDO LUIS BRANT
Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 4.425, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.425, de 30 de SETEMBRO de 2016.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua José Andrade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica denominada Rua José Andrade, com extensão de 142m de comprimento, por 7m de largura, via pública localizada no Loteamento Tabuleiro I Bairro Bela Vista, com início na Rua VL04 (Felipe Andrade).

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação..

Palhoça, 30 de setembro de 2016.
ISNARDO LUIS BRANT
Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 4.426, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.426, de 30 de SETEMBRO de 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Natanael Rodrigues.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica denominada Rua Natanael Rodrigues, com extensão de 142m de comprimento, por 7m de largura, via pública localizada no Loteamento Tabuleiro I Bairro Bela Vista, com início na Rua VL04 (Felipe Andrade).

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 30 de setembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 4.427, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.427, de 30 de SETEMBRO de 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Luiz Carlos Damasco.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica denominada Rua Luiz Carlos Damasco, com extensão de 445m de comprimento, por 7m de largura, via pública localizada no Loteamento Tabuleiro I Bairro Bela Vista, com início na Rua sem denominação nº 3066.

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 30 de setembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 4.428, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.428, de 30 de SETEMBRO de 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Felipe Andrade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica denominada Rua Felipe Andrade, com extensão de 445m de comprimento, por 7m de largura, via pública localizada no Loteamento Tabuleiro I Bairro Bela Vista, com início na Rua sem denominação nº 3066.

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 30 de setembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 4.429, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.429, de 30 de SETEMBRO de 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Dos Rouxinóis.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica denominada Rua Dos Rouxinóis, com extensão de 128m de comprimento, por 7m de largura, via pública localizada no Bairro Pedra Branca, com início na Rua Dos Tiés.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 30 de setembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 4.430, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.430, de 30 de SETEMBRO de 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua João José Alves.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica denominada Rua João José Alves, com extensão de 390m de comprimento, por 6m de largura, via pública localizada no Bairro Bela Vista, com início na Rua Miguel João Jacinto.

ART. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 30 de setembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 4.431, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.431, de 30 de SETEMBRO de 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Palmas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de Rua Palmas, via pública identificada como VT 02 no Loteamento das Rosas, Bairro Bela Vista, com extensão de 141,77 metros de comprimento e 10,00 metros de largura. A referida via pública tem início na Rua Elio Schmitt (VL 02), neste Município.

Parágrafo único. À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação..

Palhoça, 30 de setembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 4.432, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.432, de 30 de SETEMBRO de 2016.

DENOMINA VIA PUBLICA, SERVIDÃO ORLANDINA OLIVIA DA SILVA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Servidão Orlandina Olivia da Silva, com extensão de 300 metros de comprimento e 5 metros de largura, com início na Rua Alaor Silveira, via pública localizada no bairro São Sebastião, neste Município.

Parágrafo único. À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de setembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Prefeito Municipal em Exercício

LEI Nº 4.433, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

LEI Nº 4.433, de 30 de SETEMBRO de 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Estrada Geral Morro do Cipó e Estrada Geral Morro do Gato.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de ESTRADA GERAL MORRO DO CIPÓ, via pública municipal localizada no bairro São Sebastião, com extensão total de aproximadamente 1.030,00m (um mil e trinta metros), e 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros) de largura, neste Município de Palhoça/SC.

Art. 2º Fica denominada de ESTRADA GERAL MORRO DO GATO, via pública municipal localizada no bairro São Sebastião, com extensão total de aproximadamente 855,00m (oitocentos e cinquenta e cinco metros), e 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros) de largura, neste Município de Palhoça/SC.

Art. 3º A localização das Vias Públicas, de que tratam os artigos 1º e 2º, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de setembro de 2016.

ISNARDO LUIS BRANT

Prefeito Municipal em Exercício

RESULTADO PREGÃO Nº 130/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 130/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios para os programas da Secretaria de Assistência Social, através de Registro de Preços, conformes especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

GIZELE REGINA DA SILVA ME ficou classificada em 1º lugar nos lotes 02 e 10, totalizando R\$558.150,00 (quinhentos e cinquenta e oito mil cento e cinquenta reais);

L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos lotes 08 e 12, totalizando R\$104.902,00 (cento e quatro mil novecentos e dois reais);

ELO COMERCIAL LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos lotes 09, 11 e 13, totalizando R\$166.599,50 (cento e sessenta e seis mil quinhentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos);

P F G COMERCIAL LTDA. - ME ficou classificada em 1º lugar no lote 14, totalizando R\$15.935,00 (quinze mil novecentos e trinta e cinco reais);

BRUTHAN COMERCIAL LTDA ficou classificada em 1º lugar nos lotes 01, 03, 04, 05, 06, 07 e 15, totalizando R\$325.766,20 (trezentos e vinte e cinco mil setecentos e sessenta e seis reais e vinte centavos);

Palhoça, 26 de outubro de 2016

Palma Sola

PREFEITURA

DECRETO Nº 117/2016

Decreto nº 117, de 27 de outubro de 2016.

Autoriza o Desmembramento de Lote Urbano e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no Inciso IX, do Art. 10, da Lei Orgânica e também no que dispõe a Lei Municipal n. 1505/2006, de 18 de Abril de 2006, Decreta,

Art.1º. Fica autorizado o desdobramento do lote urbano nº 14 (quatorze), da quadra nº 36 (trinta e seis), do Loteamento Sagrada Família, da cidade de Palma Sola/SC, com área de 825,00m² (oitocentos e vinte cinco metros quadrados), conforme matrícula no Registro de Imóveis de Dionísio Cerqueira/SC., sob n. 8.887, do livro nº 2, de propriedade de JOAQUIM RIBEIRO PEDROSO, CPF nº 503.179.899-87, como segue:

A) Parte do lote urbano nº 14, que de ora em diante passa a denominar-se lote urbano nº 14.A, da quadra nº 36 do Loteamento Sagrada Família, na cidade de Palma Sola, SC, com a área de 455,00 m2, sem construções, confrontando:

Ao NORTE – Com o lote urbano nº 15 de Antenor Piffer, matrícula nº 8.888, medindo 55,00 metros; Ao SUL – Com o lote urbano nº 13 de Valdomiro Antonio Dal Bosco, matrícula nº 12.056, medindo 18,00 metros e com o lote urbano nº 14 de Joaquim Ribeiro Pedroso, matrícula nº 8.887, medindo 37,00 metros;

Ao LESTE – Com o lote urbano nº 14 de Joaquim Ribeiro Pedroso, matrícula nº 8.887, medindo 10,00 metros e com a Av. Crestani, medindo 5,00 metros;

Ao OESTE – Com o Lote urbano nº 4 de Eleandro João Rossato, matrícula nº 14.629, medindo 15,00 metros.

- O referido lote se encontra no lado direito (par) da Av. Crestani, situado a 65,00 metros da esquina com a Rua Emilio Ossani.

B) Lote urbano nº 14, que continua a denominar-se Lote Urbano nº 14, da quadra nº 36 do Loteamento Sagrada Família, na cidade de Palma Sola, SC, com a área de 370,00 m2, sem construções, confrontando:

Ao NORTE – Com o lote urbano nº 14.A de Joaquim Ribeiro Pedroso matrícula nº 8.887, medindo 37,00 metros; Ao SUL – Com o lote urbano nº 13 de Valdomiro Antonio Dal Bosco, matrícula nº 12.056, medindo 37,00 metros; Ao LESTE – Com a Av. Crestani, medindo 10,00 metros;

Ao OESTE – Com o Lote urbano nº 14.A Joaquim Ribeiro Pedroso, matrícula nº 8.887, medindo 10,00 metros.

- O referido lote se encontra no lado direito (par) da Av. Crestani, situado a 70,00 metros da esquina com a Rua Emilio Ossani.

Art.2º. As despesas de escrituras, registros e demais atos afins e atinentes às transferências dos imóveis, correrão a conta de seus respectivos proprietários.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 26 de outubro de 2016.

Domingos Lírio Locatelli
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em 27/10/16-DOM.

Valdemar Gritti,
Secretário de Administração

LEI Nº 1949/2016

Lei n. 1949, de 26 de outubro de 2016

Aprova parcelamento de solo urbano sob forma de Loteamento de uma área de terras de 33.098,46 m2, situada no perímetro urbano no Município de Palma Sola, de propriedade de JOSÉ IBES CÂMARA e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, o Senhor Domingos Lírio Locatelli, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aprovado, o Parcelamento do Solo em forma de Loteamento de uma área de terras de 33.098,46 m2, situada no perímetro urbano do Município de Palma Sola, denominado Lote Urbano nº 173.i, com matrícula no CRI de Dionísio Cerqueira/SC., sob o nº 14.753, de acordo com os mapas, plantas, memorial descritivo e licenças ambientais, que acompanham o presente e ele anexados, de propriedade de JOSÉ IBES CÂMARA, portador do CPF nº 472.867.259-04.

Art 2º. O Parcelamento de Solo Urbano, sob forma de Loteamento, de que trata o artigo anterior, passará a denominar-se de 'LOTEAMENTO FELICITÁ'.

Art. 3º. O Sistema viário é formado pela Rua João Feix II, Rua Tereza Zanotto, Rua Pedro Névio Caldato, Rua Luiz Caldato, Rua Inácio Hilario Braun, Rua Alcides Zanotto, Rua Padre Eugênio Feix e Rua Francisco Zanotto, descritas a seguir:

A)Rua João Feix II com 2701,22 m2 confrontando:

Ao Norte – Com a Rua João Feix, medindo 193,8 metros; com a Rua José Rampanelli, medindo 23,39 metros.

Ao Sul – Com a Rua Alcides Zanotto, medindo 14,38 metros; com a quadra nº 5, medindo 73,72 metros; com a Rua Inacio Hilario Braun, medindo 23,25 metros; com a quadra nº 6, medindo 84,74 metros e com a Rua Pedro Nevio Caldato, medindo 22,82 metros.

Ao Leste – Com o lote nº 7 da quadra nº 4, medindo 12,97 metros.

Ao Oeste – Com o lote nº 173.R de propriedade de Prefeitura Municipal de Palma Sola, medindo matrícula nº 13.504 medindo 14,12 metros.

B)Rua Tereza Zanotto, com 2.203,34m2, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua Fiorindo Nodari medindo 25,76metros; com a quadra nº 4, medindo 104,23 metros; com a Rua Alcides Zanotto, medindo 14,00 metros; com a quadra nº 5, medindo 74,00 metros; com a Rua Inacio Hilario Braun, medindo 14,00 metros e com a quadra nº 6, medindo 6,62 metros.

Ao Sul– Com a quadra nº 2, medindo 85,86 metros; com a Rua Alcides Zanotto, medindo 14,00 metros e com a quadra nº 3 medindo 34,90 metros.

Ao Leste– Com a Rua Padre Eugenio Feix, medindo 17,66 metros; com o Lote nº 3 da quadra nº 1, medindo 16,74 metros.

Ao Oeste – Com o prolongamento da Rua Tereza Zanotto, medindo 61,34 metros.

C)Rua Pedro Nevio Caldato, com 1.446,67 m2, confrontando:
Ao Norte – Com a Rua João Feix II, medindo 22,82 metros.
Ao Sul– Com o prolongamento da Rua Pedro Névio Caldato, medindo 14,38 metros.
Ao Leste – Com a quadra nº 6, medindo 83,89 metros e com a Rua Luiz Caldato, medindo 11,00 metros.
Ao Oeste - Com a quadra nº 7, medindo 85,19 metros e com o lote nº 173.X matrícula nº 14.752 de propriedade de Prefeitura Municipal de Palma Sola, medindo 24,67 metros.

D)Rua Luiz Caldato, com 573,72 m2, confrontando:
Ao Norte – Com a quadra nº 6, medindo 46,00 metros.
Ao Sul– Com a quadra nº 6, medindo 51,28 metros.
Ao Leste – Com a quadra nº 6, medindo 23,41 metros.
Ao Oeste – Com a Rua Pedro Nevio Caldato medindo 11,00 metros.

E)Rua Inacio Hilario Braun, com 1.122,98 m2, confrontando:
Ao Norte – Com a Rua João Feix II, medindo 23,25 metros.
Ao Sul – Com o prolongamento da Rua Inacio Hilário Braun, medindo 14,38 metros;
Ao Leste – Com a quadra nº 5, medindo 86,28 metros;com a Rua Tereza Zanotto medindo 4,8metros.
Ao Oeste – Com a quadra nº 6, medindo 90,61metros; com a Rua Tereza Zanotto medindo 1,55 metros.

F)Rua Alcides Zanotto, com 675,61 m2, confrontando:
Ao Norte – Com a Rua João Feix II, medindo 14,38 metros.
Ao Sul– Com o prolongamento da Rua Alcides Zanotto, medindo 14,38 metros.
Ao Leste– Com a quadra nº 4, medindo 41,73 metros, com a Rua Tereza Zanotto, medindo 14,00 metros e com a quadra nº 2, medindo 11,47 metros
Ao Oeste – Com a quadra nº 3, medindo 8,19metros, com a Rua Tereza Zanotto, medindo 14,00 metros e com a quadra nº 5, medindo 49,84 metros.

G)Rua Padre Eugenio Feix, com 530,69 m2, confrontando:
Ao Norte – Com a Rua Tereza Zanotto, medindo 17,66 metros.
Ao Sul – Com o lote nº 173.J, medindo 14,38 metros.
Ao Leste – Com a quadra nº 1, medindo 45,64 metros.
Ao Oeste – Com a quadra nº 2, medindo 31,60 metros.

H)Rua Francisco Zanotto, com 30,25 m2, confrontando:
Ao Norte/Oeste – Com a Rua Francisco Zanotto, medindo 9,50 metros.
Ao Sul – Com a Rua Francisco Zanotto, medindo 9,09 metros.
Ao Leste – Com a quadra nº 1, medindo 9,25 metros.

Art. 4º. Da área total do Imóvel de 33.098,46 m2, possui uma Área de Preservação permanente de 353,25m2 sendo a área total urbanizável de 32.745,21m2, desta 20.630,38 m2 (63,00%),destinam-se a lotes urbanos; 12.468,08 m2 (37,00%) destinam-se ao Domínio Público (Área Verde, Lotes públicos e Ruas).
O loteamento terá uma área verde total de 2.320,35m2 cujas confrontações estão descritas abaixo, que será reflorestada com árvores nativas e onde não poderá haver nenhuma edificação.

Art. 5º. A área das vias de circulação (ruas) e a área verde, passarão ao domínio do município, quando do registro do loteamento. O loteamento terá 8 (oito) vias de circulação

O loteamento é constituído pelas quadras nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 cujos lotes são descritos a seguir:

1)Quadra nº 1 do Loteamento Felicitá, com a área total de 3.187,53 m2, constituída dos lotes urbanos nºs 1 a 3, sendo o lote nº 1 área de preservação permanente, o lote urbano nº 2 destinado à área verde, estando abaixo relacionados:

1.1)Lote urbano nº 1 da quadra nº 1 do Loteamento Felicitá, sendo Área de Preservação Permanente, com a área de 353,25 m2, estando o mesmo localizado no lado par, distante 24,93m da esquina entre a Rua João Feix e Rua Tereza Zanotto, confrontando:
Ao Norte – Com a Rua João Feix, medindo 28,67 metros.
Ao Sul e Oeste – Com o lote nº 2, medindo 55,26 metros.
Ao Leste – Com parte do lote nº 173 matrícula nº 9293 de Vergilio de Mello Pereira, medindo 34,17 metros.

1.2) Lote urbano nº 2 da quadra nº 1 do Loteamento Felicitá, destinado a Área Verde, com a área de 2.320,35 m2, estando o mesmo localizado no lado par, distante 6,77m da esquina entre a Rua João Feix e Rua Tereza Zanotto confrontando:
Ao Norte – Com a Rua João Feix, medindo 18,16 metros , com o lote urbano nº 3, medindo 20,00 metros e com o lote nº 1, medindo 55,26 metros.
Ao Sul – Com o a área de Preservação Permanente do Loteamento Zanotto, medindo 9,05 metros. com a Área Verde do Loteamento Zanotto, matrícula nº 16.376;
Ao Leste – Com o lote nº 1, medindo 55,26 metros e parte do lote nº 173 matrícula nº 9293 de Vergilio de Mello Pereira, medindo 16,08 metros.
Ao Oeste – Com Rua Padre Eugenio Feix, medindo 25,64 metros; com o lote urbano nº 3, medindo 26,55 metros.

1.3) Lote urbano nº 3 da quadra nº 1 do Loteamento Felicitá, com a área de 513,93 m2, localizado no lado par, na esquina entre as Rua Padre Eugenio Feix e Rua Tereza Zanotto , confrontando:
Ao Norte – Com a Rua João Feix, medindo 6,77 metros.
Ao Sul – Com o lote nº 2, medindo 20,00 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 2, medindo 26,55 metros.
Ao Oeste – Com a Rua Padre Eugenio Feix, ,medindo 20,00 metros e com a Rua Tereza Zanotto medindo 16,74 metros.

2)Quadra nº 2 com a área de 1.848,88 m2, constituída dos lotes urbanos nºs 1 a 5, abaixo relacionados:

2.1)Lote urbano nº 1 da quadra nº 2 do Loteamento Felicitá, com a área de 336,00 m2, localizado no lado par, na esquina entre as Ruas Tereza Zanotto e Rua Padre Eugênio Feix, confrontando:
Ao Norte – Com a Rua Tereza Zanotto, medindo 24,00 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 2, medindo 24,00 metros
Ao Leste – Com a Rua Padre Eugenio Feix, medindo 14,00 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 3, medindo 14,00 metros.

2.2)Lote urbano nº 2 da quadra nº 2 do Loteamento Felicitá, com a área de 354,84 m2, localizado no lado impar, distante 14,00m da esquina entre as Ruas Padre Eugênio Feix e Rua Tereza Zanotto, confrontando:
Ao Norte – Com o lote urbano nº 1, medindo 24,00 metros.
Ao Sul – Com o lote nº 70 do Loteamento Zanotto, matrícula nº 16.375 de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto medindo 12,33 metros e com o lote nº 69 do Loteamento Zanotto, matrícula nº 16.374 de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto medindo 12,33 metros.
Ao Leste – Com a Rua Padre Eugenio Feix, medindo 17,60 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 3, medindo 11,97 metros.

2.3)Lote urbano nº 3 da quadra nº 2 do Loteamento Felicitá, com a área de 340,62 m2, localizado no lado par, distante 24,00m da esquina entre as Ruas Tereza Zanotto e Padre Eugênio Feix, confrontando:
Ao Norte – Com a Rua Tereza Zanotto, medindo 14,00 metros.
Ao Sul – Com o lote nº 68 do Loteamento Zanotto, matrícula nº 16.373 de propriedade de Idinilse Bedin Zanotto medindo 12,33 metros, e com o lote nº 67 do Loteamento Zanotto, matrícula nº 16.372 de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto medindo 2,04 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 1, medindo 14,00 metros e com

o lote urbano nº 2, medindo 11,97 metros
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 4, medindo 22,69 metros.

2.4)Lote urbano nº 4 da quadra nº 2 do Loteamento Felicitá, com a área de 406,90 m2, localizado no lado par, distante 27,86m da esquina entre a Rua Tereza Zanotto e Rua Alcides Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua Tereza Zanotto, medindo 20,00 metros.

Ao Sul – Com o lote nº 67 do Loteamento Zanotto, matrícula nº 16.372 de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto medindo 10,29 metros, com o lote nº 66 do Loteamento Zanotto, matrícula nº 16.371 de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto medindo 10,25 metros.

Ao Leste – Com o lote urbano nº 3, medindo 22,69 metros.

Ao Oeste – Com o lote urbano nº 5, medindo 18,00 metros.

2.5)Lote urbano nº 5 da quadra nº 2 do Loteamento Felicitá, com a área de 410,52 m2, localizado no lado par, esquina entre a Rua Tereza Zanotto e Rua Alcides Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua Tereza Zanotto, medindo 27,86 metros.

Ao Sul – Com o lote nº 66 do Loteamento Zanotto, matrícula nº 16.371 de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto medindo 2,08 metros, com o lote nº 63 do Loteamento Zanotto, matrícula nº 16.368 de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto medindo 26,56 metros

Ao Leste – Com o lote urbano nº 4, medindo 18,00 metros.

Ao Oeste – Com a Rua Alcides Zanotto, medindo 11,47 metros.

3)Quadra nº 3, com a área de 142,91 m2, constituída do lote urbano nº 1, abaixo relacionado:

3.1)Lote urbano nº 1 da quadra nº 3 do Loteamento Felicitá, com a área de 142,91m2, localizado no lado par, esquina entre a Rua Tereza Zanotto e Rua Alcides Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua Tereza Zanotto, medindo 34,90 metros.

Ao Sul e Oeste – Com o lote nº 62 do Loteamento Zanotto, matrícula nº 16.367 de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto medindo 35,85 metros.

Ao Leste – Com a Rua Alcides Zanotto, medindo 8,19 metros.

4)Quadra nº4 com a área de 3321,21 m2, constituída dos lotes urbanos nºs 1 a 9, abaixo relacionados:

4.1)Lote urbano nº 1 da quadra nº 4 do Loteamento Felicitá, com a área de 413,63 m2, localizado no lado impar, esquina entre a Rua Tereza Zanotto e Rua João Feix, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua João Feix, medindo 22,41 metros.

Ao Sul– Com a Rua Tereza Zanotto, em duas linhas medindo 9,00metros e 14,67metros.

Ao Leste – Com a Rua Tereza Zanotto, medindo 10,56 metros por linha curva.

Ao Oeste – Com o lote urbano nº 2, medindo 24,00 metros.

4.2)Lote urbano nº 2 da quadra nº 4 do Loteamento Felicitá, com a área de 413,13 m2, localizado no lado impar, distante 34,23m da esquina entre a Rua Tereza Zanotto e Rua João Feix, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua João Feix, medindo 15,44 metros.

Ao Sul – Com a Rua Tereza Zanotto, medindo 14,00 metros.

Ao Leste – Com o lote urbano nº 1, medindo 24,00 metros.

Ao Oeste – Com o lote urbano nº 3, medindo 24,00 metros e com o lote urbano nº 9, medindo 8,75metros;.

4.3)Lote urbano nº 3 da quadra nº 4 do Loteamento Felicitá, com a área de 336,00 m2, localizado no lado impar, distante 48,23m da esquina entre a Rua João Feix e Rua Tereza Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 9, medindo 14,00 metros.

Ao Sul – Com a Rua Tereza Zanotto, medindo 14,00 metros.

Ao Leste – Com o lote urbano nº 2, medindo 24,00 metros.

Ao Oeste – Com o lote urbano nº 4, medindo 24,00 metros.

4.4)Lote urbano nº 4 da quadra nº 4 do Loteamento Felicitá, com a área de 336,00 m2, localizado no lado impar, distante 28,00m da esquina da Rua Tereza Zanotto e Rua Alcides Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 9, medindo 14,00 metros.

Ao Sul – Com a Rua Tereza Zanotto, medindo 14,00 metros.

Ao Leste – Com o lote urbano nº 3, medindo 24,00 metros.

Ao Oeste – Com o lote urbano nº 5, medindo 24,00 metros.

4.5)Lote urbano nº 5 da quadra nº 4 do Loteamento Felicitá, com a área de 336,00 m2, localizado no lado impar, distante 14,00m da esquina da Rua Tereza Zanotto e Rua Alcides Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 8, medindo 14,00 metros.

Ao Sul – Com a Rua Tereza Zanotto, medindo 14,00 metros.

Ao Leste – Com o lote urbano nº 4, medindo 24,00 metros.

Ao Oeste – Com a o lote urbano nº 6, medindo 24,00 metros.

4.6)Lote urbano nº 6 da quadra nº 4 do Loteamento Felicitá, com a área de 336,00 m2, localizado no lado impar, na esquina entre a Rua Tereza Zanotto e Rua Alcides Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 7, medindo 14,00 metros.

Ao Sul – Com a Rua Tereza Zanotto, medindo 14,00 metros.

Ao Leste – Com o lote urbano nº 5, medindo 24,00 metros.

Ao Oeste – Com a Rua Alcides Zanotto, medindo 24,00 metros.

4.7)Lote urbano nº 7 da quadra nº 4 do Loteamento Felicitá, com a área de 374,67 m2, localizado no lado par, esquina entre a Rua João Feix e João Feix II, confrontando:

Ao Norte – Com o a Rua João Feix, medindo 3,57 metros.

Ao Sul – Com o lote urbano nº 6, medindo 14,00 metros.

Ao Leste – Com o lote urbano nº 8, medindo 28,21 metros.

Ao Oeste – Com a Rua Alcides Zanotto, medindo 17,73 metros e com a Rua João Feix II medindo12,97metros.

4.8)Lote urbano nº 8 da quadra nº 4 do Loteamento Felicitá, com a área de 349,27 m2, situado no lado par, distante 3,57m da esquina entre a Rua João Feix e João Feix II, confrontando:

Ao Norte – Com o a Rua João Feix, medindo 15,43 metros.

Ao Sul – Com o lote urbano nº 5, medindo 14,00 metros.

Ao Leste – Com o lote urbano nº 9, medindo 21,72 metros.

Ao Oeste – Com o lote urbano nº 7, medindo 28,21 metros.

4.9)Lote urbano nº 9 da quadra nº 4 do Loteamento Felicitá, com a área de 426,51 m2, localizado no lado par, distante 19,00m da esquina entre a Rua João Feix e João Feix II, confrontando:

Ao Norte – Com o a Rua João Feix, medindo 30,85 metros.

Ao Sul – Com o lote urbano nº 4, medindo 14,00 metros e com o lote urbano nº 3, medindo 14,00 metros.

Ao Leste – Com o lote urbano nº 2, medindo 8,75 metros.

Ao Oeste – Com o lote urbano nº 8, medindo 21,72 metros.

5)Quadra nº 5 do Loteamento Felicitá, com a área total de 4941,39m2, constituída dos lotes urbanos nºs 1 a 14, abaixo relacionados:

5.1)Lote urbano nº 1 da quadra nº 5 do Loteamento Felicitá, com a área de 344,62 m2, localizado no lado par, na esquina entre a Rua João Feix II e Rua Alcides Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua João Feix II, medindo 8,00 metros.

Ao Sul – Com o lote urbano nº 2 medindo 6,35metros e com o lote urbano nº 3, medindo 13,22 metros.

Ao Leste – Com a Rua Alcides Zanotto, medindo 27,55 metros.

Ao Oeste – Com o lote urbano nº 14, medindo 25,00 metros.

5.2)Lote urbano nº 2 da quadra nº 5 do Loteamento Felicitá, com a área de 300,84 m2, localizado no lado impar, na esquina entre a Rua Tereza Zanotto e Rua Alcides Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 1, medindo 13,22 metros.

Ao Sul – Com a Rua Tereza Zanotto, medindo 12,00 metros.
Ao Leste – Com a Rua Alcides Zanotto, medindo 22,29 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 3, medindo 27,85 metros.

5.3) Lote urbano nº 3 da quadra nº 5 do Loteamento Felicitá, com a área de 367,50 m², localizado no lado ímpar, distante 12,00m da esquina entre a Rua Tereza Zanotto e Rua Alcides Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 1 medindo 6,35 metros e com o lote urbano nº 14, medindo 6,87 metros.
Ao Sul – Com a Rua Tereza Zanotto, medindo 12,00 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 2, medindo 27,85 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 4, medindo 33,40 metros.

5.4) Lote urbano nº 4 da quadra nº 5 do Loteamento Felicitá, com a área de 434,16 m², localizado no lado ímpar, distante 24,00m entre a Rua Tereza Zanotto e Rua Alcides Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 13 medindo 6,6 metros e com o lote urbano nº 14, medindo 6,63 metros.
Ao Sul – Com a Rua Tereza Zanotto, medindo 12,00 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 3, medindo 33,40 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 5, medindo 38,96 metros.

5.5) Lote urbano nº 5 da quadra nº 5 do Loteamento Felicitá, com a área de 500,82 m², localizado no lado ímpar, distante 26,00m da esquina entre a Rua Tereza Zanotto e Rua Inácio Hilário Braun, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 12 medindo 6,32 metros e com o lote urbano nº 13, medindo 6,90 metros.
Ao Sul – Com a Rua Tereza Zanotto, medindo 12,00 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 4, medindo 38,96 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 6, medindo 12,63 metros; com o lote urbano nº 7, medindo 12,63 metros; com o lote urbano nº 8, medindo 12,63 metros e com o lote urbano nº 9, medindo 6,62 metros.

5.6) Lote urbano nº 6 da quadra nº 5 do Loteamento Felicitá, com a área de 328,38 m², localizado no lado ímpar, na esquina entre a Rua Tereza Zanotto e Rua Inácio Hilário Braun, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 7, medindo 26,00 metros.
Ao Sul – Com a Rua Tereza Zanotto, medindo 26,00 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 5, medindo 12,63 metros.
Ao Oeste – Com a Rua Inácio Hilário Braun, medindo 12,63 metros.

5.7) Lote urbano nº 7 da quadra nº 5 do Loteamento Felicitá, com a área de 328,38 m², localizado no lado par, distante 12,63m da esquina da Rua Inácio Hilário Braun e Rua Tereza Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 8, medindo 26,00 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 6, medindo 26,00 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 5, medindo 12,63 metros.
Ao Oeste – Com a Rua Inácio Hilário Braun, medindo 12,63 metros.

5.8) Lote urbano nº 8 da quadra nº 5 do Loteamento Felicitá, com a área de 328,38 m², localizado no lado par, distante 25,26m da esquina da Rua Inácio Hilário Braun e Rua Tereza Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 9, medindo 26,00 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 7, medindo 26,00 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 5, medindo 12,63 metros.
Ao Oeste – Com a Rua Inácio Hilário Braun, medindo 12,63 metros.

5.9) Lote urbano nº 9 da quadra nº 5 do Loteamento Felicitá, com a área de 328,45 m², localizado no lado par, distante 37,89m da esquina da Rua Inácio Hilário Braun e Rua Tereza Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 10 medindo 7,97 metros, com o lote urbano nº 11 medindo 13,5 metros e com o lote urbano nº 12 medindo 7,18 metros.

Ao Sul – Com o lote urbano nº 8, medindo 26,00 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 5, medindo 6,62 metros.
Ao Oeste – Com a Rua Inácio Hilário Braun, medindo 18,65 metros.

5.10) Lote urbano nº 10 da quadra nº 5 do Loteamento Felicitá, com a área de 329,86 m², localizado no lado par, na esquina entre a Rua João Feix II e Rua Inácio Hilário Braun, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua João Feix II, medindo 11,72 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 9, medindo 7,97 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 11, medindo 25,00 metros.
Ao Oeste – Com a Rua Inácio Hilário Braun, medindo 19,72 metros e 10,02 metros em linha curva.

5.11) Lote urbano nº 11 da quadra nº 5 do Loteamento Felicitá, com a área de 337,50 m², situado no lado par, distante 11,72 metros da esquina da Rua João Feix II e Rua Inácio Hilário Braun confrontando:

Ao Norte – Com a Rua João Feix II, medindo 13,50 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 9, medindo 13,50 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 12, medindo 25,00 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 10, medindo 25,00 metros.

5.12) Lote urbano nº 12 da quadra nº 5 do Loteamento Felicitá, com a área de 337,50 m², situado no lado par, distante 25,22 metros da esquina da Rua João Feix II e Rua Inácio Hilário Braun, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua João Feix II, medindo 13,50 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 9 medindo 7,18 metros e com o lote urbano nº 5, medindo 6,32 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 13, medindo 25,00 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 11, medindo 25,00 metros.

5.13) Lote urbano nº 13 da quadra nº 5 do Loteamento Felicitá, com a área de 337,50 m², situado no lado par, distante 38,72 metros da esquina da Rua João Feix II e Rua Inácio Hilário Braun, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua João Feix II, medindo 13,50 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 5 medindo 6,90 metros e com o lote urbano nº 4, medindo 6,60 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 14, medindo 25,00 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 12, medindo 25,00 metros.

5.14) Lote urbano nº 14 da quadra nº 5 do Loteamento Felicitá, com a área de 337,50 m², situado no lado par, distante 8,00 metros da esquina da Rua João Feix II e Rua Alcides Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua João Feix II, medindo 13,50 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 4 medindo 6,63 metros e com o lote urbano nº 3, medindo 6,87 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 1, medindo 25,00 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 13, medindo 25,00 metros.

6) Quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área total de 7.853,22 m², constituída dos lotes urbanos nºs 1 a 22, estando abaixo relacionados:

6.1) Lote Urbano nº 1 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 381,76 m², localizado no lado par, na esquina entre a Rua João Feix II e Rua Inácio Hilário Braun, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua João Feix II, medindo 15,45 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 2, medindo 23,00 metros e com o lote urbano nº 13 medindo 1,22 metros.
Ao Leste – Com a Rua Inácio Hilário Braun, medindo 15,83 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 22, medindo 24,00 metros.

6.2) Lote Urbano nº 2 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 333,50 m², localizado no lado ímpar, distante 15,83m da esquina entre a Rua Inácio Hilário Braun e a Rua João Feix II, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 1, medindo 23,00 metros;
Ao Sul – Com o lote urbano nº 3, medindo 23,00 metros
Ao Leste – Com a Rua Inácio Hilário Braun, medindo 14,50 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 13, medindo 14,50 metros.

6.3)Lote Urbano nº 3 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 333,50 m2, localizado no lado ímpar, distante 30,33m da esquina entre a Rua Inácio Hilário Braun e a Rua João Feix II, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 2, medindo 23,00 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 4, medindo 23,00 metros
Ao Leste – Com a Rua Inácio Hilário Braun, medindo 14,50 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbanos nº 12 medindo 7,20 metros e com o lote urbano nº 13,
Medindo 7,30 metros.

6.4)Lote Urbano nº 4 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 333,50 m2, localizado no lado ímpar, distante 44,83m da esquina entre a Rua Inácio Hilário Braun e a Rua João Feix II, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 3, medindo 23,00 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 5, medindo 23,00 metros
Ao Leste – Com a Rua Inácio Hilário Braun, medindo 14,50 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 12, medindo 14,50 metros.

6.5)Lote Urbano nº 5 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 333,50 m2, localizado no lado ímpar, distante 16,78m da esquina entre a Rua Inácio Hilário Braun e a Tereza Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 4, medindo 23,00 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 6, medindo 23,00 metros
Ao Leste – Com a Rua Inácio Hilário Braun, medindo 14,50 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 12, medindo 14,50 metros.

6.6)Lote Urbano nº 6 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 502,87 m2, localizado no lado ímpar, na esquina entre a Rua Inácio Hilário Braun e a Rua Tereza Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 5, medindo 23,00 metros e com o lote urbano nº 12, medindo 13,00 metros.
Ao Sul – Com a Rua Altério Rotava, medindo 14,38 metros e com Fração do Loteamento Zanotto, medindo 15,80 metros
Ao Leste – Com a Rua Inácio Hilário Braun, medindo 16,78 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 7, medindo 9,89 metros.

6.7)Lote Público nº 7 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 510,00m2, localizado no lado par, distante 29,00m da esquina entre a Rua Pedro Névio Caldato e Rua Luiz Caldato, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 8, medindo 22,00 metros; com o lote urbano nº 10, medindo 12,00 metros e com o lote urbano nº 11, medindo 14,00 metros
Ao Sul – Com o lote nº 37 do Loteamento Zanotto, matrícula nº 16.342, Área Institucional, medindo 49,30 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 6 medindo 9,89m e com o Lote Urbano nº 12, medindo 6,36 metros.
Ao Oeste – Com a Rua Pedro Névio Caldato, medindo 5,00 metros.
OBS: Este lote passará ao domínio do município no ato do registro do loteamento.

6.8)Lote Urbano nº 8 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 319,00 m2, localizado no lado par, distante 14,50m da esquina entre a Rua Pedro Névio Caldato e Rua Luiz Caldato, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 9, medindo 22,00 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 7, medindo 22,00 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 10, medindo 14,50 metros.
Ao Oeste – Com a Rua Pedro Névio Caldato, medindo 14,50 metros.

6.9)Lote Urbano nº 9 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a

área de 319,00 m2, localizado no lado par, na esquina entre a Rua Pedro Névio Caldato e Rua Luiz Caldato, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua Luiz Caldato, medindo 22,00 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 8, medindo 22,00 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 10, medindo 14,50 metros.
Ao Oeste – Com a Rua Pedro Névio Caldato, medindo 14,50 metros.

6.10)Lote Urbano nº 10 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 348,00m2, localizado no lado par, distante 22,00m da esquina entre a Rua Luiz Caldato e Rua Pedro Névio Caldato, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua Luiz Caldato, medindo 12,00 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 7, medindo 12,00 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 11, medindo 29,00 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 8, medindo 14,50 metros e com o lote urbano nº 9,
medindo 14,50 metros.

6.11)Lote Urbano nº 11 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 340,28 m2, localizado no lado par, distante 34,00m da esquina entre a Rua Luiz Caldato e Rua Pedro Névio Caldato, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua Luiz Caldato, medindo 2,00 metros por linha reta e 15,28 metros por linha curva.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 7, medindo 14,00 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 12, medindo 22,84 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 10, medindo 29,00 metros.

6.12)Lote Urbano nº 12 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 432,99 m2, localizado no lado par, distante 51,28m da esquina entre a Rua Luiz Caldato e Rua Pedro Névio Caldato, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 13, medindo 7,46 metros
Ao Sul – Com o lote urbano nº 6, medindo 13,00 metros.
Ao Leste – Com o lote urbanos nº 3 medindo 7,20 metros, com o lote urbano nº 4 medindo 14,50 metros e com o lote urbano nº 5 medindo 14,50 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbanos nº 7 medindo 6,36 metros e com o lote urbano nº 11 medindo 22,84 metros e com a Rua Luiz Caldato, medindo 9,35 metros por linha curva.

6.13)Lote Urbano nº 13 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 317,88 m2, localizado no lado ímpar, distante 46,00m da esquina entre a Rua Luiz Caldato e Rua Pedro Névio Caldato, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 21 medindo 1,31 metros, com o lote urbano nº 22 medindo 14,00 metros e com o lote urbano nº 1 medindo 1,22 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 12, medindo 7,46 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 2 medindo 14,50 metros, com o lote urbano nº 3 medindo 7,30 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 14, medindo 18,58 metros por linha reta e com a Rua Luiz Caldato, medindo 14,06 metros por linha curva.

6.14)Lote Urbano nº 14 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 300,42 m2, localizado no lado ímpar, distante 32,20m da esquina entre a Rua Luiz Caldato e Rua Pedro Névio Caldato, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 20 medindo 2,52 metros e com o lote urbano nº 21 medindo, medindo 12,69 metros
Ao Sul – Com a Rua Luiz Caldato, medindo 13,80 metros;
Ao Leste – Com o lote urbano nº 13, medindo 18,58 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 15, medindo 24,96 metros.

6.15)Lote Urbano nº 15 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 338,98 m2 localizado no lado ímpar, distante 20,00m da esquina entre a Rua Luiz Caldato e Rua Pedro Névio Caldato,

confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 19 medindo 1,96 metros e com o lote urbano nº 20 medindo 11,48 metros
Ao Sul – Com a Rua Luiz Caldato, medindo 12,20 metros
Ao Leste – Com o lote urbano nº 14, medindo 24,96 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 16, medindo 17,00 metros e com o lote urbano nº 17, medindo 13,61 metros.

6.16)Lote Urbano nº 16 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 340,00 m2, localizado no lado par, na esquina entre a Rua Pedro Névio Caldato e Rua Luiz Caldato, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 17, medindo 20,00 metros
Ao Sul – Com a Rua Luiz Caldato, medindo 20,00 metros
Ao Leste – Com o lote urbano nº 15, medindo 17,00 metros.
Ao Oeste – Com a Rua Pedro Névio Caldato, medindo 17,00 metros.

6.17)Lote Urbano nº 17 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 364,80 m2, localizado no lado par, distante 17,00m da esquina entre a Rua Pedro Névio Caldato e Rua Luiz Caldato, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 18 medindo 10,00metros e com o lote urbano nº 19, medindo 12,04 metros
Ao Sul – Com o lote urbano nº 16, medindo 20,00 metros
Ao Leste – Com o lote urbano nº 15, medindo 13,61 metros.
Ao Oeste – Com a Rua Pedro Névio Caldato, medindo 22,87 metros.

6.18)Lote Urbano nº 18 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 359,24 m2, localizado no lado par, na esquina entre a Joã Feix II e Rua Pedro Névio Caldato, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua João Feix II, medindo 13,29 metros;
Ao Sul – Com o lote urbano nº 17, medindo 10,00 metros
Ao Leste – Com o lote urbano nº 19, medindo 24,00 metros.
Ao Oeste – Com a Rua Pedro Névio Caldato, medindo 18,62 metros por linha reta e 10,02metros por linha curva.

6.19)Lote Urbano nº 19 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 336,00 m2, localizado no lado par, distante 13,29m da esquina entre a Rua João Feix II e Rua Pedro Névio Caldato, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua João Feix II, medindo 14,00 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 15 medindo 1,96metros e com o lote urbano nº 17, medindo 12,04 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 20, medindo 24,00 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 18, medindo 24,00 metros.

6.20)Lote Urbano nº 20 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 336,00 m2, localizado no lado par, distante 27,29m da esquina entre a Rua João Feix II e Rua Pedro Névio Caldato, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua João Feix II, medindo 14,00 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 15 medindo 11,48metros e com o lote urbano nº 14, medindo 2,52 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 21, medindo 24,00 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 19, medindo 24,00 metros.

6.21)Lote Urbano nº 21 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 336,00 m2, localizado no lado par, distante 41,29m da esquina entre a Rua João Feix II e Rua Pedro Névio Caldato, confrontando:

Ao Norte – Com a Rua João Feix II, medindo 14,00 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 14 medindo 12,69metros e com o lote urbano nº 13, medindo 1.31 metros.
Ao Leste – Com o lote urbano nº 22, medindo 24,00 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 20, medindo 24,00 metros.

6.22)Lote Urbano nº 22 da quadra nº 6 do Loteamento Felicitá, com a área de 336,00 m2, localizado no lado par, distante 55,29m da esquina entre a Rua João Feix II e Rua Pedro Névio Caldato,

confrontando:

Ao Norte – Com a Rua João Feix II, medindo 14,00metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 13, medindo 14,00;
Ao Leste – Com o lote urbano nº 1, medindo 24,00 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 21, medindo 24,00 metros.

7)Quadra nº 7 do Loteamento Felicitá, com a área total de 2.518,84 m2, constituída dos lotes urbanos nºs 1 a 6, estando abaixo relacionados:

7.1)Lote urbano nº 1 da quadra nº 7 do Loteamento Felicitá, com a área de 363,90 m2, localizado no lado impar, distante 24,67 metros da esquina da Rua Pedro Névio Caldato e Rua João Feix II, confrontando:

Ao Norte – Com o lote nº 173.X, medindo 25,32 metros e com o lote nº 173.S, medindo 15,25 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 2, medindo 12,13 metros
Ao Leste – Com a Rua Pedro Nevio Caldato, medindo 27,94 metros.
Ao Oeste – Com o lote nº 173.S de propriedade de Milton Frizzo Marodin matricula nº 14.116, medindo 15,25 metros.

7.2)Lote urbano nº 2 da quadra nº 7 do Loteamento Felicitá, com a área de 367,68 m2, localizado no lado impar, distante 52,61 metros da esquina da Rua Pedro Névio Caldato e Rua João Feix II, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 1, medindo 12,13 metros e com o lote nº 173.S de propriedade de Milton Frizzo Marodin, matricula nº 14.116, medindo 22,35 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 3, medindo 30,00 metros.
Ao Leste – Com a Rua Pedro Nevio Caldato, medindo 16,25 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 6, medindo 2,84 metros.

7.3)Lote urbano nº 3 da quadra nº 7 do Loteamento Felicitá, com a área de 390,00 m2, localizado no lado impar, distante 68,86 metros da esquina da Rua Pedro Névio Caldato e Rua João Feix II, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 2, medindo 30,00 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 4, medindo 30,00 metros.
Ao Leste – Com a Rua Pedro Nevio Caldato, medindo 13,00 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 6, medindo 13,00 metros.

7.4)Lote urbano nº 4 da quadra nº 7 do Loteamento Felicitá, com a área de 390,00 m2, localizado no lado impar, distante 81,86 metros da esquina da Rua Pedro Névio Caldato e Rua João Feix II, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 3, medindo 30,00 metros.
Ao Sul – Com o lote urbano nº 5, medindo 30,00 metros.
Ao Leste – Com a Rua Pedro Névio Caldato, medindo 13,00 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 6, medindo 13,00 metros.

7.5)Lote urbano nº 5 da quadra nº 7 do Loteamento Felicitá, com a área de 345,00 m2, localizado no lado impar, distante 94,86 metros da esquina da Rua Pedro Névio Caldato e Rua João Feix II, confrontando:

Ao Norte – Com o lote urbano nº 4, medindo 30,00 metros.
Ao Sul – Com o lote nº 36 do Loteamento Zanotto de propriedade de Valdir Zamim, matricula nº 16.341, medindo 17,46 metros e com o lote nº 35 do Loteamento Zanotto de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto, matricula nº 16.340, medindo 13,11 metros e .
Ao Leste – Com a Rua Pedro Névio Caldato, medindo 15,00 metros.
Ao Oeste – Com o lote urbano nº 6, medindo 8,00 metros.

7.6)Lote urbano nº 6 da quadra nº 7 do Loteamento Felicitá, com a área de 662,26 m2, localizado no lado par, distante 37,54 metros da esquina entre a Rua Francisco Zanotto e Tereza Zanotto, confrontando:

Ao Norte – Com o lote nº 173.S de propriedade de Milton Frizzo Marodin, matricula nº 14.116 ,por duas linhas, medindo 18,77 metros e 23,30 metros .

Ao Sul – Com o lote nº 34 do Loteamento Zanotto de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto, matrícula nº 16.339, medindo 32,09 metros e com o lote nº 35 do Loteamento Zanotto de propriedade de Rosemir Miguel Zanotto, matrícula nº 16.340, medindo 3,32 metros.

Ao Leste – Com o lote urbano nº 2, medindo 2,84 metros; com o lote urbano nº 3, medindo 13,00 metros; com o lote urbano nº 4, medindo 13,00 metros e com o lote urbano nº 5, medindo 8,00 metros.

Ao Oeste – Com a Rua Francisco Zanotto, medindo 9,25 metros.

Art. 6º. Fica o proprietário do Loteamento, o Sr. José Ibes Câmara, responsável, se porventura, houver falta de área no sistema viário ou divisão de Lotes, conforme Projeto de Engenharia apresentado em anexo a esta Lei, isentando o Município de qualquer indenização, perante terceiros ou compradores.

Art. 7º. Com referência à abertura de vias de circulação, demarcação de lotes, quadras e logradouros, obras de escoamento das águas pluviais, calçamento, instalação de rede elétrica, iluminação pública e a instalação da rede de água potável, ficam sob a responsabilidade do proprietário, que obedecerá as normas estabelecidas pela Prefeitura, Celesc e Casan e ainda, as prescrições da Fatma e do Ibama.

Art. 8º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1883, de 26 de novembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, em 26 de outubro de 2016

Domingos Lirio Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 27/10/2016 - DOM

Valdemar Gritti
Secretario de Administração

Palmitos

PREFEITURA

DECRETO 098/2016

| | |
|---|---|
| DECRETO Nº 098/2016. De 17 de outubro de 2016. | DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei. |
|---|---|

CONSIDERANDO que no dia 28 de outubro é comemorado o Dia do Funcionário Público, peça fundamental no serviço público e o expediente será mantido na Sede Administrativa e demais Secretarias.

CONSIDERANDO, que a Lei Municipal nº 3.231/2008, datada de 15 de agosto de 2008, instituiu o dia 31 de outubro, como feriado municipal em comemoração a Dia da Reforma Religiosa.

CONSIDERANDO, que o dia 2 de novembro é Feriado Nacional do Dia dos Finados, em memória aos que já partiram.

DECRETA

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais no dia 01 (terça-feira) de novembro de 2016.

Art. 2º O expediente será normal a partir do dia 03 de novembro de 2016 (quinta-feira), na Sede Administrativa e demais Secretarias.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos/SC, 17 de outubro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

DECRETO 100/2016

| | |
|--|---|
| DECRETO Nº. 100/2016. De 17 de outubro de 2016. | AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE PALMITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela autorização contida na Lei Municipal nº. 3.927/2016, de 31 de agosto de 2016. |
|--|---|

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 159.500,00 (cento e cinquenta e nove mil e quinhentos reais), destinados a reforçar as dotações orçamentárias constante no Orçamento Vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 2010 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0015.0(36)
R\$ 11.400,00
TOTAL R\$ 11.400,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 2012 – Manutenção das Atividades do Ensino Pré-Escolar
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0(52)
R\$ 30.000,00
TOTAL R\$ 30.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 2013 – Manutenção das Atividades das Creches Municipais
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0(57)
R\$ 118.100,00
TOTAL R\$ 118.100,00

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de até 159.500,00 (cento e cinquenta e nove mil e quinhentos reais), de que trata o art. 1º desta Lei, ficam reduzidas as dotações orçamentárias conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.01 – Departamento de Educação
Projeto: 0001 – Amortização e Encargos Programa – Caminho da Escola
Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(22)
R\$ 8.100,00
Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0015.0(23)
R\$ 11.400,00
TOTAL R\$ 19.500,00

DECRETO Nº. 100/2016.
De 17 de outubro de 2016.

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.02 – Departamento de Cultura e Esporte
Projeto: 1006 – Construção e Ampliação de Centros Esportivos
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(74)
R\$ 50.000,00
Modalidade de Aplicação: 4.5.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(75)
R\$ 20.000,00
TOTAL R\$ 70.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.02 – Departamento de Cultura e Esporte
Projeto: 2017 – Manutenção das Atividades Culturais
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(79)
R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
Unidade: 04.02 – Departamento de Cultura e Esporte
Projeto: 2018 – Manutenção das Atividades do Esporte
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(81)
R\$ 10.000,00
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(83)
R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade: 03.01 – Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento

Projeto: 2.009 – Divulgação de Atos Oficiais do Poder Executivo Municipal

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.0.0000.0(20)
R\$ 7.000,00

TOTAL R\$ 7.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.02 – Departamento de Transportes e Serviços Viários

Projeto: 2.028 – Manutenção de Convênio de Trânsito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0(125)
R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 09 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Unidade: 09.01 – Encargos Gerais do Município

Projeto: 0.002 – Amortização de Dívida Pública

Modalidade de Aplicação: 3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000 (149) R\$ 4.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000 (150) R\$ 19.000,00

TOTAL GERAL R\$ 23.000,00

ÓRGÃO: 09 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Unidade: 09.01 – Encargos Gerais do Município

Projeto: 0.003 – Sentenças Judiciais e Precatórios

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (151) R\$ 10.000,00

TOTAL GERAL R\$ 10.000,00

DECRETO Nº. 100/2016.

De 17 de outubro de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmito/SC, em 17 de outubro de 2016.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 074/2016

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 081/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 31/08/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa METROMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.157.032/0001-22, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando o fornecimento de fraldas geriátricas descartáveis, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 – O fornecimento dos itens adjudicados somente poderá ser realizado pela contratada que assinou a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 7.185,00 (sete mil, cento e oitenta e cinco reais), relativos aos itens 01, 02, 03 e 04, objeto do pregão presencial 081/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- 2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
 - 3.1.1 – Edital de Pregão Presencial nº 081/2016 e seus anexos;
 - 3.1.2 – Proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E

RECEBIMENTO

- 4.1 – Os objetos deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias após a solicitação do Fundo Municipal de Saúde, na Policlínica Municipal, sito a Rua Leoberto Leal, 715, centro, neste município.;
- 4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.
- 5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- 5.3 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 081/2016 e seus anexos;
- 5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Contratada deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
- 6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

- 7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:
 - 7.1.1 – Houver desistência da entrega do objeto após a adjudicação da licitação;
 - 7.1.2 – Não for entregue o objeto no prazo estabelecido neste Instrumento;
 - 7.1.3 – Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.
- 7.2 – A inadimplência sujeitará a Contratada a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:
 - 7.2.1 – Advertência;
 - 7.2.2 – Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
 - 7.2.3 – Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
 - 7.2.4 – Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:
 - 8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;
 - 8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

- 8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrente(s) desta Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 – A Contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.
- 9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de

Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 31 de agosto de 2016.

_____ – Márcio Wisniewski – Pregoeiro
_____ – ErliEdivinaWunscheBacellar –
Equipe de Apoio
_____ – ElitonLuis de Souza Prestes –
Equipe de Apoio
_____ – Otávio Hunka – Equipe de Apoio
_____ – Fabiano Augusto Ferrari – Pro-
curador
Marli dos Santos da Cunha Ramos
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 027/16 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016

Portaria Nº 027/16 de 03 de outubro de 2016

“CONCEDE À SERVIDORA SANDRA MARIA DE MORAES, MATRICULA SOB O Nº. 121, 05 DIAS DE LICENÇA PRÊMIO CORRESPONDENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22 DE JUNHO DE 2006 À 21 DE JUNHO DE 2011, BEM COMO CONVERSÃO EM PECÚNIA DE 1/3 DA LICENÇA PRÊMIO CORRESPONDENTE AO PERÍODO AQUISITIVO DE 22 DE JUNHO DE 2011 À 21 DE JUNHO DE 2016.”

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas na Subseção IV do Estatuto dos Servidores Públicos de Papanduva, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à servidora com matrícula sob nº. 121, a senhora Sandra Maria de Moraes, portadora do CPF nº. 605.752.639-20:

- a) 05 dias de licença prêmio correspondente ao período de 22 de junho de 2006 à 21 de junho de 2011, os quais serão gozados no período de 24 à 28 de outubro de 2016, restando um saldo de 30 dias da respectiva licença para ser gozada posteriormente.
- b) A conversão em pecúnia de 1/3 da licença prêmio correspondente ao período de 22 de junho de 2011 à 21 de junho de 2016, ficando um saldo de 60 dias da respectiva licença para ser gozada posteriormente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de outubro de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva, em 03 de outubro de 2016.
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA
Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

VALDECIR VANESKI
Vice-Presidente

ALOIS MIKALOVICZ
1º Secretário

DJANA PAULA MATIOSKI
2ª Secretária

RESOLUÇÃO N.002 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

RESOLUÇÃO N.002 DE 20 DE OUTUBRO DE 2016

REGULAMENTA A UTILIZAÇÃO DO PLENÁRIO E PLENÁRINHO DA CÂMARA DE VEREADORES POR TERCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva (SC), no uso das atribuições conferidas pelo artigo 27, inciso I; e artigo 45, inciso V e X, do seu Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e Girselliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal, promulga a seguinte

RESOLUÇÃO

Art. 1º. A presente Resolução estabelece condições gerais de utilização e cessão do Plenário Vereador Nadir Antônio Rodrigues e do Plenarinho Vereador Alcides Simões da Silva “Nenão” assim definidas:

I. A Sala do Plenário “Vereador Nadir Antônio Rodrigues” é o espaço físico na Câmara Municipal de Papanduva formado por dois ambientes sendo eles:

§1º – Espaço Deliberativo, composto de 09 (nove) lugares destinados à ocupação pelos vereadores e da Mesa Diretora e equipe técnica de apoio;

§2º – Galeria de participação do público às atividades parlamentares, com capacidade máxima para 117 (cento e dezessete) pessoas.

II. A Sala do Plenarinho “Vereador Alcides Simões da Silva Nenão” é o espaço físico na Câmara Municipal de Papanduva formado por dois ambientes sendo eles:

§1º. Espaço Deliberativo, composto de 05 (cinco) lugares destinados à ocupação pelos membros da Mesa Diretora e equipe técnica de apoio;

§2º. Galeria de participação do público às atividades parlamentares, com capacidade máxima para 40 (quarenta) pessoas.

Art. 2º. O Plenário e o Plenarinho são locais destinados prioritariamente às atividades legislativas oficiais, podendo, eventualmente, ser utilizado para outros fins, conforme disciplina esta Lei.

Art. 3º. O Plenário e o Plenarinho poderão ser cedidos, a requerimento de entidades, sem fins lucrativos, por ato da Presidência da Câmara ou da Mesa Diretora, para realização das seguintes atividades:

I - convenções partidárias;

II - congressos;

III - seminários;

IV - jornadas;

V - simpósios;

VI - cursos;

VII - palestras;

VIII - conferências;

IX - solenidades;

X - reuniões (exceto político-partidárias em ano eleitoral);

XI - apresentações artístico-culturais;

Parágrafo único: O uso dos espaços da Câmara de Vereadores deve ser compatível com a utilização do bem público e com o interesse público.

Art. 4º. Fica proibido a cessão da Sala do Plenário e do Plenarinho para qualquer atividade que não atenda o interesse público e/ou que revele interesse comercial e/ou econômico, direta ou indiretamente.

Art. 5º O Plenário e o Plenarinho não serão cedidos para realização de:

I - solenidades de formaturas escolares;

II - colação de grau;

III - atividades religiosas;

IV - atividades com fins lucrativos;

V - promoção pessoal;

VI - reuniões político-partidárias em ano eleitoral (art. 73, inciso I, da Lei 9.504/97).

Art.6º. A utilização do espaço pela Câmara Municipal tem preferência em relação à utilização por terceiros.

Art.7º. O horário para uso Sala do Plenário ou Plenarinho será preferencialmente em dias úteis dentro do horário de atendimento da Câmara, das 8 às 12hs e das 13h às 17 horas.

Parágrafo único: Em casos excepcionais em que a entidade solicite horários diferenciados dos acima citados o pedido será encaminhado a Presidência para deliberação.

Art. 8º. O Plenário Nadir Antonio Rodrigues não será disponibilizado nos dias regimentalmente destinados as sessões.

Art. 9º. Para o agendamento do uso das dependências da Câmara, a entidade interessada deverá protocolar na Secretaria o pedido de Solicitação de Uso do Plenário ou Plenarinho (Anexo I ou II),

endereçado ao Presidente da Câmara juntamente com o Termo de Compromisso (Anexo III ou IV) com no mínimo, 7 (sete) dias de antecedência da data do evento.

§ 1º Ambos os documentos estão disponíveis no site oficial da Câmara www.cmpapanduva.sc.gov.br no menu Comunidade – Cessão de uso do Plenarinho/Plenarinho.

Art. 10º. A cessão do Plenário e do plenarinho está sujeita à agenda disponibilizada pela Câmara Municipal.

Art. 11º. O pedido de Solicitação de Uso do Plenário e Plenarinho deverá ser preenchido com as seguintes informações:

I - identificação da entidade promotora do evento;

II - identificação do responsável pela ação;

III - indicação do fim a que se destina a utilização;

IV- indicação das datas e horários de utilização do espaço;

V - indicação das datas e horários necessários à utilização do espaço para ensaios, montagem ou desmontagem de equipamentos;

VI - indicação de eventuais elementos decorativos, mobiliário, equipamentos, meios e esquemas técnicos que se pretenda fazer uso.

Art. 12º. O Termo de Compromisso é parte integrante do pedido e deve ser preenchido e assinado pelo responsável legal de fazer bom e regular uso das instalações do Plenário ou do Plenarinho e de não desrespeitar o contido nesta Resolução, o qual declara conhecer e aceitar sem restrições;

Art. 13. Após o protocolo, o pedido será encaminhado ao Presidente da Câmara, ao qual caberá o deferimento ou indeferimento, dentro do prazo de 3 (três) dias.

§1º Nos casos excepcionais será encaminhado a assessoria jurídica para emissão de parecer.

Art. 14. O cessionário compromete-se a respeitar a capacidade de lotação do Plenário e do Plenarinho.

Art. 15. A cessão do Plenário e do Plenarinho da Câmara de Vereadores obriga ao atendimento das regras exigidas à boa conservação dos equipamentos e espaços.

Art. 16. São requisitos a serem preenchidos para utilização dos equipamentos da Câmara:

a) Microfones sem fio: é necessário que o solicitante forneça 2 pilhas AA para cada microfone que for utilizado e após o uso as descarte.

b) Aparelhos áudio visuais (TV): é necessário que o solicitante forneça um notebook com entrada HDMI para que possa realizar a apresentação se houver.

Art. 17. São de responsabilidade do cessionário fornecer todo o material de expediente que forem usados para a realização do evento por ele promovido.

Art. 18. O consumo de café, água e outros alimentos, ficará a cargo do responsável pela entidade solicitante do uso da Sala do Plenário, o que deverá acontecer no hall que antecede a Sala do Plenário "Vereador Nadir Antonio Rodrigues".

Art. 19. São de responsabilidade do cessionário o ressarcimento

por eventuais danos materiais que venham a ocorrer em decorrência do uso do espaço.

Parágrafo único. A Câmara indicará um funcionário do Patrimônio e um de Serviços Gerais para, junto com o interessado, vistoriar as instalações do Plenário ou Plenarinho, antes e depois da sua utilização, lavrando-se os devidos termos, com as observações necessárias.

Art. 20. Em relação à limpeza dos ambientes depois da utilização pelo solicitante:

§ 1º. É de responsabilidade de o cessionário recolher o lixo que tiver sido acumulado durante o evento promovido e promover a limpeza geral dos ambientes que foram utilizados;

§2º. A limpeza dos espaços que foram utilizados, após o evento poderá ser realizado por profissional de seu quadro funcional com vínculo empregatício formal.

§3. Os espaços deverão ser entregues da forma que foram recebidos pelo solicitante.

Art. 21. Na cessão de uso da Sala do Plenário e do Plenarinho fica terminantemente proibido:

I – consumo de bebidas alcoólicas, cigarros, charutos e cachimbo;

II – deslocamento de mesas e cadeiras de seus lugares;

IV – propaganda e comercialização de quaisquer produtos;

V – utilização de confetes, serpentinas, papéis picados e qualquer outro artifício;

VI – colocação de cadeiras extras na Sala do Plenário, exceto quando autorizado pela Presidência nas realizações de Audiências Públicas;

VII – vestimenta inadequada;

VIII – consumo de alimento dentro da Sala do Plenário;

IX – permanência de pessoas estranhas ao quadro funcional da Câmara, na cabine de som e dos equipamentos;

X - a colagem de cartazes e perfurações nas paredes dos espaços cedidos, bem como mexer nos quadros da galeria e demais objetos.

Art. 22. O descumprimento das obrigações constantes nesta Resolução implica em:

I - vedação de utilização do Plenário e do Plenarinho ao cessionário pelo prazo de 2 (dois) anos;

II - demais medidas legais cabíveis.

Art. 23. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Papanduva, em 20 de outubro de 2016.
Girseliano Moreira da Silva
Presidente

Esta resolução foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Valdecir Vaneski
Vice-Presidente

Alois Mikalovicz
1º Secretário

Djana Paula Matioski
2ª Secretária

ANEXO I – SOLICITAÇÃO DE USO DO PLENÁRIO “VEREADOR NADIR ANTONIO RODRIGUES”

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

(entidade),
sob CNPJ nº _____ situada à Rua _____, nº _____
_____, Bairro _____ Cidade _____
_____, representada legalmente por pelo Sr. _____, CPF nº _____
_____, endereço _____

Fones _____ / _____ email _____

Vem através do presente solicitar as dependências do Plenário “Vereador Nadir Antonio Rodrigues” para _____

_____ que se realizará no dia _____ com início às _____ horas e término às _____ horas e contará com o público de _____ pessoas.

Precisamos utilizar os equipamentos do Plenário:

a) Som e Microfones (NÃO) (SIM)

Se sim, quantidades: () microfone de mesa () microfone sem fio

b) TV para apresentação* de slides, vídeos: (SIM) (NÃO)

*uso da Tv requer notebook com entrada HDMI

Neste termos, pede deferimento,

Papanduva, ____ de _____ de _____

Assinatura do Representante Legal

ANEXO II – SOLICITAÇÃO DE USO DO PLENARINHO “VEREADOR ALCIDES SIMÕES DA SILVA ‘NENÃO’”

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

(entidade),
sob CNPJ nº _____ situada à Rua _____, nº _____
_____, Bairro _____ Cidade _____
_____, representada legalmente por pelo Sr. _____, CPF nº _____
_____, endereço _____

Fones _____ / _____ email _____

Vem através do presente solicitar as dependências do Plenarinho “Vereador Alcides Simões da Silva ‘Nenão’” para _____

_____ que se
realizará no dia _____ com início às _____ horas
e término às _____ horas e contará com o público de _____
pessoas.

Precisamos utilizar os equipamentos do Plenarinho:

a) Som e Microfones (NÃO) (SIM)

Se sim, quantidades: () microfone de mesa () microfone sem fio

b) TV para apresentação* de slides, vídeos: (SIM) (NÃO)

*uso da Tv requer notebook com entrada HDMI

Neste termos, pede deferimento,

Papanduva, ____ de _____ de _____

Assinatura do Representante Legal

ANEXO III – TERMO DE COMPROMISSO DO USO DO PLÊNÁRIO “VEREADOR NADIR ANTONIO RODRIGUES”

Eu _____ representante legal da
Entidade _____

_____ COMPROMETO-ME a fazer o bom uso do Plenário
“Vereador Nadir Antonio Rodrigues” e me RESPONSABILIZO por
quaisquer danos que eventualmente resultarem do referido uso, no
termos da Resolução nº ____/2016 de ____/____/____.

Também me comprometo a usá-lo nos estritos moldes do Reque-
rimento formulado de Solicitação de Uso do Plenário “Vereador Nadir
Antonio Rodrigues”, ciente que a Câmara indicará um funcionário
do Patrimônio e Serviços Gerais para vistoriar as instalações do Ple-
nário antes e depois da utilização, lavrando-se os devidos termos,
com as observações necessárias através do Laudo de Vistoria que
passa a fazer parte deste documento.

Além disso, ciente também que o uso do Plenário:

a) Está condicionada ao estabelecido na Resolução nº, de
2016, e no presente instrumento.

b) É sem ônus para o solicitante, exceto quanto às obrigações con-
tidas na Resolução nº, dede 2015.

c) É vedado à manutenção no espaço cedido de materiais inflamá-
veis, perigosos ou que possam acarretar danos ao prédio e seus
ocupantes.

d) É concedida a prerrogativa à Câmara de fiscalizar o espaço ce-
dido durante seu uso.

Por fim, DECLARO conhecer e aceitar sem restrições as con-
dições e proibições contidas na Resolução nº ____/2016 de
____/____/____, cuja cópia encontra-se anexa a este documento.

Papanduva, ____ de _____ de _____

Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV – TERMO DE COMPROMISSO DO USO DO PLENARINHO “VEREADOR ALCIDES SIMÕES DA SILVA ‘NENÃO’”

Eu _____ representante legal da En-
tidade _____

_____ COMPROMETO-ME a fazer o bom uso do Plenarinho e me
RESPONSABILIZO por quaisquer danos que eventualmente resul-
tarem do referido uso, no termos da Resolução nº ____/2016
de ____/____/____.

Também me comprometo a usá-lo nos estritos moldes do Reque-
rimento formulado de Solicitação de Uso do Plenarinho “Vereador
Alcides Simões da Silva ‘Nenão’”, ciente que a Câmara indicará um
funcionário do Patrimônio e Serviços Gerais para vistoriar as insta-
lações do Plenarinho antes e depois da utilização, lavrando-se os
devidos termos, com as observações necessárias através do Laudo
de Vistoria que passa a fazer parte do presente instrumento.

Além disso, ciente também que o uso do Plenarinho:

a) Está condicionada ao estabelecido na Resolução nº, de
2016, e no presente instrumento.

b) É sem ônus para o solicitante, exceto quanto às obrigações con-
tidas na Resolução nº, dede 2016.

c) É vedado à manutenção no espaço cedido de materiais inflamá-
veis, perigosos ou que possam acarretar danos ao prédio e seus
ocupantes.

d) É concedida a prerrogativa à Câmara de fiscalizar o espaço ce-
dido durante seu uso.

Por fim, DECLARO conhecer e aceitar sem restrições as con-
dições e proibições contidas na Resolução nº ____/2016 de
____/____/____, cuja cópia encontra-se anexa a este documento.

Papanduva, ____ de _____ de _____

Assinatura do Representante Legal

Passo de Torres

PREFEITURA

DEC 083/2016

DECRETO Nº. 083, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, RENATA BALTAZAR DE SOUZA DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Renata Baltazar de Souza do cargo de Chefe de Divisão de cadastro e tributação – DAS 5.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 084/2016

DECRETO Nº. 084, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, PATRICIA JOPERT PEDROSO DO CARGO DE COORDENADOR DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Patricia Joppert Pedrosa do cargo de Coordenador de Educação – DAS 1.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 085/2016

DECRETO Nº. 085, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, TATIANA VILASBOAS DE OLIVEIRA DO CARGO DE ASSESSOR DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Tatiana Vilasboas de Oliveira do cargo de Assessor de Coordenação e Planejamento – DAS 2.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 086/2016

DECRETO Nº. 086, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, EVANDRO PERES CARDOSO DO CARGO DE SECRETÁRIO DE OBRAS TRANSP. E SERV. URBANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Evandro Peres Cardoso do cargo de Secretário de Obras Transp. E Serv. Urbanos.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 087/2016

DECRETO Nº. 087, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, NEOMAR CORREA DO CARGO DE ASSESSOR ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Neomar Correa do cargo de Assessor Especial – DAS 2.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 088/2016

DECRETO Nº. 088, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, JUNIOR CESAR MACHADO SCHEFFER DO CARGO DE ASSESSOR ADJUNTO DE TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Junior Cesar Machado Scheffer do cargo de Assessor Adjunto de Turismo – DAS 3.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 089/2016

DECRETO Nº. 089, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, JOSE ADILSON FERREIRA FERRAZ DO CARGO DE ASSESSOR ADJUNTO DA PESCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Jose Adilson Ferreira Ferraz do cargo de Assessor Adjunto da Pesca – DAS 3.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 090/2016

DECRETO Nº. 090, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, ANA LUCIA CLOS CARVALHO JOAQUIM DO CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DA PESCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Ana Lucia Clos Carvalho Joaquim do cargo de Secretária Municipal da Pesca.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 091/2016

DECRETO Nº. 091, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, LUIS CARLOS NUNES DO CARGO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Luis Carlos Nunes do cargo de Chefe de Departamento de Transporte e Obras – DAS 4.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 092/2016

DECRETO Nº. 091, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, LUIS CARLOS NUNES DO CARGO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Luis Carlos Nunes do cargo de Chefe de Departamento de Transporte e Obras – DAS 4.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 093/2016

DECRETO Nº. 093, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, ASSIS ROSA PORTO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE AGRICULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Assis Rosa Porto do cargo de Chefe de Divisão de Agricultura DAS- 5.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 094/2016

DECRETO Nº. 094, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, ILARIO DOS SANTOS GONÇALVES DO CARGO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Ilário dos Santos Gonçalves do cargo de Chefe de Departamento de Cadastro e Tributação – DAS 4.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 095/2016

DECRETO Nº. 095, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, ANGELA ALVES DOS PASSOS DO CARGO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Angela Alves dos Pasos do cargo de Chefe de Departamento do Desenvolvimento Social – DAS 4.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 096/2016

DECRETO Nº. 096, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, ALESSANDRA ROSA DA SILVA BUENO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Alessandra Rosa da Silva Bueno do cargo de Chefe de Divisão do Desenvolvimento Humano e Social – DAS 5.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 097/2016

DECRETO Nº. 097, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA SANDUVAL IRINEU CAETANO, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO F.G-1.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Sanduval Irineu Caetano, da Função de Chefe de Departamento F.G- 1.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 098/2016

DECRETO Nº. 098, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA ELIZANGELA OLIVEIRA DE SOUZA, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE SEÇÃO F.G-3.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Elizangela Oliveira de Souza da Função de

Chefe de Seção F.G- 3.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 099/2016

DECRETO Nº. 099, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA LISIANE SCHEFFER DA SILVA, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE SEÇÃO F.G-3.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Lisiane Scheffer da Silva, da Função de Chefe de Seção F.G- 3.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 100/2016

DECRETO Nº. 100, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA MARIVALDA HONORATO CUNHA, DA FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS F.G-5.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Marivalda Honorato Cunha, da Função de Encarregado de Serviços F.G- 5.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração

e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 101/2016

DECRETO Nº. 101, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.
"EXONERA MARIA APARECIDA DA SILVA CARDOSO, DA FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS F.G-5.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Maria Aparecida da Silva Cardoso, da Função de Encarregado de Serviços F.G- 5.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 102/2016

DECRETO Nº. 102, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.
"EXONERA SIMARA PEREIRA LUMMERTZ, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE SEÇÃO F.G-3.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Simara Pereira Lummertz, da Função de Chefe de Seção F.G- 3.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 103/2016

DECRETO Nº. 103, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.
"EXONERA, CARMELINA CARVALHO CRAVO DO CARGO DE CHEFE DE GABINETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Carmelina Carvalho Cravo do cargo de Chefe de Gabinete.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 104/2016

DECRETO Nº. 104, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.
"EXONERA, LUCIO HESPANHOL DE SOUZA DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Lucio Hespagnol de Souza do cargo de Secretário Municipal de Saúde.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.
Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 105/2016

DECRETO Nº. 105 DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.
"DESIGNA, ALEXANDRE ÂNGELO FELIPPE, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PARA RESPONDER CUMULATIVAMENTE PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, AGRICULTURA, PESCA E OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que

lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 598 de 23 de Maio de 1998.;

DECRETA

Art. 1º- Fica designado, Alexandre Ângelo Felipe, Secretário Municipal de Administração e Finanças, para responder cumulativamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, Agricultura, Pesca e Obras, Transportes e Serviços Urbanos.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

DEC 106/2016

DECRETO Nº. 106, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

“EXONERA CRISTIANO ALVES, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO F.G-2.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Cristiano Alves da Função de Chefe de Divisão F.G- 2.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 107/2016

DECRETO Nº. 107, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

“EXONERA DAVI NAZARÉ DE OLIVEIRA, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO F.G-2.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Davi Nazaré de Oliveira da Função de Chefe de Divisão F.G- 2.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 108/2016

DECRETO Nº. 108, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

“EXONERA DANI NASSER DE OLIVEIRA, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE SEÇÃO F.G-3.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Dani Nasser de Oliveira da Função de Chefe de Seção F.G- 3.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 109/2016

DECRETO Nº. 109, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

“EXONERA ANTONIO ALCEU CARDOSO JUSTO, DA FUNÇÃO DE ENCARREGADO DE SERVIÇOS F.G-5.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Antonio Alceu Cardoso Justo da Função de Encarregado de Serviços F.G- 5.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 110/2016

DECRETO Nº. 110, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA ALEXANDRE SANTOS FARIAS, DA FUNÇÃO DE ENCARGADO DE SERVIÇOS F.G-5.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Alexandre Santos Farias da Função de Encarregado de Serviços F.G- 5.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 111/2016

DECRETO Nº. 111, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA EDUARDO DA SILVA CAETANO, DA FUNÇÃO DE ENCARGADO DE SERVIÇOS F.G-5.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Eduardo da Silva Caetano da Função de Encarregado de Serviços F.G- 5.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 112/2016

DECRETO Nº. 112, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA ANTONIO PINTO GOMES, DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SEÇÃO F.G-6.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Antonio Pinto Gomes da Função de Auxiliar de Seção F.G- 6.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 113/2016

DECRETO Nº. 113, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA FLAVIO GONÇALVES CARDOSO, DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SEÇÃO F.G-6.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Flavio Cardoso Gonçalves da Função de Auxiliar de Seção F.G- 6.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 114/2016

DECRETO Nº. 114, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA JOSE PORTO DE BITTENCOURT, DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS F.G-7.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Jose Porto de Bittencourt da Função de Auxiliar de Serviços F.G- 7.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 116/2016

DECRETO Nº. 116, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, ADRIELI MENDES CARDOSO DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Adrieli Mendes Cardoso do cargo de Chefe de Divisão de Saúde – DAS –5

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 117/2016

DECRETO Nº. 117, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, URBANO OLIVEIRA CARDOSO DO CARGO DE ASSESSOR ADJUNTO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Urbano Oliveira Cardos do cargo de Assessor Adjunto do Departamento de Transportes e Obras – DAS –3

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 118/2016

DECRETO Nº. 118, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, MARIANA DOS SANTOS DO CARGO DE ASSESSOR ADJUNTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Mariana dos Santos do cargo de Assessor Adjunto de Saúde – DAS –3

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 119/2016

DECRETO Nº. 119, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, SILVANA CARDOSO JUSTO KJELLIN DO CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Silvana Cardoso Justo Kjellin do cargo de Chefe de Divisão de limpeza pública – DAS –5

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 120/2016

DECRETO Nº. 120, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, JEAN LUIZ WAGNER SILVA DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Jean Luiz Wagner Silva do cargo de Secretário Municipal de Esporte.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 121/2016

DECRETO Nº. 121, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, TIAGO ZACCA ACORDI DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Tiago Zacca Acordi do cargo de Secretário Municipal do Meio Ambiente.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 122/2016

DECRETO Nº. 122, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, MARCELO EUCLIDES TRISTÃO DO CARGO DE PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Marcelo Euclides Tristão do cargo de Procurador Geral do Município.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 123/2016

DECRETO Nº. 123, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, ADILIO GONÇALVES DOS SANTOS DO CARGO DE ASSESSOR DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Adilio Gonçalves dos Santos do cargo de Assessor de Coordenação e Planejamento – DAS - 2.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 124/2016

DECRETO Nº. 124, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, ANGELA LUZIA BERTOLDO FRANCISCO BAUER DO CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerada, Angela Luzia Bertoldo Francisco do cargo de Secretária Municipal do Desenvolvimento Humano e Social.

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 125/2016

DECRETO Nº. 125 DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"DESIGNA, ALEXANDRE ÂNGELO FELIPPE, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PARA RESPONDER CUMULATIVAMENTE PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA; DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL; ESPORTE; MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; PLANEJAMENTO; PESCA; OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS; SAÚDE E TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 598 de 23 de Maio de 1998.;

DECRETA

Art. 1º- Fica designado, Alexandre Ângelo Felipe, Secretário Municipal de Administração e Finanças, para responder cumulativamente pelas Secretarias Municipais de Agricultura; Desenvolvimento Humano e Social; Esporte; Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico; Planejamento; Pesca; Obras, Transportes e Serviços Urbanos; Saúde e Turismo.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto 105 de 14 de outubro de 2016.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

DEC 126/2016

DECRETO Nº. 126, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA JOELMA DOMINGOS LOPES HESPANHOL, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO F.G-1.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Joelma Domingos Lopes Hespanhol, da Função de Chefe de Departamento F.G- 1.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração

e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 127/2016

DECRETO Nº. 127, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA PRICILA MAGNUS SANTOS, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO F.G-1.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Pricila Magnus Santos, da Função de Chefe de Departamento F.G- 1.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 128/2016

DECRETO Nº. 128, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA MARCOS ANDRE PEREIRA, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO F.G-1.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Marcos Andre Pereira, da Função de Chefe de Departamento F.G- 1.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 129/2016

DECRETO Nº. 129, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA MARILDA RIODRIGUES DA SILVA FERREIRA, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO F.G-1.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Marilda Rodrigues da Silva Ferreira, da Função de Chefe de Departamento F.G- 1.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 130/2016

DECRETO Nº. 130, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA MANOEL CLAUDIO CARDOSO BORGES, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO F.G-1.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Manoel Claudio Cardoso Borges, da Função de Chefe de Departamento F.G- 1.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 131/2016

DECRETO Nº. 131, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA JOSEANE TEIXEIRA MACIEL, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO F.G-1.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Joseane Teixeira Maciel, da Função de Chefe de Departamento F.G- 1.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 132/2016

DECRETO Nº. 132, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA NILCEIA NILZA RAMOS PINTER, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO F.G-2.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Nilceia Nilza Ramos, da Função de Chefe de Divisão F.G- 2.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 133/2016

DECRETO Nº. 133, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA LUCIA ALVES HESPANHOL, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO F.G-2.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Lucia Alves Hespanhol, da Função de Chefe de Divisão F.G- 2.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 134/2016

DECRETO Nº. 134, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº 733 de 13 de abril de 2011;

DECRETA:

Art. 1º- Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação - CPL, composta de 03 (três) membros, que procederá ao recebimento e ao julgamento dos processos licitatórios do Município de Passo de Torres.

Art. 2º- Para compor a Comissão Permanente de Licitação, ficam nomeados os seguintes membros:

Presidente: Lucia Alves Hespanhol;
Secretária: Lucilene Cardoso Porto;
Membro: Maria Aparecida da Silva Cardoso;

Art. 3º - A comissão de licitação, compete privativamente:

- I - Deliberar sobre o processo licitatório;
- II - Receber todas as propostas dos participantes da licitação;
- III - Proceder o julgamento das propostas.

Art. 4º - A Comissão de Licitação fará a gerencia do processo licitatório nas seguintes modalidades:

- I – Concorrência;
- II – Tomada de preço;
- III - Convite;
- IV – Concurso;
- V – Leilão.

Art. 5º - O Presidente baixará todos os atos necessários ao bom funcionamento e o Secretário elaborará os relatórios e/ ou as atas das reuniões e das licitações.

Art. 6º - Os membros da presente Comissão não serão remunerados.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.8º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial Decreto 001 de 04 de janeiro de 2016.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 135/2016

DECRETO Nº. 135, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA ELIZANDRA DA SILVA MARTINS, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE SEÇÃO F.G-3.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Elizandra da Silva Martins, da Função de Chefe de Seção F.G- 3.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 136/2016

DECRETO Nº. 136, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA MARCOS RODRIGUES HESPAÑHOL, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE SEÇÃO F.G-3.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Marcos Rodrigues Hespanhol, da Função de Chefe de Seção F.G- 3.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 137/2016

DECRETO Nº. 137, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA NORBERTO DELFINO JOAQUIM, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE EQUIPE F.G-4.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Norberto Delfino Joaquim, da Função de Chefe de Equipe F.G- 4.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 138/2016

DECRETO Nº. 138, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

“EXONERA PATRICIA SCHEFFER, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO F.G-2.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Patricia Scheffer, da Função de Chefe de Divisão F.G- 2.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 139/2016

DECRETO Nº. 139, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

“EXONERA JOÃO BATISTA CARDOSO, DA FUNÇÃO DE ENCARGADO DE SERVIÇOS F.G-5.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, João Batista Cardoso, da Função de Encarregado de serviços F.G- 5.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 140/2016

DECRETO Nº. 140, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

“EXONERA GILBERTO SCHEFFER VIEIRA, DA FUNÇÃO DE ENCARGADO DE SERVIÇOS F.G-5.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerado, Gilberto Scheffer Vieira, da Função de Encarregado de serviços F.G- 5.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 141/2016

DECRETO Nº. 141, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

“EXONERA ZENIRA DA SILVA SOARES COELHO, DA FUNÇÃO DE ENCARGADO DE SERVIÇOS F.G-5.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Zenira da Silva Soares Coelho, da Função de Encarregado de serviços F.G- 5.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 142/2016

DECRETO Nº. 142, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA FATIMA DOS SANTOS RODRIGUES, DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS F.G-7.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Fatima dos Santos Rodrigues, da Função de Auxiliar de serviços F.G- 7.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 14 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 14 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 146/2016

DECRETO Nº. 146, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

"DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Passo de Torres, no dia 28 (sexta-feira), de outubro de 2016, devido ao dia do Servidor Público.

Art. 2º - Os serviços Públicos Municipais não funcionarão na data referida acima, ficando os servidores dispensados de suas atividades, sem prejuízos de salários.

Parágrafo – Único – Os serviços municipais: coleta de lixo e saúde permanecerão em atividade pelo regime de plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 21 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DEC 147/2016

DECRETO Nº. 147, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, ZILMAR PEREIRA RODRIGUES DO CARGO DE ASSESSOR ADJUNTO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, Zilmar Pereira Rodrigues do cargo de Assessor Adjunto do Departamento de Serviços Urbanos – DAS 3

Art.2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 24 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 24 de outubro de 2016.

Alexandre Ângelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 1028/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

LEI Nº 1028 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES A REALIZAR COMODATO DE BEM MÓVEL À ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º - Fica o Município de Passo de Torres autorizado a realizar comodato à Associação de Agricultores de Passo de Torres, inscrita no CNPJ sob o nº 02.168.412/0001-60, de bens móveis.

§1º Será cedido em comodato os bens móveis abaixo relacionados no período da data de assinatura do Termo de Comodato até 31/12/2016.

a. 01 (uma) - Colhedora de forragens de uma linha para colher milho, cana capim, sorgo e demais culturas plantadas em linha, equipada com caixa com 4 rolos com pentes alimentadores removíveis e com 12 facas de corte serrilhadas intercambiáveis, com sistema de abertura lateral na caixa dos rotores para regulagem da contra faca, rotor com 12 facas e 6 lançadores, sistema de quebra-grãos removível com opcionais de peneira lisa e furada, giro da bica semi- hidráulico, opções de corte variando de 2 a 24mm, capacidade produtiva de 10 a 35 toneladas/hora, acionamento com transmissão via cardam e com roda de apoio. (CUSTOM 950 CIII)

b. 01 (uma) - Roçadeira traseira hidráulica com comprimento de 2,50m, largura total de 1,98m, largura de corte de 1,80m, altura de corte de 2,50 a 20cm, peso máximo de 430kg, rotação das facas de 1031rpm, rotação da TDF 540rpm, com rendimento de 0,8 a 1,5ha/h, com regulagem lateral. (Marca Metalfreitas, Ano 2016, Modelo RTE 200)

c. 01 (um) - Arado de 3 aiveca, com disco de corte, largura de corte de 1350mm, altura livre de 730mm, espaçamento de 800mm, peso de 396kg, potência do motor de 90 a 100cv. (Marca Metalfreitas, Ano 2016, Modelo TMB3av)

Art. 2º A entidade beneficiada nesta Lei deverá zelar e conservar os bens móveis ora posto em comodato, responsabilizando-se civil e criminalmente pelos mesmos.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

§1º. A entidade beneficiada deverá devolver os bens à municipalidade em plena forma de uso assim como os recebeu.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 25 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 25 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 067/2016

PORTARIA 067 DE 22 DE SETEMBRO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pelo servidor Luiz Carlos Hespanhol, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitado para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor Público Municipal, Luiz Carlos Hespanhol, até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 22 de setembro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 22 de setembro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 068/2016

PORTARIA Nº 068 DE 22 DE SETEMBRO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ANGELA MATTOS RAUPP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 211 da lei 118/94.

Considerando o atestado médico encaminhado ao Departamento Pessoal, onde consta que a referida servidora deverá entrar em licença-maternidade a partir de 22/09/2016, por 180 (cento e oitenta) dias.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade à servidora Pública Municipal, Angela Mattos Raupp, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 22/09/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 22 de setembro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 22 de setembro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 069/2016

PORTARIA 069 DE 29 DE SETEMBRO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Marione da Silva Rosa Cardoso, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitado para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora Pública Municipal, Marione da Silva Rosa Cardoso, até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 29 de setembro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 29 de setembro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 070/2016

PORTARIA Nº 070, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, POR APOSENTADORIA, LUIS ANTONIO SCHINEIDER DA COSTA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos V e VII, do artigo 53, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, por aposentadoria, Luis Antonio Schineider da Costa, do Cargo de Professor.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 071/2016

PORTARIA Nº 071, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, POR APOSENTADORIA, MARIA DE LOURDES HONORATO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos V e VII, do artigo 53, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, por aposentadoria, Maria de Lourdes Honorato, do Cargo de Agente Auxiliar.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 072/2016

PORTARIA Nº 072 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ALINE ANDRESSA DOS SANTOS GROSMANN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 211 da lei 118/94.

Considerando o atestado médico encaminhado ao Departamento Pessoal, onde consta que a referida servidora deverá entrar em licença-maternidade a partir de 03/10/2016, por 180 (cento e oitenta) dias.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade à servidora Pública Municipal, Aline Andressa dos Santos Grosmann, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 03/10/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 073/2016

PORTARIA Nº 073, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA, POR APOSENTADORIA, ESLANIA DE OLIVEIRA GOMES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos V e VII, do artigo 53, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, por aposentadoria, Eslania de Oliveira Gomes, do Cargo de Agente Administrativo.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 074/2016

PORTARIA 074 DE 03 DE OUTUBRO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pelo servidor Luiz Carlos Hespanhol, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitado para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor Público Municipal, Luiz Carlos Hespanhol, até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de setembro de 2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições ao contrário, em especial a portaria 067 de 22 de setembro de 2016 por motivo de erro de afastamento.

Passo de Torres, em 03 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de setembro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 075/2016

PORTARIA 075 DE 05 DE OUTUBRO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora Neusa Maria Machado da Silva, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora Pública Municipal, Neusa Maria Machado da Silva, até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Passo de Torres, em 05 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 05 de setembro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 076/2016

PORTARIA Nº 076, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 51 DE 02 DE JULHO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a designação do Servidor Ilario dos Santos Gonçalves que trata o artigo 1º da Portaria nº 051 de 02 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 077/2016

PORTARIA Nº 077, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

"CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 152 DE 20 DE JULHO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a designação da Servidora Simara Pereira Lummertz que trata o artigo 1º da Portaria nº 152 de 20 de julho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

PORTARIA 078/2016

PORTARIA Nº 078, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016.

“CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 107 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica suspensa a designação da Servidora Silvia Maria Andrioli da Silva que trata o artigo 1º da Portaria nº 107 de 24 de novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 11 de outubro de 2016.

Juarez Godinho Scheffer
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 11 de outubro de 2016.

Alexandre Angelo Felipe
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Paulo Lopes

PREFEITURA

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 27/2015

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 27/2015

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº. 27/2015, TENDO COMO OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO NO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES E SEUS FUNDOS

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, com sede na Rua José Pereira da Silva, 130, Centro, Paulo Lopes/SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.365/0001-32, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Evandro João dos Santos, no uso de suas atribuições determina que seja processado o presente termo de apostilamento ao Contrato nº 27/2015 em decorrência da variação contratual de face ao reajuste de preço previsto na cláusula Quinta do respectivo contrato, no percentual de 9,15% do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, de acordo com o parágrafo 8º, do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 e do § 1º do art. 3º da Lei nº 10.192, de 14/02/2001

VALOR MENSAL INICIAL DO CONTRATO: R\$2.220,00 (dois mil duzentos e vinte reais).

VALOR MENSAL ATUALIZADO: R\$2.423,13 (dois mil quatrocentos e vinte três reais e treze centavos)

RATIFICAÇÃO

Ficam inalteradas todas as demais Cláusulas e condições do Contrato ora ratificado, que não contrariem presente termo.

E por estar de acordado, no uso de suas atribuições, firma-se abaixo o presente instrumento em duas vias de iguais teor e para um só efeito.

Paulo Lopes, 26 de outubro de 2016.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 28/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 28/2015, que celebram o Município de Paulo Lopes, através do Fundo Municipal de Saúde e a Associação de pais e Amigos dos Excepcionais de Paulo Lopes - SC para prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial em reabilitação da deficiência intelectual e/ou distúrbio do espectro autista aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº. 28/2015 por 12 (doze) meses, à partir de 01/11/2016. Data da assinatura: 26/10/2016.

DECRETO Nº 45/2016

DECRETO Nº 45/2016

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.659 de 16 de dezembro de 2015, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 – SECRETARIA DE TRANSP, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 120.000,00

26.782.0008.1.035 – Pavimentação de Ruas R\$ 120.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.3.00.000000 – Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit do exercício anterior da fonte 0.3.00.000000 – Recursos Próprios – no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 27 de outubro de 2016.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Sec. Mun. de Administração

Penha

PREFEITURA

EDITAL DE MATRÍCULA Nº 03/2016 - SEDUC

EDITAL Nº. 003/2016/ SEDUC

EDITAL Nº. 003/2016, que fixa data e estabelece orientações gerais e critérios para a rematrícula e matrícula dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Penha, para o ano letivo de 2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO torna público procedimento destinado à matrícula e rematrícula nas Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Penha, para o ano letivo de 2017, em cumprimento ao Art. 208. Inciso I, parágrafo 3º, da Constituição Federal, LDB nº. 9394/96, Lei Ordinária 2248/2008 do Sistema Municipal de Ensino.

1 – DAS ORIENTAÇÕES GERAIS

1.1 – A rematrícula dos alunos nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino do ano de 2017 far-se-á através de confirmação pelos pais ou responsáveis na Secretaria da Unidade Escolar.

1.2 – A matrícula inicial a ser realizado nas escolas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino, ou seja, a de alunos novos deverá ser feita a partir do preenchimento do cadastro de matrícula na Unidade Escolar, respeitando o zoneamento.

1.3 – A confirmação de matrícula ficará vinculada à entrega dos documentos necessários.

1.4 – Não havendo vaga na escola pertencente ao zoneamento, o aluno deverá ser encaminhado pela direção à escola mais próxima em que houver vaga.

1.5 – Terão direito a matrícula no 1º ano de Ensino Fundamental os alunos com 06(seis) anos completos ou a completar até 31 de março.

1.6 – A criança que completar 06(seis) anos após 31 de março, terá direito à matrícula na pré-escola, mesmo que já tenha freqüentado.

1.7 – A matrícula não poderá ser vinculada a qualquer tipo de contribuição financeira.

1.8– O número de vagas oferecidas será previamente divulgado pelas Unidades Escolares de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino.

2 – DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

2.1 – A organização das turmas deverá respeitar os seguintes critérios:

ENSINO FUNDAMENTAL

- I – Turma de 1º e 2º ano do E.F – 25 alunos;
- II – Turma de 3º e 4º e 5º ano do E.F – 30 alunos;
- III – Turma de 6º ao 9º ano do E.F – 35 alunos;
- IV – Turma Multisseriada – 20 alunos;
- V – Turma de alfabetização EJA – 15 alunos;

§1º: Excepcionalmente, as turmas que estiverem alocadas em espaços adaptados poderão ter um número reduzido de alunos.

§2º: Será criada nova turma somente quando exceder a 05 (cinco) o número de alunos em cada classe. Nas turmas Multisseriadas quando exceder a 10 (dez) o número de alunos em cada classe.

§3º: Atender no máximo 02 (dois) alunos especiais por turma e para cada matrícula de aluno com necessidades especiais, reduzir-se-á duas matrículas de alunos sem necessidades especiais.

2.2 – A matrícula dos alunos da Educação de Jovens e Adultos deverá respeitar a idade de 15 anos completos.

3 – DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ANO LETIVO DE 2017

3.1 – A organização das turmas deverá respeitar os seguintes critérios:

CRECHE – (04 meses a 03 anos)

I – Berçário I – 04 meses a 01 ano – 08 alunos;

II – Berçário II – 01 a 02 anos – 10 alunos;
III – Maternal – 02 a 03 anos – 12 alunos;

PRÉ-ESCOLA – (04 a 06 anos)

I – Pré I - 03 a 04 anos- 20 alunos
II –Pré II - 04 a 05 anos – 20 alunos;
III – Pré III - 05 a 06 anos – 25 alunos;

3.2 – Excepcionalmente, as turmas que estiverem alocadas em espaços adaptados poderão ter um número reduzido de alunos.

4-DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA MATRÍCULA

4.1 – Do Ensino Fundamental

4.1.1 – Para efetivação de matrícula no ensino regular será necessário a apresentação dos seguintes documentos juntamente com o preenchimento da ficha de matrícula:

- 4.1.1.1 – Cópia da certidão de nascimento;
- 4.1.1.2 – Cópia do comprovante de residência atualizado (talão do IPTU, fatura de água ou energia);
- 4.1.1.3– Atestado de frequência, quando transferido;
- 4.1.1.4 – Histórico escolar (deverá ser entregue no máximo até 30 dias da data da matrícula);
- Para o aluno com necessidade nutricional específica (alergias, intolerâncias e outras) apresentar o diagnóstico médico.

4.2– Da Educação de Jovens e Adultos

4.2.1- Para efetivação de matrícula na Educação de Jovens e Adultos será necessários a apresentação dos seguintes documentos juntamente com o preenchimento da ficha de matrícula:

- 4.1.2.3 – Atestado de frequência e histórico escolar, quando transferido.
- Cópia do RG ou certidão de nascimento e CPF;
- Cópia do comprovante de residência atualizado (somente talão do IPTU fatura de água ou energia);
- Para o aluno com necessidade nutricional específica (alergias, intolerâncias e outras) apresentar o diagnóstico médico.

4.3 – Da Educação Infantil

4.3.1 – Para solicitação de vaga serão necessários os seguintes documentos:

- 4.3.1.1 – Cópia da certidão de nascimento do aluno;
- 4.3.1.2 – Cópia do comprovante de residência atualizado (somente talão do IPTU, fatura de água ou energia);
- 4.3.1.3 – Cartão ou carteira de benefício (Bolsa Família), quando a família é beneficiária;
- 4.3.1.4 – “Declaração de vacinação em dia” (Levar a carteirinha de vacinação na Unidade de Saúde mais próxima para retirar esta declaração).
- Carteira, contrato ou declaração de trabalho dos pais ou responsáveis pela criança (se estiver trabalhando);
- Cópia dos documentos dos pais ou responsáveis (RG, CPF e Título de Eleitor)
- Para o aluno com necessidade nutricional específica (alergias, intolerâncias e outras) apresentar o diagnóstico médico.

5 – DO CRONOGRAMA DE MATRÍCULA

5.1 – A rematrícula para os alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos acontecerá no período de 07 a 18 de novembro de 2016.

5.1.1-Documentos necessários para a rematrícula para alunos de Creche:

- cópia de comprovante de residência atualizado (somente talão de IPTU, fatura de água ou luz;
- *carteira, contrato ou declaração de trabalho atualizado dos pais ou responsáveis pela criança:
- *carteira de vacinação atualizada.

5.2 – A Solicitação de vagas para os alunos novos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos acontecerá no período de 21 de novembro a 02 de dezembro de 2016.

5.3 – A Divulgação das turmas da Educação Infantil nas Creches será no dia 14 de dezembro de 2016 na Unidade de Ensino.

5.4 – A organização e divulgação do processo de matrícula serão feita de forma setorizada na própria Unidade Escolar.

6– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

6.2 – Revogam-se as disposições em contrário.

Penha, 24 de outubro de 2016.

IOLANDA DE SOUZA AMARO
Secretária Municipal de Educação e Cultura

EDITAL DE PERMUTA Nº 04/2016 - SECUC

EDITAL Nº. 004/2016 – SEDUC

A Secretaria Municipal de Educação de Penha, no uso de suas atribuições legais baixa normas e procedimentos que nortearão o processo de Permuta de membros efetivos do Magistério Municipal de acordo com o artigo 37, Parágrafo 2º da Lei Complementar nº 007/03 e Decreto 166/04.

1-DA INSCRIÇÃO

1.1- As inscrições estarão abertas de 07 a 11 de novembro, de 2016 das 12 horas às 18 horas, no SETOR DE TRIBUTAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, sita na Av. Nereu Ramos, Centro.

1.2– Os candidatos poderão requerer Permuta, desde que a área de atuação, carga horária e período sejam compatíveis.

1.3 – A inscrição constará de preenchimento de requerimento próprio, a disposição do candidato no SETOR DE TRIBUTAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

2-DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DOS REQUERIMENTOS

2.1 – O resultado dos requerimentos será afixado na Secretaria Municipal de Educação no dia 28 de novembro de 2016.

3 – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

3.1 – O candidato deverá revisar o requerimento, tornando-se, após a assinatura, responsável pelas declarações prestadas.

3.2 – O processo de permuta de que trata este Edital será realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Penha, 24 de outubro de 2016.

Iolanda de Souza Amaro
Secretária Municipal da Educação e Cultura

Peritiba

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA 2017

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2017

O Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, por meio de sua Prefeita Sra. Neusa Klein Maraschini, CONVIDA a comunidade em geral para participar de AUDIÊNCIA PÚBLICA com o objetivo de "Apresentar a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017 do Município de Peritiba", de acordo com o Art. 48 § I da Lei Complementar 101/2000 (LRF), a ser realizado no dia 31/10/2016, a partir das 13h45, no Plenário da Câmara Municipal de Peritiba, na Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba/SC.

A audiência, realizada na forma de exposições e manifestações verbais e escritas por convidados e participantes, será conduzida Poder Executivo Municipal.

PERITIBA/SC EM 17/10/2016
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO 01 E 02 2016

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRADO DE EDITAIS

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016 e 02/2016

O MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.673/0001-80, torna público que se encontram abertas no período de 31.10.2016 à 29.11.2016, as inscrições para Processo Seletivo, para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal e para a formação de cadastro de reserva, o qual reger-se-á , pelas normas em vigor e de acordo com as instruções do Edital. As informações referentes a cargos, dia de prova, valor de inscrições e o edital na íntegra podem ser acessados através do site click.listaeditais.com.br. Petrolândia, 27 de outubro de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 062 - INFORMATIVO DE FINAL DE ANO

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 062/2016
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 10/11/2016, licitação modalidade Pregão Presencial n. 062/2016 tendo como objeto a contratação de empresa especializada para criação, desenvolvimento de layout, confecção do boneco, produção, edição, diagramação, finalização, impressão e arte final do informativo especial das ações de governo da Administração Municipal 2013/2016.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 10/11/2016, até às 10:00 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 25 DE OUTUBRO DE 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1.907, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.907, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do ano 2016, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R\$ 50.800,00 (Cinquenta mil e oitocentos reais).

Artigo 2º - O crédito adicional especial definido no Artigo 1º terá as seguintes classificações orçamentárias:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 3 - Administração Geral

Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

VALOR: R\$ 40.000,00

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 4000 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 5 - Assistência Social Geral

Ação: 2.26 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

VALOR: R\$ 800,00

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde Com Qualidade

Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

3.3.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

VALOR: R\$ 10.000,00

Artigo 3º - Para cobertura do crédito adicional especial definido no artigo 1º serão utilizados no valor de R\$ 40.800,00 (Quarenta mil e oitocentos reais) os recursos por conta do superávit financeiro do exercício anterior, na fonte 300 - Recursos Ordinários - Ex. anterior - 0.3.00, para Secretaria de Administração e Finanças e Fundo de Assistência Social. E anulado o valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) na seguinte dotação orçamentária para o Fundo Municipal da Saúde:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde Com Qualidade

Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Fonte de recurso: 102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 25 DE OUTUBRO DE 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1.908, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.908, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

AUTORIZA PAGAMENTO DE DESPESA QUE ESPECIFICA.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53 da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado a efetuar despesa, limitada em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para fazer frente aos dispêndios com "FORÇA TAREFA" em comemoração ao Outubro Rosa e Novembro Azul, a ser realizado no dia 05 de novembro de 2016, no Ginásio de Esportes Municipal.

I – O valor compreendido será gasto nos seguintes itens:

a) – Pagamento de professor de dança "Zumba";

b) – Pagamento de brinquedos;

c) – Pagamento de lanches para os profissionais do evento.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista no orçamento vigente.

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde Com Qualidade

Ação: 2.65 - MANUTENÇÃO PISO FIXO DE VIGILANCIA EM SAÚDE (PFVS)

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 306 - Vig em saúde- Ex. anteriores

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 25 de outubro de 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1.909, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.909, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

REGULAMENTA O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PINHEIRO PRETO – SUAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º - A Política de Assistência Social do Município Pinheiro Preto tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

- a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e,

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;

IV- participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;

V- primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; e,

VI- centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território.

Parágrafo único - Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES Seção I Dos Princípios

Art. 3º - A política pública de assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I- universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II- gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;

III- integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV- intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;

V- equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

VI- supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

VII- universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

VIII- respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IX- igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

X- divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção II Das Diretrizes

Art. 4º - A organização da assistência social no Município observará as seguintes diretrizes:

I-primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;

II- cofinanciamento partilhado dos entes federados;

III- matricialidade sociofamiliar;

IV- territorialização;

V-fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

VI-participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

CAPÍTULO III

DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

Seção I Da Gestão

Art. 5º - A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.

Parágrafo único - O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 6º - O Município de Pinheiro Preto atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

Art. 7º - O órgão gestor da política de assistência social no Município De Pinheiro Preto, é a Secretaria de saúde e Bem Estar Social.

Seção II Da Organização

Art. 8º - O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município Viradouro organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

Art. 9º - A proteção social básica compõem-se precipuamente dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;

III – Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;

Parágrafo único - O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS.

Art. 10 – A proteção social especial somente será ofertada nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais caso exista no município situações de média complexidade.

Art. 11 - As proteções sociais básica será ofertada pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial.

§1º - Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS.

§2º - A vinculação ao Suas é o reconhecimento pela União, em colaboração com Município, de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.

Art. 12 - A proteção social básica, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

§ único - O CRAS é a unidade pública municipal, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

Art. 13 - A implantação das unidades de CRAS deve observar as diretrizes:

I – territorialização - oferta capilar de serviços baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão e com o intuito de desenvolver seu caráter preventivo e educativo nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social;

II - universalização - a fim de que a proteção social básica seja prestada na totalidade dos territórios do município;

III - regionalização – prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Art. 14 - O CRAS é unidade pública estatal instituída no âmbito do SUAS e integra a estrutura administrativa do Município de Pinheiro Preto.

Parágrafo único - As instalações do CRAS, devem ser compatíveis com os serviços nele ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e/ou com deficiência.

Art. 15 - As ofertas socioassistenciais no CRAS pressupõem a constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, do CNAS.

Parágrafo único - O diagnóstico socioterritorial e os dados socioassistenciais são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Art. 16 - São seguranças afiançadas pelo SUAS:

I - acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

- a) condições de recepção;
- b) escuta profissional qualificada;
- c) informação;
- d) referência;
- e) concessão de benefícios;
- f) aquisições materiais e sociais;
- g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco;

II - convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, Intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;

b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

IV - desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício da participação social e cidadania;

b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão, a família e a sociedade;

c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos sob contingências e vicissitudes.

V - apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

Seção III

Das Responsabilidades

Art. 17 - Compete ao Município de Pinheiro Preto, através da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social:

I - destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art.22, da Lei Federal nº 8742, de 1993, mediante critérios estabelecidos pelo conselho municipal de assistência Social;

II - efetuar o pagamento de auxílio natalidade e auxílio funeral;

III - atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;

IV - prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8742, de 7 de Dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

V - regulamentar:

a) e coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social, observando as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal de assistência social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social;

b) os benefícios eventuais de acordo com lei específica e em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social;

VI – cofinanciar:

a) o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local;

b) a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito.

VII – realizar :

a) o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;

b) a gestão local do Benefício de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;

c) as conferências de assistência social, em conjunto com o Conselho de Assistência Social,

VIII – gerir:

a) os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;

b) o Fundo Municipal de Assistência Social;

c) no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, no âmbito municipal, nos termos do §1º do art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004;

IX – organizar:

a) a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;

b) o monitoramento da rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas;

c) a coordenação do SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União.

X – elaborar:

a) a proposta orçamentária da assistência social no Município, assegurando recursos do tesouro municipal;

b) a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e a submeter anualmente ao Conselho Municipal de Assistência Social;

c) e executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, implementando-o em âmbito municipal;

d) e executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/RH - SUAS;

e) o Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instância de pactuação e negociação do SUAS ;

f) e expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo conselho municipal de assistência social;

XI- aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

XII – alimentar e manter atualizado :

a) o Censo SUAS;

b) Conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;

XIII – garantir:

a) a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo conselho municipal de assistência social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;

b) que a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;

c) a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

d) a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional;

XIV - definir :

a) os fluxos de referência e contrarreferência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;

b) os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado a suas competências.

XV - implementar :

a) os protocolos pactuados na CIT;

b) a gestão do trabalho e a educação permanente

XVI – promover:

a) a integração da política municipal de assistência social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS;

b) articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;

c) a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da política de assistência social;

XVII - assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;

XVIII - participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;

XIX - prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;

XX – zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelo Estado ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;

XXI - assessorar as entidades de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades de assistência social de acordo com as normativas federais.

XXII – acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;

XXIII – normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, conforme § 3º do art. 6º B da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal.

XXIV - encaminhar para apreciação do conselho municipal de assistência social os relatórios anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;

XXV – compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;

XXVI - estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da

política de assistência social;

XXVII - instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;

XXVIII – dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;]

SEÇÃO IV

DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 18 - O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de assistência social no âmbito do Município de Pinheiro Preto.

§1º - A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se a cada 4 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:

- I- diagnóstico socioterritorial;
- II- objetivos gerais e específicos;
- III- diretrizes e prioridades deliberadas;
- IV- ações estratégicas para sua implementação;
- V- metas estabelecidas;
- VI- resultados e impactos esperados;
- VII- recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- VIII- mecanismos e fontes de financiamento;
- IX - indicadores de monitoramento e avaliação; e,
- X - tempo de execução.

§2º - O Plano Municipal de Assistência Social além do estabelecido no parágrafo anterior deverá observar:

- I – as deliberações das conferências de assistência social;
- II - metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;
- III – ações articuladas e intersetoriais;

CAPÍTULO IV

DAS INSTÂNCIAS DE ARTICULAÇÃO, PACTUAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO SUAS

Seção I

Do Conselho Municipal De Assistência Social

Subseção I

Da Natureza e Finalidade

Art. 19- Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social, no município de Pinheiro Preto, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 2(dois) anos, permitida única recondução por igual período.

§ 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social é composto por 10(dez) membros e respectivos suplentes indicados de acordo com critérios seguintes:

- I – 5(cinco) representantes governamentais;
- II – 5(cinco) representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e dos trabalhadores do setor.

§2º O CMAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 2 (dois) anos, permitida única recondução por igual período, observada a alternância entre representantes da sociedade civil e governo.

Art. 20. O CMAS reunir-se-á ordinariamente uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário cujas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, e funcionará de acordo com o Regimento Interno.

Parágrafo único. O Regimento Interno definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário, para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 21- A participação dos conselheiros no CMAS é de interesse público e relevante valor social e não será remunerada.

Art. 22- O controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social -CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.

Art. 23- Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I - elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;
- II - convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;
- III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências de assistência social;
- IV - apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social;
- V - aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, apresentado pelo órgão gestor da assistência social;
- VI - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família-PBF;
- VII- normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;
- VIII- apreciar e aprovar informações da Secretaria Municipal de Assistência Social inseridas nos sistemas nacionais e estaduais de informação referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;
- IX- apreciar os dados e informações inseridas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, unidades públicas e privadas da assistência social, nos sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o sistema municipal de assistência social;
- X- alimentar os sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social;
- XI- zelar pela efetivação do SUAS no Município;
- XII- zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;
- XIII- deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;
- XIV- estabelecer critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais;
- XV- apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social em consonância com a Política Municipal de Assistência Social;
- XVI- acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;
- XVII- fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família-IGD-PBF, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social -IGD-SUAS;
- XVIII- planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos IGD-PBF e IGD-SUAS destinados à atividades de apoio técnico e operacional ao CMAS;
- XIX - participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados FMAS;
- XX- aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;
- XXI- orientar e fiscalizar o FMAS;
- XXII- divulgar, no Diário Oficial Municipal, ou em outro meio de comunicação, todas as suas decisões na forma de Resoluções, bem como as deliberações acerca da execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos.
- XXIII- receber, apurar e dar o devido prosseguimento a denúncias;
- XXIV- deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS no âmbito do município;
- XXV- estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos.
- XXVI- realizar a inscrição das entidades e organização de assistência social;
- XXVII- notificar fundamentadamente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição;
- XXVIII- fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;
- XXIX- emitir resolução quanto às suas deliberações;
- XXX- registrar em ata as reuniões;

XXXI- instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários.

XXXII- zelar pela boa e regular execução dos recursos repassados pelo FMAS executados direta ou indiretamente, inclusive no que tange à prestação de contas;

XXXIII- avaliar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município.

Art. 24- O CMAS deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade e transparência das suas atividades.

§1º O planejamento das ações do conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da assistência social para o apoio financeiro e técnico às funções do Conselho.

§2º O CMAS utilizará de ferramenta informatizada para o planejamento das atividades do conselho, contendo as atividades, metas, cronograma de execução e prazos a fim de possibilitar a publicidade.

Seção II DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 25- As Conferências Municipais de Assistência Social são instâncias periódicas de debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 26- As conferências municipais devem observar as seguintes diretrizes:

I - divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;

II - garantia da diversidade dos sujeitos participantes;

III - estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;

IV - publicidade de seus resultados;

V - determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações; e

VI - articulação com a conferência estadual e nacional de assistência social.

Art. 27- A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 2 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros dos respectivos conselhos.

Seção III PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS

Art. 28- É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nos conselhos e conferências de assistência social.

Art. 29- O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e ainda a organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Seção IV DA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS INSTÂNCIAS DE NEGOCIAÇÃO E PACTUAÇÃO DO SUAS.

Art. 30. O Município é representado nas Comissões Intergestores Bipartite - CIB e Tripartite - CIT, instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS.

§1º O CONGEMAS E COEGEMAS constituem entidades sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de assistência social, declarados de utilidade pública e de relevante função social, onerando o município quanto a sua associação a fim de garantir os direitos e deveres de associado.

§2º O COEGEMAS poderá assumir outras denominações a depender das especificidades regionais.

CAPÍTULO V DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA.

Seção I DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 31- Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei federal nº 8.742, de 1993.

Parágrafo único. Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.

Art. 32- Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do SUAS, devendo sua prestação observar:

- I – não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;
- II – desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, que estigmatizam os beneficiários;
- III – garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;
- IV – garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais;
- V – ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;
- VI – integração da oferta com os serviços socioassistenciais.

Art.33- Os benefícios eventuais podem ser prestados na forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços.

Art. 34- O público alvo para acesso aos benefícios eventuais deverá ser identificado pelo Município a partir de estudos da realidade social e diagnóstico elaborado com uso de informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Setor de Assistência Social, com vistas a orientar o planejamento da oferta.

Seção II DA PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 35- Os benefícios eventuais devem ser prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de riscos, perdas e danos a que estão sujeitos os indivíduos e famílias.

Parágrafo único. Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê o art. 22, §1º, da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 36 - O benefício prestado em virtude de morte deverá ser concedido com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família e tem por objetivo atender as necessidades urgentes da família para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros.

Parágrafo único - O benefício eventual por morte poderá ser concedido conforme a necessidade do requerente e o que indicar o trabalho social com a família.

Art. 37 - O benefício prestado em virtude de vulnerabilidade temporária será destinado à família ou ao indivíduo visando minimizar situações de riscos, perdas e danos, decorrentes de contingências sociais, e deve integrar-se à oferta dos serviços socioassistenciais, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção comunitária.

Parágrafo único - O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter temporário, sendo o seu valor e duração definidos de acordo com o grau de complexidade da situação de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos, identificados nos processo de atendimento dos serviços.

Art. 38 - A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II – perdas: privação de bens e de segurança material;
- III – danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, perdas e danos podem decorrer de:

- I – ausência de documentação;
- II – necessidade de mobilidade intraurbana para garantia de acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais;
- III – necessidade de passagem para outra unidade da Federação, com vistas a garantir a convivência familiar e comunitária;
- IV – ocorrência de violência física, psicológica ou exploração sexual no âmbito familiar ou ofensa à integridade física do indivíduo;

V – perda circunstancial ocasionada pela ruptura de vínculos familiares e comunitários;

VI – processo de reintegração familiar e comunitária de pessoas idosas, com deficiência ou em situação de rua; crianças, adolescentes, mulheres em situação de violência e famílias que se encontram em cumprimento de medida protetiva;

VII – ausência ou limitação de autonomia, de capacidade, de condições ou de meios próprios da família para prover as necessidades alimentares de seus membros;

Art. 39 - Os benefícios eventuais prestados em virtude de desastre ou calamidade pública constituem-se provisão suplementar e provisória de assistência social para garantir meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal.

Art. 40 - As situações de calamidade pública e desastre caracterizam-se por eventos anormais, decorrentes de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, secas, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, os quais causem sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes, e outras situações imprevistas ou decorrentes de caso fortuito.

Parágrafo único - O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter provisório e suplementar, sendo seu valor fixado de acordo com o grau de complexidade do atendimento de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos afetados.

Art. 41 - Ato normativo editado pelo Poder Executivo Municipal disporá sobre os procedimentos e fluxos de oferta na prestação dos benefícios eventuais.

Subseção III

Das Despesas com a Concessão de Benefícios Eventuais

Art. 42 - As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único - As despesas com Benefícios Eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município - LOA.

Seção II

Dos Serviços

Art. 43 - Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei nº Federal 8742, de 1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Seção III

Dos Programas De Assistência Social

Art. 44 - Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§ 1º - Os programas serão definidos e aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidos aos objetivos e princípios que regem Lei Federal nº 8742, de 1993, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2º - Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8742, de 1993.

Seção IV

Projetos De Enfrentamento à Pobreza

Art. 45 - Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Seção V

Da Relação Com as Entidades de Assistência Social

Art. 46 - São entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 47 - As entidades de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 48 - Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas,

projetos e benefícios socioassistenciais:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 49 - As entidades ou organizações de Assistência Social no ato deverão comprovar:

I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;

II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - elaborar plano de ação anual;

IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistenciais executado.

Parágrafo único - Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de análise:

I - análise documental;

II - visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;

III - elaboração do parecer da Comissão;

IV - pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;

V - publicação da decisão plenária;

VI - emissão do comprovante;

VII - notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício.

CAPÍTULO VI

DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 50 - O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único - O orçamento da assistência social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipais de Assistência Social serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 51 - Caberá ao órgão gestor da assistência social responsável pela utilização dos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Parágrafo único - Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

Seção I

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 52 - Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 53 - Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

I – recursos provenientes da transferência dos fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II – dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III – doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, Governamentais e não Governamentais;

IV – receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;

V – as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor.

VI – produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII – doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII – outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§1º A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pela Assistência Social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§2º Os recursos que compõem o Fundo, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§3º As contas recebedoras dos recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão abertas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 54. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 55 - Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, serão aplicados em:

I – financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por Órgão conveniado;

II – em parcerias entre poder público e entidades de assistência social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais específicos;

III – aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;

IV – construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

V – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI – pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

VII- pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 57- O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto nesta Lei.

Art.58- Os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, anualmente de forma analítica.

Art. 56- Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 57- Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 25 de outubro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

EDITAL Nº 001/2016/CMDCA

EDITAL Nº 001/2016/CMDCA

CHAMAMENTO PÚBLICO

O Vice Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode, Roberto Carlos Maske, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal nº 1.962/07 de 09 de março de 2007, Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 e na Lei Federal nº 13.019/2014 torna público às Organizações da Sociedade Civil interessadas, que através deste, realiza o Chamamento Público, visando à seleção de Entidades, para firmar parceria por meio de Termo de Fomento, nos termos e condições estabelecidas neste Edital.

1 – OBJETO:

1.1 – Formalização de Parceria, através de Termo de Fomento, com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para execução de atividades em regime de mútua cooperação com a administração pública, no exercício de 2017, que apresentarem o Plano de Trabalho que melhor se adequar ao objeto a ser pactuado:

| Item | Área | Descrição do Objeto | Valor Máximo |
|------|--------------------|---|---------------|
| 1 | Educação Especial | Projetos que tenham como objetivo a educação complementar e/ou educação que objetive a inclusão social de crianças e adolescentes portadores de deficiência, auxílio, apoio e orientação à família e atendimento psicossocial à criança e ao adolescente. | R\$ 10.000,00 |
| 2 | Assistência Social | Projetos que tenham como objetivo prevenção a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais; fortalecimento de vínculos; projetos de prevenção e atendimento as vítimas de violências, bem como combate ao abuso e exploração destas violências. | R\$ 5.000,00 |
| 3 | Educação | Projetos inovadores e/ou complementares ao desenvolvimento integral da criança que visem a complementação da política de atendimento da criança; projetos que propiciem a complementação ao desenvolvimento da criança e do Adolescente na perspectiva educacional. | R\$ 53.000,00 |
| 4 | Esporte e Lazer | Projetos que possibilitem a realização de ações ligadas à promoção do esporte e lazer que tenham como foco a inclusão social e ações preventivas. | R\$ 42.000,00 |
| 5 | Cultura | Projetos que possibilitem a realização de ações ligadas à promoção da cultura que tenham como foco a inclusão social e ações preventivas. | R\$ 10.000,00 |

1.2 ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS:

Item 1: Fundo da Infância e da Adolescência – FIA.

Público Alvo: Crianças e Adolescentes na faixa etária de até 18 anos, residentes no Município de Pomerode.

Objetivo dos projetos: Projetos que tenham como objetivo a educação complementar e/ou educação que objetive a inclusão social de crianças e adolescentes portadores de deficiência, auxílio, apoio e orientação à família e atendimento psicossocial à criança e ao adolescente

Item 2: Fundo da Infância e da Adolescência – FIA.

Público Alvo: Crianças e Adolescentes na faixa etária de até 18 anos, residentes no Município de Pomerode.

Objetivo dos projetos: Prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais; fortalecimento de vínculos; projetos de prevenção e atendimento as vítimas de violências, bem como combate ao abuso e exploração destas violências.

Item 3: Fundo da Infância e da Adolescência – FIA.

Público Alvo: Crianças e Adolescentes na faixa etária de até 18 anos, residentes no Município de Pomerode.

Objetivo dos projetos: Projetos inovadores e/ou complementares ao desenvolvimento integral da criança que visem a complementação da política de atendimento da criança; projetos que propiciem a complementação ao desenvolvimento da criança e do Adolescente na perspectiva educacional.

Item 4: Fundo da Infância e da Adolescência – FIA.

Público Alvo: Crianças e Adolescentes na faixa etária de até 18 anos, residentes no Município de Pomerode.

Objetivo dos projetos: Possibilitar a realização de ações ligadas a promoção do esporte e lazer que tenham como foco a inclusão e ações preventivas.

Item 5: Fundo da Infância e da Adolescência – FIA.

Público Alvo: Crianças e Adolescentes na faixa etária de até 18 anos, residentes no Município de Pomerode.

Objetivos dos projetos: Possibilitar a realização de ações ligadas a promoção da cultura que tenham como foco a inclusão e ações preventivas.

1.3 – Caso não sejam apresentados projetos ou haja saldos de valores em uma determinada área do Item 1.1 – Objeto deste Edital, os valores daquela área, serão remanejados para os projetos que atingirem a maior pontuação da área de Educação e Assistência Social, respectivamente, de acordo com o item 6.4 deste Edital.

2. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

2.1 - Para celebração da parceria, as organizações da sociedade civil deverão apresentar, em envelope fechado, contendo na parte externa/frente os seguintes dados:

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode – CMDCA

Rua 15 de Novembro, 234 – Centro – Pomerode

Telefone: 47 3387-1125

Credenciamento de Organização da Sociedade Civil

Edital de Chamamento Público CMDCA nº 001/2016

Área pretendida: (indicar a área do item 1 deste Edital).

2.2 - Documentação Obrigatória segundo a Lei 13.019/2014:

I - Plano de Trabalho (ANEXO I)

a) Deverá constar do plano de trabalho de parcerias celebradas mediante termo de fomento:

- Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas.
- Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados.
- Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria
- Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas.
- Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

II - certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado;

III - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;

IV - cópia autenticada da ata de eleição do quadro dirigente atual;

V - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

VI - Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado.

2.3 Documentação Obrigatória segundo a Instrução Normativa do Tribunal de Contas de SC 14/2012:

I - Ofício do Representante da Entidade solicitando a celebração da parceria para execução do Plano de Trabalho (ANEXO II);

II – Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

III - Comprovante de endereço da entidade e do seu representante legal;

IV - Cópia autenticada em cartório do RG e do CPF do presidente da entidade ou do ocupante de cargo equivalente.

V- Cópia simples do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente.

VI - Cópia simples do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal.

VII - Atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;

VIII – Certificação de entidade beneficiária de assistência social, emitida por Conselho Municipal de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;

IX – Cópia de Lei de utilidade pública, quando exigida pela legislação do concedente;

X - Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – CPD-EN emitido pela Previdência Social

XI - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF

XII - Certidão Negativa de Débitos Estaduais, obtida no sítio eletrônico <http://www.sef.sc.gov.br>, quando o concedente for o Estado

XIII- Certidão Negativa de débitos municipais, quando o concedente for município

XIV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V, da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos

XV - Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses.

3. CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO

3.1 Conforme o Artigo 33 da Lei 13.019/2014, para celebrar as parcerias previstas, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

III - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

IV - possuir:

a) no mínimo, um, dois ou três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme, respectivamente, a parceria seja celebrada no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal ou dos Estados e da União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los;

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

c) Instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

4. VEDAÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIA

4.1 Ficarão impedidas de celebrar qualquer modalidade de parceria a organização da sociedade civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;

b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) a prevista no inciso II do art. 73 da Lei 13.019/2014;

d) a prevista no inciso III do art. 73 da Lei 13.019/2014;

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera

da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

4.2 É vedada a celebração de parcerias previstas nesta Lei que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

4.3 É vedado segundo a Resolução nº 137/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Art. 15, I) o financiamento de programas e serviços complementares ou inovadores, já financiados pelo FIA há 3 (três) anos.

5. DESPESAS VEDADAS

5.1 As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42 da Lei Federal 13.019/2014, sendo vedado:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

5.2 Não poderão ser financiados, conforme Resolução nº 137/2010 do CONANDA:

I - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

II - manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;

IV - investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

6. DESPESAS AUTORIZADAS

6.1 Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria: (Artigo 46 da Lei 13.019/2014)

I - remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho.

II - diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

III - custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

IV - aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto, desde que necessários ao projeto;

6.2 Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

7.1 O CMDCA através da Comissão de Políticas, Plano e Diagnóstico analisará os documentos propostos pelas organizações da sociedade civil e apreciará todos os Planos de Trabalho e documentos apresentados, se necessário, solicitará informações adicionais, realizará visitas técnicas, estabelecendo prazo para que as organizações se manifestem por escrito quando solicitado, a fim de selecionar, monitorar e avaliar as entidades que atenderam os requisitos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 O Plano de Trabalho também será analisado por uma equipe técnica, nomeada pelo Poder Executivo Municipal, que emitirá parecer quanto à execução e viabilidade do objeto.

7.3 Também será solicitado emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria, com observância das normas da Lei 13.019/2014 e da legislação específica.

7.4 A Comissão de Políticas, Plano e Diagnóstico do CMDCA utilizará os critérios citados no quadro abaixo para classificação dos projetos.

| Pontuação | PESO | Plenamente Satisfatório | Satisfatório | Insatisfatório |
|--|------|-------------------------|--------------|----------------|
| | | 2 | 1 | 0 |
| 1. Viabilidade dos Objetivos e Metas | 2 | | | |
| 2. Viabilidade de Execução | 2 | | | |
| 3. Coerência no Plano de Aplicação de Recursos | 2 | | | |
| 4. Experiência da Entidade no Projeto e no Município | 2 | | | |
| 5. Sustentabilidade da Entidade | 2 | | | |
| 6. Localização e Infraestrutura | 2 | | | |
| 7. Adequação aos critérios estabelecidos no Plano de Trabalho. | 2 | | | |
| 8. Contribuição para o desenvolvimento biopsicosocial do público alvo do projeto | 2 | | | |
| 9. Participação da OSC em Conselhos Municipais | 2 | | | |
| TOTAL | | | | |

Descrição dos Critérios de Seleção dos Projetos:

1) Viabilidade dos Objetivos e Metas: Se os objetivos específicos são viáveis e exequíveis. Se as metas estão de acordo com o solicitado pelo Chamamento e Legislação. Peso: 2.

2) Viabilidade de Execução: Se o projeto demonstra proximidade com realidade do território. Peso: 2.

3) Coerência no Plano de Aplicação de Recursos: Se há compatibilidade na aplicação dos recursos com a proposta de trabalho. Peso: 2.

4) Experiência da Entidade no Projeto e no Município: Se a proposta traz conhecimento sobre realidade da comunidade ou do público-alvo; e se demonstra experiência com o projeto proposto. Peso: 2.

5) Sustentabilidade da Entidade: Se a Entidade possui outras fontes de recurso e/ou apoio institucional. Peso: 2.

6) Localização e Infraestrutura física: Descrever se o local e a infraestrutura prevista atende as necessidades do projeto. Socioassistenciais. Peso: 2.

7) Adequação aos critérios estabelecidos no Plano de Trabalho: Clareza e objetividade na apresentação do Plano de Trabalho. Peso: 2.

8) Contribuição para o desenvolvimento biopsicossocial do público alvo do projeto: Previsão de ações que contribuam para a melhora na sua qualidade de vida e alteração de sua realidade social. Peso: 2.

9) Participação da OSC em Conselhos Municipais: A organização participa e se articula com a rede de controle social e garantia de direitos. Peso: 2.

7.5 – Como critérios de desempate serão adotados os seguintes critérios:

1º – Projeto com maior número de pessoas a serem atendidas.

2º – Acessibilidade.

8 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - A Programação orçamentária que autoriza e fundamenta a celebração das parcerias é a seguinte:

18 – Fundo Municipal para a Criança e Adolescente

18 01 – Fundo Municipal para a Criança e Adolescente
008.0243.0160.2046 – Manutenção de Assistência a Criança e Adolescente
3350.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
3000000 - recursos ordinários –

018 – Fundo Municipal para a Criança e Adolescente
18 01 – Fundo Municipal para a Criança e Adolescente
008.0243.0160.2046 – Manutenção de Assistência a Criança e Adolescente
445000000 - transferência a Inst.Priv.S/fins Lucrativos
3000000 - recursos ordinários –

8.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

9 – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO:

9.1 – Os termos de fomento a serem celebrados no ano de 2017 terão início na data de sua assinatura, com vigência de 12 (doze) meses.

10. PRAZOS, LOCAL E CRONOGRAMA

10.1 – Os interessados deverão apresentar todos os documentos elencados no item 2 deste Edital, em envelope lacrado, até às 17h00min do dia 09/12/2016 junto a Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, Rua 15 de Novembro, 234 – Centro, Pomerode, de acordo com o seguinte cronograma:

| DATA | ATIVIDADE |
|----------------------------|--|
| 27/10/2016 | Publicação do Edital nº 001/2016/CMDCA |
| 28/10/2016 até 09/12/2016 | Prazo para inscrição de projetos juntamente com a documentação exigida no Edital. |
| 13/12/2016 | Publicação no site da Prefeitura Municipal de Pomerode (www.pomerode.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios dos projetos inscritos. |
| 23/01/2017 até 27/01/2017 | Análise dos Projetos pela Comissão de Políticas, Plano e Diagnóstico do CMDCA. |
| 30/01/2017 até 02/02/2017 | Análise do Plano de Trabalho pela equipe técnica designada pelo Poder Executivo. |
| 03/02/2017 | Aprovação dos Projetos pelo CMDCA |
| 06/02/2017 | Publicação no site da Prefeitura Municipal de Pomerode (www.pomerode.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios dos projetos aprovados. |
| 07/02/2017 até 08/02/2017 | Prazo final para ingressar com recurso junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. |
| 10/02/2017 | Prazo final para julgamento de recursos apresentados. |
| 14/02/2017 | Prazo final para Publicação no site da Prefeitura Municipal de Pomerode (www.pomerode.sc.gov.br), no site do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (www.cmdca.org) e no Diário Oficial dos Municípios do Ato de Homologação da relação de projetos habilitados e aprovados. |
| 15/02/2017 até 17/02/2017 | Emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria. |
| 22/02/2017 | Formalização da Parceria/Assinatura do Termo |
| A partir do dia 01/03/2017 | Repasse dos recursos |

10.2 – Os envelopes lacrados serão abertos pela Comissão de Políticas, Plano e Diagnóstico no dia 12/12/2016.

11 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1 – Demais critérios e condições para celebração das parcerias objeto deste Chamamento Público estão definidos na Lei Federal nº 13.019/2014.

11.2 – Tendo em vista seu poder de discricionariedade, o órgão gestor poderá decidir sobre a escolha da proposta a partir do parecer da equipe técnica, nomeada pelo Poder Executivo Municipal e a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode.

11.3 – Em caso de desistência da organização da sociedade civil em celebrar o termo de fomento a qualquer tempo após a entrega da documentação solicitada neste Edital de Chamamento Público, essa intenção deverá ser manifestada por escrito, através de ofício devidamente assinado pelo responsável da organização preponente, explicando as razões que conduziram a essa situação.

11.4 – Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Pomerode, 25 de Outubro de 2016.

Roberto Carlos Maske
Vice Coordenador do CMDCA de Pomerode

ANEXO I
PLANO DE TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO E CREDENCIAIS DA ENTIDADE

| | | | | | |
|----------------------|----|--------|--------------|--------------------|-----------------|
| ENTIDADE RECEBEDORA: | | | | CNPJ | |
| Endereço | | | | Bairro | |
| Cidade | UF | CEP | DDD/telefone | E-MAIL | |
| Conta Corrente | | Banco | Agência | Praça de pagamento | |
| Nome do Responsável | | | | CPF | |
| CI/ Órgão Exp. | | Cargo | E-MAIL | | (DDD) Telefones |
| Endereço | | Bairro | Cidade | CEP | |

OUTROS RESPONSÁVEIS

| | | | |
|----------|-----------------|--------|-----|
| Nome | | CPF | |
| Endereço | Bairro | Cidade | CEP |
| E-mail | (DDD) Telefones | | |

| | | | |
|----------|-----------------|------------|-----|
| Nome | | CPF/E-MAIL | |
| Endereço | Bairro | Cidade | CEP |
| E-mail | (DDD) Telefones | | |

PROJETO

| | | |
|-----------------|---------|---------|
| NOME DO PROJETO | PERÍODO | |
| | INÍCIO | TÉRMINO |
| | | |

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO (de modo que permita identificar precisamente o que se pretende realizar ou obter):

DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA (demonstrar o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas, identificando o interesse público, evidenciando os benefícios econômicos e sociais a serem obtidos):

OBJETIVOS SOCIAIS DA ENTIDADE, COM INFORMAÇÕES RELATIVAS À CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO:

DESCRIÇÃO DE METAS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:

| Meta | Etapa / Fase / Mês | Especificação (atividades ou projetos) | Indicador Físico | | Duração | |
|------|--------------------|--|------------------|-------|---------|---------|
| | | | QTIDADE | VALOR | Início | Término |
| | | | | | | |

FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OU DOS PROJETOS E DE CUMPRIMENTO DAS METAS A ELES ATRELADAS (descrever as ações que serão tomadas para o cumprimento da meta):

| | |
|------|--|
| Meta | Forma de Execução para cumprimento da meta |
|------|--|

CRONOGRAMA FINANCEIRO DE DESEMBOLSO (R\$)

Concedente – PREFEITURA OU FUNDOS

| | | | | | | |
|------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|
| Meta | 1º mês | 2º mês | 3º mês | 4º mês | 5º mês | 6º mês |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Meta | 7º mês | 8º mês | 9º mês | 10º mês | 11º mês | 12º mês |
| | | | | | | |

Conveniente (contrapartida) – ENTIDADE ou Outro tipo de Receita

| | | | | | | |
|------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|
| Meta | 1º mês | 2º mês | 3º mês | 4º mês | 5º mês | 6º mês |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Meta | 7º mês | 8º mês | 9º mês | 10º mês | 11º mês | 12º mês |
| | | | | | | |

ESPECIFICAÇÃO DE TODAS AS DEMAIS FONTES DE RECURSOS QUE IRÃO FINANCIAR O OBJETO, COM OS VALORES ESTIMADOS, SE FOR O CASO:

| | | | |
|---|-------|---------------|-------------|
| Tipo de Fonte (ex.: Governo Federal, Empresas privadas,...) | | | |
| | Valor | Periodicidade | Valor total |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| Total Geral | | X | |

PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS A SEREM REALIZADAS NA EXECUÇÃO DAS AITIVIDADES OU DOS PROJETOS ABRANGIDOS PELA PARCERIA:

| Custeio (despesa corrente) / subvenção social | | Total | Receitas | Despesas |
|---|-----------------------------------|-------|----------|----------|
| Qtde/Unid | Especificação (tipo, modelo, etc) | | | |
| | | | | |
| Total Geral | | | | |
| Investimento (material permanente) auxílio | | Total | Receitas | Despesas |
| Qtde/Unid | Especificação (tipo, modelo, etc) | | | |
| | | | | |
| Total Geral | | | | |

DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:

EM HAVENDO BEM(S) REMANESCENTE(S) DA PARCERIA, FAVOR ESTIPULAR A DESTINAÇÃO AO(S) BEM(S):

CASO TRATE DE OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA, APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE QUE OS RECURSOS PRÓPRIOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR ESTÃO ASSEGURADOS:

DEFERIMENTO SOLICITADO:

Na qualidade de representante legal, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o Plano de Trabalho (colocar o título do projeto)

Local e data

(colocar o nome no responsável e assinar)

APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA COMISSÃO DE POLÍTICAS, PLANO E DIAGNÓSTICO DO CMDCA:

_____ APROVADO

_____ APROVADO COM RESSALVAS, com possibilidade de celebração da parceria, devendo o administrador público cumprir o que houver sido ressaltado ou, mediante ato formal, justificar as razões pelas quais deixou de fazê-lo.

_____ REPROVADO

Local e Data

Presidente da Comissão de Políticas, Plano e Diagnóstico do CMDCA

APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA EQUIPE TÉCNICA

_____ APROVADO

_____ APROVADO COM RESSALVAS, com possibilidade de celebração da parceria, devendo o administrador público cumprir o que houver sido ressaltado ou, mediante ato formal, justificar as razões pelas quais deixou de fazê-lo.

_____ REPROVADO

Local e Data

Responsável pela equipe técnica

ANEXO II

Ofício Nº /2016.
Pomerode, de 2016.

Prezado Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

Em atenção ao EDITAL Nº 001/2016/CMDCA de Chamamento Público vimos a presença de Vossa Excelência para solicitar a liberação de recursos no valor de R\$para desenvolver o projeto intituladoem regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público (A justificativa para o Termo de Fomento deve ser descrita por meio do relato da importância do repasse no contexto do município, indicando sua participação na melhoria, bem-estar e qualidade de vida da população). Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

(Dirigente da entidade)
Nome Completo
CPF

A Vossa Senhoria
SILVIO BODENMULLER
Coordenador do CMDCA de Pomerode
Pomerode – SC

ANEXO III MINUTA DO TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº ____/ _____

Edital nº 001/2016/CMDCA

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POMERODE E O _____, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua XV de Novembro, 525 - Bairro Centro, nesta cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. _____, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº _____ e Cédula de Identidade nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, nesta cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, em cumprimento a deliberação conjunta do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, representado pelo Sr. _____, Coordenador do CMDCA de Pomerode inscrito no CPF sob o nº _____, portador da cédula de identidade nº _____; residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, nesta cidade de Pomerode – SC e pela Sra. _____, Gestora do FIA, inscrita no CPF sob o nº _____, portadora da cédula de identidade nº _____; residente e domiciliada na Rua _____, nº _____, Bairro _____, nesta cidade de Pomerode, doravante denominado simplesmente de Conveniente, e _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____ com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____, nesta cidade de Pomerode - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. _____, brasileiro, inscrito

no CPF sob nº _____, portador da Cédula de Identidade n. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, nesta cidade de Pomerode – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente Conveniada, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento, observando-se as regras previstas no Edital nº 001/2016/CMDCA, Lei Federal nº 13.019/2014, Instrução Normativa 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina de 13 de junho de 2012 e demais regulamentos e normas que regem a matéria, mediante as Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo de fomento tem por objeto à _____, de acordo com o Plano de trabalho em anexo que passa a integrar este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE COOPERAÇÃO

A cooperação mútua dos PARTÍCIPES dar-se-á da seguinte forma:

I - O CMDCA realizará:

O repasse da quantia de R\$ _____ (extenso) à ENTIDADE, subdividido em 11 (onze) parcelas da seguinte forma: _____ (_____) no mês de _____ de 2016, R\$ _____ (_____), que será depositada na conta bancária nº 003.00001617-1 Agência 1880, Caixa Econômica Federal, aberta especificamente para atender o objeto do presente Convênio.

A liberação das parcelas subsequentes à primeira fica condicionada à apresentação e aprovação de contas da parcela anteriormente recebida.

Parágrafo Único: As parcelas dos recursos transferidos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades, quando:

- a) houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- b) constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;
- c) a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativas suficientes as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

II. A ENTIDADE realizará:

1. A execução do objeto desta parceria, com observância do plano de trabalho e do cronograma de desembolso, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, compreendendo todas as atividades a ele relativas;
2. _____ (descrever detalhadamente as demais atividades que serão desempenhadas pela ENTIDADE);
3. Indicação da contrapartida na modalidade _____ (se houver contrapartida, poderá ser em dinheiro, bens ou serviços. Quando for em bens e serviços, indicar a forma de aferição econômica da contrapartida);
4. Comprovação da contrapartida no ato da solicitação do repasse (se houver contrapartida).

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES

Para realização do objeto desta parceria, os parceiros obrigam-se a:

I. CMDCA

1. Liberar a quantia mencionada na Cláusula anterior em _____ parcelas de R\$ _____ cada, na forma do cronograma de desembolso, que integra o presente termo, sendo que a primeira parcela somente será liberada após a publicação do extrato deste termo, condicionada à apresentação da prestação de contas das anteriormente repassadas;
2. Proceder à orientação, fiscalização e avaliação dos trabalhos desenvolvidos que se relacionem com a utilização dos recursos oriundos deste Termo de Fomento;
4. Providenciar, em caso de descumprimento do objeto, desvio de finalidade, entre outro, a devida tomada de contas especial;
5. Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização;
6. Efetuar o pagamento das despesas com a publicação do extrato deste Termo de Fomento.

II. ENTIDADE

1. Aplicar os recursos recebidos, exclusivamente, na execução desta parceria e com o disposto no seu plano de aplicação e cronograma de desembolso, que integram este ajuste;

2. Facilitar e aceitar a orientação, supervisão técnica e fiscalização contábil da Prefeitura Municipal na execução do objeto desta parceria;
3. Prestar contas na forma legal e contábil, em 30 (trinta) dias da quantia recebida, de acordo com a IN14/2012 do TCE-SC e anexo VII da mesma, cumprindo o plano de trabalho deferido no processo de concessão. A prestação de contas mensal deverá vir acompanhada da lista de presença dos participantes do projeto, bem como de fotos e relatório do projeto.
4. A entidade deverá aplicar os recursos quando a execução for superior a trinta dias, sendo dessa forma os rendimentos devem ser comprovados através de extrato da conta aplicação podendo ser utilizados no objeto ou devolvidos para o concedente, assim como os recursos não utilizados.
5. Promover, à falta da apresentação da prestação de contas no prazo regulamentar, a restituição dos recursos transferidos, acrescidos de juros e correção monetária, conforme o índice oficial, salvo quando decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado ou sua devida justificativa;
6. Manter os recursos transferidos pelo CMDCA em conta corrente específica, junto à instituição financeira pública determinada pela Prefeitura Municipal, com aplicação financeira. Conforme art. 51, Lei 13.019/2014, as parcerias serão realizadas em conta corrente específica isenta de tarifa bancária, em instituição financeira pública, ou seja, Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.
7. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao CMDCA no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pelo CMDCA;
8. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária;
- 8.1. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.
9. Permitir o livre acesso dos Conselheiros do CMDCA, dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a esta parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
10. Efetuar o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto nesta parceria, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública/CMDCA a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
11. Gerenciar os recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
12. Inserção da logo do CMDCA como financiador no material de divulgação e/ou publicidade do projeto.

CLÁUSULA QUARTA – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA PARCERIA

1. O CMDCA promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria através da Comissão de Políticas, Plano e Diagnóstico, designada por Resolução do Conselho.

§ 1º. Para a implantação do monitoramento e da avaliação, o CMDCA poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

§ 2º. Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, a administração pública realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

§ 3º. A Comissão de Política, Plano e Diagnóstico emitirá relatório de monitoramento e avaliação da parceria e submeterá à Plenária do CMDCA, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

§ 4º. O relatório de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) valores efetivamente transferidos pelo CMDCA;
- d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

§ 5º. As parcerias de que trata este Edital estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DO GESTOR DA PARCERIA

I. São obrigações do gestor da parceria:

1. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
2. Informar à Presidência do CMDCA a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
3. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório de monitoramento e avaliação;
4. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

CLÁUSULA SEXTA – ASSUNÇÃO DOS TRABALHOS

1. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, o CMDCA poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

- a) retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades;
- c) Essas situações previstas acima devem ser comunicadas imediatamente pelo gestor ao Presidente do CMDCA.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALOR

O valor global do presente Termo de Fomento é de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Termo de Fomento correrão à conta da Seguinte Dotação:

18 – Fundo Municipal para a Criança e Adolescente
18 01 – Fundo Municipal para a Criança e Adolescente
008.0243.0160.2046 – Manutenção de Assistência a Criança e Adolescente
3350.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos
30000000 - recursos ordinários –

018 – Fundo Municipal para a Criança e Adolescente
18 01 – Fundo Municipal para a Criança e Adolescente
008.0243.0160.2046 – Manutenção de Assistência a Criança e Adolescente
445000000 - transferência a Inst.Priv.S/fins Lucrativos
30000000 - recursos ordinários –

CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O presente instrumento terá vigência da data de sua assinatura até ____/____/_____, adquirindo eficácia a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogado mediante solicitação da ENTIDADE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao CMDCA em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.

Parágrafo Único: A prorrogação de ofício da vigência deste termo de Fomento deve ser feita pelo CMDCA quando este der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DENÚNCIA E RESCISÃO

É facultado aos parceiros reincidir este Termo, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção, nos termos da legislação vigente, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

§ 1º. A denúncia e/ou rescisão deste Termo ocorrerá quando da constatação das seguintes situações:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- b) Retardamento injustificado na realização da execução do objeto de Termo;
- c) Descumprimento a toda e qualquer cláusula constante deste Termo;
- d) Por manifesto interesse público, motivadamente declarado pela Presidência do CMDCA.

§ 2º. Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas nesta Cláusula, os PARTICIPES são responsáveis pelas obrigações que assumiram até a data da rescisão, competindo à ENTIDADE a comprovação de aplicação dos recursos que houver recebido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES

1.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Edital, da Lei n.º 13.019/14 e/ou de legislação específica, o CREA-SC poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

- 1. advertência;
- 2. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo do CMDCA, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- 3. declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

§ 1º. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva da Presidência do CMDCA, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de aplicação da penalidade.

§ 2º. Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

§ 3º. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

- 1. Este Termo de Fomento poderá ser alterado por meio de termo aditivo, de comum acordo entre os parceiros, vedada a mudança do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

- 1. O presente Termo de Fomento será publicado pelo CMDCA sob a forma de extrato no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – BENS ADQUIRIDOS

1. Na data da conclusão ou extinção desta parceria, a titularidade dos direitos e dos bens adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pelo CMDCA será do CMDCA de Pomerode, que poderão ser doados, a critério da Plenária do CMDCA quando não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observada a legislação vigente.

§ 1º. Será obrigatória a estipulação do destino a ser dado aos bens remanescentes da parceria.

§ 2º. Concluído, ou não, o prazo de vigência do presente ajuste, no caso de utilização em desacordo com a finalidade estabelecida pelos parceiros, poderá o CMDCA promover a imediata retomada dos bens e direitos referidos na Cláusula Décima Quinta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INALIENABILIDADE

Os equipamentos e materiais permanentes adquiridos pelo presente instrumento serão gravados com cláusula de inalienabilidade, e a ENTIDADE deverá formalizar promessa de transferência da propriedade ao CMDCA, na hipótese de sua extinção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Pomerode – Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo de Fomento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, estando as partes de pleno acordo com os termos do presente Termo de Fomento, assinam em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na

presença das testemunhas abaixo firmadas.

Pomerode/SC, ____/ ____/ ____.

Prefeito Municipal

Coordenador do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

Gestor(a) do FIA de Pomerode

Representante da Entidade

Testemunha:

Nome:

CPF

Testemunha:

Nome

CPF

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 814/2016

DECRETO Nº 814/2016, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. SILVANA APARECIDA ALLEBRANDT, ocupante do cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 815/2016

DECRETO Nº 815/2016, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

“NOMEIA DIRETORA”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a partir do dia 17 de outubro de 2016, a Sra. SILVANA APARECIDA ALLEBRANDT, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA, Padrão “CC”, Nível “04”, com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 817/2016

DECRETO Nº 817/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. NELI ANTONIA RAYMUNDI, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITARIA DE SAUDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 06 dias, a contar do dia 13 de Outubro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 818/2016

DECRETO Nº 818/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

“EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. GECI MALLMANN BORTOLAZZO, ocupante do cargo de CHEFE DE SETOR, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 819/2016

DECRETO Nº 819/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

"NOMEIA CHEFE DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a Sra. ADRIANA APARECIDA TEIXEIRA PAIN, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, Padrão "CC", Nível "05", com 40:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 820/2016

DECRETO Nº 820/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

"REDUZ LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reduzida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. TAIENE SANTOR DA ROSA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6125022939, foi reduzido até o dia 14/10/2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 820/2016

DECRETO Nº 820/2016, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

"REDUZ LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado

de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reduzida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal

Srª. TAIENE SANTOR DA ROSA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6125022939, foi reduzido até o dia 14/10/2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 821/2016

DECRETO Nº 821/2016, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerado o Sr. LEANDRO LUIZ THOMAZ, matrícula 6451 ocupante do cargo de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, com 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 822/2016

DECRETO Nº 822/2016 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO o atestado apresentado pela servidora NELI INACIO LUCCI de licença para tratamento de saúde de sua filha menor MARIA VITORIA LUCCI;

CONSIDERANDO que o estatuto dos servidores públicos municipais,

previsto na LC 022/2002, prevê a concessão de Licença de até 30 dias nesses casos.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a licença por motivo de doença em pessoa da família por um período de 10 dias, a contar do dia 13 de outubro de 2016, a servidora pública municipal Srª NELI INACIO LUCCI, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra na forma da Lei.

DECRETO 823/2016

DECRETO Nº 823/2016, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

"REDUZ LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reduzida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. NEUZA ANTONIA CORDEIRO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6161395936 não foi concedido, conforme cópia do comunicado da decisão em anexo..

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 824/2016

DECRETO Nº 824/2016, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

"CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. ANDREIA FERRARI, matrícula 5815, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período do atestado médico é de 10 dias, a contar do dia 13 de Outubro de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 827/2016

DECRETO Nº 827/2016, DE 20 DE OUTUBRO DE 2016.

"DECLARA PONTO FACULTATIVO, CONFORME ESPECÍFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado ponto facultativo no dia 28 de outubro do corrente ano (sexta-feira) nas repartições públicas do Poder Executivo Municipal de Ponte Serrada em homenagem ao DIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO, conforme estabelece o art. 207, da Lei Complementar n. 022/2003.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra na forma da Lei.

DECRETO 829/2016

DECRETO Nº 829/2016, DE 21 DE JUNHO DE 2016.

"DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO, CONFORME ESPECÍFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais na forma da Lei Orgânica do Município de Ponte Serrada, combinada com as Leis nº 6.766/79 de 19 de dezembro de 1979 e Lei nº. 6.063/82 de 24 de maio de 1982.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano, com área total de 800,00 m², matrícula 8.824, CRI de Ponte Serrada, lote 09, da quadra 08, localizado na Esquina da Rua São Paulo com a Rua Três de Maio, Centro, desta cidade de Ponte Serrada – SC, de propriedade do Sr Clevis Albino de Abreu e outros, conforme mapa e memorial anexo.

Art. 2º - Área remanescente, denominada de lote 9-A, da quadra 08, com área de 450,00m².

Art. 3º - Área desmembrada, denominado de lote 9-B, da quadra 08, com área de 350,00m².

Art.4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e o decreto 488/2016 de 19 de abril de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra, na forma da lei.

DECRETO 830/2016

DECRETO Nº 830/2016, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

"EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. JAQUELINE CHILANTTI CARVALHO PETTINI, ocupante do cargo de ASSISTENTE, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 831/2016

DECRETO Nº 831/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

"REDUZ CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica reduzida a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. YUKA DHIANA MIRANDA PIOVESAN, matrícula 1647, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para exercer somente 20:00 horas semanais.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de outubro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 832/2016

DECRETO Nº 832/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

"REDUZ CARGA HORARIA COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica reduzida a carga horária da Servidora Pública Municipal Sra. MARIA MARTA GABIATTI COSTA, PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para exercer somente 30:00 horas semanais, sendo 20:00 horas efetiva e 10:00 horas contratada até o final do ano letivo de 2016.

Art. 2º. - Os recursos para fazer frente à execução desta despesa, correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeitos retroativos a partir do dia 01 de outubro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 833/2016

DECRETO Nº 833/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, que a servidora Marcia Peres da Silva pediu exoneração do cargo de Agente Educacional;;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. NOELI PALIANO AMPEZZE, matrícula 6397, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder até o final do ano letivo de 2016, por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 04 de Outubro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 834/2016

DECRETO Nº 834/2016, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, que a servidora Marcia Peres da Silva pediu exoneração do cargo de Agente Educacional;;

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. DIRCEIA SIQUEIRA, matrícula 6400, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder até o final do ano letivo de 2016, por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 04 de Outubro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE OUTUBRO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

Porto Belo

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 007/2016

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 007/2016

ESPÉCIE: Termo de Ajuste celebrado entre o Município de Porto Belo, por meio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 10.556.980/0001-67, com sede na Rua Manoel Felipe da Silva, nº 257, Centro - Porto Belo ☐ SC, neste ato representado por sua Presidente, Sra. Fabiana Kretzer doravante denominado Fundação e ADRIANA BENVENUTI DA SILVA, doravante denominada Proponente, inscrita no RG sob o nº 661.478 e CPF sob o nº 309.516.749-00, residente e domiciliada na Rua Venino Pereira Cruz, nº 260, ap. 06, Centro, Porto Belo ☐ SC, amparados na Lei Municipal nº 2.272, de 08 de maio de 2015

OBJETO: O presente Termo de Ajuste tem por objetivo o repasse de valores para a realização do projeto apresentado em observância ao Edital de Incentivo e Fomento à Cultura, lançado pela Proponente, a saber: Projeto: Circulação do CD O Dia do Despertar.

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em uma única parcela, nos termos do item 12.2 do Edital de Fomento à Cultura.

Data de Assinatura: 21 de outubro de 2016

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINNI

PREFEITO EM EXERCÍCIO

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 008/2016

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 008/2016

ESPÉCIE: Termo de Ajuste celebrado entre o Município de Porto Belo, por meio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 10.556.980/0001-67, com sede na Rua Manoel Felipe da Silva, nº 257, Centro - Porto Belo ☐ SC, neste ato representado por sua Presidente, Sra. Fabiana Kretzer doravante denominado Fundação e EDERSON LUIS DE OLIVEIRA, doravante denominada Proponente, inscrito no RG sob o nº 3027951 e CPF sob o nº 535.958.070-49, residente e domiciliado na Rua Arlindo Mangolt, nº 50, Bairro Perequê, Porto Belo ☐ SC, amparados na Lei Municipal nº 2.272, de 08 de maio de 2015.

OBJETO: O presente Termo de Ajuste tem por objetivo o repasse de valores para a realização do projeto apresentado em observância ao Edital de Incentivo e Fomento à Cultura, lançado pela Proponente, a saber: Projeto: ☐Paul ☐ O Valente☐

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em uma única parcela, nos termos do item 12.2 do Edital de Fomento à Cultura.

Data de Assinatura: 21 de outubro de 2016

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINNI

PREFEITO EM EXERCÍCIO

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 009/2016

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 009/2016

ESPÉCIE: Termo de Ajuste celebrado entre o Município de Porto Belo, por meio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 10.556.980/0001-67, com sede na Rua Manoel Felipe da Silva, nº 257, Centro - Porto Belo ☐ SC, neste ato representado por sua Presidente, Sra. Fabiana Kretzer doravante denominado Fundação e CARLOS RIBEIRO DOS SANTOS, doravante denominado Proponente, inscrito no RG sob o nº 2.345.383-4 e CPF sob o nº 926.986.208-97, residente e domiciliado na Rua Manoel Felipe da Silva, nº 697, Centro, Porto Belo ☐ SC, amparados na Lei Municipal nº 2.272, de 08 de maio de 2015

OBJETO: O presente Termo de Ajuste tem por objetivo o repasse de valores para a realização do projeto apresentado em observância ao Edital de Incentivo e Fomento à Cultura, lançado pela Proponente, a saber: Projeto: ☐Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Unidos por Porto Belo ☐ Carnaval 2017☐

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em uma única parcela, nos termos do item 12.2 do Edital de Fomento à Cultura.

Data de Assinatura: 21 de outubro de 2016

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINNI

PREFEITO EM EXERCÍCIO

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 010/2016

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

EXTRATO DO TERMO DE AJUSTE Nº 10/2016

ESPÉCIE: Termo de Ajuste celebrado entre o Município de Porto Belo, por meio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 10.556.980/0001-67, com sede na Rua Manoel Felipe da Silva, nº 257, Centro - Porto Belo ☐ SC, neste ato representado por sua Presidente, Sra. Fabiana Kretzer doravante denominado Fundação e ALCIDES MAFRA, doravante denominado Proponente, inscrito no RG sob o nº 2.727.065 e CPF sob o nº 716.059.839-34, residente e domiciliado na Rua Antônio Stadler, 87, Centro, Porto Belo ☐ SC, amparados na Lei Municipal nº 2.272, de 08 de maio de 2015.

OBJETO: O presente Termo de Ajuste tem por objetivo o repasse de valores para a realização do projeto apresentado em observância ao Edital de Incentivo e Fomento à Cultura, lançado pela Proponente, a saber: Projeto: ☐Retrato de Porto Belo☐

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em uma única parcela, nos termos do item 12.2 do Edital de Fomento à Cultura.

Data de Assinatura: 21 de outubro de 2016

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINNI

PREFEITO EM EXERCÍCIO

LEI MUNICIPAL Nº 2443, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.443, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

Cria o Programa de ☐Intercâmbio da Leitura☐ nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Belo. Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica criado o programa ☐Intercâmbio da Leitura☐ nas escolas da rede municipal de ensino de Porto Belo.

Parágrafo Único: o ☐Intercâmbio da Leitura ocorrerá uma vez por semestre, em data a ser definida pela Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º O ☐Intercâmbio da Leitura destina-se ao Dia da Troca de Livros entre os estudantes, em todas as escolas da cidade de Porto Belo

Art. 3º Os livros do referente programa poderão ser dos próprios alunos através de doação, bem como os que foram recebidos nas próprias Unidades Escolares.

Parágrafo Único: Os livros deverão ser de literatura, gibis, paradidáticos, podendo ter variados temas e classes indicativas.

Art. 4º Os livros deverão ser encaminhados as Unidades Escolares com, no mínimo, uma semana de antecedência do evento.

Art. 5º Todos os livros deverão ser de boa qualidade, com assuntos positivos e relevantes, sem alusão a preconceitos de qualquer espécie, além de estar em bom estado de conservação.

Art. 6º A unidade escolar deverá promover um trabalho pedagógico que abranja todos os alunos, a fim de despertar a importância da leitura e o cuidado com o manuseio dos livros e gibis.

Art. 7º Poderão fazer parte do programa todas as Escolas, sejam elas públicas ou privadas, que se encontram na cidade de Porto Belo.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação fica autorizada a coordenar o programa e, para melhor aprimoramento, poderá contar com a parceria da sociedade civil.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de outubro de 2016.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

Prefeito em exercício

LEI MUNICIPAL Nº 2444, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016

LEI MUNICIPAL Nº 2.444, DE 19 DE OUTUBRO DE 2016.

□ Estabelece Obrigatoriedade ao Servidor da Secretaria Municipal de Saúde, Informar à Vara da Infância, da Juventude, e do Idoso, Ocorrências que Envolve a Criança, o Adolescente ou o Idoso com Indícios de Maus Tratos □. Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica obrigado a qualquer servidor da Secretaria Municipal da Saúde, no exercício de sua função, que detectar qualquer indício de maus tratos, em crianças, adolescentes ou idosos, informar à direção do órgão de sua atuação, para que, através de ofício, imediatamente, comunique à Vara da Infância, do Adolescente, e do Idoso.

Art. 2º O Ofício de informação dirigido à Vara da Infância, do Adolescente, e do Idoso, deverá conter as seguintes informações:

- I □ nome completo do menor ou idoso e qualificação se possível;
- II □ qualificação do acompanhante no momento do atendimento;
- III □ Cópia completa do boletim de atendimento com os respectivos procedimentos adotados.

Art. 3º As informações deverão ser devidamente relatadas por funcionário a Secretaria de Saúde Municipal, sendo assinadas tanto por funcionário quanto por secretário, garantindo assim sua fidedignidade.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de outubro de 2016.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

Prefeito em exercício

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.027/2016

DECRETO Nº 1.027, de 13 de outubro de 2016.
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385 de 30 de março de 2016,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA JOSÉ ARI FERREIRA DA SILVA, para o cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Agricultura, Símbolo AS, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011 com redação dada pelas Leis Municipais nºs 4.307, de 11 de março de 2015 e 4.385 de 30 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de outubro de 2016.

Porto União (SC), 13 de outubro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE CONTRATO 025/2016 - FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 025/2016 - FUNREBOM

Partes: Município de Porto União e Nativa Comércio de Motos Ltda – EPP.

Objeto: Contratação de empresa especializada no conserto de motores de popa e jet ski da Companhia de Bombeiros Militar de Porto União.

Valor Total: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 017/2016 - FUNREBOM, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 10 de outubro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Nativa Comércio de Motos Ltda – EPP.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 241/2016

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 241/2016

Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI – EPP.

Objeto: Execução de pavimentação asfáltica em CBUQ da Rua André Holowatty (trecho a partir da Rua André Lubi), bairro São Pedro, com área de 1.572,88 m2 (um mil quinhentos e setenta e dois vírgula oitenta e oito metros quadrados), incluindo material e mão de obra.

Valor Total: R\$ 253.304,15 (duzentos e cinquenta e três mil trezentos e quatro reais e quinze centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Tomada de Preços 026/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 10 de outubro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Engemass Engenharia e Construção EIRELI – EPP.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 236/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 236/2016

Aditivo ao Contrato de Fornecimento 204/2015

Partes: Município de Porto União e AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 512,94 (quinhentos e doze reais e noventa e quatro centavos) ao aludido contrato superior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior, a contar de 21/10/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de outubro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 237/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 237/2016

Aditivo ao Contrato de Fornecimento 205/2015

Partes: Município de Porto União e Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda - ME

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 233,94 (duzentos e trinta e três reais e noventa e quatro centavos) ao aludido contrato superior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior, a contar de 21/10/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de outubro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 238/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 238/2016

Aditivo ao Contrato de Fornecimento 200/2015

Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 2.975,16 (dois mil novecentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos) ao aludido contrato superior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior, a contar de 21/10/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de outubro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 239/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 239/2016

Aditivo ao Contrato de Fornecimento 201/2015

Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 3.019,11 (três mil e dezenove reais e onze centavos) ao aludido contrato superior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior, a contar de 21/10/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de outubro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 240/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 240/2016

Aditivo ao Contrato de Fornecimento 202/2015

Partes: Município de Porto União e Mercado Koseira Ltda - ME

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 3.383,22 (três mil trezentos e oitenta e três reais e vinte e dois centavos) ao aludido contrato superior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 06 (seis) meses o aludido contrato superior, a contar de 21/10/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de outubro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 242/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 242/2016.

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 170/2014.

Partes: Município de Porto União e Teleunião Telecomunicações Ltda.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 24.175,20 (vinte e quatro mil cento e setenta e cinco reais e vinte centavos) ao aludido contrato superior, referente ao monitoramento de 14 (quatorze) pontos de alarme, com mensalidade no valor de R\$ 143,90 (cento e quarenta e três reais e noventa centavos) por ponto.

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

Concede-se o reajuste de 11,5% (onze vírgula cinco por cento) ao aludido contrato superior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de outubro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 243/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 243/2016

Aditivo ao Contrato de Fornecimento 190/2016

Partes: Município de Porto União e P.E.G. Materiais Elétricos Ltda - ME

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Devido ao cancelamento dos itens 04, 05 e 06, glosa-se o valor de R\$ 13.618,88 (treze mil seiscentos e dezoito reais e oitenta e oito centavos) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de outubro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 244/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 244/2016

Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 093/2015

Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI - EPP

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 101.277,98 (cento e um mil duzentos e setenta e sete reais e noventa e oito centavos) ao aludido contrato superior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior, a contar de 28/11/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 13 de outubro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 245/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 245/2016

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 090/2015 - SAÚDE

Partes: Município de Porto União e Renan Braunn

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 13 de outubro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 246/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 246/2016

Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel 096/2015 - SAÚDE

Partes: Município de Porto União e WLA Empreendimentos Imobiliários Ltda - ME

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

O valor passa a ser de R\$ 2.349,08 (dois mil trezentos e quarenta e nove reais e oito centavos) mensais.

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

Concede-se o reajuste de 11,5% (onze vírgula cinco por cento) ao aludido contrato superior, com base no IGP-M.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior, a contar de 16/10/2016.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 14 de outubro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 039/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 191/2016

Dispensa de Licitação nº 039/2016

Caracterização da Situação: O município necessita contratar um palestrante para o 1º Fórum Municipal do Meio Ambiente, para abordar o tema Educação Ambiental, sendo esta uma ação do Projeto de Educação em Saúde Ambiental, conforme Convênio FUNASA 0544/2013.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de um palestrante para o 1º Fórum Municipal do Meio Ambiente, para abordar o tema Educação Ambiental, sendo esta uma ação do Projeto de Educação em Saúde Ambiental, conforme Convênio FUNASA 0544/2013.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre André Luis Klein, inscrito no CPF 051.044.419-97, tendo em vista que apresentou o menor preço por hora.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por hora, sendo contratada 03 (três) horas, totalizando R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União
Unidade 0210 – Encargos Gerais do Município
Atividade 2033 – Encargos Gerais da Administração
Modalidade 3390-170 – Aplicações Diretas
Cód. 204

Complemento 33903606 – Serviços Técnicos Profissionais

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Porto União, 25 de outubro de 2016.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 861/2016

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 040/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 192/2016

Dispensa de Licitação nº 040/2016

Caracterização da Situação: O município necessita contratar um palestrante para o 1º Fórum Municipal do Meio Ambiente, para abordar o tema Saúde Ambiental, sendo esta uma ação do Projeto de Educação em Saúde Ambiental, conforme Convênio FUNASA 0544/2013.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de um palestrante para o 1º Fórum Municipal do Meio Ambiente, para abordar o tema Saúde Ambiental, sendo esta uma ação do Projeto de Educação em Saúde Ambiental, conforme Convênio FUNASA 0544/2013.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre Mayara Ananda Gauer, inscrita no CPF 051.160.959-08, tendo em vista que apresentou o menor preço por hora.

Do Preço: O valor a ser pago será de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por hora, sendo contratada 03 (três) horas, totalizando R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União
Unidade 0210 – Encargos Gerais do Município
Atividade 2033 – Encargos Gerais da Administração
Modalidade 3390-170 – Aplicações Diretas
Cód. 204

Complemento 33903606 – Serviços Técnicos Profissionais

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Porto União, 25 de outubro de 2016.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 861/2016

RESCISÃO DE CONTRATO 006/2016

RESCISÃO DE CONTRATO 006/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2016

Considera-se RESCINDIDO de pleno direito a Ata de Registro de Preços N.º 011/2016, datado de 26 de janeiro de 2016 entre o Município de Porto União e a empresa DRV Comércio de Medicamentos Ltda - ME, inscrito no CNPJ sob o número 19.156.566/0001-35, visto as razões expostas e acatada conforme parecer jurídico, anexo ao Processo Licitatório nº 081/2015 - SAÚDE, Modalidade de Pregão Eletrônico 012/2015, ficam liberadas as partes.

Porto União SC, 14 de outubro de 2016.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 189/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Termo de Apostilamento ao Contrato de Prestação de Serviços 189/2015
Partes: Município de Porto União e Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

O valor passa a ser de R\$ 75,82 (setenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) por caçamba.

CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

Concede-se o reajuste de 11,5% (onze vírgula cinco por cento) ao aludido contrato superior, com base no IGP-M.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 13 de outubro de 2016.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 017/2016 - FUNREBOM

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 018/2016 - FUNREBOM

Pregão Presencial 017/2016

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Nativa Comércio de Motos Ltda – EPP.

Porto União SC, 10 de outubro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 026/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 175/2016

Tomada de Preços 026/2016

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Engemass Engenharia e Construção EIRELI – EPP.

Porto União SC, 10 de outubro de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 099/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 181/2016

Pregão Presencial 099/2016

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que deu-se deserta.

Porto União SC, 11 de outubro de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 564/2016

DECRETO Nº 564/2016

EMENTA: "Homologa Convênio nº 2016TR001202, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas e o Município de Porto União".

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou nos termos do artigo 39, inciso V, do Regimento Interno e promulgamos o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica Homologado Convênio nº 2016TR001202, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Canoinhas e o Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 14 de junho de 2016.

Porto União - SC, em 26 de outubro de 2016.

| | |
|---------------------|----------------------|
| Alceu Jung | Almir Olimpio Borini |
| Presidente | Vice - Presidente |
| Osmar Alves Martins | Gildo Luiz Masselai |
| 1º Secretário | 2º Secretário |

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 028 2016 TESTE SELETIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO N.º 28/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2016

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 08/11/2016, realizará licitação para Contratação de empresa para prover teste seletivo, para contratação de professores em caráter temporário, para prestação de serviços referente ao planejamento, organização, elaboração de provas e execução de Processo Seletivo para o cargo de professor, Cargos Professor Habilitado/Não Habilitado Educação Física, Ciências, Português, Inglês, Geografia, História, Matemática , Carga horária de 10hs/ 20hs/ 30hs/ 40hs (CADASTRO RESERVA). Professor Habilitado/Não Habilitado, Professor II(20hs) e outros cargos. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone (47) 3545-1133, ou pelo e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo em 26 de Outubro de 2016

Nair Goulart

Prefeita Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 100/2016

DECRETO Nº. 100, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.
DECLARA PONTO FACULTATIVO, COMO ESPECIFICA.

ANTONIO FRANCISCO COMANDILI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu – SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, baixa o seguinte:

DECRETO

Art.1º - Fica declarado PONTO FACULTATIVO, em todas as Repartições Públicas Municipais, em virtude da comemoração ao Dia do Funcionário Público Municipal – 28/10.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 25 de Outubro de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

DECRETO 101/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28
Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC
Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br
Numero Lei: 1482
Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 101, de 25 de outubro de 2016
Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA
no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Legislação Municipal.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCI 12.001.0008.0244.1602.2007.33900000000000.01350500 15.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Excesso de Arrecadação :

R\$15.000,00 (quinze mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor
Excesso de Arrecadação 00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.01350500 15.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 25 de outubro de 2016
ANTONIO F. COMANDOLI
Prefeito Municipal

ALINE L. TILLMANN
Contadora

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 190 DE 26.10.2016

DECRETO Nº 190 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX do art. 69, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Resolução nº 171, de 04 de Dezembro de 2014 que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

CONSIDERANDO o disposto no art. 227, caput e § 7º, e no art. 204 da Constituição;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º, "d"; nos incisos II e VII do art. 88 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e no art. 2º do Decreto nº 5.089, de 20 de maio de 2004;

CONSIDERANDO os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e os eixos e os objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de apontar orientações para que os conselhos dos direitos da criança e do adolescente estadual, distrital e municipal elaborem os seus respectivos planos decenais;

CONSIDERANDO que a elaboração do plano decenal deve ser realizada de forma articulada e intersetorial entre os diversos órgãos públicos e de organizações representativas da sociedade civil, integrantes do Sistema de Garantia de Direitos;

CONSIDERANDO as deliberações do Conanda em sua 220ª Assembleia Ordinária, realizada nos dias 15 (quinze) e 16 (dezesesseis) de agosto de 2013;

CONSIDERANDO a necessidade intersetorial de elaboração do Plano Municipal; CONSIDERANDO que o Plano é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá esboçá-lo e colocá-lo a aprovação em Audiência Pública e posteriormente a aprovação do CMDCA,

DECRETA

Art. 1º. Nomear a Comissão Intersetorial responsável pela elaboração do Plano Municipal, conforme segue:

I- Membro do Conselho Tutelar: Alessandra Kuhn Ôchoa; Suplente: Cleci F. Markus;

II- Membro da Secretaria de Saúde: Irene Bottega; Suplente: Sandra M. R. da Rosa;

III- Membro da Secretaria de Esportes e Turismo: Vilmar José Fridrich; Suplente: Maria Wenzel;

IV- Membro da Secretaria de Assistência Social: Jacinta Gerlach; Suplente: Ana P. Knop;

V- Membro do Conselho Municipal de Educação: Ida F. G. Tenroller; Suplente: Idete Carossi;

VI- Membro do Conselho Municipal de Saúde: João Rockenbach; Suplente: Noili D. Rockenbach;

VII- Membro da Secretaria de Educação e Cultura: Deisi Gralow; Suplente: Leandro J. Rockenbach;

VIII- Membro do Conselho Municipal de Assistência Social: Vilse Schaefer; Suplente: Verence T. M. Moura;

IX- Membro do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente: Tânia R. Klein; Suplente: Salete R. Mueller;

X- Membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente: Maristela Barp; Suplente: Maira K. Gueller;

XI- Membro da Secretaria de Administração e Fazenda: Ângela Fantinel; Suplente: Ana P. Bogorni;

Art. 2º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de elaborar o Plano Municipal e encaminhar para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Art. 3º. Compete à Comissão Intersetorial:

I – definir plano de atividades para discussão e elaboração do plano decenal, bem como elaborar a proposta do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes, no seu âmbito de atuação;

II – articular junto a órgãos e entidades integrantes do Sistema de Garantia de Direitos

objetivando sua participação na discussão e na elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

III – assegurar a participação efetiva de crianças e adolescentes no processo de discussão e elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

IV – propor e acompanhar a realização de diagnóstico da situação local referente à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; e

V - submeter à minuta de plano decenal à consulta pública local, seja por audiência pública, consulta virtual ou outro mecanismo participativo equivalente.

Art. 4º. Compete ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – aprovar e deliberar o respectivo plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

II – apoiar e articular a implementação das ações do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

III – articular com os órgãos do Poder Executivo e Legislativo visando à inserção de

ações constantes do plano decenal dos direitos da criança e do adolescente no plano plurianual e na lei orçamentária;

IV – definir instrumentos de avaliação e monitoramento da implementação do plano

decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes; e

V – encaminhar o respectivo plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º. O Plano Municipal será elaborado e entregue ao CMDCA até o dia 03 (três) de Dezembro de 2016.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Comissão Intersectorial definirá entre seus membros o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de elaboração do Plano Municipal.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação, revogam-se as disposições em contrário, especialmente as contidas no Decreto número 139 de 27 de Julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
em 26 de Outubro de 2016.

Oli do Nascimento,
Prefeito Municipal

LEI Nº. 839 DE 26.10.2016

LEI Nº 839, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

“AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, FAÇO SABER, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar na Lei de Meios vigente no valor de R\$ 20.864,60 (Vinte mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos), destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0021.2.021 Manutenção das Atividades Administrativas

| | | | | |
|---|-------------------------------|--------------------|-----|-----------|
| MODALIDADE: | (10) 3.3.90.00.0.1.0000.0000- | Aplicações Diretas | R\$ | 20.864,60 |
| FONTE DE RECURSO: 01.000.0000 – Recurso Próprio | | | | |
| TOTAL | | | R\$ | 20.864,60 |
| TOTAL GERAL | | | R\$ | 20.864,60 |

Art. 2º. Para dar cobertura ao valor de R\$ 20.864,60 (Vinte mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica reduzido o saldo da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0021.2.021 Manutenção das Atividades Administrativas

| | | | | |
|---|-------------------------------|--------------------|-----|-----------|
| MODALIDADE: | (11) 4.4.90.00.0.1.0000.0000- | Aplicações Diretas | R\$ | 20.864,60 |
| FONTE DE RECURSO: 01.000.0000 – Recurso Próprio | | | | |
| TOTAL | | | R\$ | 20.864,60 |
| TOTAL GERAL | | | R\$ | 20.864,60 |

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, SC, em 26 de Outubro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

LEI Nº. 840 DE 26.10.2016

LEI Nº 840, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRINCESA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, FAÇO SABER, a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2017, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V- as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município, e

VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º. A elaboração e aprovação do Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2017 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram à Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

- I - Demonstrativo I - Metas Anuais;
- II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;
- IX - Anexo I a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
- X - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;
- XI - Anexo II. a) Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;
- XII - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
- XIII - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
- XIV - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
- XV - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- XVI - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- XVII - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;
- XVIII - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;
- XIX - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e
- XX - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º. As Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2017 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2017 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

CAPÍTULO III**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 4º. Para efeito desta Lei entende-se por:

- I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;
- II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
- V - Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;
- VI - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - Concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;
- VIII - Conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- IX - Descentralização de Créditos Orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;
- X - Receita Ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- XI - Execução Física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- XII - Execução Orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e,
- XIII - Execução Financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de média e da meta física.

§ 4º. O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2014/2017.

§ 5º. As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º. As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º. Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º. A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º. Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º. A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º. Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras - 5; e,

VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º. A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º. Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º. A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira;

a) outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou,

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições;

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º. O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º. É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º. As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e,

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320, de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos. Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica. Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - Da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

XV - Demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar

nº 101, de 2000; e

XVII - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à Saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º. A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I- exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II- justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 11. Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Seção II

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 13. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Seção III

Do Incentivo à Participação Popular

Art.14. O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2017, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento;

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 15. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Seção IV

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 16. Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º. O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º. Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º. No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 4º. Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção V

Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 17. Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou seus créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta e dos Fundos Especiais, se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e,

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Seção VI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 18. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção VII

Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 19. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos,

de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar seu Estatuto Social, sua regular inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, além de declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2014 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, sendo que deverão ser observadas as normas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de SC.

§ 3º. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e,

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º. A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 20. A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art., 62 da Lei Complementar de nº 101, de 2000.

Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 21. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e,

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 22. A Lei Orçamentária conterà dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2017, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, constantes no Anexo VII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, previsto no artigo 2º desta Lei.

Seção XI

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 23. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente a unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento de despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 25. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projetos e atividades financiados por estes recursos.

Art. 26. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27. No exercício financeiro de 2017, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 28. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 29. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita às necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 30. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 31. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e,

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º. Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º. A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual créditos com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 33. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Caso a Lei Orçamentária Anual for promulgada e sancionada antes do dia 15 de Dezembro de 2016, fica automaticamente prorrogado o prazo a que se refere o caput para o dia 15 de janeiro de 2017, a fim de possibilitar a inclusão dos saldos patrimoniais apurados no balanço geral do exercício financeiro de 2016.

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43, da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 35. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º. A lei orçamentária anual conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, SC, em 26 de Outubro de 2016.

OLI DO NASCIMENTO

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO E TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 174/2014

NOTIFICAÇÃO E TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO

Pelo presente termo de Distrato Contratual, O Município de Rio do Sul, localizado na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, CEP 89.160-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.574/0001-06, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado neste Município, de agora em diante denominado DISTRATANTE, e a empresa Sovrana Engenharia e Construção Ltda, estabelecida à Rua Paraguay, 400, Ponta Aguda, no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP – 89.050-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.770.128/0001-49, representada neste ato pelo Sr. Jader Aquiles Novelletto, Carteira de Identidade nº 3.648.113-0, CPF nº 003.880.869-20, doravante denominada DISTRATADA, tem justo e decidido o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato de Serviço de Fornecimento de Material nº 174/2014, firmado em 13 de outubro de 2014 e Ordem de Serviços com seu início em 30 de outubro de 2014, cujo objeto é a execução de obras para drenagem pluvial, pavimentação em Lajota, sinalização viária e pavimentação dos passeios em paver da Rua Albert Einstein, Bairro Budag em Rio do Sul, Lote 01, originária de Concorrência nº 127/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Uma vez caracterizado a inexecução parcial do Contrato de Serviço de Fornecimento de Material nº 174/2014, pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, objeto e prazos, narrada pela Portaria nº 1102/RH de 21 de setembro de 2016, publicado em 26 de setembro de 2016/DOM, (Art. 78, Incisos I da Lei nº 8.666/93), pela empresa Sovrana Engenharia e Construção Ltda., ora DISTRATADA. A Administração Municipal promove a rescisão unilateral do Contrato de Serviço de Fornecimento de Material nº 174/2014, nos termos do Art. 79, Inciso I da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRO – DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

Fica desde já intimada esta DISTRATADA para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresente sua defesa, se quiser, sobre os termos do presente.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Intima-se e Publique-se

Rio do Sul, 07 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
Garibaldi Antônio Ayroso
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO E TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 175/2014

NOTIFICAÇÃO E TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO

Pelo presente termo de Distrato Contratual, O Município de Rio do Sul, localizado na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, CEP 89.160-900, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.574/0001-06, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado neste Município, de agora em diante denominado DISTRATANTE, e a empresa Sovrana Engenharia e Construção Ltda, estabelecida à Rua Paraguay, 400, Ponta Aguda, no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP – 89.050-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.770.128/0001-49, representada neste ato pelo Sr. Jader Aquiles Novelletto, Carteira de Identidade nº 3.648.113-0, CPF nº 003.880.869-20, doravante denominada DISTRATADA, tem justo e decidido o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato de Serviço de Fornecimento de Material nº 175/2014, firmado em 13 de outubro de 2014 e Ordem de Serviços com seu início em 30 de outubro de 2014, cujo objeto é a execução de obras para drenagem pluvial, pavimentação em Lajota, sinalização viária e pavimentação dos passeios em paver da Rua Emanuel Kant, Bairro Budag em Rio do Sul, Lote 02, originária de Concorrência nº 127/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Uma vez caracterizado a inexecução parcial do Contrato de Serviço de Fornecimento de Material nº 175/2014, pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, objeto e prazos, narrada pela Portaria nº 1102/RH de 21 de setembro de 2016, publicado em 26 de setembro de 2016/DOM, (Art. 78, Incisos I da Lei nº 8.666/93), pela empresa Sovrana Engenharia e Construção Ltda., ora DISTRATADA. A Administração Municipal promove a rescisão unilateral do Contrato de Serviço de Fornecimento de Material nº 175/2014, nos termos do Art. 79, Inciso I da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRO – DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

Fica desde já intimada esta DISTRATADA para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresente sua defesa, se quiser, sobre os termos do presente.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Intima-se e Publique-se

Rio do Sul, 07 de outubro de 2016.

MUNICÍPIO DE RIO DO SUL
Garibaldi Antônio Ayroso
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1228/RH
PORTARIA Nº 1228/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Arts. 164 ao 166, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, a servidora Camila Borba, matrícula n. 2181517, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, para realizar estágio obrigatório requisito do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, na Instituição Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, de acordo com o requerimento efetuado pela servidora, por meio do Protocolo n. 162004/2016.

Parágrafo único – A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento do servidor de suas atividades laborais semanalmente.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Rio do Sul, 26 de outubro de 2016.

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

RESUMO DO ADITIVO 106/2016

1º TERMO ADITIVO Nº 106/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 110/2016, REFERENTE EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL NA TRAVESSA MAFRA, VILA IPIRANGA, BAIRRO CANOAS EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME.

Aos vinte (20) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME., estabelecida na Rua Eufrázia Tomio, 139, Santana, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-274 inscrita no CNPJ sob o nº 19.703.096/0001-82, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio Administrador, Sr. Dalton Borgonovo, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Tomada de Preços nº 049/2016, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 110, datado de 16 de agosto de 2016, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), passando para o valor de R\$ 159.728,27 (cento e cinquenta e nove mil e setecentos e vinte e oito reais e vinte e sete centavos), conforme justificativa através do memorando nº 067/2016 anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 26.781,31 (vinte e seis mil e setecentos e oitenta e um reais e trinta e um centavos), passando para o valor de R\$ 186.509,58 (cento e oitenta e seis mil e quinhentos e nove reais e cinquenta oito centavos), conforme justificativa através do memorando nº 066/2016 anexa.

CLÁUSULA QUARTA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME
Sr. Dalton Borgonovo
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

RESUMO DO ADITIVO 107/2016

1º TERMO ADITIVO Nº 107/2016 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 106/2016, REFERENTE EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICAS EM VÁRIAS RUAS DO RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CERVALE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA - EPP.

Aos vinte e um (21) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e dezesseis (2016), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça

25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CERVALE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA - EPP, estabelecida na Rua XV de Novembro, 871, Sala 01, Centro, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-015 inscrita no CNPJ sob o nº 17.861.039/0001-04, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Diretor, Sr. Maurino Stupp, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Convite nº 059/2016, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 106, datado de 26 de julho de 2016, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 9.236,19 (nove mil e duzentos e trinta e seis reais e dezenove centavos), passando para o valor de R\$ 136.839,80 (cento e trinta e seis mil e oitocentos e trinta e nove reais e oitenta centavos), conforme justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

CERVALE SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA - EPP
Sr. Maurino Stupp
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 882, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 882, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

Autoriza pagamento de 3 e ½ (três e meia) diárias e indenização de transporte à vereadora.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 3 e ½ (três e meia) diárias à vereadora Maria Helena Zimmermann, no valor de R\$ 2.391,20 (dois mil trezentos e noventa e um reais e vinte centavos), para viagem à Brasília, nos dias 31 de outubro e 1º de novembro do corrente ano, a fim de cumprir agenda junto ao Ministério do Planejamento e Ministério dos Transportes, para tratar de assuntos relacionados aos Terrenos da Rede Ferroviária e DNIT, respectivamente, assuntos de extrema importância para o Município de Rio do Sul.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o cidade de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, inclusive passagens aéreas.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 26 de outubro de 2016.

MÁRIO MIGUEL

Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Vice-Presidente

JANARA APARECIDA MAFRA

1ª Secretária

DIONÍSIO MAÇANEIRO

2º Secretário

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 299/2016

PORTARIA Nº 299/2016

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA A SERVIDORA MUNICIPL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições em conformidade com os artigos 71,73 e 75 da a Lei nº 570/91 de 10/10/1991.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. GENI ANA PAGANINI TERRES, pelo período de 06/10/2016 a 04/11/2016, totalizando 30 dias, conforme atestado médico e perícia médica, partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, Revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 10 de outubro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 300/2016

PORTARIA Nº 300/2016

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA READPATAÇÃO DE SERVIDOR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Municipal nº570/91.

CONSIDERANDO o retorno dos servidores Clodoaldo José Vigolo e João Carneiro, em 03 de outubro de 2016, afastados para concorrer a cargo eletivo.

CONSIDERANDO o requerimento do Secretario de Saúde e Assistência Social, solicitando o encerramento da remoção do servidor Nadir Zanesco.

CONSIDERANDO o resultado da perícia médica do servidor Nadir Zanesco, na qual registra que o servidor não tem capacidade de desempenhar as atividades de seu cargo e pode ser remanejado para a função de Motorista.

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a readaptação do servidor NADIR ZANESCO, operário braçal lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo em virtude da modificação em seu estado de saúde, conforme laudo médico, emitido pelo Perito médico do Município, na data de 13 de junho de 2016, o qual passa a atuar na função de Motorista na Secretaria de Educação, a partir de 03 de outubro de 2016, nos termo do Artigo 23, da Lei nº 570/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03 de outubro de 2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 11 de outubro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 301/2016

PORTARIA Nº 301/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso- SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder 20 dias de Férias, no período compreendido de 13 de outubro de 2016 a 01 de novembro de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora DÉBORA BARONCHELLO, do Quadro de Pessoal do Poder executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 07/01/2015 a 06/01/2016 correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 13 de outubro de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 302/2016

PORTARIA Nº. 302/2016

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. DILVANE ANTONIO DOS SANTOS, pelo período de 13/10/2016 a 13/04/2017, correspondente a 183 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, 17 de outubro de 2016.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 303/2016

PORTARIA Nº. 303/2016

PEDRO SEZI SILVA, Prefeito Municipal em exercício de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 21 de outubro de 2016 a 18 de janeiro de 2017, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor JAIME JOSÉ DE BASTIANI, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotada no cargo de Motorista Classe III.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 21 de outubro de 2016.

PEDRO SEZI SILVA

Prefeito Municipal em exercício

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 063, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 063, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre declaração de bens móveis inservíveis do Município para efeito de alienação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso das atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal nº 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis ao Município, conforme Termo de Inservibilidade 002/2016 e Parecer emitido pela Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis, em 05 de outubro de 2016, os seguintes bens móveis, para efeito de alienação:

LOTE 01: 01 (Um) Ônibus Volvo B 58, Ano 1987/1987, diesel, placas AFV 7588, RENAVAL 521214912, cor branca, 46 lugares. - AVALIAÇÃO: R\$ 10.000,00.

LOTE 02: 01 (Um) Automóvel FIAT Palio EDX, Ano 1997/1997, Placas CID 2584, RENAVAL 671979299, Cor Verde. AVALIAÇÃO: R\$ 2.500,00.

LOTE 03: 01 (Um) Automóvel GM/Vectra GL, Ano 1999/1999, Placas KEA 6575, RENAVAL 718538579, Cor Branca. AVALIAÇÃO: R\$ 2.000,00.

LOTE 04: 01 (Um) Automóvel Siena ELX FLEX, Ano 2009/2009, Placas ARE 4655, RENAVAL 134437462, Cor Preta. AVALIAÇÃO: R\$ 3.500,00.

LOTE 05: 01 (Um) Automóvel VW/GOL 1.0, Ano 2007/2008, Alcool/Gasolina, Placas ARG 6175, RENAVAL 936436840, Cor Branca. AVALIAÇÃO: R\$ 7.500,00.

LOTE 06: 01 (Um) Automóvel CHEVROLET/CLASSIC LS, Ano 2011/2011, Alcool/Gasolina, Placas MIM 9842, RENAVAL 313245690, Cor Branca. AVALIAÇÃO: R\$ 7.000,00.

LOTE 07: 01 (Um) Automóvel GM/VECTRA SD EXPRESSION, Ano 2011/2011, Alcool/Gasolina, Placas MIW 0515, RENAVAL 313228299, Cor Prata. AVALIAÇÃO: R\$ 15.000,00.

LOTE 08: 01 (Uma) Ensiladeira BRAVA. AVALIAÇÃO: R\$ 500,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 07 de outubro de 2016.
Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 064, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 064, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre declaração de bens móveis inservíveis do SAMAE deste Município para efeito de alienação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso das atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal nº 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis ao SAMAE deste Município, conforme Termo de Inservibilidade 002/2016 e Parecer emitido pela Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis, em 05 de outubro de 2016, os seguintes bens móveis, para efeito de alienação:

LOTE 01: 01 (Uma) Motocicleta YAMAHA/FACTOR YBR125E, Ano 2008/2009, placas MGF 2273, RENAVAL 126089795, cor Azul - AVALIAÇÃO: R\$ 1.500,00.

LOTE 02: 01 (Um) Automóvel FIAT/FIORINO FLEX, Caminhonete/Furgão, Ano 2008/2008, Placas MFJ 1245, Renavam 981879799 Cor Branca. AVALIAÇÃO: R\$ 5.000,00.

LOTE 03: 02 (Duas) Moto Bomba SCHNEIDER , Modelo BC 20, motor WEG 20 CV, 220/380 V. AVALIAÇÃO: R\$ 1.300,00.

LOTE 04: 15 (Quinze) Moto Bomba SCHNEIDER , Modelo BC 91, motor WEG 1 CV, 220/380 V. AVALIAÇÃO: R\$ 1.200,00.

LOTE 05: 15 (Quinze) Moto Bomba SCHNEIDER , Modelo BC 92, motor WEG 2 CV, 220/380 V. AVALIAÇÃO: R\$ 1.200,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 07 de outubro de 2016.
Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

LEI Nº 1017, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos os habitantes do Município que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2017, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e

VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2017 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;

VII - Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS;

VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

XI - Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;

XII - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

XIII - Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;

XIV - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XV - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XVI - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XVII - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVIII - Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIX - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

XX - Anexo IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XXI - Anexo X - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações; e

XXII - Anexo XI - Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2017, são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2017 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categorias de prioridades que não estejam contempladas nesta Lei.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação; e

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

IX - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

XI - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

XIII - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 3º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2014/ 2017.

§ 5º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreendem a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras - 5; e

VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 22 desta Lei, será identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será composto de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4.320, de 1964;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa

na forma definida nesta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; e

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentária a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei nº 4.320 de 1964;

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

III - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, conforme o Anexo 2, da Lei nº 4.320, de 1964;

IV - Funções e Subfunções de Governo, conforme o Anexo 5, da Lei nº 4.320, de 1964;

V - Programa de Trabalho de Governo, conforme o Anexo 6, da Lei nº 4.320, de 1964;

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, conforme o Anexo 7, da Lei nº 4.320, de 1964;

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos, conforme o Anexo 8, da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções, conforme o Anexo 9, da Lei nº 4.320, de 1964;

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964 e art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

X - Demonstrativo da Evolução da Despesa, conforme art. 22, Inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964;

XI - Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII - da descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII - demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal nº 9.394, de 1996;

XIV - demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;

XV - demonstrativo da receita corrente líquida com base no art. 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XVI - demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e

XVII - demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 11. Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 12. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Seção II

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 13. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Seção III

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 14. O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2017, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 15. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Seção IV

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 16. Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 4º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção V

Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 17. Observadas as prioridades a que se refere o art. 3º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Seção VI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 18. Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção VII

Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 19. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2016 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 20. A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos

para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 21. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do

investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do Município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 22. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 2% (dois por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2017, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Seção XI

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 23. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 24. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 25. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 26. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27. No exercício financeiro de 2017, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 28. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da

Constituição Federal, preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 29. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 30. A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 31. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I - atualização da planta genérica de valores do município;

II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 33. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder

Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43. Da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 35. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de previa autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º A lei orçamentária anual conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 25 de outubro de 2016.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

WILFRIED HEMMER
Secretário de Administração e Finanças

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº 075/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 75/2016

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

| | | | | |
|---|------|-------------------|-------------------|-----------|
| 09.00 Fundo Municipal de Saúde | | | | |
| 09.01 Fundo Municipal de Saúde | | | | |
| 103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde | | | | |
| 53 | 0138 | 3.1.90.00.00.0000 | Aplicações Direta | 22.000,00 |

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), a seguir especificados:

| | | | | |
|---|------|-------------------|-------------------|-----------|
| 09.00 Fundo Municipal de Saúde | | | | |
| 09.01 Fundo Municipal de Saúde | | | | |
| 103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde | | | | |
| 20 | 0138 | 3.3.90.00.00.0000 | Aplicações Direta | 22.000,00 |

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 21 de Outubro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 076/2016 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 076/2016

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1269/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, referente aos recursos do Sistema Único de Saúde – programa de melhoria do acesso e da qualidade - PMAQ (RAB-PMAQ-SM), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de novembro de 2015, no valor de até R\$ 10.521,97 (dez mil quinhentos e vinte e um reais noventa e sete centavos).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1700.00.00.00.00 Transferências Correntes

1720.00.00 Transferências Intergovernamentais

1721.00.00 Transferências da União

1721.33.00 Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo

138 – Transferências do Sistema Único de Saúde

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, de que trata a Lei n. 1269, de 27 de Novembro de 2015, no valor de até R\$ 10.521,97 (dez mil quinhentos e vinte e um reais noventa e sete centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

| | | | | |
|---|--|--|--|--|
| 09.00 Fundo Municipal de Saúde | | | | |
| 09.01 Fundo Municipal de Saúde | | | | |
| 103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde | | | | |

| | | | | |
|----|------|-------------------|-------------------|-----------|
| 52 | 0138 | 3.1.90.00.00.0000 | Aplicações Direta | 10.521,97 |
|----|------|-------------------|-------------------|-----------|

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,
em 21 de Outubro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 89/2016 FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 89/2016 FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSO PARA CAPACITAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS E COLABORADORES, TENDO COMO TEMA "DESENVOLVENDO O TRABALHO EM EQUIPE PARA PROFISSIONAIS DA SAÚDE", CONFORME JUSTIFICATIVA ANEXA.

CONTRATADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC

VALOR: R\$ 1.500 (um mil e quinhentos reais).

SÃO BENTO DO SUL, 20 de outubro de 2016.

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA – DIRETORA DE COMPRAS E SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

DEODATO RAUL HRUSCHKA – PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

curso para os servidores da saúde promovendo sua política e técnica, possibilitando a elevação do nível de qualidade.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial é empresa incumbida estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional e, portanto, passível de dispensa de licitação, conforme art. 24, XIII da Lei 8.666/93.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado R\$ 1.500,00 (um mil, e quinhentos reais) para a contratação é o praticado no mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

A Dispensa de Licitação para a prestação de serviços se funda no inciso VIII do art. 24 da Lei 8.666/93 e se justifica diante da empresa ser integrante da Administração Pública.

Deodato Raul Hruschka

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 84/2016

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 84/2016 FMS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE QUALIDADE EM ANÁLISES CLÍNICAS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

CONTRATADO: PNCQ – PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE LTDA

VALOR: R\$ 4.228,80

SÃO BENTO DO SUL, 26 de setembro de 2016.

DEODATO RAUL HRUSCHKA – PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 84/2016 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I - Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE QUALIDADE EM ANÁLISES CLÍNICAS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

II - Contratado: PNCQ – Programa Nacional de Controle de Qualidade Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de Programa de Controle de Qualidade Externa para Laboratórios Clínicos, sendo, portanto, inviável a competição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A Sociedade Brasileira de Análises Clínicas, administradora do PNCQ – Programa Nacional de Controle de Qualidade, é a única instituição a oferecer o Programa de Controle de Qualidade Externa, a ser realizado em laboratórios clínicos visando fornecer ao laboratório informações confiáveis sobre sua precisão e exatidão.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 25 da Lei 8.666/93.

Deodato Raul Hruschka

Secretário Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 89/2016 FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 24 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSO PARA CAPACITAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS E COLABORADORES, TENDO COMO TEMA "DESENVOLVENDO O TRABALHO EM EQUIPE PARA PROFISSIONAIS DA SAÚDE", CONFORME JUSTIFICATIVA ANEXA.

II - Contratado: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Dispensa de Licitação para a contratação dos referidos serviços de capacitação de funcionários e colaboradores da Secretaria Municipal de Saúde se funda no inciso XIII do art. 24 da Lei 8.666/93 e se justifica por fortalecer ações de formação, capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais de Saúde. A proposta dos cursos, para os profissionais de saúde das Unidades Básicas de Saúde e Estratégia Saúde da Família, para a continuidade das atividades do ano de 2016 em nosso município, é proporcionar capacitações de cunho motivacional, uma vez que a Secretaria da Saúde, preocupa-se em oferecer constantemente cursos com profissionais renomados e experientes na área educacional, para ministrar temas. Por este motivo, manifestamos a busca de um educador respeitado e gabaritado que possa acrescentar tanto em novos conhecimentos, quanto em incentivo a um trabalho mais eficiente. Contatamos então com a equipe técnica do SENAC, que irá proporcionar dois

PORTARIA Nº12823/2016

PORTARIA Nº 12823, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

Exonera e Reconduz Servidor Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando da competência que lhe é conferida e de conformidade com os arts. 29, 30 e 31 da Lei Municipal nº 228/2001 – Estatuto do Servidor Público e do Decreto nº 2250/2006,

Considerando a decisão pela exoneração do servidor IVAN ROSÁ proferida pela comissão em avaliação de estágio probatório nos Processos Administrativos nº 2319/2016, nº 2881/2016 e nº 5038/2016;

Considerando o dever da autoridade competente em aplicar as sanções disciplinares cabíveis, por força do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e da Lei Orgânica do Município de São Bento do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a partir de 27 de outubro de 2016, do cargo de Professor Anos Finais, o servidor IVAN ROSÁ, matrícula nº 36.256, na Secretaria Municipal de Educação, por reprovação em estágio probatório.

Art. 2º RECONDUZIR, nos termos do art. 39, da Lei nº 228/2001, o servidor descrito no art. 1º ao cargo de Atendente Educativo, anteriormente por ele ocupado junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12824/2016

PORTARIA Nº 12824, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

Demite servidor público

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 139, III e art. 143, VII, da Lei nº 228/2001, e

Considerando o que consta dos autos dos Processos Administrativo Disciplinar 2875/2016, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa,

Considerando o relatório conclusivo da douda Comissão Disciplinar;

RESOLVE:

APLICAR A PENA DE DEMISSÃO, a partir de 27 de outubro de 2016, à servidora JISELE DA SILVA VIEIRA, Atendente Educativo, matrícula funcional nº 36.278, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do art. 139, III da Lei Municipal nº 228/2001 (Estatuto dos Servidores), e pelas condutas irregulares praticadas pela servidora, caracterizando infração ao dever funcional previsto no art. 131, inciso XIII, e por ofensa física ou moral em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem, previsto no artigo 143, inciso VII, ambos da Lei Municipal nº 228/2001.

São Bento do Sul, 26 de outubro de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 212, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.**

PORTARIA/SAMAE/SBS/Nº 212, de 25 de outubro de 2016.

“CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A SERVIDOR”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art. 1º – PROMOVER a servidora EDITE DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional 01, com a carga horária de 40 horas semanais, lotada nesta Autarquia Municipal, para a Classe “G”.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 06 de julho de 2015.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 213, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016.

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 213, de 25 de outubro de 2016.

“CONCEDE LICENÇA”

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria nº 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7.º, § 2.º da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

RESOLVE

Art.1º – CONCEDER a servidora FRANCINE IZABÉLA MARÉS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotada nesta Autarquia, licença prêmio em folga, conforme consta na Lei Municipal Nº 228 de 28/12/2001, Subseção IV – Artigo 98.

Art. 2º – A licença a que se refere o Artigo 1º é relativa ao triênio 2012/2015 com efeitos a partir de 31/10/2016 a 29/11/2016.

OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

DEC 2444 DE 21 10 16 EXONERA A PEDIDO DIEGO MIGUEL WALENDORFF OCUPANTE DO CARGO DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

DECRETO Nº 2444, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre exoneração de Cargo Efetivo de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e:

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal, protocolo nº 1752, na data de 20 de outubro de 2016, através do qual o servidor Diego Miguel Walendorff, solicita exoneração do cargo de Fiscal de Tributos Obras e Serviços, deste município;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal Diego Miguel Walendorff, do cargo efetivo de Fiscal de Tributos Obras e Serviços, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Ficam revogados os Decretos nº 2390, de 09 de agosto de 2016 no que diz respeito ao servidor e nº 1086, de 29 de junho de 2012;

Art. 3º Ficam revogadas as Portarias nº 1919, de 26 de fevereiro de 2016; nº 1844, de 28 de setembro de 2015; nº 1720, de 02 de janeiro de 2015; 1445 de 06 de maio de 2013 no que diz respeito ao servidor e nº 1838, de 11 de setembro de 2015;

Art. 4º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 21 de outubro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

EDITAL-001-2016-PROCESSO-SELETIVO-SIMPLIFICADO

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO

O Prefeito Municipal de São Domingos/SC, no uso de suas atribuições legais, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções dos cargos descritos na tabela abaixo, amparado em excepcional interesse público devidamente reconhecido por intermédio da Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28 de janeiro de 2008 atualizada; n.º 0042, de 04 de abril de 2012 atualizada; n.º 0045, de 06 de novembro de 2012 atualizada e Lei Municipal nº 1.132, de 11 de dezembro de 1998 atualizada, em conformidade art. 100 da Lei Orgânica Municipal e com fulcro no art. 37, IX, da Constituição Federal e pelo Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado entre o município de São Domingos e o Ministério Público do Estado de Santa Catarina firmado em 22 de agosto de 2012, TORNA PÚBLICO que realizará Processo Seletivo Simplificado, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital e pela Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26 de julho de 2012.

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será executado por intermédio da EMPRESA IOPLAN INSTITUTO OESTE DE PLANEJAMENTO & CONSULTORIA LTDA. e com acompanhamento de Comissão Especial composta por no mínimo cinco servidores municipais, designados através de Portaria.

1.2. Durante toda a realização do Processo Seletivo Simplificado, serão prestigiados, sem prejuízo de outros, os princípios estabelecidos no art. 37, "caput", da Constituição Federal.

1.3. O edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado será publicado integralmente no Mural Público Municipal e/ou seus extratos serão publicados, no jornal "Diário Catarinense", de Florianópolis/SC, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, jornal de circulação local, e emissora de rádio local, também, em caráter meramente informativo na internet pelos sites www.ioplan.com.br e www.saodomingos.sc.gov.br.

1.4. Os demais atos e decisões inerentes ao presente Processo Seletivo Simplificado serão publicados no Mural Público Municipal e pelos sites www.saodomingos.sc.gov.br e www.ioplan.com.br ou ainda no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

1.5. Os prazos constantes neste Edital serão contados em dias corridos, desconsiderando-se o do início e incluindo-se o do final.

1.5.1. Os prazos somente começam a correr em dias úteis.

1.5.2. Considera-se prorrogado até o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

1.6. O Processo Seletivo Simplificado consiste em receber inscrições de candidatos devidamente habilitados para os cargos específicos, bem como aplicação de prova objetiva e de títulos conforme aplicada ao cargo, esta última de caráter classificatório, conforme tabela de pontuação constante deste Edital.

CAPÍTULO II – DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

2.1. A contratação temporária de que trata este Processo Seletivo Simplificado corresponde ao exercício dos cargos, conforme tabela abaixo:

2.1.1. Tabela de Cargos:

| Cargos | Vagas Legais | Escolaridade e/ou outros requisitos exigidos para o cargo na contratação | Carga Horária Semanal | VENCIMENTO R\$ | Valor de inscrição R\$ |
|--|--------------|--|---|----------------------|------------------------|
| NÍVEL DE ENSINO ALFABETIZADO | | | | | |
| Auxiliar de Serviços Gerais - Masculino | 01 | Alfabetizado, com treinamento e/ou experiência na área de atuação. | 40 horas | 1.028,96 | 30,00 |
| Auxiliar de Serviços Gerais - Feminino | 01 | Alfabetizado, com treinamento e/ou experiência na área de atuação. | 40 horas | 1.028,96 | 30,00 |
| NÍVEL DE ENSINO MÉDIO COMPLETO e/ou CURSANDO NÍVEL SUPERIOR | | | | | |
| Agente Educativo | 01 | Curso de Magistério em nível médio, Curso Superior na Licenciatura Plena de Pedagogia ou Normal Superior ou a comprovação de estar cursando magistério em nível médio. | 40 horas | 1.234,76 | 30,00 |
| Fiscal de Vigilância Sanitária | 01 | Ensino médio completo, com experiência na área de atuação | 40 horas | 1.440,56 | 50,00 |
| Professor de Educação Infantil | CR | Diploma de Histórico Escolar de Conclusão de curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Infantil, Licenciatura Plena em Pedagogia e Licenciatura Plena em Séries Iniciais ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Magistério Ensino Médio; ou Certificado de Frequência, a partir da 5ª Fase, em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia em Educação Infantil. | 20 horas e 40 horas | Conforme Habilitação | 50,00 |
| Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais | CR | Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de curso Superior de Licenciatura Plena de Pedagogia em Séries Iniciais, Licenciatura Plena em Pedagogia e Licenciatura Plena em Educação Infantil ou Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Magistério Ensino Médio; ou Certificado de Frequência, a partir da 5ª Fase, em curso de Graduação em em Licenciatura Plena de Pedagogia em Séries Iniciais. (1) | 20 horas e 40 horas | Conforme Habilitação | 50,00 |
| Professor Ensino Fundamental - Artes | CR | Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Artística ou Artes; ou Certificado de Frequência, a partir da 5ª Fase, em curso de Graduação em Licenciatura Plena de Educação Artística ou Artes., . (1) | 10 horas, 20 horas, 30 horas e 40 horas | Conforme Habilitação | 50,00 |
| Professor Ensino Fundamental - Educação Física | CR | Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Física ou certidão de frequência, a partir da 5ª Fase, em curso de graduação em Licenciatura Plena em Educação Física. | 10 horas, 20 horas, 30 horas e 40 horas | Conforme Habilitação | 50,00 |
| Técnico em Enfermagem | 01 | Ensino Médio completo com certificado na área de enfermagem e registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão | 40 horas | 1.605,20 | 50,00 |
| NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR | | | | | |
| Fisioterapeuta | 01 | Habilitação legal para o exercício da profissão de Fisioterapeuta com registro no CREFITO | 40 horas | 4.045,27 | 100,00 |

CR = Cadastro de Reserva

2.2. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:**2.2.1.AGENTE EDUCATIVO**

Descrição Analítica: Cumprir a carga horária de 20 horas ou 40 horas em turmas de creche com alunos de zero a três anos de idade, para auxiliar no trabalho docente com as crianças; contribuir e ter iniciativa no planejamento docente; intervir e mediar diretamente na construção das diferentes linguagens, conceitos, valores, habilidades motoras, levando em consideração a ludicidade e o nível de desenvolvimento das crianças; contribuir no planejamento e organização dos seguintes momentos da escola: trabalho com as famílias, recepção das crianças, café, lanche, trocas de fraldas, almoço, sono, banho, janta, higiene bucal, controle dos esfíncteres, situações lúdicas e pedagógicas; permitir que a criança construa sua autonomia; criar situações de interação nas brincadeiras, nos jogos, no faz de conta, na música, na arte e na

dança; participar das reuniões e assembleias da escola; participar da formação continuada da Secretaria Municipal de Educação; e, executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e grupo ocupacional

2.2.2.AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Descrição Analítica: Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão. Executar trabalhos braçais. Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos. Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas. Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão. Executar serviços de copa, cozinha. Executar serviços de jardinagem compreendendo: sementeira, transplante de mudas, poda, preparação e conservação do solo de praças e jardins. Irrigar, adubar e conservar o solo apropriado para produção de mudas. Controlar a produção e distribuição de mudas do viveiro municipal. Coletar sementes e mudas de plantas nativas. Distribuir, mediante autorização superior as mudas do viveiro municipal. Zelar pelas instalações do viveiro de mudas do município. Desenvolver atividades de coleta de lixo urbano e rural. Executar as atividades de seleção de material considerado tóxico para evitar contaminações. Zelar pela limpeza pública. Orientar os munícipes quanto a embalagens que devem ser usadas para o lixo. Efetuar o preparo da merenda escolar. Requisitar gêneros alimentícios para uso na merenda. Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão. Receber e transmitir mensagens. Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências dos órgãos. Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas. Relatar as anormalidades verificadas. Atender telefone e transmitir ligações. Processar cópia de documentos. Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades, peculiares do órgão.

2.2.3.FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Descrição Analítica: Notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais. Atuar na área da saúde pública, no cumprimento dos regulamentos municipais. Fiscalizar os estabelecimentos obrigados a manter o alvará sanitário nos termos da legislação aplicável. Desincumbir-se de outras atribuições ou tarefas semelhantes.

2.2.4.FISIOTERAPEUTA

Descrição Analítica: Executar métodos e técnicas fisioterápicos com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física do paciente; avaliar, de forma autônoma, e determinar o tratamento e executar técnicas e métodos fisioterápicos; planejar e orientar as atividades fisioterápicas de cada paciente em função de seu quadro clínico; supervisionar e avaliar atividades do pessoal auxiliar de fisioterapia, orientando-os na execução das atividades próprias do cargo; fazer avaliações fisioterápicas com vistas à determinação da capacidade funcional; educar e treinar pacientes na correção da postura; manipular, controlar e orientar informações, materiais e equipamentos fisioterápicos; participar da equipe multidisciplinar, na elaboração, planejamento e execução de ações de vigilância sanitária, epidemiológica e de saúde do trabalhador; e, executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e grupo ocupacional, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

2.2.5.PROFESSOR (todos)

Descrição Analítica: Participar da elaboração do projeto político pedagógico da Rede Municipal de Ensino e do estabelecimento de ensino; cumprir o seu plano de trabalho, segundo o projeto político pedagógico da instituição e da Rede Municipal de Ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer com a comunidade escolar, as estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; ministrar as aulas, os dias, e horas de trabalho escolar estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, estudo, avaliação do educando e a formação continuada; colaborar com as atividades de articulação escola-família-comunidade; comprometer-se com o trabalho coletivo, assumindo um projeto institucional compartilhado, responsabilizando-se fundamentalmente pela qualidade da aprendizagem e da educação.

2.2.6.TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Descrição Analítica: Executar procedimentos de enfermagem, de acordo com as normas técnicas da instituição; Participar na orientação à saúde do indivíduo e grupos da comunidade; Participar de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade; Fazer notificações de doenças transmissíveis; Participar das atividades de vigilância epidemiológica; Fazer coleta de material para exames de laboratório e complementares, quando solicitado; Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização técnica de aplicação adequada; Lavar, empacotar e esterilizar materiais, utilizando técnicas apropriadas; Desenvolver atividades de pré e pós consulta médica, odontológica, de enfermagem e de atendimento de enfermagem; Participar da prestação de assistência à comunidade em situações de calamidade e emergência; Realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios; Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na Unidade de Saúde da Família e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.); Realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe; Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da Unidade de Saúde da Família; Desempenhar outras funções afins, conforme definido na regulamentação dos programas executados no Município.

CAPÍTULO III - DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão exclusivamente via internet pelo site www.ioplan.com.br.

3.1.1. Não serão aceitas inscrições fora de prazo.

3.2. A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas neste Edital.

CAPÍTULO IV - CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

4.1. As inscrições via Internet poderão ser realizadas a partir das 08:00h do dia 27 de outubro de 2016 até às 23h59min, do dia 24 de novembro de 2016, pelo site da IOPLAN link: <http://ioplan.listaeditais.com.br/edital/aberto-para-inscricao/793/processo-seletivo-municipio-de-sao-domingos-0012016>.

4.1.1. Para os cargos de Professor de Educação Infantil e Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais, os candidatos que desejarem, poderão inscrever-se para ambos os cargos, desde que tenham a devida habilitação em ambos e também deverão pagar por duas inscrições.

4.2. O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em qualquer agência bancária ou terminal de autoatendimento, até o dia 25 de novembro de 2016, com o boleto bancário impresso (NÃO será aceito pagamento por meio de agendamento, banco postal, cheque, depósito ou transferência entre contas).

4.3. A IOPLAN, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior ao dia 25 de novembro de 2016. As solicitações de inscrições realizadas com pagamento após esta data não serão acatadas.

4.4. A IOPLAN não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos de linha, ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

4.5. Após o preenchimento do formulário eletrônico, o candidato deverá imprimir o documento para o pagamento da inscrição. Este será

o seu registro provisório de inscrição.

4.6. O candidato terá sua inscrição homologada somente após o recebimento, pela empresa IOPLAN, através do banco, da confirmação do pagamento de sua inscrição, no valor estipulado neste Edital. Como todo o procedimento é realizado por via eletrônica, o candidato NÃO deve remeter à IOPLAN cópia de sua documentação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados no ato de inscrição, sob as penas da lei.

CAPÍTULO V - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1. A partir de 30/11/2016 será divulgado edital de homologação das inscrições.

5.2. O candidato deverá acompanhar esse edital, bem como a relação de candidatos homologados para confirmar sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido homologada ou processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

5.3. Se mantida a não homologação ou o não processamento, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado, não assistindo direito à devolução do valor da inscrição.

5.4. O candidato terá acesso ao edital de homologação, com a respectiva relação de inscritos, diretamente pelos sites www.ioplan.com.br, www.saodomingos.sc.gov.br ou ainda no Mural de Publicações do Município.

CAPÍTULO VI - DAS PROVAS

6.1. O Processo Seletivo Simplificado será composto de PROVA OBJETIVA, que será realizada no dia 10/12/2016.

6.1.1. Local da aplicação das Provas: Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Nair Teixeira Morcheisser, localizada na Rua Benjamin Constant, n. 2014, Bairro Ari Bortoli, São Domingos/SC.

6.2. A prova objetiva para o cargo de PROFESSOR (TODOS) será de caráter classificatório e constará de 25 (vinte e cinco) questões objetivas, com 04 alternativas, de múltipla escolha, conforme conteúdo mínimos sugeridos no Anexo I, envolvendo matéria ligada à função temporária a ser desempenhada e/ou relacionada ao serviço público, cujo grau de complexidade será diretamente proporcional à escolaridade exigida para o seu exercício, tabela abaixo item "6.4."

6.2.1. Para os candidatos ao cargo de PROFESSOR (TODOS), serão considerados aprovados os candidatos que não zerarem na somatória das 15 questões das disciplinas Português, Matemática/Raciocínio Lógico e Conhecimentos Gerais e nas 10 questões da disciplina Conhecimentos Específicos/Legislação da prova objetiva, conforme tabela do item 6.4, sendo classificados conforme soma das notas da prova objetiva e da prova de títulos.

6.2.2. Para os candidatos que optarem por múltiplas inscrições, de acordo com subitem "4.1.1.", o candidato receberá mais uma prova contendo 10 questões a mais referente ao cargo optativo e deverá resolvê-la sem acréscimo de tempo.

6.3. A prova objetiva para os cargos de AGENTE EDUCATIVO, AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (masculino e feminino), FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, FISIOTERAPEUTA e TÉCNICO EM ENFERMAGEM serão de caráter eliminatório e constará de 25 (vinte e cinco) questões objetivas, com 04 alternativas, de múltipla escolha, conforme conteúdo mínimos sugeridos no Anexo I, envolvendo matéria ligada à função temporária a ser desempenhada e/ou relacionada ao serviço público, cujo grau de complexidade será diretamente proporcional à escolaridade exigida para o seu exercício, conforme tabela do item "6.4."

6.3.1. Para os candidatos aos cargos de AGENTE EDUCATIVO e AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MASCULINO E FEMININO), serão considerados aprovados os que obtiverem 40% (quarenta por cento) ou mais na nota final da prova objetiva.

6.3.2. Para os candidatos aos cargos de FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, FISIOTERAPEUTA e TÉCNICO EM ENFERMAGEM, serão considerados aprovados os que obtiverem 50% (cinquenta por cento) ou mais na nota final da prova objetiva.

6.4. CONTEÚDOS E PONTUAÇÃO

| CARGOS | PROVA | DISCIPLINA | Nº QUESTÕES | VALOR QUESTÃO | PESO TOTAL |
|--|----------|---|-------------|---------------|------------|
| <ul style="list-style-type: none"> • Agente Educativo • Auxiliar de Serviços Gerais- Masculino • Auxiliar de Serviços Gerais- Feminino • Fiscal de Vigilância Sanitária • Fisioterapeuta • Técnico em Enfermagem | Objetiva | -Português | 05 | 4,00 | 20,00 |
| | | -Matemática/Raciocínio Lógico | 05 | 2,00 | 10,00 |
| | | -Conhecimentos Gerais/Atualidades | 05 | 2,00 | 10,00 |
| | | -Conhecimentos Específicos/Legislação | 10 | 6,00 | 60,00 |
| | | | | | |
| | | TOTAL | 25 | | 100,00 |
| <ul style="list-style-type: none"> • Professor de Educação Infantil • Professor Ensino Fundamental Séries Iniciais • Professor Ensino Fundamental - Artes • Professor Ensino Fundamental - Educação Física | Objetiva | -Português, Matemática/Raciocínio Lógico e Conhecimentos Gerais | 15 | 2,00 | 30,00 |
| | | -Conhecimentos Específicos/Legislação | 10 | 5,00 | 50,00 |
| | Títulos | Títulos | | | 20,00 |
| | | TOTAL | 25 | | 100,00 |

6.5. Os candidatos serão classificados conforme nota obtida em ordem decrescente,

6.5.1 Para os cargos de Professor de Educação Infantil, Séries Iniciais, Artes e Educação Física, os candidatos serão classificados conforme nota obtida em ordem decrescente, onde existirá duas classificações:

- Lista dos Candidatos Graduados;

- Lista dos Candidatos não Graduados;

6.5.1.1 No ato da escolha das vagas será iniciado o chamamento pela lista dos graduados e não havendo mais candidatos graduados interessados nas vagas, será iniciado o chamamento pela lista dos não graduados.

6.6. PROVA DE TÍTULOS: Para os candidatos ao cargo de PROFESSOR (todos), haverá PROVA DE TÍTULOS, conforme Capítulo VIII, do presente Edital, de caráter classificatório.

6.7. O tempo de duração da prova objetiva será de até 3 (três) horas, inclusive para os candidatos que optarem por múltiplas inscrições, conforme item "4.1.1."

6.8. Os candidatos deverão comparecer ao local de aplicação da prova com antecedência mínima de 30(trinta) minutos, munidos do comprovante de inscrição, de documento de identidade oficial com foto, lápis, borracha e caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa.

6.9. O candidato que não estiver presente no interior da sala de aplicação das provas no horário definido para aplicação das mesmas ou deixar de exibir documento de identidade oficial com foto antes de cada prova será excluído do certame.

6.10. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados e de assinaturas em formulário próprio.

6.11. Durante a prova, não será permitida comunicação entre candidatos, nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.

6.11.1 No horário definido para início das provas, a comissão ou os fiscais convidarão três candidatos para conferirem o lacre do envelope, removendo-o à vista de todos os presentes.

6.12. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo Simplificado, a IOPLAN poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos ou de alguns candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

6.13. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO DE RESPOSTAS.

6.14. Será retirado do local das provas e desclassificado do Processo Seletivo Simplificado, o candidato que:

a) Apresentar atitude de desacato, desrespeito ou descortesia para com as pessoas encarregadas pela realização do processo seletivo ou com os outros candidatos;

b) Durante a realização da prova, demonstrar comportamento inconveniente ou for flagrado comunicando-se com outros candidatos ou pessoas estranhas, por gestos, palavras ou por escrito, bem como se utilizando de livros, notas ou impressos, salvo os expressamente permitidos no edital;

c) Durante a realização das provas o candidato que estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares.

6.15. Na ocorrência das hipóteses previstas no item "6.14.", letras a, b, c, será lavrado "auto de apreensão de prova e exclusão de candidato", fazendo-se constar o fato com seus pormenores, o qual será assinado por, no mínimo, dois membros da Comissão ou fiscais e pelo candidato eliminado.

6.16. Em caso de recusa do candidato a assinar o auto de apreensão de prova e exclusão de candidato o fato será certificado à vista da assinatura de duas testemunhas.

6.17. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira, observando os procedimentos constantes a seguir:

6.17.1. A candidata lactante deverá encaminhar sua solicitação, conforme Requerimento - Anexo III deste Edital, até o término das inscrições, via correio eletrônico (e-mail), para: contato@ioplan.com.br (IOPLAN INSTITUTO OESTE DE PLANEJAMENTO & CONSULTORIA LTDA.), descrever no campo Título da mensagem "Requerimento para amamentação" e no corpo da mensagem "Encaminhamento do Requerimento para amamentação, processo seletivo simplificado de São Domingos/SC da Candidata:".

6.17.2. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.17.3. A criança deverá estar acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).

6.17.4. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de um (a) fiscal.

6.17.5. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e um (a) fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

6.18. A identificação correta do dia, local e horário da realização das provas, bem como seu comparecimento, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

6.19. O candidato que deixar de comparecer ao local no dia da prova, será considerado reprovado.

6.20. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

6.21. Não será permitido ao candidato ingerir alimento de qualquer natureza durante a realização da prova, exceto para os casos de hipoglicemia ou outros problemas de saúde, desde que comprovados através de atestado médico, os quais serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

6.22. Durante a realização das provas, o candidato só poderá manter consigo e, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de ponta grossa, lápis, borracha, documento de Identidade, e uma garrafa de água transparente – sem rótulo. A Empresa não se responsabiliza por quaisquer outros objetos, de valor ou não, trazidos pelo candidato. Os mesmos devem ser deixados em local indicado pelo fiscal dentro da sala de prova, ficando à vista do candidato e sob inteira responsabilidade do mesmo.

6.23. No horário aprazado para o encerramento das provas, serão estas recolhidas, independentemente de terem ou não sido concluídas integralmente pelos candidatos.

6.24. Durante a realização das provas, quaisquer ocorrências serão objeto de registro em ata.

CAPÍTULO VII - DA CORREÇÃO DA PROVA E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

7.1.A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTAS o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. Ele não poderá ser substituído, tendo em vista sua codificação, sendo o candidato o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame. Tendo em vista o processo eletrônico de correção, não será utilizado processo de desidentificação de provas.

7.2. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, no cartão de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinada ou que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

7.3. Em nenhuma hipótese, será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.

7.4. O candidato, ao terminar a prova objetiva, devolverá ao fiscal da sala, juntamente com o cartão de respostas, o caderno de questões, tendo em vista a obrigatoriedade de arquivo no Município.

7.5. Será permitido aos candidatos copiar seu cartão de respostas, para conferência com o gabarito oficial, que encontra-se na parte frontal ao caderno de provas.

7.6. Os candidatos interessados em interpor recurso terão acesso a prova padrão durante o período recursal, no site do Município de São Domingos (SC) e no site da IOPLAN.

7.7. Ao final das provas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, rubricarem no verso de todos os cartões respostas juntamente com o fiscal de sala, assinarem a ata e acompanhar o lacre dos envelopes, sendo liberados simultaneamente quando concluído.

7.8. A totalização das notas, o resultado preliminar será publicado no site do Município de São Domingos, bem como no Mural Público da Prefeitura Municipal e pelos sites www.ioplan.com.br e www.saodomingos.sc.gov.br, abrindo-se o prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos estabelecidos neste edital.

CAPÍTULO VIII - DA PROVA DE TÍTULOS

Somente para o cargo de PROFESSOR (todos)

8.1. Os candidatos deverão apresentar seus títulos (somente títulos, graduação não equivalem a títulos) por via postal para o endereço: IOPLAN Instituto oeste de Planejamento & Consultoria Ltda. Rua São Lucas, 120 E, Bairro Palmital, CEP 89814-237, Chapecó/SC, no período de 27/10/2016 a 24/11/2016, até o horário de expediente dos correios, juntamente com o Anexo II (formulário para prova de títulos) devidamente preenchido na ordem correta.

8.1.2. Não serão recebidos títulos em outra ocasião.

8.1.3. Serão recebidos os títulos e avaliados apenas para os candidatos dos cargos de professores.

8.2. Considerando-se o caráter exclusivamente classificatório da respectiva prova, o candidato aprovado/habilitado que deixar de entregar seus títulos tão somente não terá somados os pontos correspondentes a essa etapa. A não entrega dos títulos, portanto, não implica eliminação do Processo Seletivo Simplificado.

8.3. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS:

8.3.1. A Prova de Títulos constitui-se pela análise e pontuação de certificados e ou diplomas de curso de pós-graduação, aperfeiçoamento ou atualização apresentados pelos candidatos.

8.3.2. Poderão participar da prova com valoração de Títulos os candidatos HABILITADOS inscritos no Processo Seletivo Simplificado.

8.3.3. Para participar da Prova de Títulos o candidato deverá entregar seus títulos no período e local conforme estabelecido no item "8.1.", cópia fotostática (Xerox) dos títulos de aperfeiçoamento/atualização ou pós-graduação concluídos, organizados em um envelope/grampeados na seguinte ordem:

a) Requerimento anexo ao presente edital Anexo II devidamente preenchido e assinado;

b) Cópias xerográficas dos documentos comprobatórios dos cursos de aperfeiçoamento/atualização na ordem em que foram elencados no requerimento de que trata o item "a";

c) Cópia xerográfica do documento comprobatório do curso pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado).

8.3.4. O candidato declara, no requerimento Anexo II que os documentos apresentados são cópias fiéis dos originais e que quando solicitado deverá apresentar os originais, ciente de que a constatação de qualquer irregularidade implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízo das sanções legais.

8.3.5. Os títulos serão avaliados e computados após o período de entrega e serão avaliados pela empresa IOPLAN e com acompanhamento da Banca Examinadora do Processo Seletivo Simplificado.

8.3.6. Os títulos apresentados serão pontuados de forma cumulada conforme tabela abaixo:

| TÍTULO | | PONTUAÇÃO MÁXIMA |
|---|---|------------------|
| CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO | | |
| 1. Tempo de Experiência no Magistério Público Municipal, Estadual ou Federal. | Até 05 anos: 1,0 De 05 a 10 anos: 1,2 De 10 a 15 anos: 1,4 De 15 a 20 anos: 1,6 De 20 a 25 anos: 1,8 Acima de 25 anos: 2,0 | 02,00 |
| CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E/OU ATUALIZAÇÃO | | |

| | |
|---|--------------|
| <p>2. Cursos de aperfeiçoamento, capacitação e/ou atualização na disciplina para a qual se inscreveu ou na área de Educação, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo MEC, ou Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Educação, realizados no período de 2015 e 2016</p> <ul style="list-style-type: none"> • Somente serão considerados os cursos com duração mínima de 20 horas; • Será computado 0,30 (trinta centésimos de ponto) para cada 20 (vinte) horas de curso, observadas as disposições do subitem "8.3.17." deste Edital. <p>REGRA DE PONTUAÇÃO DOS CERTIFICADOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Certificados com horas inferiores a 20h não conta pontos; • Os certificados e outros, serão computados individualmente e considerado somente 2 casas decimais (não será considerado arredondamento): <p>Fórmula: Total de horas dividido por 20 e multiplicado por 0,30 \square totalizando 0,30</p> <p>Exemplo I: Curso de 39 horas \square $39h/20 * 0,30 = 0,585$ pontos + curso de 40h/20 * 0,30 = 0,60 \square TOTAL: 1,18 pontos e assim sucessivamente.</p> <p>Exemplo II: Curso de 250h/20 * 0,30 = 3,75 pontos TOTAL a considerar: 3,00 pontos e assim sucessivamente.</p> <p>Obs.: Se houver um certificado apenas, com 200 horas ou mais, baste apresentar este para considerar a pontuação máxima de 3,00 pontos.</p> | 03,00 |
| CERTIFICADOS OU DIPLOMAS DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO | |
| 3. Diploma ou certificado de curso de pós-graduação, acompanhado do histórico escolar, em nível de Especialização Lato Sensu, na disciplina/área, para a qual se inscreveu ou em educação. (caso o candidato (a) seja detentor(a) de formação múltipla, pós graduação, prevalecerá o título maior e para cada nível será considerado apenas 1 título). | 04,00 |
| 4. Diploma ou certificado de curso de pós-graduação, acompanhado do histórico escolar, em nível de Mestrado, na disciplina/área, para a qual se inscreveu ou em educação. (caso o candidato (a) seja detentor(a) de formação múltipla, pós graduação, prevalecerá o título maior e para cada nível será considerado apenas 1 título). | 05,00 |
| 5. Diploma ou certificado de curso de pós-graduação, acompanhado do histórico escolar, em nível de Doutorado, na disciplina/área, para a qual se inscreveu ou em educação. (caso o candidato (a) seja detentor(a) de formação múltipla, pós graduação, prevalecerá o título maior e para cada nível será considerado apenas 1 título). | 06,00 |
| TOTAL PONTUAÇÃO MÁXIMA | 20,00 |

8.3.7. A Pontuação máxima atribuída somando-se os diplomas, certificados de cursos pós-graduação e tempo de serviço na prova de títulos será de "20,00 pontos".

8.3.8. Caso o candidato apresente títulos em número maior do máximo admitido (20,00 pontos) não serão considerados os títulos excedentes.

8.3.9. Não serão pontuados os títulos que constituírem requisito básico para o exercício do cargo.

8.3.10. Os pontos dos títulos serão contados apenas para efeito de "classificação".

8.3.11. A nota da Prova de Títulos será o número de pontos obtidos segundo a tabela acima, item "8.3.6."

8.3.12. A nota da prova de títulos será somada à da prova escrita para apuração da nota final do candidato.

8.3.13. Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei, e se redigidos em língua estrangeira devem estar acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

8.3.14. Não serão pontuados os títulos apresentados em número excedente ao previsto no edital.

8.3.15. Não serão pontuadas certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei e de acordo com as normas do edital.

8.3.16. A apresentação de títulos é de iniciativa do candidato sendo que os títulos poderão ser validados ou recusados conforme especificação no presente Edital.

8.3.17. Os certificados ou atestados relativos aos cursos de capacitação ou atualização profissional, somente serão considerados se emitidos por órgãos públicos ou instituições educacionais reconhecidas e legalmente constituídas, nos quais constar o conteúdo, a respectiva carga horária por tema abordado e estiverem diretamente relacionados à área de atuação do candidato.

CAPÍTULO IX - DOS RECURSOS

9.1. Será admitido recurso quanto:

- a) Ao indeferimento/não processamento de inscrição;
- b) À formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito das mesmas;
- c) Aos resultados das provas aplicadas no Processo Seletivo Simplificado;

9.2. Todos os recursos, deverão ser interpostos em até 2 (dois) dias úteis, exceto das inscrições que serão até 1 (um) dia, a contar da divulgação conforme cronograma deste edital Anexo IV de cada evento.

9.3. Os recursos administrativos, serão interpostos e julgados somente na modalidade on-line no endereço eletrônico: <http://ioplan.listaeditais.com.br/edital/aberto-para-inscricao/793/processo-seletivo-municipio-de-sao-domingos-0012016>, conforme cronograma Anexo IV e os prazos marcados por este edital.

9.4. Os recursos que forem apresentados deverão obedecer rigorosamente os preceitos que seguem e serão dirigidos à IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda., empresa designada para realização do Processo Seletivo Simplificado.

9.5. Não se conhecerão os recursos que não sejam interpostos de forma diferente da mencionada no item "9.3.", inclusive os pedidos de simples revisão da prova ou nota.

9.6. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, enviados por via postal, fax ou meio eletrônico (e-mail) ou em desacordo com este Edital.

9.7. Em caso de haver questões que possam vir a ser anuladas por decisão da Comissão Executiva do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2016, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos, independente de terem recorrido,

quando serão computados os pontos respectivos, exceto para os que já receberam a pontuação.

9.8. Se houver alguma alteração de gabarito oficial, por força de impugnações, as provas serão corrigidas de acordo com a alteração.

CAPÍTULO X - DOS CRITÉRIOS PARA DESEMPATE

10.1 Verificando-se a ocorrência de empate em relação às notas recebidas por dois ou mais candidatos, terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato que:

10.1.1. Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei 10741/2003 - Estatuto do Idosos será utilizado o critério da maior idade.

10.1.2. Para os casos previstos na Lei 11.689, de 9 de junho de 2008, será assegurada a preferência em igualdade de condições em PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, desde que jurados, devidamente comprovado.

10.1.3. Após a aplicação dos critérios acima, se ainda persistir o empate, o desempate ocorrerá, conforme segue:

10.1.3.1. Para todos os cargos:

- a) obtiver maior nota em conhecimentos específicos/legislação;
- b) obtiver maior nota em português;
- c) obtiver maior nota em matemática;
- d) obtiver maior nota em conhecimentos gerais/atualidades;
- e) obtiver maior nota em títulos (somente aos cargos de professores);
- f) o candidato com maior idade.

10.2. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

10.2.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:

- a) Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;
- b) Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.

CAPÍTULO XI - DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

11.1. Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso ou ultimado o seu julgamento, a Comissão juntamente com a Empresa IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda. encaminhará o Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito Municipal para homologação final.

11.2. Homologado o resultado final, será lançado edital com a classificação geral dos candidatos aprovados, quando, então passará a fluir o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

CAPÍTULO XII - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

12.1. Homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado e autorizada a contratação pelo Prefeito(a), serão convocados os primeiros colocados, para, no prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período, a critério da Administração, comprovarem o atendimento das seguintes condições:

12.1.1. Comprovar habilitação, para o exercício do cargo, conforme estabelecido neste edital;

12.1.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da contratação;

12.1.3. Manter todas as condições necessárias e exigidas para a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado;

12.1.4. Apresentar atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo público;

12.1.5. Apresentar folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;

12.1.6. Apresentar Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;

12.1.7. Apresentar Declaração de bens e fontes de rendas;

12.1.8. Apresentar carteira de identidade, certidão nascimento ou casamento, certidão de nascimento dos filhos menores, CPF, título de eleitor e do voto na última eleição ou certidão de quitação eleitoral, 01 foto 3X4 recente, número da conta bancária, carteira de trabalho com PIS/PASEP, comprovante de residência, certificado de reservista, declaração de não ter sofrido penalidades disciplinares no exercício da função pública e declaração de não parentesco entre outras.

12.2. A não apresentação dos documentos antes listados até a data marcada para a contratação implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

12.3. Caso o candidato não deseje assumir de imediato, poderá, solicitar para passar para o final da lista dos aprovados e, para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do Processo Seletivo Simplificado;

12.4. O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado será de 01 (um) ano, prorrogável, uma única vez, por igual período.

12.5. No período de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a rescisão contratual, não poderão ser chamados para contratação pelo tempo remanescente, somente os demais candidatos classificados, observada a ordem classificatória.

12.6. O prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo Simplificado não gera, para a Administração Pública Municipal, a obrigatoriedade de contratar todos os candidatos classificados. A aprovação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na contratação, dependendo da efetiva necessidade da Administração e da classificação do aprovado nesta seleção, até o limite de vagas ofertadas em cada cargo público.

12.7. Os candidatos aprovados e classificados, quando convocados para contratação, serão regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar Municipal n. 0045, de 06 de novembro de 2012 atualizada), pela Lei Complementar Municipal n. 0043, de 26 de julho de 2012 e pela Lei n. 1132, de 11 de dezembro de 1998 atualizada, pela Lei Complementar Municipal 042 de 04 de abril de 2012 atualizada e a Lei Complementar 018 de 28 de janeiro de 2008.

CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final.

13.2. Os candidatos aprovados e classificados deverão manter atualizados os seus endereços junto a Prefeitura Municipal.

13.3. Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas

inicialmente no edital, conforme dispuser a legislação local.

13.4. Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Comissão designada em conjunto com a empresa IOPLAN INSTITUTO OESTE DE PLANEJAMENTO & CONSULTORIA LTDA.

13.5. Faz parte do presente Edital:

- Anexo I – Conteúdos Programáticos e/ou Referências Bibliográficas;
- Anexo II – Modelo de Relação de Títulos;
- Anexo III – Requerimento – Atendimento Especial Lactante;
- Anexo IV – Cronograma geral das fases do processo seletivo simplificado.

13.6. Será disponibilizado o caderno de provas durante o período de recursos da prova objetiva no site do município sites www.saodomingos.sc.gov.br e www.ioplan.com.br.

De Florianópolis/SC para São Domingos SC, 27 de outubro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

ANEXO I

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

OBS.: Em todas as provas, quando da citação de legislação, devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até a data do início das inscrições.

1. DICIPLINAS:

1.1. PORTUGUÊS - (Nível Alfabetizado) CARGO: Auxiliar De Serviços Gerais (05 questões)

Conteúdos: 1) Interpretação de texto: ideia central; leitura compreensão das informações; vocabulário; substituição de palavras e expressões no texto. 2) Ortografia. 3) Acentuação. 4) Classificação, uso e flexão de substantivos e adjetivos: singular e plural; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino. 5) Sinônimos e antônimos. Novo acordo ortográfico (Decreto Nº 6.583, de 29 de setembro de 2008).

1.2. PORTUGUÊS - (Nível Médio Completo, Cursando Nível Superior e Ensino Superior) CARGOS: Agente Educativo; Fiscal de Vigilância Sanitária; Fisioterapeuta; Professores (todos); Técnico de Enfermagem. (05 questões)

Conteúdos: 1) Compreensão e interpretação de textos: ideia central e intenção comunicativa; estruturação e articulação do texto; significado contextual de palavras e expressões; pressuposições e inferências; nexos e outros recursos coesivos; recursos de argumentação. 2) Fonética. 3) Ortografia. 4) Acentuação gráfica, acento gráfico e acento tônico; regras de acentuação; 5) Classes de palavras, substantivos, artigo; adjetivo, numeral, pronome, verbos. 6) Estrutura e formação de palavras. 7) Semântica. 8) Colocação pronominal. 9) Flexão nominal e verbal. 10) Emprego de tempos e modos verbais. 11) Vozes do verbo. 12) Termos da oração. 13) Coordenação e subordinação: emprego das conjunções, locuções conjuntivas e dos pronomes relativos. 14) Concordância nominal e verbal. 15) Regência nominal e verbal. 16) Paralelismo de regência. 17) Ocorrência de crase. 18) Pontuação. 19) Figuras de linguagem. 20) Vícios de linguagem, tópicos da Linguagem. Novo acordo ortográfico (Decreto Nº 6.583, de 29 de setembro de 2008).

1.3. MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO – (Nível Alfabetizado) CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais (05 questões)

Conteúdos: Sistema numérico: unidade, dezena e centena. Conjunto dos números naturais e decimais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Sistema monetário brasileiro. Unidade de medida: tempo e comprimento. Raciocínio lógico. Aplicação dos conteúdos acima listados em situações cotidianas.

1.4. MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO - (Nível Médio Completo, Cursando Nível Superior e Ensino Superior) CARGOS: Agente Educativo; Fiscal de Vigilância Sanitária; Fisioterapeuta; Professores (todos); Técnico de Enfermagem. (05 questões)

Conteúdos: 1) Conjuntos Numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais – propriedades, operações, representação geométrica. 2) Equações e inequações: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica, trigonométrica. 3) Funções: função polinomial do 1º grau, função polinomial do 2º grau, função exponencial, função logarítmica, funções trigonométricas. 4) Trigonometria: triângulo retângulo, triângulos quaisquer, ciclo trigonométrico, relações entre arcos, equações e inequações. 5) Sequências numéricas: progressão aritmética (PA) e progressão geométrica (PG). 6) Matriz, determinante e sistemas lineares. 7) Análise Combinatória. 8) Probabilidade. 9) Estatística. 10) Matemática Financeira: juros simples e compostos, descontos, taxas proporcionais; razão e proporção, regra de três, porcentagem, taxas de acréscimo e decréscimos, taxa de lucro ou margem sobre o preço de custo e sobre o preço de venda. 11) Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, círculo, circunferência, polígonos regulares inscritos e circunscritos, unidades de medida. Propriedades, perímetro e área. Teoremas de Tales e Pitágoras. 12) Geometria Espacial: poliedros, prismas, pirâmide, cilindro, cone, esfera. Elementos, classificação, unidades de medidas, áreas e volume. 13) Raciocínio lógico: Introdução e Estruturas Lógicas; Lógica de Argumentação; Conceitos Básicos de Raciocínio Lógico; Implicações Lógicas; Raciocínio Sequencial. 14) Aplicação dos conteúdos acima listados em situações cotidianas.

1.5. CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES – CARGOS: Comum a todos os cargos (05 questões)

Conteúdos: 1) Conhecimentos sobre cidadania e consciência ecológica. 2) História do Município de São Domingos/SC (<http://saodomingos.sc.gov.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/42355>): colonização, aspectos geográficos, população, relevo, hidrografia, vegetação, clima, limites, dados históricos, primeiras autoridades, símbolos municipais, setores: primário, secundário e terciário. Estado de Santa Catarina: colonização, relevo, hidrografia, clima, vegetação, etnias formadoras, espaços geográficos, catarinenses ilustres, primeiros habitantes, formação do Estado, República Juliana, acontecimentos históricos, questão do Contestado. História do Brasil e atualidade e Atualidades relacionados ao Município de São Domingos/SC

1.6. CONTEUDOS ESPECÍFICOS/LEGISLAÇÃO

1.6.1. CARGO: AGENTE EDUCATIVO (10 questões)

Conteúdo Específicos: A educação infantil e saúde. Cuidados essenciais: higiene da criança (banho, dentes e trocas de fraldas). Educação Alimentar. Rotinas de atendimento à criança (proteção, sono, repouso e banho de sol). Instituição de educação infantil, tríade: comunidade, educadores e família. Desenvolvimento Infantil. Organização dos espaços na educação infantil. Adaptação à escola: relação escola e família. Noções gerais sobre alimentação e higiene. Ação Pedagógica com a criança de zero a três anos. Recreação. Brinquedos e Brincadeiras. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do

emprego público, do serviço público municipal.

-BRASIL. Ministério da Saúde. Dez Passos para uma Alimentação Saudável.

-BRASIL. Ministério da Saúde. Acompanhamento do Crescimento e Desenvolvimento Infantil. Série Cadernos de Atenção Básica, n.11. Brasília, 2002.

-BRASIL. Ministério da Educação Básica. Brinquedos e brincadeiras de creches - Manual de Orientação Pedagógica. 2012

-BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. I, II e III.

Legislação: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996.

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 29 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 59 a 75. Da Ordem Social - Art. 193 a 204. Do Meio Ambiente - Art. 225. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso - 226 a 230).

-BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

-SÃO DOMINGOS. Lei Orgânica do Município e emendas.

-SÃO DOMINGOS. Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26 de julho de 2012. Dispõe sobre Contratação por Tempo Determinado para Atender à Necessidade Temporária e Excepcional Interesse Público.

-SÃO DOMINGOS. Projeto Político Pedagógico das Escolas Municipais de São Domingos – 2013.

1.6.2. CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (masculino e feminino) (10 questões)

Conteúdos Específicos: Noções gerais sobre: limpeza e higiene em geral. Produtos de limpeza e higienização: aplicação, cuidados e segurança; Saúde: riscos de contaminação (doenças). Riscos e cuidados na utilização de ferramentas, utensílios e máquinas no trabalho. Noções básicas de limpeza e conservação de móveis e equipamentos. Remoção de lixo e detritos. Segurança e higiene do trabalho. Conhecimentos básicos de arrumação organização de ambientes. Coleta e armazenamento e tipos de recipientes, coleta seletiva de lixo (urbano e rural). Materiais utilizados na limpeza em geral. Controle de Estoque de Material de Limpeza. Manuseio de alimentos (Merenda Escolar). Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Uso correto dos EPI'S (Equipamentos de Proteção Individual). Demais conteúdos gerais relacionados com as atribuições do cargo.

1.6.3.CARGO: FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA (10 questões)

Conteúdo Específicos: Conhecimentos compatíveis com as atribuições do cargo, de acordo com o Plano de Carreira do Município de São Domingos. Noções sobre Doenças infectocontagiosas e sexualmentetransmissíveis mais comuns: prevenção e tratamento. Vigilância epidemiológica: Guia de Vigilância Epidemiológica (Denguepag. 231 a 253 portal da ANVISA). Esterilização: Métodos Físicos e Químicos. Classificação das Cirurgias Segundo o Potencialde Contaminação: Portaria nº 930 27/08/1992 do Ministério da Saúde. Controle e Prevenção da Infecção Hospitalar. LixoHospitalar. Normas de Segurança no Trabalho. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

Legislação:

- BRASIL, Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999: Define o Sistema Nacional deVigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências: na íntegra.

- BRASIL, Lei Federal nº 6437/77– Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências, comatualizações: na íntegra.

- BRASIL, Legislação do SUS: Lei nº 8080/90 e 8142/90.

- BRASIL, Lei Nº1.283, de 18/12/1950 sobre Inspeção Animal: na íntegra.

- BRASIL, Constituição Federal sobre Saúde Pública (arts. 196 a 200);

Legislação Municipal: (<http://saodomingos.sc.gov.br/legislacao/index/index/codMapaItem/42358>).Código de Postura.

1.6.4. CARGO: FISIOTERAPEUTA (10 questões)

Conteúdos Específicos: Desenvolvimento motor normal e patológico até o 2º Ano de vida da criança; Deficiências apresentadas pelos pacientes, tanto adultos, como crianças, portadores de patologias neurológicas, ortopédica, reumáticas, respiratórias, da coluna vertebral, Revisão anatômica e fisiológica do Sistema Nervoso Central, Sistema respiratório, sistema ósseo e sistema muscular; Tratamento fisioterápico nas deficiências acima comentadas; Biomecânica Básica dos sistemas acima citados. Saúde Pública: Noções básicas de Saúde Pública; História da Saúde Pública Brasileira; Epidemiologia: bases conceituais, indicadores de saúde, sistema de informação em saúde; Epidemiologia e serviços de saúde; Epidemiologia e meio ambiente, Resíduos Sólidos dos Serviços de Saúde. Organização e administração dos Serviços de Saúde no Brasil - Sistema Único de Saúde: antecedentes históricos, princípios e diretrizes do SUS, trabalho em equipe, diagnóstico de saúde, planejamento estratégico situacional. Controle social - gestão colegiada, financiamento, legislação e normalização; Modelos Técnico assistenciais em saúde; Vigilância em Saúde, Vigilância Sanitária; Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e: origens; determinações econômicas, sociais e históricas; Ética: proteção à vida humana; saúde física e mental. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

Legislação:

Lei Orgânica do Município de São Domingos

1.6.5. CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (10 questões) HABILITADOS E NÃO HABILITADOS

Conteúdo Específicos: aprendizagem, aquisição da língua escrita; Aquisição dos conceitos matemáticos fundamentais; Aquisição das linguagens expressivas; Educação inclusiva; Processos de avaliação; Formação de pessoal para a Educação Infantil; Técnicas de trabalho em grupo, supervisão de programas pedagógicos; Registros da avaliação na Educação Infantil; Processo de desenvolvimento e aprendizagem nos primeiros anos de vida; A importância do brincar; Organização do trabalho na educação infantil: tempo e espaço; Cuidar e educar - função indissociável na educação infantil; Consciência fonológica; Maus tratos na infância; Currículo na Educação Infantil; Relação família escola; Rotina na Educação Infantil. Conhecimentos básicos do crescimento e desenvolvimento infantil. Os direitos fundamentais da criança: saúde, proteção, educação, lazer e esporte. Necessidades nutricionais na infância. Fundamentos e métodos da educação infantil. Relação professor/aluno, Lúdico, mídia e educação, práticas promotoras, igualdade racial, família.

Legislação:

- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 LDB e alterações

- BRASIL, Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

- BRASIL, Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 (Altera a Lei no 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira");

- BRASIL, Constituição Federal do Brasil, na parte referente à Educação;

- BRASIL, Lei nº 8.069, de 13/07/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.6.6. CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS (10 questões) HABILITADOS E NÃO HABILITADOS

Conteúdo Específicos: Currículo Escolar: sentido amplo e específico do planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem; Sequência Didática; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos; Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, - Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade; Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento; A infância e sua singularidade na educação básica; Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem; Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento; Gêneros textuais orais e escritos; Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente; Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

Legislação:

- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 LDB e alterações

- BRASIL, Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

- BRASIL, Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 (Altera a Lei no 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira");

- BRASIL, Constituição Federal do Brasil, na parte referente à Educação;

- BRASIL, Lei nº 8.069, de 13/07/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.6.7. CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES (10 questões) HABILITADOS E NÃO HABILITADOS

Conteúdo Específicos: 1) História das Artes: movimentos artísticos e suas implicações no ensino das artes. 2) História do ensino das artes visuais no Brasil e no mundo. 3) Didática do Ensino de Artes: A linguagem artística; Produção de Artes; Aprendizagem Artística; Metodologia de ensino e aprendizagem em Artes. 4) Música e Educação. 5) Dança e Educação. 6) O ensino de Artes e o cotidiano escolar contemporâneo. 7) Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte. 8) Ensino da arte e novas tecnologias da comunicação e informação.

Legislação:

- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 LDB e alterações

- BRASIL, Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

- BRASIL, Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 (Altera a Lei no 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira");

- BRASIL, Constituição Federal do Brasil, na parte referente à Educação;

- BRASIL, Lei nº 8.069, de 13/07/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

1.6.8. CARGO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA (10 questões) HABILITADOS E NÃO HABILITADOS

Conteúdo Específicos: 1) Movimentos, Esportes e Jogos na Infância. A transformação didática do esporte; A formação do professor de educação física e a importância da escola; fundamentos pedagógicos para o trato do conhecimento esporte; práticas didáticas para um conhecimento de si de crianças e jovens na educação física. Cognição; motricidade. 2) Lazer e Cultura; Conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer; vivência lúdica no lazer: humanização pelos jogos; brinquedos e brincadeiras. 3) Exercício físico e cultura esportiva; Esporte e mídia: do jogo ao telespetáculo; o discurso midiático sobre exercício físico, saúde e estética - implicações na educação física escolar; a televisão e a mediação tecnológica do esporte; Concepção crítica emancipatória da educação física. 4) O treinamento esportivo precoce; o talento esportivo na escola; o fenômeno esportivo enquanto realidade educacional; estudo do movimento humano; as diferentes interpretações do movimento humano; o interesse na análise do movimento pelas atividades lúdicas: brinquedo e jogo; o interesse pedagógico-educacional no movimento humano; os interesses da educação física no ensino do movimento, interesse na análise do movimento dança; o interesse na análise do movimento na aprendizagem motora; o interesse na análise do movimento nos esportes. 5) Didática das aulas abertas na educação física escolar; a experiência como elemento essencial ao ensino na educação física escolar; a educação física no currículo escolar; metodologia e mudança metodológica do ensino de educação física; visão pedagógica do movimento; educação/esporte/aula de educação física; o conteúdo esportivo na aula de educação física; avaliação do processo ensino-aprendizagem nas aulas de educação física. 6) Educação física e esporte; reflexões sobre a escola capitalista e a educação física escolar; o lugar e o papel do esporte na escola; gênese esportiva e seus laços com a educação física escolar. 7) Primeiros socorros para as aulas de educação física; atividades esportivas e acidentes durante as aulas; acidentes e primeiros socorros nas aulas de educação física; acidentes mais comuns em aulas de educação física. 8) Cidadania. 9) Proposta Curricular de Santa Catarina.

Legislação:

- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino de 5ª a 8ª séries: Educação Física.

- BRASIL, Lei nº 8.069, de 13/07/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96 e alterações);

- BRASIL, Constituição Federal do Brasil: arts. 205 a 217.

- BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN.

1.6.9. CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM (10 questões)

Conteúdos Específicos: Saúde Pública; SUS; Programas Preventivos; Higiene (esterilização, desinfecção); Instrumentos cirúrgicos; Material de laboratório; Intoxicações; Fraturas; Vacinas; Calendário de Vacinas; Doenças infecto contagiosas; Coagulação; Hemorragias; Mordeduras e Picadas venenosas; Interpretações de sinais e sintomas; Atribuições na saúde pública; Didática aplicada à enfermagem. Ética e legislação em enfermagem: Princípios básicos de ética; Regulamentação do exercício profissional; Código de ética dos profissionais de enfermagem; Implicações éticas e jurídicas no exercício da enfermagem. Técnicas básicas de enfermagem: Sinais vitais; Mensuração de altura e peso; Assepsia e controle de infecção; Biossegurança; Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração e cuidados na aplicação, venoclise); Prevenção de úlceras de pressão; Sondagens gástrica e vesical; Coleta de material para exames laboratoriais; Oxigenioterapia; Curativo; Administração de dieta oral, enteral, parenteral. Enfermagem médico-cirúrgica: Cuidados de enfermagem ao paciente com distúrbios endócrinos, cardiovasculares, pulmonares, autoimunes e reumatológicos,

digestivos, neurológicos e do sistema hematopoietico; Preparo acondicionamento e métodos de esterilização e desinfecção de materiais; Atendimento de emergência: parada cardiorrespiratória, corpos estranhos, intoxicações exógenas, estados convulsivos e comatosos, hemorragias, queimaduras, urgências ortopédicas; Vias de transmissão, profilaxia e cuidados de enfermagem relacionados a doenças transmissíveis e parasitárias. Enfermagem materno-infantil: Assistência à gestante no período pré-natal, pré-parto, parto e puerpério; Complicações obstétricas; Recém-nascido normal e patológico; Crescimento e desenvolvimento da criança; Aleitamento materno; Doenças da Primeira Infância. Enfermagem em Saúde Pública: Processo saúde - doença; Imunizações; Vigilância epidemiológica; Atenção à saúde da criança e do adolescente, do adulto, da mulher e do idoso. Noções de administração aplicada à enfermagem. Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo. Saúde da mulher; Saúde da criança; Saúde do adulto; Saúde do idoso; Doenças sexualmente transmissíveis/AIDS; O trabalho do agente comunitário de saúde; O programa de saúde da família; Vigilância à saúde: perfil epidemiológico, vacina, endemias e epidemias; Conhecimentos inerentes ao ESF-Estratégia Saúde da Família. Conhecimentos gerais inerentes à área de atuação, do conjunto de atribuições do emprego público, do serviço público municipal.

Legislação:

- BRASIL, Constituição Federal de 1988 (Título VIII - capítulo II - Seção II);
- BRASIL, Lei nº 8.142/1990 e Lei nº 8.080/1990;
- BRASIL, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB-SUS/1996;
- BRASIL, Norma Operacional da Assistência à Saúde - NOAS - SUS/2001;
- BRASIL, Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS - NOAS-SUS de 2002, Programa de Controle de Infecção Hospitalar;
- BRASIL, Lei Nº 10.507, de 10 de julho de 2002.

ANEXO II - FORMULÁRIO PARA PROVA DE TÍTULOS

1ª VIA – EMPRESA

Candidato (a): _____

Nº inscrição _____ Nº CPF _____

Cargo _____

Através do presente venho requerer o recebimento dos títulos abaixo relacionados que declaro serem cópias autênticas dos documentos originais.

CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO

| | Instituição | Período | Tempo | Exclusivo IOPLAN |
|---|-------------|---------|-------|------------------|
| 1 | | | | |
| 2 | | | | |
| 3 | | | | |
| 4 | | | | |

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO E/OU ATUALIZAÇÃO

| | Instituição | Data da Conclusão | Carga Horária | Exclusivo IOPLAN |
|---|-------------|-------------------|---------------|------------------|
| 1 | | | | |
| 2 | | | | |
| 3 | | | | |
| 4 | | | | |
| 5 | | | | |
| 6 | | | | |

CURSOS DE PÓS - GRADUAÇÃO

| | Instituição | Data da Conclusão | Carga Horária | Exclusivo IOPLAN |
|-----------------|-------------|-------------------|---------------|------------------|
| 1 | | | | |
| 2 | | | | |
| 3 | | | | |
| TOTAL DE PONTOS | | | | |

Nº DE CÓPIAS ENTREGUES: _____

Declaro que os documentos apresentados são cópias fiéis dos originais e que quando solicitado deverei apresentar os originais, ciente de que a constatação de qualquer irregularidade implicará em minha exclusão do processo seletivo, sem prejuízo das sanções legais.

São Domingos (SC), em _____ de 2016.

| | |
|------------------------------|-------------------------------|
| Responsável pelo recebimento | Assinatura do(a) Candidato(a) |
|------------------------------|-------------------------------|

ANEXO III

REQUERIMENTO – ATENDIMENTO ESPECIAL PARA LACTANTE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - Edital n.º 001/2016

Nome da candidata: _____

Nº da inscrição: _____ Cargo: _____

RG nº _____ CPF nº _____

Endereço: _____

Tel.: fixo: () _____ Celular () _____ E-mail: _____

Vem REQUERER atendimento especial para amamentação, em sala reservada, no dia de realização da prova do (Concurso Público e/ou Processo Seletivo).

Obs.: Durante a realização da prova, a candidata deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada, e que será responsável pela guarda da criança. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

_____/_____/_____

(Data)

(Assinatura)

ANEXO IV

CRONOGRAMA GERAL DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016

| ITEM | ATIVIDADES | DATA INICIAL | DATA FINAL |
|------|---|---------------------------------------|----------------|
| 01 | Publicação do edital | | 27/10/2016 qui |
| 02 | Período de inscrição | 27/10/2016 qui | 24/11/2016 qui |
| 03 | Data final para pagamento do boleto | | 25/11/2016 sex |
| 04 | Publicação das inscrições deferidas e indeferidas | | 28/11/2016 seg |
| 05 | Interposição de recurso em face do indeferimento de inscrições | 29/11/2016 | 29/11/2016 ter |
| 06 | Listagem das Inscrições Homologadas | | 30/11/2016 qua |
| 07 | Listagem geral de ensalamento | | 05/12/2016 seg |
| 08 | Data da Prova Escrita | 10/12/2016 sáb | |
| | | Início às 09:00h Término às 12:00h | |
| 09 | Divulgação do Gabarito Provisório e prova de títulos | | 11/12/2016 dom |
| 10 | Interposição de recurso com relação às questões da prova, do gabarito e títulos | 12/12/2016 seg | 13/12/2016 ter |
| 11 | Divulgação do Gabarito Definitivo | | 19/12/2016 seg |
| 12 | Publicação da Classificação Provisória da Prova Escrita | | 20/12/2016 ter |
| 13 | Interposição de recurso quanto a classificação provisória | 21/12/2016 qua | 22/12/2016qui |
| 14 | Publicação da classificação final do processo seletivo Simplificado | | 26/12/2016seg |
| 15 | Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado | A partir de | 26/12/2016seg |

EXTRATO-EDITAL-001-2016-PROCESSO-SELETIVO SIMPLIFICADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS., Estado de Santa Catarina, nos termos de dispensa de licitação com fundamento no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93. Contratante: Município de São Domingos. Contratada; IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda., de Chapecó SC, torna público extrato do edital de processo seletivo simplificado nº 001/2016, para o conhecimento dos interessados, que no período de 27 de outubro de 2016 a 24 de novembro de 2016, encontram-se aberta as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado destinado a prover vagas nos seguintes cargos de provimento temporário: Agente Educativo, Auxiliar de Serviços Gerais- (masculino e Feminino); Fiscal de Vigilância Sanitária; Fisioterapeuta; Professor de Educação Infantil; Professor do Ensino Fundamental Séries Iniciais; Professor Ensino Fundamental – Artes; Professor Ensino Fundamental - Educação Física; Técnico em Enfermagem. Íntegra do edital e demais informações, pelo telefone (049) 3323-8630 IOPLAN e Prefeitura Municipal telefone (49) 3443-0281 ou pela internet no sítio www.saodomingos.sc.gov.br e também no sítio www.ioplan.com.br. Chapecó/SC, em 26 de outubro de 2016. Alcimar de Oliveira – Prefeito Municipal.

POR 2039 DE 17 10 16 FÉRIAS A SERVIDORA FÁTIMA GUERINI ZAREMBSKI

PORTARIA Nº 2039, DE 2039 DE OUTUBRO DE 2016.

Concede férias a servidora pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

· Considerando os requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

| SERVIDORES | CARGO | PERÍODO AQUISITIVO | DIAS | GOZO |
|--------------------------------|-----------------------------|---------------------|------|---------------------|
| Fátima Marin Guerini Zarembski | Auxiliar de Serviços Gerais | 17/11/14 a 16/11/15 | 15 | 17/10/16 a 31/10/16 |

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de outubro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 2040 DE 21 10 16 AUTORIZA A CONDUZIR VEÍCULOS ALDAIR DA SILVEIRA

PORTARIA Nº 2040, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016.

Autoriza servidor a conduzir veículos públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990;

· Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes Iraci Ines Marmentini Walendorff;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado a conduzir veículos de propriedade deste município, o servidor público municipal Aldair da Silveira, ocupante do cargo de Diretor de Departamento de Educação e Cultura, na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, portador da Carteira Nacional de Habilitação com registro de nº 02872198170.

Art. 2º O servidor ora autorizado a conduzir os veículos públicos municipais fica responsável pelo seu uso, manutenção, abastecimento, zelo, preenchimento do diário de bordo e por eventuais sinistros e infrações de trânsito.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 21 de outubro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 2041 DE 24 10 16 CONCEDE AFASTAMENTO LEGAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARI TANIA LODI

PORTARIA Nº 2041, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

Concede afastamento legal a servidora pública municipal

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 04/04/2012 atualizada e pela Lei Complementar Municipal 042, de 04/04/2012, atualizada;

· Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

· Considerando o art. 473 da CLT (Consolidações das Leis do Trabalho);

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Afastamento Legal, para ausentar-se do serviço sem prejuízo de seus direitos, por 03 (três) dias consecutivos, no período de 24/10/2016 a 26/10/16, por motivo de seu casamento, a Servidora Publica Municipal, Mari Tânia Lodi Meister, ocupante do Cargo de Professora PD/D-IV, admitida em caráter temporário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos/SC, 24 de outubro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda Designada

São José

PREFEITURA

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 023/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 023/2016 – Processo de Compras: 632/2016 - Proc. Adm. 22288/2016 - Contratado: HANNA INSTRUMENTS BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.. Objeto: "INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA HANNA INSTRUMENTS BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, PARA FORNECIMENTO DE KIT HI 96734-11 PADRÕES CALCHECK PARA CLORO TOTAL E LIVRE HR, 0.0 E 4.00 PPM, PARA USO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, VINCULADA À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ /SC". Valor total do contrato: R\$ 1.217,40 (mil, duzentos e dezessete reais e quarenta centavos). Fundamento Legal: art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº001/2013

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº001/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC

Contratada: KHRONOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

Objeto do contrato nº 001/2013: "Prestação de serviços de mão de obra especializada, para atender a Secretaria da Educação do Município de São José".

Instrumento Vinculante: Processo Licitatório nº 339/2012 – Pregão nº 149/2013.

Fundamento: Com base no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento ao Contrato nº 132/2014, cujo objetivo é a alteração do disposto na Cláusula Décima Segunda – parágrafo único – da dotação orçamentária, prevista no instrumento inicial, acrescentando nova dotação orçamentária, conforme o orçamento fiscal vigente:

| Unidade | Projeto/Atividade | Despesa | Elemento de Despesa |
|---------|-------------------|---------|---------------------|
| 08.01 | 2.031 | 45014 | 3.3.90.34.00.00.00 |
| 08.01 | 2.039 | 45015 | 3.3.90.34.00.00.00 |

O registro desta indicação de dotação orçamentária é para inclusão da despesa referente ao recurso Salário – Educação nos Projetos/Atividades, indicados acima.

São José/SC, 26 de outubro de 2016.

Daniela da Silva Fraga
Secretária Municipal de Educação

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2016 - Processo nº 353/2016 – Proc. Adm. 17887/2016. Fornecedor: FUNDIÇÃO IRMÃOS OLIVETTI IND. E COMÉRCIO LTDA - EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GRELHA DE FERRO FUNDIDO DESTINADO A MANUTENÇÃO DE CAIXA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA PLUVIAL, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 55.600,00 – cinquenta e cinco mil, seiscentos reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 02/FUNESJ/2016**RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 02/FUNESJ/2016**

A Prefeitura de São José, através da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José - FUNESJ, torna pública a retificação do Edital nº 02/FUNESJ/2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), na Edição nº 2088, do dia 23 de setembro de 2016, que passa a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital:

Onde se lê:

1. INSTRUÇÕES AO PROPONENTE

[...]

1.12 Cronograma

[...]

1.12.5. Publicação dos resultados preliminares: 28/10/2016

1.12.6. Recursos e pedidos de alteração: Até o dia 01/11/2016

1.12.7. Homologação do resultado final: 04/11/2016

Leia-se:

1. INSTRUÇÕES AO PROPONENTE

[...]

1.12 Cronograma

[...]

1.12.5. Publicação dos resultados preliminares: 07/11/2016

1.12.6. Recursos e pedidos de alteração: Até o dia 09/11/2016

1.12.7. Homologação do resultado final: 16/11/2016

Onde se lê:

9. DA AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

[...]

9.1. Primeira Etapa: Triagem Administrativa (De 19/09/2016 a 24/09/2016)

[...]

9.2. Segunda Etapa: Análise Técnica (De 25/10/2016 a 28/10/2016)

[...]

9.3. Terceira Etapa: Divulgação dos Resultados Preliminares (28/10/2016)

[...]

9.3.4. O prazo para ajuste e recursos se encerra no dia 01/11/2016.

[...]

9.4. Quarta Etapa: Homologação Final (até 04/11/2016)

Leia-se:

9. DA AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

[...]

9.1. Primeira Etapa: Triagem Administrativa (De 19/10/2016 a 21/10/2016)

[...]

9.2. Segunda Etapa: Análise Técnica (De 25/10/2016 a 04/11/2016)

[...]

9.3. Terceira Etapa: Divulgação dos Resultados Preliminares (07/11/2016)

[...]

9.3.4. O prazo para ajuste e recursos se encerra no dia 09/11/2016.

[...]

9.4. Quarta Etapa: Homologação Final (até 16/11/2016)

São José (SC), 25 de outubro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José

Antenor Paes de Castro

Superintendente Adjunto da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 03/FUNESJ/2016**RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 03/FUNESJ/2016**

A Prefeitura de São José, através da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José - FUNESJ, torna pública a retificação do Edital nº 03/FUNESJ/2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), na Edição nº 2088, do dia 23 de setembro de 2016, que passa a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital:

Onde se lê:

1. INSTRUÇÕES AO PROPONENTE

[...]

1.12 Cronograma

[...]

1.12.5. Publicação dos resultados preliminares: 28/10/2016

1.12.6. Recursos e pedidos de alteração: Até o dia 01/11/2016

1.12.7. Homologação do resultado final: 04/11/2016

Leia-se:

1. INSTRUÇÕES AO PROPONENTE

[...]

1.12 Cronograma

[...]

1.12.5. Publicação dos resultados preliminares: 07/11/2016

1.12.6. Recursos e pedidos de alteração: Até o dia 09/11/2016

1.12.7. Homologação do resultado final: 16/11/2016

Onde se lê:

9. DA AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

[...]

9.1. Primeira Etapa: Triagem Administrativa (De 19/09/2016 a 24/09/2016)

[...]

9.2. Segunda Etapa: Análise Técnica (De 25/10/2016 a 28/10/2016)

[...]

9.3. Terceira Etapa: Divulgação dos Resultados Preliminares (28/10/2016)

[...]

9.3.4. O prazo para ajuste e recursos se encerra no dia 01/11/2016.

[...]

9.4. Quarta Etapa: Homologação Final (até 04/11/2016)

Leia-se:

9. DA AVALIAÇÃO DOS PROJETOS

[...]

9.1. Primeira Etapa: Triagem Administrativa (De 19/10/2016 a 21/10/2016)

[...]

9.2. Segunda Etapa: Análise Técnica (De 25/10/2016 a 04/11/2016)

[...]

9.3. Terceira Etapa: Divulgação dos Resultados Preliminares (07/11/2016)

[...]

9.3.4. O prazo para ajuste e recursos se encerra no dia 09/11/2016.

[...]

9.4. Quarta Etapa: Homologação Final (até 16/11/2016)

São José (SC), 25 de outubro de 2016.

Karoline da Silva

Superintendente da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José

Antenor Paes de Castro

Superintendente Adjunto da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José

CÂMARA MUNICIPAL**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2015**

Processo Licitatório nº 065/2015

Concorrência Pública 001/2015

Objeto: Contratação de empresa para construção em estrutura pré-moldada com cobertura de cimento, com base para recebimento de placas fotovoltaicas, com área construída total de 3.898,00 m², para a nova sede da Câmara Municipal de São José, na Avenida Beira Mar, Praia Comprida, São José – SC, conforme especificações e memoriais anexos.

A presidência desta CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, recebeu o recurso interposto pela empresa RODRIGUES & CAMARGO LTDA - EPP, a qual apresentou RECURSO ADMINISTRATIVO COM PEDIDO DE ENCAMINHAMENTO AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, em relação a decisão da Comissão Permanente de Licitações, relacionado ao Processo de Licitação nº. 065/2015, na Modalidade Concorrência Pública nº. 001/2015.

A motivação do recurso apresentado diz respeito a decisão da Comissão Permanente de Licitações desta Câmara de Vereadores, qual negou provimento ao recurso apresentado pela empresa RODRIGUES & CAMARGO LTDA – EPP e manteve sua inabilitação, bem como a habilitação do CONSÓRCIO GANZO LUZ junto ao certame.

Entretanto, importante frisar que da última decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitações era passível de rediscussão mediante representação, conforme estipula o art. 109, II, da Lei 8.666 de 1993, já que idêntica matéria havia sido analisada anteriormente pela Comissão Permanente de Licitações e Autoridade Superior.

Incabível, portanto, Recurso Hierárquico à espécie. Entretanto, para evitar demais confusão ao processo, com base no princípio da fungibilidade, e nos demais princípios constitucionais balizadores da administração pública, recebo o presente recurso em caráter de representação para a devida análise, com fundamento no já mencionado art. 109, II, da Lei 8.666 de 1993.

Cabe salientar acerca do objeto da licitação, qual assim descreve: OBJETO: Contratação de empresa para construção em estrutura pré-moldada com cobertura de cimento, com base para recebimento de placas fotovoltaicas, com área construída total de 3.898,00 m², para a nova sede da Câmara Municipal de São José, na Avenida Beira Mar, Praia Comprida, São José – SC, conforme especificações e memoriais anexos.

Assim como no recurso interposto inicialmente pela Recorrente, mais uma vez a empresa trouxe à tona o apontamento de que o referido Consórcio não cumpriria as exigências contidas em relação a sua qualificação econômico-financeira, o que descumpriria o item 7.4 e do item 8.17. Vejamos:

7.4 Comprovação de possuir patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor constante neste edital como orçamento da obra.

(...)

8.17 Empresas participantes em consórcio poderão valer-se da soma dos atestados e dos índices econômicos, incluindo capital social, para alcançar o mínimo exigido neste edital.

No presente caso são 02 (duas) empresas formadoras do CONSÓRCIO GANZO LUZ, sendo as empresas ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA e a CONSTRUTORA GANZO LTDA, sendo que o somatório se dá na participação de cada uma, em proporções

igualitárias, que no presente caso é de 50% (cinquenta por cento) de participação de cada integrante.

Desse modo, os documentos apresentados pela empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA e pela CONSTRUTORA GANZO LTDA - fls. 1444 e 1455 - comprovam a capacidade econômico-financeira exigida no item 7.4, uma vez que cada uma possui patrimônio líquido necessário, indo ao encontro do orçamento apresentado no edital da licitação em epígrafe.

Logo, resta o entendimento pelo indeferimento do pedido de inabilitação referente ao não atendimento da qualificação econômico-financeira, com fulcro nas exigências editalícias e nos termos da legislação atinente.

Passados todos os apontamentos, com base nos termos dos recursos apresentados, com as contrarrazões recebidas, tomando como base e fundamento jurídico as determinações do edital de Processo Licitatório nº. 065/2015 – Modalidade Concorrência Pública nº. 001/2015, bem como com fulcro nas diretrizes legais Constitucionais e nos termos da Lei nº. 8666/1993, decido conhecer do recurso apresentado pela empresa RODRIGUES & CAMARGO LTDA – EPP como Representação, mas não lhe atribuir efeito suspensivo, pois incabível à espécie e, no mérito, decidir pela improcedência dos pedidos, mantendo a decisão pretérita por seus próprios fundamentos e a habilitação do CONSÓRCIO GANZO LUZ, bem como a sessão de abertura dos envelopes – contendo a proposta de preços – para o dia 27 de outubro de 2016, às 14:00 horas, na Sede Legislativa do Município de São José/SC.

Publique-se e intime-se.

São José/SC, 26 de outubro de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DA ERRATA AO DECRETO Nº 5.496/2016.

ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DA ERRATA AO DECRETO Nº 5.496/2016, Publicada no DOM/SC - Edição nº 2109 - Pág. 417, datada de 25/10/2016.

Fica anulada a publicação da errata ao Decreto nº 5.496, de 14 de outubro de 2016, contendo os dados abaixo, eis que confeccionada e publicada equivocadamente:

“ERRATA: O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, através do Sr. Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICA a retificação da data de edição do Decreto nº 5.496, de 17 de outubro de 2016, publicado em 19 de outubro de 2016, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, página 477, edição nº 2105, nos seguintes termos:

Fica retificado a data de edição do Decreto nº 5.496, de 17 de outubro de 2016, publicado em 19 de outubro deste ano, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, página 477, edição nº 2105, passando a constar com a seguinte redação:

“DECRETO Nº 5.496, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016.

.....
São Lourenço do Oeste - SC, 14 de outubro de 2016.”

São Lourenço do Oeste - SC, 24 de outubro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal”

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2016, INEXIGIBILIDADE Nº 007/2016 - ICSL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 011/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 007/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA “GERALDO SANTOS PASSOS” PARA APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULO ARTÍSTICO DO PERSONAGEM “PALHAÇO BIRIBA” A SER REALIZADO NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2016, DURANTE A PROGRAMAÇÃO NATALINA DE 2016 ORGANIZADA PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

CONTRATANTE: INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CNPJ: 08.806.043/0001-70

CONTRATADA: LEILA DE ROSSO SIMIONATO - ME, CNPJ: 23.368.452/0001-26

VALOR TOTAL: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: D – 02/2016 – 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 – Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste – SC.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até 31/12/2016.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 27 de outubro de 2016.

EVERTON LUIZ LOVERA

Presidente da Autarquia do ICSL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2016 - SRP - PR Nº 029/2016 - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 09/11/2016, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2016. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2016, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste, 26 de outubro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 5.504, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.504, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

| | | | |
|---|---------------------------------------|--------------------|--------------|
| 06.00 | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA | | |
| 06.01 | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA | | |
| 06.122.4503.2.008 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 | 177 | Aplicações Diretas | R\$ 5.000,00 |

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

| | | | |
|---|---------------------------------------|--------------------|--------------|
| 06.00 | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA | | |
| 06.01 | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA | | |
| 06.122.4503.2.008 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000 | 168 | Aplicações Diretas | R\$ 5.000,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de outubro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº169/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº169/2016

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 1.017/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.10.2077 – Func. e Manutenção da Coordenadoria de Obras R\$ 714,00

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 714,00

Suplementa:

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 714,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de outubro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 111/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 111/2016-PMS

PROCESSO Nº. 193/2016-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de luminárias LED para iluminação pública para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 16 de novembro de 2016 às 14h.

Abertura do Processo: 16 de novembro de 2016 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 27 de outubro 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. PRICILA LOURENÇO, inscrita no CPF sob nº. 064.893.349-09, aprovada em 32º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 27 de outubro de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 25 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2015-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ALECSANDRA ANDRESA WALZ, inscrita no CPF sob nº. 089.986.029-03, aprovada em 33º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2015-SECEL/PMS, para o cargo de PROFESSORA A – EDUCAÇÃO INFANTIL, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00h do dia 31 de outubro de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga

ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 26 de outubro de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Maykel Roberto Laube
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

DECRETO Nº 3.924/2016 DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.924/2016 de 21 de outubro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.25.752.3003.2.310 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0008 - Material de Consumo R\$ 20.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - UNID DE AGRICULTURA

07.01.20.606.3004.2.313 - Manutenção da Patrulha Rural

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 4.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.25.752.3003.2.310 - Manutenção da Iluminação Pública

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0008 - Obras e Instalações R\$ 20.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - UNID DE AGRICULTURA

07.01.20.606.3004.2.313 - Manutenção da Patrulha Rural

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 21 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.925/2016 DE 24 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.925/2016 de 24 de outubro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.03.0218 - Material de Distribuicao Gratuita R\$ 10.000,00

04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.03.0002 - Material de Distribuicao Gratuita R\$ 5.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.927/2016 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

DECRETO Nº 3.927/2016 de 26 de outubro de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.245/2016 de 25 de outubro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 32.588,01 (trinta e dois mil quinhentos e oitenta e oito reais e um centavo) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.1.317 - Reformas, Ampliações e Construções de Unidades Escolares

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obras e Instalacoes R\$ 32.588,01

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.1.303 - Construção de Abrigos para Passageiros

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 20.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.02 - UNID. DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

07.02.22.661.3008.2.355 - Apoio as Atividades de Industria e Comércio

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 12.588,01

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 26 de outubro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 55/2016–FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 55/2016–FMS

Edital de Chamada Publica nº. 02/2016 – FMS - Processo nº. 64/2016 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA SANTA CLARA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.289.604/0001-86, estabelecida na Rua Ferdinando Pradi nº. 23, Centro, na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-580

Objeto: contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, modalidade ambulatorial, para atendimento fisioterapêutico do Grupo 03 – Sub Grupo 02 da Tabela Unificada do SUS/Ministério da Saúde para o Município de Schroeder/SC.

Data da Assinatura: 26/10/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 56/2016–FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 56/2016–FMS

Edital de Chamada Publica nº. 02/2016 – FMS - Processo nº. 64/2016 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DEMARCHI CLÍNICA DE FISIOTERAPIA SS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.383.686.0001-96, estabelecida na Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº. 1188 Sala 203, Centro, na Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-702

Objeto: contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, modalidade ambulatorial, para atendimento fisioterapêutico do Grupo 03 – Sub Grupo 02 da Tabela Unificada do SUS/Ministério da Saúde para o Município de Schroeder/SC.

Data da Assinatura: 26/10/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 57/2016–FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 57/2016–FMS

Edital de Chamada Publica nº. 02/2016 – FMS - Processo nº. 64/2016 - FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FISIOCORPUS CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.018.190/0002-43, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 4548, Centro, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, modalidade ambulatorial, para atendimento fisioterapêutico

do Grupo 03 – Sub Grupo 02 da Tabela Unificada do SUS/Ministério da Saúde para o Município de Schroeder/SC.

Data da Assinatura: 26/10/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ATA PREGÃO PRESENCIAL 25/2016-FMS (SEQUÊNCIA 01)

| | |
|--|---|
| ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC | PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 25/2016 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 62/2016 Data do Processo: 22/09/2016 |
| | Folha: 1/2 |

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 50/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial permanente para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. - EPP, DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP, CIRUPAR - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA. - EPP, OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA. - EPP, STRAFER PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI - EPP e DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. - EPP, DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP, CIRUPAR - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA. - EPP, OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA. - EPP, STRAFER PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI - EPP e DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital.

Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas MF DE ALMEIDA & CIA LTDA. - EPP, DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP, CIRUPAR - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA. - EPP, OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA. - EPP, STRAFER PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI - EPP e DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. O item 01 foi cancelado devido valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. Constatando vencedora a empresa CIRUPAR - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA. - EPP para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CIRUPAR - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA. - EPP para o item 02, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O item 05 foi cancelado devido valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. Constatando vencedora a empresa DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP para o item 07, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP apresentou CND Estadual vencida em 23/10/2016, documento exigido no edital no item 7.1.2, em se tratando de empresa EPP de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no seu artigo 43 traz que "§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. § 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação" e com o edital no item 8.2 "Havendo alguma restrição na comprovação exigida pelo artigo 27 de Lei Federal nº 8.666/96, será assegurado, as mesmas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa". Sendo concedido a empresa DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de nova certidão estadual, caso contrário será considerada inabilitada. Constatando vencedora a empresa STRAFER PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI - EPP para o item 12, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa STRAFER PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI - EPP

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 25/2016 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: **62/2016**
Data do Processo: **22/09/2016**

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 50/2016 (Sequência: 1)**

apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão. Será devolvido o envelope de habilitação da empresa DANNA COMERCIAL EIRELI - EPP. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Schroeder, 26 de Outubro de 2016

COMISSÃO:

| | |
|--------------------------|---------------------------|
| Daniela Samulescki | - - Pregoeiro(a) |
| Ivandra de Souza | - - Equipe de Apoio |
| Andreia Nass Friedemann | - - Equipe de Apoio |
| Valderi Rocha de Camargo | - - Equipe de Apoio |
| Eloir José Wendt | - - Equipe de Apoio |

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

| | |
|---------------------------|-----------------------------|
| WALDIR JACOBI | - - Representante |
| MARCIO FREITAS DE ALMEIDA | - - Representante |
| MARLON CRISTOF | - - Representante |
| RAFAEL GUSTAVO KOHLER | - - Representante |
| FABIANO MARTINS STOKLOSKI | - - Representante |
| RODRIGO TRUFFA DA COSTA | - - Representante |
| SUZANA PEREIRA LOPES | - - Setor Solicitante |

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1139

DECRETO Nº 1139, de 26 de outubro de 2016

Abre créditos adicionais suplementares por conta da anulação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 925.000,00.

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei Municipal nº 1844, de 18 de novembro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 - LDO, e combinado com alínea "d", do inciso IV, do art. 4º da Lei 1854, de 22 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2016 e com o inciso III § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964, e autorizada pela Lei nº 1888, de 26 de outubro de 2016,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 11 FUNDAÇÃO CULTURAL DE SEARA

Unidade: 1 Fundação Cultural de Seara

Projeto Atividade: 2.062 Gestão das Políticas e Ações do Desenvolvimento Cultural e Artístico

Modalidade: 4 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Órgão: 12 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Unidade: 1 Fundação Municipal de Esporte

Projeto Atividade: 2.064 Gestão das Políticas e Ações do Desporto, Recreação e Lazer Comunitário

Modalidade: 4 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Unidade: 1 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal

Projeto Atividade: 2.003 Gestão das Políticas de Modernização e Otimização da Gestão Municipal

Modalidade: 5 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Unidade: 2 Coordenadoria de Controle Interno

Projeto Atividade: 2.005 Gestão das Políticas e Ações do Controle Fiscal

Modalidade: 18 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 1 Departamento de Administração

Projeto Atividade: 0.004 Gestão dos Gastos de Pessoal Inativos e Pensionistas Executivo Municipal

Modalidade: 23 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Projeto Atividade: 2.006 Gestão das Ações da Modernização e Otimização das Ações Administrativas

Modalidade: 25 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 1 Departamento da Fazenda Municipal

Projeto Atividade: 0.001 Amortização de Parcelamentos Débitos Consolidados

Modalidade: 33 – 4.6.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 1 Departamento de Ensino

Projeto Atividade: 2.018 Gestão das Ações de Parcerias em Creche – SEARA SONHO

Modalidade: 59 – 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Inst. Priv. s/ fins lucr. R\$ 25.000,00

Projeto Atividade: 2.024 Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento da Educação Municipal

Modalidade: 68 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Modalidade: 69 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Projeto Atividade: 2.081 Gestão do Programa de Merenda Escolar da Educação Básica Municipal

Modalidade: 70 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Projeto Atividade: 2.082 Gestão das Ações do Transporte Escolar na Educação Básica Municipal na Área Rural

Modalidade: 75 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR

Unidade: 1 Departamento do Interior

Projeto Atividade: 2.036 Gestão das Ações do Transporte Rodoviário Municipal

Modalidade: 108 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE

Unidade: 1 Departamento da Cidade

Projeto Atividade: 2.040 Gestão das Políticas, Ações e Parcerias do Planejamento Urbano

Modalidade: 126 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Modalidade: 127 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Órgão: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOC. E DES. COMUNIT.

Unidade: 6 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 2.046 Gestão das Políticas e Ações do Conselho Tutelar

Modalidade: 145 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Modalidade: 146 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 2.099 Gestão das Políticas e Ações da Assistência Social – Órgão Gestor

Modalidade: 161 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

Órgão: 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE DES. ECONÔMICO

Unidade: 1 Departamento de Ind. Com. Serv. Emprego e Renda

Projeto Atividade: 2.084 Políticas de Apoio as Ações de Parcerias do Desenv. Econômico

Modalidade: 178 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Unidade: 2 Departamento de Turismo e Eventos

Projeto Atividade: 2.085 Gestão das Políticas, Ações e Parcerias do Desenvolvimento

Do Turismo e Eventos

Modalidade: 183 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEARA

Unidade: 1 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2.055 Gestão das Políticas e Ações do PSF e Implementação do NASF

Modalidade: 17 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 158.000,00

Modalidade: 18 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 128.000,00

Projeto Atividade: 2.091 Ações de Atenção Básica em Saúde Bucal

Modalidade: 39 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

TOTAL R\$ 925.000,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 FUNDAÇÃO CULTURAL DE SEARA

Unidade: 1 Fundação Cultural de Seara

Projeto Atividade: 2.063 Ações de Parcerias para Atividades do Desenvolvimento Cultural Artístico

Modalidade: 6 – 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Inst. Priv. s/ fins lucr R\$ 16.000,00

Órgão: 12 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Unidade: 1 Fundação Municipal de Esporte

Projeto Atividade: 1.042 Infraestrutura, Reformas e Equip. Para Prédios e Espaços para o Desporto, Recreação e Lazer Comunitário

Modalidade: 2 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Projeto Atividade: 1.043 Equipamentos, Material Permanente e Veículos para Modernização do Desporto, Rec. e Lazer Comunitário

Modalidade: 3 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Unidade: 1 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal

Projeto Atividade: 2.004 Gestão das Políticas e Desenvolvimento do Orçamento Participativo

Modalidade: 7 – 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Inst. Priv. s/ fins lucr R\$ 130.000,00

Modalidade: 8 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 39.000,00

Modalidade: 9 – 4.4.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Inst. Priv. s/ fins lucr R\$ 25.000,00

Modalidade: 10 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 36.300,00

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 1 Departamento de Administração

Projeto Atividade: 2.080 Ações de Conservação do Patrimônio Público Geral

Modalidade: 29 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 1 Departamento da Fazenda Municipal

Projeto Atividade: 0.005 Pagamento de Sentenças Judiciais – Precatórios

Modalidade: 34 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 16.700,00

Projeto Atividade: 2.008 Gestão das Ações de Modernização e Otimização do Controle das Finanças, Contábil e Arrecadação

Modalidade: 41 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 1 Departamento de Ensino

Projeto Atividade: 2.010 Apoio Didático, Pedagógico, Financeiro e Suplementar ao Educando Ensino Fundamental

Modalidade: 54 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Projeto Atividade: 2.082 Gestão das Ações do Transporte Escolar na Educação Básica Municipal na Área Rural

Modalidade: 73 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Projeto Atividade: 2.083 Ações de Conservação do Prédio da Secretaria Ensino

Modalidade: 79 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOC. E DES. COMUNIT.

Unidade: 5 Fundo de Habitação de Interesse Social

Projeto Atividade: 1.032 Infraestrutura, Melhorias e Produção de Unidades Habitacionais de Interesse Social na Área Urbana

Modalidade: 130 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Modalidade: 131 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 2.052 Gestão das Políticas e Ações do Programa de Habitação de Interesse Social

Modalidade: 132 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Modalidade: 133 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Unidade: 6 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 1.057 Infraestrutura, reforma e ampliação de prédios e espaços para o órgão gestor

Modalidade: 141 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 2.099 Gestão das Políticas e Ações da Assistência Social – Órgão Gestor

Modalidade: 160 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Órgão: 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE DES. ECONÔMICO

Unidade: 1 Departamento de Ind. Com. Serv. Emprego e Renda

Projeto Atividade: 2.086 Ações de Parcerias para realização da EFAICS

Modalidade: 198 – 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Inst. Priv. s/ fins lucr R\$ 40.000,00

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEARA

Unidade: 1 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 1.049 Equipamentos e Material Permanente para Ações da Saúde Bucal

Modalidade: 7 – 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Projeto Atividade: 2.053 Gestão das Políticas, Ações e Parcerias de Atenção Básica de Saúde Pública

Modalidade: 9 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Projeto Atividade: 2.056 Gestão das Políticas e Ações do Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS

Modalidade: 21 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Projeto Atividade: 2.061 Gestão das Políticas e Ações da Vigilância Epidemiológica e Ambiental

Modalidade: 37 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 78.000,00

TOTAL R\$ 925.000,00

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 26 de outubro de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 26 de outubro de 2016

Ademir Verza

Secretário de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 70

LEI COMPLEMENTAR Nº 70, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

Institui o Serviço de Licenciamento Ambiental Municipal de Atividades, Obras e Empreendimentos que causem ou possam causar Impacto de Âmbito Local, cria a Taxa de Licenciamento Ambiental no âmbito do Município de Seara e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 71 da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo

Municipal aprovou e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art.1º Fica instituído no âmbito do Município de Seara o Serviço de Licenciamento Ambiental Municipal de Atividades, Obras e Empreendimentos que causem ou possam causar Impacto de Âmbito Local, denominado de Licenciamento Ambiental Municipal – LAM.

Parágrafo único. O Licenciamento Ambiental Municipal – LAM, de que trata esta Lei atenderá o disposto na Resolução CONSEMA/SC nº 52, de 05 de dezembro de 2014 e demais legislações Municipal, Estadual ou Federal pertinentes à matéria.

Art.2º Para o exercício do Licenciamento Ambiental Municipal – LAM, o Município poderá criar e instituir, na forma da lei, Órgão Ambiental Municipal, com competência para exercer o licenciamento e fiscalização ambiental ou delegar o Serviço a Consórcio Público Intermunicipal ao qual ele integra, nos termos da legislação em vigor.

Art.3º Fica criada a Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal – TLAM no âmbito do Município de Seara, conforme tabelas dispostas no Anexo Único desta Lei.

Art.4º A Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal – TLAM tem como fato gerador o exercício do Poder de Polícia ou a prestação de serviços pelo Município ou por delegatário do serviço, para:

I – análise prévia de licenças ambientais;

II – análise de estudos de impacto ambiental;

III – autorização de corte de vegetação;

IV – autorização para tratamento ou disposição de resíduos;

V – pareceres técnicos;

VI – outras atividades previstas na legislação ambiental vigente.

Art. 5º O contribuinte da Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal – TLAM é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço sujeito à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

Parágrafo único. Os órgãos da administração direta ou indireta do Município são isentos do pagamento das Taxas de que trata esta Lei.

Art. 6º Os serviços e atividades sujeitos à Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal – TLAM são aqueles especificados no Anexo Único desta Lei.

Art. 7º A Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal – TLAM será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade.

Art. 8º Os valores arrecadados relativos à Taxa de Licenciamento Ambiental Municipal – TLAM serão integralmente recolhidos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA criado por lei específica.

Art. 9º Os valores constantes do Anexo Único serão reajustados anualmente mediante ato do Poder Executivo Municipal, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro que venha a substituí-lo.

Parágrafo único. Em caso de delegação do serviço, os índices serão reajustados conforme resolução específica do delegatário.

Art. 10 As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art.11 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO
(Lei Complementar nº 70, de 26 de outubro de 2016)

TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL – TLAM

1. NORMAS GERAIS PARA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL – TLAM

1.1. A determinação do valor da taxa, a quantificação do serviço e o cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

1.2. Não poderá haver duplicação de componentes de custo para efeito de cobrança de um ou mais serviços, quando existirem fatores comuns na equação de preços.

1.3. A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

1.4. O valor máximo para efeito de cobrança dos serviços de licenciamento será o valor correspondente ao da classe G,G, definidos nas Tabelas n.º 02 e 03.

2. DETERMINAÇÃO DO VALOR DA TAXA PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

2.1. Para a determinação dos valores a serem cobrados pelos pedidos de análise das Licenças Ambientais, as atividades são enquadradas em 9 classes (P,P; P,M; P,G; M,P; M,M; M,G; G,P; G,M; G,G) em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº 01:

TABELA Nº 01

Enquadramentos das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental

| PORTE DO EMPREENDIMENTO | POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR GERAL | | | |
|-------------------------|-------------------------------------|--|-----|--|
| | P | | M | |
| | P,P | | P,M | |
| | M | | M,M | |
| | G | | G,M | |
| | G,P | | G,G | |

2.2. O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.3. O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos em Resolução do CONSEMA, que define por listagem as atividades potencialmente poluidoras.

2.4. O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos nas Resoluções do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA.

TABELA Nº 02

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em reais (R\$)

| Licença | CLASSE | | | | | | | | |
|---------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | P, P | M, P | P, M | M, M | G, P | P, G | M, G | G, M | G, G |
| LAP | 198,19 | 350,00 | 611,56 | 1.067,94 | 1.601,91 | 1.868,10 | 2.669,86 | 3.267,29 | 5.715,97 |
| LAI | 493,03 | 870,68 | 1.521,35 | 2.656,68 | 3.985,02 | 4.647,19 | 6.641,70 | 8.127,92 | 14.219,42 |
| LAO | 986,07 | 1.741,38 | 3.042,73 | 5.313,42 | 7.970,12 | 9.294,48 | 13.283,54 | 16.256,00 | 28.439,12 |
| Total: | 1.677,29 | 2.962,06 | 5.175,64 | 9.038,04 | 13.557,06 | 15.809,77 | 22.595,10 | 27.651,21 | 48.374,51 |

| | |
|---|-----------|
| Autorização Ambiental/Certidões | R\$ 64,80 |
| Autorização Ambiental – AuA para Suinocultura | R\$ 35,35 |

TABELA Nº 03

Valores para análise de pedidos de licenças ambientais anual em reais (R\$) para as atividades agrícolas, pecuárias e florestais

| Licença | CLASSE | | | | | |
|---------|------------|----------|------------|----------|------------|----------|
| | I | | II | | III | |
| | A | B | A | B | A | B |
| | P,P ou M,P | P,M | M,M ou G,P | P,G | M,G ou G,M | G,G |
| LAP | 209,92 | 240,06 | 386,96 | 464,41 | 774,67 | 928,84 |
| LAI | 581,18 | 696,38 | 1.161,06 | 1.393,27 | 1.058,59 | 2.786,57 |
| LAO | 387,03 | 464,41 | 774,03 | 928,84 | 1.548,09 | 1.857,71 |
| TOTAL | 1.178,13 | 1.400,85 | 2.322,05 | 2.786,52 | 3.381,35 | 5.573,12 |

TABELA Nº 04

Valores para análise de pedidos de licenças ambientais, anual, em reais (R\$) para as atividades de captação de água subterrânea, em atividades agrícolas, pecuária e florestal, para porte até Q(I)<50

| LAP | LAI | LAO | TOTAL |
|--------|--------|--------|--------|
| 126,35 | 315,89 | 386,64 | 828,89 |

TABELA Nº 05

Valores para análise de pedidos de licenças ambientais, anual, em reais (R\$) para as atividades de beneficiamento, fiação e tecelagem de fibras têxteis vegetais, até o limite de AU = 500,00 m²

| LICENÇAS | LAP | LAI | LAO | TOTAL |
|----------|--------|--------|--------|----------|
| P, M | 126,88 | 306,66 | 623,89 | 1.057,43 |

TABELA Nº 06

Valores para análise de pedidos de licenças ambientais, anual, em reais (R\$) para as atividades de fabricação de artefatos têxteis, com estamparia e/ou tintura, até o limite de AU = 500,00 m², confecções de roupas e artefatos têxteis de cama, mesa, copa e banho, com tingimento até o limite de AU= 500,00m² e serviços industriais de lavagem, tingimento, alvejamento, estamparia e/ou amaciamento, com porte de 200,00m² a 500,00m²

| LICENÇAS | LAP | LAI | LAO | TOTAL |
|----------|--------|--------|--------|----------|
| P,G | 190,33 | 459,96 | 935,81 | 1.586,10 |

2.5. As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade de 04 (quatro) anos, podendo por decisão motivada, o prazo ser dilatado ou reduzido com aumento ou diminuição proporcional nos valores a serem cobrados pelo Município.

2.6. A cobrança da Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor.

2.7. Nos casos de pedidos de renovação de Licenças, será cobrado o valor referente à classificação da atividade.

2.8. Nas Classes das tabelas nº 02 e 03 acima, a primeira letra indica o porte da atividade e a segunda letra estabelece o potencial poluidor.

3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA:

3.1. Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental – EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, conforme fórmula abaixo:

3.1.1. Custo total das análises

CT = TT + VT + CE + CA, onde:

a) Trabalho Técnico

TT = T x H (R\$ 61,01/hora)

b) Vistoria Técnica

VT = T x D (R\$ 149,13/dia) + V x R (R\$ 0,89/Km)

c) Consultoria Externa

CE = Cc x H

d) Custo Administrativo

CA = (TT + VT + CE) x 0,10

Legenda:

| | |
|----|---------------------|
| CT | Custo Total |
| TT | Trabalho Técnico |
| VT | Vistoria Técnica |
| CE | Consultoria Externa |

| | |
|----|-------------------------------|
| CA | Custo Administrativo |
| H | Número de Horas Trabalhadas |
| D | Número de Dias Trabalhados |
| R | Total de Km Rodados |
| T | Número de Técnicos |
| V | Número de Veículos |
| Cc | Custo de Consultoria por Hora |
| | |

4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE VEGETAÇÃO, AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

4.2. $Pr = R\$ 12,24$ para corte isolado de até 05 (cinco) árvores em zona urbana;

4.3. $Pr = R\$ 75,23$ para corte isolado de 06 (seis) até 20 (vinte) árvores em zona urbana;

4.4. $Pr = R\$ 137,23 + 0,03 \times AM$ para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte de até 5,0 ha;

4.5. $Pr = R\$ 75,23$ para corte de árvores em área urbana ou rural que acarretem risco a vida ou ao patrimônio;

4.6. $Pr = R\$ 75,23$ para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades ou posses de comunidades tradicionais;

4.7. $Pr = R\$ 75,23$ para corte eventual em zona rural (20m³ ou 20 unidades);

4.8. $Pr = R\$ 137,23$ para corte/supressão ou exploração de vegetação para fins agrossilvopastoris, no limite de até 2,0 há.

4.9. Isento – para corte/supressão ou exploração de vegetação no caso de pequenos produtores rurais ou posses das populações tradicionais, limitando em até 2,0 ha por ano;

4.10. Isento – autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar.

5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE AUTORIZAÇÃO DE CORTE DE VEGETAÇÃO - AUC, PARA FLORESTAS PLANTADAS EM ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC), COM RECOMPOSIÇÃO VEGETAL:

5.1. $Pr = R\$ 137,23$ para AU até 3,0 ha;

5.2. $Pr = R\$ 137,23 + 20 \times AU$ para área útil em hectare de 3,0 até 10,0 ha.

Legenda:

| | |
|----|--------------------------|
| AU | Área útil |
| AM | Área em metros quadrados |

6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC) POR MEIO DE PLANTIO:

6.1. $Pr = R\$ 75,23$ para intervenção em APP até o limite máximo 5.000m²

6.2. $Pra = R\$ 75,23 + 0,03 \times AM$ para intervenção em APP acima de 5.000m²

7. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS (APP, UC, ETC) POR MEIO DE ENROCAMENTO, MURO DE ARRIMO OU GABIÃO:

7.1. $Pr = R\$ 212,52$ para intervenção até o limite 100 metros lineares.

8. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE DIAGNÓSTICO AMBIENTAL NOS CASOS DE EM QUE ESTIVER RELACIONADO A ATIVIDADE OU EMPREENDIMENTO NÃO PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO OU QUE DEPENDA DE CADASTRAMENTO OU AUTORIZAÇÃO DAS DEMAIS ATIVIDADES:

8.1. $Pr = R\$ 212,52$

9. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE ANÁLISE, VISTORIA E ASSINATURA DOS PEDIDOS DE AVERBAÇÃO DA RESERVA LEGAL:

9.1. $Pr = R\$ 75,23$ para propriedades com área até 50,00 ha.

9.2. Pr = R\$ 75,23 para propriedades com área acima de 50,00 ha.

9.3. Isento: Averbação da Reserva Legal para pequeno produtor rural ou posse rural familiar, conforme legislação Federal.

10. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE CONSULTA AMBIENTAL PARA TERRAPLENAGEM URBANA E RURAL:

10.1. Pr = R\$ 75,23 para AM menor que 1.000m²;

10.2. Pr = R\$ 75,23 + 0,03 x AM, para AM maior que 1.000m².

11. CERTIDÕES E DECLARAÇÕES DIVERSAS:

11.1. Pr = R\$ 75,81.

12. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – AuA

12.1. Pr = R\$ 75,81

12.2. Autorização Ambiental - AuA para a suinocultura:

12.2.1. Pr = R\$ 37,90

12.3. Conforme consta na Resolução nº 01/06, entenda-se porte Único = Autorização Ambiental – AuA

13. AUTORIZAÇÃO PARA TRATAMENTO E/OU DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS ORIUNDOS DE OUTROS ESTADOS:

13.1. Resíduos Classe I

13.1.1. Pr = R\$ 25,26 por tonelada

13.2. Resíduo Classe II

13.2.1. Pr = R\$ 10,10 por tonelada

14. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

14.1. Pr = R\$ 202,17

15. AGROTÓXICO:

15.1. Aplica-se à Tabela nº 03 para o Licenciamento Ambiental de empresas com atividades abaixo relacionadas;

15.1.1. Atividade de aplicação aérea de agrotóxico;

15.1.2. Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos;

15.2. Autorizações Ambientais:

15.2.1. Aplicação nas lavouras de agrotóxicos por aeronaves

15.2.1.1. Pr = R\$ 37,90 por propriedade/ano.

15.2.2. Aplicação de agrotóxico em ambientes urbanos:

15.2.2.1. Pr = R\$ 37,90

15.2.3. Aplicação de agrotóxico em ambiente de armazenagem em contêiner (expurgo):

15.2.3.1. Pr = R\$ 13,27

15.2.4. Central de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos:

15.2.4.1. Pr = R\$ 37,90

15.2.5. Atividades referentes à comercialização de agrotóxicos:

15.2.5.1. Pr = R\$ 37,90

16. CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA:

16.1. O Licenciamento Ambiental da atividade acima enquadra-se na Tabela nº 02.

16.2. Quando comprovada a utilização para uso em atividade agrícola, pecuária e florestal, será utilizada a Tabela nº 04.

16.3. Os poços tubulares profundos já existentes, que não disponham de Licenciamento Ambiental, pagarão apenas os custos referentes a Licença Ambiental de Operação – LAO.

17. LISTAGEM DE VALORES PARA A ATIVIDADE DA SUINOCULTURA:

17.1. 01.54.00 Granja de suínos – terminação

17.1.1. $Pr = R\$ 25,61 + 0,10 \times NC$

17.2. 01.54.01 Unidade de Produção de Leitoão – UPL

17.2.1. $Pr = R\$ 25,61 + 0,17 \times NM$

17.3. 01.54.02 Granja de Suínos – Creche

17.3.1. $Pr = R\$ 25,61 + 0,04 \times NC$

17.4. 01.54.03 Unidade Granja de Suínos – Ciclo Completo

17.4.1. $Pr = R\$ 25,61 + 0,50 \times NM$

17.5. Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para Licença Ambiental Prévia – LAP, de 1,50 para Licença Ambiental de Instalação – LAI e de 1,25 para Licença Ambiental de Operação – LAO.

18. LISTAGEM DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTURAIS, EXCETO AQUELAS JÁ ENQUADRADAS NA TABELA Nº 03 E NO ÍTEM 5:

18.1. 01.12.01. Culturas Permanentes Pomares e Cultivos de Palmáceas e Musáceas

18.1.1. $Pr = R\$ 25,61 + 2,15 \times AU$

18.2. 01.35.00. Florestamento e Reflorestamento de Essências Arbóreas

18.2.1. $Pr = R\$ 25,61 + 2,15 \times AU$

18.3. 01.40.00. Projeto Agrícola Irrigado

18.3.1. $Pr = R\$ 25,61 + 2,15 \times AU$

18.4. 01.51.00. Criação de Animais Confinados de Grande Porte (bovinos, equinos, etc.)

18.4.1. $Pr = R\$ 25,61 + 0,16 \times AU$

18.5. 01.52.00. Criação de Animais Confinados de Médio Porte (suínos, ovinos, caprinos, etc.)

18.5.1. $Pr = R\$ 25,61 + 0,17 \times AU$

18.6. 01.70.00. Criação de Animais Confinados de Pequeno Porte (avicultura, cunicultura)

18.6.1. $Pr = R\$ 25,61 + 0,0008 \times NC$

18.7. 01.70.01. Depósito de Cama de Aviário e/ou Dejetos Orgânicos

18.7.1. $Pr = R\$ 25,61 + 15 \times AU$

18.8. 01.80.00. Incubatório de Aves

18.8.1. $Pr = R\$ 25,61 + 35 \times AU$

18.9. 03.31.01. Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em Açudes (SISTEMA I):

18.9.1. $Pr = R\$ 25,61 + 3,75 \times AU$

18.10. 03.31.02. Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo em Viveiros (SISTEMA II):

18.10.1. Pr = R\$ 25,61 + 35 x AU

18.11. 03.31.02. Unidades de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo em Águas Mornas (SISTEMA III):

18.11.1. Pr = R\$ 25,61 + 7 x AU

18.12. 03.31.03. Unidades de Piscicultura em Monocultivo de Águas Frias (SISTEMA IV):

18.12.1. Pr = R\$ 25,61 + 7 x AU

18.13. 03.31.05. Unidades de Produção Alevinos (SISTEMA VI):

18.13.1. Pr = R\$ 25,61 + 7 x AU

18.14. 26.50.00. Abate de animais em abatedouros, frigoríficos e charqueadas, com ou sem industrialização de produtos de origem animal:

18.14.1. Pr = R\$ 25,61 + 0,14 x NC/dia (Aplica-se esta fórmula para atividades com abate de até 1.000 cabeças dia)

18.15. Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 1,50 para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 1,25 para Licença Ambiental de Operação - LAO

Legenda:

| | |
|-----|-----------------------------------|
| Pr | Preço Básico da Licença |
| AU | Área Útil em Hectare |
| AM | Área em m² |
| NC | Nº de Cabeças |
| NM | Nº de Matrizes |
| LAP | Licença Ambiental Prévia |
| LAI | Licença Ambiental de Instalação |
| LAO | Licença Ambiental de Operação |
| AuA | Autorização Ambiental |
| AuC | Autorização de Corte de Vegetação |

Seara/SC, 26 de outubro de 2016

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

LEI Nº 1888

LEI Nº 1888, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

Abre créditos adicionais suplementares por conta da anulação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 975.000,00.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei Municipal nº 1844, de 18 de novembro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 - LDO, e combinado com alínea "d", do inciso IV, do art. 4º da Lei 1854, de 22 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2016 e com o inciso III § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprovou e Ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 11 FUNDAÇÃO CULTURAL DE SEARA

Unidade: 1 Fundação Cultural de Seara

Projeto Atividade: 2.062 Gestão das Políticas e Ações do Desenvolvimento Cultural e Artístico

Modalidade: 4 – 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Órgão: 12 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Unidade: 1 Fundação Municipal de Esporte

Projeto Atividade: 2.064 Gestão das Políticas e Ações do Desporto, Recreação e Lazer Comunitário

Modalidade: 4 – 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Unidade: 1 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal

Projeto Atividade: 2.003 Gestão das Políticas de Modernização e Otimização

da Gestão Municipal

Modalidade: 5 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Unidade: 2 Coordenadoria de Controle Interno

Projeto Atividade: 2.005 Gestão das Políticas e Ações do Controle Fiscal

Modalidade: 18 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 1 Departamento de Administração

Projeto Atividade: 0.004 Gestão dos Gastos de Pessoal Inativos e Pensionistas Executivo Municipal

Modalidade: 23 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Projeto Atividade: 2.006 Gestão das Ações da Modernização e Otimização das Ações Administrativas

Modalidade: 25 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 1 Departamento da Fazenda Municipal

Projeto Atividade: 0.001 Amortização de Parcelamentos Débitos Consolidados

Modalidade: 33 – 4.6.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 1 Departamento de Ensino

Projeto Atividade: 2.018 Gestão das Ações de Parcerias em Creche – SEARA SONHO

Modalidade: 59 – 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Inst. Priv. s/ fins lucr. R\$ 25.000,00

Projeto Atividade: 2.024 Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento da Educação Municipal

Modalidade: 68 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Modalidade: 69 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Projeto Atividade: 2.081 Gestão do Programa de Merenda Escolar da Educação Básica Municipal

Modalidade: 70 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Projeto Atividade: 2.082 Gestão das Ações do Transporte Escolar na Educação

Básica Municipal na Área Rural

Modalidade: 75 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR

Unidade: 1 Departamento do Interior

Projeto Atividade: 2.036 Gestão das Ações do Transporte Rodoviário Municipal

Modalidade: 108 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE

Unidade: 1 Departamento da Cidade

Projeto Atividade: 2.040 Gestão das Políticas, Ações e Parcerias do Planejamento Urbano

Modalidade: 126 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

Modalidade: 127 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Órgão: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOC. E DES. COMUNIT.

Unidade: 6 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 2.046 Gestão das Políticas e Ações do Conselho Tutelar

Modalidade: 145 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Modalidade: 146 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 2.099 Gestão das Políticas e Ações da Assistência Social – Órgão Gestor

Modalidade: 161 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

Órgão: 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE DES. ECONÔMICO

Unidade: 1 Departamento de Ind. Com. Serv. Emprego e Renda

Projeto Atividade: 2.084 Políticas de Apoio as Ações de Parcerias do Desenv. Econômico

Modalidade: 178 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Unidade: 2 Departamento de Turismo e Eventos

Projeto Atividade: 2.085 Gestão das Políticas, Ações e Parcerias do Desenvolvimento

Do Turismo e Eventos

Modalidade: 183 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEARA

Unidade: 1 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2.055 Gestão das Políticas e Ações do PSF e Implementação do NASF

Modalidade: 17 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 158.000,00

Modalidade: 18 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 128.000,00

Projeto Atividade: 2.091 Ações de Atenção Básica em Saúde Bucal

Modalidade: 39 – 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

TOTAL R\$ 975.000,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 11 FUNDAÇÃO CULTURAL DE SEARA

Unidade: 1 Fundação Cultural de Seara

Projeto Atividade: 2.063 Ações de Parcerias para Atividades do Desenvolvimento Cultural Artístico

Modalidade: 6 – 3.3.50.00.00.00.00 – Transferências a Inst. Priv. s/ fins lucr R\$ 16.000,00

Órgão: 12 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE SEARA

Unidade: 1 Fundação Municipal de Esporte

Projeto Atividade: 1.042 Infraestrutura, Reformas e Equip. Para Prédios e Espaços para o Desporto, Recreação e Lazer Comunitário

Modalidade: 2 – 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Projeto Atividade: 1.043 Equipamentos, Material Permanente e Veículos para Modernização do Desporto, Rec. e Lazer Comunitário

Modalidade: 3 – 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Unidade: 1 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal

Projeto Atividade: 2.004 Gestão das Políticas e Desenvolvimento do Orçamento Participativo

Modalidade: 7 – 3.3.50.00.00.00.00 – Transferências a Inst. Priv. s/ fins lucr R\$ 130.000,00

Modalidade: 8 – 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 39.000,00

Modalidade: 9 – 4.4.50.00.00.00.00 – Transferências a Inst. Priv. s/ fins lucr R\$ 25.000,00

Modalidade: 10 – 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 36.300,00

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 1 Departamento de Administração

Projeto Atividade: 2.080 Ações de Conservação do Patrimônio Público Geral

Modalidade: 29 – 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Modalidade: 30 – 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 1 Departamento da Fazenda Municipal

Projeto Atividade: 0.005 Pagamento de Sentenças Judiciais – Precatórios

Modalidade: 34 – 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 16.700,00

Projeto Atividade: 2.008 Gestão das Ações de Modernização e Otimização do Controle das Finanças, Contábil e Arrecadação

Modalidade: 41 – 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 1 Departamento de Ensino

Projeto Atividade: 2.010 Apoio Didático, Pedagógico, Financeiro e Suplementar ao Educando Ensino Fundamental

Modalidade: 54 – 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Projeto Atividade: 2.082 Gestão das Ações do Transporte Escolar na Educação Básica Municipal na Área Rural

Modalidade: 73 – 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Projeto Atividade: 2.083 Ações de Conservação do Prédio da Secretaria Ensino

Modalidade: 79 – 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOC. E DES. COMUNIT.

Unidade: 5 Fundo de Habitação de Interesse Social

Projeto Atividade: 1.032 Infraestrutura, Melhorias e Produção de Unidades Habitacionais de Interesse Social na Área Urbana

Modalidade: 130 – 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Modalidade: 131 – 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 2.052 Gestão das Políticas e Ações do Programa de Habitação de Interesse Social

Modalidade: 132 – 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Modalidade: 133 – 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Unidade: 6 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto Atividade: 1.057 Infraestrutura, reforma e ampliação de prédios e espaços para o órgão gestor

Modalidade: 141 – 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Projeto Atividade: 2.099 Gestão das Políticas e Ações da Assistência Social – Órgão Gestor

Modalidade: 160 – 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Órgão: 17 SECRETARIA MUNICIPAL DE DES. ECONÔMICO

Unidade: 1 Departamento de Ind. Com. Serv. Emprego e Renda

Projeto Atividade: 2.086 Ações de Parcerias para realização da EFAICS

Modalidade: 198 – 3.3.50.00.00.00.00 – Transferências a Inst. Priv. s/ fins lucr R\$ 40.000,00

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEARA

Unidade: 1 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 1.049 Equipamentos e Material Permanente para Ações da Saúde Bucal

Modalidade: 7 – 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Projeto Atividade: 2.053 Gestão das Políticas, Ações e Parcerias de Atenção Básica de Saúde Pública

Modalidade: 9 – 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Projeto Atividade: 2.056 Gestão das Políticas e Ações do Programa de Agentes

Comunitários de Saúde - PACS

Modalidade: 21 – 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Projeto Atividade: 2.061 Gestão das Políticas e Ações da Vigilância Epidemiológica e Ambiental

Modalidade: 37 – 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 78.000,00

TOTAL R\$ 975.000,00

Art. 3º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

LACI GRIGOLO

Prefeita Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2016

Processo Licitatório nº. 096/2016

Edital de Pregão Presencial nº. 063/2016

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 11/11/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à contratação de empresa para prestação de serviço (mão de obra) e fornecimento de material para instalação de iluminação natalina em prédios públicos e praças do município de Seara - SC. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 26 de outubro de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 188/2016

DECRETO Nº. 188/2016, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

“Dispõe sobre Escala de Férias dos Servidores Públicos Municipais
Referente ao período aquisitivo de 2016.”

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal em Exercício de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 110/1991 e Lei Municipal 498/2001 de setembro de 2001;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam concedidas férias aos Servidores Públicos Municipais, ocupantes de cargos efetivos referente ao exercício de 2016, proporcionalmente ao período aquisitivo trabalhado:

SERVIDORES PERÍODO AQUISITIVO PERÍODO DE FÉRIAS DIAS

| | | | |
|----------------------------|-------------------------|--|--------------------|
| ADEMIR SPEROTTO | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 02/12/2016 A 31/12/2016 | 30 DIAS |
| ADIVANE SEBEN | 01/01/2016 A 31/12/2016 | Licença Maternidade | |
| ALINE GHIDINI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| ALISSON M. MONTEIRO | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 03/01/2017 A 01/02/2017 | 30 DIAS |
| AMAURI NEMERSKI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 05/01/2017 A 03/02/2017 | 30 DIAS |
| ANDREIA DONIDA DOS SANTOS | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| ANTONIO MARCIO SILVA ARETZ | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| ANA C. LAUXEN ZUZELISKI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 10/01/2017 A 24/01/2017 07/02/2017 A 21/02/2017 | 15 DIAS 15 DIAS |
| ARLETE MARISTELA BERTOLDI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| ÁUREA PERUZZO | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| CARLOS ALBERTO BENVENUTTI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 17/11/2016 A 16/12/2016 | 30 DIAS |
| CARLOS DANIEL GASSEN | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 05/01/2017 A 03/02/2017 | 30 DIAS |
| CESAR SPEROTO | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 21/12/2016 A 09/01/2017 | 20 DIAS |
| CLAIR F. ANDREIS | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 17/01/2017 A 15/02/2017 | 30 DIAS |
| CLAUDIOMIRO DONIDA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 02/12/2016 A 31/12/2016 | 30 DIAS |
| CLEITON ALGAYER | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| CRISTIANE FRANCO | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 02/12/2016 A 31/12/2016 | 30 DIAS |
| CINARA M. CARNEIRO | 01/01/2016 A 31/12/2016 | Licença Maternidade | |
| DAMARIS VENTURA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| DORIANA FLORES | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| DANIELA SENHOR | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 02/12/2016 A 31/12/2016 | 30 DIAS |
| DANIELA ZANELA DONIDA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 15/12/2016 A 13/01/2017 | 30 DIAS |
| DARLI PANDOLFO CIEPLAK | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| DIEGO PAULO CEREZOLLI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 02/12/2016 A 31/12/2016 | 30 DIAS |
| DILMAR ANTUNES | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 27/12/2016 A 25/01/2017 | 30 DIAS |
| DIVA PRIOR | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| DOGLAS BOGONI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| EDILIO PAULETTO | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 12/04/2017 A 11/05/2017 | 30 DIAS |
| ELENICE CRESTANI DE CARLI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| ELEUSA B. NEMERSKI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| ELIDES M. M. VIVAN | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| ELIZANDRA KOMINKIEWICZ | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| ELIZETE MARIA S. BAMPI | 04/04/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 10/01/2017 | 22 DIAS |
| ENO JOSÉ SGARBI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 03/01/2017 A 01/02/2017 | 30 DIAS |
| FLAVIO BOTH | 16/02/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 13/01/2017 | 25 DIAS |
| FRANCIELI GIARETTA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| GABRIELI BARBARA MASSONI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| GRAZIANE FRIGO HASLINGER | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| GELIARDI SIQUEIRA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 02/12/2016 A 31/12/2016 | 30 DIAS |
| GENI TEREZA STANKIEWICZ | 09/02/2016 A 08/02/2017 | 01/02/2017 A 02/03/2017 | 30 DIAS |
| GERSON JOSÉ LAZZARETTI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 02/12/2016 A 31/12/2016 | 30 DIAS |
| GILSON RONNING | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 02/12/2016 A 31/12/2016 | 30 DIAS |
| INÊS D. PEZZINI ARGENTA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 03/01/2017 A 01/02/2017 | 30 DIAS |

| | | | |
|-----------------------------|-------------------------|--|--------------------|
| ITAMAR OLDIGES | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| IVANOR ROQUE DALLA VECCHIA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| JANIARA LUISA BARON TESCHE | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| JONAS HOCHSCHEIDT | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 02/12/2016 A 31/12/2016 | 30 DIAS |
| JAQUELINE NOAL DONIDA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| JOSÉ DOMINGOS DE SOUZA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 02/12/2016 A 31/12/2016 | 30 DIAS |
| JOSÉ ENRIQUE LANG BONI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 27/12/2016 A 25/01/2017 | 30 DIAS |
| JOSIMAR SENHOR | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 22/12/2016 A 20/01/2017 | 30 DIAS |
| JULIANA APARECIDA NUNES | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| LAUDIR BOTTEGA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 01/03/2017 A 30/03/2017 | 30 DIAS |
| LENOIR BENEDET | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 02/12/2016 A 31/12/2016 | 30 DIAS |
| LIANE TERESINHA DE ALMEIDA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 01/12/2016 A 30/12/2016 | 30 DIAS |
| LINDOMAR FICANHA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| LOIVO BERTOLDI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| LUCIANO DOS SANTOS | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| LUCIMAR FERREIRA DE SOUZA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 03/01/2017 A 01/02/2017 | 30 DIAS |
| LUIZ NICOLLI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| MARCELO JACOBY | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| MARCOS PAULO CRESTANI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 02/12/2016 A 31/12/2016 | 30 DIAS |
| MARIA DILCE DOS SANTOS DIEL | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| MARINA SPIER MARTINI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| MARISTELA B. MORGENSTERN | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 21/12/2016 A 19/01/2017 | 30 DIAS |
| MARIZA TOMAZELLI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| MARLUCIA DA SILVA VICARI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| MICHELI SANTORO BITTARELLO | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 02/12/2016 A 16/12/2016 10/02/2017 A 24/02/2017 | 15 DIAS 15 DIAS |
| MOACIR JOSÉ VIVAN | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 24/11/2016 A 23/12/2016 | 30 DIAS |
| NAIANA PAULA DONIDA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| NAILDES MINA FRIES BOTTEGA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| NEI ZANCHETT | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/01/2017 A 18/02/2017 | 30 DIAS |
| NELI SEGALIN ONGHERO | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 19/01/2017 | 30 DIAS |
| NOELI NILVA SANTORO | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 03/01/2017 A 01/02/2017 | 30 DIAS |
| PAMELA T. ROSSIGNOLLO | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 19/01/2017 | 30 DIAS |
| PABLO LUIS ZORZI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 26/01/2017 A 24/02/2017 | 30 DIAS |
| PAULO CEZAR BITTARELLO | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 02/12/2016 A 31/12/2016 | 30 DIAS |
| PAULO CEZAR SPIER | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 05/01/2017 A 03/02/2017 | 30 DIAS |
| RENATO ODAIR DE ALMEIDA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 01/05/2017 A 30/05/2017 | 30 DIAS |
| ROMEU ROQUE WAILAND | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 02/12/2016 A 31/12/2016 | 30 DIAS |
| ROSANE GIARETTA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 02/12/2016 A 31/12/2016 | 30 DIAS |
| ROSA LIMA SOARES | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| ROSANE VALENTE FREY | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| ROSANGELA SENHOR | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 03/01/2017 A 01/02/2017 | 30 DIAS |
| ROSELEI DAMO PERERA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 02/12/2016 A 31/12/2016 | 30 DIAS |
| ROSELI A. D. CERIZOLLI | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| SALETE CERIZOLLI PRIOR | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 03/01/2017 A 01/02/2017 | 30 DIAS |
| SILVANA C. V. ZAMIGNAN | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| SILVANE SENHOR | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 06/12/2016 A 04/01/2017 | 30 DIAS |
| SILVANES CERISOLI BAESSO | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| SIMONE VIVAN | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 05/01/2017 A 03/02/2017 | 30 DIAS |
| SIMONE ZIMMERMANN BARRO | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| SIMPLICIA DA CUNHA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| TATIANA SPEROTTO BRESOLIN | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| VANUZA T. DOS S. MENDES | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| VERÔNICA C. VALMORBIDA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| VILSON PAULETTO | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 03/01/2017 A 01/02/2017 | 30 DIAS |
| VIVIANE BALDIN | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| WALDIR JOSÉ DA CUNHA | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |
| WILLIAN PERUZZO STOFFEL | 01/01/2016 A 31/12/2016 | 20/12/2016 A 18/01/2017 | 30 DIAS |

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Serra Alta, 26 de Outubro de 2016.
 BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
 Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 189/2016

DECRETO Nº.189/2016, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

“Dispõe sobre Escala de Férias das
Conselheiras Tutelares Municipais referente
ao Exercício de 2016.”

BELAMAR LUCIA GHINIDI TEODORO, Prefeita Municipal em Exercício de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 110/1991 e Lei Municipal 498/2001 de setembro de 2001;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam concedidas férias proporcionais as Conselheiras Tutelares Municipais, referente ao exercício de 2016, de acordo com a Lei Municipal Nº 961 de 17 de julho de 2013.

| SERVIDORES | PERIODO AQUISITIVO | PERIODO FÉRIAS | DIAS |
|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------|---------|
| DANIELA STRAPAZZON | 10/01/2016 A 09/01/2017 | 11/02/2017 A 12/03/2017 | 30 DIAS |
| EDILANA PAULA DE BARROS TRINDADE | 10/01/2016 A 09/01/2017 | 01/02/2017 A 02/03/2017 | 30 DIAS |
| ELENIR SGARBI | 15/02/2016 A 14/02/2017 | 16/02/2017 A 17/03/2017 | 30 DIAS |
| NEUSA GIRELLI GHIDINI | 11/01/2016 A 10/01/2017 | 12/01/2017 A 10/02/2017 | 30 DIAS |
| ROSELI TAUFFER DOS SANTOS MOCELIN | 11/01/2016 A 10/01/2017 | 12/01/2017 A 10/02/2017 | 30 DIAS |

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogando as disposições em contrário.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO
Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

14/2016 AVISO CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS
AVISO DE CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO
PROCESSO FMS Nº 14/2016
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO FMS Nº 01/2016

O Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, em face do Parecer emitido pela Assessoria Jurídica Municipal e em conformidade com o art. 64, §2º da Lei 8.666/93, CONVOCA o licitante remanescente, na ordem de classificação, INNOVATI CONSTRUÇÕES EIRELI, classificada em 2º lugar no certame acima epigrafado, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada para a construção da UBS - Unidade Básica de Saúde na localidade de Rio Jordão (projeto padronizado - padrão 1 - Ministério da Saúde) numa extensão de 269,76m², referente à proposta nº11270545000134 do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Ministério da Saúde, com contrapartida do Município de Siderópolis", para a assinatura do contrato. A contratação se dará nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados e de conformidade com o ato convocatório, conforme art. 64, § 2.º da Lei de Contratos e Licitações. Havendo recusa expressa ou silente o 2º colocado após decorrido o prazo de 05 (dias), contados a partir da publicação deste aviso, será decidido pela revogação da licitação. Fica disponível aos interessados a vista dos autos.

Siderópolis, 26 de outubro de 2016.

HELIO ROBERTO CESA.

Prefeito Municipal.

15/2016 AVISO CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS
AVISO DE CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO
PROCESSO FMS Nº 15/2016
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO FMS Nº 02/2016

O Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, em face do Parecer emitido pela Assessoria Jurídica Municipal e em conformidade com o art. 64, §2º da Lei 8.666/93, CONVOCA o licitante remanescente, na ordem de classificação, INNOVATI CONSTRUÇÕES EIRELI, classificada em 2º lugar no certame acima epigrafado, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada para a construção da UBS - Unidade Básica de Saúde no centro do município (projeto padronizado - padrão 1 - Ministério da Saúde) numa extensão de 269,76m², referente à proposta nº 11270545000114003 do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Ministério da Saúde, com contrapartida do Município de Siderópolis", para a assinatura do contrato. A contratação se dará nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados e de conformidade com o ato convocatório, conforme art. 64, § 2.º da Lei de Contratos e Licitações. Havendo recusa expressa ou silente o 2º colocado após decorrido o prazo de 05 (dias), contados a partir da publicação deste aviso, será decidido pela revogação da licitação. Fica disponível aos interessados a vista dos autos.

Siderópolis, 26 de outubro de 2016.

HELIO ROBERTO CESA.

Prefeito Municipal.

62/2016 AVISO PREGÃO MATERIAL ELÉTRICO

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº. 62/2016
ATO EDITAL DE PREGÃO PMS Nº. 13/2016

O Município de Siderópolis comunica às empresas interessadas que em conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 10/11/2016, até às 10:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA), na Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para a Fornecimento parcelado de Materiais elétricos para manutenção da rede de iluminação pública e manutenção das repartições públicas municipais, durante o exercício de 2016, o Edital já está disponível no site da municipalidade: www.sideropolis.sc.gov.br. Maiores Informações: Fone: (48) 3435-8900 ou e-mail: licitação@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 26 de outubro de 2016.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 221/2016

DECRETO Nº 0221/2016 DE 26/10/2016

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1º – FICA o Setor de Contabilidade autorizado e efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias nos (as) seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal Vigente:

: DE:

04.01.0012.0365.0006.2.015- Ensino Infantil

| NAT.DESP. | DR | ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|-----------------|--------------|---|---------------|
| 3.1.90.00. (74) | 0.1.00.01019 | Pessoal e encargos Sociais- Aplicações Diretas (1019) | R\$ 50.000,00 |

PARA:

04.01.0012.0365.0006.2.015- Ensino Infantil

| NAT.DESP. | DR | ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|-----------------|--------------|---|---------------|
| 3.1.90.00. (73) | 0.1.00.01018 | Pessoal e encargos Sociais- Aplicações Diretas (1018) | R\$ 50.000,00 |

DE:

04.01.0012.0365.0006.1.011- Manutenção da Creche

| NAT.DESP. | DR | ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|-----------------|--------------|---|---------------|
| 3.1.90.00. (68) | 0.1.00.01001 | Pessoal e encargos Sociais- Aplicações Diretas (1001) | R\$ 25.000,00 |

PARA:

04.01.0012.0365.0006.1.011- Manutenção da Creche

| NAT.DESP. | DR | ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|-----------------|--------------|---|---------------|
| 3.1.90.00. (65) | 0.1.00.01001 | Pessoal e encargos Sociais- Aplicações Diretas (1001) | R\$ 25.000,00 |

Artigo 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 26 de Outubro de 2016.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER

CRC/SC 024848/O-0

LEI MUNICIPAL 1103/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1.103/2016 DE 25/10/2016

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015. Faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente do Fundo Municipal de Saúde:

05.01.0010.301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

| NAT.DESP. | DR | ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|----------------|---------------|--|---------------|
| 3.1.90.00 (10) | 0.1.00.001002 | Pessoal e Encargos Sociais – Aplic. Diretas (1002) | R\$ 50.000,00 |

05.01.0010.302.0008.2.022- Assistência Hospitalar

| NAT.DESP. | DR | ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|----------------|---------------|---|---------------|
| 3.3.90.00 (37) | 0.1.00.001002 | Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002) | R\$ 30.000,00 |

05.01.0010.302.0008.2.028- Atendimentos de média a alta complexidade fora do domicilio

| NAT.DESP. | DR | ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|----------------|---------------|---|---------------|
| 3.3.90.00 (38) | 0.1.00.001002 | Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (1002) | R\$ 20.000,00 |

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o, ficam anulados R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), nas seguintes Atividades do Orçamento Municipal Vigente:

06.03.0026.782.0011.1.018- Ampliação do Parque Rodoviário Municipal

| NAT.DESP. | DR | ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|-----------------|---------------|---------------------------------------|----------------|
| 4.4.90.00 (171) | 0.1.00.000000 | Investimentos – Aplic. Diretas (1000) | R\$ 100.000,00 |

Artigo 3o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 25 de outubro de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

LEI MUNICIPAL 1104/2016

LEI MUNICIPAL Nº 1.104 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A PLANTA GENÉRICA DE VALORES PARA FINS DE COBRANÇA DO IPTU E ITBI PARA O EXERCÍCIO DE 2017, E REGOVA A LEI 1.064/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O valor venal do metro quadrado dos terrenos edificações do perímetro urbano do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, fica estabelecido na Planta Genérica de Valores da presente Lei, fixada em moeda corrente nacional.

Art. 2º. A Planta Genérica de Valores dos imóveis do perímetro urbano, para fins de cobrança do IPTU e ITBI, no exercício de 2017, será composta de 05 (cinco) setores.

Parágrafo 1º - O valor venal dos terrenos, estabelecidos na Planta Genérica de Valores, é para terreno ideal; ou seja, retangular, plano, seco e de meio de quadra.

Parágrafo 2º - Os valores dos imóveis do perímetro urbano, fica assim constituído:

- I - Setor 1- R\$ 16,60 por metro quadrado;
- II - Setor 2- R\$ 10,90 por metro quadrado;
- III - Setor 3- R\$ 8,81 por metro quadrado;
- IV - Setor 4- R\$ 5,10 por metro quadrado;
- V - Setor 5- R\$ 3,32 por metro quadrado.

Art. 3º. O valor venal do metro quadrado das edificações no Município de Sul Brasil-SC, fica estabelecido conforme segue:

- I- Construção em alvenaria - R\$ 282,21 por metro quadrado;
- II- Construção mista - R\$ 247,00 por metro quadrado;
- III- Construção em madeira - R\$ 140,55 por metro quadrado.

Art. 4º. As edificações do tipo “barracão”, destinadas à indústria, comércio ou prestação de serviços, terão 30% (trinta por cento) de redução e os galpões agrícolas terão redução de 50% (cinquenta por cento) do valor fixado no artigo 3º desta Lei.

Art. 5º. O valor do hectare das áreas rurais para fins de cobrança do ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos e de Direitos, será fixado conforme segue:

ÁREA RURAL

I - Classe I (toda mecanizada) R\$ 16.390,00
II - Classe II (área mista) R\$ 10.580,72
III - Classe III (não mecanizada) R\$ 8.200,64
IV - Classe IV (declive forte) R\$ 5.666,30

CHÁCARAS

I - Toda mecanizada R\$ 16.987,80
II - Área mista/dobrada R\$ 8.375,50

Parágrafo único - para cobrança do ITBI, dos imóveis das áreas urbanas, será utilizada a planta genérica de valores do IPTU.

Art. 6º. Será utilizado o Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, acumulado dos 12 (doze) meses anteriores, ou outro índice que venha substituí-lo, para correção monetária dos tributos municipais de que dispõe a presente lei.

Art. 7º. Faz parte integrante da presente Lei o anexo I, mapa com a divisão dos setores de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Lei 1.064/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 26 de outubro de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Administração

Timbó

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2012.183 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2012/183

PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2012 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ Nº 83.719.963/0001-77, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 31/10/2016

HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 26 de outubro de 2016.

BRUNA DE ANDRADE

Central de Licitações

EDITAL NOTIFICAÇÃO 2016/OUT - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – RUAS CAÇADOR, CURITIBANOS, E FREI BRUNO

PUBLICAÇÕES LEGAIS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – RUAS CAÇADOR, CURITIBANOS, E FREI BRUNO.

A Fazenda Municipal de Timbó, faz saber aos contribuintes abaixo relacionados, que a Prefeitura Municipal de Timbó, com base no artigo 2-D inciso IX da Lei Municipal nº 1940 de 24 de junho de 1997, com redação dada pela Lei 2.451, de 18/03/2010, c/c art. 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto- lei nº. 195/67 e art.417, art. 417A, art. 422 c/c art. 427, § 3º, todos da Lei Complementar Municipal nº 142/98, efetuou o Lançamento referente Contribuição de Melhoria executada para pavimentação das Ruas Caçador, Curitibanos, e Frei Bruno, relativa aos imóveis descritos abaixo:

| Nome do contribuinte | Logradouro | Insc. Imobiliária | Valor (UFM's) | Valor R\$ |
|------------------------|-----------------|--------------------|---------------|-----------|
| HELGA TESKE | Rua Caçador | 01.05.012.0265.001 | 234,91 | 837,25 |
| HELGA TESKE | Rua Caçador | 01.05.012.0265.005 | 234,91 | 837,25 |
| CLAUDIA CECILIA FANTON | Rua Curitibanos | 01.06.009.0657 | 1.171,38 | 4.174,93 |
| REINALDO JANKE | Rua Frei Bruno | 01.09.015.0018 | 1.502,94 | 5.356,63 |

Valor base da UFM para 2016 = R\$ 3,5641.

Desta forma, ficam notificados os contribuintes acima relacionados a retirar o carnê do respectivo tributo na Divisão de Tributação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data, na sede da municipalidade, sita na Av. Getúlio Vargas, 700, Sala 04.

Os editais encontram-se também publicado junto ao Mural do Paço Municipal, bem como no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios nº 2111, no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Outubro de 2016.

| | |
|---------------------------------------|--|
| Maria Angélica Faggiani | Fabiano Martins Adriano |
| Secretária da Fazenda e Administração | Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente |

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 23 2016 FCT

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 23/2016

CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó

CONTRATADO: JOTA QUEST Produções Artísticas e Fonográficas Ltda.

OBJETO: Realização de show artístico da banda Jota Quest, selecionado para integrar a programação do Natal Mais Encantado 2016, cuja apresentação realizar-se-á no dia 21 de dezembro de 2016.

VALOR TOTAL: R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 21/12/2016.

TIMBO (SC), 27/10/2016

JARBAS DALLABRIDA

Diretor Presidente FCT

CÂMARA MUNICIPAL

Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao Projeto de Decreto nº 01/2016

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Decreto Nº 01/2016 – Dispõe sobre a concessão de Título de "CIDADÃO HONORÁRIO", ao Senhor RONALDO BACHMANN.

Iniciativa do Projeto: Vereador Guilherme Voigt Júnior

Relator: Vereador Rubens Borchardt

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de iniciativa parlamentar, que concede Título de "Cidadão Honorário" ao senhor Ronaldo Bachmann, instruído, de forma resumida, pela biografia deste ilustre cidadão.

Respectivo Projeto foi protocolizado na Secretaria Legislativa desta Casa em 03 de outubro, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão em sessão ordinária realizada no dia 04 de outubro, conforme determina o §1.º do art. 122 do Regimento Interno. No dia 26 de outubro, esta Comissão analisou o presente em sua reunião ordinária, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, a proposição atende os preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95/1998. Respeitado, portanto, o §5.º do art. 101 do Regimento Interno.

É competência da Câmara Municipal conceder títulos honoríficos à pessoa ou entidade que tenham prestado relevantes serviços ao município, através de decreto legislativo, devendo, para tanto, serem respeitadas as condições e requisitos para a concessão daqueles, no que diz, nos termos dos artigos 105 e 106 do Regimento Interno.

Por se tratar de pretensão de concessão de título honorífico, há a necessidade de o mesmo ser apresentado por projeto de decreto legislativo, ser este instruído com a biografia completa de quem se pretende homenagear e ser o projeto o único de cada vereador autor na sua legislatura. Observa-se que tais requisitos foram devidamente atendidos na presente proposição.

Demonstrando-se atendidas todas estas condições e requisitos, não há empecilhos legais que impeçam o devido trâmite deste projeto.

IV - CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Considerando os fundamentos legais ora declinados, bem como a adaptação da matéria às normas formalísticas da técnica legislativa, este Relator resolve exarar parecer de forma favorável à tramitação da matéria.

Esse é o parecer.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o parecer:

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 2016.

Rubens Borchardt

Presidente/Relator

Guilherme Voigt Júnior

Membro

Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao Projeto de Decreto nº 02/2016
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Decreto Nº 2/2016 – Dispõe sobre a concessão de Título de "CIDADÃO HONORÁRIO", ao Senhor WALTER HORSTMANN.

Iniciativa do Projeto: Vereador Marcelo Luiz Ferrari

Relator: Vereador Rubens Borchardt

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Decreto Legislativo, de iniciativa parlamentar, que concede Título de "Cidadão Honorário" ao senhor Walter Horstmann, instruído, de forma resumida, pela biografia deste ilustre cidadão.

Respectivo Projeto foi protocolizado na Secretaria Legislativa desta Casa em 24 de outubro, tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão em sessão ordinária realizada no dia 25 de outubro, conforme determina o §1.º do art. 122 do Regimento Interno. No dia 26 de outubro, esta Comissão analisou o presente em sua reunião ordinária, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

No que tange à técnica legislativa, a proposição atende os preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95/1998. Respeitado, portanto, o §5.º do art. 101 do Regimento Interno.

É competência da Câmara Municipal conceder títulos honoríficos à pessoa ou entidade que tenham prestado relevantes serviços ao município, através de decreto legislativo, devendo, para tanto, serem respeitadas as condições e requisitos para a concessão daqueles, no que diz, nos termos dos artigos 105 e 106 do Regimento Interno.

Por se tratar de pretensão de concessão de título honorífico, há a necessidade de o mesmo ser apresentado por projeto de decreto legislativo, ser este instruído com a biografia completa de quem se pretende homenagear e ser o projeto o único de cada vereador autor na sua legislatura. Observa-se que tais requisitos foram devidamente atendidos na presente proposição.

Demonstrando-se atendidas todas estas condições e requisitos, não há empecilhos legais que impeçam o devido trâmite deste projeto.

IV – CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Considerando os fundamentos legais ora declinados, bem como a adaptação da matéria às normas formalísticas da técnica legislativa, este Relator resolve exarar parecer de forma favorável à tramitação da matéria.

Esse é o parecer.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o Relator, aprovando o parecer:

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 2016

Rubens Borchardt

Presidente/Relator

Guilherme Voigt Júnior

Membro

Treze Tílias

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 98

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 98/2016 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016

altera artigos da lei Complementar nº045/2012, de 10 de maio de 2012 e dá outras providências.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 1º da Lei Complementar nº 045/2012, que reorganizou o Sistema Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica criado o Sistema Municipal de Assistência à saúde, também denominado SIMA, dos servidores públicos do Município de Treze Tílias.

Art. 2º. O art. 10 da Lei Complementar nº 045/2012, que reorganizou o Sistema Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais passa a vigorar acrescido do inciso "V" e do § 3º, com as seguintes redações:

Art. 10. Poderão ser inscritos como dependentes do titular, desde que deste dependam economicamente:

I - o cônjuge ou companheiro(a) na constância do casamento ou da união estável, respectivamente;

II - os filhos e enteados solteiros, até 18 anos de idade, ou em qualquer idade, quando incapacitados física ou mentalmente para o trabalho;

III - os filhos ou enteados solteiros universitários ou cursando escola técnica de segundo grau, até o limite máximo de 24 (vinte e quatro) anos;

IV - o menor ou a pessoa de qualquer idade, quando incapacitada física ou mentalmente para o trabalho, pelo qual o titular seja legalmente responsável e viva às suas expensas; e

V - os pais do servidor, desde que atendido o disposto no §3º, deste artigo.

§ 3º. É facultada a inscrição, como dependente, dos pais, não dependentes econômicos do servidor, desde que o titular:

I - contribua, para cada dependente, com o valor correspondente a faixa etária do plano contratado; e

II - reembolse 100% (cem por cento) do valor das despesas realizadas, conforme tabela adotada pelo SIMA.

Art. 3º. O inciso I do art. 25 da Lei Complementar nº 045/2012, que reorganizou o Sistema Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25. Os recursos financeiros para a concessão dos benefícios previstos nesta lei, serão provenientes das contribuições obrigatórias calculadas sobre as remunerações constantes nas respectivas folhas de pagamentos dos servidores, inclusive após a aposentadoria e/ou pensão, cabendo:

I - ao Município, aqui entendido como o Poder Executivo e Legislativo:

a) 4% (quatro por cento), mensal, sobre os vencimentos de cada servidor devidamente inscrito no SIMA.

Art. 4º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,
em 26 de outubro de 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrada na Secretaria de Administração e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 59/2016 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

AVISO DE CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 59/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que em virtude de interesse público, cancela o seguinte processo: Pregão Presencial nº 59/2016 PMTC, que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA AMARELA COMUM MISTURADA COM ÁLCOOL) DE ACORDO COM AS NORMAS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MECANIZADA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DIRETAMENTE DA BOMBA DO FORNECEDOR.

Trombudo Central, 26 de outubro de 2016

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 31/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

AVISO DE CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 31/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que em virtude de interesse público, cancela o seguinte processo: Pregão Presencial nº 31/2016 FMS, que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA AMARELA COMUM MISTURADA COM ÁLCOOL) DE ACORDO COM AS NORMAS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MECANIZADA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DIRETAMENTE DA BOMBA DO FORNECEDOR.

Trombudo Central, 26 de outubro de 2016

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Portaria 178/2016

PORTARIA 178/2016 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

SILVIO VENTURI, Prefeito Municipal de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, pelo Art. 12 da Lei nº 1.479 de 28 de setembro de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Compras e Licitação do grupo ocupacional I – Atividades de Nível Superior - ANS, Nível 27, GRATIFICAÇÃO por responder por funções de direção e assessoramento referente ao cargo de Secretária de Administração e Finanças e Secretaria de Planejamento Urbano interinamente, nível 15, do anexo III das Funções gratificadas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 26 de outubro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PREGÃO PRESENCIAL 31/2016 FMS NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 31/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 31/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES, GRAVAS, ADITIVOS E AFINS PARA FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 11:00h do dia 09 de novembro de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: www.trombudocentral.sc.gov.br. Trombudo Central, 24 de outubro de 2016.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 59/2016 NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 59/2016

O Município de Trombudo Central, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Silvio Venturi, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 59/2016, tipo de licitação MENOR PREÇO, regime de execução POR ITEM, visando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES, GRAVAS, ADITIVOS E AFINS PARA FROTA DAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 09:00h do dia 09 de novembro de 2016, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração – Setor de Licitações, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central - SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 08:00 às 17:30 horas, pelo telefone (0XX47) 3544-0271 ou através da Home Page: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 24 de outubro de 2016.

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 139/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 110/2016

Processo de Compra Nº.: 139/2016

Pregão Presencial nº: 110/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios, Gás de Cozinha e Materiais de Limpeza, destinados para a Creche e escolas da Rede Municipal de Ensino. A presente licitação é destinada exclusivamente à contratação de Microempresa –ME ou Empresa de Pequeno Porte –EPP na forma do disposto no art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/2014.

Entrega das propostas e Credenciamento até 7h:30min do dia 14/11/2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 26 de outubro de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 140/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 111/2016

Processo de Compra Nº.: 140/2016

Pregão Presencial nº: 111/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, através da modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de porta retrato com foto que serão distribuídos gratuitamente as pessoas da 3ª idade do município e voluntárias, através da programação "Natal do Idoso", desenvolvido pelo Setor Social, de acordo com os itens, especificações, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório e da Lei autorizativa nº 930/2009 de 11 de março de 2009.

A presente licitação é destinada exclusivamente à contratação de Microempresa –ME ou Empresa de Pequeno Porte –EPP na forma do disposto no art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/2014.

Entrega das propostas e Credenciamento até 13h:15min do dia 14/11/2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 26 de outubro de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N. 3227/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.227, de 21 de outubro de 2016.

Concede prorrogação de Licença Gestante à Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 163., da Lei Complementar Municipal n.º 093, de 21 de setembro de 2015, e requerimento da servidora em anexo,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada pelo prazo de 60 (sessenta) dias, ou seja, até dia 27 de dezembro de 2016, à Licença Gestante da servidora pública Municipal SUSANA SERGILIO DE GARVALHO, ocupante do cargo de Enfermeira, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 21 de outubro de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

Urussanga

PREFEITURA

CONTRATO N. 202/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 202/2016

Data de assinatura: 26/10/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA LTDA- ME

CNPJ/CPF: 09.204.148/0001-12

Objeto: prestação de serviços especializados para elaboração e execução plena de Processo Seletivo para Provimento de cargos na área da Educação do Município de Urussanga/SC.

Valor Global: R\$ 7.593,48

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 34, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica Municipal; e art. 38, incisos II e VIII, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 34, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

DECLARA FACULTATIVO O PONTO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, EM VIRTUDE DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO.

Art. 1º Fica declarado facultativo o ponto dos servidores da Câmara Municipal de Urussanga no dia 28 de outubro de 2016, em virtude do Dia do Servidor Público.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 17 de outubro de 2016.

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori

Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos

Vice-Presidente

Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon

Primeira Secretária

Vereador Marcos Roberto Silveira

Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaurussanga.sc.gov.br, em 17 de outubro de 2016.

Vereadora Izoete Duarte Vieira Gastaldon

Primeira Secretária

ATO Nº 35, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori, no uso de suas atribuições legais e em observância ao que dispõe o art. 15, inciso II, da Lei Orgânica; c/c os arts. 5º e 38, incisos II e VIII, do Regimento Interno; e o art. 15, da Resolução nº 11, de 31 de maio de 2006, promulga o seguinte:

ATO Nº 35, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

INSTITUI E CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAR E ORGANIZAR SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS AGENTES POLÍTICOS ELEITOS NO PLEITO MUNICIPAL DE 2016 E DE INSTALAÇÃO DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 1º DE JANEIRO DE 2017.

Art. 1º Fica instituída, na Câmara Municipal de Urussanga, Comissão Especial para elaborar e organizar sessão solene de posse dos agentes políticos eleitos no pleito municipal de 2016 e de instalação da Décima Oitava Legislatura, a realizar-se em 1º de janeiro de 2017.

Parágrafo único. A Comissão Especial instituída por este Ato fica assim constituída:

Larissa Xavier Teixeira – Presidente;

Gislaine Dominga Damin Ariati – Secretária; e

Cristiane Barichelo Carara – Membro.

Art. 2º Aos membros da Comissão Especial, Servidoras Efetivas Larissa Xavier Teixeira, Gislaine Dominga Damin Ariati e Cristiane Barichelo Carara, será devido o pagamento mensal de 10% (dez por cento) ao respectivo vencimento, a título de gratificação por função, conforme determina o art. 15, da Resolução nº 11, de 31 de maio de 2006.

Parágrafo único. A gratificação concedida no "caput" desse artigo cessará com o final da vigência da Comissão especial.

Art. 3º A Comissão Especial constituída deverá apresentar relatório final de suas atividades à Presidente da Câmara Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias a partir da realização do evento, ato por meio do qual cessará a sua vigência.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 17 de outubro de 2016.

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori
Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Vice-Presidente

Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon
Primeira Secretária

Vereador Marcos Roberto Silveira
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraaurussanga.sc.gov.br, em 17 de outubro de 2016.

Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon
Primeira Secretária

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2015

Data da Assinatura: 20/10/2016

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Engeplus Telecom Ltda

CNPJ da Contratada: 80.995.822/0001-99

Base Legal: Art. 24, inciso II, c/c 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993

Objeto: Prestação de serviços referente ao provimento de internet banda larga, no plano empresarial por fibra óptica, 2M full, com velocidade de 2 (dois) megabytes tanto de upload como de download
Valor Global: R\$ 5.880,00 (cinco mil, oitocentos e oitenta reais)

Término: 19/10/2017

Dotação Orçamentária: Despesa 2.001 / Elemento 3.3.90.39.47.00.00.00

ATO Nº 36 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 15, inciso II, da Lei Orgânica Municipal; c/c o art. 38, incisos II, V e VIII, do art. 38, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 36 DE 18 DE OUTUBRO DE 2016.

INSTITUI, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Art. 1º Fica instituído, de 24 de outubro a 30 de dezembro de 2016, em caráter excepcional, horário especial de funcionamento da Câmara Municipal de Urussanga, assim disposto:

I - às segundas e terças-feiras, das 13h (treze horas) às 18h (dezoito horas);

II - às quartas, quintas e sextas-feiras, das 8h (oito horas) às 13h (treze horas).

Art. 2º Revogam-se os Atos nº 16, de 5 de abril de 2016, e nº 20, de 3 de maio de 2016, a partir de 24 de outubro de 2016.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 18 de outubro de 2016.

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori
Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos
Vice-Presidente

Vereadora Izolete Duarte V. Gastaldon
Primeira Secretária

Vereador Marcos Roberto Silveira
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal, e no site www.camaraaurussanga.sc.gov.br, em 18 de outubro de 2016.

Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon
Primeira Secretária

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO N.064/2016

DECRETO N.º 064/2016, de 25 de outubro de 2016
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 1.083/2016 de 25 de outubro de 2016:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE 2.030 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE
Modalidade 339000.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas R\$ 23.120,00

Art. 2º - Os recursos orçamentários para fazer face as presentes suplementações, correrão à conta da anulação parcial/total das dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE 1.020 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE
Modalidade 339000.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.031 – MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Modalidade 339000.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas R\$ 18.120,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 25 de outubro de 2016
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 27/10/2016

SUELEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO N.065/2016

DECRETO N.º 065/2016, de 25 de outubro de 2016
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal n.º 1.083/2016 de 25 de outubro de 2016:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade 319000.00.01.0001.0000 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.014 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
Modalidade 339000.00.01.0001.0000 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.017 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Modalidade 319000.00.01.0001.0000 – Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.015 – APOIO AO ENSINO MÉDIO
Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 14.905,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.016 – APOIO AO ENSINO SUPERIOR
Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.019 – MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL
Modalidade 335000.00.01.0000.0000 – Transf. Instit. Privadas s/ Fins Luc R\$ 10.750,00

ÓRGÃO 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
UNIDADE 08.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
PROJETO/ATIVIDADE 0.003 – CONTRIBUIÇÕES AO PASEP
Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE 2.042 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Modalidade 319000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º - Os recursos orçamentários para fazer face as presentes suplementações, correrão à conta da anulação parcial/total das dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 02 – GOVERNO MUNICIPAL
UNIDADE 02.01 – GABINETE DO PREFEITO
PROJETO/ATIVIDADE 2.002 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
Modalidade 319000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 3.900,00
Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 15.100,00

ÓRGÃO 03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
UNIDADE 03.01 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
PROJETO/ATIVIDADE 2.003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
Modalidade 319000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas

..... R\$ 5.000,00
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 3.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.004 – PROMOÇÃO A ATIVIDADES INDUSTRIAIS
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.005 – PROMOÇÃO A ATIVIDADES COMERCIAIS
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.006 – PROMOÇÃO A ATIVIDADES TURISTICAS
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 2.000,00

UNIDADE 03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
 PROJETO/ATIVIDADE 1.006 – APOIO PARA INSTALAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 73.500,00
 Modalidade 449000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 UNIDADE 04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 PROJETO/ATIVIDADE 2.008 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 Modalidade 319000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 70.000,00

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 PROJETO/ATIVIDADE 2.011 – MERENDA ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.008 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS – ENSINO FUNDAMENTAL
 Modalidade 449000.00.01.0001.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.009 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS – EDUCAÇÃO INFANTIL
 Modalidade 449000.00.01.0001.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.018 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.021 – FESTIVIDADES MUNICIPAIS
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 710,00

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 UNIDADE 06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
 PROJETO/ATIVIDADE 1.014 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE REDES DE SANEAMENTO BÁSICO
 Modalidade 449000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.017 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Modalidade 449000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00
 PROJETO/ATIVIDADE 2.025 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00
 Modalidade 449000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 14.280,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.026 – MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00
 Modalidade 449000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.027 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO
 Modalidade 449000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.028 – MANUTENÇÃO DAS REPETIDORAS DE TV
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 9.000,00

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
 UNIDADE 07.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
 PROJETO/ATIVIDADE 1.018 – CONSTRUÇÃO E MELHORAMENTOS DE POÇOS ARTESIANOS
 Modalidade 449000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.019 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS
 Modalidade 449000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 3.165,00

ÓRGÃO 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
 UNIDADE 08.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
 PROJETO/ATIVIDADE 0.001 – AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA
 Modalidade 329000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 1.000,00
 Modalidade 469000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 0.004 – PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS
 Modalidade 329000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 500,00
 Modalidade 469000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 500,00

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
 UNIDADE 09.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 PROJETO/ATIVIDADE 2.036 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.037 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.038 – BLOCO DE GESTÃO - IGDBF
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.039 – BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS
Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.040 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
Modalidade 319000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

UNIDADE 09.04 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
PROJETO/ATIVIDADE 2.041 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 25 de outubro de 2016
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 27/10/2016

SUELEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

LEI N.1082/2016

LEI Nº 1.082/2016, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 960/2013
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Melania Aparecida Roman Meneghini, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina.

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Art. 1º Ficam alterados os Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII da Lei Municipal nº 960/2013, de 15 de outubro de 2013, os quais passam a vigorar conforme os respectivos anexos desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Vargem Bonita/SC, em 25 de outubro de 2016.
Melania Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 27/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suelen Favretto
Secretária de Administração e Finanças

LEI N.1083/2016

Lei nº. 1.083/2016, de 25 de outubro de 2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar às seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
Modalidade 319000.00.01.0001.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 150.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.014 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
Modalidade 339000.00.01.0001.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 80.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.017 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
Modalidade 319000.00.01.0001.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 170.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.015 – APOIO AO ENSINO MÉDIO
Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 14.905,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.016 – APOIO AO ENSINO SUPERIOR
Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 70.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.019 – MANUTENÇÃO DO ENSINO ESPECIAL
Modalidade 335000.00.01.0000.0000 – Transf. Instit. Privadas s/ Fins Luc R\$ 10.750,00

ÓRGÃO 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
UNIDADE 08.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
PROJETO/ATIVIDADE 0.003 – CONTRIBUIÇÕES AO PASEP
Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE 2.030 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE
Modalidade 339000.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 23.120,00

UNIDADE 09.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE 2.042 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Modalidade 319000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta das anulações parciais ou totais de dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO 02 – GOVERNO MUNICIPAL
UNIDADE 02.01 – GABINETE DO PREFEITO
PROJETO/ATIVIDADE 2.002 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

Modalidade 319000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 3.900,00
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 15.100,00

ÓRGÃO 03 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
UNIDADE 03.01 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
PROJETO/ATIVIDADE 2.003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
 Modalidade 319000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 3.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.004 – PROMOÇÃO A ATIVIDADES INDUSTRIAIS
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.005 – PROMOÇÃO A ATIVIDADES COMERCIAIS
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.006 – PROMOÇÃO A ATIVIDADES TURISTICAS
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 2.000,00

UNIDADE 03.02 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
PROJETO/ATIVIDADE 1.006 – APOIO PARA INSTALAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE LOTEAMENTOS
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 73.500,00
 Modalidade 449000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
UNIDADE 04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROJETO/ATIVIDADE 2.008 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 Modalidade 319000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 70.000,00

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.011 – MERENDA ESCOLAR – EDUCAÇÃO INFANTIL
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.008 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS – ENSINO FUNDAMENTAL
 Modalidade 449000.00.01.0001.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.009 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESPAÇOS EDUCACIONAIS – EDUCAÇÃO INFANTIL
 Modalidade 449000.00.01.0001.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.018 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.021 – FESTIVIDADES MUNICIPAIS
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 710,00

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 06.01 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIVIDADE 1.014 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE REDES DE SANEAMENTO BÁSICO
 Modalidade 449000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.017 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
 Modalidade 449000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.025 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 100.000,00
 Modalidade 449000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 14.280,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.026 – MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 15.000,00
 Modalidade 449000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.027 – MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO
 Modalidade 449000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 50.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.028 – MANUTENÇÃO DAS REPETIDORAS DE TV
 Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 9.000,00

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
UNIDADE 07.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 1.018 – CONSTRUÇÃO E MELHORAMENTOS DE POÇOS ARTESIANOS
 Modalidade 449000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 20.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 1.019 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS
 Modalidade 449000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 3.165,00

ÓRGÃO 08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
UNIDADE 08.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
PROJETO/ATIVIDADE 0.001 – AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA
 Modalidade 329000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 1.000,00
 Modalidade 469000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 0.004 – PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS
 Modalidade 329000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 500,00
 Modalidade 469000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
 R\$ 500,00

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE 1.020 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE SAÚDE
 Modalidade 339000.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas

..... R\$ 5.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.031 – MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Modalidade 339000.00.01.0002.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 18.120,00

**UNIDADE 09.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE 2.036 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE**

Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.037 – BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.038 – BLOCO DE GESTÃO - IGDBF

Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.039 – BLOCO DE GESTÃO - IGDSUAS

Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 2.000,00

PROJETO/ATIVIDADE 2.040 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade 319000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 60.000,00

UNIDADE 09.04 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

PROJETO/ATIVIDADE 2.041 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Modalidade 339000.00.01.0000.0000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita, em 25 de outubro de 2016
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 27/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

LEI N.1084/2016

LEI Nº 1.084/2016, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Melania Aparecida Roman Meneghini, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina.

Faço saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1st O Orçamento do Município de Vargem Bonita, para o exercício de 2017, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais

II - as prioridades e metas da administração municipal;

III - a estrutura e organização do orçamento;

IV - as diretrizes para a elaboração e a execução do orçamento do Município;

V - as disposições sobre dívida pública municipal;

VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - as disposições gerais.

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2nd As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos Anexos desta lei:

I - Demonstrativo I – Metas Anuais;

II - Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III – Metas Fiscais Anuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do patrimônio líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos recursos obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VII - Demonstrativo VII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VIII - Demonstrativo VIII – Prioridades e Metas;

IX - Demonstrativo IX – Riscos Fiscais e Providências;

X - Demonstrativo X – Priorização de Recursos para Obras em Andamento e Conservação do Patrimônio Público.

XI - Anexo I - Memória de Cálculo das Metas Fiscais da Receita;

XII - Anexo II - Memória de cálculo das Metas Fiscais da Despesa;

XIII - Anexo III - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

XIV - Anexo IV - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

XV - Anexo V - Memória de cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;

Art. 3rd As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2017 são aquelas definidas e demonstradas nos Demonstrativos de que trata o art. 2º desta lei.

Art. 4th Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei e identificadas no Demonstrativo VIII, a fim de compatibilizar a despesa orçada á receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5th Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta

em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias STN nº 700/2014 e Conjunta STN/SOF nº 1/2014.

§ 2º A categoria de programação de trata o art. 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2017 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

§ 1º Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Infância e Adolescência, Fundo Municipal de Agricultura e Fundo Municipal de Habitação integrarão o orçamento do Poder Executivo como órgãos e unidades orçamentárias, respeitados na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS integrará o orçamento do Poder Executivo como Unidade Gestora, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2017 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos Orçamentos Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Portaria STN nº 700/2014, e Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/2014, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 1 da Lei 4.320/64);

II - Demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (anexo 2 da Lei 4.320/64);

III - Resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas (anexo 2 da Lei 4.320/64);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos

de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (anexo 3 da Lei 4.320/64);

V - Programa de trabalho (anexo 6 da Lei 4.320/64);

VI - Programa de Trabalho Consolidado (anexo 7, da Lei 4.320/64);
VII - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas, conforme o vínculo com os recursos (anexo 8 da Lei 4.320/64);

VIII - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções (anexo 9 da Lei 4.320/64);

IX - Demonstrativo da evolução da receita por fontes (art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal);

X - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita (art. 14 da LRF);

XI - Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado (art. 5º, II da LRF);

XII - Demonstrativo da evolução da despesa no mínimo por categoria econômica (art. 22 da Lei 4.320/64);

XIII - Demonstrativo dos riscos fiscais (art. 5º, III);

XIV - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos derivados da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público (art. 44 da LRF);

XV - Demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal previstos (art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XVI - Demonstrativo da origem e destinação dos recursos (art. 8º e 50, I da LRF).

Parágrafo único - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2017 conterá o disposto no inciso I, art. 22 da Lei 4.320/64.

AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 9º Os Orçamentos para o exercício de 2017 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo (art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 10 O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o previsto no art. 29-A da Constituição Federal (EC 25).

Art. 11 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2017 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios (art. 12 da LRF).

Art. 12 Se a receita estimada para 2017 comprovadamente não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas, e aquisição de equipamentos, veículos e máquinas;
III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 14 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo XII da LOA, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 15 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo IX desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1st Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2016.

§ 2nd Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16 Os orçamentos para o exercício de 2017 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e não superiores a 2% e não inferiores a 0,01% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício (art. 5º, III da LRF).

§ 1st Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Demonstrativo IX (art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2nd Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2017, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares para reforço de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 17 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa (art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 19 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2017 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § único e 50, I da LRF).

Parágrafo único - Os recursos oriundos de transferências voluntárias não previstos nos orçamentos da receita ou a apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 20 A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2017, constantes do Demonstrativo VI desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e 14, I da LRF).

Art. 21 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização na própria lei orçamentária ou em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo que dispuser a legislação municipal, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade e controle interno (art. 70, parágrafo único da CF).

Art. 22 Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 23 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Parágrafo único - As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão demonstrados no Demonstrativo X desta lei (art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 24 Despesas de competência de outros Entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 25 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2017 a preços correntes.

Art. 26 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Unidade Gestora, não poderá ultrapassar 25% do total da despesa e será autorizado por Lei e executado por Decreto (art. 167, VI da Constituição

Federal combinado com art. 120, § 8º, I da Constituição Estadual).

Art. 27 Durante a execução orçamentária de 2017, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2017 e constantes desta lei (art. 167, I da CF).

Art. 28 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas desenvolvidos pelo Poder Público Municipal, conforme trata a Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, I, "e" e 50, § 3º da LRF).

Art. 29 Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual, e contemplados na Lei Orçamentária para 2017, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 30 Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 A Lei Orçamentária de 2017 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000 (art.s 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 32 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, § 1º, I da LRF).

Art. 33 Ultrapassado o limite de endividamento, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 12 desta lei. (art. 31, § 1º, II da LRF)

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2017, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, § 1º, II da CF).

§ 1º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2017 ou em créditos adicionais.

§ 2º Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, § único, V da LRF).

Art. 35 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 19 e 20 da LRF).

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras.

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Vargem Bonita, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização".

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Parágrafo único - O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita.

Art. 38 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da LRF (art. 14, § 3º da LRF).

Art. 39 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (art. 14, § 2º da LRF).

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2016.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2017, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 41 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 42 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 43 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2017.

Art. 44 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Vargem Bonita/SC, em 25 de outubro de 2016.

Melania Aparecida Roman Meneghini
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado a presente Lei no Site Oficial dos Municípios – DOM em 27/10/2016, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

Suélen Favretto
Secretária de Administração e Finanças

PROCESSO 011/2016 PR 009/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE para as UBS de: Vargem Bonita e Campina da Alegria durante a vigência da ATA, conforme condições e quantidades estimadas constantes no Edital.

Recursos: Proposta nº 10536.938000/1150-01 – Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde e contrapartida prevista no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Vargem Bonita – SC.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor preço por Item.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 11 de Novembro 2016 às 09:00 horas.

Informações e Edital: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000.

Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 26 de Outubro de 2016.

LENIR RADAVELLI

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Videira

PREFEITURA

ATA Nº 0223/16

ATA 223/2016-CMDCA – Aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às 8h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e os demais membros da Comissão Intersetorial de Elaboração do Plano Decenal (Resolução 029/2016-CMDCA), conforme a lista de presenças, com a seguinte pauta: 1. Plano Decenal: 1.1. Reformulação do Cronograma de Elaboração do Plano Decenal; 1.2. Análise do texto prévio do item 2. Princípios, encaminhado pelo Grupo 2; 1.3. Análise do texto prévio do item 4. Marco Situacional, encaminhado pelo Grupo 4; 1.4. Análise do texto prévio do item 5. Plano de Ação, encaminhado pelo Grupo 4. 2. Assuntos Gerais. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Em seguida, informou-se a impossibilidade de participação, nesta reunião, por motivos de ordem profissional, da Presidente do CMDCA, Sra. Gabriela Strauss Mozz Zago. Repassada, então, a palavra à Vice-Presidente do CMDCA, Sra. Luciane Maria dos Santos Gemo, tratando-se da reformulação do Cronograma de Elaboração do Plano Decenal, organizaram-se as datas de 03, 07 e 16/11/2016. As datas seguintes serão definidas conforme o andamento dos trabalhos. Esse cronograma deverá ser encaminhado ao Ministério Público. Definiu-se, além disso, quanto às entidades que não apresentaram respostas para o diagnóstico, apesar de já contatadas por e-mail e por telefone, que será realizado novo contato telefônico e/ou pessoal, com prazo até a data de 24/10/2016. Não ocorrendo recebimento das respostas, deverá haver encaminhamento de novo ofício, com cópia ao Ministério Público. Quanto à análise do texto prévio do item 2. Princípios, encaminhado pelo Grupo 2, a Comissão Intersetorial, após a análise, aprovou o texto e definiu que deverá haver a sua organização em tópicos. Em seguida, acerca do texto prévio do item 4. Marco Situacional, encaminhado pelo Grupo 4, passou-se a análise do texto preparado pelo Grupo 4E, o qual foi aprovado. O Grupo 4E sugeriu, além disso, que sejam questionadas as entidades que participaram desse diagnóstico quanto ao custeio e financiamento dos programas. Sugeriu-se, ainda, a consulta junto à Vara do Trabalho de Videira quanto a demandas trabalhistas envolvendo adolescentes e que se referencie nesse grupo qual é o número total de adolescentes no Município. As demais equipes do grupo 4 apresentarão seus textos para o Diagnóstico e Plano de Ação conforme o cronograma. Encerradas as discussões, às 15h19min, nada mais havendo a tratar, a Sra. Vice-Presidente do CMDCA agradeceu a presença de todos. Reiterou-se que a próxima reunião extraordinária de elaboração do plano decenal será na data de 03/11/2016. Eu, Sabrina Surdi _____, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, digitei, procedi à leitura e assino esta Ata. Eu, Luciane Maria dos Santos Gemo _____, Vice-Presidente do CMDCA, assim como os demais presentes em lista própria, após a leitura e a aprovação da redação, assino esta Ata.

DECRETO Nº 13.473/16

DECRETO Nº 13.473/16, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

| | |
|---|-------------------|
| 15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS | |
| 01 – Fundo Municipal da Saúde | |
| 2.064 – Ações de Média e Alta Complexidade | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0065.17 – Aplicações Diretas | 200.000,00 |
| 3.1.91.00.00.00.00.00.01.0065.17 – Aplicações Diretas | 50.000,00 |
| | |
| 15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS | |
| 01 – Fundo Municipal da Saúde | |
| 2.068 – Assistência Farmacêutica | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas | 60.000,00 |
| | |
| TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES | 310.000,00 |

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de 2016 e anulação da seguinte dotação orçamentária:

| | |
|--|------------------|
| 15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS | |
| 01 – Fundo Municipal da Saúde | |
| 2.068 – Assistência Farmacêutica | |
| 3.1.91.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas | 10.000,00 |
| | |
| TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES | 10.000,00 |

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de outubro de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 14.861/2011

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 14.861/2011. PARTÍCIPIES: O Município de Videira e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e OBJETO: Prorrogação de cessão de veículo marca Wolswagem, modelo Polo, tipo Pass./automóvel, combustível Álcool/Gasolina, ano/modelo 2011/2012, cor vermelha, chassi nº 9WDB49NXCP009601, placa MJC-0356 por mais 05 (cinco) anos, a partir de 30 de novembro de 2016. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos. DATA: Videira, 02 de setembro de 2016. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Wilmar Carelli, pelo Município.

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 007/2016.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 007/2016. PARTÍCIPIES: O Município de Videira e Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina – CBMSC. OBJETO: Cessão do veículo marca Mercedes Benz, modelo Furgão SPRINTER, tipo, combustível Diesel, ano/modelo 2015/2016, cor branca, chassi nº 8AC906633GE113787, placa QIC2775. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. Videira, 29 de setembro de 2016. SIGNATÁRIOS: Wilmar Carelli, pelo Município e Onir Mocellin, pelo CBMSC.

LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE DE AMOSTRAS CESTAS BÁSICAS PR 09/2016 - FMAS

AO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

LAUDO DE NÃO ACEITABILIDADE DAS AMOSTRA
DE CESTAS BÁSICAS

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME inscrita no CNPJ nº 07.930.192/0001-84, não apresentou amostra física das marcas e modelos dos produtos licitados das especificações mínimas do PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2016- FMAS, conforme segue:

| LOTE 01 | | | |
|---------|---|-------|----------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | MARCA | SITUAÇÃO |
| 1. | Farinha de trigo especial de primeira qualidade. Composição mínima do produto: organolépticas: aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio. Primeira qualidade. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem mínima de 5 kg. | | NÃO APRESENTOU |
| 2. | Arroz parborizado, longo, fino, tipo 1. Composição mínima do produto: o produto deverá obedecer a portaria nº 269, de 17/11/88 e anexos do ministério da agricultura, para arroz, beneficiado e polido do tipo i, para efeito de classificação e deverá ser da safra corrente. Deverá se apresentar em bom estado de conservação, isento de fermentação e mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas à saúde. Características organolépticas: aspecto: grãos; cor: característica; odor: característico; sabor: característico. O produto, após o preparo, conforme instruções da embalagem, deverá apresentar-se com grãos inteiros e cozimento uniforme. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido - embalagem mínima de 5 kg. | | NÃO APRESENTOU |
| 3. | Açúcar branco refinado. Composição mínima do produto: organolépticas: aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: próprio. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido embalagem mínima de 5 kg | | NÃO APRESENTOU |
| 4. | Feijão preto. Composição mínima do produto: tipo 1, in natura, novo, grãos inteiros, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas, livre de umidade, secos, embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. embalagem mínima de 1 kg | | NÃO APRESENTOU |

| | | | |
|-----|--|--|----------------|
| 5. | Biscoito água e sal. Composição mínima do produto: em sua composição apresenta entre outros ingredientes farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, embalagem de 400g contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. | | NÃO APRESENTOU |
| 6. | Biscoito doce sabor leite. Composição mínima do produto: produto obtido pelo amassamento e cozimento conveniente de massa preparada com: farinha de trigo, açúcar, amido de milho, sal refinado, gordura vegetal hidrogenada, e outras substâncias alimentícias que caracterizem o produto - embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem mínima de 400 gramas | | NÃO APRESENTOU |
| 7. | Farinha de milho. Composição mínima do produto: fabricada a partir de matérias-primas sãs e limpas. Produto obtido pela ligeira torração do grão de milho, desgerminado ou não, livre de matéria terrosa, parasitos, larvas e detritos animais e vegetais. Não podendo estar fermentado, rançoso e ter no máximo, 14%p/p de umidade. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem mínima de 01 kg. | | NÃO APRESENTOU |
| 8. | Alimento achocolatado em pó instantâneo. Composição mínima do produto: açúcar, cacau em pó, maltodextrina, sal, emulsificantes lecitina de soja e aromatizante. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem mínima de 400 gramas | | NÃO APRESENTOU |
| 9. | Massa com ovos, tipo espagete nº5. Composição mínima do produto: seca, com ovos; fabricada a partir de matéria-prima selecionada, sã, limpa e boa qualidade; enriquecido com ferro e ácido fólico, embalagem resistente e termossoldado, de boa qualidade, embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem mínima de 500 gramas | | NÃO APRESENTOU |
| 10. | Margarina cremosa . Composição mínima do produto: com sal, teor lipídico de 65% a 85%. Não deve conter em sua composição gordura do tipo trans. Embalada em pote plástico resistente de 500g, com proteção interna pós tampa (lacre). No seu rótulo deve conter prazo de validade/lote e informação nutricional. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido. | | NÃO APRESENTOU |
| 11. | Doce de leite em pasta. Composição mínima do produto: leite pasteurizado e açúcar. O doce de leite deverá ser fabricado com matérias-primas sãs e limpas, isentas de matéria terrosa, parasitos, e em perfeito estado de conservação. Não será permitida a adição de amido. Deve apresentar selo SIF/SIE e/ou SIM. Pode conter os aditivos permitidos pela legislação. Não pode conter corantes artificiais. Características sensoriais (organolépticas): consistência cremosa ou pastosa, sem cristais perceptíveis sensorialmente; cor castanho caramelado proveniente da reação de maillard; sabor e odor doce característico, sem sabores e odores estranhos. Embalagem: potes de polietileno resistente com tampa hermeticamente fechada com lacre de proteção. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem mínima de 400 gramas. | | NÃO APRESENTOU |
| 26. | Leite em pó integral composição mínima do produto: sem adição De açúcar e soro, produto quilo 170,00 obtido por desidratação Do leite de vaca integral e apto para a alimentação humana Mediante processos tecnologicamente adequados. Na Informação nutricional o produto deve conter carboidratos, Proteínas, gorduras totais e saturadas, sódio e Cálcio. embalagem em papel metalizado contendo Identificação do produto, marca do fabricante, prazo de Validade, peso líquido, embalagem mínima de 400 gramas. | | NÃO APRESENTOU |
| 27. | Oleo de soja de primeira qualidade composição mínima do Produto: obtido de espécie vegetal, isento de ranço e Substâncias estranhas; características organolépticas: Própria; aspecto: próprio; cor: própria; odor: próprio; sabor: Próprio. Embalagem contendo identificação do produto, marca Do fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem Mínima de 900 ml | | NÃO APRESENTOU |

| | | | |
|-----|---|--|----------------|
| 28. | Café solúvel granulado. Composição mínima do produto: café Para preparo instantâneo, facilmente solúvel em água quente. Acondicionado em vasilhame de vidro, plástico ou metal, com Tampa que possibilite vedar o produto após sua abertura. Embalagem contendo identificação do produto, marca do Fabricante, prazo de validade, peso líquido, embalagem Lacrada mínima de 200 gramas. | | NÃO APRESENTOU |
| 29. | Sal refinado iodado. Composição mínima do produto: cloreto De sódio extrato de fontes naturais, recristalizadas, com teor Mínimo de 98,5% de cloreto de sódio sobre a substância seca, Adicionado de anti-umectante e iodo. Características Organolépticas: aparência: cristais de granulação uniforme não devendo estar pegajoso ou empedrado; cor: branca; sabor: Característico (salino). Embalagem contendo identificação do Produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso líquido, Embalagem mínima de 1 kg. | | NÃO APRESENTOU |

Em atendimento ao EDITAL 09/2016 do item 1.3: As proponentes classificadas, depois de declaradas vencedoras, anteriormente a adjudicação do

Processo Licitatório, deverão apresentar AMOSTRAS FÍSICAS DOS ITENS, devidamente identificadas (com razão social e CNPJ), com informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do item cotado em até 05 (CINCO) DIAS após o encerramento da disputa dos lances, junto ao Departamento de Ação Social, localizado na Rua Lauro Muller, nº 288, Centro (em cima do Terminal Rodoviário), CEP 89.560-000, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min, imprerivelmente.

A empresa TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME, que obteve 2ª proposta melhor classificada para o item na etapa de lances, não encaminhou tempestivamente as amostras físicas, com informações que permitiam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado.

Diante do exposto, O Departamento de ação social opina pela reprovação das amostras físicas não apresentadas pela empresa TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME.

Videira, 26 de Outubro de 2016.

Justina Inês F. de Lima
Membro da Comissão

Sonia Rita Gheller
Membro da Comissão

Maynara Guill
Membro da Comissão

PORTARIA Nº 0841/16

PORTARIA nº 0841/16

Revoga a Portaria nº 0412/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 30 de novembro de 2016, a Portaria nº 0412/16, que designou JÉSSICA PRIGOL, para exercer a Função Gratiificada de Assessor da Comissão de Licitações, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de novembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0880/16

PORTARIA nº 0880/16

Revoga a Portaria nº 0495/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2016, a Portaria nº 0495/14, que designou GERUSA COELHO DE FREITAS TEO, para exercer a Função Gratificada de Diretor de CEMEI, símbolo FG-4, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de dezembro de 2016.

Videira, 17 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de outubro de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2016 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 120/2016 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E DEMAIS UTENSÍLIOS PARA USO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DOLORES DAMO DE OLIVEIRA, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 17/11/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 26 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2016 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 121/2016 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BRINQUEDOS PARA USO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DOLORES DAMO DE OLIVEIRA, PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00:00h do dia 17/11/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 26 de outubro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 047/16

RESOLUÇÃO Nº 047/2016-CMDCA

Dispõe sobre a alteração da redação do art. 3º, da Resolução 041/2016-CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015,

Considerando o disposto no Ofício 275/2016 CT; e,

Considerando a constatação de erro material na Resolução 041/2016-CMDCA,

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR, em razão da constatação de erro material, a redação do art. 3º, da Resolução 041/2016-CMDCA, a qual dispõe sobre a determinação de convocação de Conselheiro Tutelar Suplente, nos seguintes termos:

"Art. 3º. Formalizada a posse, a convocada deverá assumir imediatamente a função de Conselheira Tutelar, durante o período de afastamento médico da Conselheira Tutelar Juliana Weber, até a data de 10/12/2016".

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira/SC, 24 de outubro de 2016.

Gabriela Strauss Mozz Zago

Presidente do CMDCA de Videira/SC

RESOLUÇÃO Nº 046/16

RESOLUÇÃO Nº 046/2016-CMDCA

Estabelece novo cronograma de elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes do Município de Videira/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 3.215, 18 de março de 2015,

Considerando o disposto no art. 6º, I, da Lei Municipal 3.215/2015, o qual trata da competência do CMDCA de Videira/SC de elaborar normas gerais para a formulação e implementação da política municipal dos direitos da criança e do adolescente, assim como de controlar e fiscalizar as ações de execução a nível municipal;

Considerando o disposto na Resolução 171, de 04 de dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, a qual estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e altera os prazos dispostos na Resolução N.º 161, de 03 de dezembro de 2013;

Considerando a Resolução 029/2016-CMDCA, a qual traz, em seu art. 3º, a data de 03 de dezembro de 2016 como prazo final para conclusão do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de Videira/SC; e,

Considerando, ainda, a necessidade de reformulação do cronograma de Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes,

RESOLVE:

Art. 1º. APROVAR, nos termos da Ata 223/2016-CMDCA, de 19/10/2016, novo cronograma de elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes do Município de Videira/SC, nos seguintes termos:

| REPONSÁVEL | ATRIBUIÇÕES | PRAZO PARA ENTREGA À COORDENADORIA | DATA DA REUNIÃO |
|------------|---|------------------------------------|-----------------|
| CMDCA | •Formação da Comissão Intersetorial; | - | 26/07/2016 |
| | •Formação da Coordenadoria; | | |
| | •Escolha do Relator; | | |
| | •Escolha dos convidados para equipe de apoio; | | |
| | •Aprovação do Cronograma; | | |
| GRUPO 1 | •Organização de grupos que apresentarão texto prévio de tópicos selecionados; | 05/08/2016 | 08/08/2016 |
| | •Orientações Gerais. | | |
| | Elaboração do Plano Decenal: 1. Marco Legal | | |
| | •Marco Legal Internacional | | |
| | •Marco Legal Nacional | | |

| | | | |
|----------|--|------------|-------------------------------|
| GRUPO 2 | Elaboração do Plano Decenal: 2. Princípios | 15/09/2016 | 19/10/2016 |
| | ·Universalidade dos Direitos com equidade e justiça social; | | |
| | ·Igualdade e direito à diversidade; | | |
| | · Proteção integral para a criança e o adolescente; | | |
| | ·Prioridade absoluta para a criança e o adolescente; | | |
| | ·Reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos; | | |
| | ·Descentralização políticoadministrativo; | | |
| | ·Participação e controle social; | | |
| | ·Intersectorialidade e trabalho em rede; | | |
| | ·Melhor Interesse da Criança e do Adolescente | | |
| GRUPO 3 | Elaboração do Plano Decenal: 3. Marco Conceitual | 31/08/2016 | 05/09/2016 |
| | ·Direito à Vida e à Saúde | | |
| | ·Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade | | |
| | ·Direito à Convivência Familiar e Comunitária | | |
| | ·Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer | | |
| | ·Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho | | |
| | ·Fortalecimento das Estruturas do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente | | |
| GRUPO 4A | Elaboração do Plano Decenal: 4. Marco Situacional - diagnóstico | 01/11/2016 | 03/11/2016 e 07/11/2016 |
| | 4.1. Perfil demográfico, familiar e socioeconômico e o cadastro único para Programas Sociais; | | |
| | 4.2. Quanto aos Direitos Fundamentais – indicar quais são os dados que o município possui, frente: | | |
| | 4.2.1. quanto ao direito à vida e à saúde | | |
| | • Mortalidade Materna | | |
| | • Consulta de Pré-Natal | | |
| | • Mortalidade Infantil (menores de 1 ano) e Mortalidade de Crianças menores de 5 anos | | |
| | • Cobertura Vacinal | | |
| GRUPO 4B | Elaboração do Plano Decenal: 4. Marco Situacional - diagnóstico | 01/11/2016 | 03/11/2016 e 07/11/2016 |
| | 4.2.2. quanto ao direito à liberdade, ao respeito e à dignidade | | |
| | • Crianças e Adolescentes Vítimas de Violências | | |
| | • Trabalho Infantil | | |
| | • A Violência Reproduzida por Adolescentes | | |
| GRUPO 4C | Elaboração do Plano Decenal: 4. Marco Situacional - diagnóstico | 01/11/2016 | 03/11/2016 e 07/11/2016 |
| | 4.2.3. quanto ao direito à convivência familiar e comunitária | | |
| | • Crianças e adolescentes em acolhimento institucional ou programa de família acolhedora | | |
| GRUPO 4D | Elaboração do Plano Decenal: 4. Marco Situacional - diagnóstico | 01/11/2016 | 03/11/2016 e 07/11/2016 |
| | 4.2.4. quanto ao direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer | | |
| | • Educação Infantil | | |
| | • Ensino Fundamental | | |
| | • Ensino Médio | | |
| | • Educação de Jovens e Adultos (EJA) | | |
| | • Programas complementares de cultura, esporte e lazer | | |
| GRUPO 4E | Elaboração do Plano Decenal: 4. Marco Situacional - diagnóstico | 15/09/2016 | 19/10/2016 |
| | 4.2.5. quanto ao direito à profissionalização e proteção no trabalho | | |
| | • Programas de inserção ao trabalho protegido | | |
| | • Programas de profissionalização | | |

| | | | |
|--------------------------------|--|-------------|-------------------------------|
| GRUPO 4F | Elaboração do Plano Decenal: 4. Marco Situacional - diagnóstico | 01/11/2016 | 03/11/2016 e 07/11/2016 |
| | 4.2.6. Quanto ao Fortalecimento das Estruturas do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente | | |
| GRUPO 4A | Elaboração do Plano Decenal: 5. Plano de Ação | 14/11/2016 | 16/11/2016 |
| | 5.1. Eixo 1. direito à vida e à saúde | | |
| GRUPO 4B | Elaboração do Plano Decenal: 5. Plano de Ação | 14/11/2016 | 16/11/2016 |
| | 5.2. Eixo 2. Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade | | |
| GRUPO 4C | Elaboração do Plano Decenal: 5. Plano de Ação | 14/11/2016 | 16/11/2016 |
| | 5.3. Eixo 3. direito à convivência familiar e comunitária | | |
| GRUPO 4D | Elaboração do Plano Decenal: 5. Plano de Ação | 14/11/2016 | 16/11/2016 |
| | 5.4. Eixo 4. direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer | | |
| GRUPO 4E | Elaboração do Plano Decenal: 5. Plano de Ação | 14/11/2016 | 16/11/2016 |
| | 5.5. Eixo 5. direito à profissionalização e à proteção no trabalho | | |
| GRUPO 4F | Elaboração do Plano Decenal: 5. Plano de Ação | 14/11/2016 | 16/11/2016 |
| | 5.6. Eixo 6. fortalecimento das estruturas do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente | | |
| Comissão Intersetorial | Elaboração do Plano Decenal: 6. Acompanhamento, monitoramento e avaliação | (a definir) | (a definir) |
| Coordenação | Elaboração do Plano Decenal: 5. Plano de Ação | - | (a definir) |
| | Reunião com Secretarias Municipais | | |
| Coordenação | Elaboração do Plano Decenal: •Introdução | (a definir) | (a definir) |
| | •Finalização | | |
| Comissão Intersetorial | Elaboração do Plano Decenal: •Finalização | - | 25/10/2016 |
| Comissão Intersetorial e CMDCA | Consulta pública com crianças e adolescentes | - | (a definir) |
| Comissão Intersetorial e CMDCA | Audiência pública para avaliação | - | (a definir) |
| Comissão Intersetorial | Finalização do Plano pela Comissão Intersetorial | - | (a definir) |
| Comissão Intersetorial e CMDCA | Assembleia Conjunta com Conselhos Setoriais e Aprovação pelo CMDCA | - | (a definir) |
| CMDCA | Encaminhamento ao CONANDA e à Câmara de Vereadores | - | até 03/12/2019 |

Art. 2º. As datas posteriores a de 16/11/2016 serão definidas conforme o andamento dos trabalhos.

Art. 3º. Encaminhe-se cópia desta Resolução ao Ministério Público.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogando-se as disposições em contrário, especialmente as Resoluções 030/2016-CMDCA e 037/2016-CMDCA.

Videira, 19 de outubro de 2016.

Luciane Maria dos Santos Gemo
Vice- Presidente do CMDCA de Videira/SC

Vitor Meireles

PREFEITURA

ERRATA Nº 01 DO EDITAL DE PREGÃO 010/2016 FMS

Errata do Processo de Licitação 010/2016 FMS

Modalidade: Pregão 010/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

Onde se lê: DATA DE ABERTURA: às 14:30 horas do dia 04 de novembro de 2016, leia-sê: DATA DE ABERTURA: às 14:30 horas do dia 10 de novembro de 2016. As demais informações permanecem inalteradas. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 27 de outubro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

PORTARIA Nº - RH AJG 380/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 380/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 15 (quinze) dias a partir de 26.10.2016 a 09.11.2016, a Servidora Pública Municipal Sra. FLAVIA APARECIDA BARBOSA, nacionalidade brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora do RG n.º 2.877.791 e CPF n.º 893.281.329-91, nomeada conforme Decreto n.º AM 297/2007, no cargo de MONITOR DE PROGRAMAS SOCIAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0003988/2016, datado de 25.10.2016.

A Licença Prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2012 a 08.06.2015 = 15 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 26 de outubro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 381/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 381/2016

LOTAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEQUENO PRÍNCIPE.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII e Lei Municipal BLB 3.375/11 Art. 8º.

RESOLVE

LOTAR a Servidora Pública Municipal Sra. SANDRA KOHL FAGANELLO, brasileira, casada, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora da RG n.º 2.428.120 e CPF n.º 919.299.979-49, nomeada conforme Decreto nº AJG 107/2013 no cargo de PROFESSORA NÍVEL ESPECIAL 1, com (20) vinte horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, com lotação na EMEB Pequeno Príncipe.

Esta lotação atende ao pedido realizado no Ofício SME/M 305/2016 e ao parecer jurídico datado em 05.10.2016.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 26 de outubro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 382/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 381/2016

LOTAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PEQUENO PRÍNCIPE.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII e Lei Municipal BLB 3.375/11 Art. 8º.

RESOLVE

LOTAR a Servidora Pública Municipal Sra. SANDRA KOHL FAGANELLO, brasileira, casada, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora da RG n.º 2.428.120 e CPF n.º 919.299.979-49, nomeada conforme Decreto nº AJG 107/2013 no cargo de PROFESSORA NÍVEL ESPECIAL 1, com (20) vinte horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, com lotação na EMEB Pequeno Príncipe.

Esta lotação atende ao pedido realizado no Ofício SME/M 305/2016 e ao parecer jurídico datado em 05.10.2016.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 26 de outubro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº - RH AJG 383/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 383/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 23 (vinte e três) dias a partir de 03.11.2016 a 25.11.2016, a Servidora Pública Municipal Sra. PATRÍCIA MULLER, nacionalidade brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora do RG n.º 10.736.761-6 e CPF n.º 069.907.189-51, nomeada conforme Decreto n.º AGJ 204/2013, no cargo de EDUCADORA SOCIAL, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0004001/2016, datado de 26.10.2016.

A Licença Prêmio concedida refere-se ao período de:

08.05.2013 a 07.05.2016 = 23 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 27 de outubro de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO 1º ADITIVO ATA RP 0076/16

Extrato 1º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0076/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: MOVER VEÍCULOS LTDA.

Objeto: Registro de Preços para aquisições de até dois Veículos, tipo Camionetes Pick-Up Automotor zero KM, destinados ao atendimento de ocorrências das mais diversas áreas, melhorando assim o desempenho da 1ª Companhia de Bombeiros Militar do 14º BBM, sede Xanxerê-SC.

Fica suprimida do item I, unidade 1 (uma) o valor R\$ 3.079,16, referente isenção do ICMS devido na saída de veículo automotor máquina e equipamento para utilização exclusiva pelo corpo de bombeiros militar nas suas atividades específicas.

Item: 01 – Valor final: R\$ 117.920,84.

Xanxerê-SC, 25 de outubro de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE 10/2016

Aviso de Inexigibilidade de Licitação

O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica a presente Inexigibilidade, a saber:

Inexigibilidade de licitação n. 010/2016

Processo licitatório n. 155/2016

Homologação: 26/10/2016

Contratado: NAL PEREIRA - ME

CNPJ: 08.802.627/0001-78

Objeto: Contratação de empresa especializada em monumento com armação de ferro e modelagens de resina e fibra de vidro, com cobertura de resina fibra de vidro, cargas minerais (argamassa), epóxis, além da pintura automotiva, com 2,0 metros de altura, composto de duas peças (Doutor Ari e a criança - paciente).

Valor da despesa: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)

Fundamento: art. 25 III, da Lei 8.666/93.

Vigência: 31/12/2016

Xaxim – SC, 26 de outubro de 2016.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Consórcios

CIGA

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA - FLORIANÓPOLIS 14.10.2016

Ata da 14ª Reunião Ordinária

No dia quatorze de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às 14h00min estiveram presentes os membros do Conselho de Administração do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, conforme lista de presenças anexa, na Sede do CIGA na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, sala 1307, na cidade de Florianópolis-SC atendendo ao Edital de Convocação nº 03/2016, com a seguinte ordem do dia: Lançamento do aplicativo mobile de notas fiscais eletrônicas de serviços; Definição sobre a mudança do integrador municipal da REDESIM; Definição dos novos valores do sistema integrador municipal para 2017; Deliberação sobre a Cooperação com o CREA/SC em troca de informações de obras públicas e utilização do PGO do CIGA; Deliberação sobre a cooperação tecnológica com o consórcio CISMEP/MG; Assuntos gerais. O Presidente do CIGA, Prefeito de Lebon Régis, Ludovino Labas, abrindo os trabalhos cumprimentou os presentes e iniciou comentando da importância de realizar as reuniões do Conselho do CIGA nos mesmos dias das reuniões ou assembleias da FECAM, já que desta forma alguns itens de abrangência geral podem ser encaminhados juntamente com o maior número de prefeitos, como foram os encaminhados na parte da manhã na assembleia da FECAM que ocorreu no mesmo dia. Dando sequência a apreciação da pauta, sobre a definição sobre a mudança do integrador municipal da REDESIM, o diretor do CIGA, Gilsoni Albino, apresentou os breves acontecimentos, que incluíram por parte da JUCESC/SC reuniões para tratar de uma possível mudança de integrador estadual, em reuniões na JUCESC tem sido discutido a possibilidade de adoções do integrador utilizado no Estado de Minas Gerais, o diretor comentou ainda da recente reunião do CONFAZ Municipal, convocada pela FECAM para tratar do tema, que incluiu a participação da JUCESC e também da empresa Prosolution, atual fornecedora do integrador estadual e que teve contrato com o CIGA para o integrador municipal. O CIGA também apresentou um integrador desenvolvido pela equipe interna, que pode ser uma opção aos municípios ao programa atualmente utilizado. Na reunião do CONFAZ os municípios presentes se mostraram preocupados com a mudança e também a dependência tecnológica, a FECAM encaminhou ofício solicitando ao Estado que antes de qualquer mudança a FECAM pelo fosse ouvida. O Presidente do CIGA avaliou o cenário e reforçou a tese de que é importante que os municípios não tenham prejuízos ou precisem retroagir tecnologicamente e caso a empresa cumpra as formalidades de transferência tecnológica do contrato possa ser reestabelecida nova contratação dentro das legalidade e formalidade da Lei 8666. Ao mesmo tempo, para dar mais opções aos municípios e diminuir a dependência tecnológica os presentes aprovaram a definição dos novos valores, Ad Referendum da Assembleia Geral, do sistema integrador municipal desenvolvido pelo CIGA, denominado GCIM – Gestão do Cadastro Integrado Municipal nos seguintes termos:

| Isento para municípios até 50 movimentações/ano | | | |
|---|---------|--------|----------|
| Faixa | IPM até | Mensal | Anual |
| 1 | 0,075 | 65,00 | 780,00 |
| 2 | 0,1 | 77,50 | 930,00 |
| 3 | 0,125 | 96,25 | 1.155,00 |
| 4 | 0,15 | 112,50 | 1.350,00 |
| 5 | 0,175 | 127,50 | 1.530,00 |
| 6 | 0,2 | 160,00 | 1.920,00 |
| 7 | 0,25 | 183,75 | 2.205,00 |
| 8 | 0,3 | 225,00 | 2.700,00 |
| 9 | 0,35 | 253,75 | 3.045,00 |
| 10 | 0,4 | 287,50 | 3.450,00 |
| 11 | 0,5 | 320,00 | 3.840,00 |
| 12 | 0,75 | 351,25 | 4.215,00 |
| 13 | 1 | 383,75 | 4.605,00 |
| 14 | 1,5 | 416,25 | 4.995,00 |
| 15 | 2 | 477,50 | 5.730,00 |
| 16 | 3 | 538,75 | 6.465,00 |
| 17 | 5 | 605,00 | 7.260,00 |

| | | | |
|----|----|--------|----------|
| 18 | 10 | 670,00 | 8.040,00 |
|----|----|--------|----------|

Os valores são de aproximadamente 50% do valor atual do REGIN e vão ser isentos cerca de 45 municípios que praticamente não tem movimentações, sendo que desta forma os municípios poderão fazer opção entra as duas ferramentas. Na sequência foi abordado a deliberação sobre a Cooperação com o CREA/SC em troca de informações de obras públicas e utilização do PGO do CIGA, partindo do Programa de Gestão de Obras do CIGA – PGO, recentemente apresentado no Seminário Nacional de Obras Públicas organizado pelo IBRAOP e TCEs, vai se buscar algumas trocas de informações, por exemplo de validação das ARTs de projetos que não viraram obras por exemplo, ou que foram apresentadas em licitações para verificar se válidas, já o CREA tem interesse em utilizar o sistema para suas próprias obras e também em futuras cooperações de fiscalização nos municípios, multiplicando as ações já executadas pelos municípios. O presidente CIGA entendeu que só existem benefícios aos municípios nesta cooperação e seja dado procedimento a cooperação. Pauta contínua foi abordado a deliberação sobre a cooperação tecnológica com o consórcio CISMED/MG, este consórcio público tem interesse em implantar os projetos do Diário Oficial e Gestão Tributária para seus municípios consorciados, segundo o Diretor do CIGA este tipo de cooperação é interessante para o CIGA e seus consorciados, pois são programas que já estão desenvolvidos e que tem baixo custo de disponibilização, isto ainda evitaria ter consorciados espalhados por todo o Brasil. O Presidente achou interessante, porém solicitou que fossem feitos maiores estudos para que o CIGA pudesse adotar como projeto padrão este tipo cooperação ou prestação de serviços a consórcios públicos fora de Santa Catarina. Nos assuntos gerais o Diretor do CIGA apresentou sua pretensão pessoal de montar um blog sobre boas práticas na gestão pública, o Presidente informou que essa ação não depende de autorização do conselho de administração, porém achou louvável a iniciativa, já que existem muitas práticas que merecem ser divulgadas e que também ajudam a divulgar positivamente as ações públicas de gestores e empregados públicos. Outra decisão do conselho em vista do grande volume do contratos e usuários dos sistemas do CIGA, que o mesmo faça uma reserva de contingência mais significativa para possíveis emergências, o diretor do CIGA se comprometeu em realizar o estudo da quantia que pode ser reservada para este fim. Entre as discussões foi comentado sobre a questão de que até o final do ano deve ser devolvido o IR retido sobre a folha dos colaboradores, na proporção de repasses feitos pelos municípios no mesmo período. O Presidente do CIGA solicitou ainda que fosse dada prioridade na aquisição das salas que estão alugadas e novas salas que serão necessárias para a expansão do CIGA. Por fim foi apresentado pela equipe do CIGA o programa da Nota Eletrônica para celulares, desenvolvido internamente e que vai ser disponibilizado sem custos adicionais aos consorciados que usam a Gestão da Nota Eletrônica do CIGA, o programa também foi apresentado na parte da manhã aos Prefeitos da FECAM que louvaram a iniciativa e parabenizaram toda a equipe. Finalizado os assuntos de discussão da reunião, eu, Gilsoni Lunardi Albino redigi esta ata, que será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e havendo alguma divergência por parte dos presentes os mesmos poderão solicitar revisões que serão acolhidas e republicadas no mesmo diário.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo

CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0043_2016

Resolução n. 0043/2016.

Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução nº 032 de 07 de dezembro de 2015;

RESOLVE:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA para o exercício de 2016, crédito adicional suplementar no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) nas seguintes dotações:

| | | |
|--|-----|------------|
| 01.00 – Consórcio Público | | |
| 01.01 – Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA | | |
| 0015.0452.0001.2.005 – DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO. | | |
| 3.3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.300 (16) | R\$ | 250.000,00 |
| Total | R\$ | 250.000,00 |
| | | |

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º desta Resolução, correrão à conta da anulação das seguintes dotações:

| | | |
|--|-----|------------|
| 01.00 – Consórcio Público | | |
| 01.01 – Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA | | |
| 0018.0541.0001.2.008 – DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS. | | |
| 3.3.1.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.00.300 (29) | R\$ | 250.000,00 |
| Total | R\$ | 250.000,00 |

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 26 de outubro de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
Prefeito de Caçador
Presidente do CIMCATARINA

CPIMMOC

DECRETO 01/2016 FERIADO NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

DECRETO Nº 001 /2016 DE 26 DE OUTUBRO DE 2016.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO (CPIMMOC) no uso das atribuições contidas no Estatuto deste órgão e,

CONSIDERANDO que este ano o dia do funcionário público, 28 de outubro, recai em uma sexta-feira, portanto dia útil;

CONSIDERANDO a necessidade de se disciplinar o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Indireta na referida data;

CONSIDERANDO por fim, que o ato próprio para se estabelecer feriado no âmbito do Órgão da Administração Indireta é o decreto,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado FERIADO NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO (CPIMMOC) o expediente do dia 28 de outubro de 2016, sexta-feira.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Joaçaba, em 26 de outubro de 2016.
Vitor João Faccin
PRESIDENTE DO CPIMMOC